



MARCELLE CORREIA FERRARI

COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E DEMOCRACIA DIGITAL

**As consultas públicas do Ministério do Meio Ambiente e do Centro de
Gestão e Estudos Estratégicos para a Rio+20**

CAMPINAS, 2014



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS
EM JORNALISMO**

Marcelle Correia Ferrari

COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E DEMOCRACIA DIGITAL

**As consultas públicas do Ministério do Meio Ambiente e do Centro de
Gestão e Estudos Estratégicos para a Rio+20**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria das Graças Conde Caldas

CAMPINAS, 2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Haroldo Batista da Silva - CRB 5470

F412c Ferrari, Marcelle Correia, 1989-
Comunicação ambiental e democracia digital : as consultas públicas do
Ministério do Meio Ambiente e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para a
Rio+20 / Marcelle Correia Ferrari. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Maria das Graças Conde Caldas.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Comunicação. 2. Opinião pública - Brasil. 3. Democracia. 4. Política
ambiental - Participação do cidadão. 5. Proteção ambiental - Participação do
cidadão. I. Caldas, Maria das Graças Conde. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Environmental communication and digital democracy

Palavras-chave em inglês:

Communication

Public opinion - Brazil

Democracy

Environmental policy - Citizen participation

Environmental protection - Citizen participation

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Maria das Graças Conde Caldas [Orientador]

Audre Cristina Alberguini

Lucia da Costa Ferreira

Data de defesa: 21-08-2014

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

BANCA EXAMINADORA:

Maria das Graças Conde Caldas

Maria das Graças Conde Caldas

Lúcia da Costa Ferreira

Lúcia da Costa Ferreira

Audre Cristina Alberguini

Audre Cristina Alberguini

Kátia Zanvettor Ferreira

Vera Regina Toledo Camargo

IEL/UNICAMP

2014

RESUMO

As mudanças no cenário mundial da comunicação suscitaram a necessidade de envolver a população de forma mais participativa e interativa, dentro do contexto de democracia digital. Como a comunicação estatal deve atender aos interesses públicos, foi desenvolvido um programa (no âmbito do Governo Federal) que incentiva a população a debater assuntos de seu interesse: as consultas públicas digitais. Estas consultas fazem parte do procedimento de implantação do governo eletrônico em todo o país e representam um avanço nas relações entre Estado e Sociedade. Entretanto, embora possibilitem, não garantem a participação e contato do cidadão com o governo. Esta pesquisa faz uma reflexão sobre a percepção pública dos brasileiros sobre a área ambiental por meio de pesquisas realizadas e verifica a importância da participação da sociedade por meio de consultas públicas digitais na área ambiental para a Conferência Rio+20. Uma delas realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2011, para receber propostas de diferentes setores da sociedade civil sobre os temas centrais debatidos na Conferência do Rio. A segunda, elaborada/desenvolvida pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, do Ministério de Ciência (CGEE), Tecnologia e Inovação (MCTI) em 2012, sobre os conceitos públicos de Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um Estudo de Caso múltiplo (YIN, 2001), de natureza exploratória e qualitativa, de análise de conteúdo. O referencial teórico deste trabalho está ancorado nas Pesquisas Deliberativas de James Fishkin (2005) e nos conceitos de democracia digital. Os resultados do trabalho apontam para avanços significativos no campo da democracia digital, uma vez que as consultas públicas analisadas se mostraram como meios importantes de mobilização social, contribuindo para uma participação mais ativa em processos decisórios sobre a área ambiental.

Palavras-chave: Comunicação; Democracia Digital; Consulta Pública; Meio Ambiente; Rio +20;

ABSTRACT

Changes in the global communications scene raised the need to involve the public in a more participatory and interactive manner within the context of digital democracy. As the state-owned communications must meet the public interest, a program (under the Federal Government) that encourages people to discuss subjects of interest was developed: the digital public consultations. These public consultations are part of a deployment procedure of e-government throughout the country and represent a breakthrough in relations between state and society. However, although it provides, it does not ensure the participation and citizen contact with government. This research is a reflection on the public perception of brazilians on the environmental area through research performed and verifies the importance of the participation of society through digital public consultations in the environmental area for the Rio +20 Conference. One of them held by the Ministry of Environment in 2011 para receive proposals from different sectors of civil society on the central themes discussed at the Rio Conference The second, prepared / developed by the Center for Management and Strategic Studies, Ministry of Science (CGEE) Technology and Innovation (MCTI) in 2012, on public concepts of Green Economy and Sustainable Development. This is a multiple case study (Yin, 2001), exploratory and qualitative, with content analysis. The theoretical framework of this work is grounded in Deliberative Research James Fishkin (2005) and the concepts of digital democracy. The results indicate significant advances in the field of digital democracy, since the public consultations analyzed present themselves as important means of social mobilization, contributing to a more active participation in decision-making processes on the environmental area.

Keywords: Communication; Digital Democracy; Public Consultation; Environment; Rio +20;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Problema de pesquisa	5
Objetivo geral	5
Objetivos específicos:	5
Metodologia.....	7
Corpus.....	8
MMA: “Visões nacionais para a Rio+20” (5 a 30 de setembro de 2011)	8
CGEE: “Percepção do conceito de economia verde numa perspectiva global” (entre 12 de março e 08 de abril de 2012).....	8
Justificativa.....	9
Estrutura da dissertação	10
 Capítulo 1 DEMOCRACIA, GOVERNO ELETRÔNICO E CONSULTAS PÚBLICAS DIGITAIS.....	11
1.1 Esfera pública e arena política	11
1.2 Conceito de democracia	12
1.3 Democracia Deliberativa x Democracia Participativa.....	12
1.4 E-Democracia	13
1.5 Direito à Informação	14
1.6 Lei de Acesso à Informação.....	15
1.7 Visibilidade X Transparência	16
1.8 Comunicação Pública	17
1.9 Participação Pública.....	19
Orçamento participativo	19
Conselhos Municipais	20
Democracia Digital.....	21
1.10 Políticas públicas digitais e em comunicação	21
1.11 Consultas Públicas.....	22
Como funciona	23

1.12	Alguns modelos de consultas públicas.....	23
Capítulo 2	MEIO AMBIENTE E CIDADANIA	25
2.1	Política Ambiental e Interesse Público	25
2.2	Mobilização Social e Ações Públicas	27
2.3	Rio 92.....	28
2.4	Rio+20	29
2.5	Percepção brasileira sobre meio ambiente	30
2.6	Consultas públicas internacionais e nacionais	31
	Visões nacionais	31
	Visões internacionais	34
2.7	Consulta ONU.....	35
2.8	Rio+20 na mídia.....	41
	Veículos estrangeiros:.....	44
Capítulo 3	AS CONSULTAS PÚBLICAS DO MMA E DO CGEE PARA A RIO+20	46
3.1.	Visões Nacionais: a consulta pública do MMA.....	47
	Conceitos	47
	Objetivos.....	48
	Desenvolvimento	48
	Relatório final	49
	As questões e análises	50
3.2.	Economia Verde: consulta CGEE.....	64
	Objetivos.....	64
	Desenvolvimento	65
	Relatório final	65
	As questões e análises	66
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	146

ANEXOS	151
Anexo 1: Questionário MMA.....	153
Anexo 2: Texto de apoio MMA	154
Anexo 3: Relatório Final MMA	159
Anexo 4: Questionário CGEE	184
Anexo 5: Relatório CGEE	197
Anexo 6: Documento final Rio+20	329
Anexo 7: Pesquisa CNI	382
Anexo 8: Matéria Veja	435
Anexo 9: Matéria O Estado de São Paulo	436
Anexo 10: Matéria O Globo	437
Anexo 11: Matéria Valor Econômico.....	438
Anexo 12: Matéria The Washtington Post	440
Anexo 13: Matéria The Guardian	443
Anexo 14: Matéria Forbes	445
Anexo 15: Matéria Financial Times	446
Anexo 16: Matéria The New York Times	448

A Deus, razão e fonte das oportunidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido oportunidades e forças para realizar este mestrado.

Aos meus pais Nei Ferrari e Selma Correia, por se preocuparem desde sempre em me oferecer a melhor educação. Por estarem sempre lá, longe ou perto, com amor, apoio, orações e torcida. Se hoje esse mestrado é realidade e eu sou quem sou, é por eles.

Aos meus irmãos Victor e Fabio Ferrari, por serem minha família que nunca muda, o meu apoio sempre e os abraços e risadas que sempre me fazem bem.

Aos tios e tias Neiva, Neila, Art e Silmar, por torcerem e me apoiarem sempre.

À Graça Caldas, querida orientadora, que se transformou em mãe e amiga, pelos ensinamentos, dicas, broncas e conhecimentos adquiridos ao longo de dois anos e meio e por ter se tornado um modelo de pesquisadora que quero imitar.

Ao Tales Tomaz, o primeiro orientador da minha vida acadêmica, por ter me ensinado a amar o jornalismo científico na graduação, e por ainda continuar me auxiliando com revisões e dicas no mestrado.

Aos amigos de longe e de perto, que sempre contribuíram com seu apoio e torcida.

Aos especiais Danielle Rossi, Rayane Calais, Jéssica Rezende, Ana Carla, Jéssica Silva, Caroline Oliveira, Mirian Costa, Jaqueline Herodek, Julie Dorothy, Marcel Freire, Gabriel Balestreri, Matheus Di Felippo, Elio Yzael, Homero Nascimento, Denisson Perez e Mailsom Lima, que estiveram presentes de uma forma ou de outra, desde o início dessa jornada ou no final dela, e por tornarem a minha vida mais especial e o mestrado mais leve simplesmente por estarem ao meu lado.

Ao Rolf, Reg e Léo, por serem minha família adotiva e serem aquele refúgio para recarregar as baterias, seja com conversas, risadas ou comidas (geralmente os três).

Ao Centro Universitário Adventista de São Paulo – Campus Engenheiro Coelho, por ter sido a instituição que me deu base e conhecimento para que eu pudesse alcançar sonhos maiores.

À Universidade Estadual de Campinas, que proporcionou tantas experiências enriquecedoras ao longo de dois anos e meio.

Aos professores e funcionários do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, que foram essenciais para um excelente aprendizado e convívio durante a duração do curso.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp, que me acolheu por um ano, permitindo que eu me aperfeiçoasse e me apaixonasse ainda mais pelo jornalismo científico na área ambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tabela comparativa entre sobre os meios de envio de resposta da CGU	16
Figura 2 – Capa Pesquisa CNI	32
Figura 3 – Capa Pesquisa MMA	33
Figura 4 - Página principal consulta ONU	34
Figura 5 - Resultado de tópico mais votado e classificação	36
Figura 6 - Resultado de tópico mais votado e classificação	36
Figura 7 - Resultado de tópico mais votado e classificação	37
Figura 8 - Resultado de tópico mais votado e classificação	37
Figura 9 - Resultado de tópico mais votado e classificação	38
Figura 10 - Resultado de tópico mais votado e classificação	38
Figura 11 - Resultado de tópico mais votado e classificação	39
Figura 12 - Resultado de tópico mais votado e classificação	39
Figura 13 - Resultado de tópico mais votado e classificação	40
Figura 14 - Resultado de tópico mais votado e classificação	40
Figura 15 - Logos	41
Figura 16 - Página da Rio+20 no Facebook	42
Figura 17 - Página da Rio+20 no Twitter	43
Figura 18 - Hotsite do MMA	47

Figura 19 - Site consulta CGEE	64
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: O conceito de economia verde: relação de distribuição dos votos alternativa e países	68
Gráfico 2: O conceito de economia verde: relação de distribuição dos votos alternativa e países	69
Gráfico 3: Economia verde relacionada ao conceito do desenvolvimento sustentável: resultados por países	72
Gráfico 4: Economia verde relacionada ao conceito do desenvolvimento sustentável: resultados por segmentos.....	73
Gráfico 5: Crescimento verde relacionado ao conceito de economia verde: resultados por países	75
Gráfico 6: Crescimento verde relacionado ao conceito de economia verde resultados por segmentos	76
Gráfico 7: Economia verde diferindo da economia atual: resultados por segmentos	78
Gráfico 8: Economia verde diferindo da economia atual: resultados por países	79
Gráfico 9: O conceito de economia verde restrito ao desempenho ambiental: resultados por segmentos	80
Gráfico 10: O conceito de economia verde restrito ao desempenho ambiental: resultados por países	81
Gráfico 11: Economia verde sendo compatível com crescimento econômico continuado em termos de PIB: resultados por segmentos	83
Gráfico 12: Economia verde sendo compatível com crescimento econômico continuado em termos de PIB: resultados por países.....	84

Gráfico 13: Indicador a ser usado para medir o desempenho de uma economia verde resultados por segmentos	85
Gráfico 14: Indicador a ser usado para medir o desempenho de uma economia verde resultados por países	86
Gráfico 15: Sustentabilidade ou insustentabilidade da economia atual: resultados por países	87
Gráfico 16: Sustentabilidade ou insustentabilidade da economia atual: resultados por segmentos.....	88
Gráfico 17: Principais modos de tornar a economia atual mais verde: resultados por segmentos	90
Gráfico 18: Principais modos de tornar a economia atual mais verde: resultados por países.....	91
Gráfico 19: Principais riscos da adoção de uma economia verde: resultados por países	93
Gráfico 20: Principais riscos da adoção de uma economia verde: resultados por segmentos.....	94
Gráfico 21: Principais riscos da NÃO-adoção de uma economia verde: resultados por países.....	95
Gráfico 22: Principais riscos da NÃO-adoção de uma economia verde: resultados por segmentos.....	96
Gráfico 23: Possibilidade um país se tornar inteiramente verde por conta própria: resultados por países.....	97

Gráfico 24: Possibilidade um país se tornar inteiramente verde por conta própria: resultados por segmentos	98
Gráfico 25: Tópicos mais importantes para os países em desenvolvimento: resultados por segmentos	99
Gráfico 26: Tópicos mais importantes para os países em desenvolvimento: resultados por países	100
Gráfico 27: Mudanças necessárias para permitir uma transição para uma economia mais verde: resultados por países	102
Gráfico 28: Mudanças necessárias para permitir uma transição para uma economia mais verde: resultados por segmentos	103
Gráfico 29: Principais barreiras para a introdução de uma economia verde: resultados por segmentos	104
Gráfico 30: Principais barreiras para a introdução de uma economia verde: resultados por países	105
Gráfico 31: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por países	108
Gráfico 32: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por segmentos	109
Gráfico 33: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por países	110
Gráfico 34: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por segmentos	111
Gráfico 35: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por países	113

Gráfico 36: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por segmentos	113
Gráfico 37: Indicadores para monitorar os esforços de inovação verde: resultados por países	113
Gráfico 38: Indicadores para monitorar os esforços de inovação verde: resultados por segmentos.....	116
Gráfico 39: Fontes de energia a serem privilegiadas: resultados por países	117
Gráfico 40: Fontes de energia a serem privilegiadas: resultados por segmentos	118
Gráfico 41: Tecnologias energéticas a ser privilegiadas: resultados por países	120
Gráfico 42: Fontes de energia a serem privilegiadas: resultados por segmentos	121
Gráfico 43: Instituições nacionais necessárias à promoção de uma economia verde: resultados por países	122
Gráfico 44: Instituições nacionais necessárias à promoção de uma economia verde: resultados por segmentos	123
Gráfico 45: Necessidade de reformar as instituições nos diferentes níveis (SIM ou NÃO): resultados por países.....	125
Gráfico 46: Necessidade de reformar as instituições nos diferentes níveis (SIM ou NÃO): resultados por segmentos	126
Gráfico 47: Principais temas a serem enfatizados na Rio+20: resultados por países	127

Gráfico 48: Principais temas a serem enfatizados na Rio+20: resultados por segmentos.....	128
Gráfico 49: Transição para uma economia verde: resultados por países	130
Gráfico 50: Transição para uma economia verde: resultados por segmentos.....	131
Gráfico 51: Setores mais relevantes para a implementação de uma economia verde: resultados por países	133
Gráfico 52: Setores mais relevantes para a implementação de uma economia verde: resultados por segmentos	134
Gráfico 53: Condições para a exploração do petróleo do pré-sal brasileiro: resultados por segmentos	136
Gráfico 54: Assuntos mais importantes para a Rio+20: resultados por segmentos	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGEE: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGU: Controladoria Geral da União
CNI: Confederação Nacional da Indústria
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DPI: Departamento de Informação Pública
FUNBIO: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISER Instituto de Estudos da Religião
LAI: Lei do Acesso à Informação
MAST: Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MMA: Ministério do Meio Ambiente
ONU: Organização das Nações Unidas
PIB: Produto interno bruto
PNMC: Política Nacional sobre Mudança do Clima
PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação
WWF: World Wide Fund for Nature

INTRODUÇÃO

A democracia é um regime de governo em que o poder político é exercido pelo povo (Sacheto, 2008). Esta é a democracia ideal, utópica. Entretanto, na prática, o exercício da democracia está sujeita aos sistemas políticos vigentes, em diferentes realidades. Segundo Schumpeter (1984, p. 308) a Teoria clássica define a democracia como “o arranque institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo”.

Além dos conceitos clássicos de democracia acima/supracitados, surge, com o aumento do uso da internet como mecanismo de participação pública, o conceito de democracia digital e suas formas semelhantes, como democracia eletrônica, e-democracy, democracia virtual, ciberdemocracia e outras. De acordo com Gomes (2005), vem se produzindo

(...) uma volumosa bibliografia interessada basicamente nas novas práticas e renovadas possibilidades, para a política democrática, que emergem da nova infra-estrutura tecnológica eletrônica proporcionada por computadores em rede e por um sem-número de dispositivos de comunicação e organização, armazenamento e oferta de dados e informações on-line (GOMES, 2005, p. 215).

A proximidade do governo com o público representa, entre outros fatores, transparência, e pressupõe que o público possa opinar e ser ouvido por seus representantes em esferas públicas, seja no âmbito do Executivo, Legislativo ou Judiciário, principalmente em temas polêmicos e de interesse público e do público. Assuntos de interesse público podem ser classificados como temas que concernem à sociedade de forma geral, para garantir seu bem estar, como saúde, transporte, meio ambiente, saneamento, entre outros. Temas de interesse *do* público são assuntos que são de interesse de um seletor

(...) agrupamento espontâneo de pessoas adultas ou grupos sociais organizados, com ou sem contigüidade física, com abundância de informações, analisando uma controvérsia, com atitudes e opiniões múltiplas quanto à solução ou medidas a serem tomadas frente a ela; com ampla oportunidade de discussão e acompanhamento ou participando do debate

geral, através da interação social ou dos veículos de comunicação, à procura de uma atitude comum, expressa em uma decisão ou opinião coletiva, que permitirá a ação conjugada (ANDRADE, 1989, p. 41).

Entendendo os conceitos **de** “público” e “**do** público”, pode-se inferir/pensar que a participação da sociedade em processos de consultas públicas digitais contribui para a consolidação da democracia.

Muitos fatores são importantes para que a participação pública seja efetiva, podendo ser destacada a necessidade de acesso à informação para melhor compreensão dos projetos públicos e o exercício efetivo de uma cidadania ativa. De acordo com Benevides (2000), a cidadania passiva se dá quando uma sociedade tem direitos e deveres e está sujeita à Constituição vigente e à ordens jurídicas. Já a cidadania ativa passa a acontecer quando o cidadão efetiva sua participação no poder, participando de processos decisórios, por exemplo.

Tradicionalmente, a informação circula por meio da imprensa, dos sindicatos, ONGs, partidos políticos, associações de classe. Dessa forma as pessoas podem tomar conhecimento das ações de seus governantes e organizar manifestações e assumir suas próprias posições (Sacheto, 2008).

Entretanto, as ações dessas organizações e dos meios de comunicação convencionais (televisão, rádio, jornais e revistas), bem como as mídias sociais têm se mostrado limitadas, seja pelo alcance a grupos restritos, no caso dos veículos de massa, seja pela relação verticalizada que impõem. Por outro lado, a sociedade está cada vez mais consciente de seus direitos e começa a exigir uma relação dialógica, interativa, que possibilite a participação em processos decisórios.

Com a informatização da sociedade, a partir do uso cada vez mais acelerado e amplo da internet e das redes sociais propiciadas pelas diferentes tecnologias de informação, o cenário da comunicação mundial se modifica com o surgimento dos governos eletrônicos e a perspectiva da democracia digital (e-democracia). A sociedade civil busca mais informações e transparência do Estado, o que gera novas legislações para sistemas de acesso às informações públicas.

Com a expansão do território virtual surge a oportunidade de inserção de um sistema que promove a transparência e estabelece um contato entre o governo e o público, incentivando a democracia de uma forma mais concreta: **as consultas públicas digitais**.

Esta pesquisa, portanto, está direcionada para o tema das consultas públicas digitais com foco no espaço virtual do MMA e do CGEE. Esta abordagem é importante no âmbito da temática ambiental e da realização da Rio+20, pois avalia a participação e percepção pública dos diferentes atores sociais sobre os temas em debate: economia verde, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Pretende, portanto, contribuir com a análise da inserção de pesquisas sobre consultas públicas digitais na área de Comunicação Ambiental, uma vez que tais mecanismos possibilitam a mobilização e participação de diferentes atores sociais no espaço público midiaticado.

O processo de informatização governamental vem ocorrendo há mais de 50 anos, e o termo governo eletrônico, muito divulgado nos Estados Unidos por Bill Gates e Al Gore, ganhou força com a expansão da internet na década de 1990 (Sacheto, 2008). A comunicação eletrônica é resultado das mudanças tecnológicas, social e política que ocorreram nos últimos anos. Com as redes sociais, o exercício da democracia muda de patamar com a participação ativa da sociedade em diferentes temas de interesse público, sejam eles colocados ou não em processos oficiais de consultas públicas. Surge assim a perspectiva da democracia digital.

A internet e as novas tecnologias de informação apresentam novos recursos que podem fortalecer o processo democrático (Maia, 2000), podendo ser interativos ou não. A internet é vista, simultaneamente, de acordo com Gomes (2005, p. 217), “como inspiração para formas de participação política protagonizada pela esfera civil e como demonstração de que há efetivamente formas e meios para a participação popular na vida pública”. O sistema de consultas públicas digitais prevê a participação e interação da população com o governo, possibilitando a redução das distâncias existentes.

Consultas públicas digitais

Com a expansão do território virtual surge a oportunidade de inserção de um sistema que promove a transparência e estabelece um contato entre o governo e o público, incentivando a democracia de uma forma mais concreta: **as consultas públicas digitais**.

A Controladoria-Geral da União (2014) define a transparência como um meio que amplia “as condições de conhecimento e controle do uso dos recursos gerados pelo pagamento dos impostos” e afirma que

o Governo Federal tem atuado firmemente no sentido de incentivar o controle social para que as práticas da Administração Pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética. A participação ativa da sociedade é imprescindível para garantir o bom uso dos recursos públicos (CGU, 2014).

As consultas públicas digitais estão previstas pela legislação brasileira desde o final da década de 1990. Por meio das consultas públicas digitais é possível diminuir, pelo menos teoricamente, a distância entre a voz do povo (seja individualmente ou por meio de seus representantes e de forma coletiva) e a administração pública. Dessa forma as opiniões podem ser, de fato, qualificadas, proporcionando um intercâmbio de ideias entre os próprios cidadãos e o governo. As consultas públicas digitais preveem a interação entre diferentes atores sociais e não apenas participação do público. Entretanto, ainda não existe um padrão nas consultas públicas digitais nos diferentes órgãos governamentais, bem como mecanismos claros de controle para sua efetivação nos moldes previstos pela legislação vigente.

Além disso, não há garantias de que as sugestões feitas serão ou não incorporadas. Entretanto, apesar das deficiências ainda vigentes no sistema de consultas públicas, elas devem ser reconhecidas como um ponto de partida importante para promover a e-democracia como um canal de participação direta entre a administração pública e o cidadão, e entre o cidadão e outros cidadãos.

Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente: consultas digitais

Latour e Woolgar (1997) explicam que a ciência não é diferente de outras práticas sociais. “É tentador partir da premissa de que a natureza da atividade científica difere

essencialmente das práticas interpretativas das atividades não científicas” (Latour e Woolgar, 1997, p. 160 e 161). Para Zanon, Almeida e Queiroz (2007), o cientista, da mesma forma que qualquer outro agente social, “utiliza estratégias persuasivas que visam garantir a aceitação dos enunciados por ele produzidos” (Zanon, Almeida e Queiroz, 2007, p. 3).

Em 1992 foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, RJ, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, (antecedida pela Conferência de Estocolmo, em 1972). O objetivo das duas conferências era discutir meios de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação da natureza. Neste encontro estiveram presentes chefes de Estado, especialistas na área ambiental, a imprensa e a sociedade civil, e dele surgiram alguns documentos oficiais, como a Carta da Terra e a Agenda 21. Em 2002, ocorreu em Joanesburgo (África do Sul) a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que se propôs a medir os efeitos e resultados da primeira reunião.

Problema de pesquisa

Considerando a importância das consultas públicas digitais para o aperfeiçoamento da democracia e a participação da sociedade civil em temas de interesse público, no caso específico de consultas digitais na área ambiental para a Rio +20, qual a repercussão dessas consultas no debate da Conferência?

Objetivo geral

Acompanhar e refletir sobre o processo de mobilização e participação da sociedade brasileira para o fortalecimento da e-democracia a partir das principais consultas públicas digitais para a Rio+20.

Objetivos específicos:

- a. Fazer uma breve reflexão sobre os conceitos de democracia, democracia deliberativa, democracia participativa, e-democracia, direito à informação, lei de

Acesso à Informação, visibilidade, transparência, comunicação pública, participação pública e políticas públicas digitais.

- b. Traçar um panorama das consultas públicas digitais governamentais no âmbito internacional e nacional realizadas na última década; Historiar e refletir sobre o papel da comunicação pública e do governo eletrônico no processo da democracia digital no Brasil;
- c. Analisar os mecanismos/ferramentas disponíveis no Governo Eletrônico brasileiro, em geral, e no portal do Ministério do Meio Ambiente, em particular, observando de que forma podem contribuir para ampliar a participação cidadã em assuntos de interesse público;
- d. Promover uma reflexão acerca da contribuição do sistema de consultas públicas digitais no Brasil para a ampliação do processo democrático no país por meio da participação pública. Avaliar, assim, o campo da comunicação como área estratégica nas dinâmicas sociais contemporâneas;
- e. Analisar o processo de realização das principais consultas públicas digitais brasileiras para a Rio+20 (critérios, argumentos e resultados):
 - a) a consulta do MMA, “**Visões nacionais para a Rio+20**”, realizada de 5 à 30 de setembro de 2011 e
 - b) a do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), “**Percepção do conceito de economia verde numa perspectiva global**”, desenvolvida entre 12 de março e 08 de abril de 2012;
- f. Contextualizar o papel da consulta internacional (com participação do Brasil) “The future we want” (O Futuro que nós queremos), da ONU, realizada entre 20 de abril e 15 de junho de 2012. Observar os temas elencados, os grupos participantes (empresas, governos, sociedade civil (ONGs, associações de classe, sindicatos), academia e políticos, as percepções públicas sobre Meio Ambiente, Economia Verde e Sustentabilidade e sua contribuição nos debates da Rio+20.
- g. Avaliar, por meio das consultas públicas digitais selecionadas para esta pesquisa qual a percepção pública dos brasileiros dos principais problemas da área e as principais sugestões para o desenvolvimento sustentável do país;

Metodologia

Pela natureza e especificidade deste trabalho, consultas públicas digitais e seu papel em governos democráticos serão abordados neste estudo para avaliar o grau de participação da sociedade nesses processos. Para isso utiliza os percursos metodológicos das Pesquisas Deliberativas (Deliberative Polls), objeto de estudo do pesquisador James Fishkin, da Universidade de Stanford (Estados Unidos).

Fishkin (2005) afirma que a pesquisa deliberativa abre um útil caminho dentro da democracia, pois é possível que cidadãos comuns (isto é, que não tem envolvimento político como profissão) mostrem sua opinião sobre assuntos de seu interesse, sendo beneficiados durante e após o processo, mediante os resultados da pesquisa.

A pesquisa é um Estudo Múltiplo de Caso de natureza qualitativa. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo. O Estudo de Caso, de acordo com Yin (2001), investiga um ou mais temas de relevância social, utilizando-se de várias fontes de evidência. Este método é comumente utilizado a partir da necessidade de se entender algum fenômeno social. No caso desta pesquisa, avalia unidades múltiplas como as consultas do MMA e do CGEE.

Utiliza ainda os recursos da Análise de Conteúdo, a partir dos estudos de Bardin (1988) e Bauer (2002), considerando as seguintes categorias analíticas:

- a. Atores sociais, conteúdo, abordagem;
- b. Percepção e conceitos sobre o meio ambiente (desenvolvimento sustentável, economia verde, sustentabilidade);
- c. Natureza dos argumentos:
 - políticos
 - econômicos
 - sociais

A revisão bibliográfica versa fundamentalmente sobre comunicação pública, democracia digital, consulta pública, meio ambiente e cidadania. Realiza análise a partir dos documentos oficiais da Rio+20 e outros relacionados ao evento e ao meio ambiente (textos de lei, textos relacionados ao objeto de estudo, divulgados na imprensa em geral e na internet).

Corpus

As consultas públicas: uma breve descrição do objeto de pesquisa

MMA: “Visões nacionais para a Rio+20” (5 a 30 de setembro de 2011)

A consulta pública digital “Visões nacionais para a Rio+20” foi disponibilizada para participação do público pela internet entre os dias 5 a 30 de setembro de 2011. Dentro do hotsite da Rio+20 (hotsite.mma.gov.br/rio20) o usuário podia encontrar os links para o download do texto de apoio à consulta e o questionário.

O texto de apoio explicava o objetivo da Conferência Rio+20, como ela funcionaria e os possíveis temas a serem abordados durante o evento, tais como: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

O questionário era composto de 11 questões a serem respondidas discursivamente, abrangendo temas como: a contribuição do Brasil no estabelecimento da nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos; o impacto da Conferência no debate interno sobre sustentabilidade; os principais avanços e lacunas na implementação dos documentos resultantes das Cúpulas sobre Desenvolvimento Sustentável; os temas novos e emergentes que devem ser incluídos na nova agenda internacional do desenvolvimento sustentável, bem como novos padrões de consumo e produção que devem guiar as atividades econômicas, sociais e ambientais, entre outros.

CGEE: “Percepção do conceito de economia verde numa perspectiva global” (entre 12 de março e 08 de abril de 2012)

A consulta pública sobre Economia Verde foi desenvolvida pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos em parceria com a Agência Sueca para Análise de Políticas de Crescimento (GA) e o Instituto Francês para Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais. As questões estiveram acessíveis ao público do dia 12 de março até o dia 8 de abril de 2012 na página do CGEE, na internet. O objetivo desta consulta era avaliar a

percepção das pessoas sobre o conceito de economia verde dentro de uma perspectiva global e como elas acreditavam que seria possível implementar uma economia mais verde.

Algumas das questões abordadas verificavam o que o conceito de economia verde representa para as pessoas; se o público acredita que economia verde está relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável, como a economia verde difere da economia atual e se o conceito de economia verde está restrito ao desempenho ambiental. As 29 perguntas vinham acompanhadas de uma série de opções (de múltipla escolha), onde o participante poderia escolher até três delas como respostas.

O método de identificação dos participantes da consulta consistia em fornecer dados pessoais como nome, cidade e país de origem, nível de escolaridade e setor de atividade. Eles foram divididos em quatro grupos: governo, empresas, academia e organizações não-governamentais.

Justificativa

Exatamente 20 anos depois da ECO-92, em 2012, aconteceu no Rio de Janeiro, em junho, a Rio+20. Agora o debate foi ampliado em função dos problemas ambientais agravados no mundo inteiro, como o aquecimento global, mudanças climáticas e desmatamento. O debate atual incluiu os termos contemporâneos “desenvolvimento sustentável” e “economia verde”.

As consultas públicas digitais da Rio+20 tem sido objeto recente de vários estudos na área de ciências sociais e na área de comunicação. Este trabalho pretende, portanto, contribuir com o avanço do conhecimento a partir do exame da implementação das consultas públicas no Brasil, tendo como referencial teórico os estudos de Fishkin (2005). Verifica, portanto, a aplicação de Pesquisas Deliberativas na área ambiental sobre as consultas públicas sobre Rio+20.

Utiliza para isso os questionários elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente (realizado de 5 a 30 de setembro de 2011) e os do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, do Ministério da Ciência e Tecnologia (desenvolvido entre 12 de março e 08 de abril de 2012). Esses questionários foram aplicados a diferentes grupos sociais: governos, sociedade civil, academia e setor empresarial. Verifica, assim, a partir da análise dos questionários e

de suas respostas, com base nas categorias analíticas já delimitadas, a percepção pública de diferentes segmentos da sociedade brasileira sobre os temas debatidos e a inserção deles na Rio+20, realizada entre 13 e 22 de junho de 2012.

Realiza, ainda, uma reflexão sobre o governo eletrônico e processos de mobilização social para participação em políticas públicas governamentais, fortalecidas pela Lei do Acesso à Informação, promovendo informação básica e científica para subsidiar os diferentes grupos sociais. As consultas públicas digitais atuam como fator de fortalecimento da democracia digital ao incentivar a participação da sociedade em debate de interesse público, facultando aos cidadãos uma participação ativa por meio de suas opiniões e sugestões nas temáticas ambientais.

Estrutura da dissertação

No primeiro capítulo, DEMOCRACIA, GOVERNO ELETRÔNICO E CONSULTAS PÚBLICAS DIGITAIS, faço uma revisão sobre os conceitos de democracia (e também as derivadas democracia deliberativa, democracia participativa e e-democracia), direito à informação, lei de Acesso à Informação, visibilidade, transparência, comunicação pública, participação pública e políticas públicas digitais.

O segundo capítulo, intitulado MEIO AMBIENTE E CIDADANIA, trata de assuntos como política ambiental, interesse público, mobilização social, ações públicas e percepção brasileira sobre meio ambiente. Além disso, faz uma breve contextualização sobre as conferências Rio92 e Rio+20 e aborda alguns exemplos de consultas públicas que foram realizadas no âmbito nacional e internacional.

O terceiro e último capítulo, AS CONSULTAS PÚBLICAS PARA A RIO+20, traz as duas consultas públicas digitais abordadas neste trabalho: a consulta do MMA, “**Visões nacionais para a Rio+20**”, e a consulta do CGEE, “**Percepção do conceito de economia verde numa perspectiva global.**” O capítulo aborda as questões apresentadas em cada consulta e também seus desdobramentos e resultados, bem como os relatórios finais de cada consulta.

A última parte da dissertação fica por conta das considerações finais do trabalho, seguida de referências bibliográficas e o material de apoio em anexos.

CAPÍTULO 1 DEMOCRACIA, GOVERNO ELETRÔNICO E CONSULTAS PÚBLICAS DIGITAIS

No presente capítulo faço uma pequena reflexão sobre termos utilizados nesta pesquisa de mestrado. Também procuro revisar, de maneira objetiva, os conceitos mais abordados durante a mesma, necessários para uma melhor compreensão do tema abordado. Alguns dos termos apresentados são os conceitos de democracia, direito à informação, comunicação pública, participação pública e políticas públicas digitais, entre outros.

Entretanto, para melhor compreendê-los no contexto da sociedade, é necessário, inicialmente, definir os conceitos de esfera pública e arena política, onde a democracia deliberativa se instaura. Isto porque, considerando que os atores sociais estabelecem relações de poder numa sociedade cada vez mais midiaticizada e, portanto, influenciada pela circulação de informações, os conceitos se entrelaçam e determinam, em grande parte, as percepções e ações dos diferentes sujeitos.

1.1 Esfera pública e arena política

Lubenow (2010), em seu artigo “Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas. Modelo teórico e discursos críticos”, explicita o conceito de esfera pública a partir do pensamento de Habermas. De acordo com o autor, a “esfera pública tem a ver com o “espaço social” do qual pode emergir uma formação discursiva da opinião e da vontade política” (Lubenow, 2010). Habermas (1992), por sua vez, lembra que a esfera pública é como se fosse uma “estrutura intermediária”, pois media a relação entre o Estado, o sistema político e os setores privados.

Já Dominique Wolton (1997, p. 230) no livro “Pensar a Comunicação”, explica que existe um conflito entre “espaço público como lugar de expressão e mediação, e como lugar de hierarquização normativa”. Para o autor, o espaço público é o ambiente natural para receber todos os tipos de discursos, e por isso acaba se transformando em um lugar em que ocorre a troca de expressões e de ideias.

De fato, um local onde ocorra troca de ideias pode ser definido como arena. O termo, cunhado por Elinor Ostrom (1990), se refere a um subtipo de situação social onde existe o estabelecimento de regras, “onde um tipo particular de ação ocorre.”

Sobre como ocorrem as atividades dentro de uma arena, a autora afirma que

Negociações políticas a respeito das regras que serão usadas para regular o nível operacional das escolhas desenvolve-se em uma ou mais arenas de ação coletiva. (...) Nestes casos, as escolhas sobre as regras a serem implementadas podem ser elaboradas por agentes governamentais em estruturas burocráticas, por membros das legisladoras regionais ou nacionais, e por juízes em arenas judiciais (OSTROM, 1990, p. 54).

1.2 Conceito de democracia

Como já citado anteriormente, Sacheto (2008) apresenta a democracia como um regime de governo onde o povo exerce o poder político, enquanto que a Teoria Clássica define a democracia como o ato de o povo decidir questões pertinentes através de eleições, que definem seus governantes (Schumpeter, 1984). Entendendo essas duas definições de democracia, deve-se levar em consideração que o exercício da mesma está sujeita a realidades diferentes.

A partir do conceito básico de democracia podemos aceitar que existem algumas vertentes que surgem ampliando suas representações sociais, como nos casos das democracias deliberativa e participativa.

1.3 Democracia Deliberativa x Democracia Participativa

Apesar de o conceito de democracia ser de fácil entendimento, existem algumas vertentes desta forma de governo. A *deliberativa* é uma delas, como explica Miguel (2001):

a democracia deliberativa exige que as decisões políticas sejam tomadas por aqueles que estarão submetidos a elas (...). Participação de todos, argumentação racional, publicidade, ausência de coerção e igualdade são os valores que devem balizar as tomadas de decisão em regimes democráticos. A ausência de qualquer um deles compromete a legitimidade dos resultados (MIGUEL, 2001, p. 175).

Outra vertente da democracia é a *participativa*. No final do século XX, a crescente presença de organizações de responsabilidade social indicou que os regimes democráticos alcançaram um novo estágio de desenvolvimento político, onde o debate público ganhou profundidade e se ampliou (Pereira, 2005, p. 78).

1.4 E-Democracia

Já a e-democracia, assim como democracia eletrônica, ciberdemocracia e democracia digital, são termos geralmente utilizados para se fazer referência “às possibilidades de extensão das oportunidades democráticas instauradas pela infra-estrutura tecnológica das redes de computadores” (Gomes, 2005, p.218). Independente do termo utilizado (e o mais adotado neste trabalho é o termo “democracia digital), tem como finalidade potencializar a participação da população em assuntos públicos.

De acordo com Gomes (2005), a democracia digital surge num momento em que as instituições, os atores e as práticas políticas nas democracias liberais se apresentam em crise. Isso se reflete também através da pouca participação política por parte da sociedade civil, o que acaba criando um grande distanciamento entre as esferas civil e política.

Por esse motivo, a democracia digital acaba surgindo para compensar este distanciamento, como se fosse uma alternativa de experiência democrática, e “que é fundada em uma nova noção de democracia” (Gomes, 2005, p. 218). Esta nova democracia tem como objetivo assegurar a participação do público nos processos de tomada de decisão política.

Por outro lado, como explica Gindre (2001, p. 114 e 115), “o exercício do poder nas sociedades de controle se articula em torno dos *instrumentos sociais de produção e transmissão de informações*, tomados como expressão *real* da virtualidade informacional e como *artefatos políticos*”. Ainda segundo o mesmo autor, são estes instrumentos que permitirão à comunicação tornar-se mais do que um processo material, a superestrutura das *sociedades em crise*. E vaticinou: Será nesta arena, a da comunicação, que se farão os *bons combates* do nosso futuro próximo”.

Contudo, é possível observar que a realidade brasileira vem mudando. Movimentos sociais recentes, como manifestações ocorridas em 11 estados brasileiros no ano de 2013 (que foram despertadas por conta do aumento do preço da passagem de ônibus), mostram

que a sociedade tem despertado para a realidade do contexto político e econômico do país. Segundo o portal Canal da Imprensa (2013), as redes sociais se apresentaram como uma ferramenta que permitiu a organização do modelo de protesto que ocorreu no país, até então inédito.

A internet inaugura, sem dúvida, uma nova fase nos movimentos sociais urbanos (já vivenciada com mais intensidade em outros países) na maneira de exercer a cidadania, tornando-a mais interativa, mais conectada, mais organizada. Mas é uma ferramenta, um canal expresso de comunicação, que traz mudanças no comportamento, no formato, na logística, no *modus operandi*: mais entrosamento entre distâncias, mais rapidez e eficiência nas ações (RIBEIRO, 2013. Acesso em 06/06/2014)

Apesar de as formas de consulta através da internet já terem se mostrado eficazes, ainda não é possível saber em que medida a transferência do poder civil para o virtual é, de fato, eficiente. Gomes (2005) afirma que esta tentativa é válida, mas até agora, “a forma mais democrática de assegurar participação na decisão política se dá através de debate e deliberação” (Gomes, 2005). Esta afirmação nos remete às Pesquisas Deliberativas de James Fishkin, já citadas neste trabalho, e apontadas como uma alternativa que vem se mostrando eficaz quando o objetivo é entender e medir a opinião pública em assuntos de seu interesse.

1.5 Direito à Informação

Ter acesso a informações governamentais é um direito do cidadão. De acordo com Banisar (2000), cerca de 40 países possuem algum tipo de legislação, ou estão em processo de aprovação de leis que visam garantir este direito, como Canadá, Estados Unidos e Austrália. O pesquisador Marco Cepik (2000) expõe que qualquer dado sobre um cidadão ou organização pode ser acessado pela população, assim como quaisquer informações sobre o governo, a administração pública e o próprio país, exceto “o direito à privacidade, o sigilo comercial e os segredos governamentais previstos em lei” (Cepik, 2000, p. 4).

O mesmo autor ainda sugere que o direito à informação é um direito que abrange as esferas civil, política e social, mas alega que, no Brasil, este direito ainda está longe do ideal. Segundo ele, “no Brasil, ainda é preciso enfrentar o enorme desafio político, legal e

administrativo de democratizar o acesso às informações, uma condição cada vez mais essencial para a expansão e aprofundamento da própria cidadania” (Cepik, 2000, p. 12).

Agora, com a Lei de Informação, vem sendo possível estabelecer o acesso da população a informações relacionadas ao governo.

1.6 Lei de Acesso à Informação

Atualmente, algumas medidas vêm sendo tomadas no sentido de ampliar o acesso do cidadão às informações governamentais. A Lei do Acesso à Informação (LAI) é uma delas e foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, em 18/11/2011. Regula o acesso à informação e entrou em vigor em maio de 2012. Apenas informações consideradas secretas (assuntos de segurança nacional e de exclusivo acesso ao presidente em exercício) não serão divulgadas, como está previsto na legislação.

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, que acompanha os pedidos de informação, levantou que houve 25.065 solicitações nos três primeiros meses de funcionamento da LAI. Durante este tempo, 89,97% das solicitações foram respondidas em uma média de dez dias de prazo. Contextualizando para a área ambiental, entre as 10 primeiras solicitações de informações feitas a órgãos públicos federais no período de maio à agosto de 2012, o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) se encontra na oitava posição, com 553 pedidos.

Dados colhidos no portal de Acesso à Informação, em junho de 2014, mostram que foram realizados 591 pedidos de acesso à informação ao MMA no período de junho de 2012 a abril de 2014. Dentre os 10 assuntos mais solicitados se destacam Gestão de meio ambiente, Qualidade Ambiental, Ambientes ocupados pelo homem, Biodiversidade e Cidadania ambiental.

Ainda de acordo com o portal, 17 dias é o tempo médio para que o solicitante receba uma resposta à sua solicitação, e a tabela abaixo mostra os meios de se obter as informações e o número de pedidos pelas diferentes possibilidades.

Figura 1 - Tabela comparativa entre sobre os meios de envio de resposta da CGU

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	291	49,24%
Correspondência eletrônica (e-mail)	277	46,87%
Buscar/Consultar pessoalmente	20	3,38%
Correspondência física (com custo)	3	0,51%

Figura 1. Tabela comparativa entre sobre os meios de envio de resposta da CGU. <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>. Acesso em 03/06/2014.

Por meio desta tabela é possível verificar/constatar que a grande maioria dos pedidos e de respostas de acesso à informação se deram por meios eletrônicos. Esse fato reforça a ideia de que a internet tem se apresentado como ferramenta importante e preferida no processo de comunicação entre a sociedade civil e o governo, pelo menos no que diz respeito à troca e liberdade de informações.

1.7 Visibilidade X Transparência

Barbosa (2011) explica que, “para que a comunicação organizacional do Estado se configure como Comunicação Pública, é imprescindível a intersecção entre transparência legal e direitos à informação e à comunicação.” A autora apresenta três requisitos base que fazem parte da Lei de Transparência Administrativa e que deveriam fundamentar modelos de comunicação do Estado: 1. a prestação de informações (subprincípio da informação), 2. informação significativa (subprincípio da motivação) e 3. participação (subprincípio da participação).

Esta tríade busca estabelecer princípios de transparência e visibilidade. Contudo, é preciso ser cuidadoso no caminho rumo a esses dois princípios. Ainda de acordo com Barbosa (2011), “a transmissão de informação isoladamente pode levar à visibilidade, mas não à transparência. Além de informar, é imprescindível conferir significação”, oferecer a possibilidade para dar sentido à informação.

Estes conceitos auxiliam na análise das consultas públicas, objeto de pesquisa deste trabalho, pois através deles é possível entender que as consultas públicas se apresentam como um meio de informação e de motivação sobre os assuntos ambientais e como um método de participação. A transmissão de informação à população gera visibilidade e suscita debates; por outro lado, o estudo da opinião apresentada sobre o tema, bem como a divulgação de seus resultados, nos coloca no caminho da transparência.

1.8 Comunicação Pública

Para Matos (1999), as políticas de comunicação social são aquelas que se associam às macroestruturas administrativas. No âmbito do governo, a comunicação pode ser dividida em *política*, aquela dedicada a campanhas e marketing político e *pública*, que visa envolver o cidadão, fortalecendo a prática da cidadania. Ainda segundo a autora, o conceito de comunicação pública “se remete ao processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (Matos, 1999)¹.

As pesquisas de opinião, percepção pública, consultas públicas são, portanto, ferramentas importantes da área de Comunicação para dar voz à população, possibilitando a conscientização e participação da população em processos decisórios que envolvam o interesse público. Na área ambiental não é diferente.

Renn (2008) afirma que a participação pública na área ambiental é um assunto preocupante em quase todo o mundo. Lembra que a participação pública em tomadas de decisão na área ambiental foi instituída pela Convenção de Aarhus, assinada em junho de 1998 e ratificada em fevereiro de 2005.

No entanto, a participação pública só ocorre se é precedida do acesso à informação. Caldas (2009) coloca que

¹ MATOS, Heloiza. *Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo*. Líbero, São Paulo: Fundação Cásper Líbero, Ano II, nº. 3-4, pp. 32-37, 1999. Disponível em: <<http://www.sinprorp.org.br/clipping/2004/285.htm>> Acesso em 31 de janeiro de 2012.

a mobilização para a transformação social começa pela aquisição de conhecimento, passa pela conscientização do problema e se transforma em ação cotidiana pelo interesse público, coletivo, quando precedida pela leitura crítica do mundo e da mídia (CALDAS, 2009, p. 51).

Oliveira e Nader (2007) acreditam que a função que a comunicação desempenha é indispensável nas questões ambientais:

A comunicação tem papel imprescindível junto às questões ambientais, pois pode traduzir, informar e conscientizar a população sobre sua relevância. A comunicação torna-se essencial para a conscientização pública sobre o que é e como devemos agir para promover o desenvolvimento sustentável, tendo em vista seu papel no processo de conscientização e educação ambiental, uma vez que sem comunicação, não se envolve e compromete os públicos e a sociedade em geral, o que é essencial para uma nova relação do ser humano com ele mesmo e com a natureza (OLIVEIRA E NADER, 2007, p. 3).

Duarte (2007, p. 2) explica que a comunicação pública “trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva”. Para que ela ocorra, é necessário que haja interação entre o público e o governo. “A Comunicação Pública ocorre no espaço formado (...) pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente) em temas de interesse público. (...) A Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão” (Duarte, 2007, p. 2).

Nos últimos anos o Brasil vem desenvolvendo múltiplas formas de participação pública em processos decisórios do governo, como forma de aperfeiçoamento da democracia participativa. O objetivo da democracia digital, de acordo com Gomes (2005 p. 217), é assegurar a participação do público nos processos de decisão política, além de apresentar-se “como uma oportunidade de superação das deficiências do estágio atual da democracia liberal”.

1.9 Participação Pública

A participação pública é um elemento constitutivo para o exercício da democracia. Uma definição simples, mas adequada, pode ser a apresentada pelos autores Rowe e Frewer (2005). Eles afirmam que participação pública é “a prática de envolver os membros do público na agendasetting, nas tomadas de decisões, e na política de formação de atividades das organizações / instituições responsáveis pela elaboração de políticas” (Rowe e Frewer, 2005, p. 253. Trad. da autora).

Apesar de aparentemente simples no conceito, sua aplicação no Brasil pode ser mais difícil. Seu maior exemplo são as eleições para cargos de liderança política, os referendos e plebiscitos. São nesses momentos (isolados, de quatro em quatro anos ou quando há “necessidade”) que o povo se enxerga como participante efetivo da democracia de seu país. Na realidade, a participação pública já deveria começar bem antes disso, na política de formação das atividades das organizações, na elaboração de políticas, nas propostas de governo e na elaboração de leis, entre outras.

Considerando esses fatores, a Teoria da Mobilização Social, presente em trabalho de Rabelo (2003), se apresenta como um meio de entendermos essa participação pública dentro do contexto da democracia participativa. De acordo com a autora, “os meios de comunicação, assim como as organizações e lideranças democráticas, se destacam por sua capacidade de pautar, convocar e negociar os diversos interesses que transitam em uma cidade” (Rabelo, 2003, p. 175).

Orçamento participativo

O Orçamento Participativo, colocado em execução no ano de 1989, em Porto Alegre, é uma forma de ampliar e facilitar debates entre o Governo e a população, discutindo assuntos de interesse local. Esse modelo, criado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), já foi copiado por alguns países e aplicado em muitas cidades brasileiras, sendo adaptado de acordo com as necessidades da comunidade de cada local. Marquetti (2000) explica que “o governo e a sociedade civil estabeleceram em Porto Alegre (RS) uma administração compartilhada, onde existe um sentimento de confiança e entendimento entre as esferas pública e privada” (Marquetti, 2000, p.131).

Desta forma, a experiência do Orçamento Participativo é muito relevante no debate sobre a participação pública, pois é um exemplo de programa que gera resultados positivos para a sociedade. Representa a possibilidade de participação da sociedade em decisões de interesse público.

Conselhos Municipais

Os Conselhos Municipais, presentes em várias cidades brasileiras, a partir da Constituição de 1988, são outro exemplo de participação pública, onde há interação direta entre a sociedade civil e o governo. De acordo com o Portal da Transparência², (www.portaltransparencia.gov.br/. Acesso em 13/04/2012) “eles são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).” Esta participação popular se deve ao fato de que 50% dos participantes do Conselho são pessoas da comunidade, usuárias do serviço em questão.

Tomando como exemplo o Conselho Municipal de Saúde, regulamentado pela Lei Federal nº 8.142 e pela Lei Municipal, Gerschman (2004) explica que é possível perceber que a presença de representantes do governo, profissionais da área e cidadãos possibilita a discussão de medidas de melhoria na questão da saúde.

É de notar-se que a composição dos Conselhos de Saúde, prevista pela Constituição de 1988, consiste em representantes do governo, prestadores de serviços públicos, privados e filantrópicos, representantes dos profissionais de saúde e das comunidades usuárias dos serviços de saúde pública (Gerschman, 2004, p. 1270).

Neste contexto é importante introduzir o conceito de corresponsabilidade da sociedade. De acordo com o Conselho da Europa³, citado por pesquisadores do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, a coesão social é “a capacidade de a sociedade assegurar o bem-estar de todos e evitar disparidades.”

Ainda de acordo com o Conselho, “considerando que a capacidade de garantir o bem estar tem que ser construída em nível da sociedade, esta definição afirma a ideia da

² No Portal da Transparência estão disponíveis informações sobre o Poder Executivo Federal. O portal é uma iniciativa da CGU, que apresenta os dados que estão sob a competência deste órgão.

³ O Conselho da Europa uma organização internacional que visa a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa.

corresponsabilidade dos diferentes setores da sociedade” (Observatório Local do Cidadão, 2009. Acesso em 08/06/2014).

Democracia Digital

Partindo da definição de que democracia é um regime de governo em que decisões importantes são tomadas pelo povo, estabelecendo interação entre o cidadão e seus representantes, podemos concluir que a democracia digital (e outras expressões) possibilita a comunicação entre a esfera civil e o governo, mas no ambiente virtual, como explica Gomes (2005):

As expressões democracia eletrônica, ciberdemocracia, democracia digital, *e-democracy* referem-se em geral às possibilidades de extensão das oportunidades democráticas instauradas pela infraestrutura tecnológica das redes de computadores (GOMES, 2005, p. 218).

O objetivo da democracia digital é assegurar a participação do público nos processos de decisão política, além de se apresentar “como uma oportunidade de superação das deficiências do estágio atual da democracia liberal” (Gomes, 2005, p. 217). Assim, as consultas públicas se apresentam como instrumentos importantes da democracia digital, pois são um meio de promover a participação pública em assuntos de interesse público.

1.10 Políticas públicas digitais e em comunicação

Sobre políticas públicas na área de Comunicação, Ramos (2005) afirma que

A primeira e fundamental consequência de se reconhecer o direito à comunicação é entender de que ela precisa ser vista como passível de discussão e ação enquanto política pública essencial, tal como políticas públicas para os segmentos de saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outros (RAMOS, 2005, p. 250).

Para o autor, as políticas públicas em comunicação precisam ser vistas como essenciais, ou ser colocadas no mesmo patamar das políticas públicas de áreas já consideradas essenciais, como as área da saúde e da alimentação. Entretanto, ainda segundo o autor, é difícil reconhecer a comunicação como política pública dentro do

sistema capitalista, “justamente por ser ela entendida, na ideologia liberal das sociedades de mercado, como a principal garantidora e, mesmo, alavancadora da liberdade de mercado, por meio da teoria do livre fluxo da informação” (Ramos, 2005, p. 250). De acordo com esta teoria, a ação do Estado nos meios de comunicação pode ser considerada censória.

De acordo com o autor, uma das maiores lutas “por um Estado democrático” na atualidade é o “de resgatar o espaço público como formador das políticas sociais mediante a inclusão crescente de todos os atores sociais relevantes” (RAMOS, 2005, p. 251). Infelizmente, se levarmos em consideração que o Estado pode limitar a ação dos meios de comunicação,

torna-se praticamente impossível pensar em políticas sociais democráticas amplamente debatidas pela sociedade no espaço público, inclusive as referentes à comunicação, sem que haja concomitantemente a democratização desse espaço” (RAMOS, 2005, p. 251).

1.11 Consultas Públicas

Desde a década de 1990, houve um aumento no número de usuários da internet, com a expansão de muitos recursos de comunicação online. Blogs, provedores de email, sites de busca e de relacionamento são alguns exemplos desses mecanismos que estão cada vez mais presentes no cotidiano dos internautas.

A consulta pública sempre existiu, com diferentes formatos com pesquisas de opinião. Entretanto, se faz necessária uma reflexão a respeito da credibilidade e das tendências das pesquisas de opinião. Recentemente o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou, em 27 de março de 2014, uma pesquisa sobre a violência contra as mulheres. Nesta pesquisa, o Ipea cometeu uma série de erros, desde gráficos trocados até dados equivocados. O resultado divulgado causou comoção nas redes sociais e até protestos nas ruas.

Os erros foram posteriormente corrigidos pelo próprio IPEA, que teve sua credibilidade questionada. Mas, o importante é sempre o reconhecimento do erro e correção do problema. Para evitar isto é necessário, antes, a leitura cuidadosa sobre resultados de pesquisas de opinião que todos precisam fazer. Os próprios organizadores da pesquisa e seus divulgadores, no caso jornalistas, demoraram a encontrar os problemas.

Importante lembrar que pesquisas de opinião revelam tendências e que muitas vezes são posteriormente seguidas por outras pessoas, daí a responsabilidade de seus elaboradores. Isto porque pode provocar percepções equivocadas no imaginário popular e até mesmo reações adversas, intempestivas, como ocorreu no caso da pesquisa do IPEA. Outra consequência nefasta é que pode levar a população a não mais participar de pesquisas em prejuízo do próprio interesse público.

Apesar incidentes como este, do IPEA, a consulta pública digital é um mecanismo recente e poderoso, que tem o mesmo intuito do plebiscito e do referendo, que são mecanismos criados na Constituição Federal de 1988 e dão mais peso às opiniões da sociedade. De acordo com Alves, (2008), a consulta pública “possibilita a participação da sociedade na administração pública, e de forma específica na elaboração dos atos normativos” (Alves, 2008, p. 110).

Como funciona

O sistema de consultas públicas digitais faz uso de algumas ferramentas, como a possibilidade de:

- a) postar determinado assunto;
- b) comentar outras publicações;
- c) interagir mesmo com pessoas que estão longe.

Para o melhor funcionamento e eficácia do sistema de consultas públicas digitais, cada órgão define as normas de participação das consultas públicas, que podem variar no meio de participação (online, por correspondência), por exemplo. O número mínimo de dias para que a consulta fique disponível é uma destas normas que pode variar, e o critério para definir a quantidade de dias é pré-estabelecido por cada órgão que realiza a consulta.

1.12 Alguns modelos de consultas públicas

Para Mattos (2004), as discussões levantadas a partir das consultas públicas devem expressar os interesses daquele a quem o tema da consulta pública envolve. No Brasil, até o momento, alguns dos temas que entraram em consulta pública governamental foram: comunicação, trânsito e saneamento.

A última consulta pública realizada pelo MMA tinha como tema a versão preliminar da Atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima), principal instrumento de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). A consulta pública contou com recebimento de sugestões online, no período de 1º de outubro de 2013 a 08 de novembro de 2013. Apesar de mencionar o relatório final desta consulta, o mesmo ainda não se encontra disponível para análise no site do MMA.

A consulta pública digital que contou com o maior número de participação popular foi realizada no Estado do Rio Grande do Sul entre os meses de outubro e novembro de 2012. Durante os 38 dias de duração, houve 240.516 participantes com 2.111 propostas para promover a paz no trânsito.

CAPÍTULO 2 MEIO AMBIENTE E CIDADANIA

2.1 Política Ambiental e Interesse Público

A existência de uma política ambiental é fundamental para que o governo possa estabelecer suas diretrizes e planos de ação em consonância com as necessidades de cada país. Por outro lado, o governo precisa contar com o apoio de especialistas de diferentes áreas do conhecimento para que essa política seja eficaz na solução dos problemas ambientais enfrentados pela sociedade, seja em decorrência de questões de natureza política, econômica ou social. Isto porque, como a área ambiental perpassa por interesses políticos e econômicos de diferentes grupos, é necessário chegar a um entendimento comum mínimo para que a política ambiental produza os efeitos desejados, de interesse público.

Ao mesmo tempo, é fundamental garantir a aceitação da sociedade em decisões ambientais que interfiram diretamente na qualidade de vida das pessoas. Dessa forma/Assim, a política ambiental não pode ser elaborada apenas pelo setor governamental junto a grupos de interesse sem ouvir a população como um todo. Ela precisa ser fruto do debate público, para que a sociedade participe. Os direitos do público com relação ao meio ambiente e preservação ambiental estão assegurados pelo, artigo 225 do Capítulo VI- DO MEIO AMBIENTE (ART. 225) da Constituição de 1988 como explicitado abaixo e que foi resultado de amplo debate na sociedade:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF, 1988. Acesso em 05/06/2014).

Este artigo 225 é constituído de seis parágrafos. O primeiro deles incumbe ao poder público a responsabilidade de preservar os processos ecológicos e a diversidade do patrimônio genético do Brasil, bem como fiscalizar as instituições que são dedicadas à pesquisas nesse campo de atuação. Além disso, busca controlar qualquer atividade que possa apresentar risco para a qualidade de vida e do meio ambiente, e também definir espaços de proteção ambiental em todo o país. Prevê, ainda, a necessidade de educação

ambiental em todos os níveis de ensino, a fim de estabelecer uma conscientização pública a respeito da preservação do meio ambiente.

Os segundo e terceiro parágrafos do artigo 225 falam a respeito da recuperação de ambientes degradados decorrentes da exploração de recursos minerais. Determinam que infratores que venham a causar danos ao meio ambiente estão sujeitos a sanções penais.

O quarto parágrafo estabelece que a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e que a utilização desses locais só pode ser realizada de forma que haja preservação ambiental.

O quinto parágrafo afirma que as terras que forem arrecadadas pelo Estado, devido à ações discriminatórias, ficam indisponíveis para uso, pois são consideradas necessárias para a proteção dos ecossistemas naturais.

Por fim, o sexto e último parágrafo prevê a instalação de usinas com reator nuclear apenas quando tiverem sua localização definida pela lei federal. Caso contrário, sua instalação fica proibida.

Fica claro, portanto, que a legislação ambiental do país elaborada com o objetivo claro de preservação dos recursos naturais do país, com sanções importantes para aqueles que não seguirem seus preceitos, não consegue se impor, a despeito do interesse público. Entre a legislação e a prática há uma grande diferença face aos grupos de interesse e às relações de poder que se interpõem aos direitos dos cidadãos.

Analisando os parágrafos do artigo 225 e a prática da política ambiental, no país, é necessário refletir se, de fato, está sendo aplicada no Brasil. Para que isto aconteça, é necessária a participação do público através da mobilização social com a atuação conjunta de grupos de pressão para que a legislação seja, de fato, transformada em ações que privilegiem o interesse público.

Os problemas de aplicação do art. 225 da legislação ambiental podem ser observados no recente debate sobre o novo “Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei nº 12.651 de 2012, completou dois anos no dia 25 de maio, mas continua gerando polêmicas” (JC e-mail 4972, de 13 de junho de 2014. Acesso em 14/06/2014).

2.2 Mobilização Social e Ações Públicas

A partir do momento em que entendemos que o público pode, e deve, participar no processo de elaboração de normas e decisões a respeito das questões ambientais, bem como na fiscalização do cumprimento das mesmas, podemos supor que é necessário que haja algum tipo de mobilização na sociedade em prol de um objetivo comum.

Baseando-se nos estudos de Rabelo (2002), entendemos que a mobilização social pode ser definida como um processo onde existe a vontade de se compartilhar interesses e visões a respeito de determinado assunto, buscando alcançar um propósito comum e, finalmente, possibilitar o exercício da democracia no processo de tomada de decisões em assuntos de interesse público. Ainda segundo a autora, por meio da mobilização social é possível “construir uma nova forma de convivência democrática, baseada na cidadania e no desenvolvimento” (Rabelo, 2002, p. 97).

A grande diversidade de opinião, educação e costumes pode, em uma primeira análise, apresentar-se como uma barreira, no sentido de caminhar para um objetivo comum. Entretanto, quando existe a intenção de atingir um objetivo comum, a mobilização social ocorre no sentido de aproximar pessoas diferentes, mas que partem de um propósito único para fins de interesse coletivo. Segundo a autora,

na mobilização, o imaginário torna-se a referência, o objetivo, horizonte ou acordo que faz pessoas diferentes compartilharem os mesmos propósitos. Assim, ele deve ter a capacidade de “somar singularidades”, unir grupos e instituições concretas e específicas em torno de uma causa (RABELO, 2002, p.99).

É neste contexto de mobilização social que se encontram as consultas públicas ambientais estudadas nesta pesquisa. Motivados primeiramente por um incentivo vindo do poder político, que procurou envolver a população em assuntos ambientais de interesse público, a serem debatidos na Rio+20, em julho de 2012, diversos atores sociais estiveram envolvidos em um mesmo alvo, participando de pesquisas que buscavam entender a visão da população sobre algumas questões ambientais relevantes. A expectativa era de que suas vozes fossem ouvidas e levadas em consideração durante o evento, no Rio de Janeiro, e que suas posições, por representarem diferentes segmentos da sociedade civil, pudessem, depois, ser incorporadas ao documento final da Conferência.

2.3 Rio 92

A Assembleia das Nações Unidas aprovou, no ano de 1988, uma resolução que previa a realização de uma conferência sobre temas ambientais. Neste mesmo ano foi aprovada a Constituição Federal, onde consta o Capítulo VI- DO MEIO AMBIENTE (ART. 225). Quatro anos depois, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 ocorreu, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida também por outros nomes, como Cúpula da Terra, Rio 92 ou Eco-92.

Na ocasião, cerca de 180 chefes de Estado e de governo se reuniram no Riocentro, RJ, quando, depois de muitos debates, os países adotaram a Agenda 21, “um modelo para repensar o crescimento econômico, avançar na equidade social e garantir a proteção ambiental” (Rio+20, 2012). De acordo com informações da ONU, publicadas no jornal *O Globo*, em 30 de maio de 2012,

nove mil jornalistas de todo o mundo se credenciaram para acompanhar as discussões sobre desenvolvimento sustentável, que tinham sido iniciadas em 1972, na Conferência de Estocolmo, da qual resultou na Declaração de Estocolmo. Segundo especialistas, a Rio 92 consolidou uma agenda global para o meio ambiente” (Jornal *O Globo*, 2012. Acesso em 22/03/2014).

Para a Eco 92 foram propostos alguns temas para discussão, que já haviam sido apontados no evento de 1972, em Estocolmo. Entre os temas estavam

proteção aos solos, por meio do combate ao desmatamento, desertificação e seca; proteção da atmosfera, por meio do combate às mudanças climáticas; proteção das áreas oceânicas e marítimas; conservação da diversidade biológica, controle de biotecnologia, controle de dejetos químicos e tóxicos; erradicação de agentes patogênicos e proteção das condições de saúde” (Jornal *O Globo*, 2012. Acesso em 22/03/2014).

Os temas foram debatidos durante a Conferência, e a partir de das discussões, os países envolvidos adotaram a Agenda 21. No Brasil, até 1996, “apenas oito cidades brasileiras haviam iniciado a implantação da Agenda 21 local: São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Porto Alegre, Vitória e Santos” (Rabelo, 2002, p 41).

A Eco92 foi um evento que globalizou o debate sobre o Meio Ambiente e impulsionou novas discussões na área ambiental, incentivando, inclusive, novos eventos para discutir sustentabilidade e cuidados com o meio ambiente, como a Rio+20.

2.4 Rio+20

Duas décadas depois, acontece também no Rio de Janeiro a Rio+20, nome popular para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012. Um dos principais objetivos era o de avaliar e renovar os compromissos da temática ambiental através da participação dos líderes dos países com relação ao desenvolvimento sustentável. Estes compromissos foram firmados na Cúpula da Terra (ECO-92), onde foi adotada a Agenda 21.

De acordo com a Agência de Notícias EFE, a Rio+20 teve números de participação significativos. Foram cerca de 12 mil delegados de 188 países representados e cerca de 100 de chefes de Estado e de governo. Mais de 1,5 mil pessoas trabalharam como voluntárias na estrutura logística da cúpula, e 4.075 jornalistas foram credenciados para realizar a cobertura do evento.

Dentre os principais temas abordados durante a Rio+20 podem ser destacados a importância e os processos da Economia Verde, possíveis ações para garantir e implantar o Desenvolvimento Sustentável no planeta, ações para Erradicação da Pobreza, entre outros. Também foi realizado um balanço sobre os últimos 20 anos sobre as ações de políticas públicas ambientais e seus resultados no decorrer dessas duas décadas. Não por acaso, esses temas foram prevalentes nas consultas públicas digitais do MMA e do CGEE, uma vez que os objetivos eram comuns: inserir diferentes segmentos da sociedade civil no debate ambiental.

As discussões elaboradas durante a Rio+20 resultaram em um documento final, que apresenta o relatório das atividades e coloca várias intensões para o desenvolvimento sustentável. Infelizmente, poucas são as decisões práticas e imediatas. A reunião da Rio+20 foi pouco conclusiva e seu relatório acaba transferindo para os próximos anos a definição de medidas práticas para garantir a proteção do meio ambiente. Enquanto isso, o planeta continua pedindo socorro.

Abaixo as principais conclusões do documento final da Rio + 20”:

- Aprovação da medida de fortalecimento do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente);
- Adoção de um novo instrumento internacional sob a Convenção da ONU sobre os Direitos do Mar (Unclos), para uso sustentável da biodiversidade e conservação em alto mar;
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não foram definidos. Foi iniciado um processo para rascunhar quais devem ser as metas até 2013, que devem ser definidas para entrarem em vigor em 2015;
- Os Meios de Implementação, questão-chave para os países com menos recursos, avançaram pouco;
- Erradicação da pobreza como o maior desafio global do planeta;
- Criação de um fórum político de alto nível para o desenvolvimento sustentável dentro das Nações Unidas.

2.5 Percepção brasileira sobre meio ambiente

Mas, afinal, qual é a percepção mundial e dos brasileiros, em particular, sobre os problemas ambientais e do papel da preservação ambiental na qualidade de vida? Como vêm o encaminhamento de propostas para reduzir o impacto da degradação ambiental com vistas ao desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida de sua população? Qual seria o papel efetivo do governo e da política ambiental para a preservação do Meio Ambiente e de seus recursos naturais? Há mais de duas décadas diferentes países tem realizado pesquisas de percepção pública mostrando a preocupação da sociedade em relação aos problemas ambientais e seus impactos sem que muita coisa tenha se modificado.

De acordo com autores como Catton e Dunlap, o meio ambiente possui três funções para os seres humanos: ele é, ao mesmo tempo, “depósito de recursos, espaço para viver e depósito de resíduos” (Santos, 2013, p. 26). Dunlap (2008) acredita que os problemas ambientais que vem ocorrendo são um assunto importante, e que merecem não apenas uma

avaliação no campo da Biologia, mas também uma investigação sociológica. Na verdade, os impactos ambientais exigem uma atenção multidisciplinar.

Dunlap se apresenta como um dos precursores da Sociologia Ambiental. Esta área de estudos se apresenta de forma interessante quando buscamos entender o que as pessoas pensam a respeito de assuntos ligados à temática ambiental, o que pode ser encontrado nas consultas públicas digitais realizadas para a Rio+20.

Ainda dentro do contexto da Sociologia Ambiental, as consultas públicas desenvolvidas no período do evento no Rio de Janeiro se apresentam como um instrumento importante para medir a percepção brasileira sobre meio ambiente.

2.6 Consultas públicas internacionais e nacionais

Abaixo, encontramos alguns exemplos de consultas públicas nacionais e internacionais. As primeiras, nacionais, baseadas nas pesquisas realizadas por Samira Crespo. Em seguida, duas consultas internacionais realizadas pela ONU.

Visões nacionais

Desde 1992 Samyra Crespo vem sendo responsável por realizar uma série histórica denominada “O que o Brasileiro pensa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável”. Esta série conta com quatro estudos distintos, realizados nos anos de 1992, 1997, 2002 e 2006.

O de 1992 foi publicado com o título “O que o Brasileiro pensa da Ecologia – O Brasil na Era Verde”, pelo MAST/MMA/ISER/CNPq.

O estudo de 1997 foi publicado com o título “O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da Sustentabilidade”, pelo MMA/MAST/CNPq e ISER. Foi um estudo composto de etapas de pesquisa de opinião com 2.000 entrevistas domiciliares representativas da população brasileira com mais de 16 anos, e de natureza qualitativa, com entrevistas de lideranças de seis diferentes segmentos: governamental, empresarial, científico, parlamentar, movimentos sociais e movimento ambientalista. Dois dos principais resultados deste estudo apontaram que quase 3/4 da população brasileira se mostrou disposta a separar o lixo doméstico como forma de ajudar na proteção do meio

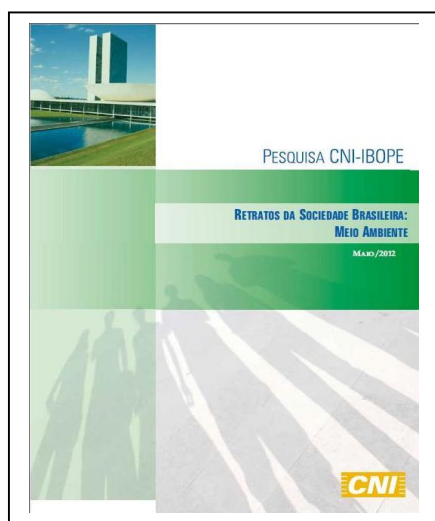
ambiente. Também foi possível perceber que a grande maioria da população concorda com a ideia de que deveria ser obrigatório o ensino de como usar e preservar o meio ambiente (94%) nas escolas brasileiras.

A pesquisa de 2001 foi publicada com o título “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável”, pelo MMA/ISER. Nesta pesquisa, um dado recolhido que se mostrou interessante foi o de que se pudessem escolher, 69% dos entrevistados afirmaram que não estariam dispostos a conviver com mais poluição, mesmo que isso trouxesse mais empregos.

E por fim, a pesquisa de 2006 foi publicada com o título “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e da biodiversidade”, pelo MMA/ISER em parceria com FUNBIO, WWF e Natura. Este estudo foi focado na biodiversidade, mas apresentou um extenso painel sobre opinião, conhecimento e atitude da população brasileira perante outros temas, como o conceito de biodiversidade (conhecido por 43% da população, e por 84% entre a população com nível superior). Este estudo apontou que o desemprego é uma das principais preocupações dos entrevistados.

Cada um dos estudos foi composto de uma pesquisa quantitativa realizado com a população brasileira, e um estudo qualitativo, realizado junto a lideranças e formadores de opinião.

Figura 2 – Capa Pesquisa CNI



Seguindo o mesmo caminho dos estudos realizados pelo MMA mencionados anteriormente, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) realizou, nos anos de 2010 e 2011, uma pesquisa em parceria com o IBOPE, intitulada “Retratos da Sociedade Brasileira: Meio Ambiente”. Esta pesquisa tinha como objetivo saber a opinião da população a respeito de três temas específicos ligados à temática ambiental. Estes temas foram 1. preocupação com o meio ambiente, 2. o aquecimento global e 3. mudanças climáticas e a coleta seletiva de lixo e reciclagem.

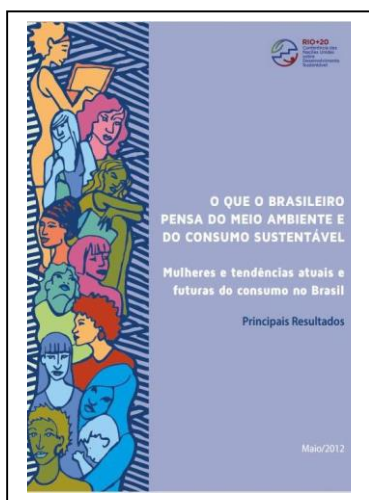
Sobre a preocupação com o meio ambiente, os resultados da pesquisa CNI-IBOPE realizados antes da Rio + 20 apontam que a população brasileira está cada vez mais preocupada com o meio ambiente, dado que pode ser comprovado a partir do aumento do percentual dos entrevistados com alguma preocupação, de 80%, em setembro de 2010, para 94%, em dezembro de 2011.

Algumas das prioridades apontadas na pesquisa brasileira concernem o desmatamento e abastecimento e poluição das águas e o desmatamento da Amazônia.

Com relação ao aquecimento global e mudanças climáticas, os entrevistados acreditam que a temperatura da Terra está aumentando, e a maioria dos brasileiros (65%) considera o problema do aquecimento global urgente. O percentual da população que considera o problema ambiental do aquecimento global como muito grave passou de 47% em setembro de 2009 para 65% em dezembro de 2011.

Por fim, sobre a coleta seletiva de lixo e reciclagem, é possível perceber que os brasileiros consideram a reciclagem uma atividade importante para o meio ambiente e para o desenvolvimento econômico do país. Inclusive, de acordo com a pesquisa CNI-Ibope, 59% dos brasileiros separam algum tipo de lixo para reciclagem e 61% dos entrevistados reaproveitam materiais eletrônicos e eletrodomésticos velhos ou danificados. Um dado preocupante é o de que 48% da população brasileira não possuem acesso à coleta seletiva de lixo.

Figura 3 – Capa Pesquisa MMA



Em 2012, o MMA realizou uma pesquisa intitulada “O QUE O BRASILEIRO PENSA DO MEIO AMBIENTE E DO CONSUMO SUSTENTÁVEL: Mulheres e tendências atuais e futuras do consumo no Brasil.” Esta pesquisa trata sobre a opinião das mulheres a respeito da realidade de consumo atual, no Brasil, e também sobre as tendências futuras. Esta pesquisa, de natureza qualitativa faz parte da série histórica mencionada anteriormente, também realizada por Samyra Crespo, secretária de articulação institucional e cidadania ambiental do MMA de agosto até maio de 2013.

Estas pesquisas retratam a opinião dos brasileiros a respeito de questões ambientais, e se alinham com as consultas públicas para a Rio + 20, que são observadas nesta pesquisa de mestrado. Isto porque todas as consultas aqui apresentadas têm relação direta com o meio ambiente e refletem a visão dos brasileiros sobre os problemas ambientais e de consumo.

Visões internacionais

Outra pesquisa importante e recente, da área ambiental é a das propostas públicas do Site “O futuro que nós queremos”, versão brasileira da campanha “The Future we Want”, da ONU realizada para a Conferencia da Rio +20, entre 20 de abril e 15 de junho de 2012. O objetivo era avaliar a percepção pública internacional e dos brasileiros sobre os principais problemas da área e suas sugestões para o desenvolvimento sustentável do país.

Figura 4 - Página principal consulta ONU



Página principal consulta ONU. Vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

Além desta, outra consulta da ONU, “An Action Agenda for Sustainable Development”, foi realizada de 7 a 22 de maio de 2013 e buscava nortear, a partir de 2015, as políticas públicas mundiais de qualidade de vida. Ainda sem resultados divulgados, o objetivo desta consulta era recolher opiniões e observações a respeito da nova agenda internacional elaborada durante a Rio+20. De forma simples, o participante da consulta

deveria fazer anotações no documento original, pontuando suas considerações cada vez que julgasse necessário.

2.7 Consulta ONU

A consulta pública “The Future we Want” (O futuro que nós queremos) foi elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), para subsidiar documentos preliminares para a Conferência da Rio +20. Esta consulta ficou disponível através do endereço eletrônico <http://vote.riodialogues.org/> no período de 20 de abril até 15 de junho de 2012. O cadastro no site permitia que o usuário acessasse os fóruns de debate e visualizasse a participação de outros usuários cadastrados, o que possibilitava um diálogo entre os participantes. Esta plataforma se assemelhava à ideia das redes sociais, que permitem esse tipo de interação.

Por meio desta consulta pública foi possível identificar que a população mundial se preocupa muito com os assuntos ambientais, e os resultados dos debates públicos apontam os principais tópicos ambientais de interesse dos participantes. Os temas para diálogo, indicados abaixo, foram propostos com o objetivo de eleger a recomendação mais votada por categoria, dentre as 10 possibilidades de resposta já previamente definidas. O relatório oficial desta pesquisa ainda não está disponível, mas é possível acessar os resultados que foram disponibilizados no próprio endereço eletrônico da Rio+20 Dialogues (<http://vote.riodialogues.org>.)

Os temas dos diálogos e as suas respectivas respostas que receberam mais votos do público online foram:

- A) *Cidades sustentáveis e inovação*: Promover o uso de dejetos como fonte de energia renovável em ambientes urbanos;

Figura 5 - Resultado de tópico mais votado e classificação



Figura 5 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

B) *A Economia do Desenvolvimento Sustentável, incluindo Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo*: Eliminar progressivamente os subsídios danosos e promover mecanismos fiscais verdes;

Figura 6 - Resultado de tópico mais votado e classificação



Figura 6 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

- C) *Desenvolvimento Sustentável como Resposta às Crises Econômicas e Financeiras*: Promover reformas fiscais que encorajem proteção ambiental e beneficiem os mais pobres;

Figura 7 - Resultado de tópico mais votado e classificação



Figura 7 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

- D) *Energia Sustentável para Todos*: Tomar medidas concretas para eliminar subsídios a combustíveis fósseis;

Figura 8 - Resultado de tópico mais votado e classificação

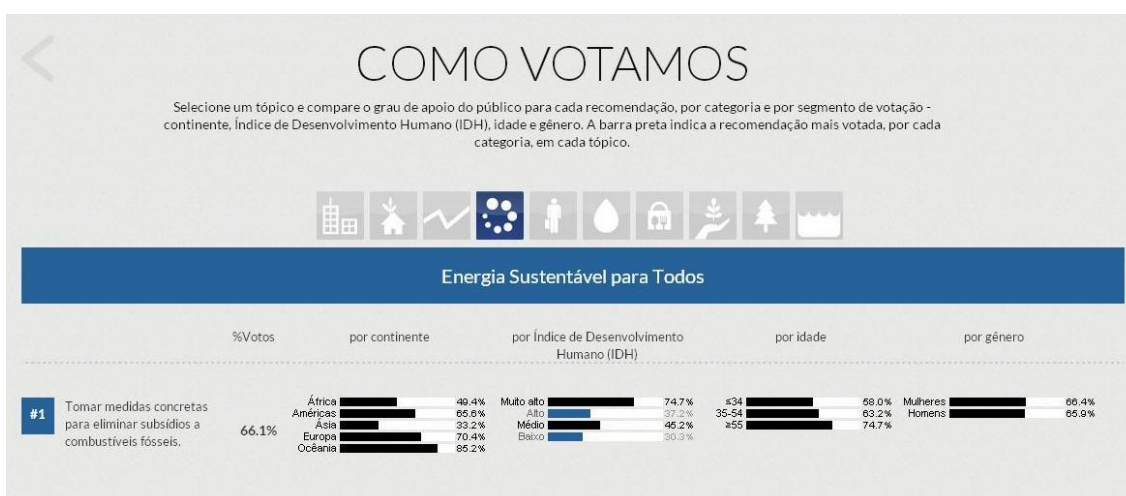


Figura 8 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

- E) *Desemprego, Trabalho Decente e Migrações*: Colocar a educação no centro da agenda dos objetivos para o desenvolvimento sustentável;

Figura 9 - Resultado de tópico mais votado e classificação



Figura 9 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

- F) *Água*: Assegurar o suprimento de água por meio da proteção da biodiversidade, dos ecossistemas e das fontes de água;

Figura 10 - Resultado de tópico mais votado e classificação



Figura 10 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

- G) *Segurança Alimentar e Nutricional*: Promover sistemas alimentares que sejam sustentáveis e contribuam para melhoria da saúde;

Figura 11 - Resultado de tópico mais votado e classificação



Figura 11 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

- H) *Desenvolvimento Sustentável para o Combate à Pobreza*: Promover a educação em nível global para erradicar a pobreza e atingir o desenvolvimento sustentável;

Figura 12 - Resultado de tópico mais votado e classificação



Figura 12 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

- I) *Florestas*: Restaurar, até 2020, 150 milhões de hectares de terras desmatadas ou degradadas.

Figura 13 - Resultado de tópico mais votado e classificação



Figura 13 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

- J) *Oceanos*: Evitar poluição dos oceanos pelo plástico por meio da educação e da colaboração comunitária.

Figura 14 - Resultado de tópico mais votado e classificação



Figura 14 – Resultado de tópico mais votado e classificação. Fonte: www.vote.riodialogues.org. Acesso em 13/04/2013

Resultados preliminares desta consulta apontam que a sociedade quer sim se envolver em assuntos de seu interesse, o que pode ser comprovado mediante análise dos números de participação. As discussões no site da Rio+20 Dialogues geraram 843 recomendações, que foram submetidas por mais de 10.000 participantes entre mais de 200 países, gerando 11.842 indicações de apoio às recomendações.

Os participantes foram classificados em quatro critérios distintos sendo 1. por local de origem (os cinco continentes, sendo África, Américas, Ásia, Europa e Oceania), 2. por Índice de Desenvolvimento Humano (o IDH, que é a classificação do país de origem do indivíduo por análise da Expectativa de vida ao nascer, dos Anos Médios de Estudo e Anos Esperados de Escolaridade e do PIB per capita), 3. por idade, e 4. por gênero.

Como o relatório final desta pesquisa ainda não está disponível, estes resultados preliminares não são “uma representação completa de opinião global, mas sim um conjunto de percepções sobre a natureza e a distribuição do apoio da opinião pública para as várias ações de desenvolvimento sustentável propostas” (site RioDialogues, 22 de julho de 2014).

2.8 Rio+20 na mídia

Figura 15 - Logos



Figura 15 – Logos de alguns veículos que veicularam notícias sobre a Rio+20. Fonte: FERRARI, M. (2014)

Para a cobertura jornalística do evento, a organização da Rio+20 contou com um Centro de Mídia para o uso de todos os jornalistas credenciados. Dentro do Centro de Mídia ficou localizada a sala principal das coletivas de imprensa, e todas as coletivas foram organizadas pelo Escritório do Porta-voz da Conferência.

Com relação à comunicação multimídia, o Departamento de Informação Pública (DPI) da ONU proporcionou cobertura de TV, rádio, foto, meio impresso e Internet das declarações oficiais nas plenárias, mesas-redondas e conferências de imprensa no RioCentro.

No âmbito da internet houve transmissão ao vivo (webcast) da Conferência oficial e de alguns eventos paralelos. A cobertura multimídia e transmissões ao vivo (webcasts) foram postadas na página oficial da Rio+20 (www.uncsd2012.org) e no site em português (www.onu.org.br/rio20). No site da Rio+20 ainda é possível encontrar materiais de imprensa multilíngue e materiais em português, como documentos, editais, etc.

Ainda sobre Rio+20 na internet, foram utilizadas mídias sociais para promover o evento. A Conferência tinha um perfil oficial no Facebook e no Twitter (www.facebook.com/ONURioMais20) e (www.twitter.com.com/ONU_RioMais20).

A página do Conferência no Facebook continua ativa até o fechamento desta pesquisa, contando com pouco mais de 57 mil “likes” de usuários da rede social. Os conteúdos postados na página publicavam notícias a respeito do evento, agenda de reuniões, participantes relevantes, etc.

Figura 16 - Página da Rio+20 no Facebook

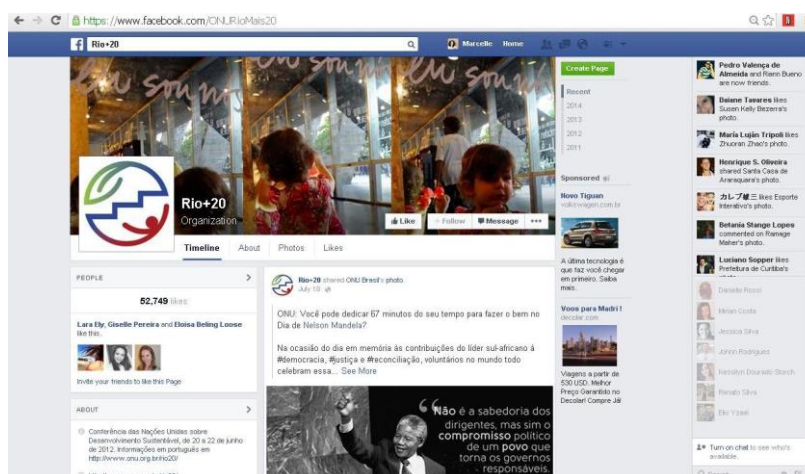


Figura 16 – Página da Rio+20 no Facebook. Fonte: FERRARI, M. (2014)

Já o perfil da Rio+20 no Twitter possui 16 mil “followers”. Durante o evento, as hashtags que promoveram o evento nessas duas mídias sociais foram #riomais20 e #futuroquequeremos.

Figura 17 - Página da Rio+20 no Twitter

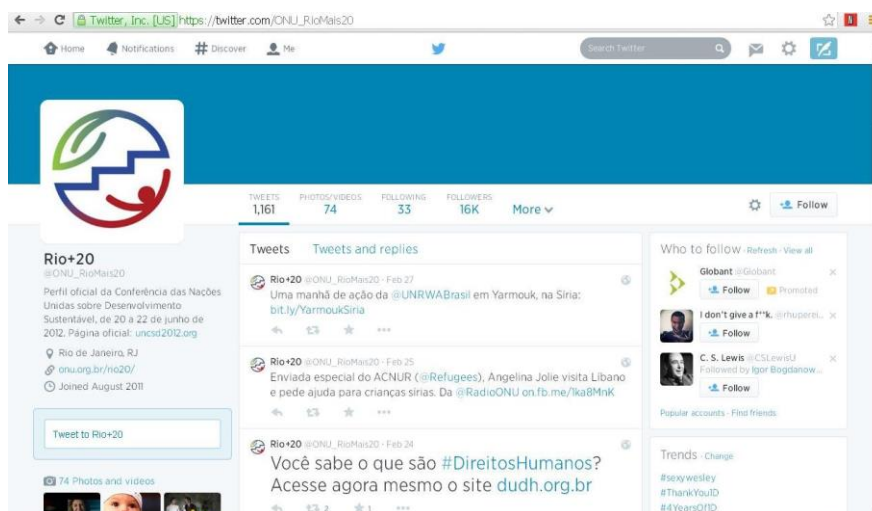


Figura 17 – Página da Rio+20 no Twitter. Fonte: FERRARI, M. (2014)

A Rio+20 ainda contou com um Digital Media Lounge, que foi um espaço para uso de blogueiros das ONGs participantes do evento. O espaço foi equipado com mesas com plug-ins para laptops e câmeras de vídeo em um estúdio. A Rio+20 também incentivou a iniciativa ‘PaperSmart’, que visa minimizar o uso de papel e pegada de carbono na conferência, incentivando a utilização de documentos digitais e outros recursos. Documentos oficiais, declarações, comunicados de imprensa e o kit de imprensa da conferência foram disponibilizados digitalmente, apenas, e os jornalistas que cobriram a Rio+20 no local puderam utilizar seus laptops ou dispositivos móveis, incluindo eReaders. A imprensa credenciada recebeu alertas de mídia e avisos por e-mail.

Apenas para efeito ilustrativo, sem intenção fazer um levantamento completo, incluo exemplos de alguns recortes da cobertura impressa da mídia nacional e internacional da Rio+ 20.

Revista Veja:

Rio+20: o jeito é esperar por 2015

Se o "futuro que queremos" não ficou claramente estabelecido, aposta de ambientalistas e cientistas é tentar evitar que, daqui a três anos, compromissos de 2012 saiam do papel. Risco de "não implementação", no entanto, ainda existe.

Estado de São Paulo:

Rio+20 estabelece 'o futuro que nós queremos'

Conferência retoma debate sobre sustentabilidade duas décadas após Rio-92, mas termina com documento considerado 'pouco ambicioso'

O Globo:

Presidentes latinos criticam países ricos no segundo dia da Rio+20

Presidente boliviano disse que ambientalismo é usado como arma.

Valor Econômico:

Juntos por um futuro sustentável

As declarações finais da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972 e a Eco-92 puseram o ser humano no centro do desenvolvimento sustentável. No entanto, até hoje, mais de 900 milhões de pessoas ainda passam fome. Populações pobres pelo mundo afora, especialmente nas áreas rurais, são as mais atingidas pela crise de comida, climática, financeira, econômica, social e energética que o mundo enfrenta hoje.

Veículos estrangeiros:

The Washington Post

Rio Earth summit nears as scientists warn planet faces grave threats

As thousands of people prepare to convene in Brazil this month for the Rio+20 Earth Summit, scientists and environmentalists alike are sending a sharp message: The planet is in dire straits.

The Guardian

Rio+20 conference's search for green solutions hampered by deep divisions

Expectations for action are low despite UN assessment that the world's environment is declining rapidly.

Forbes

Will Rio+20 Advance Sustainable Development?

Expectations are high for Rio+20, but the outcomes are likely to be very different from the first Rio conference twenty years ago.

The Financial Times

Call to governments to prepare for Rio+20

The world has changed dramatically since the first Rio Earth Summit in 1992. Back then investors simply did not have a seat at the table, and corporate performance on environmental, social and governance (ESG) issues was seen as either a compliance or ethical issue, and certainly not material to investors.

New York Times

Rio Isn't All Lost

In June 1992, world leaders, including President George Bush, agreed to combat climate change at the Earth Summit meeting in Rio de Janeiro. This week, at "Rio+20," leaders, experts and activists will once more gather to ponder the fate of the planet.

CAPÍTULO 3 AS CONSULTAS PÚBLICAS DO MMA E DO CGEE PARA A RIO+20

Este capítulo descreve e analisa os resultados de duas consultas públicas realizadas para a Rio+20: a do Ministério do Meio Ambiente, “**Visões nacionais para a Rio+20**”, realizada de 5 à 30 de setembro de 2011, e a do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), “**Percepção do conceito de economia verde numa perspectiva global**”, desenvolvida entre 12 de março e 08 de abril de 2012.

Para melhor compreender o conceito de economia verde e a percepção pública dos segmentos pesquisados, faço uma breve contextualização sobre a definição desse conceito por alguns autores.

De acordo com Sawyer (2011, p. 36), economia verde envolve mudanças climáticas, citando baixo carbono, eficiência energética, energia renovável, ecossistemas e biodiversidade. O autor afirma que o discurso de economia verde “está bem elaborado em termos de capital natural, redução de pobreza, baixo carbono, eficiência energética, inovação, agenda verde e governança global (...)”.

Ainda de acordo com Sawyer (2011. P. 37), o conceito de desenvolvimento sustentável (que foi cunhado por Brundtland em 1987), se apresenta como um “atendimento às necessidades do presente sem prejudicar o atendimento às necessidades das futuras gerações”. Dessa forma, é possível perceber que o conceito de economia verde é mais preciso e específico que o de desenvolvimento sustentável, uma vez que explicita vários condicionantes para que seja atendido; enquanto que o conceito de desenvolvimento sustentável, embora importante, é mais genérico, abrange sustentabilidade a partir da visão das necessidades das gerações.

Sobre crescimento verde, Young (2011) analisa que

o "esverdeamento" da economia brasileira, através da expansão de atividades econômicas de baixo impacto ambiental, pode trazer resultados melhores para a geração de emprego e renda do que o atual modelo de especialização em exportações de recursos naturais explorados predatoriamente ou de bens industriais com elevado grau de poluição em seus processos produtivos. Ou seja, um modelo alternativo, baseado na expansão de setores "limpos", pode

trazer mais benefícios sociais e econômicos do que o caminho atual de especialização em atividades "suas" (YOUNG, 2011, pag. 88).

O “modelo alternativo” citado pelo autor refere-se à economia verde. O crescimento verde seria um resultado positivo da economia verde, ou seja: como o país pode crescer economicamente fazendo uso da sustentabilidade aplicada às áreas que ela engloba. Dessa forma, é possível inferir que os dois conceitos se complementam.

3.1.Visões Nacionais: a consulta pública do MMA

Figura 18 - Hotsite do MMA



Figura 18: HotSite do MMA (www.mma.gov.br) Acesso em agosto de 2013.

Conceitos

Os conceitos sobre desenvolvimento sustentável que permeiam a consulta do Ministério do Meio Ambiente, de acordo com diferentes autores, estão assim representados.

Na visão de Allen citado por Baroni (1992, p. 17), desenvolvimento sustentável “significa alcançar satisfação constante das necessidades humanas e a melhoria da

qualidade da vida humana.” Para Markandy e Pearce (1988), citados por Baroni (1992, p. 17), a “ideia básica de desenvolvimento sustentável é simples no contexto dos recursos naturais (excluindo os não renováveis) e ambientais: o uso feito desses insumos no processo de desenvolvimento deve ser sustentável ao longo do tempo.” Pezzey (1989) citado por Baroni (1992, p. 17) por outro lado, apresenta uma definição-padrão de desenvolvimento sustentável, que seria “a de não declínio do bem-estar per capita por causa de seu apelo evidente como critério de equidade entre gerações.”

Já Rattner (1991) citado por Baroni (1992, pag. 19) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável envolve condições de melhoria de vida para as populações, tanto do ponto de vista social quanto do econômico. Segundo o autor, a “incorporação da dimensão ambiental nas estratégias e projetos de crescimento econômico não é condição suficiente nem para o desenvolvimento sustentável nem para a melhoria das condições de vida dos pobres e desprovidos.”

Objetivos

Com a finalidade de elaborar uma minuta inicial do documento a ser adotado na Rio+20, esta consulta pública visava recolher opiniões para subsidiar e fortalecer as posições a serem defendidas pelo Brasil.

O objetivo da consulta pública digital do MMA, de acordo com as informações oficiais do site do Ministério (2011, <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/>), era “garantir um processo inclusivo e transparente de elaboração das propostas do Brasil” para a preparação de “uma minuta inicial do documento a ser adotado na Rio+20, o qual deverá ser objeto de negociações formais, com vistas à sua adoção durante o evento.” Os resultados e opiniões apresentadas nesta consulta serviriam “para subsidiar e fortalecer as posições a serem defendidas pelo país” (acesso em 23/08/2013).

Desenvolvimento

A consulta Visões nacionais para a Rio+20 do MMA consistia na leitura inicial do texto de apoio à consulta (que buscava inserir o participante no contexto da pesquisa e de seus objetivos) disponibilizado no site, para, em seguida, responder ao questionário,

composto de 11 questões discursivas, cujas respostas, também em formato discursivo, deveriam ser enviadas via email para o Ministério.

Os participantes foram divididos em quatro grupos distintos, a saber: a sociedade civil (cidadãos, ONGs), a comunidade acadêmica (pesquisadores, professores), as empresas (representantes do setor econômico) e os governos locais (prefeituras). Esta divisão foi feita com o objetivo de classificar os participantes e organizar a compilação das respostas obtidas durante o processo da consulta. Por se tratar de uma consulta dissertativa, a compilação das respostas também foi realizada da mesma maneira.

Relatório final

Para esta consulta, houve um retorno de 139 respostas, um número muito baixo se considerarmos o potencial de participação público brasileiro. As respostas foram assim distribuídas, de acordo com a classificação original da pesquisa:

- a) **sociedade civil:** 103, sendo que destas, 37 foram de segmento organizado e 65 de cidadãos em geral;
- b) **empresas:** 16, sendo a maioria com forte participação do setor de energia;
- c) **comunidade acadêmica:** 9
- d) **governos locais:** 11

Apesar do detalhamento inicial da consulta do Ministério do Meio Ambiente do Brasil e de seu objetivo geral de garantir “um processo inclusivo e transparente” para as propostas brasileiras, na prática, o retorno à sociedade foi aquém do desejado. O relatório final disponibilizado para o público em geral consiste apenas em um resumo, ou compilação das respostas fornecidas pelos participantes, com a finalidade de agrupá-las por segmento e convergência de opinião. Apesar da solicitação ter sido feita, pela pesquisadora, não foi possível obter as respostas dos participantes na íntegra, e a falta de acesso a este material dificultou uma análise mais detalhada.

Os principais temas abordados pela consulta foram: a elaboração da nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável e a contribuição do Brasil nesse contexto; o impacto da Rio+20 no debate interno sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil; as

contribuições necessárias para a transformações do país rumo à sustentabilidade e temas relacionados à temática ambiental.

O texto a seguir apresenta as questões levantadas pela consulta pública do MMA e uma análise das respostas apresentadas, que foram compiladas no relatório final da mesma.

As questões e análises

Agenda internacional para o desenvolvimento sustentável

Questão 1: A Conferência deverá estabelecer a nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Para que o Brasil exerça a liderança desse processo, deverá apresentar propostas para uma agenda de vanguarda, que eleve os níveis de ambição dos atuais debates. Qual seria a contribuição do Brasil nesse contexto?

Por ocasião da ECO 92 foi elaborada a agenda de desenvolvimento sustentável, chamada Agenda 21. Olhando para a ECO 92 através de uma perspectiva histórica, Novaes (1992) descreve as expectativas e necessidades, do ponto de vista do autor, a respeito do evento e dos temas que poderiam/deveriam ser abordados:

Um evento como a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pode, deve e precisa ser visto por muitos ângulos. Cada um deles revelará um pedaço da história e ajudará a entender *nuances* e minúcias importantes para a apreensão das grandes questões globais. A chamada Eco-92 tem história e desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político, social e da comunicação. E ainda exige uma compreensão específica a partir de uma realidade brasileira. Da mesma forma que pressupõe abordagens apropriadas para cada um dos grandes temas da Conferência (NOVAES, 1992, p. 79).

Em 1989 a Assembleia Geral da ONU convocou a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que foi realizada em 1992, no Rio de Janeiro. Novaes (1992) aponta a importância histórica do evento e destaca abordagens a respeito da área ambiental, que foram debatidas para a formulação da Agenda 21.

Rabelo (2002, p. 34) explica que um dos objetivos da Conferência, naquele momento, era discutir as propostas do relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela ONU em 1987 e identificar os problemas ambientais e suas projeções, e “que apontava as

limitações dos recursos naturais e alertava que os países deveriam unir-se, através de políticas sustentáveis, para evitar a degradação crescente.” A partir deste relatório e da compreensão da necessidade de mudanças em relação ao desenvolvimento e meio ambiente, houve um acordo, na CNUMAD, em favor da elaboração de um projeto para o século seguinte. Surge, assim, a Agenda 21.

Duas décadas depois, na Rio+20, outra agenda internacional foi proposta com o objetivo de elevar os níveis de debate já existentes. A primeira questão desta consulta pública, elaborada em setembro de 2011, tratava do desdobramento deste tema. O relatório disponibilizado pelo MMA com os resultados da consulta pública foi dividido em uma série de comentários e sugestões/tópicos apresentados pelos participantes.

Os diferentes segmentos que participaram da consulta, que contou com a participação de 103 representantes da sociedade civil, 16 de empresas, nove participantes da comunidade acadêmica e 11 de governos locais, num total de 139 participantes, concordam que, desde a ECO 92, houve avanços importantes com relação aos três pilares do desenvolvimento sustentável (desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental) reivindicando um papel de liderança do Brasil rumo à sustentabilidade.

Os representantes da **sociedade civil** (cidadãos e ONGs), em específico, colocam a necessidade de novos acordos, medidas políticas, meios de inclusão e de participação no processo de desenvolvimento sustentável para os indígenas e as comunidades tradicionais. Propõem, ainda, a elaboração de um pacto entre os setores social, acadêmico, empresarial e governamental, “de maneira a salientar a responsabilidade coletiva inerente às políticas de sustentabilidade.”

A **comunidade acadêmica** sugere o fomento à pesquisa em sustentabilidade, inclusive por conta do momento positivo das indústrias biotecnológicas. Considera igualmente importante a criação de mecanismos que assegurem a eficácia das próximas conferências da ONU sobre sustentabilidade.

O setor **empresarial** lembra que o Brasil já vem contribuindo com o desenvolvimento sustentável, razão pela qual tem condições de implementar um novo modelo socioeconômico e ambiental. Sugeriu, no entanto, que na reunião da Rio+20 fossem desenvolvidos indicadores para medir o desenvolvimento sustentável e que

pudessem incluir “temas como a conservação, o consumo e produção sustentáveis, o acesso e a produção de energia limpa, mecanismos financeiros”, entre outros.

Os representantes dos **governos locais**, por sua vez, também defendem “a construção de indicadores orientados para a mensuração do progresso e identificação de novos desafios”. Sugeriam, também, que fossem criados mecanismos que estruturem/possibilitem/garantam a cooperação internacional de longo prazo para o desenvolvimento sustentável, além de ferramentas de fiscalização para garantir o cumprimento de acordos internacionais.

Considerações da pesquisadora

A nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável é um assunto de grande relevância no contexto ambiental, e o fato de o Brasil ser o país que recebeu a Conferência da Rio + 20 suscitou grande responsabilidade para o país apresentar sugestões relevantes e viáveis neste aspecto

Os debates atuais, parte deles iniciados por ocasião da Eco92, necessitam de contextualização com a situação ambiental em que vive o mundo hoje. Para isso, seria necessário avaliar, inicialmente, / fazer um balanço sobre as metas alcançadas pelo Brasil a partir da Eco-92, além de incluir os novos desafios surgidos nas últimas duas décadas, a partir de evidências científicas importantes como o aquecimento global, que exige medidas urgentes dos governantes. A expectativa é de que, à medida que o Brasil adote medidas econômicas, de conservação e de sustentabilidade, outros países em desenvolvimento possam ser motivados para fazer o mesmo.

Impacto da conferência no debate interno

Questão 2: Como poderá a Conferência causar impacto no debate interno sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil e contribuir para as necessárias transformações do país rumo à sustentabilidade?

A Rio+20 tinha como um de seus objetivos debater a respeito da sustentabilidade, uso de recursos naturais e desenvolvimento sustentável ao redor do mundo. Como

consequência, a Conferência realizou discussões a respeito destes e outros tópicos, com a expectativa de tratar de políticas públicas e ações. Embora a Rio+20 tratasse de assuntos ambientais em uma perspectiva global, o Brasil pode e deve se preocupar com o debate interno.

De acordo com Pádua (2000, p. 21), “pode-se afirmar que a questão da sustentabilidade no Brasil não pode ser pensada com base nos mesmos padrões em que a discussão se dá nos países da Europa e da OECD em geral.” Ou seja, é importante que haja discussões voltadas para a realidade brasileira, para identificar problemas e possíveis medidas para as transformações do país rumo à sustentabilidade.

Entendendo o contexto em que se encontra, o objetivo desta questão era ouvir a opinião dos participantes a respeito de como a Rio+20 poderia contribuir para fomentar, no Brasil, a discussão a respeito do desenvolvimento sustentável. Procurava também entender como a Rio+20 poderia contribuir no processo de transformação do Brasil em relação à sustentabilidade.

A **comunidade acadêmica** levantou uma questão interessante neste tópico. Foi mencionada a necessidade de evoluir do evento para a mudança. Sair da retórica para a prática. Em outras palavras, a academia questiona como será possível que os debates ambientais não fiquem apenas na cúpula da Rio+20, mas que se transformem em ação. Para isto, sugiro que uma ideia seria o envolvimento da população em geral, em pesquisas como esta, realizada pelo MMA.

Alguns representantes do **setor empresarial** lembraram que a economia verde é uma das prioridades de discussão na Rio+20, e que por isso as empresas podem se apresentar como agentes importantes de mudança nesse sentido, como por exemplo, incluir questões socioambientais como estratégia de atuação.

De acordo com o relatório final da consulta pública, todos os setores envolvidos na pesquisa acreditavam que o fato de haver um evento sobre meio ambiente e sustentabilidade deste porte, e por ele ser realizado no Brasil, já representava um motivo para iniciar as discussões a respeito do tema. Existia a expectativa (e todos os setores manifestaram um desejo nesse sentido) de que as discussões iniciadas pela Rio+20 durassem não somente no o evento e nos meses que se seguissem, mas sim durante todo o

período necessário para que haja mudanças relacionadas ao meio ambiente, preservação ambiental e economia verde.

É possível perceber, também, que a grande maioria dos que responderam a esta questão credita à comunicação uma parcela significativa de responsabilidade no fomento da discussão dos assuntos ambientais. A comunicação deve ser responsável por divulgar informações a públicos distintos, possibilitando o intercâmbio de ideias.

Considerações da pesquisadora

De fato, a comunicação pode ser um meio de divulgação importante no sentido de mostrar o papel que a Rio+20 desempenhou em 2012. A criação de uma consciência coletiva da relevância das questões ambientais no Brasil é importante, pois pode ser a chave para o começo de mudanças. Sobre as necessidades do Brasil em relação ao que pode ser diferente na temática ambiental, Pádua (2000) afirma que

A necessidade central no caso do Brasil não é a de estabelecer metas agregadas de redução, mas sim adotar uma forte dinâmica política que transforme a estrutura social desigual, desequilibrada e predatória que vem sendo estabelecida nos diversos pontos do território. É preciso, em primeiro lugar, combater a insustentabilidade social. Isso significa democratizar a renda e o acesso à terra, aos recursos naturais, aos serviços básicos e aos bens de consumo úteis. Um segundo movimento fundamental, na medida em que a cidadania e o senso de comunidade nacional se fortaleça, é combater o desperdício, o elitismo, o descaso com o espaço comum e a alienação tecnológica que vem caracterizando a economia urbano-industrial no Brasil (PÁDUA, 2000, pag. 21).

Compromisso com o desenvolvimento sustentável

3. Como poderá a Rio+20 assegurar a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável? Como poderá contribuir para o fortalecimento do multilateralismo, ultrapassando as divisões tradicionais (exemplo: Norte-Sul)?

O relatório final desta consulta pública informou que houve um número significativo de abstenções de resposta para esta pergunta. Uma das possíveis razões é a de que a pergunta “pode ser considerada de nível complexo para o cidadão que detém pouca informação sobre o funcionamento dos regimes internacionais” (Relatório Final, 2012, p.

8). Apesar de abstenções, algumas instituições que responderam propuseram agendas específicas sobre este tópico.

Para assegurar a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, os setores que participaram da consulta sugeriram a criação de indicadores mensuráveis e a necessidade de reformas que resultem na aplicação do discurso da Rio+20 de forma prática.

Outra proposta da **sociedade civil** é sobre a urgência de rever o que já foi feito nos últimos dez ou vinte anos em termos de desenvolvimento sustentável. Isto porque, só por meio de um balanço, de uma análise cuidadosa desses dados, seria possível verificar o que de fato funcionou, o que não foi bem sucedido, para elaborar políticas ambientais que garantam as mudanças necessárias.

Para alguns participantes é importante destacar a necessidade da elaboração de propostas que visem mudanças a respeito do desenvolvimento sustentável. O setor dos **governos locais** enfatiza que essas mudanças só podem ocorrer mediante a colaboração e o compartilhamento de responsabilidades entre todos os setores, sejam eles as empresas, a comunidade acadêmica, a sociedade civil e os próprios governos em suas formas estaduais e municipais.

Considerações da pesquisadora

De fato a meta de renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável deveria ser amplamente divulgado na Rio+20 e os agentes dessa renovação deveriam ser os governos e setores correlatos. Mas o fato de que o governo deve assumir esta posição não exclui os outros setores de se envolverem na causa. A Rio+20 deveria ser um agente para iniciar as discussões e debater meios de viabilizar o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Após o término da Rio+20, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, enumerou sete pontos que considera como resultados relevantes da Conferência. O primeiro deles diz respeito exatamente à “renovação do compromisso político para o desenvolvimento sustentável e reconhecimento da superação da pobreza como o maior desafio para o bem-estar econômico, social e ambiental” (Esteves, 2012, pag.113). Os demais são:

os estados-membros concordaram em lançar um processo para estabelecer objetivos universais de desenvolvimento sustentável (ODS) a partir dos avanços verificados nas metas do milênio (ou objetivos do milênio); os ODS serão lançados a partir de 2015; ênfase, no documento final, na importância da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres; parcerias entre governos, empresas e sociedade civil para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável; fortalecimento da arquitetura institucional para apoiar ações internacionais para o desenvolvimento sustentável, especialmente com a criação de um fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável e do fortalecimento do PNUMA; indicação de programas sobre o consumo e a produção sustentáveis para os próximos 10 anos. O documento também reconheceu a necessidade de avançar para além do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador de desenvolvimento e progresso; reconhecimento do direito à alimentação e da importância da segurança alimentar e nutricional como direito de todos. A ONU Rio+20 reconheceu ainda que estes podem ser alcançados através da agricultura e dos sistemas alimentares sustentáveis (ESTEVES, 2012, pag. 113).

Frente a essa informação podemos concluir que assegurar a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável foi uma preocupação dos dirigentes da Conferência. Ainda não é possível dizer como este compromisso será viabilizado, mas a presença deste item como destaque no relatório final do evento indica que houve discussões a este respeito, e existe a possibilidade de que os governos tomem para si a parte da responsabilidade que lhes corresponde no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Resta saber como esses compromissos serão desdobrados em ações e em que período de tempo.

Avanços e lacunas

4. Quais são os principais avanços e lacunas na implementação dos documentos resultantes das Cúpulas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 1992 e Joanesburgo, 2002)?

Semelhantemente à questão anterior deste questionário, houve certa abstenção neste tópico. Os 20% que não responderam a esta questão poderiam não estar informados a respeito das Cúpulas sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorreram em 1992 e em 2002.

Para os participantes que responderam a este tópico, ficou claro que dentre os avanços apontados podem ser destacados a participação da sociedade civil nos processos decisórios, a inclusão de novos temas na agenda de sustentabilidade internacional e uma maior conscientização a respeito do meio ambiente em diferentes áreas. Tanto a **comunidade acadêmica** quanto os **governos locais**, a **sociedade civil** e o **setor empresarial** reconhecem que o Brasil tem desempenhado um papel importante na implementação de acordos a favor do meio ambiente, como a queda na taxa de desmatamento e a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por exemplo, que foi citada pelos governos locais.

Por outro lado, alguns sugerem que existem lacunas no que diz respeito à implementação dos documentos resultantes das Cúpulas. A sociedade civil aponta a falta de envolvimento dos ministérios econômicos, tanto nas negociações internacionais como na criação de políticas públicas, e o foco excessivo em soluções tecnológicas, que não é contrabalanceado pela promoção de mudanças nos padrões de consumo. A comunidade acadêmica e o setor empresarial apontam a falta de compromisso com a Agenda 21 como sendo uma lacuna que precisa ser preenchida.

Considerações da pesquisadora

De acordo com os dados apurados para esta questão é possível entender que houve grandes avanços com respeito à prática das ações sugeridas em 1992 e em 2002, mas também ainda existem falhas que precisam ser corrigidas. A Rio+20 veio para, de certa forma, fomentar novamente as discussões ambientais e retomar os atos neste aspecto. Pelas respostas fornecidas nesta consulta, os setores envolvidos nesta pesquisa esperavam que esta nova reunião pudesse corrigir as falhas anteriores, mas esperavam principalmente que desta vez os debates discutidos durante a Rio+20 fossem levados a sério e colocados em prática, na medida do possível.

Inclusão de temas para agenda internacional

5. Quais são os temas novos e emergentes que devem ser incluídos na nova agenda internacional do desenvolvimento sustentável? Quais temas contemplam, de forma equilibrada, as dimensões ambiental, social e econômica?

Para esta questão, o relatório final listou todos os temas citados pelos quatro setores desta consulta. Os temas mais comuns listados pelos participantes foram a segurança alimentar, empregos verdes, energias renováveis, educação ambiental, valoração de serviços ambientais, planejamento urbano, novas métricas de riqueza, avaliação de impacto ambiental e recursos hídricos.

Além destes citados, a **sociedade civil** acredita que o tema da economia verde poderá contemplar ações nos três pilares do desenvolvimento sustentável, com benefícios nas esferas moral e ética.

Considerações da pesquisadora

Analisando a situação atual sobre a nova agenda internacional do desenvolvimento sustentável, é fundamental estabelecer temas que abranjam com equilíbrio as dimensões ambiental, social e econômica, como colocado anteriormente. Acredito que dentre os pontos destacados pelos diferentes setores participantes da pesquisa, os mais importantes sejam segurança alimentar e educação ambiental.

Novos padrões de consumo e produção

6. A economia verde deve ser uma ferramenta do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, novos padrões de consumo e produção devem guiar as atividades econômicas, sociais e ambientais. Quais seriam esses novos padrões?

Para o contexto da economia verde ligada ao desenvolvimento sustentável, existe uma série de padrões que precisam e podem ser alterados para que seja possível a implantação de uma economia verde, e que essa prática, por sua vez, seja uma ferramenta importante rumo ao desenvolvimento sustentável.

Os setores envolvidos nesta consulta entendem que os padrões de produção são de responsabilidade das empresas. Portanto, cabe a elas a responsabilidade de incorporar

práticas sustentáveis nos negócios, movimentando a economia atual e estimulando a criação de uma economia verde.

Por outro lado, o consumidor também precisa assumir seu papel dentro deste círculo de produção e consumo, atentando para as possibilidades de mudança nesse contexto. De acordo com a pesquisa, vários setores citaram a questão das compras públicas sustentáveis e as apontam como uma forma de sinalizar a mudança dos padrões de consumo para os agentes econômicos. Isso seria capaz de redirecionar a produção.

A **sociedade civil** cita a necessidade de maior articulação entre as esferas pública e privada na “busca de soluções, bem como estímulos ao papel do consumidor para que se logre alcançar mudanças profundas”. Os **governos locais** demonstraram preocupação para com os temas das energias renováveis, construções sustentáveis e a taxação e subsídios à produção sustentável.

Todos os temas citados pela **comunidade acadêmica**, os **governos locais**, a **sociedade civil** e as **empresas** convergem para encontrar um equilíbrio para os novos padrões de consumo e produção, para que seja possível guiar, ou pelo menos ajustar, as atividades econômicas, sociais e ambientais rumo a uma economia verde.

Considerações da pesquisadora

Entendendo que os padrões de produção são de responsabilidade das empresas. Acredito que é delas a responsabilidade de incorporar práticas sustentáveis nos negócios. Mas também existe a necessidade de que o consumidor assuma seu papel dentro deste círculo, para que haja colaboração entre os setores.

Transição para economia verde

7. Há consenso político de que as políticas e instrumentos para a implementação da economia verde deverão variar de acordo com o contexto de cada país. Com essa premissa, e considerando o desafio da erradicação da pobreza, como a transição para uma “economia verde” pode ser inclusiva e contemplar princípios de equidade entre gerações, entre países e dentro de um mesmo país?

Na opinião da **sociedade civil**, a economia verde deve integrar os mecanismos de indução das políticas macroeconômicas e sociais. Através disso seria possível a inclusão da economia verde, uma vez que os aspectos sociais e políticos seriam levados em consideração. Ainda sobre a inclusão social, alguns participantes registraram que a “economia verde é compatível com as estratégias de crescimento econômico e de combate à pobreza – por exemplo, via economia solidária, ou criação de empregos mais qualificados.”

Para contemplar princípio de equidade, foi sugerida a criação de indicadores e metas abrangentes para o desenvolvimento sustentável, onde houvesse gestão nacional e local.

Considerações da pesquisadora

Entre as ideias discutidas e sugeridas para esta questão, destaca-se o tema da educação ambiental e a valorização do conhecimento local. Acredito que seja importante trabalhar em parceria com as instituições financeiras visando aumentar e melhorar a gestão do capital necessário à economia verde.

Apesar das opiniões registradas pela comunidade acadêmica, sociedade civil, empresas e governo, houve cerca de 15% de abstenção neste tópico. É aceitável presumir que essa abstenção tenha se dado pelo de não haver, ainda, uma resposta eficaz para esta questão.

Melhor modelo de estrutura institucional

8. Qual o modelo de estrutura institucional que permite integrar melhor as agendas e atividades das instituições responsáveis pelos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, nas esferas internacional e nacional?

Nesta questão os setores aproveitaram o espaço para falarem sobre as necessidades e desafios da incorporação da economia verde e da prática da sustentabilidade. No âmbito nacional, foi colocado que o maior desafio nacional é o da incorporação da sustentabilidade de maneira transversal; além disso, a **sociedade civil** sugere como outro desafio a institucionalização de espaços de participação social que sejam deliberativos.

Os **governos locais** sugeriram a revisão das políticas operacionais dos organismos multilaterais de financiamento, e citaram como exemplos o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

De acordo com o relatório final desta consulta, não foi possível identificar convergência quanto ao modelo ideal de governança no âmbito internacional. De qualquer maneira, os setores convergem para a ideia de que a participação democrática deve ser a tônica dos processos nacionais e também dos internacionais.

Considerações da pesquisadora

Entendo que, de fato, identificar os problemas e buscar soluções para corrigi-los é um passo importante e deixa claro que a conscientização dos diversos setores do Brasil está acordando para as questões ambientais. Entretanto, o questionamento deste tópico da consulta pública não era este, mas sim entender qual o modelo de estrutura institucional que permite integrar melhor as agendas e atividades das instituições responsáveis pelos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Implementação coordenada de projetos

9. Quais sugestões poderiam ser feitas para que a implementação de projetos de agências internacionais no País seja realizada de forma coordenada, evitando a duplicação de esforços?

Em mais uma questão houve 15% de abstenções. Apesar disso, alguns dos participantes da **sociedade civil** sugerem, dentre outras coisas, maior diálogo com a sociedade civil com envolvimento de diversos atores de governo, da sociedade e do setor produtivo. A **comunidade acadêmica** também sugere que haja maior participação da sociedade nos processos decisórios do país e atentam para a necessidade de reforma de instituições e de regulamentos nacionais, visando oferecer maior efetividade à cooperação internacional em matéria de desenvolvimento sustentável.

Os **governos locais** e as **empresas** sugeriram a criação de uma instituição que seja capaz de centralizar demandas de financiamento, além de um banco de informações sobre

projetos. Para atingir tal objetivo, é importante salientar sobre a necessidade de usar as tecnologias da informação disponíveis para tal.

Considerações da pesquisadora

É importante entender que precisa haver comunicação clara e efetiva entre as agências internacionais, para que os projetos sejam elaborados e implementados de forma organizada. Se isso não é possível, acredito que criar uma instituição que possa canalizar esses esforços seja uma opção a ser considerada, uma vez que facilitaria as discussões internas das agências e poderia abrir portas para o diálogo com a sociedade em geral.

Fortalecimento da governança ambiental internacional

10. Como fortalecer a governança ambiental internacional, particularmente o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em seu papel de apoiar os países na implementação dos compromissos ambientais e de formação de capacidades, promovendo a melhor interação entre os acordos multilaterais ambientais, entre si e com o Programa?

São três, os principais comentários sobre como fortalecer a governança ambiental internacional, destacando o PNUMA, visando promover a melhor interação entre os acordos multilaterais ambientais. Segundo comentários enviados, o PNUMA encontra-se limitado por suas estruturas burocráticas e pela escassez de recursos. Isso faz com que o programa fique impossibilitado de realizar uma atuação de maior relevância. O fato é que os principais meios de promover mudanças nesta área de atuação seriam o fortalecimento do PNUMA e também a ampliação de sua estrutura de governança, além de maiores contribuições financeiras e mais transparência.

Outro comentário que merece destaque é a necessidade de maior participação dos países em desenvolvimento e coordenação com a sociedade civil. A **comunidade acadêmica** sugere, ainda, a necessidade de maior articulação entre as Nações Unidas e as universidades.

Considerações da pesquisadora

Acredito que o diálogo entre o governo e a sociedade pode vir a promover soluções eficazes para fortalecer o PNUMA. Inclusive, os setores representados nesta pesquisa poderiam, cada um em sua respectiva área de interesse, promover ações para apoiar a implementação de compromissos ambientais.

Atores não-governamentais e implementação de decisões

11. Qual o papel dos atores não-governamentais no sistema multilateral e de que forma as estruturas de governança das Nações Unidas podem viabilizar a participação e o reconhecimento das visões e demandas desses atores, de forma a não só influenciar o processo decisório como, também, de torná-los mais comprometidos com a implementação das decisões?

Esta questão fala especificamente sobre os atores não governamentais. É natural que as respostas mais abrangentes tenham sido dadas pela **sociedade civil** classificada por esta consulta. De acordo com o setor, ainda são tímidas as formas encontradas até o momento de viabilizar a participação da sociedade civil nos fóruns multilaterais. Ainda existem alguns limites quanto à influência nas decisões nesta questão. De fato, o papel dos atores não governamentais é essencial nos processos de tomada de decisão e no monitoramento do seu progresso.

Mesmo com maior participação da sociedade civil, os outros setores envolvidos na pesquisa também se pronunciaram a respeito desta questão. A **comunidade acadêmica**, por exemplo, propõe a participação das entidades da sociedade civil nas reuniões de cúpula e a concessão de poder decisório. Um ponto interessante sugerido pela academia é o que de os atores não-governamentais “têm visão mais acurada sobre as realidades locais e estão menos sujeitos a constrangimentos de cunho político, alguns dos quais têm obstado progresso do desenvolvimento sustentável.”

Ainda nesta linha de pensamento, o **setor empresarial** concorda que a participação da sociedade civil nos processos decisórios deve acontecer de maneira formal, e alguns representantes de governos locais sugerem que a sociedade civil acompanhe e colabore na elaboração de projetos ambientais.

Considerações da pesquisadora

De fato, a participação da sociedade civil nestes processos é muito importante. Mas também é preciso pensar em desenvolver mecanismos de monitoramento eficazes para a fiscalização das ações e cumprimento dos acordos, visando a instituição de um sistema eficaz para a economia verde e sustentabilidade em âmbitos nacionais e internacionais.

3.2.Economia Verde: consulta CGEE

Figura 19 - Site consulta CGEE



Figura 19: site consulta CGEE (www.cgee.org.br) Acesso em agosto de 2013.

Objetivos

A consulta pública sobre Economia Verde foi desenvolvida pelo CGEE, em parceria com a Agência Suíça para Análise de Políticas de Crescimento (GA) e o Instituto Francês para Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais.

O objetivo desta consulta era avaliar a percepção das pessoas sobre o conceito de **economia verde** dentro de uma perspectiva global e verificar como elas acreditavam ser possível implementar uma economia mais verde. A consulta também teve como meta captar impressões públicas a respeito dos conceitos de economia verde e sustentabilidade, bem como a aplicação desses conceitos na vida política e econômica do país.

Desenvolvimento

Para realizar a consulta do CGEE, o participante deveria realizar um cadastro no site do CGEE e disponibilizar informações pessoais como gênero, escolaridade e idade. A partir do cadastro realizado, o participante era direcionado para uma página dentro do próprio site do CGEE, onde as questões estavam dispostas.

A consulta foi composta por 29 questões de múltipla escolha. O número de alternativas disponível em cada uma delas variava de acordo com o tema da questão. Na maioria era solicitado que o participante escolhesse não apenas uma, mas de duas a até cinco alternativas de um total de dez. O número de alternativas possíveis variava de acordo com o número total de opções, em função dos temas abordados.

Após o preenchimento de todas as questões, o participante submetia as respostas dentro do próprio site do CGEE. A partir do envio, as respostas iam para o banco de análises, para serem compiladas posteriormente.

Relatório final

De acordo com o Relatório Final da consulta do CGEE, foram enviados 8.768 convites para os representantes destes setores no Brasil, Suécia, França e outros países que foram classificados em dois grupos, sendo 1) Países Desenvolvidos e 2) Países em Desenvolvimento. Apesar do alto número de questionários enviados, o número de participantes que responderam a consulta foi baixo, de apenas 1.626 (20%), considerando a importância da temática e seus objetivos, embora, estatisticamente esteja acima da faixa média esperada de respondentes, cerca de 10%.

A alta participação dos brasileiros, responsável por 1.270 (78,11%) das respostas, pode ser atribuída ao fato da Conferência Rio+20 ser realizada no Brasil. Houve também a participação da França, com 163 (10,02%) respostas, os Países Desenvolvidos, com 69 (4,24%), a Suíça, com 66 (4,06%), e os Países em Desenvolvimento, com 58 (3,57%) das respostas.

Os resultados das questões de múltipla escolha foram compilados pelo Relatório Final, em forma de tabela, apresentando a porcentagem de respostas/votos a partir da

participação de um total de 1.499 pessoas de três países, sendo 1.270 do Brasil, 66 da Suécia e 163 da França. Esta consulta ainda recebeu respostas de outros países, agrupados em duas seções: países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Entretanto, esses países não foram identificados nem incorporados no Relatório, devido ao baixo índice de retorno. Dessa forma foi possível apenas traçar um panorama comparativo sobre a percepção desses países (Brasil, Suécia e França).

A consulta do CGEE, a exemplo da do MMA, também separou as respostas dos participantes brasileiros em quatro categorias, a saber: **governos, setor empresarial, comunidade acadêmica e organizações não governamentais**, o que possibilita uma análise comparativa das percepções desses atores sociais.

As questões e análises

O conceito de economia verde na visão dos quatro segmentos

A primeira questão abordou o conceito de economia verde para o qual poderiam ser selecionados até três tópicos. As opções colocadas foram:

- a) "Esverdeamento" da economia;
- b) Economia de baixo carbono (redução da emissão de gases de efeito estufa);
- c) Economia do conhecimento;
- d) Redução na intensidade do consumo de recursos naturais;
- e) Uso sustentável da biodiversidade;
- f) Ênfase nos serviços ecossistêmicos;
- g) Reforço da regulação nas relações de mercado;
- h) Estabelecimento de barreiras comerciais para produtos não-verdes;
- i) Redução das desigualdades;
- j) Outra opinião.

A opção mais votada pelos participantes brasileiros foi a de que o conceito de economia verde envolve, principalmente, a opção e) **“Uso sustentável da biodiversidade”**, que teve 26,30% dos votos, seguida por opção b) **“Economia de baixo carbono (redução da**

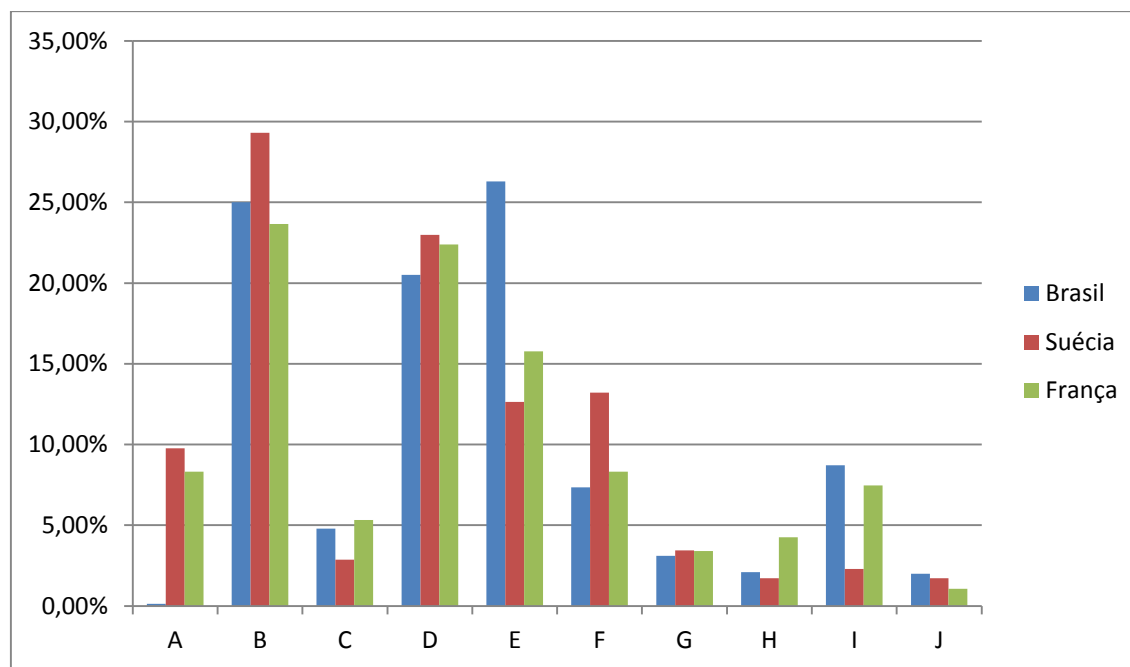
emissão de gases de efeito estufa)” com 25%, e d) “Redução na intensidade do consumo de recursos naturais”, e 20,50% dos votos.

Já a Suécia (29,31%) e a França (23,67%) indicaram como primeira opção a alternativa b), **“Economia de baixo carbono (redução da emissão de gases de efeito estufa)”** é que representa melhor o conceito de economia verde, de acordo com os especialistas da área.

Para os dois países estrangeiros, a segunda opção mais votada foi **d) Redução na intensidade do consumo de recursos naturais**, com 22,99% (Suécia) e 22,39% (França) dos votos. Como terceira opção, os participantes da França optaram, prioritariamente, pela alternativa **e) “Uso sustentável da biodiversidade”**, com 15,78%, e a Suécia pela opção **f) “Ênfase nos serviços ecossistêmicos”**, que não ficou entre as três primeiras de Brasil e França, como sua terceira opção mais votada (13,22%). A terceira opção mais votada do Brasil, para este tópico foi: **d) “Redução na intensidade do consumo de recursos naturais”**.

No gráfico 1, abaixo, é possível visualizar, numa perspectiva comparativa, as respostas dos três países às dez alternativas de conceitos propostas e as respectivas porcentagens.

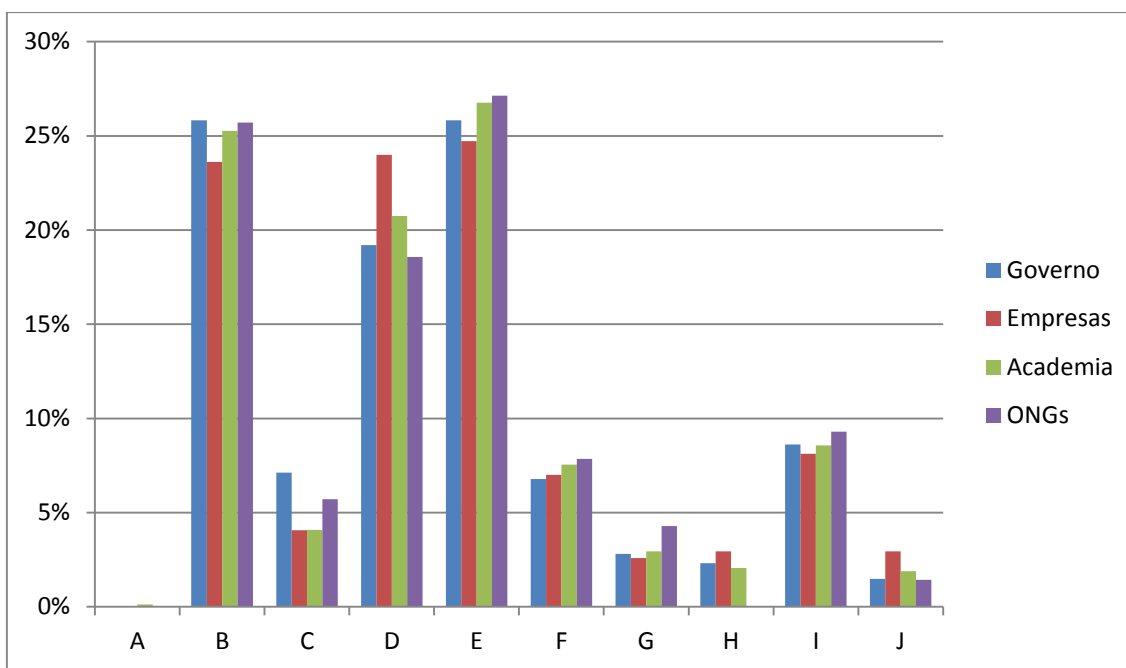
Gráfico 1: O conceito de economia verde: relação de distribuição dos votos alternativa e países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final

A pesquisa realizada no Brasil mostrou que, sobre este tópico não houve discrepâncias entre os quatro segmentos participantes: governos, setor empresarial, comunidade acadêmica e organizações não governamentais. Todos os setores convergiram em torno dos 25 pontos percentuais para a opção mais votada pelos participantes, opções **b), d) e e)** que foi o **“uso sustentável da biodiversidade”**, como pode ser observado no gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2: O conceito de economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013). Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

A escolha dos brasileiros pelo **“uso sustentável da biodiversidade”**, como conceito mais próximo da definição de economia verde, mesmo que não seja tão precisa quanto a principal opção da França e da Suécia, **“Economia de baixo carbono (redução da emissão de gases de efeito estufa)”** pode estar relacionada ao debate frequente na mídia sobre o tema e à riqueza da biodiversidade existente no país.

Todos os setores acreditam que a conservação dos recursos naturais é de grande importância para a preservação do meio ambiente, razão pela qual o uso sustentável da biodiversidade aparece como um fator importante, inclusive no âmbito econômico.

A escolha de **“Economia de baixo carbono (redução da emissão de gases de efeito estufa)”** e **“Redução na intensidade do consumo de recursos naturais”** como segunda e terceira opções mais votadas entre os brasileiros também demonstra a importância que é dada à preservação ambiental. As opções mais votadas pelos participantes refletem, por outro lado, que, de acordo com suas percepções, não é possível caracterizar a economia verde sem que a preservação e conservação ambientais estejam diretamente ligadas a este conceito.

O questionário também trouxe outras alternativas de escolha, que em ordem decrescente de votação, ficaram em **“Redução das desigualdades” (8,71%)**, **“Ênfase nos serviços ecossistêmicos” (7,35%)**, **“Economia do conhecimento” (4,79%)**, **“Reforço da regulação nas relações de mercado” (3,11%)**, **“Estabelecimento de barreiras comerciais para produtos não-verdes (2,10%)**, a opção de questão dissertativa (que não foi disponibilizada no relatório) e por fim, **“‘Esverdeamento’ da economia” (0,14%)**. É interessante observar que, apesar de a questão proposta envolver a palavra “economia” (verde), as alternativas que traziam esta mesma palavra na resposta, ou tinham algo a ver com assuntos mercadológicos e comerciais, foram as menos votadas.

Considerações da pesquisadora

Pelos dados apresentados, é possível inferir que o brasileiro acredita que a conservação ambiental e uso sustentável da vasta biodiversidade existente no país são mais importantes ao caracterizar o conceito de economia verde do que os próprios fatores econômicos ou mercadológicos que possam estar envolvidos neste conceito.

As opções mais votadas pelos brasileiros, que eram relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade, economia de baixo carbono e redução na intensidade do consumo de recursos naturais, estão em sintonia com os conceitos apresentados por Sawyer (2011). O autor relaciona o conceito de economia verde a biodiversidade, baixo carbono e capital natural e agenda verde, aspectos que mais se destacaram nas respostas da pesquisa.

Economia verde e desenvolvimento sustentável

A segunda questão abordou o conceito de economia verde quando associada ao desenvolvimento sustentável, para a qual poderia ser selecionado apenas um tópico. As opções colocadas foram:

- a) É um sinônimo;
- b) Está limitada à dimensão econômica de desenvolvimento sustentável;
- c) Trata-se de um conceito restrito de desenvolvimento sustentável;
- d) Substitui o conceito de desenvolvimento sustentável;
- e) É uma ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável;

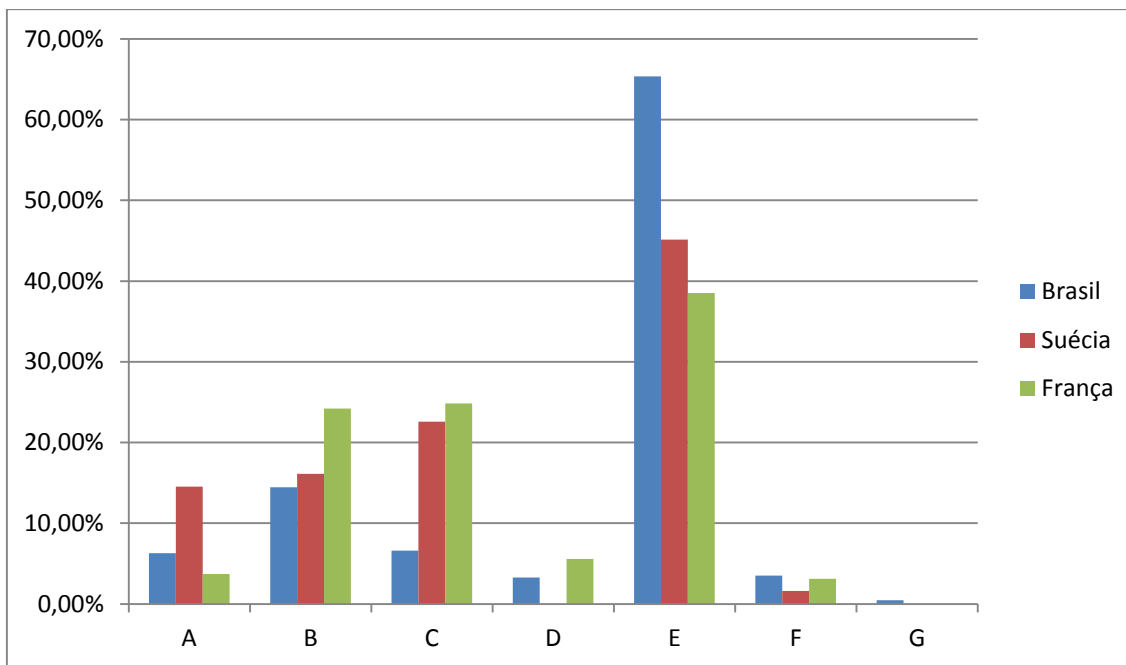
- f) Outra relação;
- g) Não existe relação.

Esta questão buscava entender o que as pessoas compreendem por economia verde quando esta é relacionada ao conceito do desenvolvimento sustentável. Diferentemente da primeira pergunta deste questionário, esta permitia apenas uma única opção de escolha.

A maioria dos votos para esta pergunta foi contabilizada para a opção **e) É uma ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável**. Tanto os participantes do Brasil quanto os da Suécia e França acreditam que a economia verde se apresenta como uma ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável. Contudo, apesar de convergirem para a mesma resposta, os dados do relatório final desta consulta mostram que enquanto 65,36% dos participantes do Brasil escolheram esta opção, na Suécia este número foi de 45,16%, e na França menor ainda, com 38,51% dos votos. Os votos ficaram mais divididos na França porque duas outras opções ficaram na casa dos 24% sendo estas **b) Está limitada à dimensão econômica de desenvolvimento sustentável** e **c) Trata-se de um conceito restrito de desenvolvimento sustentável**, enquanto que no Brasil, as mesmas segunda e terceira alternativas mais votadas tiveram apenas 14,45% e 6,62% dos votos, respectivamente.

No gráfico 3, abaixo, é possível visualizar, numa perspectiva comparativa, as respostas dos três países a respeito da relação entre os conceitos de economia verde e desenvolvimento sustentável.

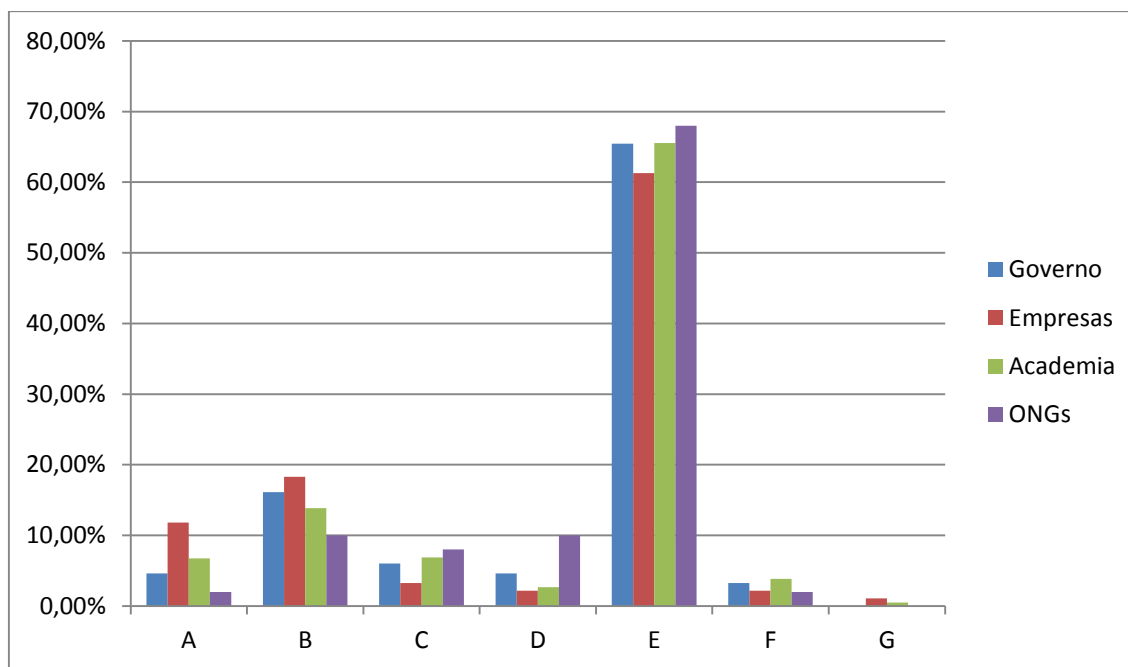
Gráfico 3: Economia verde relacionada ao conceito do desenvolvimento sustentável: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

A escolha da alternativa **e) É uma ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável** foi equilibrada dentro da divisão por segmento no Brasil, que ficou na média dos 65% dos votos. A segunda alternativa mais votada também foi a mesma para todos os representantes da sociedade civil: **b) Está limitada à dimensão econômica de desenvolvimento sustentável** teve entre 10% e 18% dos votos do governo, setor empresarial, comunidade acadêmica e organizações não governamentais. Estes dados podem ser conferidos no gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4: Economia verde relacionada ao conceito do desenvolvimento sustentável: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

A convergência da escolha de todos os segmentos pela alternativa e), “**economia verde como uma ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável**”, pode ser atribuída à aceitação do fato de que interesses financeiros podem atrapalhar o desenvolvimento sustentável. Logo, a prática da economia verde é apreendida como uma alternativa para o desenvolvimento econômico, numa perspectiva de mercado com impactos reduzidos ao meio ambiente.

Considerações da pesquisadora

Analisando e comparando as respostas obtidas pelos participantes da consulta nesta questão aos conceitos apresentados por Sawyer, pode-se observar que as percepções são parecidas, o que é positivo. De acordo com eles, a economia verde engloba muito mais a visão econômica e mercadológica da sustentabilidade, o que pode limitar ações nesta esfera. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento sustentável abrange outros aspectos que não apenas os econômicos, como a consideração pelo bem-estar do cidadão e de suas

necessidades. Sawyer procura estabelecer uma relação de equivalência entre os dois conceitos:

Enfim, para equivaler ao desenvolvimento sustentável, a economia verde não pode ser pontual e empresarial, com políticas voltadas somente para isso. Teria que ser necessariamente pública no sentido amplo, implementada por meio de políticas que garantam direitos a todos e mantenham as funções ecossistêmicas interligadas (SAWYER, 2011, pag. 40).

Crescimento verde relacionado ao conceito de economia verde

A terceira questão abordou o conceito de **crescimento verde** relacionado ao conceito de **economia verde**, onde poderia ser selecionada apenas uma alternativa. A presente questão procura entender o que as pessoas pensam sobre a relação entre esses dois conceitos.

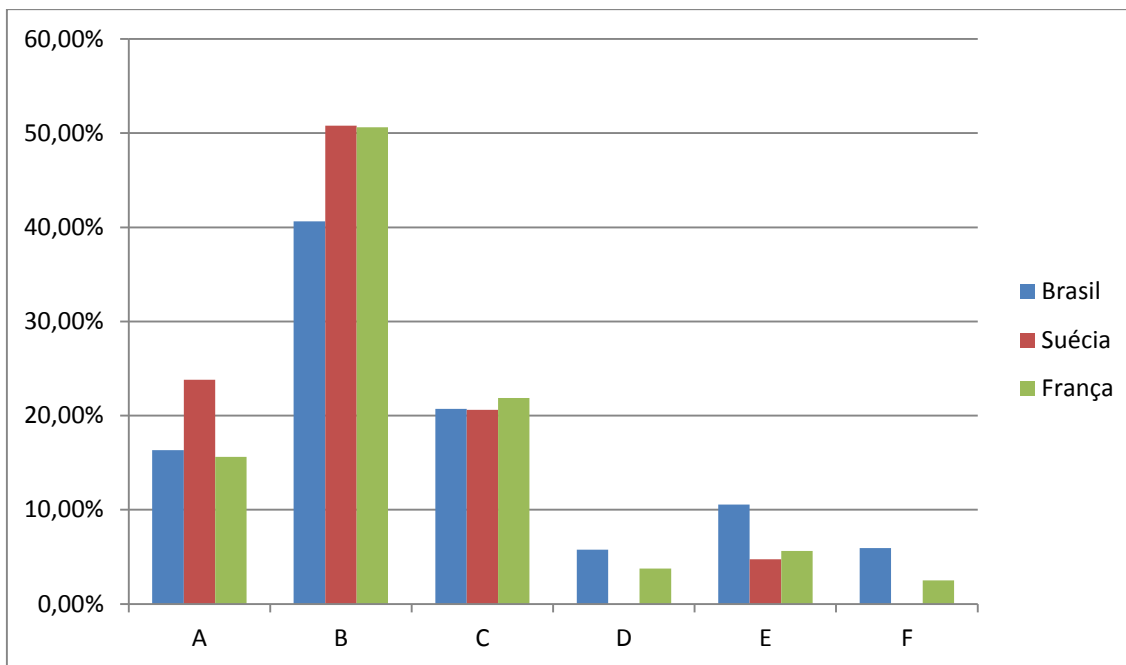
As opções colocadas foram:

- a) É um sinônimo;
- b) Está limitado à dimensão do crescimento da economia verde;
- c) Trata-se de um conceito restrito de economia verde, com pouca ênfase nas dimensões sociais;
- d) Substitui o conceito de economia verde;
- e) Outra relação;
- f) Não existe relação.

Para 40% dos participantes da consulta no Brasil, esta relação está limitada ao crescimento da dimensão da economia verde. Ou seja, só é possível haver crescimento verde à medida que a economia verde for se solidificando e se desenvolvendo.

Assim como os brasileiros, a maioria dos participantes da Suécia e França também entendeu que o crescimento verde está limitado ao crescimento da dimensão da economia verde. Mas, para eles, a escolha desta alternativa no questionário correspondeu a 50% dos votos para ambos, diferente dos 40% dos votos dos brasileiros.

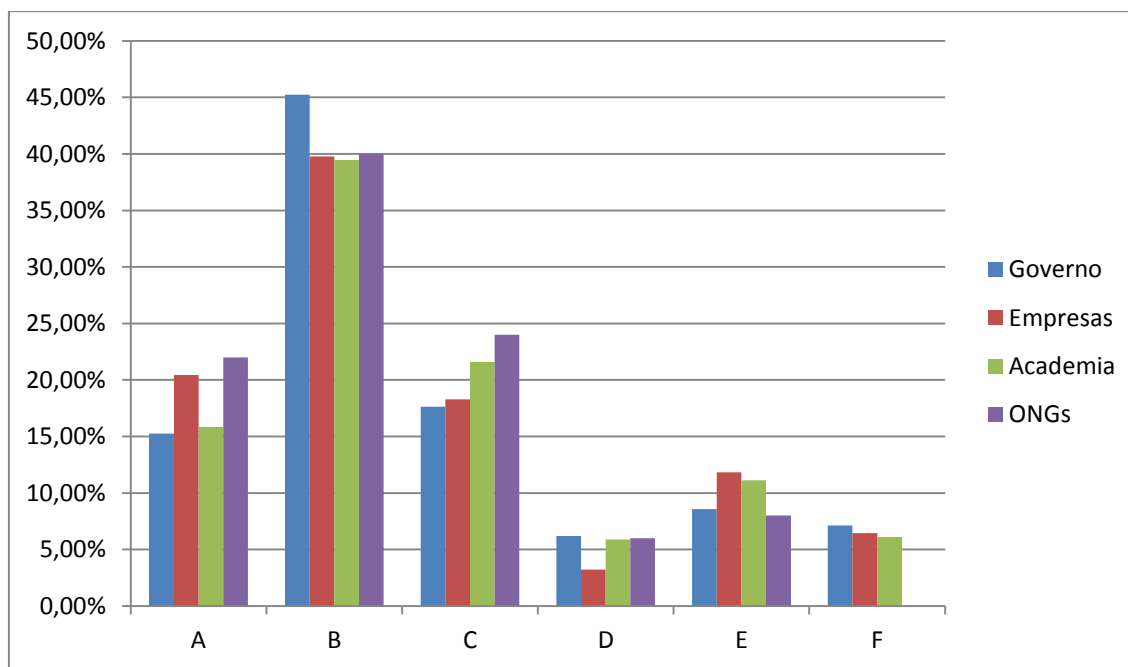
Gráfico 5: Crescimento verde relacionado ao conceito de economia verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Na divisão por setores no Brasil, todos convergem para opção mais votada, que é a alternativa **b) Está limitada à dimensão econômica de desenvolvimento sustentável**. Já a segunda alternativa mais votada entre os governos representados, da comunidade acadêmica e de organizações não governamentais foi a **c) Trata-se de um conceito restrito de desenvolvimento sustentável**, com pouca ênfase nas dimensões sociais. Já como segunda alternativa mais votada, o setor empresarial entendeu que crescimento verde e economia verde são sinônimos, dados que podem ser analisados no gráfico abaixo.

Gráfico 6: Crescimento verde relacionado ao conceito de economia verde resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Um dado interessante que o relatório final desta consulta apresenta é que para 10% dos participantes brasileiros, nenhuma das opções oferecidas nesta questão expressa a relação entre crescimento verde e economia verde.

Considerações da pesquisadora

Existe relação entre a visão de Young (2011) e as respostas fornecidas pelos participantes da consulta. Para 40% dos brasileiros, a relação entre economia verde e crescimento verde está limitada ao aumento da dimensão da economia verde. Para o autor citado, a economia verde pode trazer muitos benefícios sociais e econômicos, caracterizando, assim, o crescimento verde. É possível haver crescimento verde à medida que a implantação de uma economia verde for sendo desenvolvida e, mais tarde, consolidada como um modelo de desenvolvimento econômico.

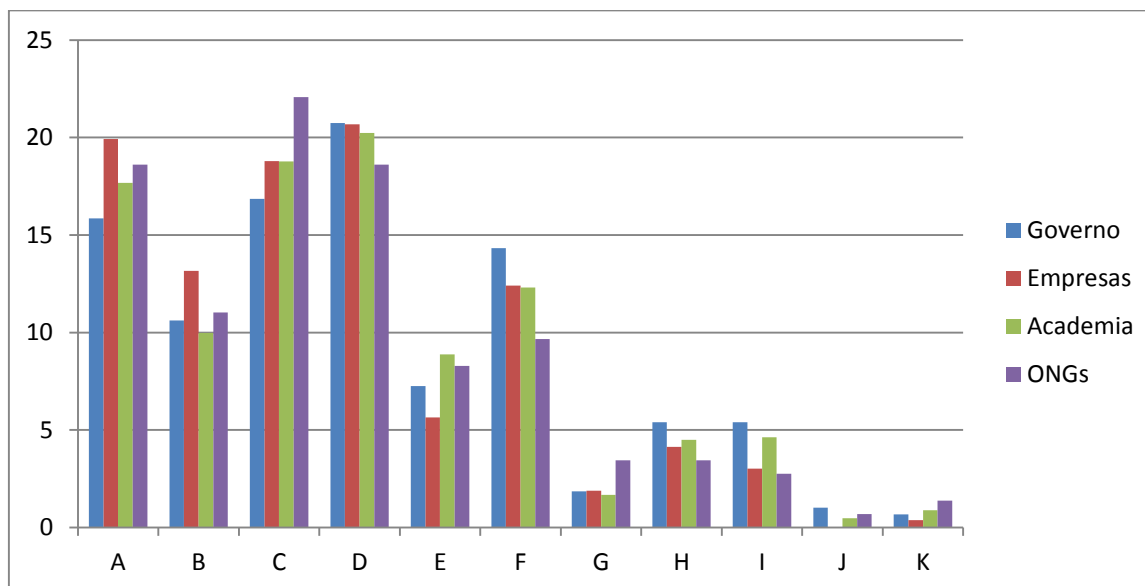
Economia verde diferindo da economia atual

A quarta questão é, sem dúvidas, uma das mais interessantes do questionário. Primeiro porque através das respostas é possível analisar, num primeiro momento, se os participantes da pesquisa sabem de fato o que a economia verde envolve. Este é um passo fundamental para que seja possível identificar os fatores que diferem a economia atual da economia verde. A questão apresentava dez alternativas e solicitava que o participante selecionasse até três dessas alternativas. As opções colocadas foram:

- a) Promovendo o desenvolvimento sustentável;
- b) Levando em consideração as externalidades ambientais;
- c) Reduzindo os impactos ambientais das atividades humanas;
- d) Enfatizando o uso racional dos recursos naturais;
- e) Promovendo a sustentabilidade da biodiversidade;
- f) Estabelecendo uma visão crítica dos padrões de consumo;
- g) Promovendo a erradicação da pobreza;
- h) Reduzindo as desigualdades;
- i) Melhorando a qualidade de vida;
- j) Acelerando o crescimento econômico;
- k) Outra maneira.

No caso do Brasil, as alternativas mais votadas foram d) “Enfatizando o uso racional dos recursos naturais” (20,32%), c) “Reduzindo os impactos ambientais das atividades humanas” (18,37%), e a) “Promovendo o desenvolvimento sustentável” (17,50%). Para esta questão, não houve discrepâncias na votação entre a divisão por setores no Brasil, como pode ser observado no gráfico abaixo.

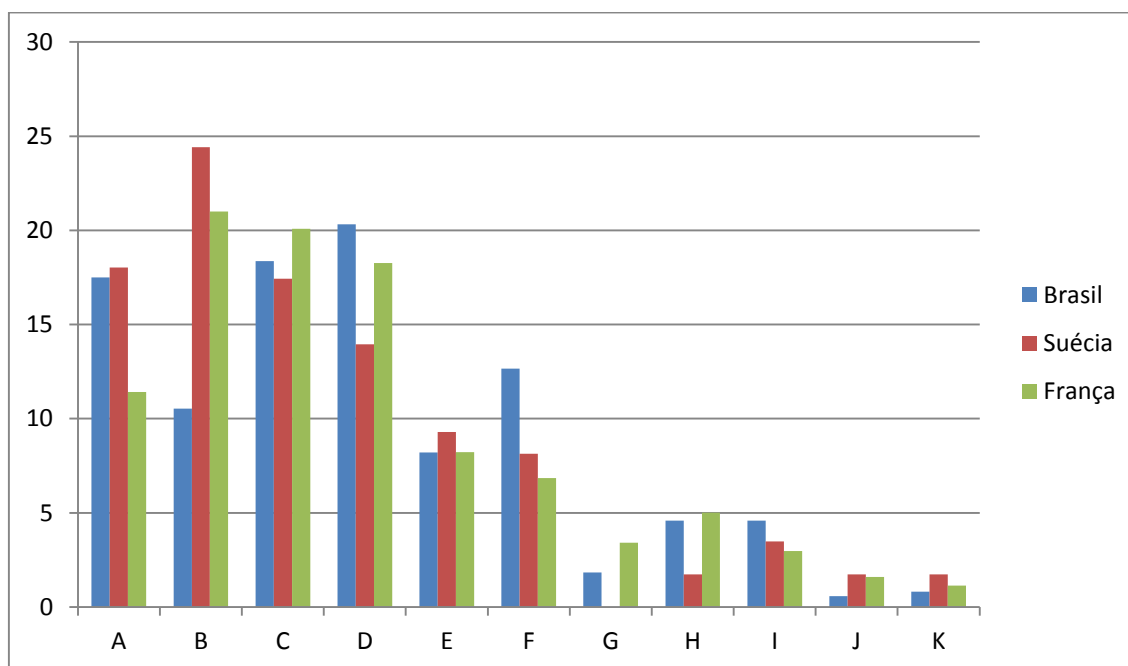
Gráfico 7: Economia verde diferindo da economia atual: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Os participantes da Suécia votaram em b) “Levando em consideração as externalidades ambientais” (24,42%), a) “Promovendo o desenvolvimento sustentável” (18,02%) e c) “Reduzindo os impactos ambientais das atividades humanas” (17,44%). A França, assim como a Suécia, elegeu com maior porcentagem a alternativa b) “Levando em consideração as externalidades ambientais” (21%), e apresentou como segunda e terceira mais votadas as alternativas c) “Reduzindo os impactos ambientais das atividades humanas” e d) “Enfatizando o uso racional dos recursos naturais”, com 20,09% e 18,26% dos votos, respectivamente.

Gráfico 8: Economia verde diferindo da economia atual: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Um dado interessante para esta questão é que enquanto Suécia e França acreditam que a economia verde se difere da atual primeiramente se as externalidades ambientais forem levadas em consideração, esta opção foi apenas a quinta mais votada pelos brasileiros. Para os participantes do Brasil, o fato de enfatizar o uso dos recursos naturais é o que difere a economia verde da economia que temos atualmente.

Considerações da pesquisadora

Para a realidade do país, e como já foi visto em outras questões desta consulta, os recursos naturais, que são abundantes no Brasil, precisam ser mais aproveitados. Assim, seria possível dar os passos iniciais na direção da economia verde como uma realidade.

O conceito de economia verde restrito ao desempenho ambiental

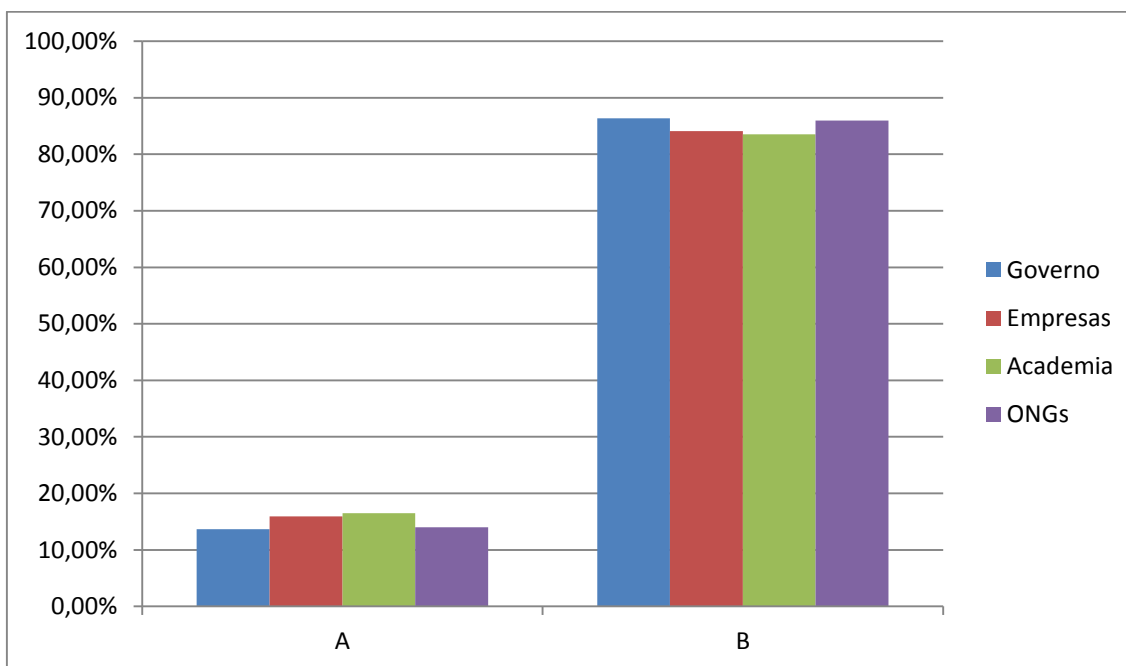
O objetivo desta questão era entender se os participantes acreditavam que a economia verde se restringe apenas ao que diz respeito ao meio ambiente, ou se há mais a adicionar a este conceito. As alternativas apresentadas foram:

a) Sim;

b) Não, pois inclui fatores adicionais tais como bem-estar social, equidade, etc.

A maioria esmagadora dos participantes do Brasil (84%) respondeu que o conceito de economia verde mais além do desempenho ambiental. Entre o governo e as organizações não governamentais a média de votos ficou na casa dos 86%. Já para o setor empresarial ficou em 84%, e a comunidade acadêmica votou na casa dos 83%.

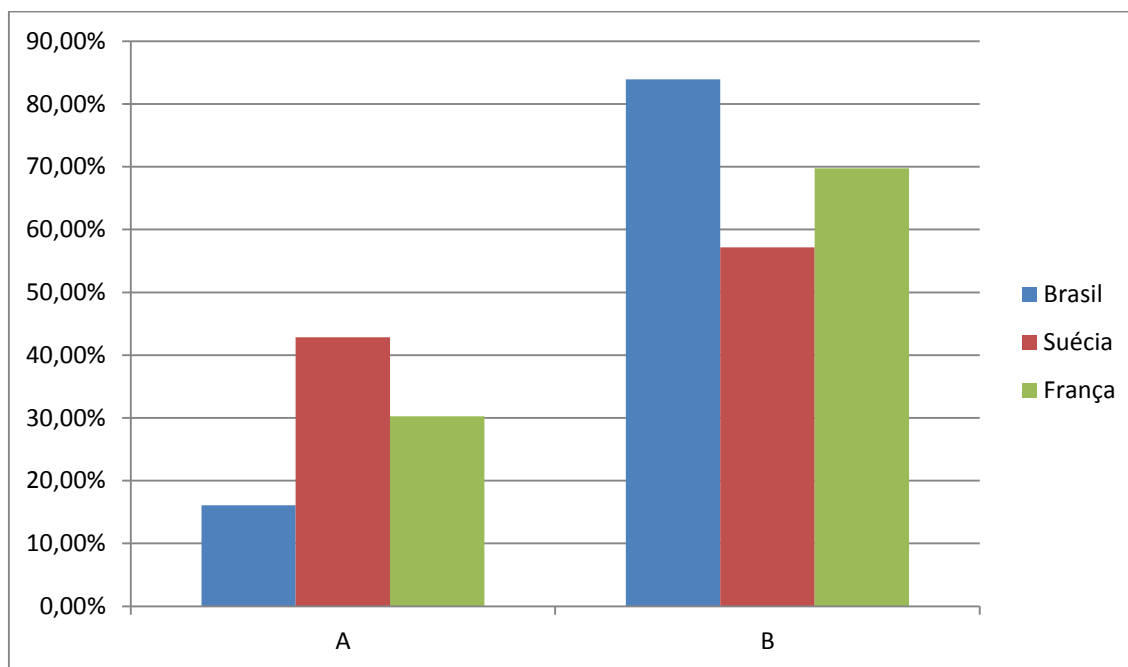
Gráfico 9: O conceito de economia verde restrito ao desempenho ambiental: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

A Suécia e a França, outros dois países participantes desta consulta, também tiveram a maioria dos votos computados a favor dos fatores adicionais dentro do conceito de economia verde, e não apenas ao desempenho ambiental. Mas a tabela de votos não foi parecida com a do Brasil. A Suécia ficou na casa dos 57%, e França na dos 70%. Este dado surpreende, pois é curioso pensar que 43% dos participantes suecos acredita que o conceito de economia verde está ligado ao desempenho ambiental, e nada mais.

Gráfico 10: O conceito de economia verde restrito ao desempenho ambiental: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

Mesmo com este número curioso, ainda assim a grande maioria dos participantes da pesquisa respondeu que o conceito de economia verde vai além do desempenho ambiental. Por esse motivo, talvez fosse interessante ter aberto um espaço no questionário para respostas discursivas, a fim de que os participantes pudessem descrever o que mais entendem por economia verde (além de bem-estar social e equidade, que foram mencionados na alternativa). As respostas discursivas poderiam abrir novas janelas de pensamento.

Economia verde sendo compatível com crescimento econômico continuado em termos de PIB

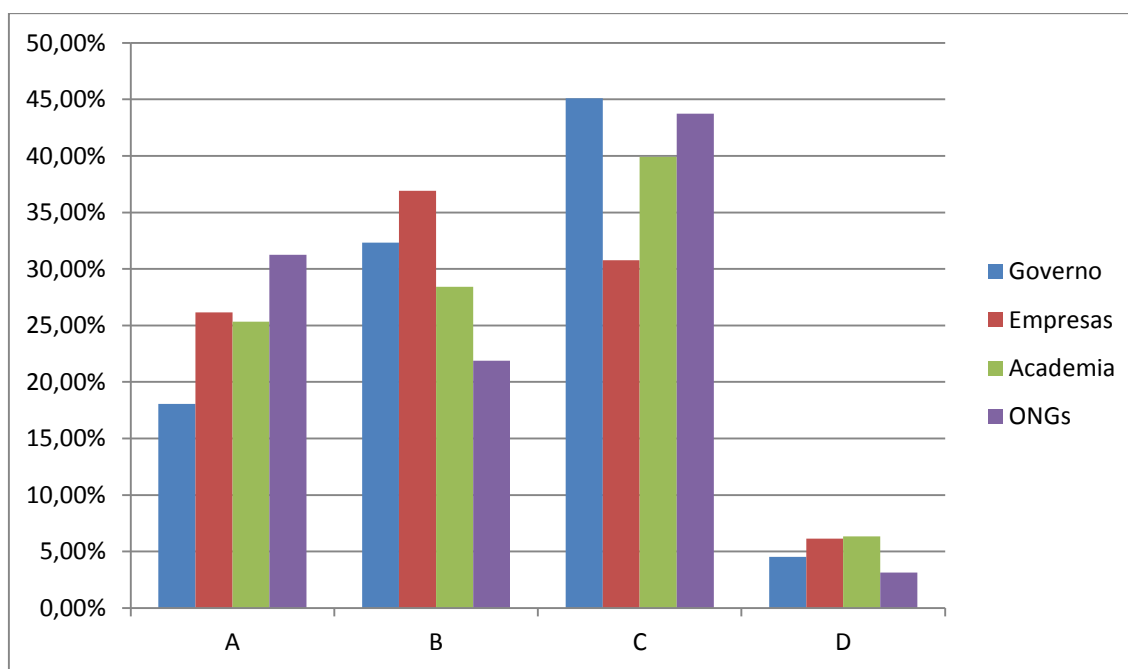
A questão proposta busca entender qual a visão dos participantes da consulta sobre a economia verde e sua relação com o crescimento econômico continuado em termos de PIB (Produto Interno Bruto). As cinco alternativas foram dispostas em ordem decrescente de

eficácia, desde melhor desempenho positivo até negativo. A ultima alternativa apresenta o PIB como não sendo um indicador adequado.

- a) Sim, eu acredito que uma economia verde terá melhor desempenho em termos de PIB do que a economia atual;
- b) Sim, eu acredito que uma economia verde terá taxas de crescimento semelhantes em termos de PIB às da economia atual
- c) Sim, eu acredito que uma economia verde é compatível com crescimento econômico continuado em termos de PIB, mas em ritmo mais lento do que o da economia atual
- d) Não, eu acredito que uma economia verde só pode ser alcançada com taxas de crescimento negativas em termos de PIB por algum tempo
- e) O PIB é um indicador inadequado

Com a maioria dos votos, 40% dos participantes brasileiros julgou que em termos de PIB, uma economia verde é compatível com crescimento econômico continuado, mas em ritmo mais lento do que o da economia atual. Ainda tem termos de Brasil, com exceção do setor empresarial (que acredita que uma economia verde terá taxas de crescimento semelhantes em termos de PIB às da economia atual), todos os outros três setores subdivididos nesta consulta acreditam que é possível haver crescimento econômico na economia verde, apesar de não acompanhar o ritmo de crescimento da economia atual.

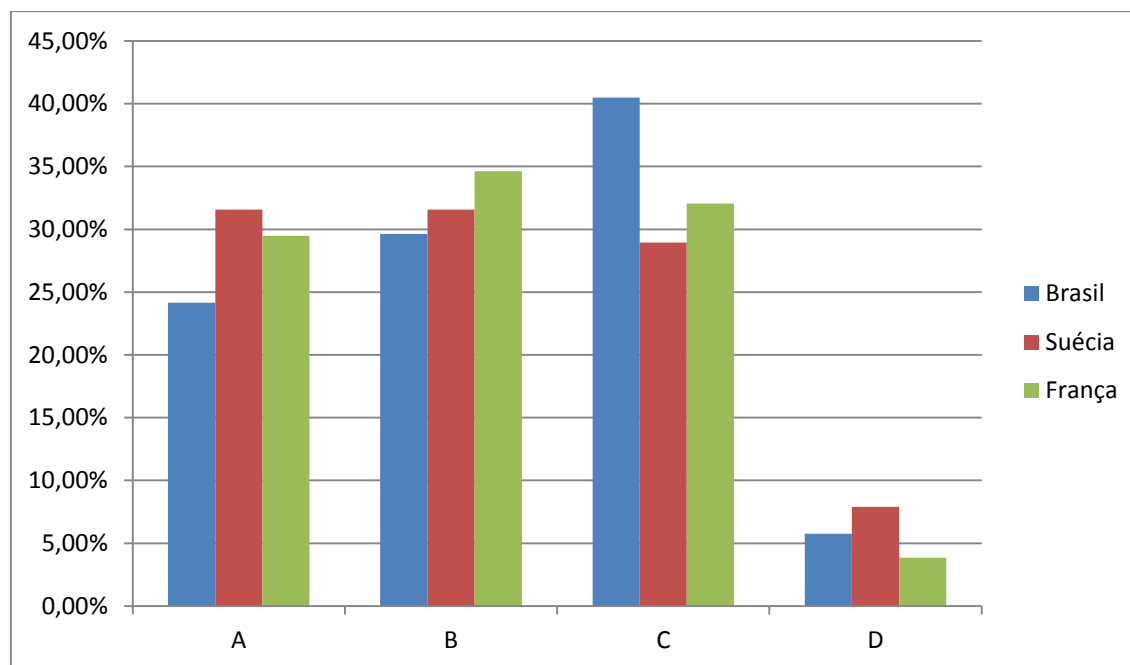
Gráfico 11: Economia verde sendo compatível com crescimento econômico continuado em termos de PIB: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Os participantes da Suécia e da França também votaram a favor de haver a possibilidade de a economia verde ter taxas de crescimento semelhantes em termos de PIB às da economia atual. A Suécia teve, ainda, o mesmo número de votos para uma segunda alternativa, que seria a de que uma economia verde terá melhor desempenho em termos de PIB do que a economia atual. Este é um dado interessante, pois apesar de ainda não ter sido adotada, é possível perceber que algumas pessoas já acreditam que a economia verde pode superar para melhor a economia atual.

Gráfico 12: Economia verde sendo compatível com crescimento econômico continuado em termos de PIB: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

A análise destas respostas mostra que na opinião dos participantes, ainda há certa relutância em acreditar que é possível obter o mesmo, ou se não melhor, resultado em termos de economia verde. Pode ser que o pensamento das pessoas ainda esteja focado no fato de que a economia verde é uma ideia que vale a pena, mas que ainda não oferece os mesmos benefícios da economia atual.

Indicador a ser usado para medir o desempenho de uma economia verde

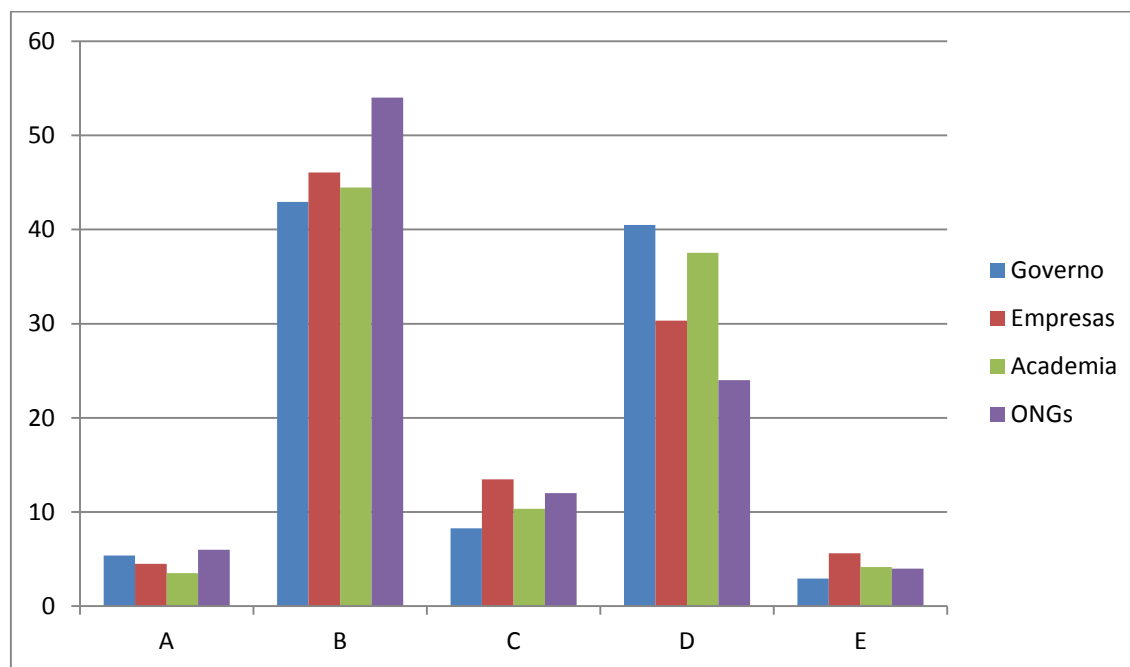
A questão proposta tem relação, de certo modo, com a questão anterior, sobre o PIB como indicador de desempenho de uma economia verde, ou sobre qual seria, de fato, o melhor indicador deste desempenho. As alternativas propostas foram:

- a) PIB não é um indicador perfeito, mas é o melhor que existe
- b) “PIB Verde”, no qual os desempenhos social e ecológico são incorporados
- c) Um índice de bem-estar – um indicador individual, ponderando uma série de outros
- d) Vários indicadores – não há como criar um indicador único
- e) Outro

A questão proposta tem relação, de certo modo, com a questão anterior, sobre o PIB como indicador de desempenho de uma economia verde, ou sobre qual seria, de fato, o melhor indicador deste desempenho.

Para os participantes brasileiros, o chamado “PIB Verde” deveria ser o indicador de desempenho de economia verde, no qual os desempenhos social e ecológico são (ou deveriam ser) incorporados. O número de votos para esta alternativa ficou na casa dos 44% dos votos. Dentro da divisão por setores, o governo, setor empresarial, comunidade acadêmica e organizações não governamentais também convergem para esta alternativa. Não existem muitas discrepâncias dentro dos setores.

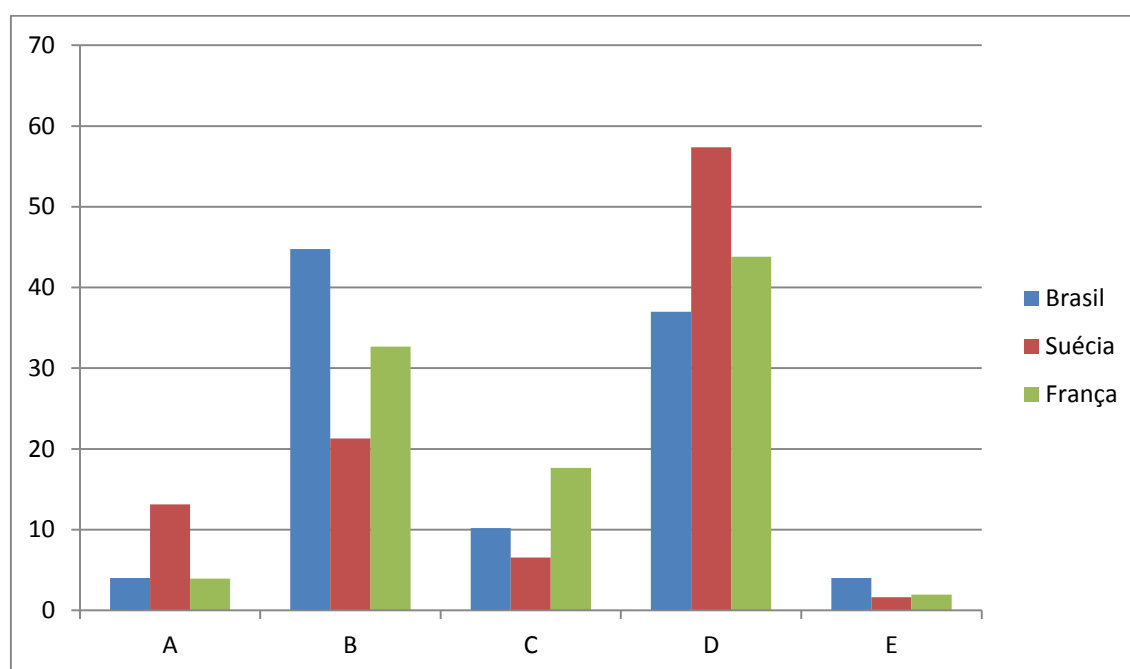
Gráfico 13: Indicador a ser usado para medir o desempenho de uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Já os participantes da Suécia e França discordam da posição brasileira nesta questão. Para os participantes destes dois países, não é possível criar apenas um indicador de desempenho de economia verde, a exemplo do PIB ou PIB Verde, opções que foram propostas. Para 57% e 43% dos participantes da Suécia e França, respectivamente, são necessários vários indicadores para medir o desempenho de uma economia verde. Não há como criar um indicador único.

Gráfico 14: Indicador a ser usado para medir o desempenho de uma economia verde resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

O chamado PIB Verde já apresenta um avanço como indicador, pois os desempenhos social e ecológico são levados em consideração. Mas de fato, a opinião dos participantes dos outros dois países também merece crédito. É preciso analisar quais seriam os outros indicadores para se medir a economia verde, e como e em que medida eles seriam, de fato, eficazes nesta análise.

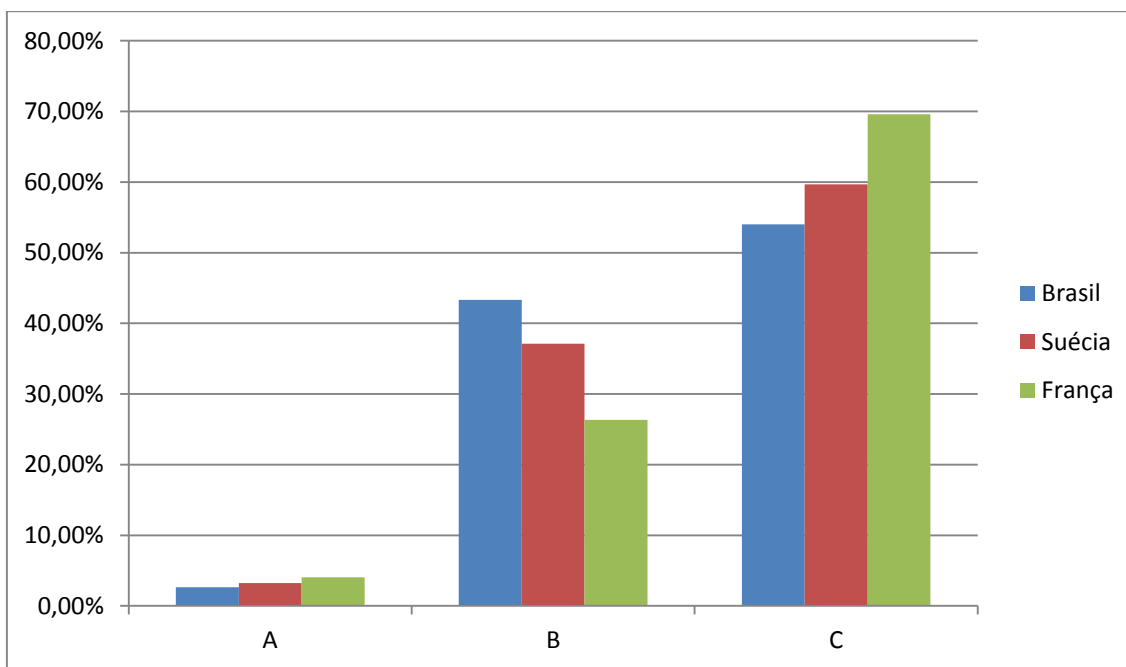
Sustentabilidade ou insustentabilidade da economia atual

A economia verde veio sendo muito debatida nas questões anteriores desta consulta. A pergunta que é proposta agora é exclusivamente sobre economia. Não a verde, a que pode dar certo, a que ainda é uma possibilidade, mas a atual. Como os participantes da consulta veem a economia atual? Como sustentável ou insustentável? As alternativas propostas foram as três seguintes:

- a) Sustentável
- b) Insustentável, mas evoluindo na direção certa
- c) Insustentável e evoluindo na direção errada

Para esta questão, tanto o Brasil quanto a Suécia e a França julgam que a economia atual é insustentável. A porcentagem de votos para esta pergunta ficou em 54% para os brasileiros, 59% para os suecos e quase 70% para os franceses. Ou seja, a grande maioria dos participantes acredita que a economia atual é insustentável, e mais do que isso: está evoluindo na direção errada.

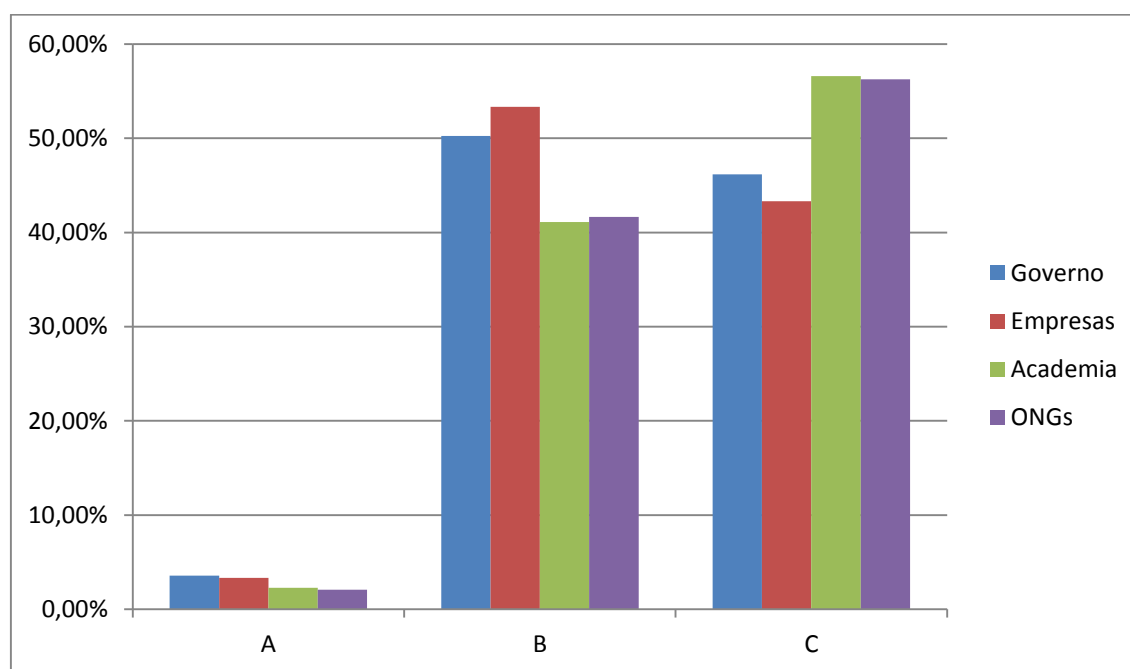
Gráfico 15: Sustentabilidade ou insustentabilidade da economia atual: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Dentro da divisão por setores dos participantes do Brasil, há algumas divisões. A comunidade acadêmica e as organizações não governamentais optaram pela resposta de que a economia insustentável caminha para a direção errada, assim como foi a posição da maioria dos participantes brasileiros e da Suécia e França também. Mas tanto o governo (50%) quanto o setor empresarial (53%) acreditam que a economia atual é insustentável, mas que está evoluindo na direção certa.

Gráfico 16: Sustentabilidade ou insustentabilidade da economia atual: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

Através das respostas e do relatório final não é possível definir se esta caminhada na direção certa é mais um desejo de que a economia sustentável dê certo e seja uma realidade, ou se realmente já estamos caminhando para isso. Seria interessante procurar saber, através de consultas públicas como esta, em que nível rumo a uma economia sustentável o cidadão entende que estamos, e o que poderia ser feito para atingir este objetivo.

Principais modos de tornar a economia atual mais verde

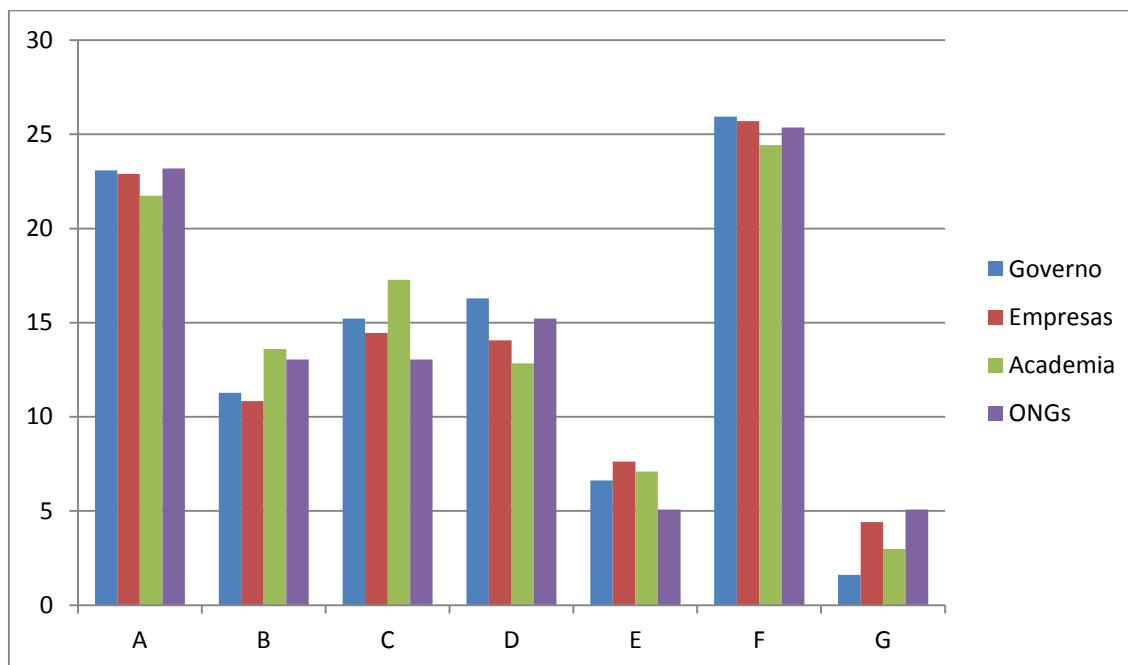
Esta questão é importante para esta consulta porque é a primeira questão que leva o participante a pensar em soluções para um tópico. O que é pedido é que sejam apontados até três modos de tornar a economia atual mais verde. Foram apresentadas seis alternativas de múltipla escolha e uma alternativa que poderia ser respondida de forma dissertativa, dispostas abaixo.

- a) Aumentando a parcela de fontes renováveis de energia
- b) Aumentando a parcela de fontes energéticas de baixo carbono
- c) Reduzindo o lançamento de poluentes na natureza
- d) Definindo e precificando adequadamente externalidades ambientais
- e) Aplicando taxas e multas para produtos, tecnologias, indústrias e serviços não-verdes
- f) Aplicando benefícios fiscais e subsídios para produtos, tecnologias, indústrias e serviços verdes
- g) Outro

As três alternativas mais votadas pelos participantes brasileiros para tornar a economia atual mais verde foram “Aplicando benefícios fiscais e subsídios para produtos, tecnologias, indústrias e serviços verdes”, “Aumentando a parcela de fontes renováveis de energia” e “Reduzindo o lançamento de poluentes na natureza”.

Dentro da divisão por setores, tanto o governo quanto o setor empresarial, a comunidade acadêmica e as organizações não governamentais convergem na casa dos 25% para a alternativa “Aplicando benefícios fiscais e subsídios para produtos, tecnologias, indústrias e serviços verdes”. Como segunda opção mais votada, os quatro setores também convergem para a alternativa “Aumentando a parcela de fontes renováveis de energia”; e como terceira alternativa mais votada, o governo e as organizações não governamentais optaram pela alternativa “Definindo e precificando adequadamente externalidades ambientais”, enquanto que o setor empresarial e a comunidade acadêmica optaram por “Reduzindo o lançamento de poluentes na natureza”.

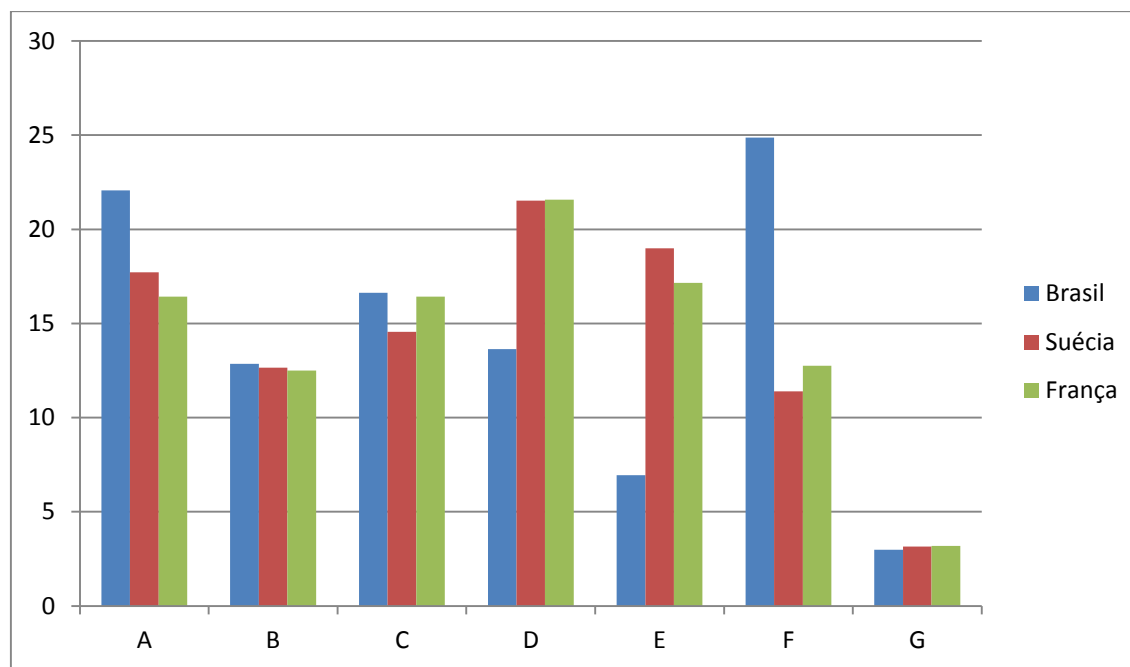
Gráfico 17: Principais modos de tornar a economia atual mais verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Mais uma vez, a Suécia e a França divergiram do Brasil em suas respostas. Os participantes destes países votaram nas alternativas “Definindo e precificando adequadamente externalidades ambientais”, “Aplicando taxas e multas para produtos, tecnologias, indústrias e serviços não-verdes” e “Aumentando a parcela de fontes renováveis de energia”.

Gráfico 18: Principais modos de tornar a economia atual mais verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Nesta análise comparativa, é importante destacar que a segunda alternativa mais votada pela Suécia e pela França foi a menos votada pelos participantes brasileiros: a aplicação de taxas e multas para produtos, tecnologias, indústrias e serviços não verdes não é vista com bons olhos pelo Brasil, enquanto que a aplicação de benefícios fiscais e subsídios para produtos, tecnologias, indústrias e serviços verdes é apoiada, tanto que foi a alternativa mais votada pelos brasileiros.

Considerações da pesquisadora

Esta é uma questão para se pensar, em termos de Brasil: porque, de acordo com a visão do país, é incentivado o uso de benefícios para quem utilizar a causa verde, mas rejeita-se a possibilidade de punição para quem não o fizer? Seriam a cultura e os costumes possíveis explicações para a falta de comprometimento do brasileiro para com a economia verde?

Principais riscos da adoção de uma economia verde

A questão solicita que o participante selecione, dentre as oito alternativas disponíveis abaixo, até duas que indiquem quais os principais riscos da adoção de uma economia verde. As duas últimas alternativas oferecidas constituem em 1. apontar, discursivamente, outra alternativa que não seja uma das disponibilizadas, e 2. assinalar se não houver nenhum risco.

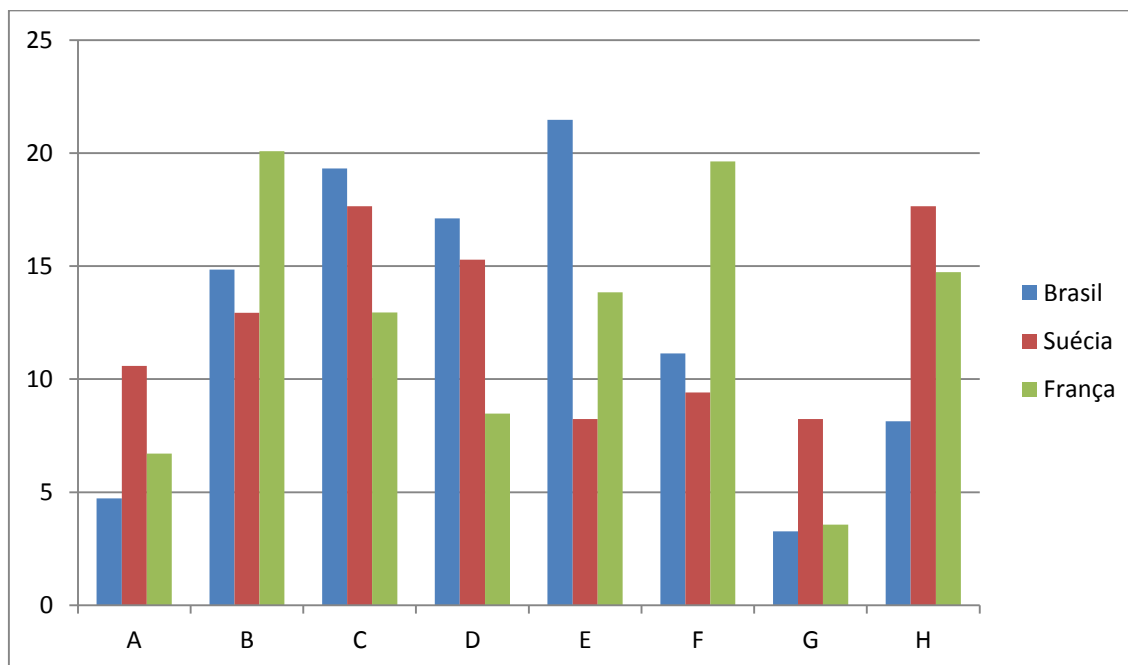
- a) Alimentação da tendência de estagnação da economia mundial
- b) Manutenção das disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento
- c) Restrição às perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento
- d) Estabelecimento de barreiras ao comércio internacional
- e) Aumento do controle dos países desenvolvidos sobre o mercado de tecnologia
- f) Transformação da inclusão social e da erradicação da pobreza em objetivos de segunda ordem
- g) Outro
- h) Não há riscos

Para esta questão, 21,48% dos participantes brasileiros entendeu que o aumento do controle dos países desenvolvidos sobre o mercado de tecnologia é o principal risco da adoção de uma economia verde. Outros 19% dos brasileiros acreditam que pode haver restrição às perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento.

A Suécia teve empate nas duas alternativas mais votadas para esta questão. 17,65% acredita, como o Brasil, que a adoção de uma economia verde representa uma restrição às perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento; os outros 17,65% acreditam que não há nenhum tipo de risco.

Os participantes franceses também ficaram muito próximos do empate nesta questão. 20,09% acredita que a adoção de uma economia verde pode contribuir para a manutenção das disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e 19,64% acredita que há o risco de transformar a inclusão social e da erradicação da pobreza em objetivos de segunda ordem.

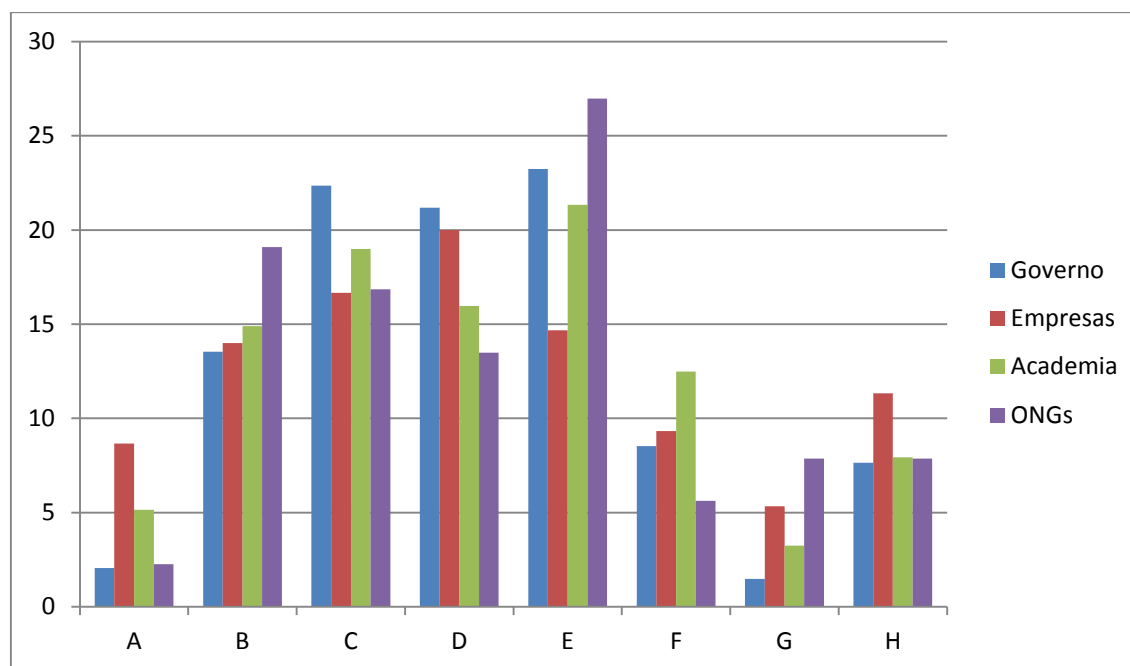
Gráfico 19: Principais riscos da adoção de uma economia verde: Resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

No Brasil, a divisão por setores indica como risco principal o aumento do controle dos países desenvolvidos sobre o mercado de tecnologia (com exceção do setor empresarial, que acredita que a adoção de uma economia verde pode acarretar o estabelecimento de barreiras ao comércio internacional). Como risco secundário, o governo, setor empresarial e comunidade acadêmica convergem para a ideia de que há o risco de restrição às perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento, e as organizações não governamentais sugerem que a adoção de uma economia verde pode manter as disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Gráfico 20: Principais riscos da adoção de uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

Em termos de Brasil, a escolha dessas alternativas pode ser justificada pela posição que o país se encontra, como um país em desenvolvimento. Se adotar a economia verde significa que os países desenvolvidos poderão vir a ter ainda mais controle sobre o mercado, isso significa que para o Brasil, isso não seria tão interessante em termos de crescimento.

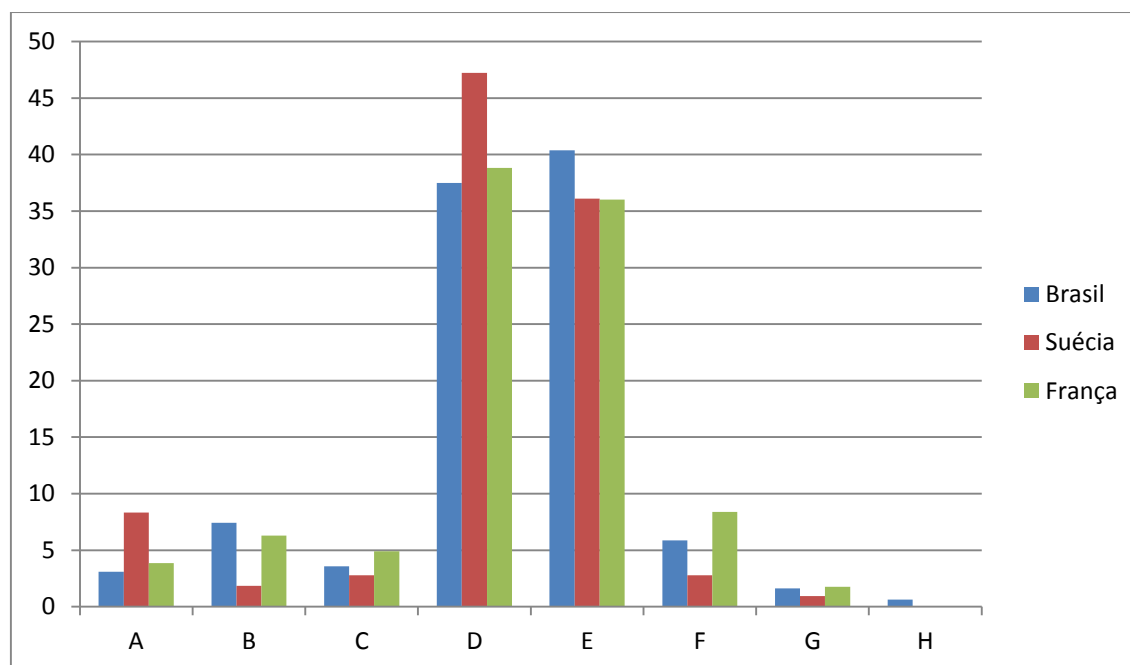
Principais riscos da NÃO-adoção de uma economia verde

Esta questão se assemelha à questão anterior, mas agora, propõe uma ideia inversa à que foi lançada anteriormente. Uma vez que os participantes da consulta responderam quais seriam os dois principais riscos da adoção de uma economia verde, a presente questão pede que os participantes pensem se há e quais seriam os riscos da não-adoção da economia verde. As alternativas foram:

- a) Alimentação da tendência de estagnação da economia mundial
- b) Manutenção das disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento
- c) Restrição às perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento
- d) Aceleração das mudanças climáticas e seus impactos
- e) Perda irreversível da diversidade biológica e do potencial de uso dos ecossistemas
- f) Atraso no cumprimento das metas do milênio
- g) Outro
- h) Não há riscos

Tanto Brasil quanto Suécia e França assinalaram que os dois principais riscos de não se adotar uma economia verde são a aceleração das mudanças climáticas e seus impactos (média de 41% dos votos), e a perda irreversível da diversidade biológica e do potencial de uso dos ecossistemas (média de 37%).

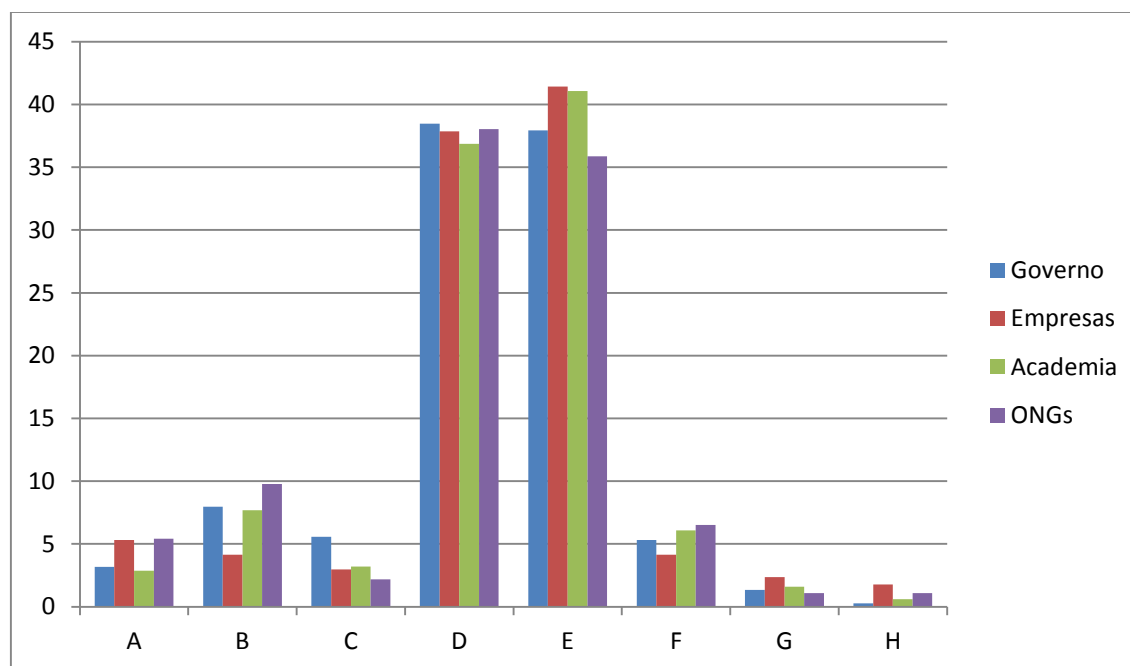
Gráfico 21: Principais riscos da NÃO-adoção de uma economia verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

No Brasil, o governo, comunidade acadêmica, setor empresarial e organizações não governamentais também convergem para essas duas alternativas.

Gráfico 22: Principais riscos da NÃO-adoção de uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

Analisando as respostas e observando que todos convergem para a mesma opinião, talvez seria importante notar que a preocupação com o meio ambiente e mudanças climáticas é muito forte, senão a principal. Até mesmo o setor empresarial, que usualmente se preocupa mais com perspectivas de crescimento econômico, observou que a não-adoção da economia verde pode representar riscos graves aos ecossistemas e ao meio ambiente.

Possibilidade um país se tornar inteiramente verde por conta própria

A questão sugere a possibilidade de que um país possa se tornar verde sozinho, ou seja, sem a ajuda de outros países ou sem ser influenciado pelo ambiente ao seu redor. É

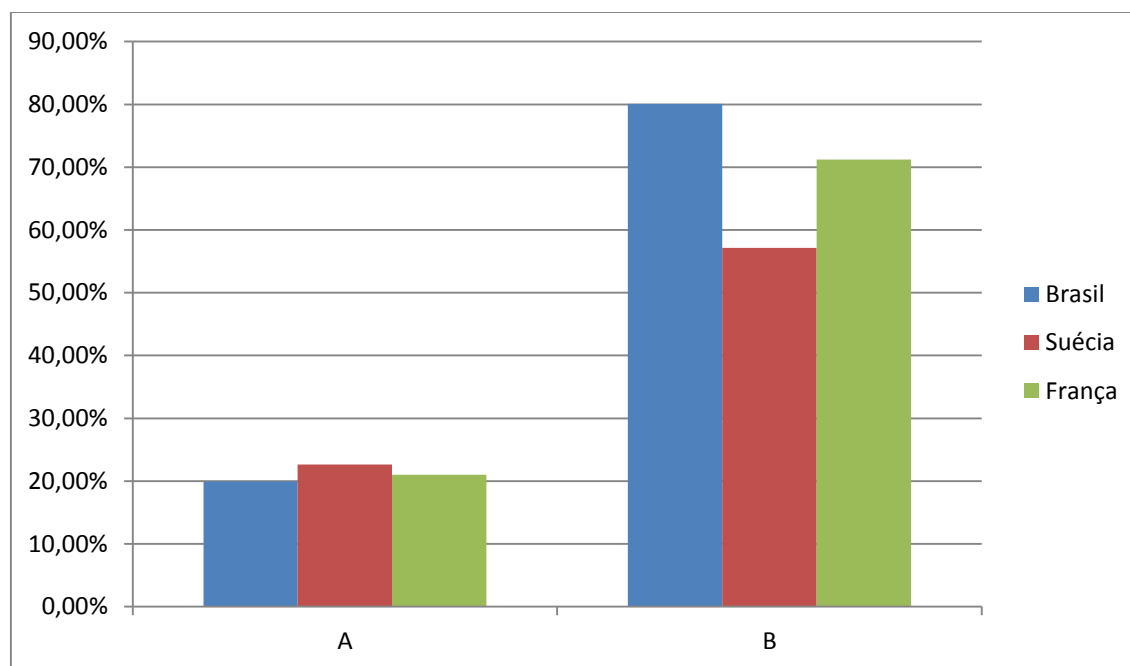
possível para um país se tornar inteiramente verde por conta própria, ou seja, “pode existir uma ilha verde em um oceano marrom?”

a) Sim

b) Não

Mais uma vez, os três países participantes da consulta convergem para a mesma resposta. Para Brasil, Suécia e França não é possível que um país se torne inteiramente verde por conta própria. A opinião é mais forte no Brasil (84%) do que na Suécia (77%) e França (78%).

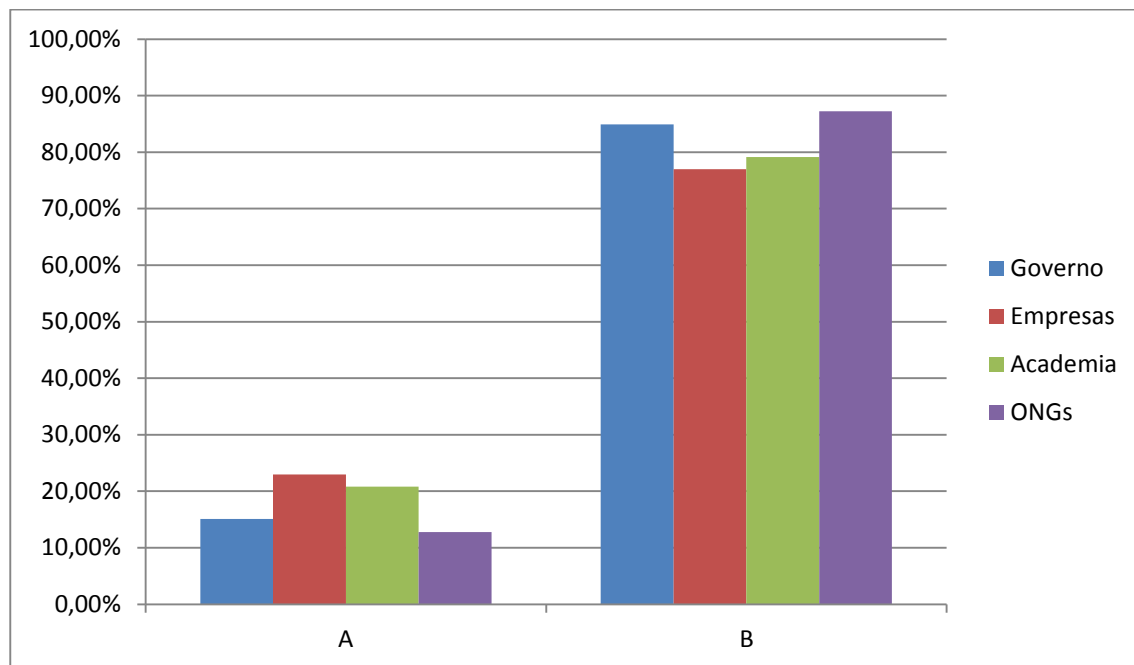
Gráfico 23: Possibilidade um país se tornar inteiramente verde por conta própria: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Todos os setores da consulta no Brasil também concordam que é impossível que haja um país inteiramente verde por conta própria. As organizações não governamentais fazem parte do setor que acredita mais fortemente nesta opção (87,32%).

Gráfico 24: Possibilidade um país se tornar inteiramente verde por conta própria: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

Com base nas respostas obtidas nesta questão, pode-se pensar que é essencial que o mundo, de uma forma geral, esteja engajado na missão de buscar a sustentabilidade. Considerando que não é possível que um país caminhe sozinho rumo à economia verde, faz-se necessária a cooperação entre todos.

Tópicos mais importantes para os países em desenvolvimento

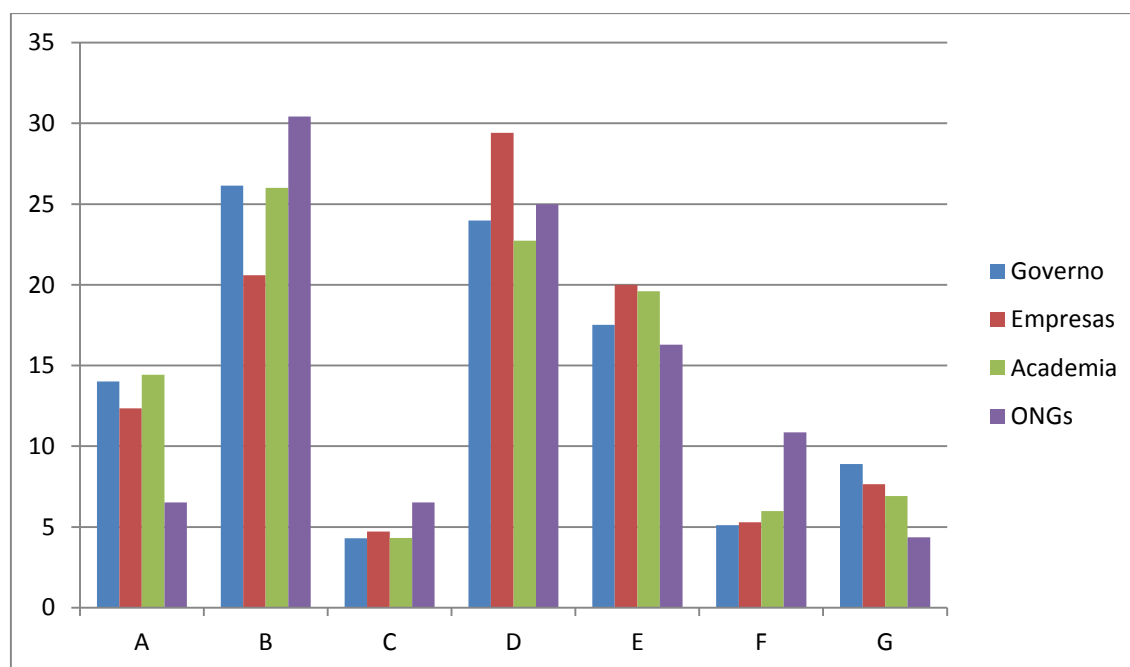
A pergunta em questão pede que o participante da consulta escolha, dentre as sete propostas, duas alternativas que julgue serem os tópicos mais importantes para os países em desenvolvimento, dentro do contexto sobre economia verde.

- a) Erradicação da pobreza
- b) Redução das desigualdades
- c) Aumento do emprego decente
- d) Inovação

- e) Fácil acesso a tecnologias verdes
- f) Preferência por tecnologias que evitam desemprego
- g) O direito a uma transição mais lenta para economia verde

O Brasil escolheu, com 25% dos votos, a redução das desigualdades, e com 23% a inovação como sendo os principais temas a serem debatidos dentro do contexto da economia verde. Ainda sobre o Brasil, os quatro setores divididos pela consulta também escolheram estes dois tópicos como sendo os principais no debate da economia verde.

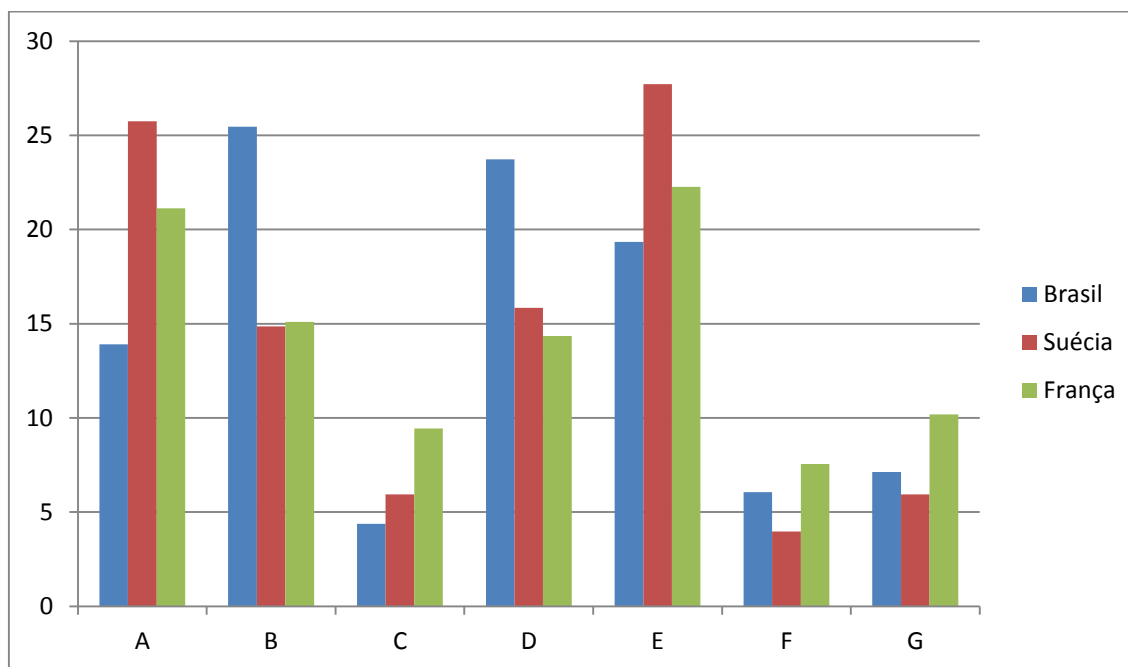
Gráfico 25: Tópicos mais importantes para os países em desenvolvimento: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Diferentemente do Brasil e suas divisões por setores, Suécia e França acreditam que o fácil acesso a tecnologias verdes e a erradicação da pobreza sejam os principais tópicos a serem discutidos pelos países em desenvolvimento.

Gráfico 26: Tópicos mais importantes para os países em desenvolvimento: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

Podemos pensar que esses dois países, que já são desenvolvidos, tenham ideias diferentes a respeito do que, de fato, é a necessidade de um país que ainda se encontra em desenvolvimento. Analisando as respostas dos participantes do Brasil, fica claro que a principal preocupação não é erradicar a pobreza, mas sim reduzir as desigualdades e investir em inovação. De fato, inovar em diversos aspectos pode ser uma solução para o crescimento econômico e social, inclusive dentro da área educacional.

Mudanças necessárias para permitir uma transição para uma economia mais verde

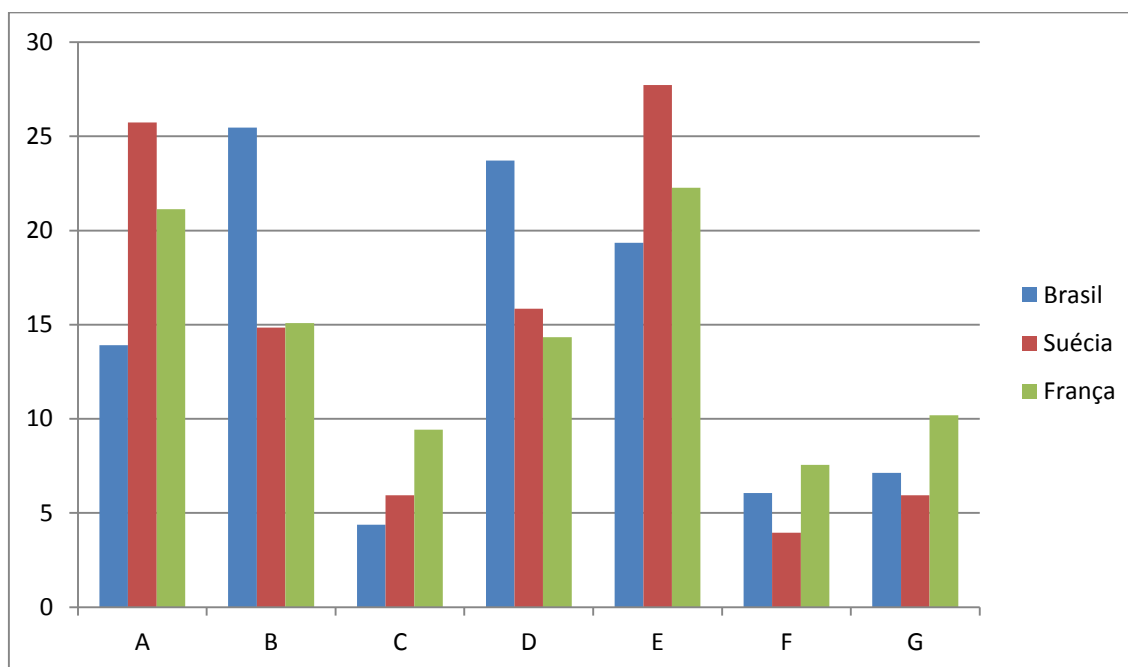
Entendendo que para implementar uma economia verde em termos globais seriam necessárias algumas mudanças na ordem internacional, esta pergunta do questionário vem acompanhada de algumas alternativas que representariam essas mudanças. O que foi pedido é que o participante da consulta escolhesse até duas das alternativas propostas abaixo.

- a) Progressos na implementação das convenções da ONU instituídas na Rio-92 (biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação)
- b) Fortalecimento das instituições ambientais da ONU
- c) Aumento do papel de outros mecanismos e instituições de governança globais
- d) Consideração de preocupações ambientais e sociais em questões tratadas pela Organização Mundial do Comércio
- e) Taxação das transações financeiras internacionais visando angariar fundos para iniciativas de economia verde
- f) Estabelecimento de um sistema especial de preços para bens globais
- g) Estabelecimento de metas e sistema de conformidade para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável

Com 26% dos votos, a opção “Estabelecimento de metas e sistema de conformidade para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável” foi a opção mais votada pelos brasileiros. A segunda opção, “Progressos na implementação das convenções da ONU instituídas na Rio-92 (biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação)” ficou com 20% dos votos nesta questão.

A Suécia e França optaram por outras mudanças. Para os dois países, a implantação de uma economia mais verde depende da consideração de preocupações ambientais e sociais em questões tratadas pela Organização Mundial do Comércio, e também da taxaço das transações financeiras internacionais que visariam angariar fundos para iniciativas de economia verde.

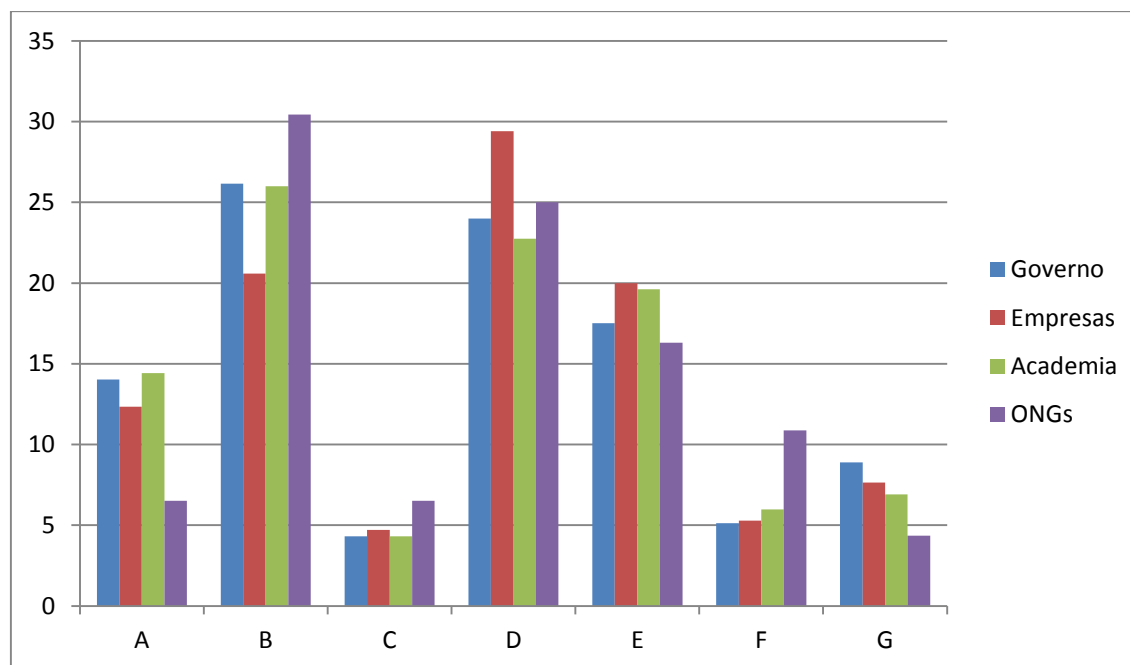
Gráfico 27: Mudanças necessárias para permitir uma transição para uma economia mais verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Sobre os setores de participantes no Brasil, não houve discrepâncias a respeito desse assunto. Todos os setores acreditam que é preciso estabelecer metas e cumpri-las, a fim de que seja possível a implementação de uma economia verde. O setor empresarial, inclusive, aponta como mudança necessária o aumento do papel de outros mecanismos e instituições de governança globais.

Gráfico 28: Mudanças necessárias para permitir uma transição para uma economia mais verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

De fato, é possível compreender que os participantes acreditam que o estabelecimento de metas e o cumprimento das mesmas é o caminho que é preciso ser seguido para que haja a possibilidade de implantação de uma economia verde.

Principais barreiras para a introdução de uma economia verde

Esta questão busca entender o que é preciso fazer para implementar uma economia mais verde. Para isso, é preciso apontar quais são as barreiras existentes nesse processo. No caso desta pergunta, foram sugeridas dez alternativas e foi pedido que o participante escolhesse até três delas.

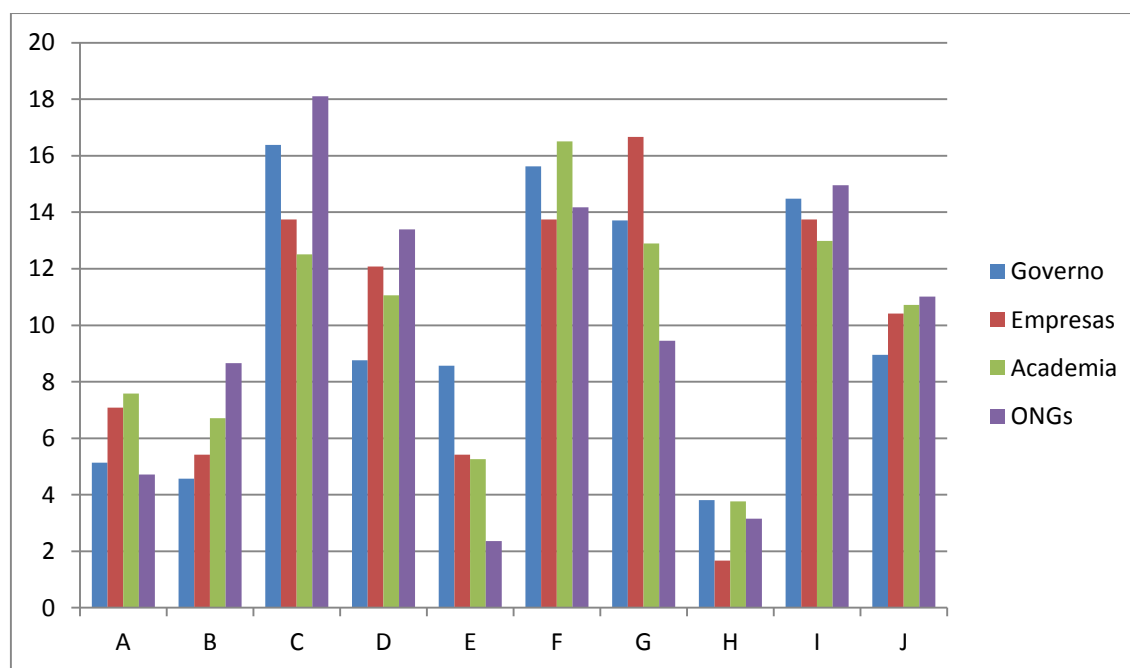
- a) Distorções nos preços
- b) Estrutura fiscal inadequada
- c) Mecanismos de incentivo e de crédito inadequados
- d) Investimento público insuficiente
- e) Investimento privado insuficiente
- f) Tecnologias ambientalmente saudáveis ainda não viáveis economicamente

- g) Incentivos inapropriados à inovação ambientalmente saudável**
- h) Sistema atual de propriedade intelectual inadequado**
- i) Aparato legal e regulatório inadequado**
- j) Ausência de remuneração pelos serviços ecossistêmicos**

Numa visão geral o Brasil apontou como principais barreiras para a introdução de uma economia verde as tecnologias ambientalmente saudáveis ainda não viáveis economicamente, o aparato legal e regulatório inadequado e mecanismos de incentivo e de crédito inadequados. As três alternativas mais votadas ficaram entre os 13% e 15% dos votos.

Os quatro setores divididos nesta consulta também convergem em sua maioria para estas alternativas. O setor empresarial e a comunidade acadêmica observam também, em suas três alternativas mais votadas além das já mencionadas, que os incentivos inapropriados à inovação ambientalmente saudável também representam uma barreira na introdução da economia verde.

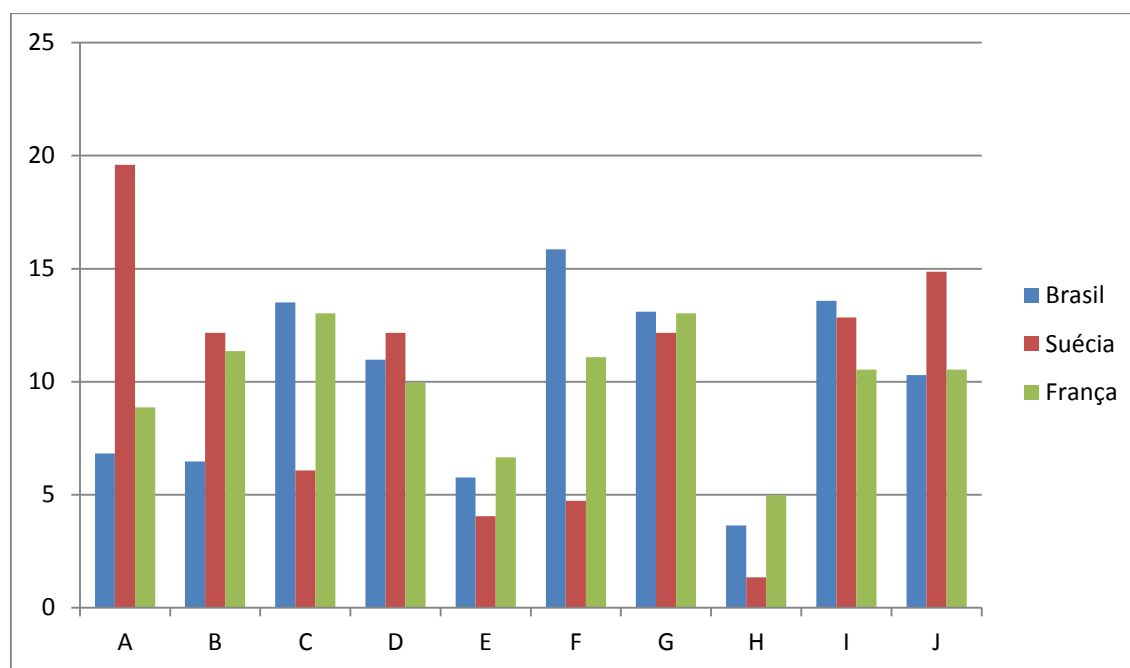
Gráfico 29: Principais barreiras para a introdução de uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Diferentemente do Brasil, a Suécia acredita que as distorções nos preços são a principal barreira para que seja possível a implantação da economia verde. Com 19% dos votos, esta opção foi a mais votada entre os suecos e uma das menos votadas pelo Brasil e pela França. Os franceses, por outro lado, concordam com os brasileiros de uma forma geral e também mais especificamente com o setor empresarial e a academia, pois também acreditam que os incentivos inapropriados à inovação ambientalmente saudável são um empecilho para uma economia verde eficaz.

Gráfico 30: Principais barreiras para a introdução de uma economia verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

A partir das respostas dos participantes é possível identificar quais são as barreiras para que seja possível a implantação da economia verde. A partir delas, é preciso trabalhar para que essas barreiras sejam eliminadas, ou pelo menos diminuídas.

Principais instrumentos para se estimular uma economia verde

A questão 16 desta consulta é a mais extensa de todo o questionário. Procura saber a opinião dos participantes sobre quais são os principais instrumentos para se estimular uma economia verde. Para isso, esses instrumentos foram classificados em três categorias distintas, sendo a primeira delas Econômico, a segunda Regulatório e a terceira, Conhecimento.

Econômicos

Dentre as 15 alternativas sugeridas dentro da categoria “Econômicos”, o participante da consulta deveria escolher até cinco.

- a) Taxas e instrumentos de mercado para precificar externalidades e reforçar os incentivos à inovação verde
- b) Sistema de “cap-and-trade” para o cumprimento das obrigações ambientais
- c) Subsídios e isenções fiscais para empregos verdes
- d) Incentivos/subsídios para superar distorções causadas pelas tecnologias dominantes
- e) Fundos de co-investimento para transformação de mercado
- f) Incentivos a parcerias público-privadas voltadas para projetos de tecnologias ambientalmente saudáveis
- g) Financiamento de soluções e empresas ambiente saudáveis
- h) Política de concorrência para ingresso de novas empresas verdes no mercado
- i) Políticas de comércio e de investimento para transferência de tecnologias verdes no âmbito internacional
- j) Desenvolvimento de mercado para inovações verdes
- k) Acesso a financiamento para PMEs adotarem inovação verde
- l) Sistema de prêmio/penalidade para induzir a substituição de produtos poluidores (antigos) por produtos mais eficientes
- m) Estímulo aos fabricantes de equipamentos e veículos para desenvolverem produtos mais eficientes
- n) Taxas diárias de congestionamento para grandes cidades, visando reduzir tráfego e emissões veiculares
- o) Investimento público em sistemas de comutação e infraestrutura (ex.: bicicletas e carros coletivos)

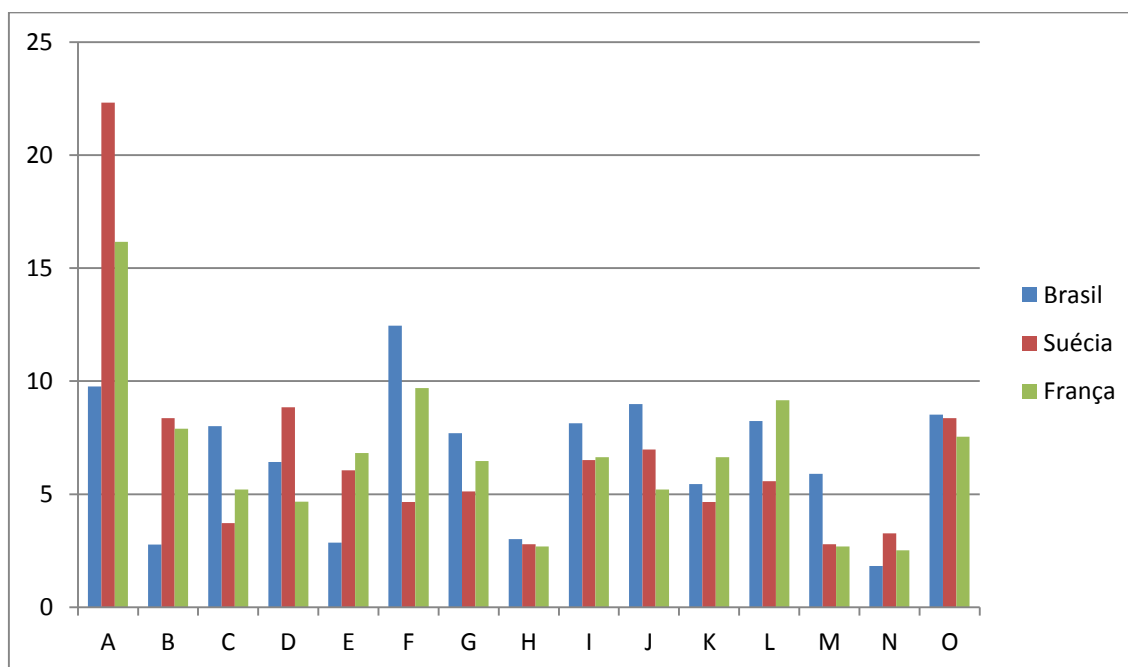
As cinco alternativas mais votadas pelos participantes brasileiros foram, em ordem, “Incentivos a parcerias público-privadas voltadas para projetos de tecnologias ambientalmente saudáveis”, “Taxas e instrumentos de mercado para precificar externalidades e reforçar os incentivos à inovação verde”, “Desenvolvimento de mercado

para inovações verdes”, “Investimento público em sistemas de comutação e infraestrutura (ex.: bicicletas e carros coletivos)” e Sistema de prêmio/penalidade para induzir a substituição de produtos poluidores (antigos) por produtos mais eficientes.

A Suécia elegeu, também em ordem de votação, “Taxas e instrumentos de mercado para precificar externalidades e reforçar os incentivos à inovação verde”, “Incentivos/subsídios para superar distorções causadas pelas tecnologias dominantes”, “Sistema de “cap-and-trade” para o cumprimento das obrigações ambientais”, “Investimento público em sistemas de comutação e infraestrutura (ex.: bicicletas e carros coletivos)” e “Desenvolvimento de mercado para inovações verdes”.

A França se assemelhou à Suécia em alguns tópicos, como ao eleger “Taxas e instrumentos de mercado para precificar externalidades e reforçar os incentivos à inovação verde” como opção vai votada entre as alternativas. As outras quatro alternativas mais votadas foram, em ordem decrescente, “Incentivos a parcerias público-privadas voltadas para projetos de tecnologias ambientalmente saudáveis”, “Sistema de prêmio/penalidade para induzir a substituição de produtos poluidores (antigos) por produtos mais eficientes”, “Sistema de “cap-and-trade” para o cumprimento das obrigações ambientais” e “Investimento público em sistemas de comutação e infraestrutura (ex.: bicicletas e carros coletivos)”.

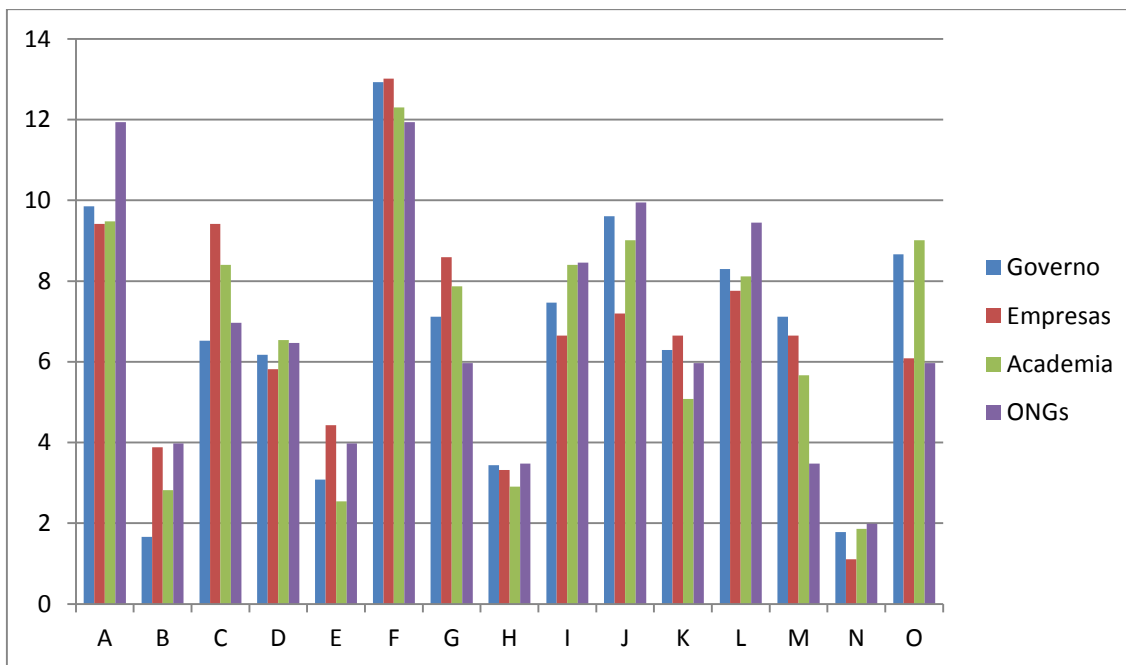
Gráfico 31: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Nas respostas divididas por setores no Brasil, as alternativas mais votadas foram praticamente as mesmas apresentadas no quadro geral do país. Não houve discrepâncias neste sentido.

Gráfico 32: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Regulatórios

Dentre as 11 alternativas sugeridas dentro da categoria “Regulatórios”, o participante da consulta deveria escolher até quatro delas.

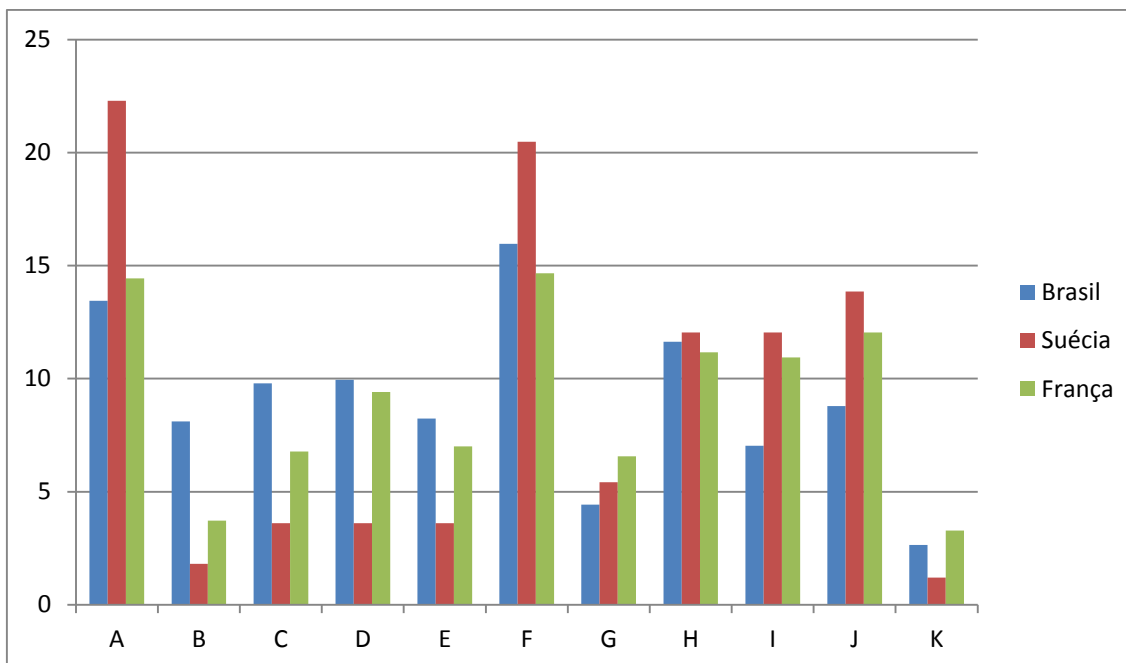
- Compras públicas, normas e regulamentos para mercados e circunstâncias específicos visando promover inovações verdes
- Reforma regulatória para facilitar o ingresso de novas empresas verdes no mercado
- Redução de encargos regulatórios para que PMEs adotem inovações verdes
- Estabelecimento de certificação social e ambiental para empresas
- Desenvolvimento e definição de modelos de gestão ambiental para empresas e organizações
- Planejamento urbano e de transporte para apoiar soluções verdes
- Aprovação de lei municipal especificando metas de redução de emissões de gases de efeito estufa
- Estabelecimento de padrões de eficiência energética para orientar as decisões dos fabricantes e a escolha do consumidor
- Exigência de código de construção verde para edifícios residenciais e não-residenciais

- j) Criação de um esquema de remuneração para serviços ambientais
- k) Criação de unidades de conservação

O Brasil elegeu as alternativas “Planejamento urbano e de transporte para apoiar soluções verdes”, “Compras públicas, normas e regulamentos para mercados e circunstâncias específicos visando promover inovações verdes”, “Estabelecimento de padrões de eficiência energética para orientar as decisões dos fabricantes e a escolha do consumidor”, e “Redução de encargos regulatórios para que PMEs adotem inovações verdes” como os quatro principais instrumentos para estimular uma economia verde.

A Suécia e a França apresentaram resultados muito parecidos com os do Brasil, com exceção de que sugerem que haja a criação de um esquema de remuneração para serviços ambientais como instrumento para estimular uma economia verde.

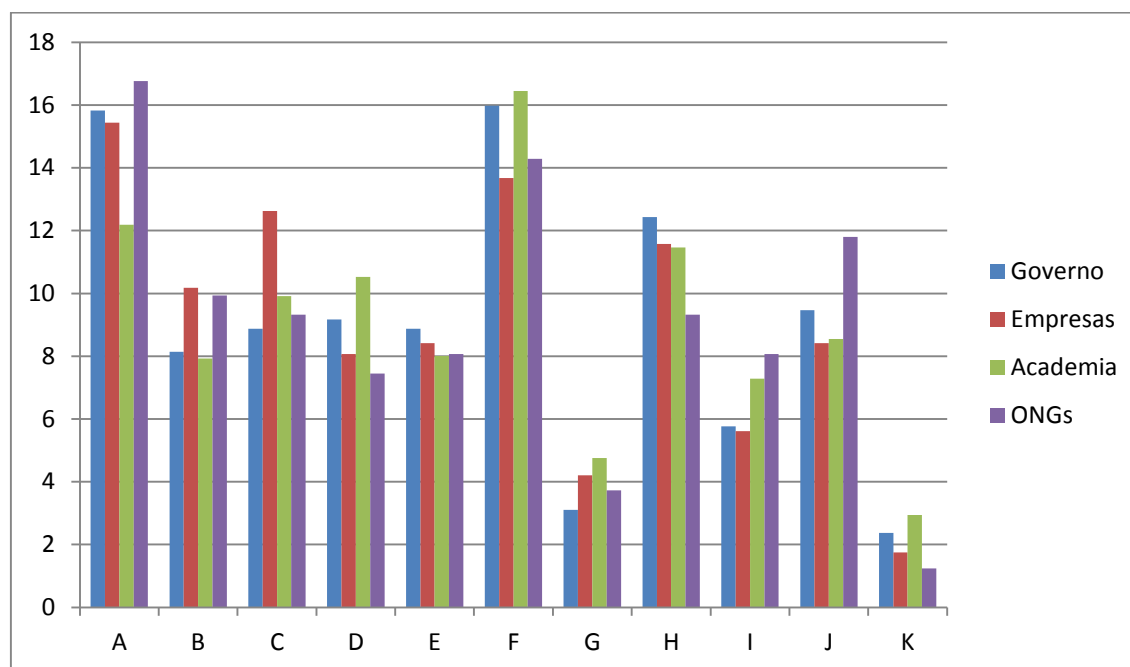
Gráfico 33: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

No tipo de atividades por setor, mais uma vez não houve grandes diferenças em comparação ao Brasil como grande quadro de análise.

Gráfico 34: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Conhecimento

Dentre as 14 alternativas sugeridas dentro da categoria “Conhecimento”, o participante da consulta deveria escolher até cinco.

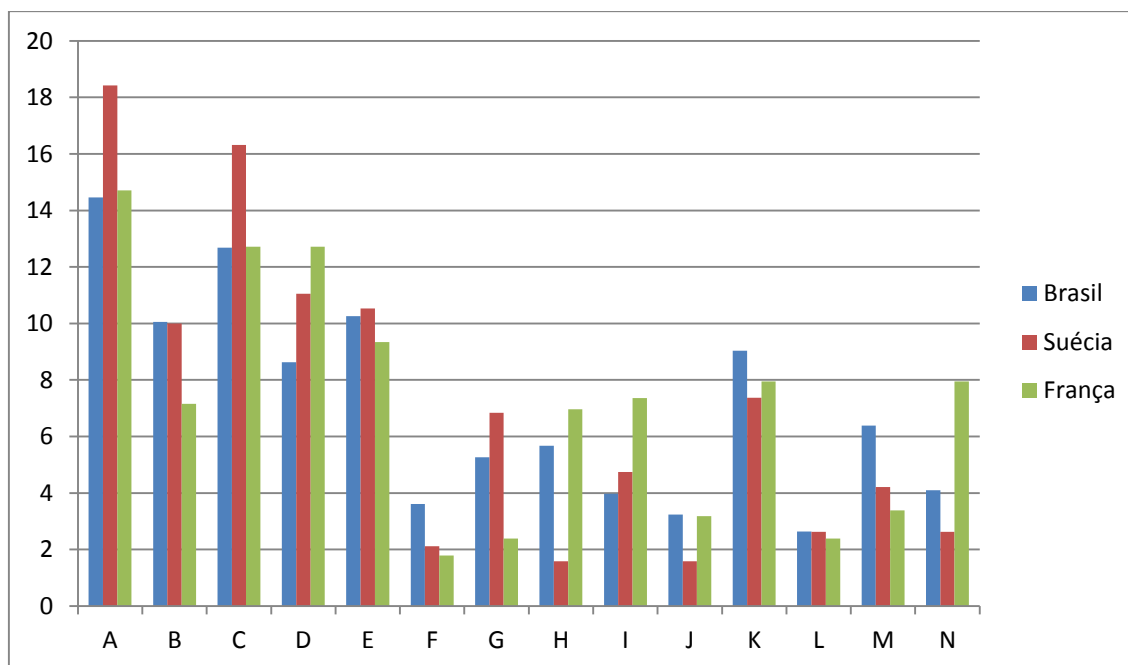
- Promoção de educação ambiental voltada para economia verde
- Amplas políticas de fortalecimento da capacidade de inovação
- Investimento em P&D de alto nível para superar obstáculos tecnológicos e estimular a inovação radical
- Cooperação internacional para superar obstáculos tecnológicos e instigar a inovação radical
- Apoio a P&D e incentivos fiscais para superar distorções causadas pelas tecnologias dominantes
- Premiação a tecnologias para superar distorções causadas pelas tecnologias dominantes

- g) Estratégia de estímulo a “inovador pioneiro” para ingresso de novas empresas verdes no mercado
- h) Assistência para que PME’s adotem inovação verde
- i) Vinculação de PMEs a redes de conhecimento para que adotem inovação verde
- j) Melhora da oferta de informação para que PMEs adotem inovação verde
- k) Capacitação para promoção de transferência de tecnologia verde no âmbito internacional
- l) Proteção e aplicação dos direitos de propriedade intelectual para promoção do desenvolvimento de tecnologia verde
- m) Ajustes no sistema de propriedade intelectual para promoção da transferência de tecnologia verde no âmbito internacional
- n) Estabelecimento de pools voluntários de patentes e de mecanismos de colaboração para promover a adoção de tecnologias verdes

As respostas para esta categoria foram muito parecidas entre os setores no Brasil, mas também entre os países participantes da consulta. Brasil, Suécia e França elegeram a opção “Promoção de educação ambiental voltada para economia verde” como principal instrumento para se estimular uma economia verde, e “Investimento em P&D de alto nível para superar obstáculos tecnológicos e estimular a inovação radical” como segunda alternativa mais votada.

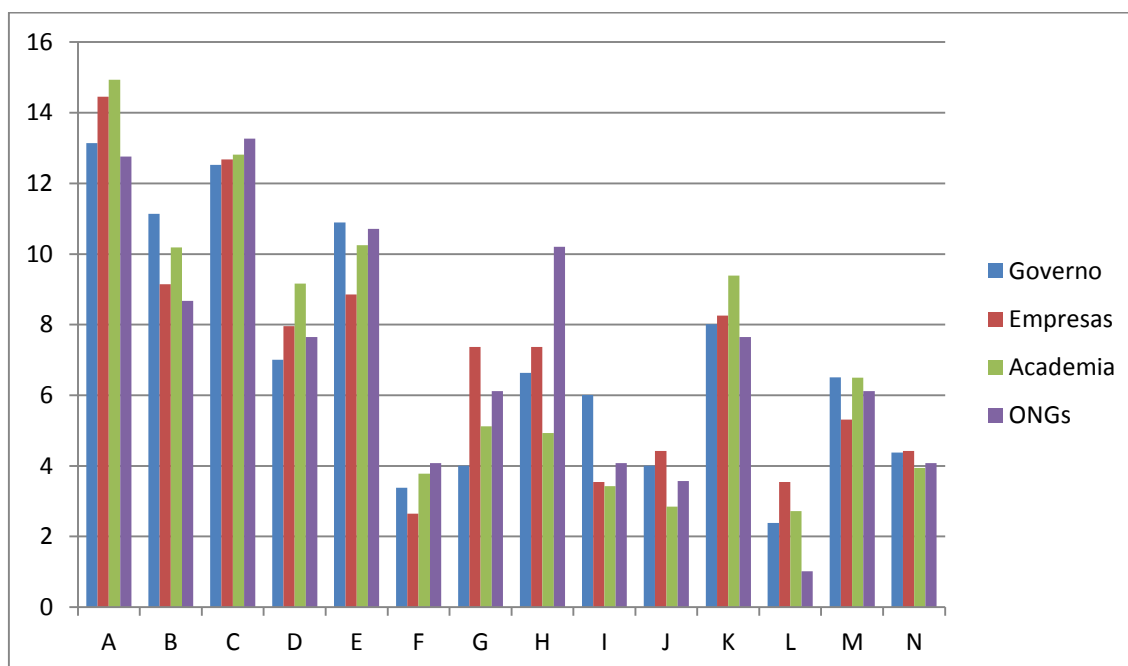
As outras três respostas mais votadas ficaram entre as alternativas “Amplas políticas de fortalecimento da capacidade de inovação”, “Cooperação internacional para superar obstáculos tecnológicos e instigar a inovação radical”, “Apoio a P&D e incentivos fiscais para superar distorções causadas pelas tecnologias dominantes”, “Capacitação para promoção de transferência de tecnologia verde no âmbito internacional” e “Estabelecimento de pools voluntários de patentes e de mecanismos de colaboração para promover a adoção de tecnologias verdes”.

Gráfico 35: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Gráfico 36: Principais instrumentos para se estimular uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

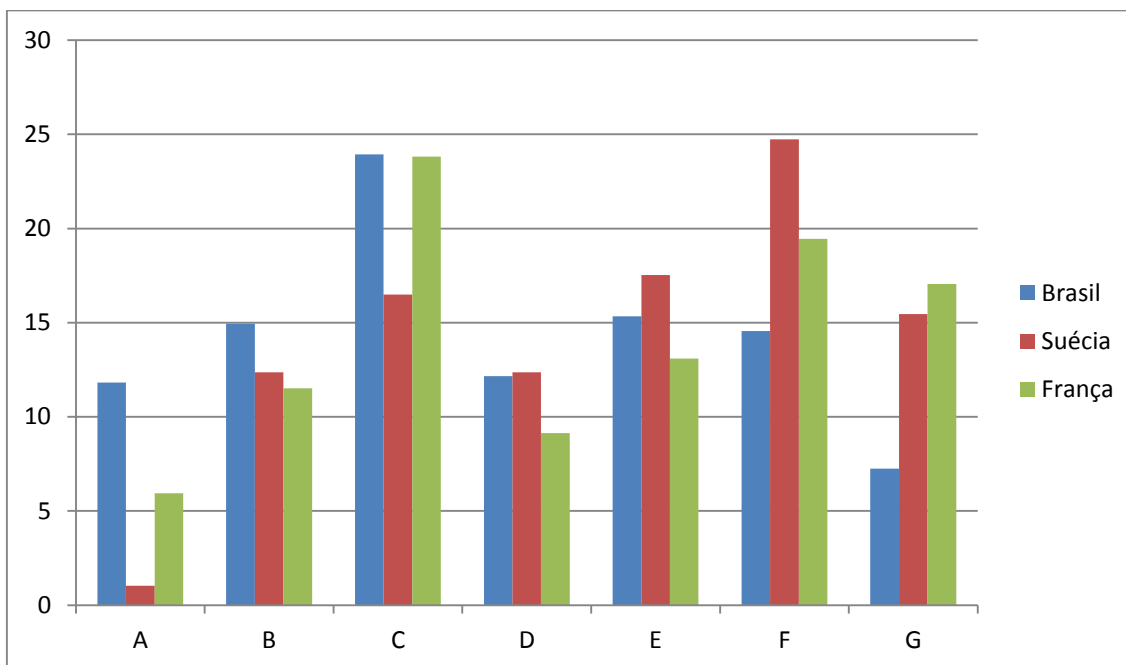
Indicadores para monitorar os esforços de inovação verde

Mais uma vez o questionário levanta discussão sobre indicadores. A primeira vez que esse tópico foi levantado foi quando a questão do PIB foi discutida. A presente questão busca saber quais são os indicadores que devem ser utilizados para monitorar os esforços de inovação verde, e dentre as alternativas abaixo, foi solicitado que o participante escolhesse duas opções.

- a)** Produção acadêmica em tecnologias ambientalmente saudáveis
- b)** Projetos-piloto em tecnologias ambientalmente saudáveis
- c)** Volume de investimentos em P&D de tecnologias verdes
- d)** Patentes em tecnologias verdes
- e)** Percentual de fontes renováveis na matriz energética
- f)** Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na economia (CO₂eq/PIB)
- g)** Intensidade energética da economia (TEP/PIB)

Para esta questão, Brasil e França concordam que o melhor indicador para isso seria o volume de investimentos em P&D de tecnologias verdes. Já a Suécia acredita que a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na economia (CO₂eq/PIB) é o melhor meio de monitoramento, alternativa que aparece sem segundo lugar para a França, com 19% dos votos. Por outro lado, Brasil e Suécia elegem como segundo melhor indicador de monitoramento dos esforços de inovação verde o percentual de fontes renováveis na matriz energética.

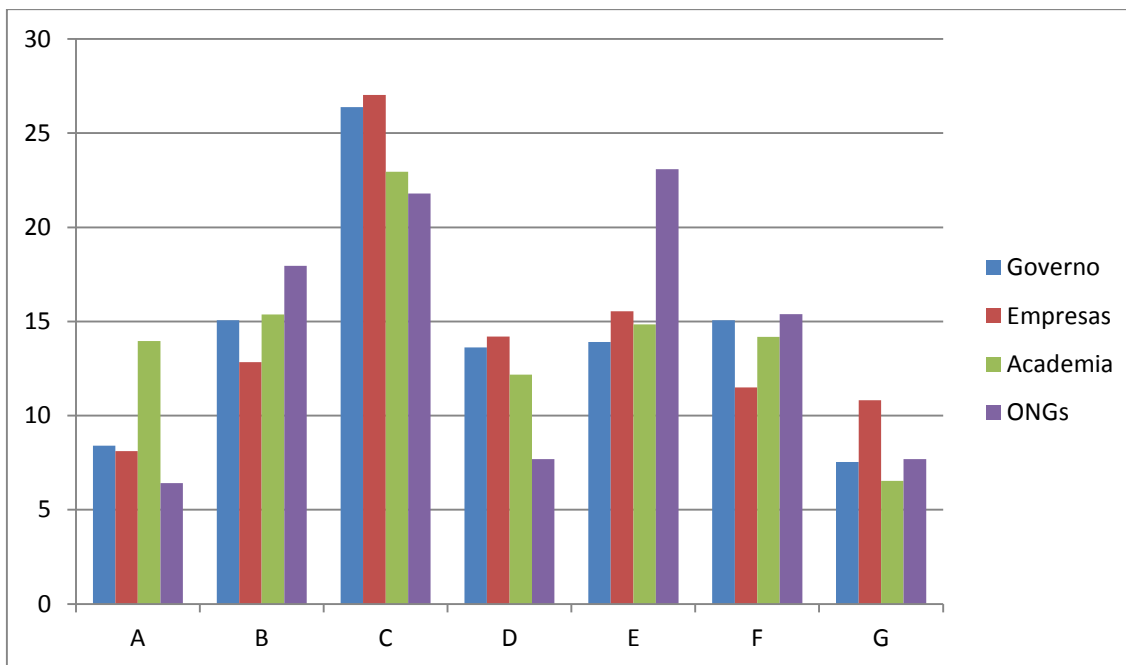
Gráfico 37: Indicadores para monitorar os esforços de inovação verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Na divisão por setores de atuação no Brasil, o governo, setor empresarial e academia convergem para a alternativa de volume de investimentos em P&D de tecnologias verdes, enquanto que as organizações não governamentais sugerem que o percentual de fontes renováveis na matriz energética é o melhor indicador. Na lista de alternativas mais votadas também aparecem os projetos-piloto em tecnologias ambientalmente saudáveis.

Gráfico 38: Indicadores para monitorar os esforços de inovação verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

É interessante perceber, nessa questão, a preocupação dos atores e dos países com relação aos indicadores que devem ser utilizados para monitorar os esforços de inovação verde. Para a maioria deles, o volume de investimentos em P&D de tecnologias verdes seria o melhor indicador para isso.

Fontes de energia a serem privilegiadas

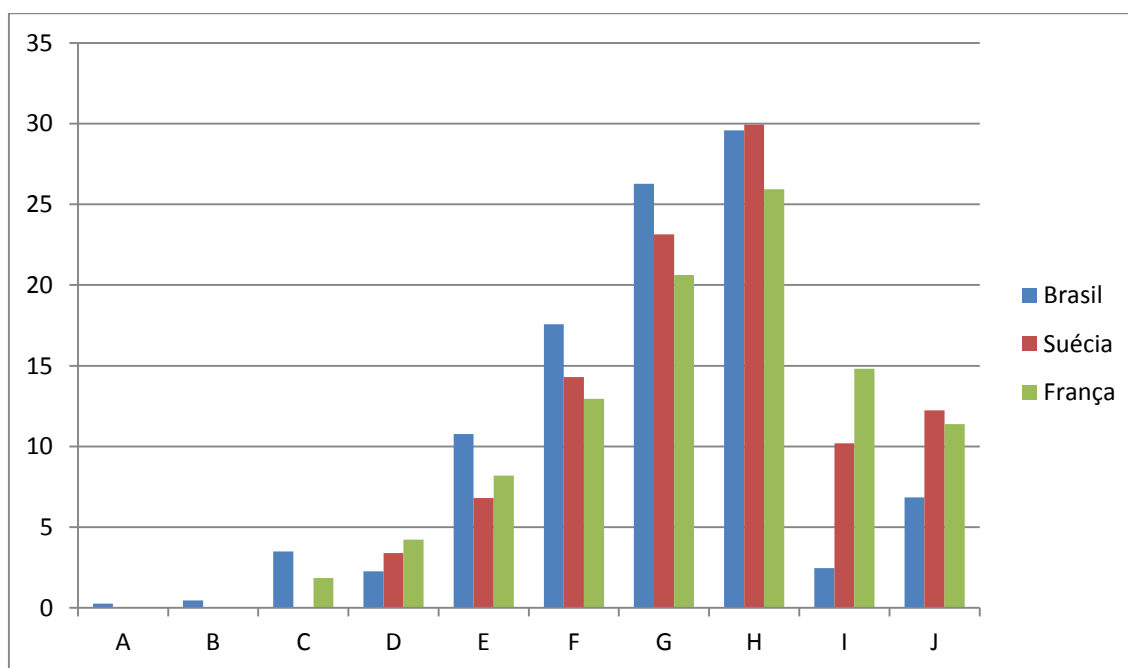
No contexto da economia verde, algumas fontes de energia podem ser melhor aproveitadas, ou podem ter um resultado melhor do que outras. A questão proposta aqui é para a escolha de até três das alternativas disponibilizadas pela consulta.

- a) Carvão mineral
- b) Petróleo
- c) Gás natural
- d) Nuclear

- e) Hidráulica
- f) Biomassa
- g) Eólica
- h) Solar
- i) Geotérmica
- j) Oceânica

Na casa dos 28%, tanto o Brasil quanto a Suécia e a França elegeram a energia solar como a principal fonte de energia a ser privilegiada, quando considerada a promoção de uma economia mais verde. Para esses países, a segunda fonte de energia a ser privilegiada seria a energia eólica; para Brasil e Suécia, a terceira alternativa mais votada foi a de biomassa, e para a França, a geotérmica.

Gráfico 39: Fontes de energia a serem privilegiadas: resultados por países

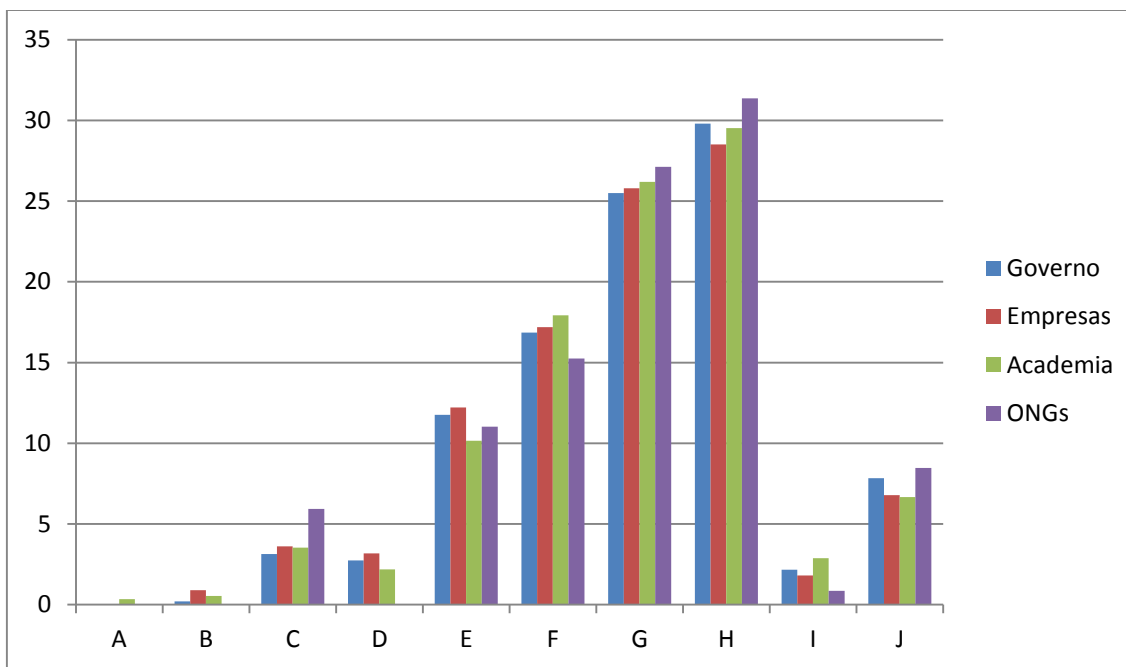


Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Na comparação por setor de atividade, não houve discrepâncias entre os setores. Todos elegeram, em ordem decrescente, as energias solar, eólica e de biomassa como fonte de energia a ser privilegiada dentro da economia verde. As organizações não

governamentais apresentam índice de voto de 31% de preferência pela energia solar, registrando a maior porcentagem para esta alternativa entre os demais setores.

Gráfico 40: Fontes de energia a serem privilegiadas: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

De fato, já existem muitos avanços na questão do aproveitamento de energia solar. O petróleo ainda é a fonte de energia mais utilizada, mas não é uma fonte renovável. Por esse motivo, além de se procurar uma energia mais limpa e correta ecologicamente, outras fontes vem sendo levadas em consideração.

Tecnologias energéticas a ser privilegiadas

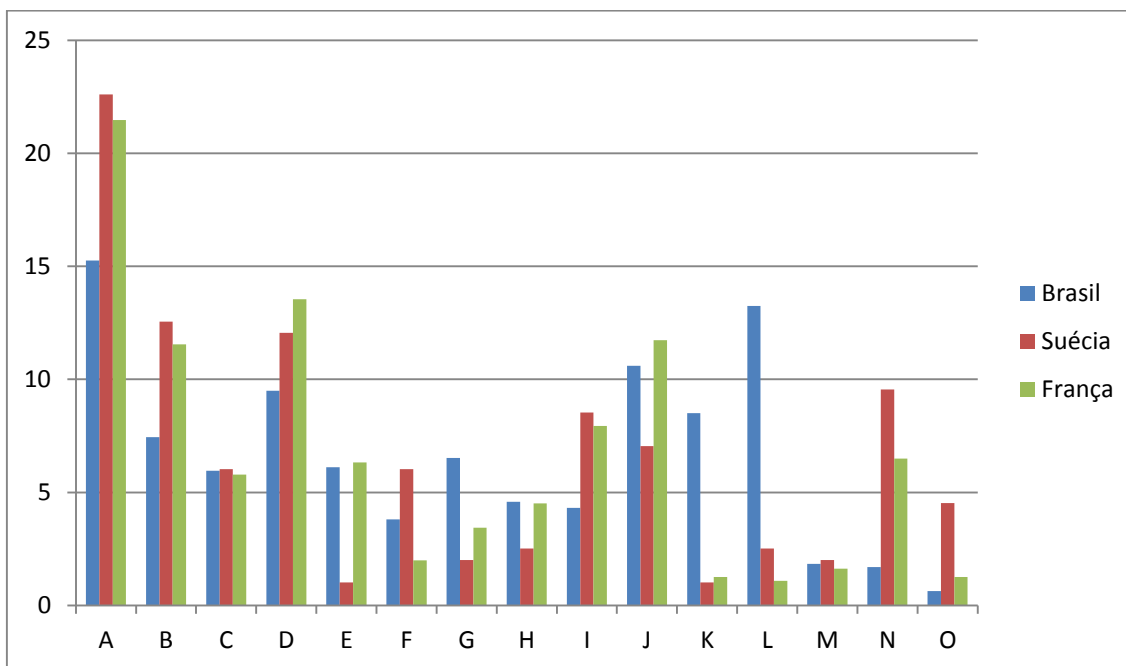
Ainda sobre energia no contexto da economia verde, a pergunta solicitava que o participante da consulta selecionasse até cinco tecnologias energéticas que devem ser privilegiadas, dentre as 15 alternativas disponíveis.

- a) Eficiência energética
- b) Redes inteligentes (smart grids)
- c) Captura e armazenamento de carbono (CCS)
- d) Fotovoltaica
- e) Heliotérmica
- f) Células a combustível
- g) Hidrogênio
- h) Energia das marés
- i) Energia das ondas
- j) Conversão térmica de biomassa e resíduos
- k) Bioetanol
- l) Biodiesel
- m) Biocombustível aeronáutico
- n) Fogões modernos para substituir uso tradicional de lenha e carvão
- o) Outra

Todos os países participantes da consulta elegeram a eficiência energética como alternativa mais votada. Suécia e França votaram em 22% para esta alternativa, e o Brasil em 15%. As outras quatro alternativas mais votadas pelos participantes brasileiros foram o biodiesel (13%), a conversão térmica de biomassa e resíduos (10%), a energia fotovoltaica (9%) e o bioetanol (8%).

Já a Suécia elegeu, além da eficiência energética, redes inteligentes (smart grids) e fotovoltaica com 12%, fogões modernos para substituir uso tradicional de lenha e carvão (9%) e energia das ondas (8%) como tecnologias energéticas devem ser privilegiadas dentro da economia verde. A França votou como alternativas a fotovoltaica (13%), conversão térmica de biomassa e resíduos e redes inteligentes (smart grids) com 11% e energia das ondas (7%).

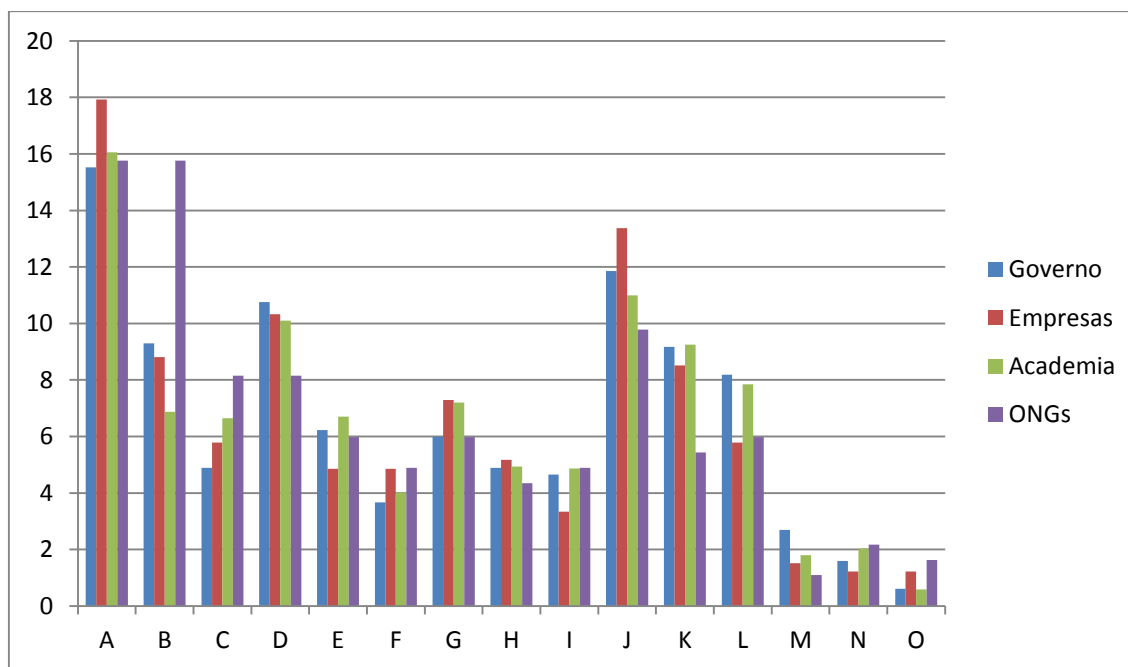
Gráfico 41: Tecnologias energéticas a ser privilegiadas: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Dentro da divisão por setores no Brasil, não houve grandes diferenças de opinião. Os quatro setores elegeram eficiência energética como alternativa mais votada. É importante ressaltar que as organizações não governamentais elegeram com o mesmo número de votos a opção eficiência energética e redes inteligentes (smart grids).

Gráfico 42: Tecnologias energéticas a ser privilegiadas: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

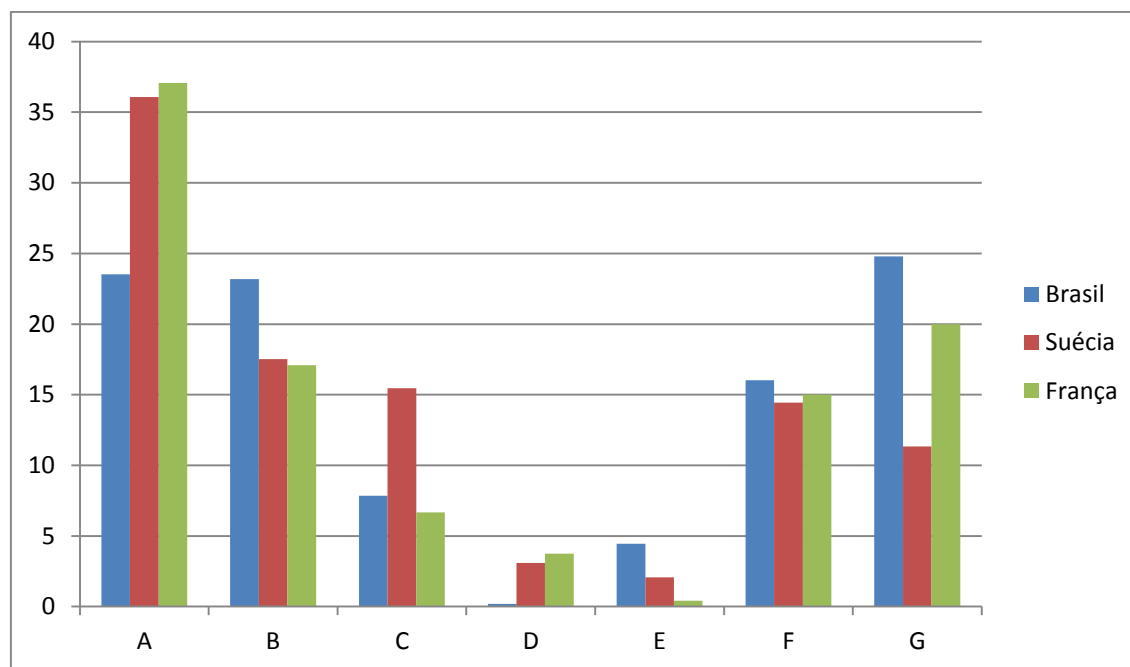
Instituições nacionais necessárias à promoção de uma economia verde

Uma questão anterior da consulta já havia ressaltado a importância de regulação e estabelecimento de metas rumo ao desenvolvimento sustentável. Aqui, a questão propõe que sejam escolhidas duas (dentre as disponíveis abaixo) instituições nacionais mais importantes, que são necessárias para a promoção de uma economia mais verde.

- a) Órgãos reguladores e fiscalizadores
- b) Agências de fomento
- c) Associações empresariais
- d) Sindicatos
- e) Órgãos de comunicação
- f) Instituições de ensino
- g) Centros e redes de pesquisa e difusão da informação

As respostas comparativas entre os países foram distintas. O Brasil acredita que os centros e redes de pesquisa e difusão da informação (24%) são a instituição mais importante nesse sentido, seguida pelos órgãos reguladores e fiscalizadores. Suécia e França convergem com maior porcentagem (37%) para os órgãos reguladores e fiscalizadores, segunda alternativa mais votada pelo Brasil. A França coloca os centros e redes de pesquisa e difusão da informação como segunda alternativa mais votada, e a Suécia introduz uma alternativa que não aparece nos dados de Brasil e França, que são as agências de fomento.

Gráfico 43: Instituições nacionais necessárias à promoção de uma economia verde: resultados por países

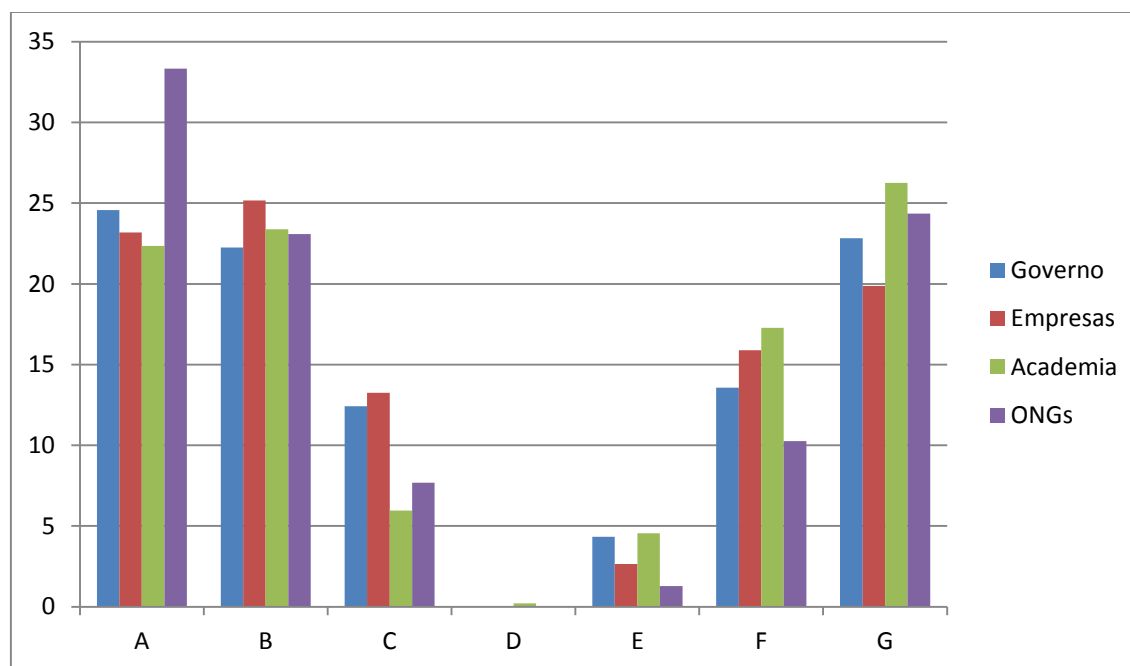


Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

A divisão por setores do Brasil apresentou divergências entre as duas alternativas mais votadas, mas convergiram, em sua maioria, para alternativas em comum. Para os governos e as organizações não governamentais, as mais importantes instituições nacionais necessárias à promoção de uma economia verde são órgãos reguladores e fiscalizadores e os centros e redes de pesquisa e difusão da informação; para o setor empresarial, são as

Agências de fomento e os órgãos reguladores e fiscalizadores; e para a comunidade acadêmica, os centros e redes de pesquisa e difusão da informação e as agências de fomento.

Gráfico 44: Instituições nacionais necessárias à promoção de uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

É interessante notar que para os brasileiros, os centros de pesquisa e os que realizam a difusão da informação aparecem na frente dos órgãos reguladores e fiscalizadores nesta votação. Pode ser que para o brasileiro seja mais importante que a pesquisa e a difusão dessas informações estejam acessíveis ao público do que uma fiscalização para promover a economia verde. Além disso, a mídia pareceu pouco expressiva no caso desta questão.

Classificação para promoção de uma economia verde

A metodologia de resposta para esta questão se apresenta de maneira distinta às questões prévias desta consulta. A questão listava os níveis institucionais Internacional,

Nacional, Regional e Local e pedia que o participante classificasse cada um desses como Essencial, Alto, Médio ou Baixo, na escala de importância de participação para a promoção de uma economia verde (1=baixo; 2=médio; 3=alto; 4=essencial e N/A=não se aplica).

- a) Internacional
- b) Nacional
- c) Regional
- d) Local

Entendendo que a promoção da economia verde pede que o engajamento de todos os níveis institucionais seja essencial, todos os países, e inclusive as divisões por setores no Brasil, classificaram como essencial a participação do níveis institucionais Internacional, Nacional, Regional e Local par a promoção da economia verde, com índices médios de votação na casa dos 55%.

A única diferença que aparece no relatório é no nível Regional, quando a Suécia e o governo e o setor empresarial classificaram como sendo alta a responsabilidade para a promoção de uma economia verde.

Necessidade de reformar as instituições nos diferentes níveis (SIM ou NÃO)

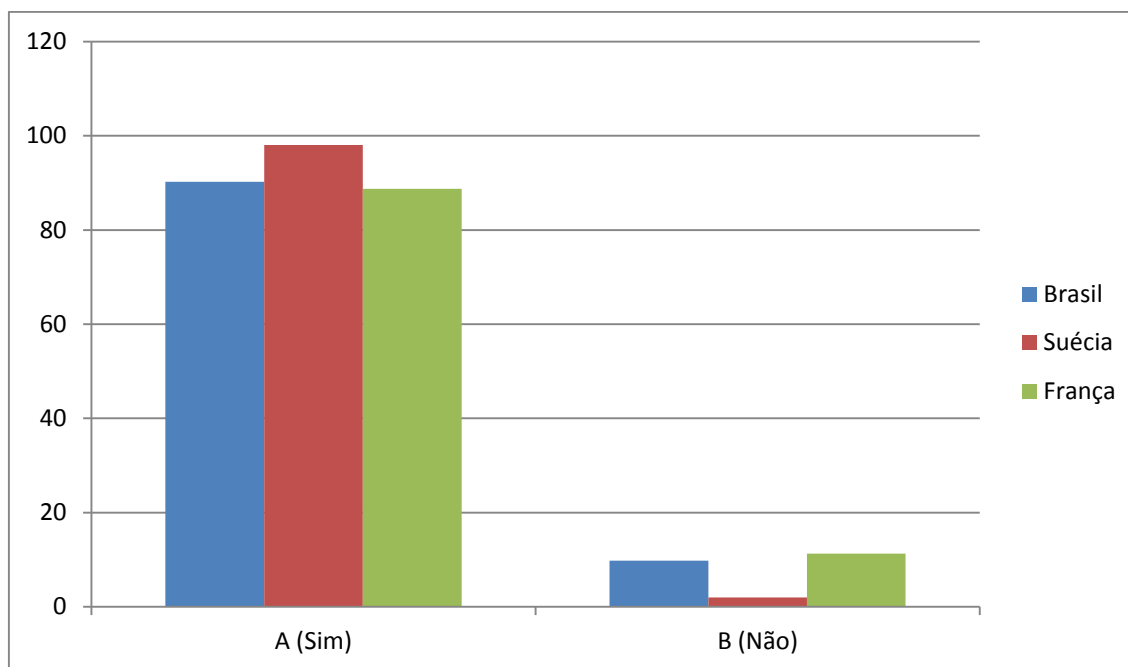
A presente questão procura entender se o participante julga ser necessária uma reforma das instituições nos níveis internacional, nacional, regional e local, respondendo SIM ou NÃO.

- a) Internacional
- b) Nacional
- c) Regional
- d) Local

Como era esperado, a maioria dos participantes entende que sim, é necessário reformar as instituições nesses diferentes níveis. Para se ter uma ideia, no nível internacional, a porcentagem de votação ficou em mais de 90%, e a da Suécia ficou em

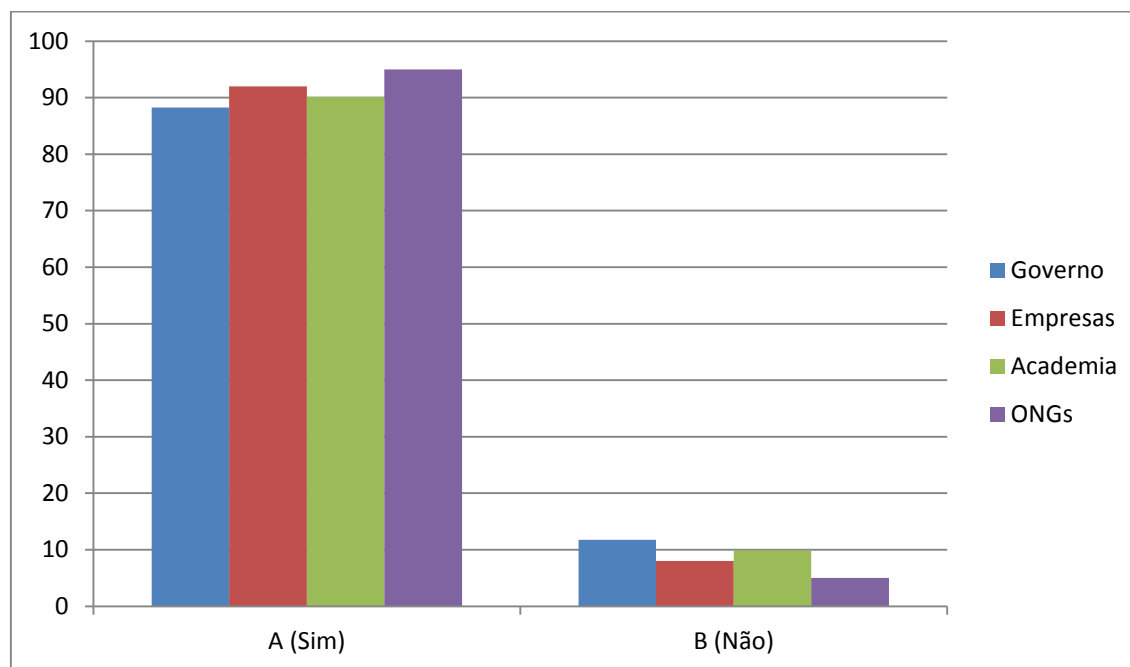
98%. No nível nacional, a porcentagem ficou em 95% só no Brasil. A nível regional, o Brasil novamente se posiciona na casa dos 95% a favor de reformas institucionais, enquanto que a Suécia e França se posicionaram na casa dos 60%. Este posicionamento se repete novamente nos níveis locais.

Gráfico 45: Necessidade de reformar as instituições nos diferentes níveis (SIM ou NÃO): resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Gráfico 46: Necessidade de reformar as instituições nos diferentes níveis (SIM ou NÃO): resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

Estas análises levam a crer que o Brasil necessita mais de reformas institucionais nos níveis regionais e locais do que os outros países envolvidos na consulta. Nos diferentes setores classificados no Brasil, não houve discrepâncias com relação a estes dados.

Principais temas a serem enfatizados na Rio+20

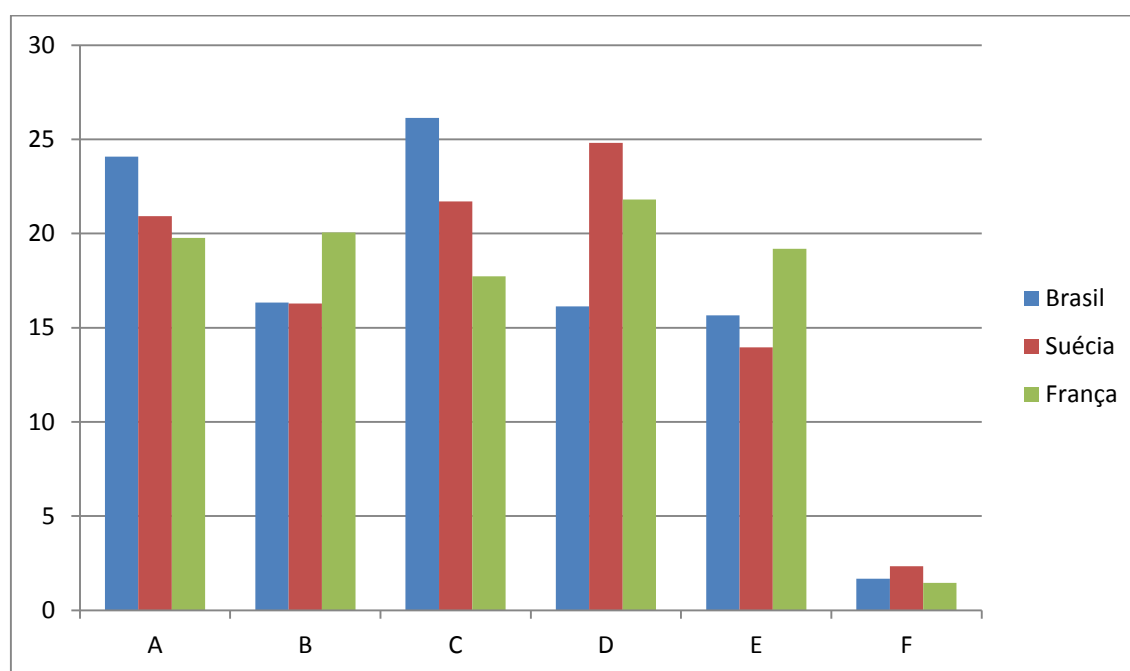
Aqui, a questão buscou colocar em votação quais são os temas que mereciam destaque na Conferência Rio+20. Foram disponibilizadas seis alternativas e era pedido que o participante escolhesse até três delas.

- Implementação de práticas sustentáveis pelo setor produtivo
- Avanço dos temas social e ambiental na agenda pública
- Progresso na ciência, tecnologia e inovação para desenvolvimento sustentável
- Coalisão política entre os governos determinados a estabelecer compromissos mais consistentes

- e) Adoção de mecanismos que proporcionem maior transparência, participação social, respeito aos direitos humanos e que evitem corrupção
- f) Outro

O Brasil acredita que os três principais temas a serem discutidos na Rio+20 seriam o progresso na ciência, tecnologia e inovação para desenvolvimento sustentável, a implementação de práticas sustentáveis pelo setor produtivo e os avanços dos temas social e ambiental na agenda pública.

Gráfico 47: Principais temas a serem enfatizados na Rio+20: resultados por países

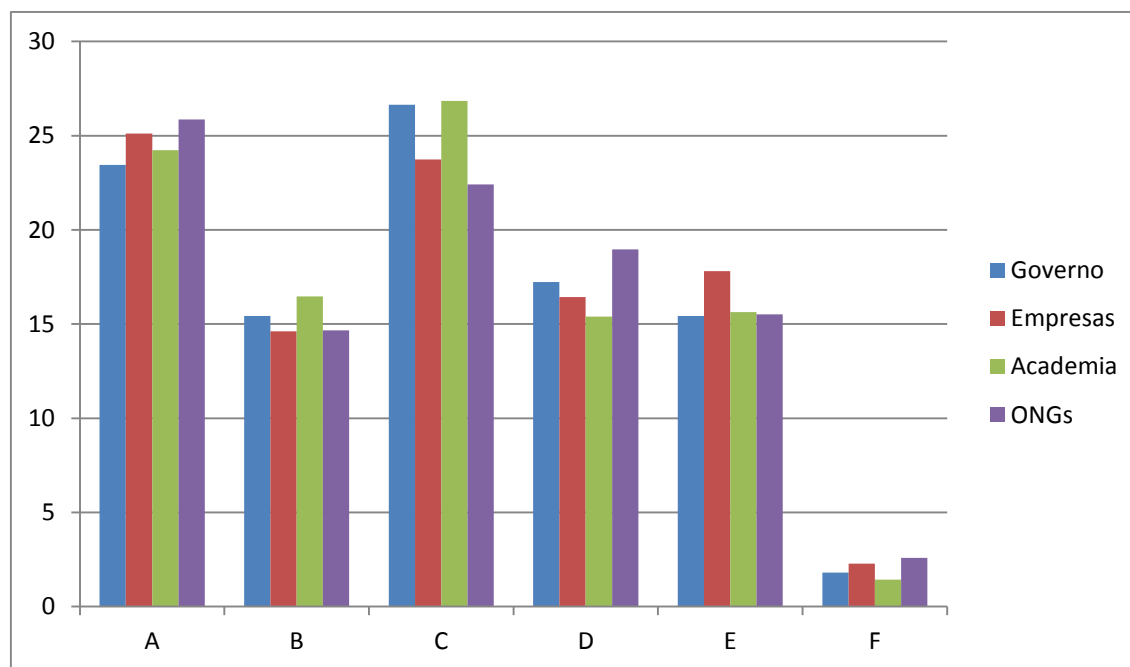


Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Suécia e França elegeram a coalisão política entre os governos determinados a estabelecer compromissos mais consistentes como principal tema a ser debatido; em seguida, a Suécia elegeu o progresso na ciência, tecnologia e inovação para desenvolvimento sustentável e a França elegeu o avanço dos temas social e ambiental na agenda pública como segunda alternativa mais votada. O tema sobre implementação de práticas sustentáveis pelo setor produtivo ficou em terceiro lugar para ambos os países.

Na votação por setores no Brasil, todos os tópicos receberam entre 17% e 26% dos votos.

Gráfico 48: Principais temas a serem enfatizados na Rio+20: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

De fato, o progresso na ciência, tecnologia e inovação para desenvolvimento sustentável é um tema importante a ser discutido, não apenas da Rio+20. A coalisção política entre os governos também é importante, pois pode garantir o começo de acordos internacionais e nacionais a respeito do desenvolvimento sustentável.

Opinião a respeito de afirmações sobre seu país

A questão trazia cinco afirmações a respeito de sustentabilidade ligada a aspectos econômicos, ambientais e sociais, e pedia que o participante respondesse desde discordando totalmente até concordando plenamente com a afirmação, baseado na realidade de seu país (1 = discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = concordo; 4 = concordo plenamente).

Afirmações:

- a) Ele é economicamente sustentável
- b) Ele é ambientalmente sustentável
- c) Ele é socialmente sustentável
- d) Sua economia é uma economia verde
- e) Sua economia é mais verde que a média da economia global

Sobre a afirmação de que o país seria economicamente sustentável, a maioria dos participantes do Brasil e França discorda, e os participantes da Suécia concordam. Na divisão por setores no Brasil, todos discordam, e apenas as organizações não governamentais concordam.

Sobre a afirmação de que o país seria ambientalmente sustentável, todos os países e setores do Brasil discordam. Cerca de 20% dos participantes chegam a discordar fortemente desta afirmação.

Apenas os suecos concordam que seu país seria socialmente sustentável; o Brasil e a França discordam, bem como todos os setores divididos pela consulta no Brasil.

Todos os países participantes da consulta e os setores divididos no Brasil discordam de que a economia de seu país seja uma economia verde. Sobre a economia do seu país ser mais verde que a média da economia global, todos os países (e inclusive os setores divididos no Brasil) concordam. As organizações não governamentais foram o único setor que discordou, em sua maioria, desta afirmação.

Transição para uma economia verde

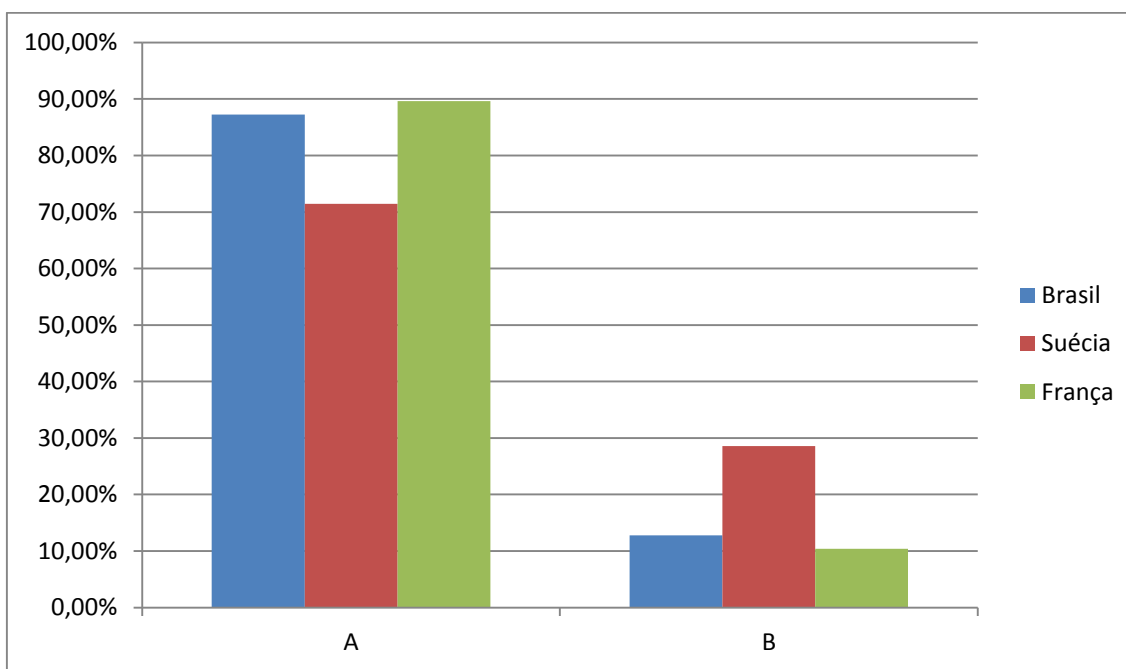
Para esta questão, o participante deveria escolher apenas uma alternativa: se acredita que mudanças radicais são necessárias para transformar a economia atual em uma economia verde, ou se apenas pequenos ajustes são suficientes.

- a)** Mudanças radicais são necessárias
- b)** Pequenos ajustes são suficientes

Para esta questão, o participante deveria escolher apenas uma alternativa: se acredita que mudanças radicais são necessárias para transformar a economia atual em uma economia verde, ou se apenas pequenos ajustes são suficientes.

Com média de votos de 82%, Brasil, Suécia e França acreditam que mudanças radicais são necessárias.

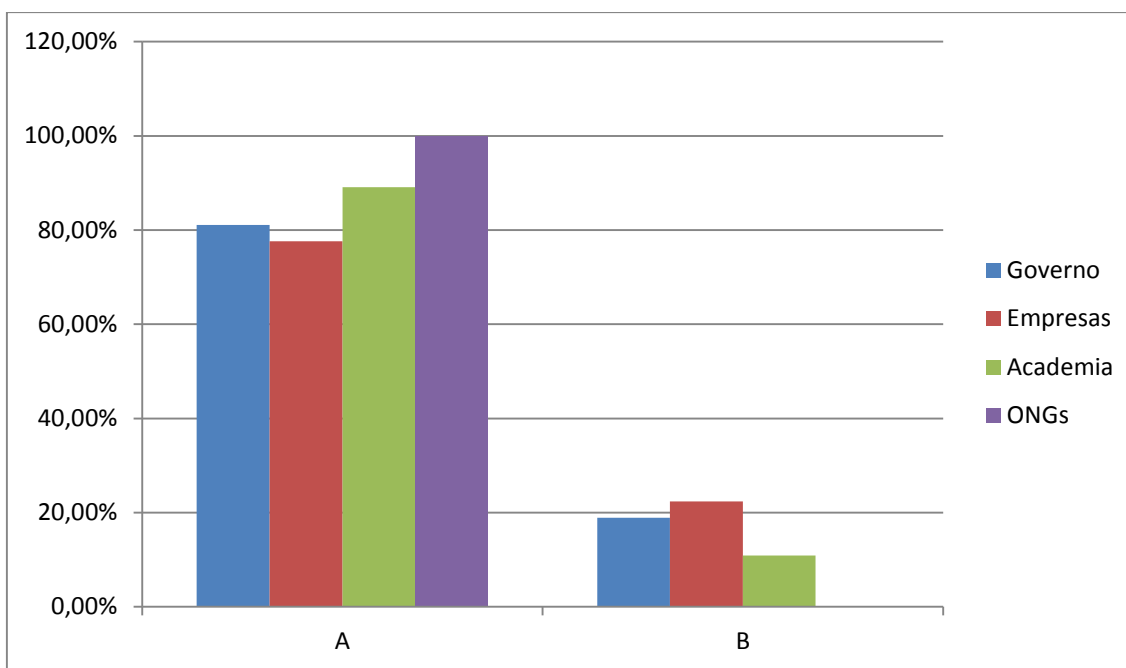
Gráfico 49: Transição para uma economia verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Os governos, setor empresarial, comunidade acadêmica e organizações não governamentais também acreditam que pequenos ajustes não são o bastante. As organizações não governamentais, inclusive, manifestaram 100% de apoio a esta ideia.

Gráfico 50: Transição para uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

Analisando a unanimidade das respostas nesta questão, fica claro que os participantes da pesquisa enxergam a transição da economia atual para uma economia verde como um desafio que não pode ser encarado com passividade, mas sim com grandes mudanças que sejam capazes de transformar a realidade econômica mundial.

Setores mais relevantes para a implementação de uma economia verde

Nesta questão, a consulta pública enumerou 12 setores que seriam relevantes na implementação de uma economia verde e solicitou que o participante escolhesse até cinco deles que julgasse serem mais relevantes.

- a) Agropecuária, pesca
- b) Atividades florestais
- c) Mineração
- d) Indústria

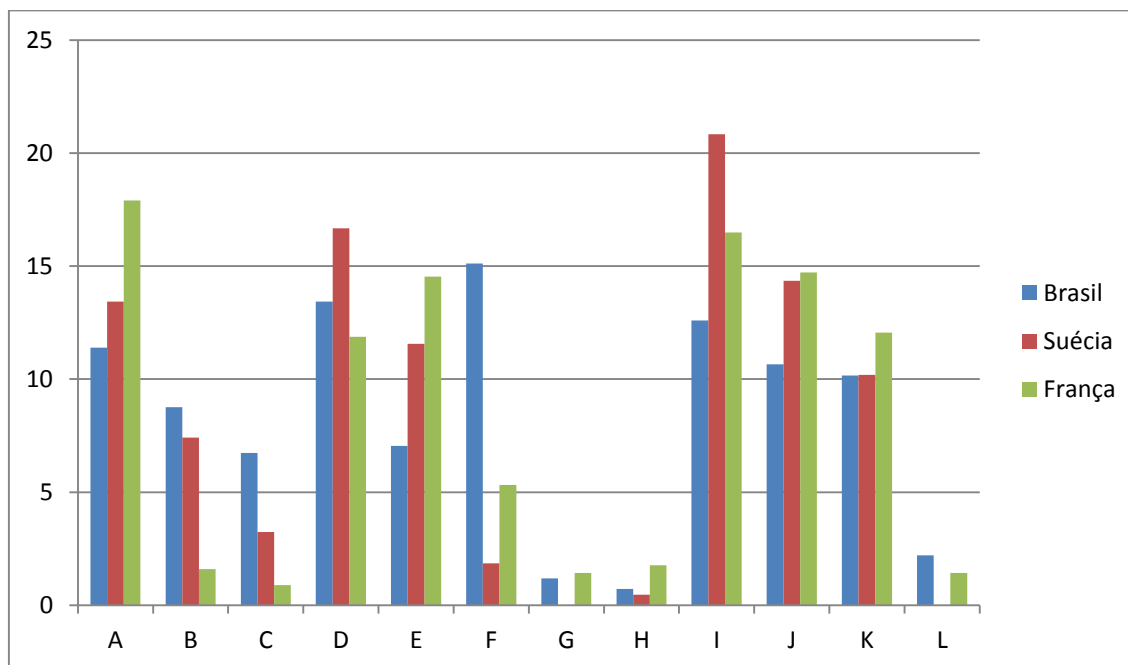
- e) Construção civil, habitação
- f) Água, resíduos, saneamento
- g) Serviços
- h) Turismo
- i) Transporte
- j) Energia
- k) Cidades
- l) Rural

Os resultados das porcentagens das alternativas escolhidas pelos participantes brasileiros foram muito próximas: ficaram entre 10 % e 15%. A questão da água, dos resíduos e de saneamento foi a mais votada; em seguida, aparecem resultados como indústria, transporte, agropecuária e pesca e energia. A alternativa menos votada dentre as 12 disponibilizadas pela consulta foi o turismo.

A Suécia apresentou resultados parecidos com os do Brasil, mas a ordem das alternativas foi um pouco diferente. Como opção mais votada, com cerca de 20% dos votos, os suecos elegeram o setor dos transportes como o mais relevante para a implementação de uma economia verde. Em seguida aparecem os setores da indústria, de energia, de agropecuária e pesca e de construção civil e habitação.

Os participantes da França elegeram, em ordem decrescente, os setores de agropecuária e pesca, o de transportes, o de energia, o de construção civil e habitação e o setor de cidades, que não ficou entre os mais votados pelo Brasil e Suécia.

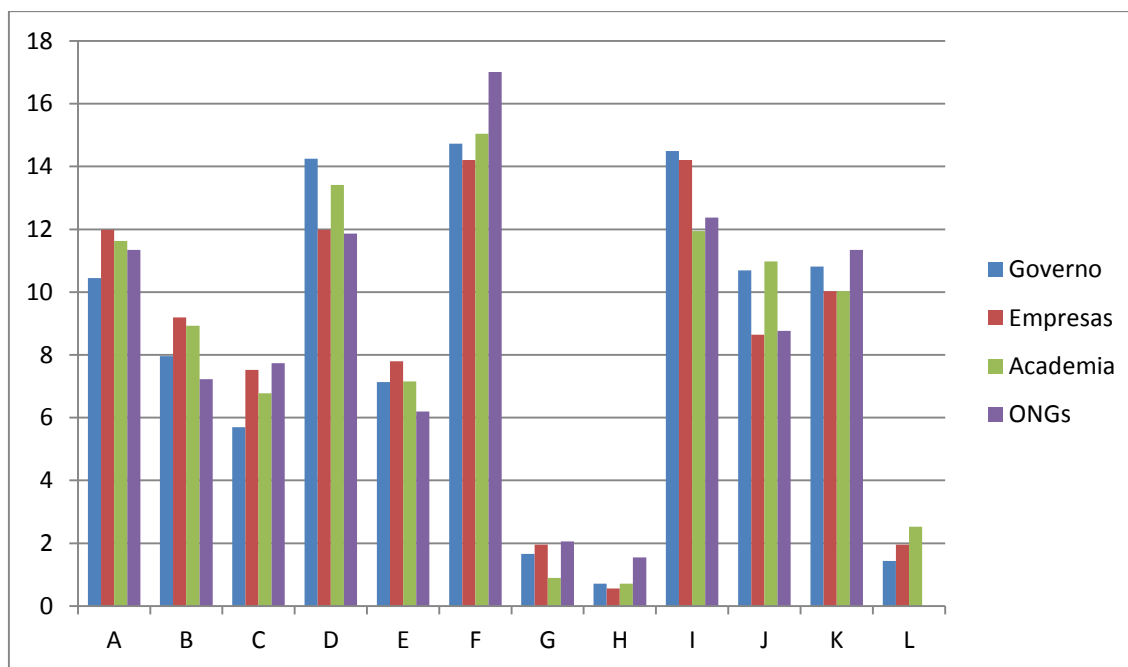
Gráfico 51: Setores mais relevantes para a implementação de uma economia verde: resultados por países



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Não houve discrepâncias nos resultados de votação por setores no Brasil. Tanto o governo quando o setor empresarial, a comunidade acadêmica e as organizações não governamentais sugeriram que a questão da água, resíduos e saneamento é a mais importante para a implementação de uma economia verde.

Gráfico 52: Setores mais relevantes para a implementação de uma economia verde: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Principais desafios na implementação de uma economia verde

Esta questão pedia que, para cada setor selecionado na questão anterior, o participante indicasse os dois principais desafios envolvidos, considerando a implementação de uma economia verde em seu país.

- Assuntos sociais (segurança alimentar, erradicação da pobreza, emprego e renda)
- Serviços ecossistêmicos (biodiversidade e florestas, água e oceanos, resiliência, adaptação)
- Questões de governança (regulação, financiamento, estilo de desenvolvimento, tributação, gestão, comércio, externalidades, competição)
- Matérias de conhecimento (ciência, tecnologia, inovação, capacitação, educação)

Setores	Assuntos sociais	Serviços ecossistêmicos	Questões de governança	Matérias de conhecimento
a) Agropecuária, pesca				
b) Atividades florestais				
c) Mineração				
d) Indústria				
e) Construção civil, habitação				
f) Água, resíduos, saneamento				
g) Serviços				
h) Turismo				
i) Transporte				
j) Energia				
k) Cidades				
l) Rural				

Considerações da pesquisadora

Os resultados desta questão não foram disponibilizados no relatório final da consulta. Observando a pergunta proposta, é possível perceber que as respostas da mesma dependiam da resposta que cada participante deu na pergunta anterior. Ou seja, seria preciso identificar cada participante e cada alternativa escolhida por participante, tanto na questão anterior quanto nesta.

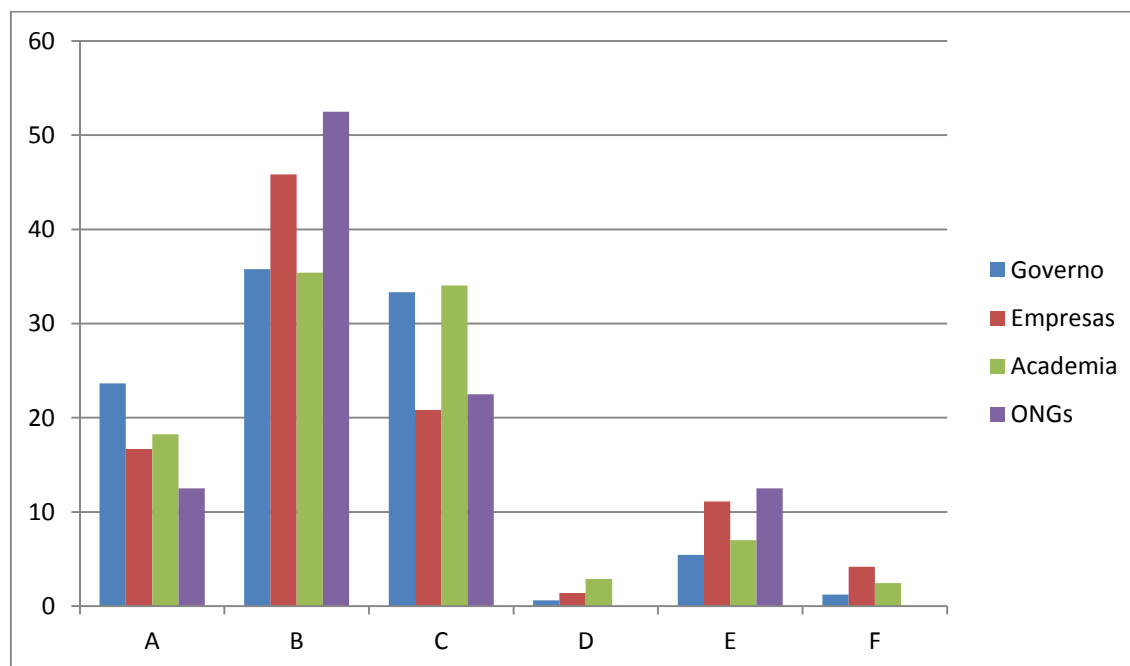
Condições para a exploração do petróleo do pré-sal brasileiro

As duas últimas perguntas da consulta foram elaboradas para serem respondidas exclusivamente pelo público brasileiro. O tema da primeira pergunta direcionada ao Brasil é sobre a exploração do petróleo do pré-sal, e o participante deveria escolher, dentre as condições listadas, qual deveria ser imposta dentro deste contexto.

- a) Direcionar os ganhos da exploração para financiar o “esverdeamento” da economia
- b) Direcionar os ganhos da exploração para financiar as inovações voltadas para a redução dos impactos ambientais locais e globais
- c) Aumentar os recursos dedicados à redução das desigualdades sociais e regionais
- d) Favorecer o aumento da participação dos produtos petrolíferos não energéticos
- e) Outra
- f) Nenhuma

A alternativa mais votada teve 37% dos votos e sugeria que para a exploração do petróleo do pré-sal brasileiro deveria ser imposta a condição de direcionar os ganhos da exploração para financiar as inovações voltadas para a redução dos impactos ambientais locais e globais.

Gráfico 53: Condições para a exploração do petróleo do pré-sal brasileiro: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Todos os setores divididos na consulta no Brasil concordam com esta posição. Um dado que chama a atenção são os votos das organizações não governamentais e do setor empresarial, onde mais da metade dos participantes dessas categorias votou na opção mais votada.

Considerações da pesquisadora

De fato, utilizar os ganhos da exploração do pré-sal em inovações que poderiam reduzir os impactos ambientais é uma condição aceitável neste caso, pois contribuiria para avanços na área e também na conservação e preservação ambiental.

Assuntos mais importantes para a Rio+20

Conforme explicado anteriormente, as duas últimas perguntas da consulta foram elaboradas para serem respondidas exclusivamente pelo público brasileiro. A segunda pergunta desta categoria tratava dos temas constantes do documento brasileiro para a Rio+20. A questão trazia 14 alternativas com estes temas e solicitava ao participante que escolhesse até três delas.

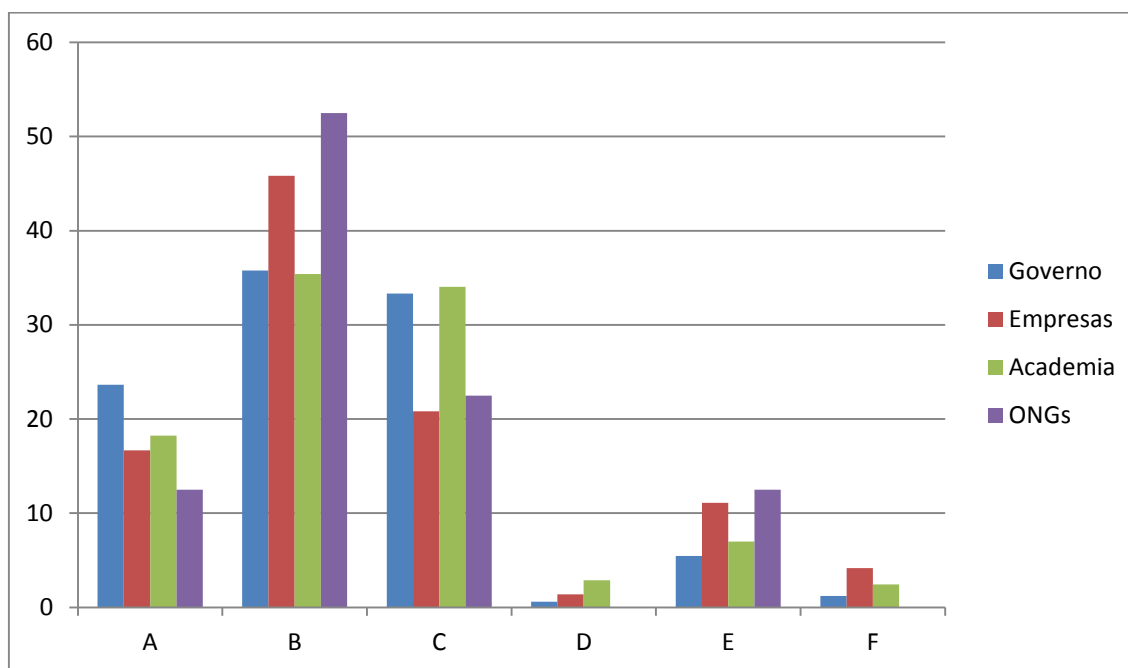
- a) Programa de proteção socioambiental global
- b) Objetivos do desenvolvimento sustentável
- c) Pacto global para produção e consumo sustentável
- d) Repositório de iniciativas para disseminação de boas práticas
- e) Protocolo internacional para o setor financeiro, que contemple a sustentabilidade socioambiental nas análises de risco e avaliações de projetos
- f) Novos indicadores para mensuração do desenvolvimento
- g) Pacto para uma economia verde inclusiva
- h) Obrigatoriedade de divulgação de relatórios de sustentabilidade por grandes empresas
- i) Índices de sustentabilidade comparáveis para referência de investimentos em bolsas de valores
- j) Coordenação de alto nível entre instituições internacionais envolvidas com o desenvolvimento sustentável
- k) Reforma e fortalecimento do conselho econômico e social da ONU

- l)** Fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com contribuições obrigatórias
- m)** Convenção global sobre acesso à informação, participação pública na tomada de decisões e acesso à justiça, em temas ambientais
- n)** Ampliação da participação dos atores não-governamentais nos processos multilaterais

Com 17% dos votos, a alternativa “Pacto global para produção e consumo sustentável” foi a primeira alternativa mais votada dentro do quadro geral no Brasil. Em seguida aparecem as segunda e terceira alternativas. A segunda, com 13% dos votos, foi a alternativa “Novos indicadores para mensuração do desenvolvimento”, e a terceira, com 11%, a alternativa “Protocolo internacional para o setor financeiro, que contemple a sustentabilidade socioambiental nas análises de risco e avaliações de projetos”.

A divisão por setores no Brasil seguiu esta mesma linha para as primeira e segunda alternativas mais votadas, e no caso da academia e das organizações não governamentais, a terceira também. Algumas diferenças aparecem na terceira alternativa para o governo e o setor empresarial. Na casa dos 11% dos votos, o governo entende que dentre os assuntos constantes do documento brasileiro para a Rio+20, o terceiro mais importante seria um pacto para uma economia verde inclusiva, e o setor empresarial acredita que objetivos do desenvolvimento sustentável deveriam ser destacados.

Gráfico 54: Assuntos mais importantes para a Rio+20: resultados por segmentos



Fonte: FERRARI, M. (2013), Gráfico gerado a partir de dados do relatório final.

Considerações da pesquisadora

Como a opinião da maioria converge para uma mesma direção, é possível concluir que o público brasileiro está preocupado com os indicadores para mensuração do desenvolvimento, com a sustentabilidade e com pactos (e fiscalização dos mesmos) para o desenvolvimento sustentável.

Alguns artigos recentes já fazem uma reflexão sobre os resultados da Rio+20, como o artigo “Relatos e Ecos da Rio+20,” de Esteves (2012) que, de forma geral aborda o documento final da Conferência, intitulado “O Futuro que Queremos” fazendo um resumo das decisões que foram tomadas a respeito do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos abordar conceitos teóricos e aspectos práticos. Primeiramente, realizamos uma reflexão sobre alguns conceitos, sendo estes os de democracia (e suas vertentes deliberativa e participativa), e-democracia, direito à informação, visibilidade, transparência, comunicação pública, participação pública e políticas públicas digitais, entre outros. A partir destas conceituações, estabelecemos uma base de pensamento para compreender os assuntos abordados nas consultas públicas do MMA e do CGEE.

Com as análises realizadas do material coletado sobre as consultas públicas do MMA e do CGEE, e apoiadas pelo referencial teórico desenvolvido ao longo do trabalho e pelas ideias de sustentabilidade e economia verde, foi possível entender o processo de mobilização e participação da sociedade brasileira para o fortalecimento da e-democracia na área ambiental. Os resultados das duas consultas públicas digitais para a Rio+20 (2012) possibilitaram refletir sobre a percepção do cidadão a respeito das questões ambientais, o que foi revelado a partir questões formuladas e dos resultados compilados pelos órgãos que realizaram as consultas, e posteriormente examinados nesta pesquisa.

Para melhor compreender o cenário em que se inserem as consultas públicas digitais e, particularmente, na área ambiental foi necessário traçar, inicialmente, um breve panorama de como funcionam as consultas públicas digitais, englobando o âmbito internacional e nacional, na última década. Este panorama contribuiu para compararmos as consultas previamente realizadas às do MMA e do CGEE, tanto na abordagem quanto na metodologia, temas e resultados.

Além disso, através deste panorama traçado e das consultas ambientais, que são o objeto principal de estudo desta pesquisa, busquei refletir sobre o papel da comunicação pública e do governo eletrônico no processo da democracia digital no Brasil. A partir desta reflexão foi possível concluir que o sistema de consultas públicas digitais no Brasil contribui para a ampliação do processo democrático no país por meio da participação pública.

Nesta caminhada, foi fundamental analisar e entender o processo de realização das principais consultas públicas digitais brasileiras para a Rio+20, considerando os critérios utilizados, argumentos e resultados.

Para a análise desse processo foi preciso entender os mecanismos e ferramentas disponíveis para a realização das consultas do CGEE e MMA. Os diferentes meios de participação utilizados nas consultas nos levam a pensar que é possível contribuir para ampliar a participação cidadã em assuntos de interesse público. Essa ampliação acontece a partir do momento em que o participante da consulta é estimulado a se posicionar frente a interesses comuns e a questionamentos propostos, levando à reflexão e posteriormente à formulação de novas propostas, tendo como referencial as respostas dissertativas (no caso da consulta do MMA) e de múltipla escolha (consulta do CGEE e da ONU).

A consulta da ONU “The future we want” (O Futuro que nós queremos) possibilitou contribuir com as discussões levantadas pelas consultas do CGEE e do MMA. Foi importante contextualizar o papel desta consulta internacional para observar os temas abordados, os grupos participantes (empresas, governos, sociedade civil e academia), as percepções públicas sobre Meio Ambiente, Economia Verde e Sustentabilidade e sua contribuição nos debates da Rio+20.

A partir desses fatores, estabelecemos comparações entre as duas consultas nacionais, objetos de estudo desta pesquisa de mestrado, e esta consulta internacional. As comparações obtidas nos levaram a refletir sobre as diferenças e semelhanças entre cada uma delas. Posso citar como exemplo de semelhança entre as consultas, o ambiente em que foram realizadas, que foi o virtual. Todas as consultas analisadas durante esta pesquisa aconteceram na internet, envolvendo participantes que residiam em diversos locais. Somente através da internet foi possível reunir opiniões a respeito da temática ambiental. Por outro lado, uma das diferenças percebidas entre as consultas públicas analisadas foi a disponibilização de informações que contextualizassem o participante a respeito da temática ambiental. Apenas a consulta do MMA disponibilizou um texto de apoio que informava a respeito do assunto a ser discutido.

A partir do exame das consultas públicas digitais selecionadas para esta pesquisa foi possível entender que a percepção pública dos brasileiros sobre os principais problemas da área ambiental do país varia um pouco se comparamos os diferentes atores em que o público foi classificado. De acordo com o relatório final,

- a) Para os participantes da área **acadêmica** as sugestões ficaram em torno de incentivos à pesquisa para o desenvolvimento sustentável e o fomento à pesquisa em sustentabilidade. Abordam, também questionamentos sobre os mecanismos a serem implementados para que os debates ambientais não fiquem apenas restritos ao discurso dos dirigentes da Rio+20, mas que se transformem, efetivamente, em ação. Sugerem a criação de formas reais de incentivos à maior participação da sociedade nos processos decisórios do país, além de necessidade de reforma de instituições e de regulamentos nacionais.
- b) Por outro lado, para os participantes do setor **empresarial** o lado econômico e prático da economia verde foi destacado. Discutem a necessidade de se desenvolver indicadores para medir o desenvolvimento sustentável, incluindo temas como o acesso e a produção de energia limpa. Defendem a inserção de mecanismos financeiros, para que as empresas possam atuar como agentes importantes no processo estratégico de mudança ambiental, incluindo questões socioambientais como estratégia de atuação.
- c) Para o **cidadão comum (representantes da sociedade civil**, como ONGs, associações de classe, sindicatos) o foco das respostas acaba pendendo para o lado social, das necessidades básicas do cidadão. Consideram urgente rever o que já foi realizado nas últimas duas décadas em termos de desenvolvimento sustentável, e propõe uma maior articulação entre as esferas pública e privada, bem como a necessidade de integrar os mecanismos de indução das políticas macroeconômicas e sociais.
- d) Os **governos locais** apontam para necessidades, tais como: elaboração de propostas que visem mudanças a respeito do desenvolvimento sustentável, que só podem ser alcançadas através da colaboração de todos os atores sociais. Manifestam, também, a preocupação com os temas das energias renováveis, construções sustentáveis e a taxa e subsídios à produção sustentável.

Cada setor participante da consulta apontou problemas e soluções de acordo com suas percepções. A participação da sociedade nos processos decisórios do país é fundamental em diferentes temas de interesse público, razão pela qual as consultas públicas são importantes. Entretanto, as consultas, isoladamente, não garantem sua aplicação. É essencial, portanto, a criação de mecanismos de controle e ampla divulgação dos resultados dessas pesquisas para que a sociedade civil possa cobrar sua implementação. Na área ambiental, onde os problemas são cada vez mais evidentes, há urgência dessas mudanças.

Estudos futuros deverão avaliar **se e como** o documento final da Conferencia da Rio + 20 incorporou críticas e sugestões das consultas públicas digitais examinadas nesta pesquisa, a partir das respostas de seus participantes.

O Relatório Final da Rio+20 resumiu os pontos principais que foram abordados durante a Conferência. Além disso, destacou as prioridades sobre as políticas públicas ambientais mundiais. De acordo com o documento, algumas destas prioridades tratam da reafirmação dos compromissos assumidos durante a Rio-92 (Agenda 21), sobre o fortalecimento dos três pilares do desenvolvimento sustentável e assuntos relativos às questões temáticas e transversais, tendo, como exemplo: a erradicação da pobreza, água e saneamento, energia, turismo sustentável, transporte sustentável, cidades e assentamentos sustentáveis, saúde e população, consumo e produção sustentável, entre outros.

Outras prioridades, já citadas anteriormente, tratam de pontos mais específicos com relação à temática ambiental, como a aprovação da medida de fortalecimento do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a adoção de um novo instrumento internacional sob a Convenção da ONU sobre os Direitos do Mar (Unclos) e a criação de um fórum político de alto nível para o desenvolvimento sustentável dentro das Nações Unidas.

Apesar de novas metas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por exemplo, permaneceram sem definição.

Alguns dos temas abordados durante a Rio+20 e que estão presentes no Relatório Final da Conferencia, têm relação direta com as questões propostas pelas consultas públicas do MMA e do CGEE. Em análise preliminar, isto demonstrou que os assuntos discutidos nas consultas foram, de alguma maneira, levados em consideração, e se mostraram relevantes dentro das discussões para a área ambiental mediante os debates propostos na Conferência.

Pode-se afirmar que essa discussão se apresenta de forma mais interessante no caso da pesquisa do MMA, levando em conta que foram questões dissertativas, que permitia aos usuários não apenas posicionar-se sobre algo proposto, mas formular suas próprias questões, tornando o processo mais rico.

Semelhanças e diferenças

O que relaciona as duas consultas públicas em questão é o tema: meio ambiente e a plataforma em que foi realizada: meio digital na internet. As pesquisas foram desenvolvidas buscando objetivos em comum, que foram mobilizar a população para a Rio +20 e saber o que as pessoas pensam sobre temáticas ambientais como: sustentabilidade, recursos naturais, economia verde, conservação do meio ambiente e preocupação com o futuro do planeta.

No que se refere ao modo como as consultas foram realizadas, algumas diferenças foram encontradas. A única consulta que possuía algum tipo de texto de apoio, que contextualizava e informava o usuário a respeito da temática da consulta, era a do MMA, Visões Nacionais para a Rio+20, que também foi a única consulta que solicitava respostas por extenso e que fossem encaminhadas por email. Este tipo de procedimento, certamente, contribuiu para as reflexões mais densas no processo consultivo, com a elaboração de respostas e propostas mais consistentes.

As outras duas consultas não vinham acompanhadas de qualquer informação que pudesse auxiliar o usuário, contextualizando o tema em debate para uma participação mais qualificada. Este procedimento, por sua vez, limitava a participação das pessoas, que eram obrigadas a fazerem pesquisas adicionais para poderem se posicionar de uma forma mais qualificada. Já a opção oferecida era pré-estabelecida pelos proponentes dos questionários.

A consulta da ONU, The Future We Want e a do CGEE, sobre economia verde, já trazia opções de resposta pré-elaboradas, o que por um lado facilita as respostas, mas também limitava novos argumentos com visão crítica do processo, bem como de sugestões para a Conferência.

Por outro lado, as consultas públicas analisadas ressaltam a importância crescente da internet como canal de mobilização e participação efetiva da sociedade civil, dos governos e da área empresarial em assuntos de interesse público. Esta mobilização foi reforçada em notícias veiculadas nas mídias tradicionais (TV, radio, revista, jornal), e nas mídias sociais, mas que não são, porém, objeto de análise neste trabalho. Isso significa que os assuntos ambientais como outros de interesse público **do** público podem ganhar espaço e viabilidade para execução de projetos de preservação, além da tentativa de colocar em prática as sugestões enviadas pela população, sob o olhar atento da sociedade.

Consultas como mobilização social

A Rio+20 foi a continuação da Eco 92, duas décadas depois. Abordou temas de interesse público sobre o meio ambiente, mas não representou um avanço significativo em propostas governamentais para o enfrentamento de problemas latentes como preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Novas recomendações surgiram e promessas foram renovadas, o que, infelizmente, não representa garantia alguma de execução dessas propostas para mitigação do impacto ambiental, uma vez que dependem, substancialmente, de mudanças no modelo político e econômico dos países.

O grande mérito da Conferência Rio + 20 foi o envolvimento não apenas de ambientalistas e ecólogos, sabidamente preocupados com o presente e o futuro do planeta, mas de diferentes setores da sociedade civil, inclusive empresários, que passam a ver a área ambiental também numa perspectiva econômica, além de pressionar governantes de diferentes países para o enfrentamento das mudanças climáticas, que afetam o mundo inteiro. Neste sentido, as consultas públicas realizadas de setembro de 2011 a junho de 2012 e aqui examinadas foram instrumentos importantes de mobilização social para uma participação mais ativa em processos decisórios sobre a área ambiental.

REFERÊNCIAS

Agenda 21. Disponível em: <<http://www.un.org/D709F475-D0E7-4BC9-8433-FB3B2BAEF777/FinalDownload/DownloadId-0019DC031505C33E1CEED008FE986ED1/D709F475-D0E7-4BC9-8433-FB3B2BAEF777/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>> Acesso em 17 abril 2012.

ALVES, Sandra Mara Campos. *Processo de participação civil nas consultas públicas realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (2000 – 2006)*. 2008, 236p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Psicossociologia das relações públicas*. 2a. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

BANISAR, David. *Freedom of Information and Access to Government Records Around the World*, Privacy International, 2002.

BARBOSA, Henrienne; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. *Comunicação, tecnologia e interatividade: as consultas públicas no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro*.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

BARONI, Margaret. *Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável*. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 32, n. 2, Junho 1992 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901992000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de setembro de 2013.

BAUER, Martin W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão* IN GASKELL, George e BAUER, Martin W. *Pesquisa Qualitativa, contexto, imagem e som – Um manual prático*. RJ: Vozes, 2002

CEPIK, Marco. *Direito à Informação: Situação Legal e Desafios*. IP. Informática Pública, Belo Horizonte - MG, v. 02, n. 02, p. 43-56, 2000.

Confederação Nacional da Indústria. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>> Acesso em 07 maio 2012.

DUARTE, Jorge. *Comunicação Pública*. Disponível em: <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>> Acesso em 30 de janeiro de 2012.

ESTEVES, Cláudio Jesus de Oliveira – *Relatos e ecos da RIO+20*. Caderno IPARDES-Estudos e Pesquisas, 2012. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/534>> Acesso em 18 de setembro de 2013.

FISHKIN, James; CAMARANO, Erik; LUSKIN, Robert C; SIU, Alice. *Deliberative Participatory Consultation: the first deliberative poll in Porto Alegre*. Disponível em <<http://cdd.stanford.edu/research/papers/2010/fishkin-porto-alegre.pdf>> Acesso em 18 agosto 2011.

FISHKIN, James; LUSKIN, Robert C. *Experimenting with a democratic ideal: Deliberative Polling and public opinion*. Palgrave Macmillan, 2005.

FOLHA ONLINE. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/riomais10/o_que_e-2.shtml> Acesso em 17 abril 2012

GERSCHMAN, Silvia. *Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares*. Cad. Saúde Pública [online]. 2004, vol.20, n.6, pp. 1670-1681. ISSN 0102-311X.

GINDRE, Gustavo. O papel das comunicações nas sociedades em crise (pgs113-142) In FAUTSO NETO, Antônio; HOHLFELDT, Antônio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *Práticas Midiáticas – Espaço Público*. Coleção Comunicação, Compôs, n. 10, Ediupers, RS, 2011).

GOMES, Wilson. *A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política*. Revista Fronteiras, 2005 – Universidade Federal da Bahia.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/direciona.php?key=aW50PW5vdGljaWEbm90aWQ9NzU0OTI=>>> Acesso em 18 agosto 2011.

GOVERNO FEDERAL: Consultas Públicas. Disponível em: <<https://www.consultas.governoeletronico.gov.br/ConsultasPublicas/index.do>> Acesso em 18 agosto 2011.

Hotsite Rio+20. Disponível em: < <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/> > Acesso em 17 abril 2012

INEA. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/NucleoRPPN/consulta.asp>> Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

Jornal da Ciência. E-mail 4972, de 13 de junho de 2014. Acesso em 14/06/2014.

Jornal O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/rio20/o-que-foi-rio-92-4981033>> Acesso em 25 de abril de 2014.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MAIA, Rousiley C. M. *Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação*. 2000 - Universidade Federal de Minas Gerais.

MARQUETTI, Adalmir. *Participação e redistribuição: o Orçamento Participativo em Porto Alegre*. Disponível em: <http://www.democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/participacao_e_redistribuiçao_orcamento_participativo_em_porto_alegre_adalmir_marquetti.pdf> Acesso em 24 de maio de 2013.

MATOS, Heloiza. *Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo*. Líbero, São Paulo: Fundação Cásper Líbero, Ano II, nº. 3-4, pp. 32-37, 1999. Disponível em: <<http://www.sinprorp.org.br/clipping/2004/285.htm>> Acesso em 31 de janeiro de 2012.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. *Regulação econômica e social e participação pública no Brasil*. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (organizadores.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 2004.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=147&idConteudo=11570>> Acesso em 02 de fevereiro de 2012

MIGUEL, Luis Felipe. Promessas e limites da democracia deliberativa Rev. bras. Ci. Soc. vol.16 no. 46. São Paulo, junho 2001.

NOVAES, Washington. *Eco-92: avanços e interrogações*. Estud. av., São Paulo, v. 6, n. 15, Agosto. 1992. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de setembro de 2013.

OLIVEIRA, Maria José da Costa; NADER, Silvana. *Comunicação organizacional e meio ambiente: uma análise sobre a relação entre políticas ambientais e de comunicação*. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/gt2/gt2_oliveira.pdf> Acesso em 22 agosto 2011.

PÁDUA, José Augusto. *Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário*. Cadernos de Debate, 2000. Disponível em: <<http://cursa.ihmc.us/rid=1GM6G3K7D-27Y228J-47B/PRODUCAO%20CONSUMO%20SUSTENTABILIDADE.doc>> Acesso em 18 de setembro de 2013.

Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>> Acesso em 01 de fevereiro de 2012.

Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1 Acesso em 01 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Maringá. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/mata_atlantica/> Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

RABELO, Desireé Cipriano. *Comunicação e mobilização social: a Agenda 21 local de Vitória (ES)*. São Bernardo do Campo: Tese da Universidade Metodista de São Paulo. 2002. Disponível em: < <http://www.bocc.uff.br/pag/rabelo-desiree-mobilizacao-agenda-21.pdf>> Acesso em 20 de setembro de 2012.

RAMOS, M. C. *Comunicação, direitos sociais e políticas públicas*. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

RENN, O. *Risk Governance: Coping with Uncertainty in a Complex World*. London, Earthscan, 2008.

Rio Dialogues. Disponível em: <<http://www.riodialogues.org/>> Acesso em 07 maio 2012.

Rio +20. Disponível em: < <http://www.rio20.gov.br/>> Acesso em 17 abril 2012.

Revista Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/rio-20-atinge-numeros-recorde-de-participacao-e-dimensao>> Acesso em 25 de abril de 2014.

ROWE, Gene; FREWER, Lynn J. *A Typology of Public Engagement Methods*. Science, Technology & Human Values, vol. 30, nº. 2 251-29 . Sage Publications, 2005.

SACHETO, Raquel. *Participação popular na era da informação: o caso das consultas públicas eletrônicas na administração pública federal do Brasil*. 2008, 140p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília.

SAWYER, Donald. *Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável?* Política Ambiental – n. 8, jun. Belo Horizonte, 2011.

SCHUMPETER, Joseph A., *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio, Zahar, 1984.

Site ONU. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/imprensa/>> Acesso em 25 de abril de 2014.

Site ONU. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/clipping/>> Acesso em 25 de abril de 2014.

TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura. *Etnografia, comunicação e meio ambiente*. Disponível em: <<http://www.taddei.eco.ufrj.br/AntCom/TaddeieGamboggi.pdf>> Acesso em 22 agosto 2011.

TORO, J.B.; WERNECK, Nísia M. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. *Potencial de crescimento da economia verde no Brasil*. Política Ambiental – n. 8, jun. Belo Horizonte, 2011.

ZANON, Dulcimeire Ap. Volante; ALMEIDA, Maria José P. M.; QUEIROZ, Salete L. *Contribuições da leitura de um texto de Bruno Latour e Steve Woolgar para a formação de estudantes em um curso superior de química*. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, Vol. 6, nº 1, 2007.

ANEXOS

Anexo 1: Questionário MMA

Anexo 2: Texto de apoio MMA

Anexo 3: Relatório Final MMA

Anexo 4: Questionário CGEE

Anexo 5: Relatório CGEE

Anexo 6: Documento final Rio+20

Anexo 7: Pesquisa CNI

Anexo 8: Matéria Veja

Anexo 9: Matéria O Estado de São Paulo

Anexo 10: Matéria O Globo

Anexo 11: Matéria Valor Econômico

Anexo 12: Matéria The Washtington Post

Anexo 13: Matéria The Guardian

Anexo 14: Matéria Forbes

Anexo 15: Matéria Financial Times

Anexo 16: Matéria The New York Times

Assessoria Extraordinária para a Conferência Rio+20

Ministério do Meio Ambiente

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE – Pessoa Física
Nome Completo:
Unidade da Federação:
Telefone:
E-mail:

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE – Pessoa Jurídica
Instituição:
Representante da Instituição:
Unidade da Federação:
Telefone:
E-mail:
SETOR DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: () Governamental () Sociedade Civil () Empresarial

QUESTIONÁRIO

1. A Conferência deverá estabelecer a nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Para que o Brasil exerça a liderança desse processo, deverá apresentar propostas para uma agenda de vanguarda, que eleve os níveis de ambição dos atuais debates. Qual seria a contribuição do Brasil nesse contexto?
2. Como poderá a Conferência causar impacto no debate interno sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil e contribuir para as necessárias transformações do país rumo à sustentabilidade?
3. Como poderá a Rio+20 assegurar a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável? Como poderá contribuir para o fortalecimento do multilateralismo, ultrapassando as divisões tradicionais (exemplo: Norte-Sul)?
4. Quais são os principais avanços e lacunas na implementação dos documentos resultantes das Cúpulas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 1992 e Joanesburgo, 2002)?
5. Quais são os temas novos e emergentes que devem ser incluídos na nova agenda internacional do desenvolvimento sustentável? Quais temas contemplam, de forma equilibrada, as dimensões ambiental, social e econômica?
6. A economia verde deve ser uma ferramenta do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, novos padrões de consumo e produção devem guiar as atividades econômicas, sociais e ambientais. Quais seriam esses novos padrões?
7. Há consenso político de que as políticas e instrumentos para a implementação da economia verde deverão variar de acordo com o contexto de cada país. Com essa premissa, e considerando o desafio da erradicação da pobreza, como a transição para uma “economia verde” pode ser inclusiva e contemplar princípios de equidade entre gerações, entre países e dentro de um mesmo país?
8. Qual o modelo de estrutura institucional que permite integrar melhor as agendas e atividades das instituições responsáveis pelos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, nas esferas internacional e nacional?
9. Quais sugestões poderiam ser feitas para que a implementação de projetos de agências internacionais no País seja realizada de forma coordenada, evitando a duplicação de esforços?
10. Como fortalecer a governança ambiental internacional, particularmente o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em seu papel de apoiar os países na implementação dos compromissos ambientais e de formação de capacidades, promovendo a melhor interação entre os acordos multilaterais ambientais, entre si e com o Programa?
11. Qual o papel dos atores não-governamentais no sistema multilateral e de que forma as estruturas de governança das Nações Unidas podem viabilizar a participação e o reconhecimento das visões e demandas desses atores, de forma a não só influenciar o processo decisório como, também, de torná-los mais comprometidos com a implementação das decisões?

A CONFERÊNCIA RIO+20

De 28 de maio a 6 junho de 2012, será realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”), em celebração aos vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “Rio-92”.

A Conferência terá o seguinte programa: (I) III Reunião do Comitê Preparatório (28 a 30 de maio), responsável pela negociação do documento final a ser adotado pela Conferência; (II) “Dias Especiais” (31 de maio e 1, 2 e 3 de junho), com eventos voltados à sociedade civil sobre temas novos e emergentes. Esses eventos, propostos pelo Governo Brasileiro, constituem a grande novidade da Rio+20, e visam reunir grandes personalidades globais nos temas escolhidos, para um debate aberto, fora dos modelos de negociação tradicionais. Os resultados desses debates subsidiarão, na sequência, a reunião dos Chefes de Estado na Conferência de Alto Nível; e, por último, (III) Conferência de Alto Nível (4 a 6 de junho).

A Rio+20 tem o potencial de ser o mais importante evento de política internacional dos próximos anos. O objetivo da Conferência é a renovação do compromisso internacional com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais Cúpulas sobre o tema e do tratamento de temas novos e emergentes. Além disso, dois temas principais serão objeto da Conferência: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. A Conferência deverá, assim, estabelecer a nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos.

Espera-se que a Conferência conte com a participação de expressivo número de Chefes de Estado e de Governo, de delegações de todos os Estados-membros da ONU e de ampla representação da sociedade civil, em total estimado de 50 mil participantes. Como país-sede e Presidente da Conferência, o Brasil trabalhará para que a Rio+20 alcance resultados efetivos e corresponda a todas as expectativas substantivas e logísticas.

Para articular os eixos de participação do Brasil na Conferência, a Senhora Presidenta da República aprovou o Decreto 7.495, em 7 de junho de 2011, pelo qual criou a Comissão Nacional da Rio+20, composta por representantes do Governo e da sociedade. A Comissão Nacional conta com uma Secretaria-Executiva, presidida pelo Ministério das Relações Exteriores, de que fazem parte os Ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsáveis pela elaboração da contribuição brasileira ao texto da Conferência nas áreas ambiental, econômica e social, respectivamente.

Com o objetivo de garantir processo inclusivo e transparente de elaboração das propostas do Brasil para a Conferência, a Comissão conta com a participação de diversos setores da sociedade brasileira, indicados pelas suas respectivas entidades representativas, as quais deverão, também, constituir canais de representação junto aos seus respectivos segmentos.

Quaisquer indivíduos ou organizações nacionais poderão contribuir para o processo preparatório, utilizando-se de vários canais. Além desta Consulta Pública, há representantes de diversos setores da sociedade brasileira na Comissão Nacional, indicados pelas suas respectivas entidades representativas, aos quais cabe a articulação no âmbito de seus setores. Finalmente, os Ministérios representados na Secretaria Executiva (Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Fazenda e Ministério do Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza) constituem, também, canais de consultas e debates com a sociedade brasileira e deverão considerar, em seu trabalho, todas as contribuições recebidas.

Todo esse conjunto de contribuições, após debate interno no Governo Brasileiro, deverá subsidiar a elaboração do texto que será apresentado pelo País ao Secretariado da ONU até o dia 1º de novembro próximo, com as visões e propostas do Brasil para a Conferência. A partir dessas contribuições, o Secretariado da ONU preparará uma primeira minuta do documento final, que deverá ser objeto de negociações formais, com vistas à sua adoção durante a Conferência.

É importante observar, ainda, que as contribuições ao processo preparatório não se esgotam com a apresentação, pelo Brasil, do documento com suas visões e propostas para a Conferência. A partir da apresentação, pelo Secretariado da ONU, do documento que será objeto de negociações formais, as contribuições da sociedade brasileira subsidiarão e fortalecerão as posições defendidas pelo País nessas negociações, quando estarão em jogo as visões e contribuições de todos os demais Países. Nesse contexto, o Governo Federal realizará debates com diversos setores representativos da sociedade brasileira, objetivando balizar o processo negociador que terá lugar ao longo de 2012, antecedendo a Conferência.

TEMAS DA CONFERÊNCIA

a) Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza

O Brasil, na qualidade de país-sede e Presidente da Conferência, tem acompanhado atentamente as discussões sobre os dois temas da Rio+20, buscando atuar no sentido da facilitação de entendimentos, para que a Conferência possa adotar decisões positivas e concretas em favor do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, tem notado que as discussões internacionais acerca da “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” encontram-se longe de consenso.

O tema da “economia verde”, proposto inicialmente pelos países desenvolvidos, encontrou resistência inicial de diversos países em desenvolvimento, devido ao temor de que a “economia verde” substituisse o conceito de desenvolvimento sustentável, que preserva o equilíbrio entre os objetivos do desenvolvimento econômico, da proteção ambiental, e da promoção do bem-estar social. Por essa razão, a Assembleia-Geral da ONU, na Resolução 64/236, que determinou a realização da Conferência, ressaltou o “contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” para as discussões sobre o tema. Como país-sede tanto da Rio-92, que consagrou, no plano internacional, o conceito do desenvolvimento sustentável, quanto da Rio+20, que se pauta por esse legado, o Brasil procura ressaltar as oportunidades de complementaridade e de sinergia que podem ser exploradas nesse novo debate.

Nota-se, nas discussões, que os países defendem que a “economia verde” deva ser uma ferramenta para o objetivo maior do desenvolvimento sustentável, um conjunto de opções de políticas sustentáveis, englobando atividades e programas que respondam às diferentes necessidades e realidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento, com vistas à consecução do objetivo mais amplo do desenvolvimento sustentável. Além disso, a economia verde não deveria ser um conceito divisor, que discrimine países que produzam ou não de forma “verde”, principalmente em vista das disparidades econômicas e tecnológicas entre os países. Não se deve perder de vista que a redução das desigualdades – em nível nacional e internacional – é um dos imperativos para a promoção do desenvolvimento sustentável no plano global.

Algumas das principais idéias ventiladas na discussão sobre economia verde, tanto em âmbito nacional quanto internacional, incluem:

- a adoção de uma estratégia para a economia verde (a qual deverá orientar as estratégias

nacionais dos Estados-Partes das Nações Unidas, dentro de suas respectivas capacidades, prioridades, necessidades e demandas);

- a adoção de nova métrica para o desenvolvimento, que complemente e aperfeiçoe índices consagrados como o PIB e o IDH, reconhecidamente limitados quando se trata de retratar, de maneira integradas, os três pilares do desenvolvimento sustentável;
- a adoção de uma estratégia global para produção e consumo sustentáveis, tal como o que vem sendo discutido internacionalmente há vários anos, no assim chamado Processo de Marrakech.

Finalmente, a discussão sobre economia verde tem sido fortemente referenciada, recentemente, pela proposta de que a Rio+20 venha a incluir, entre os seus resultados, acordo em torno de uma série de Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais traduziriam o debate sobre economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável em metas tangíveis, provendo sinais mensuráveis para temas considerados essenciais no debate global sobre sustentabilidade. Embora essa discussão ainda esteja em estágio inicial, há crescente percepção de que a eventual adoção de Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável deverá ser acompanhada de meios concretos para atingi-los e que, ao contrário dos ODMs, voltados para os países em desenvolvimento, deverão ser de caráter global.

b) Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Multilateralismo e governança.

O tema da “estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável” deve ser entendido em quadro mais amplo: a necessidade de adequação das estruturas multilaterais de governança às realidades e desafios contemporâneos. Desde que o sistema das Nações Unidas foi criado no pós-Segunda Guerra Mundial, o arcabouço institucional para o tratamento das questões ligadas à sustentabilidade sofre modificações em apenas dois momentos: a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como consequência da Conferência de Estocolmo de 1972; e o estabelecimento da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), como resultado da Rio-92.

A criação do PNUMA atendeu à necessidade de dotar as Nações Unidas de um foro voltado à proteção ambiental, temática que ganhou força e substância no final da década de 1960. Já o estabelecimento da CDS respondeu à necessidade de coordenação e de integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável, conforme definidos no Rio de Janeiro: econômico, social e ambiental.

O esforço de aprimoramento da governança para o desenvolvimento sustentável deriva da necessidade do fortalecimento do multilateralismo como instrumento legítimo, por excelência, de ação coletiva para a solução de problemas globais. É por meio de debates democráticos e inclusivos, que respeitem as diferentes perspectivas e necessidades dos países, que se chegará a decisões que contem com o apoio efetivo e a vontade política necessários para a sua implementação. A via multilateral, além disso, facilita a criação de alianças que reforçam a cooperação internacional, fundamental para a consecução do objetivo do desenvolvimento sustentável. Ao sediar a Conferência, o Brasil reafirma seu compromisso com o multilateralismo para o enfrentamento dos desafios globais.

No caminho para a Rio+20, observa-se que as discussões sobre a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável são movidas por objetivos práticos: os países entendem que “a forma deve seguir as funções”, ou seja, deve-se primeiro determinar precisamente os objetivos a serem cumpridos pelas instituições (e compreender quais não vêm sendo cumpridos de forma satisfatória), para se desenhar reforma correspondente.

Há dois aspectos sobre os quais o Brasil vem observando consenso geral dos países: a) necessidade de fortalecimento e melhor integração do pilar ambiental do desenvolvimento sustentável; e b) necessidade de melhor coordenação, diálogo e sinergias entre as instituições que compõem os pilares econômico, social e ambiental.

Sobre o primeiro ponto, muitos países têm defendido o fortalecimento do PNUMA, sediado em Nairóbi, no Quênia, sobretudo em suas atividades de apoio aos países à implementação dos compromissos ambientais e de capacitação de técnicos. Além disso, defendem a melhor interação entre os acordos multilaterais ambientais (que já são mais de 500), entre si e com o Programa, para evitar a duplicação de esforços e a adoção de decisões contraditórias entre si. Alguns defendem a transformação do PNUMA em agência especializada, sob a forma de uma Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Outros criticam a idéia, no sentido de que essa discussão singulariza o meio ambiente, ao invés de integrá-lo no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Sobre o segundo aspecto, referente à coordenação inter-institucional, os países defendem que as instituições de cada pilar do desenvolvimento sustentável tomem decisões e implementem atividades a partir de orientação política, dada pelos Estados-membros, integrada, buscando avanços sinérgicos para as agendas social, ambiental e econômica. Pontos que merecem atenção dos países são a interação entre as agências da ONU, tanto na formulação de políticas, quanto na implementação de projetos nos países; e a relação entre o sistema ONU com as demais instituições, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

No âmbito das estruturas, discute-se o futuro da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS), responsável pelo monitoramento da implementação da Agenda 21, mas que não tem cumprido plenamente a função para a qual foi criada. Como moldura integradora mais abrangente, consideram-se várias possibilidades, tais como a criação de uma organização “guarda-chuva”, coordenadora dos três pilares, ou de um novo Conselho de Desenvolvimento Sustentável. Idéia que vem angariando crescente apoio é a reforma do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), com a incorporação do pilar ambiental aos atuais econômico e social.

Finalmente, as discussões sobre governança têm incluído reflexão sobre o papel dos atores não-governamentais, no sentido de propor soluções criativas e inovadoras para o aperfeiçoamento do processo decisório multilateral, hoje essencialmente baseado em decisões intergovernamentais. Essa visão reconhece que as formas encontradas até o momento para viabilizar a participação e a presença do mundo não-governamental nos processos multilaterais têm sido tímidas e pouco influenciam os resultados desses processos.

O alto nível de participação e mobilização de poderosos atores não-governamentais que não apenas são influenciados mas, também, influenciam profundamente as formas como estamos nos movendo, traz consigo um questionamento sobre lidar, na esfera multilateral, com essas demandas, aspirações e propostas. Nesse contexto, tem crescido, no processo preparatório para a Rio+20, a discussão sobre como estabelecer mecanismos para permitir o entendimento, o engajamento e a participação nesses processos decisórios.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Assessoria Extraordinária para a Rio+20

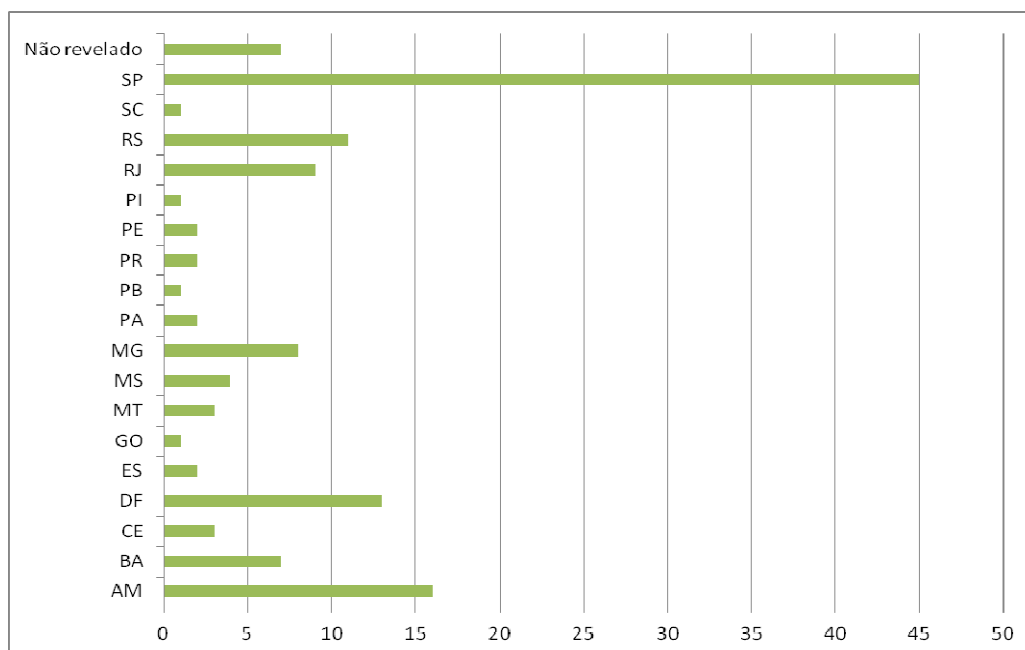
Consulta Pública Rio+20

Relatório Final

(I) Introdução

Entre os dias 5 e 30 de setembro de 2011, o Ministério do Meio Ambiente realizou consulta pública para colher subsídios ao posicionamento do Brasil perante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Toda a sociedade brasileira foi convidada a participar, por meio de amplo processo de divulgação, da referida consulta. Foram recebidos 139 questionários, oriundos dos seguintes setores: i) 103 da sociedade civil, dos quais 37 são do segmento organizado e 65, de cidadãos; ii) 16 de empresas, com forte participação do setor de energia; iii) 9 da comunidade acadêmica e iv) 11 de governos locais.

A distribuição geográfica dos participantes está exposta no gráfico abaixo



OBS: Diversas instituições sediadas em São Paulo e no Distrito Federal, em especial as da sociedade civil e do setor privado, têm alcance nacional.

NOTA METODOLÓGICA: A consulta pública estruturou-se em onze perguntas abertas (Anexo 1), as quais invocaram percepções sobre o progresso dos temas de desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, em nível nacional e internacional, e sobre os dois tópicos em pauta na Conferência Rio+20: (i) a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e do combate à pobreza, e (ii) estrutura de governança institucional para o desenvolvimento sustentável. O questionário-base da consulta pública priorizou a demanda por informações qualitativas, em detrimento de pesquisa quantitativa sobre ideias pré-apresentadas. Decorre disso o recebimento de um grande número de propostas sobre o amplo conjunto de temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e aos seus desafios nas próximas décadas, muitas das quais serão essenciais à formulação do posicionamento do Brasil – país membro das Nações Unidas e sede da Conferência. No entanto, a liberdade de opinião concedida aos participantes teve como impacto, não raro, o uso do espaço de resposta para sugerir ações desvinculadas, diretamente, das onze perguntas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, o presente relatório privilegiou compilar sugestões que se ativeram ao tópico proposto, identificando convergências e divergências entre os segmentos, bem como as principais mensagens que, segundo os participantes, deverão embasar o posicionamento brasileiro sobre a Rio+20. Propostas e comentários elaborados de maneira mais detalhada ou apresentados por instituições representativas de setores específicos ou de reconhecido papel na discussão da sustentabilidade foram, eventualmente, identificados nominalmente.

(II) Compilação de respostas

Encontra-se, abaixo, o resumo das respostas recebidas, estruturadas por perguntas, agrupadas pelos seguintes segmentos da sociedade brasileira: i) sociedade civil – que, para este relatório, engloba organizações não-governamentais, movimentos sociais e indivíduos, ii) comunidade acadêmica, iii) setor empresarial e iv) governos locais.

1. A Conferência deverá estabelecer a nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Para que o Brasil exerça a liderança desse processo, deverá apresentar propostas para uma agenda de vanguarda, que eleve os níveis de ambição dos atuais debates. Qual seria a contribuição do Brasil nesse contexto?

Principais mensagens

- Todos os setores consultados requerem um papel de liderança do Brasil na Rio+20, quer seja por sua riqueza natural e cultural, quer seja pelos êxitos alcançados, desde 1992, nos três pilares do desenvolvimento sustentável.
- Há forte alinhamento de todos os setores no sentido de que o Brasil proponha um novo modelo de desenvolvimento global, monitorado por meio de indicadores de sustentabilidade.
- Um grande número de participantes aproveitou esse espaço para sugerir que a liderança internacional do Brasil seja acompanhada de coerência no trato de questões socioambientais internas, dentre as quais se destaca a temática do Código Florestal.

A pergunta está centrada na contribuição do país, como membro das Nações Unidas e sede da Conferência, para alcançar êxito na Rio+20. Ressalte-se que muitos participantes utilizaram esse espaço para apresentar propostas sobre o que o Brasil poderia fazer, internamente, para dar efetividade ao desenvolvimento sustentável, em especial no que concerne ao combate ao desmatamento e à manutenção da matriz energética com grande proporção de renováveis. Muitos pleiteiam, ainda, a criação de mecanismos bastante específicos, como mercados de carbono, os quais, por estarem a cargo de convenções multilaterais específicas, fogem do mandato e do escopo da Rio+20 e foram, portanto, ignorados para os fins dessa compilação.

Participantes da **sociedade civil** destacam o papel de liderança do Brasil no tema do desenvolvimento sustentável. Reconhece-se que o Brasil não é apenas parte da problemática, mas chave para a solução, em um contexto político distinto daquele de 1992, quando se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD 1992, popularmente conhecida como ECO 92), conforme ressalta o Greenpeace Brasil. Acredita-se que o Brasil seja a nação em desenvolvimento com maior potencial de demonstrar a possibilidade de aliar crescimento econômico a um novo modelo de uso dos recursos naturais. Destacam-se proposições de uma liderança pelo exemplo, que poderá motivar outros países, em especial aqueles em desenvolvimento, a entender e endossar os benefícios da sustentabilidade. Nesse sentido, diversos participantes ressaltaram a necessidade em haver coerência entre os pleitos internacionais do Brasil e as políticas públicas nacionais (Código Florestal, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, redução de IPI para veículos etc).

Há forte convergência no sentido de que a Rio+20 promova uma união de esforços que se baseie em uma aliança entre os setores público, empresarial e da sociedade civil. Cita-se, ainda, a necessidade de integrar instâncias de governo para que se desenvolva uma visão sistêmica sobre a sustentabilidade. Propõe-se que a Rio+20 crie uma narrativa positiva sobre as oportunidades socioeconômicas oriundas da transformação dos sistemas de consumo e produção, reconhecendo, ao mesmo tempo, o enorme desafio do Brasil e de outros países em erradicar a pobreza.

Quanto aos resultados concretos da Rio+20, ao passo que algumas instituições apontam para a necessidade de novos acordos, legalmente vinculantes (embora sem detalhar essa proposta), outras sugerem um renovado e substancial compromisso político, que aumente a capacidade de implementação de acordos já existentes. Fala-se, portanto, de uma agenda de transição rumo à efetividade do desenvolvimento sustentável, passível de ser monitorada por meio de indicadores quantificáveis.

Aparecem, recorrentemente, menções a mecanismos de mercado para conservação, como pagamentos por serviços ambientais, mercados de carbono e compensações por conservação, bem como a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Teve relevo, em especial, proposta do Vitae Civilis para que o Brasil, como sede, “forme, fomenta e participe de grupos de países em torno de temas/propósitos específicos para os temas da Rio+20”, sem comprometer o espírito multilateral da conferência. Destacou-se, ademais, a proposta do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que sugere que a Rio+20 proponha “caminhos para uma economia incluyente, verde e responsável, baseada na participação de todos os setores da sociedade global, comprometida com a transparência e estruturada em sólida base política, ética e jurídica”.

Os movimentos sociais reconhecem os êxitos do Brasil nos três pilares do desenvolvimento sustentável, e sugerem que a contribuição do país seja dada por meio de exemplos de conduta e de liderança. Requerem meios de inclusão e de participação no processo de desenvolvimento sustentável, visto que os indígenas e as comunidades tradicionais têm forte participação na conservação e uso sustentável do capital natural. Sugerem, por fim, a elaboração de um pacto entre os setores, de maneira a salientar a responsabilidade coletiva inerente às políticas de sustentabilidade. O escasso progresso da Agenda 21 é, recorrentemente, citado pelos participantes desse segmento.

Representantes da **comunidade acadêmica** reconhecem, unanimemente, a posição de liderança do Brasil, em especial com os países em desenvolvimento. Para exercer essa liderança, o Brasil necessita apresentar sugestões de ações e de políticas que demonstrem a viabilidade da transição rumo à sustentabilidade e influenciem o comportamento dos agentes econômicos. Precisa, além disso, apresentar suas próprias ações e comprometimento com políticas socioambientais, ou “credenciais” (a exemplo da redução do desmatamento, legislação avançada, matriz energética com alto percentual de renováveis, compromisso de redução de gases de efeito estufa, redução de disparidades sociais, entre outras). Sugerem, ademais, a criação de mecanismos que assegurem a eficácia das próximas conferências das Nações Unidas sobre sustentabilidade. Têm relevo, nesse sentido, propostas que sugerem pesquisa e criação de novos indicadores para o desenvolvimento sustentável. Os participantes desse setor destacam o fomento à pesquisa em sustentabilidade, inclusive por conta do cenário positivo para indústrias biotecnológicas, no âmbito das quais o Brasil, devido ao capital natural que possui, deve tomar a vanguarda.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em particular, salienta a necessidade da criação e do reforço de mecanismos e instrumentos indutores da sustentabilidade, em especial os mecanismos financeiros e a transferência de tecnologia.

O **setor empresarial** preconiza que a práticas compatíveis com a economia verde já estão em curso no Brasil. A Eletrobrás e a Natura defenderam o argumento de que o Brasil possui condições de implementar um novo modelo socioeconômico e ambiental. As empresas participantes requerem, portanto, discussão sobre mecanismos públicos e privados e sobre marcos regulatórios que propiciem a implementação de mudanças estruturais no modelo vigente. O setor é unânime ao afirmar que o Brasil deve fornecer sua visão para o futuro, construída de maneira compartilhada, com objetivos concretos de longo prazo, colocados de forma voluntária para a comunidade internacional. Há forte convergência, ainda, quanto ao pleito de que a Rio+20 desenvolva indicadores de mensuração do desenvolvimento sustentável, que incluam temas como a conservação, o consumo e produção sustentáveis, o acesso e a produção de energia limpa, mecanismos financeiros etc.

Tem destaque a proposta da UNICA de produção de relatórios nacionais periódicos sobre a situação da sustentabilidade nos países, a exemplo do que ocorre no Conselho de Direitos Humanos e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (comunicações nacionais), os quais teriam, como critérios, indicadores acordados internacionalmente. Cita-se, ainda, a proposta do Banco da Amazônia de estruturação de uma governança global no âmbito da qual ocorra a transição para o modelo de desenvolvimento sustentável.

Os **governos locais** sugerem a reafirmação dos princípios da CNUMAD, de 1992, como a Agenda 21, e a construção de indicadores orientados para a mensuração do progresso e identificação de novos desafios. Tem destaque proposta da Prefeitura Municipal de Manaus para a criação de um “Caminho do Rio”, que estruture a cooperação internacional de longo prazo para o desenvolvimento sustentável. Proposta mais radical sugere a criação de um organismo supranacional capaz de exigir o cumprimento dos acordos ambientais internacionais.

2. Como poderá a Conferência causar impacto no debate interno sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil e contribuir para as necessárias transformações do país rumo à sustentabilidade?

Principais mensagens

- Os setores acreditam ser essencial pensar no legado a ser deixado pelo evento para a efetividade do desenvolvimento sustentável no país, e vêem-se como parte desse processo.
- Há forte convergência quanto à opinião de que a Rio+20 deve criar uma plataforma de diálogo permanente entre governos, sociedade e setor privado, que perdure após 2012.
- A Comunicação será ferramenta essencial para conceder visibilidade ao tema. Destaca-se o papel dos meios de comunicação, que necessitam veicular mensagens que alcancem audiências distintas, como crianças e jovens, adultos e idosos, e em distintos níveis de aprofundamento.

A pergunta enfoca a diferença que a Rio+20 poderá fazer no sentido de ampliar e melhorar o debate nacional sobre desenvolvimento sustentável. Muitos participantes utilizaram esse espaço para apresentar propostas específicas sobre suas áreas de atuação, as quais, na medida de sua importância, foram resumidas nessa seção.

A **sociedade civil** observa que a Conferência poderá criar uma agenda de compromisso, um canal único de diálogo entre o governo e a sociedade, especialmente no período após junho de 2012. Retoma-se, com frequência, a necessidade de efetivar a liderança brasileira na mudança de paradigma global de desenvolvimento. Destaca-se, nesse tópico, proposta da Conservação Internacional, segundo a qual a Rio+20 deve emitir uma sinalização clara sobre as correções do rumo do desenvolvimento, e o alinhamento da agenda nacional de planejamento econômico às questões socioambientais.

Representantes da sociedade civil acreditam no potencial de mobilização de diferentes setores no contexto da Rio+20, de maneira a informar, engajar e conscientizar a sociedade quanto às mudanças necessárias. A quase unanimidade dos atores desse segmento, sejam os representantes da sociedade civil organizada ou os indivíduos, ressalta a importância de maior inclusão, descentralização e conscientização da sociedade para dar viabilidade ao desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade do debate. Chama atenção, ainda, a demanda para aliar pleitos gerais da sociedade aos compromissos socioeconômicos e ambientais do Brasil.

O papel da imprensa como veiculadora de informações e ponte entre os participantes da Rio+20 e a sociedade deve ser estimulado pelos organizadores, devendo os meios de comunicação veicular mensagens destinadas a audiências distintas, como crianças e jovens, adultos e idosos, em distintos níveis de aprofundamento. Tem relevo, ainda, a demanda por maior envolvimento da classe política no processo da Rio+20, elevando o patamar das questões ambientais nos processos de tomada de decisão e integrando as distintas instâncias e níveis de governo.

Os movimentos sociais destacam a importância da participação democrática no processo decisório, com envolvimento de lideranças e de todas as instâncias de governo. Sugerem, também, que os meios de comunicação e de mídia sejam amplamente usados como forma de engajar a sociedade brasileira nos temas discutidos na Rio+20, catalisando a mudança de paradigma por ela pretendida. Além disso, realçam a importância de informar o que foi alcançado desde a CNUMAD 1992, e estimular a participação da sociedade por meio de canais de interlocução e do fortalecimento de capacidades sobre os temas caros à Rio+20.

O principal desafio apresentado pela **comunidade acadêmica** é como evoluir de um evento para um processo nacional de mudança, com pauta duradoura, necessário ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Realçam a importância da mudança nos padrões de consumo induzidas pelo Estado e pela sociedade, e a visibilidade proporcionada pela Conferência como forma de concretizar esses desafios. De maneira análoga a outros participantes, a academia enfatiza a necessidade de facilitar a participação dos diferentes segmentos da sociedade nos debates e nas tomadas de decisão, inclusive os governos municipais e estaduais, os quais poderão, também, conectar-se a outros governos locais do mundo. Acadêmicos pregam, ademais, a necessidade de fortalecer a educação ambiental, colocando a população brasileira, não raro alheia ou superficialmente conscientizada sobre a seriedade das questões socioambientais, a par dos riscos e dos desafios inerentes a elas. Deve-se, ademais, integrar a comunidade acadêmica e de pesquisa na busca de soluções para os grandes desafios socioeconômicos e ambientais que se apresentam.

As **empresas** consultadas chamam a atenção para o envolvimento efetivo que podem desempenhar na mudança de paradigma de desenvolvimento, especialmente pelo fato de a Conferência ter elegido o tema da economia verde como uma de suas prioridades. Algumas empresas que alegam já ter incluído questões socioambientais em suas estratégias de atuação ressaltam a dificuldade do Brasil em incorporar, de maneira efetiva, essas questões no ambiente empresarial, ainda excessivamente atrelado à lógica das finalidades econômicas. Realçam, também, a possibilidade de criação de plataformas e fóruns de diálogo, tanto no âmbito da própria Conferência quanto nos períodos anteriores e posteriores a ela, promovendo, assim, melhor entendimento sobre os temas da Rio+20. A criação de estruturas de incentivos para a sustentabilidade, como mecanismos de mercado, instrumentos financeiros (incluindo tributação diferenciada), parcerias público-privadas e compras públicas sustentáveis é recorrentemente citada, ainda que se trate de propostas bastante específicas para responder à pergunta proposta.

Tem destaque a proposta conjunta do Comitê Brasileiro do Pacto Global, do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e da Câmara Internacional de Comércio (Seção Brasileira) sobre a revisão das políticas públicas brasileiras após a Conferência, em linha com os seus resultados, mapeando as barreiras e as ferramentas que elas apresentam frente ao desenvolvimento sustentável. Cita-se, como exemplo, a possibilidade de aliar a geração de empregos verdes às estratégias de redução de pobreza.

Governos locais enfatizam a responsabilidade coletiva e a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade, demonstrando e dando visibilidade ao êxito de parcerias público-privadas, bem como às lições aprendidas. Esperam que os resultados da Rio+20 fortaleçam esse canais de comunicação e o nível de comprometimento dos atores com a causa da sustentabilidade. De maneira análoga aos movimentos sociais, destacam o papel da mídia como meio de veiculação de informações.

3. Como poderá a Rio+20 assegurar a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável? Como poderá contribuir para o fortalecimento do multilateralismo, ultrapassando as divisões tradicionais (exemplo: Norte-Sul)?

Principais mensagens

- Todos os setores consultados sugerem a criação de indicadores mensuráveis como forma de renovar o compromisso internacional com o desenvolvimento sustentável.
- É necessário buscar reformas que catalisem a saída do discurso para a prática – por exemplo, meios de fazer fluir financiamento.
- A cooperação Sul-Sul e Sul-Norte é apontada como maneira de superar clivagens tradicionais, já em vias de superação na presente conjuntura.

A pergunta pode ser considerada de nível complexo para o cidadão que detém pouca informação sobre o funcionamento dos regimes internacionais, dado o número de abstenções e de respostas que fogem do escopo proposto. Diversas instituições aproveitaram o espaço, no entanto, para propor agendas específicas.

A **sociedade civil** acredita que, para que se alcance renovação do compromisso político, é necessário avaliar o que foi atingido ao longo das últimas duas décadas, fazendo um balanço dos compromissos anteriores. Organizações de relevo apontam para a ampliação da agenda de desenvolvimento sustentável, de maneira a incluir questões éticas e morais. Outras destacam a necessidade da criação de mecanismos de fortalecimento da confiança entre atores da comunidade internacional, como a divulgação de planos nacionais de desenvolvimento sustentável ou de mapas de transição para economias verdes, ou, ainda, a criação de mecanismos de cumprimento e de metas de desenvolvimento sustentável. Com relação ao tópico do fortalecimento do multilateralismo, diversas organizações apontam a cooperação Sul-Sul como um possível caminho. Permeia muitas respostas a ideia de sair do discurso para a prática, processo no qual a educação ambiental, metas de longo prazo com indicadores e o apoio da ciência seriam as vias de solução. Há dissenso quanto à ambição dos mecanismos de controle da degradação ambiental. Ao passo que alguns participantes sugerem a criação de regras simples, que permitam a interpretação nacional dos regimes ambientais, outros propõem a criação de uma estrutura supranacional, ou mecanismos de controle no âmbito da ONU, como um “Conselho de Segurança Ambiental”.

Movimentos sociais destacam a necessidade de o acordo emanado da Rio+20 considerar especificidades nacionais, em um horizonte de longo prazo, com metas e indicadores. Salientam, ademais, a necessidade de avaliar o progresso alcançado ao longo das últimas décadas, e aprovação de um documento realista, com chances reais de implementação. Idéias como a corresponsabilidade, a consciência do coletivo, soluções locais com elos globais e a ética aparecem, recorrentemente, nesse tópico. Um papel de maior responsabilidade dos países em desenvolvimento é ressaltado por um número relevante de participantes da sociedade civil, visto que a lógica rígida Norte-Sul já se encontraria em processo de superação e, de acordo com o que conclui o Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM), vínculos Sul-Sul podem gerar benefícios oriundos da cooperação científico-tecnológica e quiçá financeira.

Representantes da **comunidade acadêmica** apontam para a necessidade de mecanismos simples, que criem transparência tanto nos processos decisórios nacionais e internacionais, incluindo, efetivamente, a sociedade civil, quanto na implementação de ações. Frequentemente, os participantes desse setor citam a elaboração de metas como forma de imprimir transparência às ações para o desenvolvimento sustentável, as quais poderiam ser reforçadas por mecanismos de cumprimento. A questão do financiamento público e privado é vista por alguns como uma maneira de assegurar compromisso político. Tem relevo a proposta do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA USP), a qual sugere que se busque maior criatividade nas modalidades de cooperação, a exemplo da criação de mecanismos de colaboração entre biomas semelhantes, de forma a compartilhar melhores práticas.

O **setor empresarial** propõe a criação de um novo modelo de mercado que fomente o desenvolvimento sustentável. Propostas incluem o desenvolvimento de um índice de sustentabilidade dos produtos, tornando os consumidores agentes de mudança, e uma renovada arquitetura de financiamento verde. O reforço das estruturas institucionais é, de igual maneira, realçada. Propostas específicas incluem a criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mensuráveis, compartilhados no longo prazo e capazes de angariar o engajamento do setor privado. Também as empresas destacam o fomento da cooperação Sul-Sul e Sul-Norte, em linha com a atual configuração do sistema internacional. Temas tradicionais como o financiamento e a transferência de tecnologia estão presentes nas respostas.

Governos locais chamam a atenção para o compartilhamento de responsabilidades, seja entre instâncias de governo, empresas e instituições de pesquisa de distintos biomas, seguindo a lógica de rede global. Realçam a participação de governos estaduais e municipais na elaboração de respostas necessárias às mudanças.

4. Quais são os principais avanços e lacunas na implementação dos documentos resultantes das Cúpulas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 1992 e Joanesburgo, 2002)?

Principais mensagens

- Os principais avanços apontados são a conscientização sobre o tema nos distintos níveis da sociedade, a participação da sociedade civil nos processos decisórios e a inclusão de novos temas na agenda de sustentabilidade internacional.
- As principais lacunas apresentadas são o déficit de implementação da Agenda 21 e o tema do comprometimento no discurso vis-à-vis a vontade política e os recursos financeiros para dar cumprimento.
- Representantes de todos os setores reconhecem avanços do Brasil na implementação dos acordos internacionais. Apontam, como exemplos, a queda na taxa de desmatamento e a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Houve cerca de 20% de abstenções nesse tópico.

Participantes da **sociedade civil** destacam avanços como a conscientização da sociedade e de instituições (meio jurídico, empresas) sobre as questões ambientais e a construção participativa das Agendas 21 locais. Considera-se avançada, ademais, a inclusão da sociedade civil nos processos de negociação e cooperação internacionais. É citada, também, a demonstração dos vínculos entre as agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente, bem como o debate sobre energias renováveis.

Por outro lado, os participantes criticam a falha em atribuir urgência e seriedade à ação global necessária às profundas mudanças de que necessitamos, ou seja, de transpor ações do discurso à prática. Esse fato seria motivado por falta de vontade política e pela dificuldade de implantar ações acordadas globalmente nos níveis nacional e local. A falta de apoio político e financeiro é apontada como a razão mais evidente para a maioria dos participantes nesse tópico. Também tem relevo a falta de efetividade dos arranjos institucionais (PNUMA, CDS), bem como o baixo nível de endosso e implementação da Agenda 21 – lacuna apontada pela quase totalidade de participantes desse setor. Acredita-se que se vive uma crise de implementação, em especial desde a Cúpula de Joanesburgo. Aponta-se, como outra lacuna, a falta de envolvimento dos ministérios econômicos, tanto nas negociações internacionais como na criação de políticas públicas. O foco excessivo em soluções tecnológicas, não contrabalanceado pela promoção de mudanças nos padrões de consumo, também é sublinhada por participantes.

Representantes da **academia** destacam avanços na criação de legislação e normas ambientais. De maneira análoga à sociedade civil, acreditam que há, hodiernamente, maior consciência quanto às questões socioambientais. Quanto às lacunas, apontam-se o vazio de implementação da Agenda 21, as promessas não correspondidas de mobilização de recursos financeiros e a carência de mecanismos de controle e acompanhamento de ações, acessíveis à sociedade.

Representantes de **empresas**, de maneira similar aos outros setores, reconhecem avanço na incorporação dos temas ambientais na agenda política, empresarial e social. Cita-se, ainda, o alcance de acordos importantes como o Protocolo de Nagoia. Apontam, por outro lado, o déficit de implementação da Agenda 21 como a lacuna mais evidente, e a dificuldade de transformar o discurso em prática, inclusive por meio de fortalecimento do papel de ações empresariais. A necessidade do estabelecimento de prazos de

cumprimento das ações acordadas em âmbito internacional é tema comum entre as respostas desse setor. A inclusão de novos temas na Cúpula de Johannesburg, como a responsabilidade corporativa, produtos químicos e saneamento, é citada por alguns participantes desse setor como um avanço.

Governos locais aproveitaram esse espaço para indicar ações nacionais como avanços, a exemplo do desenvolvimento de Agendas 21 locais e do SNUC. No que concerne às lacunas, são citadas a morosidade das decisões de governos para por em prática as ações, a sobreposição de mandatos e de programas e a insuficiência de indicadores de mensuração dos compromissos assumidos.

5. Quais são os temas novos e emergentes que devem ser incluídos na nova agenda internacional do desenvolvimento sustentável? Quais temas contemplam, de forma equilibrada, as dimensões ambiental, social e econômica?

Principais mensagens

- Os temas emergentes que surgem, com maior frequência, entre os setores consultados são: segurança alimentar, empregos verdes, energias renováveis, educação ambiental, valoração de serviços ambientais, planejamento urbano, novas métricas de riqueza, avaliação de impacto ambiental, recursos hídricos.

Com o intuito de prestar objetividade à compilação, optou-se por listar as sugestões de novos temas.

A **sociedade civil** propõe:

- segurança alimentar sustentável (recorrente)
- empregos verdes, valorizando o empreendedorismo (recorrente)
- energias renováveis (recorrente)
- recursos hídricos (recorrente)
- economia solidária (recorrente)
- educação ambiental (recorrente)
- consumo sustentável (recorrente)
- valoração de serviços ambientais/mecanismos de mercado para conservação de bens comuns e de ecossistemas (recorrente)
- políticas de mobilidade/planejamento urbano/cidades sustentáveis
- ampliação da participação da sociedade civil nos fóruns de discussão e negociação
- desastres naturais/refugiados ambientais
- compras públicas sustentáveis
- novas métricas de riqueza (adaptação PIB, IDH) / indicadores de sustentabilidade
- pobreza multidimensional
- lixo eletrônico
- desenvolvimento e difusão de novas tecnologias
- sistemas de governança inclusivos
- regulação da responsabilidade empresarial (inclusive com criação de indicadores)
- medidas vinculantes e de coerção para a degradação ambiental
- custos da degradação ambiental, a ser discutido no âmbito da Organização Mundial de Comércio

Acreditam que o tema da economia verde poderá contemplar ações nos três pilares do desenvolvimento sustentável, com co-benefícios nas esferas moral e ética.

Representantes da **comunidade acadêmica** propõem:

- segurança alimentar (recorrente)
- energias renováveis (recorrente)
- recursos hídricos
- regulamentação ambiental do comércio
- mobilidade urbana / cidades sustentáveis
- valoração de serviços ambientais
- agricultura sustentável
- novas métricas de riqueza (adaptação PIB, IDH) / indicadores de sustentabilidade

Representantes de **empresas** propõem:

- pegadas ecológicas/ mensuração de impacto ambiental (recorrente)
- mecanismos de mercado para conservação de bens comuns e de ecossistemas (recorrente)
- energias renováveis
- agricultura sustentável
- indicadores de sustentabilidade
- comércio e meio ambiente
- educação ambiental
- erradicação da pobreza
- consumo sustentável
- planejamento urbano / construções sustentáveis

Governos locais sugerem:

- recursos hídricos (recorrente)
- consumo sustentável (recorrente)
- mecanismos de mercado para conservação de bens comuns e de ecossistemas
- cidades sustentáveis / planejamento urbano (recorrente)
- energias renováveis
- pegadas ecológicas/ mensuração de impacto ambiental
- agricultura sustentável / segurança alimentar
- economia solidária
- cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável
- empregos verdes

6. A economia verde deve ser uma ferramenta do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, novos padrões de consumo e produção devem guiar as atividades econômicas, sociais e ambientais. Quais seriam esses novos padrões?

Principais mensagens

- Demanda-se maior articulação entre as esferas pública e privada na busca de soluções, bem como estímulos ao papel do consumidor para que se logre alcançar mudanças profundas.
- O tema das compras públicas sustentáveis como vetor de mudança é citado por um número relevante de participantes.

A **sociedade civil** considera que os agentes econômicos podem e devem ser um vetor de mudança na transição para economias verdes. É unânime a percepção de que estímulos do lado do consumo e da produção, concomitantemente, são necessários para que se alcancem as mudanças necessárias. Precificação e taxação do carbono, assim como outros instrumentos econômicos, são listados como medidas potencialmente efetivas nessa direção. Há grande convergência de opiniões no sentido de que esses novos padrões sejam refletidos em novas métricas para o desenvolvimento. Os grandes temas de produção sustentável são recorrentemente citados pelos participantes, como a reciclagem, produção orgânica, certificação de produtos florestais, análise do ciclo de vida, eficiência no uso dos recursos etc. Também citou-se o estímulo à inovação como forma de mudar padrões de consumo. Surge como proposta, ademais, uma maior articulação entre a ação pública e a privada, de maneira a compartilhar competências e expertises. Diversos participantes da sociedade civil listam a eliminação de subsídios governamentais perversos (não raro recorrendo a exemplos brasileiros das indústrias de alimentos e de petróleo e gás) como possível óbice ao desenvolvimento sustentável.

Compras públicas sustentáveis são apontadas por diversos participantes desse setor como forma de sinalizar, para os agentes econômicos, a mudança dos padrões de consumo, redirecionando, consequentemente, a produção. O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) apresenta dados relevantes para ratificar esse argumento. O tema da equidade socioambiental tem destaque nas propostas desse setor. É frequente a ideia de que a informação ao consumidor é ferramenta essencial na mudança dos padrões, de modo que ele possa não apenas ter liberdade de escolha, mas também ser responsabilizado por ela. O consumo deve ser entendido como meio, e não como fim – daí a necessidade de novas métricas para aferir o desenvolvimento.

Teve destaque a proposta do Instituto Akatu, que detalha uma estrutura para que mudanças nos padrões de consumo ocorram. São listadas medidas específicas, como selos e certificações, campanhas de conscientização, e desenvolvimento de caminhos para a transição do descartável para o durável, da posse para o uso compartilhado, do fóssil para o renovável, do material para o virtual etc.

Participantes da **academia** propõem a valorização de economias locais e a conscientização do consumidor e do produtor. Tópicos como capacitação das cadeias de produção, mecanismos de mercado para conservação, energias renováveis e construções sustentáveis são mencionados pelos representantes desse setor. No âmbito das políticas públicas, são citados os incentivos à pesquisa e inovação, benefícios

fiscais e investimento em educação para o desenvolvimento sustentável. Ressaltam que a economia verde não deve ser usada como pretexto para o soerguimento de barreiras protecionistas ao comércio internacional, as quais podem causar desequilíbrio entre os pilares do desenvolvimento sustentável.

Entre os representantes do **setor empresarial**, acredita-se que o Processo de Marrakesh, liderado pelo UN DESA e pelo PNUMA seja uma referencia programática para a continuidade do debate sobre consumo e produção sustentáveis, conforme sugere a Confederação Nacional do Transporte (CNT). O tema da rotulagem e do desenvolvimento de índices de sustentabilidade é caro aos participantes desse setor. Acredita-se que falem incentivos positivos para o aumento, em escala, de técnicas sustentáveis já existentes, e que o envolvimento do consumidor seja essencial para que se chegue a mudanças estruturais.

Governos locais chamam a atenção para os temas das energias renováveis, construções sustentáveis e a taxação e subsídios à produção sustentável. Citam-se, ainda, os tópicos das novas métricas de desenvolvimento, da análise do ciclo de vida dos produtos e do comércio justo.

7. Há consenso político de que as políticas e instrumentos para a implementação da economia verde deverão variar de acordo com o contexto de cada país. Com essa premissa, e considerando o desafio da erradicação da pobreza, como a transição para uma “economia verde” pode ser inclusiva e contemplar princípios de equidade entre gerações, entre países e dentro de um mesmo país?

Principais mensagens

- A economia verde deve integrar os mecanismos de indução das políticas macroeconômicas e sociais.
- A economia verde é compatível com as estratégias de crescimento econômico e de combate à pobreza – por exemplo, via economia solidária, ou criação de empregos mais qualificados.
- Sugere-se a criação de indicadores e metas abrangentes para o desenvolvimento sustentável, com gestão nacional e local.

Houve cerca de 15% de abstenções nesse tópico.

Entre as propostas da **sociedade civil**, são encontradas sugestões como a discussão da economia verde no espectro macroeconômico (políticas fiscal, cambial e monetária) e o fortalecimento de instrumentos de indução correspondentes. Sugere-se, também, a criação de indicadores e metas para o desenvolvimento sustentável, como forma de gestão nacional e local dos princípios globais. Acredita-se ser importante respeitar os saberes das comunidades tradicionais, o que poderá fomentar a economia solidária. Propõe-se, ainda, a substituição do PIB por um indicador integrado de sustentabilidade. Destaca-se, ademais, sugestão de apoiar pequenas e médias empresas, para que possam ter os meios necessários à adequação de sua produção, bem como o estímulo à inovação e à transferência de ganhos. A responsabilidade coletiva com o bem-estar é igualmente citada, assim como a relação entre decisões de consumo e as questões gênero (70% das decisões de consumo seriam tomadas por mulheres). Diversas propostas chamam a atenção para o tema da educação ambiental e para a valorização do conhecimento local. Acredita-se ser vital, ainda, trabalhar em parceria com as instituições financeiras para aumentar e melhorar a gestão do capital necessário à economia verde.

No âmbito da **comunidade acadêmica**, acredita-se que a economia verde seja compatível com as estratégias de erradicação da pobreza, embora alguns participantes alertem para o fato de que deve haver cuidado ao implantar novos padrões econômicos de forma a não gerar exclusão. Para tanto, no caso do Brasil, é necessário fazer florescer uma economia florestal solidária, com apoio dos governos, em seus diversos níveis. Também nesse setor a educação ambiental é citada com frequência – “a transição começa pela raiz”.

As propostas do **setor empresarial** incluem a criação de fundos públicos de investimento social direto, com vistas à formação de novos mercados, e o incentivo ao microempreendedor, ao microcrédito e à valorização das potencialidades regionais. A geração de novos empregos verdes, mais qualificados, poderá acarretar ganhos para as economias, mas também a exclusão da massa de trabalhadores desqualificados nos países menos desenvolvidos.

Os **governos locais** chamam atenção para a necessidade de inclusão social por meio do fortalecimento de capacidades e da geração de incentivos financeiros. É necessário, segundo esse segmento, definir claramente o conceito da economia verde, bem como propor os instrumentos necessários à efetiva inclusão e promoção social.

8. Qual o modelo de estrutura institucional que permite integrar melhor as agendas e atividades das instituições responsáveis pelos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, nas esferas internacional e nacional?

Principais mensagens

- É essencial assegurar a transversalidade das questões ambientais nas políticas públicas nacionais, reforçando o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade. A incorporação de um pilar ambiental no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) é citada por um número não desprezível de participantes, em alguns casos acompanhada pela sugestão de reatamento de estrutura similar no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, no Brasil.
- A participação democrática deve ser a tônica dos processos nacionais e internacionais.
- Não é possível identificar convergência quanto ao modelo ideal de governança no âmbito internacional.

Entre as propostas da **sociedade civil**, acredita-se que o maior desafio nacional seja a incorporação da sustentabilidade de maneira transversal e a institucionalização de espaços de participação social que sejam deliberativos. Não raro se mencionam exemplos concretos de boas práticas em processos de políticas públicas, como o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Tiveram destaque a sugestão de incorporação de um pilar ambiental no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), e a proposta de mudança das agências de desenvolvimento nacionais de forma a congregar os três pilares. Ressalte-se que esforços de transparência e de participação devem ser conjugados a tais ações. A tônica para quaisquer mudanças, no nível nacional, deverá ser a democracia na tomada de decisões. A ação por meio de redes de participação, com auxílio das tecnologias vigentes, também é citada de maneira recorrente. O modelo recente de participação social por meio de conferências nacionais é elogiado por um número relevante de participantes.

No nível internacional, é citada a necessidade de incorporação de processos com ampla participação das partes interessadas, o que permitirá a responsabilização de atores, em especial das empresas. Propõe-se a reestruturação do ECOSOC de forma a absorver a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), dotando-o do fortalecimento institucional necessário para que assuma a função de “instituição guarda-chuva” da implementação dos compromissos internacionais em matéria de desenvolvimento sustentável, coordenação de planos nacionais e fortalecimento dos demais organismos, agências e programas. Propostas mais ambiciosas requerem a criação de Conselho de Meio Ambiente em pé de igualdade com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou a transformação do PNUMA em agência especializada. Requerem-se, contudo, modelos mais simples, menos burocráticos. É comum encontrar respostas que realcem a necessidade de maior coordenação, diálogo e sinergias entre as instituições que compõem os três pilares. Em suma, não é possível identificar convergência dos participantes sobre o melhor modelo de governança internacional, embora tenha havido várias propostas.

A **comunidade acadêmica** propõe um modelo de informação e articulação que permita cobrir as lacunas existentes, assim como identificar problemas emergentes. No nível nacional, há percepção de que um dos desafios é a incompatibilização entre o pensamento de curto prazo dos governantes e a necessidade de implantar modelos de longo prazo necessários à sustentabilidade.

As **empresas** consultadas corroboram a demanda por processos participativos, nos níveis nacional e internacional. Proposta mais ambiciosa para a governança internacional sugere a criação de um “Comitê Internacional do Desenvolvimento Sustentável”, com participação paritária entre a sociedade civil e os governos. Propõe-se analisar a viabilidade da integração entre a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e a agenda econômica da ONU. Tem destaque proposta para criação de organismo puramente técnico e reduzido para a supervisão da implementação dos acordos ambientais internacionais. Chama atenção, no nível nacional, a demanda por maior participação empresarial na Comissão Nacional Preparatória para a Rio+20. Tem ressonância, também nesse setor, a proposta de mudança do CDES, de maneira a incorporar as questões ambientais. Sugere-se, ademais, a criação da Agência Nacional de Sustentabilidade.

Governos locais demandam processos de participação democráticos e inclusivos. Chamam atenção a proposta de transformação do ECOSOC em Conselho de Desenvolvimento Sustentável, e sugestão de revisão das políticas operacionais dos organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

9. Quais sugestões poderiam ser feitas para que a implementação de projetos de agências internacionais no País seja realizada de forma coordenada, evitando a duplicação de esforços?

Principais mensagens

- Necessita-se de reforma de instituições e de regulamentos nacionais para dar maior efetividade à cooperação internacional em matéria de desenvolvimento sustentável, com destaque para a Agência Brasileira de Cooperação.
- Propõe-se a criação de uma instituição capaz de centralizar demandas de financiamento e um banco de informações sobre projetos. Faz-se necessário usar as tecnologias da informação disponíveis para tal.

Houve cerca de 15% de abstenções nesse tópico.

Entidades da **sociedade civil** propõem reforma da Agência Brasileira de Cooperação, transformando-a em instituição capaz de ser expedita e proativa na cooperação internacional e nacional. Sugere-se maior diálogo com a sociedade civil, fazendo uso de estruturas participativas “de baixo para cima” (*bottom-up*), com envolvimento de diversos atores de governo, da sociedade e do setor produtivo. Acredita-se, ainda, que uma maior coordenação no plano global refletir-se-á em uma melhor atuação no nível nacional. Demandam-se ações coordenadas do PNUMA e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), para centralizar demandas de financiamento, e um banco de dados de projetos, homogeneizando procedimentos e contendo previsibilidade para prazos e custos vinculados. Diversos participantes destacam a necessidade de melhorias na comunicação e coordenação entre as agências da ONU, citando exemplos simples como um cadastro unificado dos projetos, que poderá evitar a duplicação de esforços. Tem relevo proposta para a criação de mecanismos de revisão periódica universal (semelhantes àqueles do Conselho de Direitos Humanos), no qual as ações reportadas pelos países pudessem ser examinadas e monitoradas. Demanda-se maior envolvimento do Poder Legislativo e dos governos locais no trato dessas questões.

Propostas da **comunidade acadêmica** apresentam demanda de formação de frentes de trabalho por áreas de conhecimento, concentrando esforços e evitando desperdícios. Sugerem também maior participação da sociedade civil nos processos decisórios.

Empresas, por sua vez, demandam plataforma/comitê que compile, monitore e faça sugestões de encaminhamento para projetos entre os ministérios e as agências. Sugerem, de maneira similar à sociedade civil, a criação de espaço digital de fácil acesso que congregue propostas e projeto em andamento.

Governos locais propõem o desenvolvimento de uma rede nacional e internacional de projetos adaptáveis a regiões/biomas que tenham problemas similares. Acreditam, também, que há amplo espaço de aprimoramento da Agência Brasileira de Cooperação, com destaque para a cooperação internacional descentralizada.

10. Como fortalecer a governança ambiental internacional, particularmente o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em seu papel de apoiar os países na implementação dos compromissos ambientais e de formação de capacidades, promovendo a melhor interação entre os acordos multilaterais ambientais, entre si e com o Programa?

Principais mensagens

- O PNUMA encontra-se limitado por suas estruturas burocráticas e pela escassez de recursos, o que impossibilita uma atuação de maior relevância.
- Os principais meios de promover mudanças em sua área de atuação seriam o fortalecimento dessa instituição, a ampliação de sua estrutura de governança, maiores aportes financeiros e mais transparência.
- Demanda-se maior participação dos países em desenvolvimento e coordenação com a sociedade civil.

Participantes da **sociedade civil** acreditam que o maior desafio seja o pouco nível de capacidade de imposição de cumprimento dos acordos ambientais (*enforcement*), e a necessidade de papel político mais relevante para o PNUMA. O próprio estatuto dessa instituição restringe sua atuação (entraves burocráticos), assim como suas estruturas operacionais e dotação financeira. Chamam atenção, ademais, para a necessidade de capacitação e de mecanismos de participação efetiva da sociedade civil. Requerem, dessa maneira, fortalecimento dessa instituição, a ampliação de sua estrutura de governança, aportes financeiros adequados, maior transparência e alcance da divulgação de informações sobre acordos internacionais e projetos de cooperação. Acredita-se, ainda, que a presença descentralizada, nacional e local, trabalhando em parceria com atores locais, da sociedade civil de governos locais e nacionais e do setor privado, deva ser aprimorada no que se refere à atuação das Nações Unidas em geral.

Participantes da **academia** também propõem o fortalecimento do PNUMA, transformando-o em uma organização com maiores poderes para acompanhar e monitorar o cumprimento dos acordos ambientais. Acredita-se que a complexa ordem ambiental está sendo construída de maneira desarticulada e lenta. Demandam, ainda, maior articulação entre as Nações Unidas e as universidades.

Empresas consultadas acreditam no fortalecimento do PNUMA como parte da rearticulação da governança ambiental. Sugerem a incorporação da função de regulador-base do regime internacional de meio ambiente, organizando o conjunto de acordos multilaterais e servindo de guarda-chuva para discussões sobre o tema. Demanda-se maior poder de participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios internacionais, espaço para o desenvolvimento de ações em parceria com o setor privado e respeito às especificidades locais.

Governos locais pleiteiam a criação de mecanismos econômicos e financeiros e o fortalecimento do PNUMA. Alguns chegam a sugerir a criação da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Acreditam haver espaço para maior articulação entre estados e prefeituras com os organismos internacionais.

11. Qual o papel dos atores não-governamentais no sistema multilateral e de que forma as estruturas de governança das Nações Unidas podem viabilizar a participação e o reconhecimento das visões e demandas desses atores, de forma a não só influenciar o processo decisório como, também, de torná-los mais comprometidos com a implementação das decisões?

Principais mensagens

- O papel dos atores não-governamentais é essencial nos processos de tomada de decisão e no monitoramento do seu progresso.
- Atores não-governamentais têm visão mais acurada sobre as realidades locais e estariam menos sujeitos a constrangimentos de cunho político.
- Há convergência quanto à necessidade de reavaliação da atuação dos *Major Groups* da ONU, de maneira a ampliar sua representatividade e efetividade.

A **sociedade civil**, segmento mais interessado nesse tópico, apresentou leitura abrangente e qualificada sobre o questionamento colocado. Observa-se que a realidade atual é sobremaneira distinta daquela de duas décadas atrás, e que o papel dos atores não-governamentais é essencial para a tomada de decisões justas e equilibradas. As formas encontradas até o momento de viabilizar a participação da sociedade civil nos fóruns multilaterais ainda são tímidas e contêm limites quanto à influência nas decisões. As principais deficiências apontadas no atual sistema de inclusão da sociedade civil são: a necessidade de recolher preocupações e propostas de maneira mais estruturada, a busca pela complementaridade das ações e o exercício compartilhado do controle social. Acredita-se que haja espaço para reavaliar o escopo dos *Major Groups* da ONU, a despeito de ter sido sua própria criação um avanço, de maneira a ampliar sua representatividade (geográfica, setorial) e efetividade (real influência) nos debates. O modelo de tomada de decisão da OIT, que incorpora, em certa medida, as organizações sindicais, pode servir referência. Demanda-se, ainda, que a sociedade civil organizada tenha função de monitoramento das ações dos Estados.

A **academia** propõe a participação das entidades da sociedade civil nas reuniões de cúpula, concedendo-lhe, também, poder decisório. Acreditam que atores não-governamentais têm visão mais acurada sobre as realidades locais e estão menos sujeitos a constrangimentos de cunho político, alguns dos quais têm obstado progresso do desenvolvimento sustentável. O controle social é citado, também por esse setor, como uma forma de participação da sociedade civil. As posições da sociedade civil devem ser representadas e sua influência no processo decisório, ampliada. .

O **setor empresarial** propõe a participação da sociedade civil nos processos decisórios de maneira formal. O tópico da transparência da divulgação de informações para as partes interessadas é defendido por esse setor. Atores não-governamentais contribuem com a pluralidade de visões, amplitude geográfica e, especialmente, com o envolvimento local, garantindo sustentabilidade das ações. Sugere, ainda mecanismos específicos, como o uso de redes sociais, para ampliar a participação desse segmento.

Governos locais sugerem o acompanhamento e colaboração da sociedade civil na elaboração de projetos ambientais, bem como a ampliação das redes de comunicação entre os atores envolvidos. As Nações Unidas devem criar mecanismos de consulta amplos, permanentes e participativos. Propõe-se, ainda, o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento eficazes para a fiscalização das ações e cumprimento dos acordos.

(III) Conclusão

O processo de consulta pública correspondeu às expectativas do Ministério do Meio Ambiente. A quantidade e a qualidade das propostas recebidas, durante curto espaço de tempo, corroboram tal leitura, ademais de explicitar o fato de que a sociedade brasileira, independentemente de ser diretamente demandada, já se encontra em processo de reflexão a respeito das duas principais motivações da consulta, a saber, uma avaliação dos resultados alcançados desde a CNUMAD 1992 e as perspectivas sobre os temas em pauta na Rio+20. A opinião pública brasileira entende, também, que, ademais dos avanços internacionais a serem buscados na Conferência, mais importante é o legado a ser deixado para o Brasil pelo processo preparatório do evento, traduzido no estabelecimento de novas plataformas de ação e diálogo, novas respostas e intervenções de políticas públicas e melhores práticas para a sustentabilidade, difundidas entre diversos atores da sociedade.

No que concerne à avaliação de resultados desde a CNUMAD 1992, observa-se que os participantes reconhecem o êxito do Brasil em sua participação junto aos acordos internacionais, tendo logrado avanços no âmbito dos três pilares do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, aliado à diminuição de disparidades sociais e ao combate à pobreza, em conjunção com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Esse quadro contribui para colocar o Brasil em papel de liderança no atual contexto, estando o país apto a promover, ativamente, a necessária correção do paradigma de desenvolvimento a que se pretende a sustentabilidade. Contudo, acredita-se que o Brasil, internamente, ainda enfrente desafios para assegurar que esses êxitos se mantenham no médio e no longo prazo, fato que agrega complexidade à participação do país na Conferência Rio+20.

Todos os segmentos participantes destacaram o notável aumento no nível de conscientização da sociedade e do Estado sobre o tema do desenvolvimento sustentável. No entanto, observou-se que muitos participantes associam, primordialmente, a agenda de sustentabilidade aos temas ambientais, ignorando, muitas vezes, o necessário equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental.

Em contraste com o contexto interno relativamente favorável, os participantes da consulta realçaram o déficit de implementação da Agenda 21 no nível internacional, incluindo a dificuldade em monitorar progresso sobre os temas nela contidos, devido à ausência de indicadores simples e acessíveis à sociedade e aos governos. Ademais, afirmaram que há significativa discrepância entre o discurso político inerente aos regimes de sustentabilidade e a práxis, em especial o desenvolvimento de ações, políticas públicas e a, enfaticamente destacada, mobilização de recursos.

Dessa forma, os participantes advogaram pela elaboração, durante a Rio+20, de indicadores e de novas métricas de desenvolvimento, os quais reflitam o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade e a possibilidade de monitorar o cumprimento de ações de forma tangível. Sugeriram, ainda, que essas medidas sirvam de base à elaboração de planos nacionais de sustentabilidade. A cooperação foi vista como forma de auxiliar a superar esses desafios e clivagens tradicionais, como a Norte-Sul.

No que se refere à agenda sobre desenvolvimento sustentável, os participantes convergiram ao indicar tanto um conjunto de temas de vanguarda quanto o fortalecimento de assuntos tradicionais: segurança alimentar, empregos verdes, energias renováveis, educação ambiental, valoração de serviços ambientais, planejamento urbano, novas métricas de riqueza, avaliação de impacto ambiental, recursos hídricos, entre

outros. Esses temas devem, segundo as propostas, fazer parte dos instrumentos de implantação da economia verde, a qual, acredita-se, é compatível com o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, acreditam na possibilidade de interligar questões ambientais a políticas macroeconômicas e sociais. Citam, como exemplo, o fortalecimento de parcerias entre os setores público e privado e o desenvolvimento de instrumentos econômicos direcionados ao “esverdeamento” da economia, como taxaço e subsídios. Revelou-se, ainda, a sugestão de ativar o papel indutor do Estado por intermédio de políticas eficazes de compras públicas sustentáveis.

Embora à primeira vista complexo, o tema da governança institucional do desenvolvimento sustentável obteve um número expressivo de propostas. Em âmbito nacional, os participantes preconizaram a necessidade de assegurar a transversalidade das políticas públicas, de maneira a equilibrar e maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais. No âmbito doméstico, acredita-se que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social seja fórum importante para discutir essas questões, sob o ponto de vista estratégico, levando em consideração, ressaltar-se, a participação democrática dos atores interessados e a inclusão do pilar ambiental em sua estrutura. Quanto à implementação de ações, acredita-se que haja espaço de aprimoramento da atuação da Agência Brasileira de Cooperação e de outras instituições, e do uso de tecnologias da informação para assegurar maior coordenação e transparência do financiamento de ações de sustentabilidade.

Sobre modelo de governança internacional, convergiram os participantes ao afirmar que a estrutura das Nações Unidas, em especial a do PNUMA, não corresponde ao nível de efetividade esperado. As propostas apresentadas transitaram desde uma reestruturação do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), de forma a absorver parte das funções da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), até a criação de organismo com poderes equiparados aos do Conselho de Segurança. Houve alinhamento, contudo, quanto à opinião de que o aporte de recursos financeiros às ações de sustentabilidade não corresponde ao necessário, e tampouco é previsível ou transparente. A participação da sociedade civil foi destacada como maneira de aprimorar o processo decisório e o espírito democrático da agenda de sustentabilidade nacional e internacional.

Anexo I

Dados – Questionário

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE – Pessoa Física
Nome Completo:
Unidade da Federação:
Telefone:
E-mail:

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE – Pessoa Jurídica
Instituição:
Representante da Instituição:
Unidade da Federação:
Telefone:
E-mail:
SETOR DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: ☐ Governamental ☐ Sociedade Civil ☐ Empresarial

QUESTIONÁRIO

1. A Conferência deverá estabelecer a nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Para que o Brasil exerça a liderança desse processo, deverá apresentar propostas para uma agenda de vanguarda, que eleve os níveis de ambição dos atuais debates. Qual seria a contribuição do Brasil nesse contexto?
2. Como poderá a Conferência causar impacto no debate interno sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil e contribuir para as necessárias transformações do país rumo à sustentabilidade?
3. Como poderá a Rio+20 assegurar a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável? Como poderá contribuir para o fortalecimento do multilateralismo, ultrapassando as divisões tradicionais (exemplo: Norte-Sul)?
4. Quais são os principais avanços e lacunas na implementação dos documentos resultantes das Cúpulas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 1992 e Joanesburgo, 2002)?
5. Quais são os temas novos e emergentes que devem ser incluídos na nova agenda internacional do desenvolvimento sustentável? Quais temas contemplam, de forma equilibrada, as dimensões ambiental, social e econômica?
6. A economia verde deve ser uma ferramenta do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, novos padrões de consumo e produção devem guiar as atividades econômicas, sociais e ambientais. Quais seriam esses novos padrões?
7. Há consenso político de que as políticas e instrumentos para a implementação da economia verde deverão variar de acordo com o contexto de cada país. Com essa premissa, e considerando o desafio da erradicação da pobreza, como a transição para uma “economia verde” pode ser inclusiva e contemplar princípios de equidade entre gerações, entre países e dentro de um mesmo país?
8. Qual o modelo de estrutura institucional que permite integrar melhor as agendas e atividades das instituições responsáveis pelos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, nas esferas internacional e nacional?
9. Quais sugestões poderiam ser feitas para que a implementação de projetos de agências internacionais no País seja realizada de forma coordenada, evitando a duplicação de esforços?
10. Como fortalecer a governança ambiental internacional, particularmente o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em seu papel de apoiar os países na implementação dos compromissos ambientais e de formação de capacidades, promovendo a melhor interação entre os acordos multilaterais ambientais, entre si e com o Programa?
11. Qual o papel dos atores não-governamentais no sistema multilateral e de que forma as estruturas de governança das Nações Unidas podem viabilizar a participação e o reconhecimento das visões e demandas desses atores, de forma a não só influenciar o processo decisório como, também, de torná-los mais comprometidos com a implementação das decisões?

CONSULTA –CGEE - ECONOMIA VERDE – RECEBIDO EM 12/03/2012

1ª Rodada

Economia Verde - 1ª Rodada

Prezado (a) Senhor (a),

O debate atual sobre economia verde conduz a uma discussão de aspectos cruciais das trajetórias de desenvolvimento. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma organização social que trabalha junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, estruturou esta consulta em parceria com a Agência Sueca de Análise de Políticas de Crescimento (Growth Analysis) com vistas a aprofundar a compreensão das preocupações relativas à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), de junho de 2012.

O objetivo é captar as percepções da sociedade sobre o conceito de economia verde, sua implementação e implicações, permitindo estabelecer comparações entre as diferentes visões. A consulta tem por foco dois temas centrais de preocupação de ambas as instituições, fundamentos econômicos da sustentabilidade e papel da inovação, sem deixar de lado outras dimensões do desenvolvimento sustentável. Esperamos que desfrute conosco dessa reflexão sobre um assunto tão instigante e assumimos o compromisso de garantir o sigilo das respostas individuais e de enviar aos participantes os resultados desta consulta.

O link abaixo estará acessível até 31/03/2012 às 23h59. Em caso de eventuais dúvidas ou comentários, favor nos contatar no e-mail consultas@cgee.org.br

http://www.cgee.org.br/prospeccao/exercicio/delphi/pesquisa_delphi.php?pesq_id=122&email=gcaldas@unicamp.br&lng=pt&ppa_id=216460&pro_id=134

Caso não consiga abrir o link, copie o endereço de URL e cole no box de busca de seu navegador (Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox, etc.)

CGEE e Growth Analysis agradecem sua inestimável colaboração,

Mariano Francisco Laplane
Presidente, CGEE

Dan Hjalmarsson
Diretor Geral, Growth Analysis

O debate atual sobre economia verde conduz a uma discussão de aspectos cruciais das trajetórias de

desenvolvimento. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma organização social que trabalha junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, estruturou esta consulta em parceria com a Agência Sueca de Análise de Políticas de Crescimento (Growth Analysis) com vistas a aprofundar a compreensão das preocupações relativas à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), de junho de 2012.

O objetivo é captar as percepções da sociedade sobre o conceito de economia verde, sua implementação e implicações, permitindo estabelecer comparações entre as diferentes visões. A consulta tem por foco dois temas centrais de preocupação de ambas as instituições, fundamentos econômicos da sustentabilidade e papel da inovação, sem deixar de lado outras dimensões do desenvolvimento sustentável. Esperamos que desfrute conosco dessa reflexão sobre um assunto tão instigante e assumimos o compromisso de garantir o sigilo das respostas individuais e de enviar aos participantes os resultados desta consulta.

Qual é o seu país? Qual é o estado?

Qual sua titulação máxima?

☐ Graduação ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Qual é seu setor de atividade?

☒ Ensino e pesquisa ☐ Administração pública ☐ Empresarial ☐ Organização não governamental
☐ Outro

[Instruções de uso](#)

Clique no botão

Economia Verde
1ª Rodada

[English](#)

Percepção do conceito de economia verde numa perspectiva global

1. O conceito de economia verde envolve: (selecione até 3 itens)

- ☐ "Esverdeamento" da economia
- ☐ Economia de baixo carbono (redução da emissão de gases de efeito estufa)
- ☐ Economia do conhecimento
- ☐ Redução na intensidade do consumo de recursos naturais

- ☐ Uso sustentável da biodiversidade
- ☐ Ênfase nos serviços ecossistêmicos
- ☐ Reforço da regulação nas relações de mercado
- ☐ Estabelecimento de barreiras comerciais para produtos não-verdes
- ☐ Redução das desigualdades
- ☐ Outra opinião

2. Economia verde relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável:

- ☐ É um sinônimo
- ☐ Está limitada à dimensão econômica de desenvolvimento sustentável
- ☐ Trata-se de um conceito restrito de desenvolvimento sustentável
- ☐ Substitui o conceito de desenvolvimento sustentável
- ☐ É uma ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável
- ☐ Outra relação
- ☐ Não existe relação

3. Crescimento verde relacionado ao conceito de economia verde:

- ☐ É um sinônimo
- ☐ Está limitado à dimensão crescimento da economia verde
- ☐ Trata-se de um conceito restrito de economia verde, com pouca ênfase nas dimensões sociais
- ☐ Substitui o conceito de economia verde
- ☐ Outra relação
- ☐ Não existe relação

4. Como a economia verde se difere da economia atual? (selecione até 3 itens)

- ☐ Promovendo o desenvolvimento sustentável
- ☐ Levando em consideração as externalidades ambientais
- ☐ Reduzindo os impactos ambientais das atividades humanas
- ☐ Enfatizando o uso racional dos recursos naturais
- ☐ Promovendo a sustentabilidade da biodiversidade
- ☐ Estabelecendo uma visão crítica dos padrões de consumo
- ☐ Promovendo a erradicação da pobreza
- ☐ Reduzindo as desigualdades
- ☐ Melhorando a qualidade de vida

- ☐ Acelerando o crescimento econômico
- ☐ Outra maneira

5. O conceito de economia verde está restrito ao desempenho ambiental?

- ☐ Sim ☐ Não, pois inclui fatores adicionais tais como bem-estar social, equidade, etc.

6. Uma economia verde é compatível com crescimento econômico continuado em termos de PIB?

- ☐ Sim, eu acredito que uma economia verde terá melhor desempenho em termos de PIB do que a economia atual
- ☐ Sim, eu acredito que uma economia verde terá taxas de crescimento semelhantes em termos de PIB às da economia atual
- ☐ Sim, eu acredito que uma economia verde é compatível com crescimento econômico continuado em termos de PIB, mas em ritmo mais lento do que o da economia atual
- ☐ Não, eu acredito que uma economia verde só pode ser alcançada com taxas de crescimento negativas em termos de PIB por algum tempo
- ☐ O PIB é um indicador inadequado

7. Qual indicador deveria ser usado para medir o desempenho de uma economia verde?

- ☐ PIB não é um indicador perfeito, mas é o melhor que existe
- ☐ “PIB Verde”, no qual os desempenhos social e ecológico são incorporados
- ☐ Um índice de bem-estar – um indicador individual, ponderando uma série de outros
- ☐ Vários indicadores – não há como criar um indicador único
- ☐ Outro

8. A economia atual é sustentável ou insustentável?

- ☐ Sustentável
- ☐ Insustentável, mas evoluindo na direção certa
- ☐ Insustentável e evoluindo na direção errada

9. Quais são os principais modos de tornar a economia atual mais verde? (selecione até 3)

- ☐ Aumentando a parcela de fontes renováveis de energia
- ☐ Aumentando a parcela de fontes energéticas de baixo carbono
- ☐ Reduzindo o lançamento de poluentes na natureza
- ☐ Definindo e precificando adequadamente externalidades ambientais
- ☐ Aplicando taxas e multas para produtos, tecnologias, indústrias e serviços não-verdes
- ☐ Aplicando benefícios fiscais e subsídios para produtos, tecnologias, indústrias e serviços verdes
- ☐ Outro

10. Indique os principais riscos da adoção de uma economia verde (selecione até 2)

- ☐ Alimentação da tendência de estagnação da economia mundial
- ☐ Manutenção das disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento

- ☐ Restrição às perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento
- ☐ Estabelecimento de barreiras ao comércio internacional
- ☐ Aumento do controle dos países desenvolvidos sobre o mercado de tecnologia
- ☐ Transformação da inclusão social e da erradicação da pobreza em objetivos de segunda ordem
- ☐ Outro
- ☐ Não há riscos

11. Indique os principais riscos da NÃO-adoção de uma economia verde (selecione até 2)

- ☐ Alimentação da tendência de estagnação da economia mundial
 - ☐ Manutenção das disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento
 - ☐ Restrição às perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento
 - ☐ Aceleração das mudanças climáticas e seus impactos
 - ☐ Perda irreversível da diversidade biológica e do potencial de uso dos ecossistemas
 - ☐ Atraso no cumprimento das metas do milênio
 - ☐ Outro
 - ☐ Não há riscos
-

12. É possível para um país se tornar inteiramente verde por conta própria, ou seja, pode existir uma ilha verde em um oceano marrom?

- ☐ Sim ☐ Não

13. No contexto do debate sobre economia verde, quais são os tópicos mais importantes para os países em desenvolvimento dentre os seguintes? (selecione até 2)

- ☐ Erradicação da pobreza
- ☐ Redução das desigualdades
- ☐ Aumento do emprego decente
- ☐ Inovação
- ☐ Fácil acesso a tecnologias verdes
- ☐ Preferência por tecnologias que evitam desemprego
- ☐ O direito a uma transição mais lenta para economia verde

14. Que mudanças seriam necessárias na ordem internacional para permitir uma transição para uma economia mais verde em termos globais? (selecione até 2)

- ☐ Progressos na implementação das convenções da ONU instituídas na Rio-92 (biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação)
- ☐ Fortalecimento das instituições ambientais da ONU
- ☐ Aumento do papel de outros mecanismos e instituições de governança globais
- ☐ Consideração de preocupações ambientais e sociais em questões tratadas pela Organização Mundial

do Comércio

- ☐ Taxação das transações financeiras internacionais visando angariar fundos para iniciativas de economia verde
- ☐ Estabelecimento de um sistema especial de preços para bens globais
- ☐ Estabelecimento de metas e sistema de conformidade para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável

Implementando uma economia mais verde

15. Quais são as principais barreiras para a introdução de uma economia verde? (selecione até 3)

- ☐ Distorções nos preços
- ☐ Estrutura fiscal inadequada
- ☐ Mecanismos de incentivo e de crédito inadequados
- ☐ Investimento público insuficiente
- ☐ Investimento privado insuficiente
- ☐ Tecnologias ambientalmente saudáveis ainda não viáveis economicamente
- ☐ Incentivos inapropriados à inovação ambientalmente saudável
- ☐ Sistema atual de propriedade intelectual inadequado
- ☐ Aparato legal e regulatório inadequado
- ☐ Ausência de remuneração pelos serviços ecossistêmicos

16. Quais são os principais instrumentos para se estimular uma economia verde?

Econômicos: (selecione até 5)

- ☐ Taxas e instrumentos de mercado para precificar externalidades e reforçar os incentivos à inovação verde
- ☐ Sistema de “cap-and-trade” para o cumprimento das obrigações ambientais
- ☐ Subsídios e isenções fiscais para empregos verdes
- ☐ Incentivos/subsídios para superar distorções causadas pelas tecnologias dominantes
- ☐ Fundos de co-investimento para transformação de mercado
- ☐ Incentivos a parcerias público-privadas voltadas para projetos de tecnologias ambientalmente saudáveis
- ☐ Financiamento de soluções e empresas ambiente saudáveis
- ☐ Política de concorrência para ingresso de novas empresas verdes no mercado
- ☐ Políticas de comércio e de investimento para transferência de tecnologias verdes no âmbito internacional
- ☐ Desenvolvimento de mercado para inovações verdes
- ☐ Acesso a financiamento para PMEs adotarem inovação verde
- ☐ Sistema de prêmio/penalidade para induzir a substituição de produtos poluidores (antigos) por produtos mais eficientes

- ☐ Estímulo aos fabricantes de equipamentos e veículos para desenvolverem produtos mais eficientes
- ☐ Taxas diárias de congestionamento para grandes cidades, visando reduzir tráfego e emissões veiculares
- ☐ Investimento público em sistemas de comutação e infraestrutura (ex.: bicicletas e carros coletivos)

Regulatórios: (selecione até 4)

- ☐ Compras públicas, normas e regulamentos para mercados e circunstâncias específicos visando promover inovações verdes
- ☐ Reforma regulatória para facilitar o ingresso de novas empresas verdes no mercado
- ☐ Redução de encargos regulatórios para que PMEs adotem inovações verdes
- ☐ Estabelecimento de certificação social e ambiental para empresas
- ☐ Desenvolvimento e definição de modelos de gestão ambiental para empresas e organizações
- ☐ Planejamento urbano e de transporte para apoiar soluções verdes
- ☐ Aprovação de lei municipal especificando metas de redução de emissões de gases de efeito estufa
- ☐ Estabelecimento de padrões de eficiência energética para orientar as decisões dos fabricantes e a escolha do consumidor
- ☐ Exigência de código de construção verde para edifícios residenciais e não-residenciais
- ☐ Criação de um esquema de remuneração para serviços ambientais
- ☐ Criação de unidades de conservação

Conhecimento: (selecione até 5)

- ☐ Promoção de educação ambiental voltada para economia verde
- ☐ Amplas políticas de fortalecimento da capacidade de inovação
- ☐ Investimento em P&D de alto nível para superar obstáculos tecnológicos e estimular a inovação radical
- ☐ Cooperação internacional para superar obstáculos tecnológicos e instigar a inovação radical
- ☐ Apoio a P&D e incentivos fiscais para superar distorções causadas pelas tecnologias dominantes
- ☐ Premiação a tecnologias para superar distorções causadas pelas tecnologias dominantes
- ☐ Estratégia de estímulo a “inovador pioneiro” para ingresso de novas empresas verdes no mercado
- ☐ Assistência para que PME’s adotem inovação verde
- ☐ Vinculação de PMEs a redes de conhecimento para que adotem inovação verde
- ☐ Melhora da oferta de informação para que PMEs adotem inovação verde
- ☐ Capacitação para promoção de transferência de tecnologia verde no âmbito internacional
- ☐ Proteção e aplicação dos direitos de propriedade intelectual para promoção do desenvolvimento de tecnologia verde
- ☐ Ajustes no sistema de propriedade intelectual para promoção da transferência de tecnologia verde no âmbito internacional
- ☐ Estabelecimento de pools voluntários de patentes e de mecanismos de colaboração para promover a adoção de tecnologias verdes

17. Que indicadores devem ser utilizados para monitorar os esforços de inovação verde? (selecione até 2)

- ☐ Produção acadêmica em tecnologias ambientalmente saudáveis
- ☐ Projetos-piloto em tecnologias ambientalmente saudáveis
- ☐ Volume de investimentos em P&D de tecnologias verdes
- ☐ Patentes em tecnologias verdes
- ☐ Percentual de fontes renováveis na matriz energética
- ☐ Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na economia (CO₂eq/PIB)
- ☐ Intensidade energética da economia (TEP/PIB)

18. Considerando a promoção de uma economia verde, que fontes de energia devem ser privilegiadas? (selecione até 3)

- ☐ Carvão mineral
- ☐ Petróleo
- ☐ Gás natural
- ☐ Nuclear
- ☐ Hidráulica
- ☐ Biomassa
- ☐ Eólica
- ☐ Solar
- ☐ Geotérmica
- ☐ Oceânica

19. Considerando a promoção de uma economia verde, que tecnologias energéticas devem ser privilegiadas? (selecione até 5)

- ☐ Eficiência energética
- ☐ Redes inteligentes (smart grids)
- ☐ Captura e armazenamento de carbono (CCS)
- ☐ Fotovoltaica
- ☐ Heliotérmica
- ☐ Células a combustível
- ☐ Hidrogênio
- ☐ Energia das marés
- ☐ Energia das ondas
- ☐ Conversão térmica de biomassa e resíduos
- ☐ Bioetanol
- ☐ Biodiesel
- ☐ Biocombustível aeronáutico

- ☐ Fogões modernos para substituir uso tradicional de lenha e carvão
- ☐ Outra

[English](#)

20. Quais são as mais importantes instituições nacionais necessárias à promoção de uma economia verde (selecione até 2)

- ☐ Órgãos reguladores e fiscalizadores
- ☐ Agências de fomento
- ☐ Associações empresariais
- ☐ Sindicatos
- ☐ Órgãos de comunicação
- ☐ Instituições de ensino
- ☐ Centros e redes de pesquisa e difusão da informação

21. Considerando os requisitos de arcabouço institucional para promoção de uma economia verde, como você classificaria os diferentes níveis institucionais? (1=baixo; 2=médio; 3=alto; 4=essencial e N/A=não se aplica)

Níveis

International	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ N/A
Nacional	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ N/A
Regional	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ N/A
Local	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ N/A

22. É necessário reformar as instituições nesses diferentes níveis?

Níveis

International	☐ Sim	☐ Não
Nacional	☐ Sim	☐ Não
Regional	☐ Sim	☐ Não

Local	☐ Sim ☐ Não
-------	---

23. Quais os principais temas que deverão ser enfatizados na Rio+20? (selecione até 3)

- ☐ Implementação de práticas sustentáveis pelo setor produtivo
☐ Avanço dos temas social e ambiental na agenda pública
☐ Progresso na ciência, tecnologia e inovação para desenvolvimento sustentável
☐ Coalisão política entre os governos determinados a estabelecer compromissos mais consistentes
☐ Adoção de mecanismos que proporcionem maior transparência, participação social, respeito aos direitos humanos e que evitem corrupção
☐ Outro

Questões específicas sobre países

24. Qual é sua opinião a respeito das seguintes afirmações sobre seu país? (1 = discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = concordo; 4 = concordo plenamente)

Afirmações

Ele é economicamente sustentável	☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4
Ele é ambientalmente sustentável	☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4
Ele é socialmente sustentável	☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4
Sua economia é uma economia verde	☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4
Sua economia é mais verde que a média da economia global	☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4

25. Uma transição para uma economia verde requer mudanças radicais na economia e estilo de vida de seu país ou pequenos ajustes poderiam transformar a economia atual em uma economia verde?

- ☐ Mudanças radicais são necessárias
 ☐ Pequenos ajustes são suficientes

26. Quais são os setores mais relevantes para a implementação de uma economia verde em seu país? (selecione até 5)

- ☐ Agropecuária, pesca
☐ Atividades florestais

- ☐ Mineração
 - ☐ Indústria
 - ☐ Construção civil, habitação
 - ☐ Água, resíduos, saneamento
 - ☐ Serviços
 - ☐ Turismo
 - ☐ Transporte
 - ☐ Energia
 - ☐ Cidades
 - ☐ Rural
-

[Instruções de uso](#)

27. Para cada setor selecionado na questão anterior, indique os principais desafios envolvidos, considerando a implementação de uma economia verde em seu país (selecione até 2 por setor)

- **Assuntos sociais** (segurança alimentar, erradicação da pobreza, emprego e renda)
- **Serviços ecossistêmicos** (biodiversidade e florestas, água e oceanos, resiliência, adaptação)
- **Questões de governança** (regulação, financiamento, estilo de desenvolvimento, tributação, gestão, comércio, externalidades, competição)
- **Matérias de conhecimento** (ciência, tecnologia, inovação, capacitação, educação)

Setores	Assuntos sociais	Serviços ecossistêmicos	Questões de governança	Matérias de conhecimento
Agropecuária, pesca	☐	☐	☐	☐
Atividades florestais	☐	☐	☐	☐
Mineração	☐	☐	☐	☐
Indústria	☐	☐	☐	☐
Construção civil, habitação	☐	☐	☐	☐

Água, resíduo, saneamento	☐	☐	☐	☐
Serviços	☐	☐	☐	☐
Turismo	☐	☐	☐	☐
Transporte	☐	☐	☐	☐
Energia	☐	☐	☐	☐
Cidades	☐	☐	☐	☐
Rural	☐	☐	☐	☐

Questões para brasileiros

28. Para a exploração do petróleo do pré-sal brasileiro, qual dentre as seguintes condições você acha que deveria ser imposta?

- ☐ Direcionar os ganhos da exploração para financiar o “esverdeamento” da economia
- ☐ Direcionar os ganhos da exploração para financiar as inovações voltadas para a redução dos impactos ambientais locais e globais
- ☐ Aumentar os recursos dedicados à redução das desigualdades sociais e regionais
- ☐ Favorecer o aumento da participação dos produtos petrolíferos não energéticos
- ☐ Outra
- ☐ Nenhuma

29. Dentre os assuntos seguintes, constantes do documento brasileiro para a Rio+20, quais são em sua opinião os mais importantes? (selecione até 3)

- ☐ Programa de proteção socioambiental global
- ☐ Objetivos do desenvolvimento sustentável
- ☐ Pacto global para produção e consumo sustentável
- ☐ Repositório de iniciativas para disseminação de boas práticas
- ☐ Protocolo internacional para o setor financeiro, que contemple a sustentabilidade socioambiental nas análises de risco e avaliações de projetos
- ☐ Novos indicadores para mensuração do desenvolvimento
- ☐ Pacto para uma economia verde inclusiva
- ☐ Obrigatoriedade de divulgação de relatórios de sustentabilidade por grandes empresas

- ☐ Índices de sustentabilidade comparáveis para referência de investimentos em bolsas de valores
- ☐ Coordenação de alto nível entre instituições internacionais envolvidas com o desenvolvimento sustentável
- ☐ Reforma e fortalecimento do conselho econômico e social da ONU
- ☐ Fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com contribuições obrigatórias
- ☐ Convenção global sobre acesso à informação, participação pública na tomada de decisões e acesso à justiça, em temas ambientais
- ☐ Ampliação da participação dos atores não-governamentais nos processos multilaterais

Fim da Consulta!
Agradecemos a sua participação.



Green Economy Perception

Data Report

Produto 5

Green Economy Perception Data Report

Produto 5

Brasília, DF
June, 2012

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Presidente

Mariano Laplane Francisco

Diretor Executivo

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Fernando Cosme Rizzo Assunção

Gerson Gomes

Green Economy Perception. Data Report. In: Economia Verde: Propostas para uma Agenda Brasileira. Brasília: CGEE, 2012. (Produto 5).

81p.

1. Aspectos Conceituais. 2. Consulta Estruturada. 3. Questionário.
4. Pesquisa. I. Título. II. CGEE.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
SCN Qd 2, Bl. A, Ed. Corporate Financial Center sala 1102
70712-900, Brasília, DF
Telefone: (61) 3424.9600
<http://www.cgee.org.br>

Esta publicação é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do 2º Contrato de Gestão CGEE – 3º Termo Aditivo/Ação: Temas Estratégicos para o Desenvolvimento do Brasil /Subação: Economia Verde: Propostas para uma Agenda Brasileira - 51.51.5 /MCT/2011.

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada à fonte.

Green Economy Perception

Data Report

Produto 5

Supervision

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Technical team

CGEE

Marcelo Khaled Poppe (leader)

Mayra Juruá Gomes de Oliveira

Tomáz Back Carrijo

Zil Miranda

GA

Eva Alfredsson

Markus Bergfors

IDDRI

Laurence Tubiana

Benoît Martimort-Asso

Carole-Anne Sénit

Noura Bakkour

Tancrede Voituriez

Consultants

Emílio La Rovere

Alexandre d'Avignon

Carolina Grottera

June/2012

SUMMARY

INTRODUCTION	2
METHODOLOGICAL ASPECTS	3
1. CONCEPTUAL ASPECTS.....	5
2. COUNTRIES' FEATURES	16
3. TRANSITION ISSUES.....	30
4. DEVELOPING COUNTRIES.....	41
5. RISKS AND BARRIERS	44
IMPLEMENTATION ISSUES	53
6. GOVERNANCE.....	53
7. AGENDA.....	73
8. INSTRUMENTS AND INDICATORS.....	87
9. CONFERENCE TOPICS	101
10. BRAZIL	104
SURVEY.....	109

INTRODUCTION

This document presents some data of the structured survey about the theme green economy. The survey was performed by the Center for Strategic Studies and Management (CGEE) in partnership with the Swedish Agency for Growth Policy Analysis (GA). During the consultation, the French Institute for Sustainable Development and International Relations (IDDRI) also joined the exercise.

The survey intended to contribute to a better understanding of the concerns related to the June 2012 United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20). The objective was to apprehend society's perceptions on the concept of green economy, as well as its implementation and implications, allowing the establishment of comparison among the different views. The survey focused on two essential themes that were concerns of these institutions: economic principles of sustainability and the role of innovation, among other relevant dimensions of the sustainable development.

METHODOLOGICAL ASPECTS

The mailings lists used to do this survey were very assorted. The Brazilian mailing list began to be formed by a search made in the Innovation Gateway (a searching tool developed by CGEE) to select Brazilian experts that had in their curriculum the expressions “sustainable development” and “green economy”. At this stage 1,939 experts were selected. To complete the Brazilian mailing list, some CGEE’s existing lists of contacts were used. They were selected from actions conducted by the Center associated with dimensions that are at least connected to the green economy or sustainable development areas of concern. Target audience involved people from academia, government, organized society and industry, mainly related to the subject of science, technology and innovation. At this step 2,738 people were selected. This resulted in a total of 4,677 emails sent to carry a total of 1,270 respondents (27.15%).

In Sweden the survey was sent to 158 individuals previously selected by GA as experts or policymakers involved with issues related to green economy and sustainable development. Compared to the Brazilian and French enquired, the share of participants from government and parliament is significantly higher. It was attained a total of 66 respondents (41.77%).

In the last week of the enquire IDDRI provided a mailing list of its contacts. Most people were from France, however, there were also a significant number of people from all over the world. Therefore, the IDDRI’s list provided three groups of respondents for the survey: France, other Industrialized and other Developing Countries (classified considering the criteria adopted by the United Nations Framework Conference on Climate Change – UNFCCC, for Annex I and Non-Annex I Countries). The later involvement of this partner is reflected in its contacts’ response rate, lower than the others due to the very short time this group had to answer the survey. So, from the 3,933 valuable e-mails sent, it was received a total of 290 answers (7.37%).

Given the short deadline for this exercise and the diverse methods used to obtain the perceptions of respondents, we chose to elaborate analysis without using sophisticated sampling techniques.

Finally, it is worth mentioning that to complete the questionnaire the respondents should answer a register. In this register, they informed the country where they reside, their academic degree and their sector of activity.

The general information related to the green economy survey is presented below and gave the basis for the analysis of the results.

Mailing lists				
	CGEE	GA	IDDRI	Total
Enquired	4677	158	3933	8768
Respondents	1270	66	290	1626
Response index	27,15%	41,77%	7,37%	18,54%

Groups of participants						
	BRAZIL	SWEDEN	FRANCE	OTHER ANNEX I	OTHER NON-ANNEX I	Total
Count	1270	66	163	69	58	1626
%	78,11%	4,06%	10,02%	4,24%	3,57%	

Sector of activity							
		Government and parliament	Business	Academia and research	Non-governmental organization	Other	Total
BRAZIL	Count	219	96	840	52	63	1270
	%	17,24%	7,56%	66,14%	4,09%	4,96%	
SWEDEN	Count	33	3	20	7	3	66
	%	50,00%	4,55%	30,30%	10,61%	4,55%	
FRANCE	Count	36	27	59	23	18	163
	%	22,09%	16,56%	36,20%	14,11%	11,04%	
OTHER ANNEX I	Count	11	3	39	12	4	69
	%	15,94%	4,35%	56,52%	17,39%	5,80%	
OTHER NON ANNEX I	Count	12	4	21	9	12	58
	%	20,69%	6,90%	36,21%	15,52%	20,69%	

1. CONCEPTUAL ASPECTS

QUESTION 01

“The concept of green economy involves (Select up to 3):”

A – Economy greening

B – Low carbon economy (reduction of greenhouse gases emissions)

C – Knowledge economy

D – Reduction in the intensity of natural resources’ consumption

E – Sustainable use of biodiversity

F – Emphasis on ecosystem services

G – Strengthening of regulation in market relations

H – Establishment of commercial barriers to non-green products

I – Reduction of inequalities

J – Other issue

Question 01												
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Total
BRAZIL	Count	5	867	166	711	912	255	108	73	302	69	3468
	%	0,14%	25,00%	4,79%	20,50%	26,30%	7,35%	3,11%	2,10%	8,71%	1,99%	
SWEDEN	Count	17	51	5	40	22	23	6	3	4	3	174
	%	9,77%	29,31%	2,87%	22,99%	12,64%	13,22%	3,45%	1,72%	2,30%	1,72%	
FRANCE	Count	39	111	25	105	74	39	16	20	35	5	469
	%	8,32%	23,67%	5,33%	22,39%	15,78%	8,32%	3,41%	4,26%	7,46%	1,07%	
OTHER ANNEX I	Count	26	46	9	43	25	18	7	6	11	2	193
	%	13,47%	23,83%	4,66%	22,28%	12,95%	9,33%	3,63%	3,11%	5,70%	1,04%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	25	38	7	30	23	11	6	3	8	1	152
	%	16,45%	25,00%	4,61%	19,74%	15,13%	7,24%	3,95%	1,97%	5,26%	0,66%	

Report A – Brazil

Question 01												
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	0	156	43	116	156	41	17	14	52	9	604
	%	0,00%	25,83%	7,12%	19,21%	25,83%	6,79%	2,81%	2,32%	8,61%	1,49%	
BUSINESS	Count	0	64	11	65	67	19	7	8	22	8	271
	%	0,00%	23,62%	4,06%	23,99%	24,72%	7,01%	2,58%	2,95%	8,12%	2,95%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	3	576	93	473	610	172	67	47	195	43	2279
	%	0,13%	25,27%	4,08%	20,75%	26,77%	7,55%	2,94%	2,06%	8,56%	1,89%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	0	36	8	26	38	11	6	0	13	2	140
	%	0,00%	25,71%	5,71%	18,57%	27,14%	7,86%	4,29%	0,00%	9,29%	1,43%	
OTHER	Count	2	35	11	31	41	12	11	4	20	7	174
	%	1,15%	20,11%	6,32%	17,82%	23,56%	6,90%	6,32%	2,30%	11,49%	4,02%	

The sustainable use of biodiversity and the reduction of GEE emissions have been given the same level of importance by Brazilian respondents, accounting for about 25% of the answers each, followed by a reduction in the intensity of natural resource, with 20% of total number of answers.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

Compared to Brazilian ones, respondents from Sweden and France don't consider the sustainable use of biodiversity that relevant to the distinction of a green economy. Those respondents admit a low carbon economy as the most relevant characteristic related to the concept of a green economy (29% for Swedish and 24% for French respondents). Concern about biodiversity and natural resources can be perceived, though, on the option "Reduction in the intensity of natural resources' consumption", which accounts for 23% and 22% of answers among Swedish and French respondents, respectively. It can also be perceived a strong emphasis on ecosystem services among Swedish respondents.

Report C – Brazil compared to other Annex I countries and to other Non-Annex I countries

For both Annex I and Non-Annex I countries' respondents, the reduction of greenhouse gases emissions was highlighted as the main feature of a green economy, accounting for a share of 24% and 25% respectively.

The reduction in the intensity of natural resources' consumption was considered as a main feature of a green economy by respondents from Brazil, other Annex I countries and other non-Annex I countries. This option represents 21%, 22% and 20% of total answers, respectively.

One can remark that both in results for other Annex I countries' and other non-Annex I countries' respondents the economy greening has received considerable emphasis, unlike the results for Brazilian respondents, for which this option accounts for only 0,14% of total answers, the smallest share. This can be related to the perception that there may be a process of emerging green technologies, renewable energy sources and green jobs due to the economic crisis, i.e., the need to make a transition from a "brown economy" to a green economy. On the other hand, Brazilian respondents have given special attention to the sustainable use of biodiversity, as this alternative accounts for 26% of their answers.

QUESTION 02

“Green economy related to the concept of sustainable development:”

A – Is a synonym

B – Is limited to the economic dimension of sustainable development

C – Deals with a restricted concept of sustainable development

D – Replaces the concept of sustainable development

E – Is a tool to promote sustainable development

F – Other relation

G – Is not related at all

Question 02									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
BRAZIL	Count	79	181	83	41	819	44	6	1253
	%	6,30%	14,45%	6,62%	3,27%	65,36%	3,51%	0,48%	
SWEDEN	Count	9	10	14	0	28	1	0	62
	%	14,52%	16,13%	22,58%	0,00%	45,16%	1,61%	0,00%	
FRANCE	Count	6	39	40	9	62	5	0	161
	%	3,73%	24,22%	24,84%	5,59%	38,51%	3,11%	0,00%	
OTHER ANNEX I	Count	2	16	12	0	38	1	0	69
	%	2,90%	23,19%	17,39%	0,00%	55,07%	1,45%	0,00%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	5	8	9	1	33	1	1	58
	%	8,62%	13,79%	15,52%	1,72%	56,90%	1,72%	1,72%	

Report A – Brazil

Question 02									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	10	35	13	10	142	7	0	217
	%	4,61%	16,13%	5,99%	4,61%	65,44%	3,23%	0,00%	
BUSINESS	Count	11	17	3	2	57	2	1	93
	%	11,83%	18,28%	3,23%	2,15%	61,29%	2,15%	1,08%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	56	115	57	22	544	32	4	830
	%	6,75%	13,86%	6,87%	2,65%	65,54%	3,86%	0,48%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	1	5	4	5	34	1	0	50
	%	2,00%	10,00%	8,00%	10,00%	68,00%	2,00%	0,00%	
OTHER	Count	1	9	6	2	42	2	1	63
	%	1,59%	14,29%	9,52%	3,17%	66,67%	3,17%	1,59%	

There is broad consensus among all Brazilian respondents that the green economy works as a tool to promote sustainable development. More than 65% of total have chosen this option. A small minority, about 14% of them, believes the green economy is limited to the economic dimension of sustainable development. Among respondents from the business community, this share is slightly larger (18%). One can remark that a small share of these stakeholders, nearly 12%, believe the green economy is a synonym of sustainable development, which has not been observed among other activity sectors.

A larger relative share of respondents related to non-governmental organizations perceive the green economy as a replacement of sustainable development, while a smaller relative share believes it is limited to its economic dimension.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

As for Brazilian respondents, but at a lower level, the perception that the green economy works as a tool to promote sustainable development is also valid for Swedish and French respondents (45% and 39%, respectively). Presumably it is considered a tool with an economic feature, as a considerable share of respondents, both from Sweden (24%) and from France (16%) admit it is limited to the economic dimension of sustainable development or that it deals with a restricted concept of sustainable development, an option that represents 14% of Brazilian respondents' answers.

Report C – Brazil compared to other Annex I countries and to other Non-Annex I countries

As for Brazilians (65%), there was large consensus among Annex I (55%) and Non-Annex I (57%) countries' respondents, about the perception of the green economy as a tool to promote sustainable development. ' Results for respondents from both other Annex countries and other non-Annex I countries were closer to those of Swedish and French respondents on the assumption that it deals with a restricted concept of sustainable development, substantially more than observed among Brazilian ones.

QUESTION 03

“Green growth related to the concept of green economy:”

A – Is a synonym

B – Is limited to the growth dimension of green economy

C – Deals with a restricted concept of green economy, with less emphasis on social dimensions

D – Replaces the concept of green economy

E – Other relation

F – Is not related at all

Question 03								
		A	B	C	D	E	F	Total
BRAZIL	Count	198	492	251	70	128	72	1211
	%	16,35%	40,63%	20,73%	5,78%	10,57%	5,95%	
SWEDEN	Count	15	32	13	0	3	0	63
	%	23,81%	50,79%	20,63%	0,00%	4,76%	0,00%	
FRANCE	Count	25	81	35	6	9	4	160
	%	15,63%	50,63%	21,88%	3,75%	5,63%	2,50%	
OTHER ANNEX I	Count	9	38	15	1	6	0	69
	%	13,04%	55,07%	21,74%	1,45%	8,70%	0,00%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	5	29	11	2	4	5	56
	%	8,93%	51,79%	19,64%	3,57%	7,14%	8,93%	

Report A – Brazil

Question 03								
		A	B	C	D	E	F	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	32	95	37	13	18	15	210
	%	15,24%	45,24%	17,62%	6,19%	8,57%	7,14%	
BUSINESS	Count	19	37	17	3	11	6	93
	%	20,43%	39,78%	18,28%	3,23%	11,83%	6,45%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	127	316	173	47	89	49	801
	%	15,86%	39,45%	21,60%	5,87%	11,11%	6,12%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	11	20	12	3	4	0	50
	%	22,00%	40,00%	24,00%	6,00%	8,00%	0,00%	
OTHER	Count	9	24	12	4	6	2	57
	%	15,79%	42,11%	21,05%	7,02%	10,53%	3,51%	

The majority of Brazilian respondents, 40%, admit that the relation between green growth and green economy comes down to its growth dimension. Significant shares of total respondents believe green growth deals with a restricted concept of green economy, with less emphasis on social dimensions (21%) or consider them synonyms (16%).

One can remark that green growth seems to be perceived as a growth strategy that contemplates green jobs and technologies, but with little attention to social issues.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

More than half of respondents from both Sweden and France, an larger share than Brazilians, believe that green growth is limited to the growth dimension of green economy. Results for Brazilian respondents are similar to French ones, except that a larger share of Brazilians (10%) doesn't accept any of the options as representative of the relation between the terms.

Report C – Brazil compared to other Annex I countries and to other Non-Annex I countries

Results are similar to those for Brazil. Among Annex I and Non-Annex I countries' respondents, though, there was even greater consensus about the concept of green growth. For more than 50% of respondents, it is limited to the growth dimension of green economy. Very few respondents from other Non-Annex I believe that green growth and green economy are

synonyms, a result that differs from Brazilian respondents, as 16% of those see no difference between both terms, against only 9% of other Non-Annex I countries' respondents.

QUESTION 05

“Is the concept of green economy restricted to environmental performance?”

A – Yes

B – No, it includes additional factors such as social welfare, equity etc.

Question 05				
		A	B	Total
BRAZIL	Count	193	1007	1200
	%	16,08%	83,92%	
SWEDEN	Count	27	36	63
	%	42,86%	57,14%	
FRANCE	Count	46	106	152
	%	30,26%	69,74%	
OTHER ANNEX I	Count	20	43	63
	%	31,75%	68,25%	
OTHER NON ANNEX I	Count	12	40	52
	%	23,08%	76,92%	

Report A – Brazil

Question 05				
		A	B	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	28	177	205
	%	13,66%	86,34%	
BUSINESS	Count	14	74	88
	%	15,91%	84,09%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	132	669	801
	%	16,48%	83,52%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	7	43	50
	%	14,00%	86,00%	
OTHER	Count	12	44	56
	%	21,43%	78,57%	

Massive majority of respondents, almost 84%, consider that the green economy is not restricted to environmental performance. It would also take into account social and equity issues.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

Brazilian respondents, compared to Swedish and French ones, are those who perceive the most the green economy beyond environmental performance, nearly 84%. Swedish and French respondents account for a smaller relative share of those who perceive the green economy as having a social feature. Almost 43% and 30% of these respondents, respectively, believe the concept of green economy is limited to environmental performance.

Report C – Brazil compared to other Annex I countries and to other Non-Annex I countries

Results for respondents from other Annex I countries are similar to those for French ones. About 70% of French respondents believe the green economy involves social and distributional factors, and 68% of other Annex I countries' respondents do so. It is likely that France is more representative of industrialized countries than Sweden, especially for those that have been affected by the economic crisis.

On the other hand, results observed for other Non-Annex I countries' respondents are closer to results for Brazilian respondents. Nearly 77% and 84% of them, respectively, believe the concept of green economy restricted to environmental performance. Many of these respondents come from countries with substantial social discrepancies.

2. COUNTRIES' FEATURES

QUESTION 08

“Is the current economy sustainable or unsustainable?”

A – Sustainable

B – Unsustainable, but moving to the right direction

C – Unsustainable, and moving to the wrong direction

Question 08					
		A	B	C	Total
BRAZIL	Count	31	511	637	1179
	%	2,63%	43,34%	54,03%	
SWEDEN	Count	2	23	37	62
	%	3,23%	37,10%	59,68%	
FRANCE	Count	6	39	103	148
	%	4,05%	26,35%	69,59%	
OTHER ANNEX I	Count	0	16	46	62
	%	0,00%	25,81%	74,19%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	3	18	30	51
	%	5,88%	35,29%	58,82%	

Report A – Brazil

Question 08					
		A	B	C	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	7	99	91	197
	%	3,55%	50,25%	46,19%	
BUSINESS	Count	3	48	39	90
	%	3,33%	53,33%	43,33%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	18	324	446	788
	%	2,28%	41,12%	56,60%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	1	20	27	48
	%	2,08%	41,67%	56,25%	
OTHER	Count	2	20	34	56
	%	3,57%	35,71%	60,71%	

A large share of virtually 97% of Brazilian respondents does not consider the current economy to be sustainable. Approximately 43%, though, believes it moves in the right direction.

Per sector analysis shows that Brazilian respondents related to private business are the ones that believe the most the economy, despite being unsustainable, is moving to the right direction, nearly 53%. Only about 41% and 42% of academia and NGO related respondents share this opinion.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

Results comparing Brazil, Sweden and France are interesting. Less than 3% of Brazilian respondents consider it to be sustainable, while 3,23% of Swedish and 4% of French do so.

Nevertheless, among those who recognize the current economy to be unsustainable, Brazilian respondents account for the largest percent share of those who believe it is moving in the right direction, about 54%. This result is valid for only 37% of Swedish and 26% of French respondents.

Report C – Brazil compared to other Annex I countries and to other Non Annex I countries

Results for other Annex I countries' and for other Non-Annex I countries' respondents move in different directions when compared to Brazilian ones. Absolutely no respondents of other Annex I countries believe the current economy is sustainable, while almost 6% of other Non-Annex I countries respondents do so. For Brazilian respondents, this share accounts for less than 3% of the total.

Other Non-Annex I respondents account for a larger relative share compared to other Annex I countries respondents about the current economy being unsustainable but moving in the right direction, but not as large as Brazilian ones do. Nearly 54% of Brazilian respondents believe the economy is unsustainable and moving in the wrong direction, while 59% of other Non-Annex I countries' and 74% of other Annex I countries' respondents feel the same.

QUESTION 24

“What is your view concerning the following statements about your country? (A = strongly disagree; B = disagree; C = agree; D = strongly agree)”

It is economically sustainable:

Question 24						
		A	B	C	D	Total
BRAZIL	Count	189	410	327	81	1007
	%	18,77%	40,71%	32,47%	8,04%	
SWEDEN	Count	4	15	20	12	51
	%	7,84%	29,41%	39,22%	23,53%	
FRANCE	Count	18	66	36	4	124
	%	14,52%	53,23%	29,03%	3,23%	
OTHER ANNEX I	Count	8	21	19	8	56
	%	14,29%	37,50%	33,93%	14,29%	
OTHER NON ANNEX I	Count	7	16	13	3	39
	%	17,95%	41,03%	33,33%	7,69%	

A – Brazil

Question 24						
		A	B	C	D	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	22	77	59	14	172
	%	12,79%	44,77%	34,30%	8,14%	
BUSINESS	Count	10	32	24	9	75
	%	13,33%	42,67%	32,00%	12,00%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	135	272	210	56	673
	%	20,06%	40,42%	31,20%	8,32%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	12	12	15	1	40
	%	30,00%	30,00%	37,50%	2,50%	
OTHER	Count	10	17	19	1	47
	%	21,28%	36,17%	40,43%	2,13%	

Nearly 60% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree that the Brazilian economy is economically sustainable. About 40% of respondents agree or strongly agree with that statement.

Respondents related to NGO are the ones who account for the largest share among those who strongly disagree (30%). Respondents related to business activities represent the largest relative share for those who strongly agree (12%).

B – Brazil compared to Sweden and France

About 60% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree the Brazilian economy is economically sustainable. Results for Sweden show that nearly 37% of Swedish respondents disagree or strongly disagree their economy is economically sustainable. Results for France show that 68% of French respondents disagree or strongly disagree the French economy is economically sustainable, representing the largest relative share.

One can remark that more than 23% of Swedish respondents strongly agree the Swedish economy is economically sustainable, whereas only 8% and 3% of Brazilian and French respondents, respectively, agree to that statement about their countries.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

About 60% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree the Brazilian economy is economically sustainable. Nearly 42% of other Annex I countries' respondents disagree or strongly disagree about that statement regarding their countries. About 59% of respondents from other non-Annex I disagree or strongly disagree with that statement concerning their countries, a share similar to the one presented by Brazilian respondents.

Other Annex I countries' respondents present the largest relative share of respondents who strongly agree their economy is economically sustainable, 14%. Only 8% of respondents from Brazil and from other non-Annex I countries strongly agree with that statement.

QUESTION 24

“What is your view concerning the following statements about your country? (A = strongly disagree; B = disagree; C = agree; D = strongly agree)”

It is environmentally sustainable:

Question 24						
		A	B	C	D	Total
BRAZIL	Count	220	509	220	57	1006
	%	21,87%	50,60%	21,87%	5,67%	
SWEDEN	Count	11	26	13	1	51
	%	21,57%	50,98%	25,49%	1,96%	
FRANCE	Count	22	77	24	1	124
	%	17,74%	62,10%	19,35%	0,81%	
OTHER ANNEX I	Count	15	26	13	2	56
	%	26,79%	46,43%	23,21%	3,57%	
OTHER NON ANNEX I	Count	12	21	6	0	39
	%	30,77%	53,85%	15,38%	0,00%	

A – Brazil

Question 24						
		A	B	C	D	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	24	90	42	16	172
	%	13,95%	52,33%	24,42%	9,30%	
BUSINESS	Count	13	35	25	3	76
	%	17,11%	46,05%	32,89%	3,95%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	161	339	136	35	671
	%	23,99%	50,52%	20,27%	5,22%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	11	21	6	2	40
	%	27,50%	52,50%	15,00%	5,00%	
OTHER	Count	11	24	11	1	47
	%	23,40%	51,06%	23,40%	2,13%	

Nearly 72% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree that the Brazilian economy is environmentally sustainable. About 28% of respondents agree or strongly agree with that statement.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

About 72% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree the Brazilian economy is environmentally sustainable. The same share was observed in results for Swedish respondents concerning the Swedish economy. Nearly 80% of French respondents disagree or strongly disagree the French economy is environmentally sustainable, the largest relative share observed.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

About 72% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree the Brazilian economy is environmentally sustainable. A similar share of respondents from other Annex I countries disagree or strongly disagree with that statement regarding their countries (73%). Results for other non-Annex I countries' respondents, on the other hand, show there is a larger relative share of respondents who disagree or strongly disagree their countries' economies are environmentally sustainable, nearly 85%. No replier from this other non-Annex I countries' strongly agrees with that statement.

QUESTION 24

“What is your view concerning the following statements about your country? (A = strongly disagree; B = disagree; C = agree; D = strongly agree)”

It is socially sustainable:

Question 24						
		A	B	C	D	Total
BRAZIL	Count	351	506	130	17	1004
	%	34,96%	50,40%	12,95%	1,69%	
SWEDEN	Count	1	13	30	7	51
	%	1,96%	25,49%	58,82%	13,73%	
FRANCE	Count	9	67	45	3	124
	%	7,26%	54,03%	36,29%	2,42%	
OTHER ANNEX I	Count	7	21	25	3	56
	%	12,50%	37,50%	44,64%	5,36%	
OTHER NON ANNEX I	Count	17	14	6	1	38
	%	44,74%	36,84%	15,79%	2,63%	

A – Brazil

Question 24						
		A	B	C	D	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	46	92	30	3	171
	%	26,90%	53,80%	17,54%	1,75%	
BUSINESS	Count	23	39	12	1	75
	%	30,67%	52,00%	16,00%	1,33%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	249	337	73	13	672
	%	37,05%	50,15%	10,86%	1,93%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	15	18	7	0	40
	%	37,50%	45,00%	17,50%	0,00%	
OTHER	Count	18	20	8	0	46
	%	39,13%	43,48%	17,39%	0,00%	

Nearly 85% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree that the Brazilian economy is socially sustainable. About 15% of respondents agree or strongly agree with that statement.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector, but one can remark that no respondents related to NGOs or other sectors of activity strongly agree the Brazilian economy is socially sustainable.

B – Brazil compared to Sweden and France

About 85% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree the Brazilian economy is socially sustainable. This is by far the largest relative share of disagreement when comparing results for respondents of Brazil, Sweden and France.

Nearly 27% of Swedish respondents disagree or strongly disagree the Swedish economy is socially sustainable, while 61% of French respondents disagree or strongly disagree about that regarding the French economy.

While almost 35% of respondents from Brazil strongly disagree the Brazilian economy is socially sustainable, this share represents only 2% of Swedish and 7% of French respondents, concerning their economies.

Swedish respondents are also the ones who account for the largest share of respondents who strongly believe their economy is socially sustainable, with nearly 14%, while 2% of respondents from Brazil and from France believe so.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

About 85% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree the Brazilian economy is environmentally sustainable. A slightly smaller share of respondents from other non-Annex I countries disagree or strongly disagree with that statement regarding their countries (82%).

Precisely half of respondents from other Annex I countries believe their economies are socially sustainable and half believe they are socially unsustainable.

One can remark that about 35% and 45% of respondents from Brazil and from other non-Annex I countries, respectively, strongly disagree with that statement regarding their countries, while this share represents nearly 12% of answers for respondents from other Annex I countries.

QUESTION 24

“What is your view concerning the following statements about your country? (A = strongly disagree; B = disagree; C = agree; D = strongly agree)”

Its economy is a green economy:

Question 24						
		A	B	C	D	Total
BRAZIL	Count	399	543	59	6	1007
	%	39,62%	53,92%	5,86%	0,60%	
SWEDEN	Count	13	30	8	0	51
	%	25,49%	58,82%	15,69%	0,00%	
FRANCE	Count	42	72	9	1	124
	%	33,87%	58,06%	7,26%	0,81%	
OTHER ANNEX I	Count	19	33	4	0	56
	%	33,93%	58,93%	7,14%	0,00%	
OTHER NON ANNEX I	Count	22	13	4	0	39
	%	56,41%	33,33%	10,26%	0,00%	

A – Brazil

Question 24						
		A	B	C	D	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	56	96	19	1	172
	%	32,56%	55,81%	11,05%	0,58%	
BUSINESS	Count	23	44	8	1	76
	%	30,26%	57,89%	10,53%	1,32%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	284	355	29	4	672
	%	42,26%	52,83%	4,32%	0,60%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	18	22	0	0	40
	%	45,00%	55,00%	0,00%	0,00%	
OTHER	Count	18	26	3	0	47
	%	38,30%	55,32%	6,38%	0,00%	

Nearly 94% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree that the Brazilian economy is a green economy. About 6% of respondents agree with that statement.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector, but it is noteworthy that all respondents related to NGOs disagree or strongly disagree with that

statement. No respondents related to other sectors of activity strongly agree the Brazilian economy is a green economy.

B – Brazil compared to Sweden and France

About 94% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree the Brazilian economy is a green economy. A similar share was observed in results for French respondents concerning their economy: 92%. Nearly 84% of Swedish respondents disagree or strongly disagree with that statement regarding the Swedish economy. Despite this smaller share of disagreement compared to results for Brazilian and French respondents, no Swedish respondents strongly agree the Swedish economy is a green economy.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

About 94% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree the Brazilian economy is a green economy. A slightly smaller share of respondents from other Annex I countries disagree or strongly disagree with that statement regarding their countries: 93%. Nearly 90% of respondents from other non-Annex I countries disagree or strongly disagree their economies are green.

Despite this slightly smaller share of disagreement compared to results for respondents from Brazil and other Annex I countries, respondents from other non-Annex I countries are the ones who strongly disagree the most with that statement concerning their economies. This alternative accounts for 56% of answers from non-Annex I countries' respondents, 40% for Brazilian respondents and 34% for other Annex I countries' respondents.

No respondents from other Annex I or other non-Annex I countries strongly agree their economies are green.

QUESTION 24

“What is your view concerning the following statements about your country? (A = strongly disagree; B = disagree; C = agree; D = strongly agree)”

Its economy is greener than the average world's economy:

Question 24						
		A	B	C	D	Total
BRAZIL	Count	182	337	390	98	1007
	%	18,07%	33,47%	38,73%	9,73%	
SWEDEN	Count	1	11	21	18	51
	%	1,96%	21,57%	41,18%	35,29%	
FRANCE	Count	13	43	63	5	124
	%	10,48%	34,68%	50,81%	4,03%	
OTHER ANNEX I	Count	12	19	15	10	56
	%	21,43%	33,93%	26,79%	17,86%	
OTHER NON ANNEX I	Count	16	15	7	1	39
	%	41,03%	38,46%	17,95%	2,56%	

A – Brazil

Question 24						
		A	B	C	D	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	20	53	80	19	172
	%	11,63%	30,81%	46,51%	11,05%	
BUSINESS	Count	2	25	30	19	76
	%	2,63%	32,89%	39,47%	25,00%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	140	230	244	59	673
	%	20,80%	34,18%	36,26%	8,77%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	9	17	14	0	40
	%	22,50%	42,50%	35,00%	0,00%	
OTHER	Count	11	12	22	1	46
	%	23,91%	26,09%	47,83%	2,17%	

Nearly 52% of respondents from Brazil disagree or strongly disagree that the Brazilian economy is greener than the average world's economy. About 48% of respondents agree or strongly agree with that statement.

Results for business related respondents differ greatly from other activity sectors. Less than 3% of respondents from this category strongly disagree the Brazilian economy is greener than the average world's economy, while this alternative represents 22% and 24% of answers for respondents related to NGOs and other activity sectors, respectively. Nearly 25% of respondents associated to business strongly agree to that statement, while no NGO-related replier believes so.

B – Brazil compared to Sweden and France

More than half of Brazilian respondents disagree the Brazilian economy is greener than the average world's economy, nearly 52%. Results for Swedish and French respondents, though, show that majority of these agree or strongly agree with that statement: 76% and 55%, respectively.

Only 2% of respondents from Sweden strongly disagree the Swedish economy is greener than the average world's economy, and more than 35% of them strongly agree with that statement. These alternatives account for 18% and 10% for Brazilian respondents and 10% and 4% for French respondents, respectively.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Nearly 52% of Brazilian respondents disagree or strongly disagree the Brazilian economy is greener than the average world's economy.

Unlike results observed for Swedish and French respondents, the majority of other Annex I countries' respondents also disagree or strongly disagree with that statement: 55%.

Respondents from other non-Annex I countries are the ones who presented the largest level of disagreement: more than 79%. About 41% of respondents from other non-Annex I countries strongly disagree their economies are greener than the average world's economy and almost 18% of other Annex I countries' respondents strongly agree with that statement.

QUESTION 25

“Does a shift towards a green economy require major transformative changes in your country’s economy and lifestyle or could small adjustments turn the current economy into a green economy?”

A – Major transformative changes are necessary

B – Small adjustments are enough

Question 25				
		A	B	Total
BRAZIL	Count	875	128	1003
	%	87,24%	12,76%	
SWEDEN	Count	35	14	49
	%	71,43%	28,57%	
FRANCE	Count	112	13	125
	%	89,60%	10,40%	
OTHER ANNEX I	Count	52	4	56
	%	92,86%	7,14%	
OTHER NON ANNEX I	Count	34	5	39
	%	87,18%	12,82%	

A – Brazil

Question 25				
		A	B	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	137	32	169
	%	81,07%	18,93%	
BUSINESS	Count	59	17	76
	%	77,63%	22,37%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	599	73	672
	%	89,14%	10,86%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	40	0	40
	%	100,00%	0,00%	
OTHER	Count	40	6	46
	%	86,96%	13,04%	

More than 87% of Brazilian respondents believe that major transformative changes in the Brazilian economy and lifestyle are necessary to make the transition towards a green economy feasible.

One can remark that no respondents related to NGOs answered that small adjustments are enough to turn the current economy into a green economy, whereas 22% of respondents related to business activities and 19% of respondents related to government activities did it.

B – Brazil compared to Sweden and France

Nearly 87% of Brazilian respondents admit major transformative changes in the Brazilian economy and lifestyle are necessary to turn the current economy into a green economy. About 71% of respondents from Sweden share this opinion regarding their economy and lifestyle. Results for France show that French respondents are the ones who claim the most major transformative changes to turn the current economy into a green economy, as almost 90% of them perceive they are required.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Nearly 87% of Brazilian respondents admit major transformative changes in the Brazilian economy and lifestyle are necessary to turn the current economy into a green economy. The same share is observed for other non-Annex I countries' respondents regarding their countries' economies and lifestyles.

About 93% of respondents from other Annex I countries share this opinion concerning their countries, accounting for the largest relative share observed.

3. TRANSITION ISSUES

QUESTION 12

“Is it possible for a country to become entirely green on its own, i.e. can there be a green island in a brown ocean?”

A – Yes

B – No

Question 12				
		A	B	Total
BRAZIL	Count	229	920	1149
	%	19,93%	80,07%	
SWEDEN	Count	12	41	53
	%	22,64%	77,36%	
FRANCE	Count	29	109	138
	%	21,01%	78,99%	
OTHER ANNEX I	Count	17	42	59
	%	28,81%	71,19%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	10	38	48
	%	20,83%	79,17%	

A – Brazil

Question 12				
		A	B	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	29	163	192
	%	15,10%	84,90%	
BUSINESS	Count	20	67	87
	%	22,99%	77,01%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	160	608	768
	%	20,83%	79,17%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	6	41	47
	%	12,77%	87,23%	
OTHER	Count	14	41	55
	%	25,45%	74,55%	

The majority of Brazilian respondents, about 80%, believe it is not possible for a country to become green on its own. This impression is mostly present among government and NGO-related respondents.

B – Brazil compared to Sweden and France

The majority of respondents from Sweden and France, as from Brazil, do not admit it is possible for a country to become entirely green on its own. This opinion is slightly stronger among Brazilian respondents than among Swedish and French ones, as 80% of Brazilian respondents support it, while 77% of Swedish and 79% of French ones do so.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other Non-Annex I countries

Results for other non-Annex I countries' respondents converge with results for Brazilian ones, as 79% of total respondents claim it is not possible for a country to become green on its own, against 80% of Brazilian ones. It is clear that there is major consensus on that question, but results for other Annex I countries' respondents show some contrasting results, as almost 29% of them disagree with that opinion.

QUESTION 06

“Is a green economy compatible with continued economic growth in terms of GDP?”

A – Yes, I believe a green economy will perform better in terms of GDP growth than the current economy

B – Yes, I believe a green economy will perform on similar growth rates in terms of GDP as the current economy

C – Yes, I believe a green economy is compatible with continued economic growth in terms of GDP but at a slower pace than the current economy

D – No, I believe a green economy can only be achieved with negative growth rates in terms of GDP for some time

Question 06						
		A	B	C	D	Total
BRAZIL	Count	189	232	317	45	783
	%	24,14%	29,63%	40,49%	5,75%	
SWEDEN	Count	12	12	11	3	38
	%	31,58%	31,58%	28,95%	7,89%	
FRANCE	Count	23	27	25	3	78
	%	29,49%	34,62%	32,05%	3,85%	
OTHER ANNEX I	Count	8	8	14	3	33
	%	24,24%	24,24%	42,42%	9,09%	
OTHER NON ANNEX I	Count	16	6	12	5	39
	%	41,03%	15,38%	30,77%	12,82%	

Report A – Brazil

Question 06						
		A	B	C	D	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	24	43	60	6	133
	%	18,05%	32,33%	45,11%	4,51%	
BUSINESS	Count	17	24	20	4	65
	%	26,15%	36,92%	30,77%	6,15%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	132	148	208	33	521
	%	25,34%	28,41%	39,92%	6,33%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	10	7	14	1	32
	%	31,25%	21,88%	43,75%	3,13%	
OTHER	Count	6	10	15	1	32
	%	18,75%	31,25%	46,88%	3,13%	

Among Brazilian respondents, nearly 54% of them believe the green economy would perform better or at similar rates in terms of GDP as the current economy. About 46% believes the adoption of a green economy would impose some restrictions that compromise the economic performance in terms of GDP, i.e. there would be economic growth, but at a slower pace or negative economic growth for some time. Respondents related to business and academic activities are the ones who account for the largest relative share among those, representing 63% and 54%, respectively.

NGO-related respondents account for the largest share of respondents who believe in better growth rates in a green economy compared to current economy, while those related to private business represent the smaller relative share of respondents who believe in a worse economic performance.

A small share of respondents, less than 6%, admits a green economy working at negative growth rates in terms of GDP for some time.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

Results for Brazilian respondents slightly differ from those for Swedish and French ones. Nearly 63% of Swedish respondents believe in either a better or similar performance of a green economy in terms of GDP. For French respondents, this number represents 64% of total answers.

Swedish are those who account for the largest relative share of respondents who believe in a better economic performance (32%). On the other hand, French respondents are the ones who believe the most in a similar economic performance (35%) and Brazilian ones in a worse (40%).

While most Swedish respondents find a better or similar economic performance more likely than a worse one, they also present the largest relative share regarding temporary negative growth rates (8%) compared to Brazil (6%) and France (4%).

Report C – Brazil compared to other Annex-I countries and to other Non Annex-I countries

Brazilian respondents, as other non-Annex I countries' ones, believe a green economy would perform better or similarly in terms of GDP than the current economy. These options account for 54% of Brazilian respondents' answers and 56% of other non-Annex I countries'.

These results, as the ones for French and Swedish respondents, differ from those for other Annex I countries', as the majority of these (51%) admit a green economy can only be achieved either with a worse economic performance or with negative growth rates in terms of GDP for some time. Respondents from other Annex I countries are the only ones who believe worse economic performance or negative growth rates are more likely than better or similar growth rates. This odd outcome can be due to a lack of representativeness of the sample.

One can remark that 41% of respondents from other non-Annex I countries believe in a better economic performance, while 40% of those from Brazil believe in a worse one.

QUESTION 07

“Which indicator should be used to measure green economy performance?”

A – GDP is not a perfect indicator but the best available proxy we have

B – “Green GDP”, in which social and ecological performance are incorporated

C – A welfare index – a weighted single indicator which combines a number of others

D – Several indicators – it is not possible to create a single one

E – Other

Question 07							
		A	B	C	D	E	Total
BRAZIL	Count	48	535	122	442	48	1195
	%	4,02%	44,77%	10,21%	36,99%	4,02%	
SWEDEN	Count	8	13	4	35	1	61
	%	13,11%	21,31%	6,56%	57,38%	1,64%	
FRANCE	Count	6	50	27	67	3	153
	%	3,92%	32,68%	17,65%	43,79%	1,96%	
OTHER ANNEX I	Count	0	32	12	18	2	64
	%	0,00%	50,00%	18,75%	28,13%	3,13%	
OTHER NON ANNEX I	Count	2	22	6	20	0	50
	%	4,00%	44,00%	12,00%	40,00%	0,00%	

Report A – Brazil

Question 07							
		A	B	C	D	E	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	11	88	17	83	6	205
	%	5,37%	42,93%	8,29%	40,49%	2,93%	
BUSINESS	Count	4	41	12	27	5	89
	%	4,49%	46,07%	13,48%	30,34%	5,62%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	28	353	82	298	33	794
	%	3,53%	44,46%	10,33%	37,53%	4,16%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	3	27	6	12	2	50
	%	6,00%	54,00%	12,00%	24,00%	4,00%	
OTHER	Count	2	26	5	22	2	57
	%	3,51%	45,61%	8,77%	38,60%	3,51%	

Nearly 45% of Brazilian respondents consider a green GDP the more adequate indicator to measure the performance of a green economy, as it takes into account externalities caused by

economic activity and the value of ecosystem services. A large share, 37%, don't believe it is possible to do so using a single indicator. It would be necessary to assess several indicators, as the complete measurement of an economy comprehends aspects of different natures. Government and parliament related respondents presented the greater participation on this alternative. Approximately 40% of respondents from this activity sector elected several indicators as the best way to measure green economy performance, while only 24% of NGOs-related respondents share this opinion.

Approximately 10% of respondents, a much less relevant share, admit a welfare index combining a number of indicators to be adequate to measure green economy performance.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

While nearly 45% of Brazilian respondents admit the green GDP is the best indicator to measure green economy performance, most Swedish and French respondents don't believe it is possible to do so with a single indicator. About 57% of Swedish and 44% of French respondents are in favor of using several indicators, a result that can be related to the conclusions of the Sen-Stiglitz-Fitoussi Commission, widely disseminated in their countries. Nearly 40% of Brazilian respondents share this opinion.

The green GDP, elected the best indicator by Brazilian respondents, as said above, account for 21% of Swedish' answers and 33% of French'.

It is also noteworthy that while Swedish respondents represent the largest share of respondents who are against the use of a single indicator, 13% of them have recognized GDP isn't perfect indicator but the best available proxy there would be. Only 4% of Brazilian and French respondents believe so.

One can remark that Sweden has tried to implement a green GDP and backed off, as it faced a series of obstacles doing so. This could have led them to consider a mix of indicators more feasible alternative.

Report C – Brazil compared to other Annex-I countries and to other Non-Annex-I countries

Other Annex I and other Non-Annex I countries' respondents, as Brazil's, admit a green GDP is the best indicator to measure the performance of a green economy. This option accounts for approximately 50%, 44% and 45% of their answers, respectively.

A larger share of respondents from other Annex I countries admit a welfare index as the best option: 19%, against 10% for Brazil and 12% for other Non-Annex I countries.

We highlight that no respondents from other Annex I countries selected GDP as the best proxy available to measure the performance of a green economy. About 13% of Swedish respondents and 4% of other non-Annex I countries' did so.

QUESTION 04

“How does the green economy differ from the current economy? (Select up to 3)”

- A – Promoting sustainable development
- B – Taking into account environmental externalities
- C – Reducing environmental impacts of human activities
- D – Emphasizing rational use of natural resources
- E – Promoting biodiversity sustainability
- F – Establishing critical view of consumption patterns
- G – Promoting poverty eradication
- H – Reducing inequalities
- I – Improving quality of life
- J – Accelerating economy’s growth
- K – Other issue

Question 04													
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	Total
BRAZIL	Count	603	363	633	700	283	436	63	158	158	20	28	3445
	%	17,50%	10,54%	18,37%	20,32%	8,21%	12,66%	1,83%	4,59%	4,59%	0,58%	0,81%	
SWEDEN	Count	31	42	30	24	16	14	0	3	6	3	3	172
	%	18,02%	24,42%	17,44%	13,95%	9,30%	8,14%	0,00%	1,74%	3,49%	1,74%	1,74%	
FRANCE	Count	50	92	88	80	36	30	15	22	13	7	5	438
	%	11,42%	21,00%	20,09%	18,26%	8,22%	6,85%	3,42%	5,02%	2,97%	1,60%	1,14%	
OTHER ANNEX I	Count	33	42	33	34	10	12	2	5	9	0	3	183
	%	18,03%	22,95%	18,03%	18,58%	5,46%	6,56%	1,09%	2,73%	4,92%	0,00%	1,64%	
OTHER NONANNEX I	Count	28	27	24	33	6	12	7	3	5	1	0	146
	%	19,18%	18,49%	16,44%	22,60%	4,11%	8,22%	4,79%	2,05%	3,42%	0,68%	0,00%	

Report A – Brazil

Question 04													
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	94	63	100	123	43	85	11	32	32	6	4	593
	%	15,85%	10,62%	16,86%	20,74%	7,25%	14,33%	1,85%	5,40%	5,40%	1,01%	0,67%	
BUSINESS	Count	53	35	50	55	15	33	5	11	8	0	1	266
	%	19,92%	13,16%	18,80%	20,68%	5,64%	12,41%	1,88%	4,14%	3,01%	0,00%	0,38%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	402	227	427	460	202	280	38	102	105	11	20	2274
	%	17,68%	9,98%	18,78%	20,23%	8,88%	12,31%	1,67%	4,49%	4,62%	0,48%	0,88%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	27	16	32	27	12	14	5	5	4	1	2	145
	%	18,62%	11,03%	22,07%	18,62%	8,28%	9,66%	3,45%	3,45%	2,76%	0,69%	1,38%	
OTHER	Count	27	22	24	35	11	24	4	8	9	2	1	167
	%	16,17%	13,17%	14,37%	20,96%	6,59%	14,37%	2,40%	4,79%	5,39%	1,20%	0,60%	

Brazilian respondents spread their answers mainly among the options “Emphasizing rational use of natural resources” (20%), “Reducing environmental impacts of human activities” (18%) and “Promoting sustainable development” (17%).

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

Respondents from Sweden and France have given great weight (24% and 21%, respectively) on environmental externalities, an option that came only in fifth in the Brazilian respondents’ rank. While Brazilian respondents believe that the green economy differs from the current economy by emphasizing the rational use of natural resources and a smaller environmental impact of human activities, Swedish and French ones consider the adequate pricing an underlying factor to reach them.

Report C – Report C – Brazil compared to other Annex I countries and to other Non-Annex I countries

Results for other Annex I countries’ respondents are similar to those of Swedish and French ones, while results for other Non-Annex I respondents are closer to the Brazilians’.

For respondents from both Brazil and other non-Annex I countries, the rational use of natural resources is the prevailing way the green economy differs from the current (brown) economy. This alternative represents 20% and 23% of their total answers, respectively. A great majority of respondents from other Non-Annex I comes from countries abundant in natural resources¹.

¹“Other Non-AnnexNon-AnnexAnnex I countries”respondents come from: Algeria, Argentina, Belarus, Benin, Bolivia, Brazil, Chile, China, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Egypt, El Salvador, Equatorial Guinea, Gabon, Ghana, India, Israel, Kenya, South Korea, Lao People DemocraticRepublic, Lebanon, Mexico, Moldova, Morocco, Nigeria, Pakistan, Peru, Senegal, South Africa, Thailand, Trinidad and Tobago, Venezuela

4. DEVELOPING COUNTRIES

QUESTION 13

“In the context of the green economy debate, which are the main topics for developing countries among the following ones? (Select up to 2)”

A – Poverty eradication

B – Inequalities reduction

C – Increase of decent jobs

D – Innovation

E – Easy access to green technologies

F – Preference for technologies that avoid job loss

G – The right to a slower transition to green economy

Question 13									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
BRAZIL	Count	312	571	98	532	434	136	160	2243
	%	13,91%	25,46%	4,37%	23,72%	19,35%	6,06%	7,13%	
SWEDEN	Count	26	15	6	16	28	4	6	101
	%	25,74%	14,85%	5,94%	15,84%	27,72%	3,96%	5,94%	
FRANCE	Count	56	40	25	38	59	20	27	265
	%	21,13%	15,09%	9,43%	14,34%	22,26%	7,55%	10,19%	
OTHER ANNEX I	Count	31	18	7	13	23	7	12	111
	%	27,93%	16,22%	6,31%	11,71%	20,72%	6,31%	10,81%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	27	16	5	15	15	6	9	93
	%	29,03%	17,20%	5,38%	16,13%	16,13%	6,45%	9,68%	

A – Brazil

Question 13									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	52	97	16	89	65	19	33	371
	%	14,02%	26,15%	4,31%	23,99%	17,52%	5,12%	8,89%	
BUSINESS	Count	21	35	8	50	34	9	13	170
	%	12,35%	20,59%	4,71%	29,41%	20,00%	5,29%	7,65%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	217	391	65	342	295	90	104	1504
	%	14,43%	26,00%	4,32%	22,74%	19,61%	5,98%	6,91%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	6	28	6	23	15	10	4	92
	%	6,52%	30,43%	6,52%	25,00%	16,30%	10,87%	4,35%	
OTHER	Count	16	20	3	28	25	8	6	106
	%	15,09%	18,87%	2,83%	26,42%	23,58%	7,55%	5,66%	

Respondents from Brazil acknowledge the reduction of inequalities and innovation as the main topics to be considered by developing countries in the context of the green economy debate. The first alternative account for a slightly larger share of total answers: 25% against 24% for the second one. Easy access to green technologies represents 19% of total answers. These two last results can be, though, due to a bias in the universe of Brazilian respondents, highly involved in innovation and technology issues.

Choices of NGO-related respondents regarding social and distributional issues reveal that they are the ones that account for the larger relative share on the alternatives “Inequalities reduction”, more than 30%, and “Preference for technologies that avoid job loss”, almost 11%. On the other hand, they represent the smaller relative share on option “Poverty eradication”, less than 6%.

B – Brazil compared to Sweden and France

Unlike Brazilian ones, Swedish and French respondents have given almost the same relative relevance to the access to green technologies and to poverty eradication as main topics for developing countries in the context of green economy debate. Access to green technologies accounts for 28% of Swedish respondents’ total answers and 22% of French’s, while poverty eradication accounts for 26% and 21%, respectively. For Brazilian respondents, these numbers are 19% and 14%. Inequality reduction, on the other hand, accounts for more than 25% and innovation for 24% of total answers.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other Non-Annex I countries

Comparing results for options “Poverty eradication” and “Inequalities reduction” among countries’ respondents, it is clear that only Brazilian respondents favor the second one. For all other respondents, the share of total answers corresponding to “Poverty eradication” is considerably larger than of “Inequalities reduction”, except for results of Brazilian respondents, for which they correspond to 14% and 25%, respectively. This can be due to the fact that Brazil is an emerging economy. Respondents from other non-Annex I countries, on the other hand, come from developing countries, but with different socio-economic features, therefore poverty eradication prevails.

Results for both other Annex I and other Non-Annex I countries’ respondents favor this option as the main topic developing countries should pursue, with 24% and 30% of answers respectively. Other Annex I countries’ respondents, though, compared to Swedish and French, giving considerable relevance to access to green technologies. Other non-Annex I countries’ respondents spread their choices almost equally among “Inequalities reduction”, “Innovation” and “Access to green technologies”, with 17%, 16% and 16% respectively.

5. RISKS AND BARRIERS

QUESTION 10

“Indicate the main risks of adopting a green economy (Select up to 2)”

A – Nourishment of tendency to worldwide economy stagnation

B – Maintenance of the disparities between developed and developing countries

C – Restriction of the growth perspectives of developing countries

D – Establishment of barriers to the international trade

E – Expansion of developed countries’ control over technology market

F – Transformation of social inclusion and poverty eradication objectives in second order ones

G – Other

H – No risks at all

Question 10										
		A	B	C	D	E	F	G	H	Total
BRAZIL	Count	94	296	385	341	428	222	65	162	1993
	%	4,72%	14,85%	19,32%	17,11%	21,48%	11,14%	3,26%	8,13%	
SWEDEN	Count	9	11	15	13	7	8	7	15	85
	%	10,59%	12,94%	17,65%	15,29%	8,24%	9,41%	8,24%	17,65%	
FRANCE	Count	15	45	29	19	31	44	8	33	224
	%	6,70%	20,09%	12,95%	8,48%	13,84%	19,64%	3,57%	14,73%	
OTHER ANNEX I	Count	5	16	18	10	11	11	10	18	99
	%	5,05%	16,16%	18,18%	10,10%	11,11%	11,11%	10,10%	18,18%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	6	11	25	12	10	12	3	6	85
	%	7,06%	12,94%	29,41%	14,12%	11,76%	14,12%	3,53%	7,06%	

Report A – Brazil

Question 10										
		A	B	C	D	E	F	G	H	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	7	46	76	72	79	29	5	26	340
	%	2,06%	13,53%	22,35%	21,18%	23,24%	8,53%	1,47%	7,65%	
BUSINESS	Count	13	21	25	30	22	14	8	17	150
	%	8,67%	14,00%	16,67%	20,00%	14,67%	9,33%	5,33%	11,33%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	68	197	251	211	282	165	43	105	1322
	%	5,14%	14,90%	18,99%	15,96%	21,33%	12,48%	3,25%	7,94%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	2	17	15	12	24	5	7	7	89
	%	2,25%	19,10%	16,85%	13,48%	26,97%	5,62%	7,87%	7,87%	
OTHER	Count	4	15	18	16	21	9	2	7	92
	%	4,35%	16,30%	19,57%	17,39%	22,83%	9,78%	2,17%	7,61%	

Brazilian respondents believe that the main risk of adopting a green economy would be the expansion of developed countries' control over technology market, as they traditionally hold scientific and technological knowledge, which is underlying for its establishment. This option accounts for more than 21% of total answers, followed by the restriction of the growth perspectives of developing countries, a concern already evidenced in question 6, with 19% of the share. The establishment of barriers to international trade is another risk hypothesized by Brazilian respondents, accounting for 17% of answers. In addition to non-green products barriers, it is possible that, if WTO disregards these issues, countries will mask protectionist measures as green measures.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

Results among Brazilian, Swedish and French respondents are slightly disparate. A considerable share of Swedish and French respondents is very confident about a green economy, as the alternative that its adoption wouldn't offer risks at all accounts for 18% and 15% of total answers, respectively.

Perpetuation of *status quo* is a major concern among French respondents, as the alternative with the largest share, 20%, is the maintenance of the disparities between developed and developing countries, followed by the transformation of social inclusion and poverty eradication objectives in second order ones, with almost the same percentage.

Swedish respondents, as Brazilian ones, have shown concern about the establishment of barriers to international trade (15%), but a slightly higher share believes it wouldn't offer risks at all (18%).

Report C – Brazil compared to other Annex-I countries and to other Non Annex-I countries

A large share of more than 18% of respondents from other Annex I countries, as those from Sweden and France, are confident about a risk-free adoption of a green economy. Only 7% of respondents from other Non-Annex I countries share this opinion, a little less than Brazilian ones, with 8% of total answers.

This result can be related to other alternatives that have been given relevance among other Annex I countries' respondents. The fact that respondents have also shown concern about a possible restriction of the growth perspectives of developing countries (18%) and of the maintenance of the disparities between developed and developing countries (16%), may suggest they believe there is no risk at all for them, but not for developing and least-developed countries.

One can remark that almost 30% of total answers from other non-Annex I countries' respondents lie in the alternative "Restriction of the growth perspectives of developing countries". Next come the establishment of barriers to the international trade, a risk that has been given importance among Brazilian respondents as well, and the transformation of social inclusion and poverty eradication objectives in second order ones, both accounting for 14% of total answers. It appears that respondents from other non-Annex I countries are more concerned about their countries' growth conditions, which can be threatened by some premises of the green economy.

QUESTION 11

“Indicate the main risks of NOT adopting a green economy (Select up to 2)”

A – Nourishment of tendency to worldwide economy stagnation

B – Maintenance of the disparities between developed and developing countries

C – Restriction of the growth perspectives of developing countries

D – Acceleration of climate change and its impacts

E – Irreversible loss of biological diversity and of potential use of the ecosystems

F – Delay on meeting the millennium goals

G – Other

H – No risks at all

Question 11										
		A	B	C	D	E	F	G	H	Total
BRAZIL	Count	69	166	80	840	905	131	36	14	2241
	%	3,08%	7,41%	3,57%	37,48%	40,38%	5,85%	1,61%	0,62%	
SWEDEN	Count	9	2	3	51	39	3	1	0	108
	%	8,33%	1,85%	2,78%	47,22%	36,11%	2,78%	0,93%	0,00%	
FRANCE	Count	11	18	14	111	103	24	5	0	286
	%	3,85%	6,29%	4,90%	38,81%	36,01%	8,39%	1,75%	0,00%	
OTHER ANNEX I	Count	3	6	4	49	42	8	7	1	120
	%	2,50%	5,00%	3,33%	40,83%	35,00%	6,67%	5,83%	0,83%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	4	10	5	38	35	4	2	0	98
	%	4,08%	10,20%	5,10%	38,78%	35,71%	4,08%	2,04%	0,00%	

Report A – Brazil

Question 11										
		A	B	C	D	E	F	G	H	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	12	30	21	145	143	20	5	1	377
	%	3,18%	7,96%	5,57%	38,46%	37,93%	5,31%	1,33%	0,27%	
BUSINESS	Count	9	7	5	64	70	7	4	3	169
	%	5,33%	4,14%	2,96%	37,87%	41,42%	4,14%	2,37%	1,78%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	43	115	48	552	615	91	24	9	1497
	%	2,87%	7,68%	3,21%	36,87%	41,08%	6,08%	1,60%	0,60%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	5	9	2	35	33	6	1	1	92
	%	5,43%	9,78%	2,17%	38,04%	35,87%	6,52%	1,09%	1,09%	
OTHER	Count	0	5	4	44	44	7	2	0	106
	%	0,00%	4,72%	3,77%	41,51%	41,51%	6,60%	1,89%	0,00%	

More than 77% of total answers of Brazilian respondents are related to the environmental challenge posed by the current economy. The irreversible loss of biological diversity and of potential use of the ecosystems accounts for 40% of answers, and the acceleration of climate change and its impacts, for 37%. In a much smaller scale, respondents from Brazil also have shown concern about the maintenance of the disparities between developed and developing countries (7%).

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

As observed for Brazilian respondents, there seems to be great consensus about the main risks of not adopting a green economy. Swedish respondents, though, have shown more concern about the acceleration of climate change and its impacts, an alternative that accounts for more than 47% of their total answers. For French respondents, this number was about 39%. In comparison to these countries' respondents, Brazilian ones consider the irreversible loss of biological diversity and of potential use of the ecosystems a greater risk (40%). This alternative is ranked in second by Swedish and French respondents, accounting for 36% of total answers in both countries.

Swedish respondents believe, as well, that not adopting a green economy poses the risk of nourishing the tendency to worldwide economy stagnation (8%), but not as much as they believe that adopting a green economy could do so (11%) (see Question 10). Brazilian

respondents, on the other hand, aren't that attentive to this risk, as only 3% of total answers mention it.

Also in a smaller scale, French respondents believe not adopting a green economy can cause a delay on meeting the millennium goals (8%), while Brazilian ones are more convinced of the maintenance of the disparities between developed and developing countries (7%).

Report C – Brazil compared to other Annex-I countries and to other Non Annex-I countries

Results for Brazilian respondents differ from those for other countries' respondents, as they were the only respondents who ranked the irreversible loss of biological diversity and of potential use of the ecosystems as the major risk of not adopting a green economy. This option accounts for 40% of total answers for Brazilian respondents, and 35% and 36% for other Annex I countries' and other non-Annex I countries', respectively.

As Swedish and French, respondents from other Annex I and other non-Annex I countries believe the main risk of not adopting a green economy is the acceleration of climate change and its impacts, with 41% and 39% of total answers, respectively. This option accounts for 37% of Brazilian respondents' answers.

QUESTION 15

“What are the main barriers to the introduction of a green economy? (Select up to 3)”

A – Prices distortion

B – Inadequate tax structure

C – Inadequate mechanism of incentive and credit

D – Insufficient public investment

E – Insufficient private investment

F – Environmental friendly technologies not yet economically viable

G – Inappropriate incentives to environmental friendly innovation

H – Inadequate current system of intellectual property rights

I – Inadequate legal and regulatory apparatus

J – Lack of payment for ecosystem services

Question 15												
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Total
BRAZIL	Count	212	201	420	341	179	493	407	113	422	320	3108
	%	6,82%	6,47%	13,51%	10,97%	5,76%	15,86%	13,10%	3,64%	13,58%	10,30%	
SWEDEN	Count	29	18	9	18	6	7	18	2	19	22	148
	%	19,59%	12,16%	6,08%	12,16%	4,05%	4,73%	12,16%	1,35%	12,84%	14,86%	
FRANCE	Count	32	41	47	36	24	40	47	18	38	38	361
	%	8,86%	11,36%	13,02%	9,97%	6,65%	11,08%	13,02%	4,99%	10,53%	10,53%	
OTHER ANNEX I	Count	20	18	24	10	10	10	21	3	21	25	162
	%	12,35%	11,11%	14,81%	6,17%	6,17%	6,17%	12,96%	1,85%	12,96%	15,43%	
OTHER NON ANNEX I	Count	12	5	13	20	17	16	20	3	15	16	137
	%	8,76%	3,65%	9,49%	14,60%	12,41%	11,68%	14,60%	2,19%	10,95%	11,68%	

A – Brazil

Question 15												
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	27	24	86	46	45	82	72	20	76	47	525
	%	5,14%	4,57%	16,38%	8,76%	8,57%	15,62%	13,71%	3,81%	14,48%	8,95%	
BUSINESS	Count	17	13	33	29	13	33	40	4	33	25	240
	%	7,08%	5,42%	13,75%	12,08%	5,42%	13,75%	16,67%	1,67%	13,75%	10,42%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	157	139	259	229	109	342	267	78	269	222	2071
	%	7,58%	6,71%	12,51%	11,06%	5,26%	16,51%	12,89%	3,77%	12,99%	10,72%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	6	11	23	17	3	18	12	4	19	14	127
	%	4,72%	8,66%	18,11%	13,39%	2,36%	14,17%	9,45%	3,15%	14,96%	11,02%	
OTHER	Count	5	14	19	20	9	18	16	7	25	12	145
	%	3,45%	9,66%	13,10%	13,79%	6,21%	12,41%	11,03%	4,83%	17,24%	8,28%	

Brazilian respondents believe the main barrier to the introduction of a green economy is the fact that environmental friendly technologies are not economically viable yet. This option accounts for nearly 16% of answers, followed by inadequate legal and regulatory apparatus and inadequate mechanism of incentive and credit, with 14% each, and inappropriate incentives to environmental friendly innovation, with 13%.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

French respondents appear to have an incentive-oriented perception about the barriers to a green economy. As Brazilian ones, they see inadequate mechanism of incentive and credit and inappropriate incentives to environmental friendly innovation as the main obstacles. The first option accounts for 14% of answers for Brazilian respondents and 13% for French ones, while the second one accounts for 13% for both. Another opinion these two countries' respondents share is that that economically infeasibility of some environmental friendly technologies is also a barrier. For Brazilian respondents, this is the main barrier, representing almost 16% of total answers. For French ones, on the other hand, it is as important as the inadequate tax structure, each one accounting for 11%.

Swedish respondents' results differ both from Brazilian's and for French's, as they elected prices distortion with 20% of total answers and lack of payment for ecosystem services with 15% as the main barriers to green economy. Swedish and Brazilian respondents share, though,

a similar opinion on inadequate legal and regulatory apparatus inhibiting the introduction of a green economy. For Brazilian respondents, this option corresponds to 14% of total answer, being the second main barrier, and for Swedish respondents it is the third one, with 13%.

C – Brazil compared to other Annex I and other Non-Annex I

Results for other Annex I countries' respondents converge with those for Brazil's. The first ones, though, consider the lack of payment for ecosystem services the main barrier to introduce green economy, with 15% of total answers, while Brazilians believe it is the fact that some environmental friendly technologies are not economically viable yet, accounting for 16% of total answers. Other alternatives correspond to similar shares: inadequate mechanism of incentive and credit accounts for 15% of other Annex I countries' respondents' answers and 14% for Brazilians ones'. Inappropriate incentives to environmental friendly innovation represent 13% of answers for both and inadequate legal and regulatory apparatus 13% and 14%, respectively.

Perception among other non-Annex I countries' respondents is distinguished. Even though the option "Inappropriate incentives to environmental friendly innovation" accounts for almost 15% of total answers, it is considered as important as insufficient public investment, which only Swedish respondents ranked high. Also, other non-Annex I countries respondents' believe that insufficient private investment are one of the main obstacles to introduce a green economy, with 12% of answers.

IMPLEMENTATION ISSUES

6. GOVERNANCE

QUESTIONS 21

“Concerning institutional framework requirements to promote a green economy, how would you rank the different institutional levels? (A – Low; B – Medium; C – High; D – Essential; E – Not Applied)”

International:

Question 21							
		A	B	C	D	E	Total
BRAZIL	Count	121	208	263	409	12	1013
	%	11,94%	20,53%	25,96%	40,38%	1,18%	
SWEDEN	Count	2	3	11	34	1	51
	%	3,92%	5,88%	21,57%	66,67%	1,96%	
FRANCE	Count	6	10	24	86	1	127
	%	4,72%	7,87%	18,90%	67,72%	0,79%	
OTHER ANNEX I	Count	4	5	15	33	0	57
	%	7,02%	8,77%	26,32%	57,89%	0,00%	
OTHER NON ANNEX I	Count	0	4	12	26	0	42
	%	0,00%	9,52%	28,57%	61,90%	0,00%	

A – Brazil

Question 21							
		A	B	C	D	E	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	14	47	51	59	0	171
	%	8,19%	27,49%	29,82%	34,50%	0,00%	
BUSINESS	Count	9	16	17	32	2	76
	%	11,84%	21,05%	22,37%	42,11%	2,63%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	90	127	170	282	10	679
	%	13,25%	18,70%	25,04%	41,53%	1,47%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	3	9	11	17	0	40
	%	7,50%	22,50%	27,50%	42,50%	0,00%	
OTHER	Count	5	9	14	19	0	47
	%	10,64%	19,15%	29,79%	40,43%	0,00%	

About 66% of respondents from Brazil believe that, concerning institutional framework requirements to promote a green economy, the international level is essential or highly relevant. More than 40% of respondents admit it is essential. Nearly 21% of respondents admit it is relevant in a medium degree and almost 12% in a low degree.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

Larger shares of Swedish and French respondents than of Brazilian ones believe that, concerning institutional framework requirements to promote a green economy, the international level is essential or highly relevant. While nearly 66% of Brazilian respondents consider the international level of high relevance or essential, 88 of Swedish and 86% of French ones do so.

French respondents are the ones who perceive the most the international level as essential, with nearly 68% of answers.

It is noteworthy that insignificant shares of respondents from Sweden and France consider it of low or medium relevance, while for Brazilian respondents these options account for 12% and 21% of total answers, respectively.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Compared to other Annex I countries' and other non-Annex I countries', Brazilian respondents are the ones that believe the least that the international level is essential or highly relevant concerning institutional framework requirements to promote a green economy. These options account for 84%, 90% and 66% of these respondents' answers, respectively.

Similar shares of respondents admit it is highly relevant: 26% for Brazil and other Annex I countries and 29% for other non-Annex I countries. However, more than 20% of respondents from Brazil ranked the international level as having medium relevance and nearly 12% as having low relevance. Some consensus can be identified for other Annex I countries, as 7% of respondents of them also admit it has little relevance, but not for other non-Annex I countries, as none of these respondents share this opinion.

National:

Question 21							
		A	B	C	D	E	Total
BRAZIL	Count	146	176	188	491	11	1012
	%	14,43%	17,39%	18,58%	48,52%	1,09%	
SWEDEN	Count	1	4	13	33	0	51
	%	1,96%	7,84%	25,49%	64,71%	0,00%	
FRANCE	Count	2	11	30	82	2	127
	%	1,57%	8,66%	23,62%	64,57%	1,57%	
OTHER ANNEX I	Count	2	4	12	39	0	57
	%	3,51%	7,02%	21,05%	68,42%	0,00%	
OTHER NON ANNEX I	Count	1	1	13	27	0	42
	%	2,38%	2,38%	30,95%	64,29%	0,00%	

A – Brazil

Question 21							
		A	B	C	D	E	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	23	33	36	79	0	171
	%	13,45%	19,30%	21,05%	46,20%	0,00%	
BUSINESS	Count	15	12	14	32	3	76
	%	19,74%	15,79%	18,42%	42,11%	3,95%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	102	115	118	336	8	679
	%	15,02%	16,94%	17,38%	49,48%	1,18%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	5	6	9	20	0	40
	%	12,50%	15,00%	22,50%	50,00%	0,00%	
OTHER	Count	1	10	11	24	6	52
	%	1,92%	19,23%	21,15%	46,15%	11,54%	

About 67% of respondents from Brazil believe that, concerning institutional framework requirements to promote a green economy, the national level is essential or highly relevant. Respondents related to Non-Governmental Institutions are the ones who account for the largest relative share, about 72%.

Almost half of Brazilian respondents believe the national level is essential concerning institutional framework requirements to promote a green economy. This number depicts the perception among Brazilian respondents that the national level is more relevant than the international level regarding this issue, as about 40% of them consider international level essential.

About 19% and 17% of respondents believe it is important in a high and medium degree, respectively.

B – Brazil compared to Sweden and France

Larger shares of Swedish and French respondents believe institutional framework requirements to promote a green economy at national level are essential or highly relevant than of Brazilian ones. These options account for nearly 90% of Swedish and 88% of French respondents' answers, but only 67% of Brazilian's. National framework was considered essential by 49% of Brazilian respondents and 65% of Swedish and French ones.

Nearly 14% and 17% of Brazilian respondents designated low or medium relevance, respectively, but these options represent insignificant shares for respondents from Sweden and France.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

As observed in results for Swedish and French respondents, large shares of other Annex I countries and other non-Annex I countries respondents believe national level is essential or highly relevant concerning institutional framework requirements to promote a green economy. More than 89% of other Annex I countries' respondents and 95% of other non-Annex I countries' respondents admit it, while nearly 67% of Brazilian ones do. Shares of respondents that admit it is essential are also larger for these countries than for Brazil: 69% and 64% against 49%.

More than 17% of respondents from Brazil ranked the international level as having medium relevance and nearly 14% as having low relevance, while for other Annex I and other non-Annex I countries' this shares are insignificant, especially for other non-Annex I countries.

Regional:

Question 21							
		A	B	C	D	E	Total
BRAZIL	Count	215	183	261	339	13	1011
	%	21,27%	18,10%	25,82%	33,53%	1,29%	
SWEDEN	Count	8	14	15	14	0	51
	%	15,69%	27,45%	29,41%	27,45%	0,00%	
FRANCE	Count	5	25	43	53	1	127
	%	3,94%	19,69%	33,86%	41,73%	0,79%	
OTHER ANNEX I	Count	2	11	22	22	0	57
	%	3,51%	19,30%	38,60%	38,60%	0,00%	
OTHER NON ANNEX I	Count	2	7	16	17	0	42
	%	4,76%	16,67%	38,10%	40,48%	0,00%	

A – Brazil

Question 21							
		A	B	C	D	E	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	37	33	52	49	0	171
	%	21,64%	19,30%	30,41%	28,65%	0,00%	
BUSINESS	Count	12	21	22	20	1	76
	%	15,79%	27,63%	28,95%	26,32%	1,32%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	153	116	159	238	11	677
	%	22,60%	17,13%	23,49%	35,16%	1,62%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	7	5	15	12	1	40
	%	17,50%	12,50%	37,50%	30,00%	2,50%	
OTHER	Count	6	8	13	20	0	47
	%	12,77%	17,02%	27,66%	42,55%	0,00%	

About 59% of Brazilian respondents believe the regional level is essential or highly relevant concerning institutional framework requirements to promote a green economy. This share is smaller than the ones regarding international and national levels. Respondents related to Non-Governmental Institutions and other activity sectors are the ones who account for the largest relative share, about 68% and 70%, respectively.

About 26% of respondents admit it is highly important. Larger shares of respondents associated to government, business and NGOs believe its relevance is high rather than essential.

Also, there are more respondents who consider it of low relevance (21%) than of medium (18%).

B – Brazil compared to Sweden and France

Similar shares of Brazilian and Swedish repliers admit the regional level is essential or highly relevant concerning institutional framework requirements to promote a green economy: 59% and 57%, respectively. Nearly 75% of French respondents share this opinion.

The majority of Brazilian and French respondents admit the regional level is essential: 34% and 42%, respectively, but this is not observed among Swedish respondents. About 29% of them consider it is highly relevant, while 27% believe it is essential and 27% consider it is important in a medium degree.

Nearly 26% of Brazilian respondents admit it is relevant in a high degree and 18% in a medium degree. For France, these numbers are 34% and 20%, respectively.

It is noteworthy that there are more Brazilian respondents who consider regional level as having little relevance rather than medium, which is not observed for other respondents, especially French ones, for which little relevance accounts for an insignificant share.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Results for other Annex I countries and other non-Annex I countries are closer to those for France than for Brazil or Sweden, as larger shares of respondents admit regional level is essential or highly relevant concerning institutional framework requirements to promote a green economy: 77% and 79%, respectively. For Brazil, this share accounts for 59%. Respondents who support it is essential are relatively more numerous in these countries than in Brazil: 39% and 40%, respectively, against 34%.

One can remark that a larger share of Brazilian respondents perceives the regional level as having little relevance than medium relevance. For other Annex I countries and other non-Annex I countries, these shares are not relevant.

Local:

Question 21							
		A	B	C	D	E	Total
BRAZIL	Count	253	164	173	400	19	1009
	%	25,07%	16,25%	17,15%	39,64%	1,88%	
SWEDEN	Count	11	10	13	17	0	51
	%	21,57%	19,61%	25,49%	33,33%	0,00%	
FRANCE	Count	17	14	26	67	2	126
	%	13,49%	11,11%	20,63%	53,17%	1,59%	
OTHER ANNEX I	Count	5	9	11	31	1	57
	%	8,77%	15,79%	19,30%	54,39%	1,75%	
OTHER NON ANNEX I	Count	5	4	8	25	0	42
	%	11,90%	9,52%	19,05%	59,52%	0,00%	

A – Brazil

Question 21							
		A	B	C	D	E	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	42	27	40	61	1	171
	%	24,56%	15,79%	23,39%	35,67%	0,58%	
BUSINESS	Count	11	19	17	28	1	76
	%	14,47%	25,00%	22,37%	36,84%	1,32%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	186	100	97	276	16	675
	%	27,56%	14,81%	14,37%	40,89%	2,37%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	7	4	13	15	1	40
	%	17,50%	10,00%	32,50%	37,50%	2,50%	
OTHER	Count	7	14	6	20	0	47
	%	14,89%	29,79%	12,77%	42,55%	0,00%	

Almost 57% of respondents from Brazil admit the local level is essential or highly relevant concerning institutional framework requirements to promote a green economy, a smaller share than for regional, national and international levels. Respondents related to Non-Governmental Institutions are the ones who account for the largest relative share, nearly 70%.

A larger percentage of respondents, 25%, perceive local level as having low relevance than high or medium, which account for 17% and 16%, respectively.

Results differed considerably between respondents related to NGOs and those related to other activity sectors. While 33% of NGO-related respondents consider local level as highly relevant, only 13% of respondents from other activity sectors do so. The opposite happens for

medium relevance: 10% of NGO related respondents and 30% of other activity sectors share this opinion.

B – Brazil compared to Sweden and France

Similar shares of Brazilian and Swedish repliers admit the local level is essential or highly relevant concerning institutional framework requirements to promote a green economy: 57% and 59%, respectively. Nearly 74% of French respondents share this opinion.

A large share of about 53% of French respondents admits local level is essential concerning institutional framework requirements to promote a green economy. Even though this option is the most representative for results for Brazilian and Swedish respondents, percentages for them are not that high: 40% and 33%, respectively.

There are more Swedish and French respondents who designated local level as highly relevant (25% and 21%, respectively) than with low or medium relevance. In Brazil, on the other hand, there are more respondents who admit its relevance is low rather than medium or high: (25%).

Only for local level results the percentage of Swedish and French respondents are higher for low relevance than for medium relevance, as observed for Brazilian respondents' results for regional level.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Results for other Annex I countries' and other non-Annex I countries' respondents are closer to those for French than for Brazilian or Swedish ones, as larger shares of respondents of these countries admit local level is essential or highly relevant concerning institutional framework requirements to promote a green economy: 74% and 79%, respectively. For Brazil, this share accounts for 57%.

About 40% of Brazilian respondents, 54% of other Annex I countries' and 60% of other non-Annex I countries' admit the local level is essential. Similar percentages of respondents admit local level's relevance as high: 17% for Brazil and 19% for other Annex I countries and other non-Annex I countries. However, for Brazilian respondents, this share is lower than the percentage of respondents who consider it has little relevance, which account for 25% of total answers.

As observed for French, Swedish and Brazilian respondents, a larger share of other non-Annex I countries consider local level as having low relevance rather than medium, a trend that is not observed for other Annex I countries.

QUESTIONS 22

“Is it necessary to reform the institutions at these different levels?” (A – Yes; B – No)

International:

Question 22				
		A	B	Total
BRAZIL	Count	913	99	1012
	%	90,22%	9,78%	
SWEDEN	Count	50	1	51
	%	98,04%	1,96%	
FRANCE	Count	110	14	124
	%	88,71%	11,29%	
OTHER ANNEX I	Count	52	4	56
	%	92,86%	7,14%	
OTHER NON ANNEX I	Count	37	4	41
	%	90,24%	9,76%	

A – Brazil

Question 22				
		A	B	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	150	20	170
	%	88,24%	11,76%	
BUSINESS	Count	69	6	75
	%	92,00%	8,00%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	612	67	679
	%	90,13%	9,87%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	38	2	40
	%	95,00%	5,00%	
OTHER	Count	44	4	48
	%	91,67%	8,33%	

More than 90% of respondents believe it is necessary to reform institutions at the international level.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

A larger share of Swedish respondents than of French or Brazilian ones admits it is necessary to reform the institutions at the international level: 98%, against 89% and 90%, respectively.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Nearly 93% of other Annex I countries' respondents believe it is necessary to reform the institutions at international level, a share slightly larger than of Brazilian and other non-Annex I countries' ones, for which that option accounts for 90%.

National:

Question 22				
		A	B	Total
BRAZIL	Count	956	54	1010
	%	94,65%	5,35%	
SWEDEN	Count	39	11	50
	%	78,00%	22,00%	
FRANCE	Count	100	25	125
	%	80,00%	20,00%	
OTHER ANNEX I	Count	46	10	56
	%	82,14%	17,86%	
OTHER NON ANNEX I	Count	41	0	41
	%	100,00%	0,00%	

A – Brazil

Question 22				
		A	B	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	159	11	170
	%	93,53%	6,47%	
BUSINESS	Count	72	3	75
	%	96,00%	4,00%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	643	34	677
	%	94,98%	5,02%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	38	2	40
	%	95,00%	5,00%	
OTHER	Count	44	4	48
	%	91,67%	8,33%	

Almost 95% of respondents admit it is necessary to reform institutions at national level.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

Almost 95% of Brazilian respondents believe institutional reforms are necessary at national level, whereas 78% of Swedish and 80% French ones share this opinion.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Nearly 82% of other Annex I countries' respondents believe it is necessary to reform the institutions at national level, less than of Brazilian and other non-Annex I countries' ones, for which that option accounts for 95% and 100%. Results for other Annex I countries' respondents are, therefore, more similar to Sweden's and France's than to other countries'.

Regional:

Question 22				
		A	B	Total
BRAZIL	Count	958	50	1008
	%	95,04%	4,96%	
SWEDEN	Count	31	19	50
	%	62,00%	38,00%	
FRANCE	Count	80	42	122
	%	65,57%	34,43%	
OTHER ANNEX I	Count	42	14	56
	%	75,00%	25,00%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	36	5	41
	%	87,80%	12,20%	

A – Brazil

Question 22				
		A	B	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	161	9	170
	%	94,71%	5,29%	
BUSINESS	Count	68	6	74
	%	91,89%	8,11%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	644	32	676
	%	95,27%	4,73%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	39	1	40
	%	97,50%	2,50%	
OTHER	Count	46		46
	%	#####	0,00%	

Nearly 95% of respondents admit it is necessary to reform institutions at regional level.

B – Brazil compared to Sweden and France

One can also remark that about 95% of Brazilian respondents believe institutional reforms are necessary at regional level, but only 62% of Swedish and 66% of French respondents share this opinion.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Regarding the necessity of institutional reforms at regional level, results for other Annex I countries' respondents are more similar to those for France's and Sweden's, accounting for 75% of total answers. The outcome for other non-Annex I countries' respondents, on the other hand, are closer to those for Brazilian ones, as they represent 88% and 95%, respectively.

Local:

Question 22				
		A	B	Total
BRAZIL	Count	967	35	1002
	%	96,51%	3,49%	
SWEDEN	Count	33	17	50
	%	66,00%	34,00%	
FRANCE	Count	79	44	123
	%	64,23%	35,77%	
OTHER ANNEX I	Count	40	16	56
	%	71,43%	28,57%	
OTHER NON ANNEX I	Count	35	4	39

%	89,74%	10,26%	
---	--------	--------	--

A – Brazil

Question 22				
		A	B	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	164	5	169
	%	97,04%	2,96%	
BUSINESS	Count	71	4	75
	%	94,67%	5,33%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	650	22	672
	%	96,73%	3,27%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	37	2	39
	%	94,87%	5,13%	
OTHER	Count	45	2	47
	%	95,74%	4,26%	

Almost 97% of total respondents admit reforms are necessary at local level, a trend also observed for international, national and regional levels.

B – Brazil compared to Sweden and France

Brazilian respondents are the ones who support the most institutional reforms at local level, as 97% of them admit they are necessary, whereas only 66% of Swedish and 64% of French ones share this opinion.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Regarding the institutional reform requirements at local level, results for other Annex I countries are more similar to those for France and Sweden, accounting for 71% of total answers. Other non-Annex I countries' results, on the other hand, are closer to those for Brazil, as they represent 90% and 97%, respectively.

QUESTION 20

“What are the most important national institutions necessary to raise a green economy?”
(Select up to 2)

A – Regulatory and supervisory agencies

B – Funding institutions

C – Business confederations

D – Workers’ unions

E – Broadcast organizations

F – Education institutions

G – Centers and networks of research and information dissemination

Question 20									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
BRAZIL	Count	477	470	159	4	90	325	503	2028
	%	23,52%	23,18%	7,84%	0,20%	4,44%	16,03%	24,80%	
SWEDEN	Count	35	17	15	3	2	14	11	97
	%	36,08%	17,53%	15,46%	3,09%	2,06%	14,43%	11,34%	
FRANCE	Count	89	41	16	9	1	36	48	240
	%	37,08%	17,08%	6,67%	3,75%	0,42%	15,00%	20,00%	
OTHER ANNEX I	Count	40	21	9	4	3	11	22	110
	%	36,36%	19,09%	8,18%	3,64%	2,73%	10,00%	20,00%	
OTHER NON ANNEX I	Count	29	19	7	2	0	13	13	83
	%	34,94%	22,89%	8,43%	2,41%	0,00%	15,66%	15,66%	

A – Brazil

Question 20									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	85	77	43	0	15	47	79	346
	%	24,57%	22,25%	12,43%	0,00%	4,34%	13,58%	22,83%	
BUSINESS	Count	35	38	20	0	4	24	30	151
	%	23,18%	25,17%	13,25%	0,00%	2,65%	15,89%	19,87%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	304	318	81	3	62	235	357	1360
	%	22,35%	23,38%	5,96%	0,22%	4,56%	17,28%	26,25%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	26	18	6	0	1	8	19	78
	%	33,33%	23,08%	7,69%	0,00%	1,28%	10,26%	24,36%	
OTHER	Count	27	19	9	1	8	11	18	93
	%	29,03%	20,43%	9,68%	1,08%	8,60%	11,83%	19,35%	

Brazilian respondents believe the most important national institutions necessary to raise a green economy are centers and networks of research and information dissemination. This option accounts for 25% of total answers, followed by regulatory and supervisory agencies and funding institutions, which represent nearly 24% and 23%, respectively.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

Respondents from Sweden and France favored regulatory and supervisory agencies as important national institutions necessary to raise a green economy over centers and networks of research and information dissemination, as this option accounts for 36% and 37% of total answers for French and Swedish respondents, respectively, but only 24% for Brazilian ones. Centers and networks of research and information dissemination are considered the most important national institution by Brazilian respondents, with almost 25% of answers. French respondents have also given relevance to this option, which was the second most selected, with 20% of answers, but did not appeal Swedish respondents.

Funding institutions also account for large shares for all respondents, especially Brazilians. It represents 23% of answers for these respondents, 16% for Swedish ones and 17% for French ones.

One can remark that Swedish respondents have considered business confederations as one of the three most important national institutions necessary to promote a green economy, representing more than 15% of answers, an option that has not been given much relevance by Brazilian and French respondents.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Results for respondents from other Annex I and for other non-Annex I countries are similar to those for Brazilian ones, but with changes in the ranking and in the weight given to regulatory and supervisory agencies. As France's and Sweden's, respondents from other Annex I countries and other non-Annex I countries have considered this option by far the most important one to raise a green economy, with nearly 37% and 35% of total answers. For Brazilian respondents, it represents about 24%, coming after centers and networks of research

and information dissemination, with 25%. This alternative is considered the second most important one by other Annex I countries' respondents, representing 20% of total answers, and the third most important by other non-Annex I countries' ones, with 16%. Also accounting for 16% of answers from other non-Annex I countries' respondents, there are education institutions. This is the same share observed in results for Brazilian ones, while for respondents from other Annex I countries they account for 10% of total answers.

Funding institutions represent 23% of answers for Brazilian respondents, 19% of other Annex I countries' respondents and almost 23% for other non-Annex I countries' respondents, by which it is considered the second most important one.

QUESTION 14

“What major changes in the international order would be required to make feasible a transition to a greener economy worldwide? (Select up to 2)”

A – Progress in the implementation of the UN conventions risen at Rio-92 (biodiversity, climate change and desertification)

B – Strengthening of UN environmental institutions

C – Increasing role of other global governance mechanisms and institutions

D – Taking into account environmental and social concerns in issues dealt with by the World Trade Organization

E – Impose taxes on international financial transactions to raise funds for green economy initiatives

F – Establishment of a special pricing system for global commons

G – Establishing targets and a compliance system for meeting sustainable development goals

Question 14									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
BRAZIL	Count	452	166	255	427	186	118	572	2176
	%	20,77%	7,63%	11,72%	19,62%	8,55%	5,42%	26,29%	
SWEDEN	Count	13	10	16	24	5	17	18	103
	%	12,62%	9,71%	15,53%	23,30%	4,85%	16,50%	17,48%	
FRANCE	Count	42	28	36	59	48	24	33	270
	%	15,56%	10,37%	13,33%	21,85%	17,78%	8,89%	12,22%	
OTHER ANNEX I	Count	18	13	11	21	15	19	18	115
	%	15,65%	11,30%	9,57%	18,26%	13,04%	16,52%	15,65%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	24	8	18	14	4	8	15	91
	%	26,37%	8,79%	19,78%	15,38%	4,40%	8,79%	16,48%	

A – Brazil

Question 14									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	67	31	45	84	26	16	92	361
	%	18,56%	8,59%	12,47%	23,27%	7,20%	4,43%	25,48%	
BUSINESS	Count	26	11	28	27	18	11	44	165
	%	15,76%	6,67%	16,97%	16,36%	10,91%	6,67%	26,67%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	314	110	168	279	116	80	390	1457
	%	21,55%	7,55%	11,53%	19,15%	7,96%	5,49%	26,77%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	22	3	6	20	13	5	20	89
	%	24,72%	3,37%	6,74%	22,47%	14,61%	5,62%	22,47%	
OTHER	Count	23	11	8	17	13	6	26	104
	%	22,12%	10,58%	7,69%	16,35%	12,50%	5,77%	25,00%	

The option that accounts for the larger share of total answers among Brazilian respondents is the establishment of targets and a compliance system for meeting sustainable development goals, with about 26%. Main results seem related to governance issues, since progress in the implementation of the UN conventions raised at Rio-92, such as biodiversity, climate change and desertification comes next, with 21%.

Almost 20% of answers correspond to taking into account environmental and social concerns in issues dealt with by the World Trade Organization.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

French and Swedish respondents consider that taking into account environmental and social concerns in issues dealt with by the World Trade Organization is the most important change that has to be made in order to make feasible a transition to a greener economy worldwide, an option that accounts for 23% and 22%, respectively. Brazilian respondents, on the other hand, don't consider it as important as establishing targets and a compliance system for meeting sustainable development goals or making progress in the implementation of the UN conventions risen at Rio-92, as these options correspond to a larger share of answers, with 26%, 21% and 20%, respectively. French respondents share the Brazilian priority on making progress in the implementation of the UN conventions risen at Rio-92, coming in third with

16%. Swedish respondents agree on establishing targets and a compliance system for meeting sustainable development goals, which comes in second with 17%.

Results for France depict also the confidence in the imposition of taxes on international financial transactions to raise funds for green economy initiatives, an option that accounts for 18% of their answers. Nearly 17% of Swedish respondents' total answers propose the establishment of a special pricing system for global commons.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other Non-Annex I countries

Respondents from other Annex I countries ranked progress in the implementation of the UN conventions risen at Rio-92, taking into account environmental and social concerns in issues dealt with by the WTO, the establishment of a special pricing system for global commons and of targets and a compliance system for meeting sustainable development goals almost equally. As those from Sweden and France, they prioritize taking into account environmental and social concerns in issues dealt with by the World Trade Organization as a major change to enable the transition to a green economy. More than 18% their of answers correspond to this option, followed by the establishment of a special pricing system for global commons, with 17%. Results for other Annex I countries' respondents are similar to those of Swedish ones. This price-oriented measure is also hypothesized by them and so is establishing targets and a compliance system for meeting sustainable development goals, which accounts for 16% of other Annex I countries' answers.

Other non-Annex I countries' respondents, as Brazil's, also consider establishing targets and a compliance system for meeting sustainable development goals a priority, but not as much as the progress in the implementation of the UN conventions risen at Rio-92, such as biodiversity, climate change and desertification. The first option accounts for 26% and 16% of total answers for Brazilian and other non-Annex I countries' respondents and the second one for 21% and 26%, respectively.

It is also noteworthy that other non-Annex I countries' respondents were the only ones that didn't elected taking into account environmental and social concerns in issues dealt with by the World Trade Organization among its top three options. The alternative "Increasing role of other global governance mechanisms and institutions", for its turn, came second in its ranking, even though it has not received much relevance other respondents.

7. AGENDA

QUESTION 09

“Which are the most important ways to make the current economy greener? (Select up to 3)”

A – Increasing the share of renewable sources of energy

B – Increasing the share of low carbon sources of energy

C – Reducing the discharge of pollutants to nature

D – Appropriately defining and pricing environmental externalities

E – Applying taxes and penalties to non-green products, technologies, industries and services

F – Applying tax benefits and subsidies to green products, technologies, industries and services

G – Other

Question 09									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
BRAZIL	Count	730	425	550	451	230	822	99	3307
	%	22,07%	12,85%	16,63%	13,64%	6,95%	24,86%	2,99%	
SWEDEN	Count	28	20	23	34	30	18	5	158
	%	17,72%	12,66%	14,56%	21,52%	18,99%	11,39%	3,16%	
FRANCE	Count	67	51	67	88	70	52	13	408
	%	16,42%	12,50%	16,42%	21,57%	17,16%	12,75%	3,19%	
OTHER ANNEX I	Count	31	19	19	45	24	22	9	169
	%	18,34%	11,24%	11,24%	26,63%	14,20%	13,02%	5,33%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	30	18	22	23	13	31	4	141
	%	21,28%	12,77%	15,60%	16,31%	9,22%	21,99%	2,84%	

Report A – Brazil

Question 09									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	129	63	85	91	37	145	9	559
	%	23,08%	11,27%	15,21%	16,28%	6,62%	25,94%	1,61%	
BUSINESS	Count	57	27	36	35	19	64	11	249
	%	22,89%	10,84%	14,46%	14,06%	7,63%	25,70%	4,42%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	481	301	382	284	157	540	66	2211
	%	21,75%	13,61%	17,28%	12,84%	7,10%	24,42%	2,99%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	32	18	18	21	7	35	7	138
	%	23,19%	13,04%	13,04%	15,22%	5,07%	25,36%	5,07%	
OTHER	Count	31	16	29	20	10	38	6	150
	%	20,67%	10,67%	19,33%	13,33%	6,67%	25,33%	4,00%	

The alternative that accounts for the largest share of answers for Brazilian respondents proposes the application of tax benefits and the grant of subsidies to green products, technologies, industries and services to make the current economy greener. The application of taxes and penalties to non-green analogues was considerably less appreciated, with only 7% of total alternatives. In second, comes the increase in the share of renewable sources of energy. Despite the Brazilian energy matrix being already largely renewable, there is major perception that these sources also have strong social potential. The reduction of pollutant discharges into nature accounts for approximately 17% of total share, which depicts the perception that the respect of nature boundaries is fundamental in a green economy.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

Report B – Brazil compared to Sweden and France

Swedish and French respondents are more biased to favor economic and monetary instruments to make the current economy greener than Brazilian ones. More than 21% of respondents of both countries selected the definition and pricing of environmental externalities as the most important way to promote a green economy, while 14% of Brazilian respondents share this opinion.

When it comes to economic instruments, respondents from these two countries are, contrary to Brazilian ones, more in favor of the penalty of non-green goods, services, technologies and industries than of the fostering of green ones. The first option accounts for

7% for Brazilian respondents, 19% for Swedish and 17% for French ones, and the second one for 25%, 11% and 13%, respectively.

Considerable relevance has been given to the increase of renewable sources of energy both by Swedish and French respondents, but not as much as by Brazilian ones. This alternative represents 18%, 16% and 22% of total answers, respectively.

Report C – Brazil compared to other Annex I countries and to other Non-Annex I countries

Results are very similar between Brazilian respondents and other Non-Annex I respondents, except that these have given little more relevance to defining and pricing environmental externalities while Brazilian ones have favored reducing the discharge of pollutants to nature.

Other Annex I countries' respondents have given even greater weight to the definition and pricing of environmental externalities, roughly 27% against only 14% and 16% for Brazilian respondents and other Non-Annex I countries' respondents, respectively. As Swedish and French respondents, they have also favored penalizing non-green goods, services, industries and technologies with 14% of total answers, against only 7% for Brazilian respondents.

QUESTION 26

“What are the most relevant sectors for the implementation of a green economy in your country? (Select up to 5)”

A – Agriculture, cattle, fishing

B – Forestry

C – Mining

D – Industry

E – Construction, buildings

F – Water, waste, sanitation

G – Services

H – Tourism

I – Transport

J – Energy

K – Cities

L – Rural

Question 26														
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	Total
BRAZIL	Count	554	426	328	653	343	735	58	35	613	518	494	107	4864
	%	11,39%	8,76%	6,74%	13,43%	7,05%	15,11%	1,19%	0,72%	12,60%	10,65%	10,16%	2,20%	
SWEDEN	Count	29	16	7	36	25	4	0	1	45	31	22	0	216
	%	13,43%	7,41%	3,24%	16,67%	11,57%	1,85%	0,00%	0,46%	20,83%	14,35%	10,19%	0,00%	
FRANCE	Count	101	9	5	67	82	30	8	10	93	83	68	8	564
	%	17,91%	1,60%	0,89%	11,88%	14,54%	5,32%	1,42%	1,77%	16,49%	14,72%	12,06%	1,42%	
OTHER ANNEX I	Count	33	6	6	27	28	21	7	6	43	43	33	7	260
	%	12,69%	2,31%	2,31%	10,38%	10,77%	8,08%	2,69%	2,31%	16,54%	16,54%	12,69%	2,69%	
OTHER NON ANNEX I	Count	27	12	20	20	11	24	4	5	21	29	21	3	197
	%	13,71%	6,09%	10,15%	10,15%	5,58%	12,18%	2,03%	2,54%	10,66%	14,72%	10,66%	1,52%	

A – Brazil

Question 26														
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	88	67	48	120	60	124	14	6	122	90	91	12	842
	%	10,45%	7,96%	5,70%	14,25%	7,13%	14,73%	1,66%	0,71%	14,49%	10,69%	10,81%	1,43%	
BUSINESS	Count	43	33	27	43	28	51	7	2	51	31	36	7	359
	%	11,98%	9,19%	7,52%	11,98%	7,80%	14,21%	1,95%	0,56%	14,21%	8,64%	10,03%	1,95%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	379	291	221	437	233	490	29	23	389	358	327	82	3259
	%	11,63%	8,93%	6,78%	13,41%	7,15%	15,04%	0,89%	0,71%	11,94%	10,98%	10,03%	2,52%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	22	14	15	23	12	33	4	3	24	17	22	5	194
	%	11,34%	7,22%	7,73%	11,86%	6,19%	17,01%	2,06%	1,55%	12,37%	8,76%	11,34%	2,58%	
OTHER	Count	22	21	17	30	10	37	4	1	27	22	18	1	210
	%	10,48%	10,00%	8,10%	14,29%	4,76%	17,62%	1,90%	0,48%	12,86%	10,48%	8,57%	0,48%	

Brazilian respondents believe the most relevant sector for the implementation of a green economy in Brazil is water, waste and sanitation. This option accounts for nearly 15% of total answers, followed by industry and transport, with 13% of answers each.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

Brazilian respondents believe the most relevant sector for the implementation of a green economy in Brazil is water, waste and sanitation. This option accounts for nearly 15% of total answers, followed by industry and transport, with 13% of answers each. Swedish respondents have not given much importance to water, waste and sanitation, but they also admit transport and industry are relevant sectors for the implementation of a green economy in their country. These options account for 21% and 17% of their answers, the largest shares. The energy sector was also considered as relevant, representing 14% of their answers.

Results for French respondents differ a little from those of Brazilian and Swedish ones. French respondents considered agriculture, cattle and fishing the most important sector for the implementation of a green economy in France. This alternative represents 18% of their answers, followed by transport, with 16%, an option also contemplated by Brazilian and Swedish respondents. Energy and construction and building sectors come next, with 15% and 14% of total answers, respectively.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Brazilian respondents believe the most relevant sector for the implementation of a green economy in Brazil is water, waste and sanitation. This option accounts for nearly 15% of total answers, followed by industry and transport, with 13% of answers each.

Results for other Annex I countries' respondents are similar to those for French ones, but with variations in ranking. They considered the energy and transport sectors as the most relevant ones, with 17% of total answers each, followed by agriculture, cattle and fishing, accounting for 13% of answers.

Respondents from other non-Annex I countries have also given relevance to energy and agriculture, cattle, fishing sectors. These options account for 15% and 14% of their answers,

respectively. As Brazilian ones, respondents from other non-Annex I countries consider water, waste, sanitation as a relevant sector for the implementation of a green economy in their countries, representing 12% of total answers.

It is noteworthy that Brazilian respondents were the only ones who did not rank the energy sector in the top three most important sectors for the implementation of a green economy. This can be due to the fact that the Brazilian energy mix is cleaner than most other countries’.

Respondents from other non-Annex I countries, on the other hand, did not consider the transport sector as one of the three most important ones, while those from all other respondents did it.

QUESTION 18

“Concerning the promotion of a green economy, what sources of energy should be privileged? (Select up to 3)”

A – Coal

B – Oil

C – Gas

D – Nuclear

E – Hydro

F – Biomass

G – Wind

H – Solar

I – Geothermal

J – Ocean

Question 18												
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Total
BRAZIL	Count	8	14	105	68	323	527	788	887	74	205	2999
	%	0,27%	0,47%	3,50%	2,27%	10,77%	17,57%	26,28%	29,58%	2,47%	6,84%	
SWEDEN	Count	0	0	0	5	10	21	34	44	15	18	147
	%	0,00%	0,00%	0,00%	3,40%	6,80%	14,29%	23,13%	29,93%	10,20%	12,24%	
FRANCE	Count	0	0	7	16	31	49	78	98	56	43	378
	%	0,00%	0,00%	1,85%	4,23%	8,20%	12,96%	20,63%	25,93%	14,81%	11,38%	
OTHER ANNEX I	Count	0	0	0	3	15	19	43	53	20	11	164
	%	0,00%	0,00%	0,00%	1,83%	9,15%	11,59%	26,22%	32,32%	12,20%	6,71%	
OTHER NON ANNEX I	Count	1	0	4	4	15	14	27	36	7	10	118
	%	0,85%	0,00%	3,39%	3,39%	12,71%	11,86%	22,88%	30,51%	5,93%	8,47%	

A – Brazil

Question 18												
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	0	1	16	14	60	86	130	152	11	40	510
	%	0,00%	0,20%	3,14%	2,75%	11,76%	16,86%	25,49%	29,80%	2,16%	7,84%	
BUSINESS	Count	0	2	8	7	27	38	57	63	4	15	221
	%	0,00%	0,90%	3,62%	3,17%	12,22%	17,19%	25,79%	28,51%	1,81%	6,79%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	7	11	71	44	204	360	526	593	58	134	2008
	%	0,35%	0,55%	3,54%	2,19%	10,16%	17,93%	26,20%	29,53%	2,89%	6,67%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	0	0	7	0	13	18	32	37	1	10	118
	%	0,00%	0,00%	5,93%	0,00%	11,02%	15,25%	27,12%	31,36%	0,85%	8,47%	
OTHER	Count	1	0	3	3	19	25	43	42	0	6	142
	%	0,70%	0,00%	2,11%	2,11%	13,38%	17,61%	30,28%	29,58%	0,00%	4,23%	

Brazilian respondents believe the source of energy that should be privileged the most concerning the promotion of a green economy is solar energy, which accounts for almost 30% of total answers. Next come wind energy with about 26% and energy from biomass 18%.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

As Brazilian ones, Swedish and French respondents believe that solar energy is the source of energy that should receive greatest stimulus in the promotion of a green economy. This option represents 30% of Brazilian and Swedish respondents answers and 26% of French's. For all respondents, the second source of energy accounting for the largest share of total answers is wind power energy, with nearly 26%, 23% and 21% of answers, respectively.

According to Brazilian and Swedish respondents, biomass energy should also be given relevance, as it represents about 18% and 14% of their answers, respectively. The Swedish ones, though, have also chosen ocean and geothermal energy sources as relevant, as did French respondents. These respondents favored geothermal energy over biomass, with almost 15% of answers, an option that represents less than 3% of Brazilian respondents' answers.

Respondents from Brazil, on the other hand, have given some significant importance to hydropower energy. This result may be related to the large share of this source in the Brazilian energy matrix.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

For all respondents, solar energy is considered the source that should be the most privileged one in the process of fostering green economy. It represents 30% of Brazilian respondents' answers, 32% of other Annex I countries' and 31% of other non-Annex I countries'. Wind energy accounts for 26% of total answers for Brazilian and other Annex I countries' respondents and 23% for other non-Annex I countries' ones.

Results for other Annex I countries' respondents are closer to those of French ones, as they favored geothermal energy, with 12%, over other alternative sources. This option accounts for less than 3% of answers of Brazilian respondents.

Respondents from other non-Annex I countries, on the other hand, were the only ones that ranked hydropower energy among the three most important ones in the promotion of green economy. This option represents almost 13% of their answers, while 11% of Brazilian respondents and only 9% other Annex I countries'.

QUESTION 19

“Concerning the promotion of a green economy, what key energy technologies should be privileged? (Select up to 5)”

- A – Energy efficiency
- B – Smart grids
- C – Carbon capture and storage (CCS)
- D – Photovoltaic
- E – Heliothermic
- F – Fuel cells
- G – Hydrogen
- H – Tidal power
- I – Wave power
- J – Thermal conversion of biomass and waste
- K – Bioethanol
- L – Biodiesel
- M – Aviation biofuel
- N – Advanced cooking stoves to replace traditional use of firewood and charcoal
- O – Other

Question 19																	
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Total
BRAZIL	Count	749	365	292	466	300	187	320	225	212	520	417	650	90	83	31	4907
	%	15,26%	7,44%	5,95%	9,50%	6,11%	3,81%	6,52%	4,59%	4,32%	10,60%	8,50%	13,25%	1,83%	1,69%	0,63%	
SWEDEN	Count	45	25	12	24	2	12	4	5	17	14	2	5	4	19	9	199
	%	22,61%	12,56%	6,03%	12,06%	1,01%	6,03%	2,01%	2,51%	8,54%	7,04%	1,01%	2,51%	2,01%	9,55%	4,52%	
FRANCE	Count	119	64	32	75	35	11	19	25	44	65	7	6	9	36	7	554
	%	21,48%	11,55%	5,78%	13,54%	6,32%	1,99%	3,43%	4,51%	7,94%	11,73%	1,26%	1,08%	1,62%	6,50%	1,26%	
OTHER ANNEX I	Count	53	28	14	34	16	12	7	12	10	17	2	2	4	28	3	242
	%	21,90%	11,57%	5,79%	14,05%	6,61%	4,96%	2,89%	4,96%	4,13%	7,02%	0,83%	0,83%	1,65%	11,57%	1,24%	
OTHER NON ANNEX I	Count	33	15	15	23	5	8	11	9	8	20	11	8	1	15	0	182
	%	18,13%	8,24%	8,24%	12,64%	2,75%	4,40%	6,04%	4,95%	4,40%	10,99%	6,04%	4,40%	0,55%	8,24%	0,00%	

A – Brazil

Question 19																	
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	127	76	40	88	51	30	49	40	38	97	75	67	22	13	5	818
	%	15,53%	9,29%	4,89%	10,76%	6,23%	3,67%	5,99%	4,89%	4,65%	11,86%	9,17%	8,19%	2,69%	1,59%	0,61%	
BUSINESS	Count	59	29	19	34	16	16	24	17	11	44	28	19	5	4	4	329
	%	17,93%	8,81%	5,78%	10,33%	4,86%	4,86%	7,29%	5,17%	3,34%	13,37%	8,51%	5,78%	1,52%	1,22%	1,22%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	491	210	203	309	205	123	223	151	149	336	283	240	55	62	18	3058
	%	16,06%	6,87%	6,64%	10,10%	6,70%	4,02%	7,29%	4,94%	4,87%	10,99%	9,25%	7,85%	1,80%	2,03%	0,59%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	29	29	15	15	11	9	11	8	9	18	10	11	2	4	3	184
	%	15,76%	15,76%	8,15%	8,15%	5,98%	4,89%	5,98%	4,35%	4,89%	9,78%	5,43%	5,98%	1,09%	2,17%	1,63%	
OTHER	Count	43	21	15	20	17	9	13	9	5	25	21	13	6	0	1	218
	%	19,72%	9,63%	6,88%	9,17%	7,80%	4,13%	5,96%	4,13%	2,29%	11,47%	9,63%	5,96%	2,75%	0,00%	0,46%	

Brazilian respondents consider energy efficiency the main key energy technology that should be privileged in the promotion of green economy. This option accounts for nearly 15% of total answers, followed by biodiesel, which represents 13%, and thermal conversion of biomass and waste, with about 11%.

Respondents related to NGOs have given significant relevance to smart grids, as this option accounts for the largest share of this category's answers, along with energy efficiency: almost 16%.

B – Brazil compared to Sweden and France

Respondents from France and Sweden have given even more relevance than Brazilian ones to energy efficiency as the energy technology that should be privileged in the process of promoting green economy. This alternative accounts for almost 23% of Swedish respondents' answers, 21% of French's and 15% of Brazilian's. This result may be related to the fact that the energy sector in Sweden and in France is more carbon intensive than in Brazil.

Even though respondents from Brazil have designated solar energy as the source of energy that should be privileged the most, photovoltaic cells do not lie among the key technologies to promote green economy. For French respondents, on the other hand, it is considered the second most important one, representing more than 13% of total answers. For Swedish respondents, it accounts for 12%, following smart grids with 13%.

Thermal conversion of biomass and waste was considered a key technology to foster green economy by Brazilian and French respondents, for which it accounts for nearly 11% and 12% of answers, respectively.

One can remark that Brazilian respondents are the only ones that consider biodiesel as a relevant energy technology for promoting green economy. While it is ranked in second in results for Brazilian respondents, with almost more than 13% of total answers, it only represents 1% for French and less than 3% for Swedish ones.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other non-Annex I countries

Energy efficiency was considered the most important energy technology concerning the promotion of green economy, especially among Annex I countries' respondents. For these respondents, this option accounts for 22% of answers, a result similar to those for French and Swedish respondents. For other non-Annex I countries' respondents, it represents 18% and for Brazil's, 15%.

Unlike Brazilian respondents, both other Annex I and other non-Annex I countries' ones consider photovoltaic energy the second most important energy related technology to foster green economy. It represents 14% and 13% of their answers, respectively, but only 9% of Brazilian respondents'.

Other Annex I countries' respondents have also favored smart grids as a relevant energy technology, with almost 12% of total answers, as did France's and Sweden's. Results for other non-Annex I countries are closer to Brazil's, as in both thermal conversion of biomass and waste was considered relevant, representing 11% of answers. It is noteworthy that only in Brazil respondents believe biodiesel is a key technology concerning the promotion of green economy. This alternative accounts for more than 13% of their answers, but less than 1% for other Annex I countries' respondents and less than 5% for other non-Annex I countries'.

8. INSTRUMENTS AND INDICATORS

QUESTION 16

“What are the main instruments to stimulate a green economy?”

Economic: (Select up to 5)

- A – Taxes and market-based instruments to price externalities and enhance incentives for green innovation
- B – Cap-and-trade system to meet environmental obligations
- C – Subsidies and tax exemptions for green jobs
- D – Incentives/subsidies to overcome bias to incumbent technology
- E – Co-investment funds for market transformation
- F – Incentives for public-private partnerships towards environmental friendly technology projects
- G – Financing environmentally friendly solutions and companies
- H – Competition policy to introduce new green firms in the market
- I – Trade and investment policies for international green technology transfer
- J – Market development for green innovations
- K – Financial access for SMEs to adopt green innovation
- L – Reward/Penalty system to induce replacement of older polluting products by high efficient ones
- M – Encourage equipment and vehicles manufacturers to develop high efficient products
- N – Daily congestion charge for central cities to reduce traffic and vehicle emissions
- O – Public investment in commuter systems and infrastructure (i.e. shared bicycles and cars)

Question 16																	
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Total
BRAZIL	Count	473	134	388	311	138	603	373	146	394	435	264	399	286	88	413	4845
	%	9,76%	2,77%	8,01%	6,42%	2,85%	12,45%	7,70%	3,01%	8,13%	8,98%	5,45%	8,24%	5,90%	1,82%	8,52%	
SWEDEN	Count	48	18	8	19	13	10	11	6	14	15	10	12	6	7	18	215
	%	22,33%	8,37%	3,72%	8,84%	6,05%	4,65%	5,12%	2,79%	6,51%	6,98%	4,65%	5,58%	2,79%	3,26%	8,37%	
FRANCE	Count	90	44	29	26	38	54	36	15	37	29	37	51	15	14	42	557
	%	16,16%	7,90%	5,21%	4,67%	6,82%	9,69%	6,46%	2,69%	6,64%	5,21%	6,64%	9,16%	2,69%	2,51%	7,54%	
OTHER ANNEX I	Count	47	18	13	14	8	23	14	8	21	17	12	25	5	8	16	249
	%	18,88%	7,23%	5,22%	5,62%	3,21%	9,24%	5,62%	3,21%	8,43%	6,83%	4,82%	10,04%	2,01%	3,21%	6,43%	
OTHER NON ANNEX I	Count	27	11	12	16	11	24	15	8	23	14	13	9	5	5	8	201
	%	13,43%	5,47%	5,97%	7,96%	5,47%	11,94%	7,46%	3,98%	11,44%	6,97%	6,47%	4,48%	2,49%	2,49%	3,98%	

A – Brazil

Question 16																	
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	83	14	55	52	26	109	60	29	63	81	53	70	60	15	73	843
	%	9,85%	1,66%	6,52%	6,17%	3,08%	12,93%	7,12%	3,44%	7,47%	9,61%	6,29%	8,30%	7,12%	1,78%	8,66%	
BUSINESS	Count	34	14	34	21	16	47	31	12	24	26	24	28	24	4	22	361
	%	9,42%	3,88%	9,42%	5,82%	4,43%	13,02%	8,59%	3,32%	6,65%	7,20%	6,65%	7,76%	6,65%	1,11%	6,09%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	306	91	271	211	82	397	254	94	271	291	164	262	183	60	291	3228
	%	9,48%	2,82%	8,40%	6,54%	2,54%	12,30%	7,87%	2,91%	8,40%	9,01%	5,08%	8,12%	5,67%	1,86%	9,01%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	24	8	14	13	8	24	12	7	17	20	12	19	7	4	12	201
	%	11,94%	3,98%	6,97%	6,47%	3,98%	11,94%	5,97%	3,48%	8,46%	9,95%	5,97%	9,45%	3,48%	1,99%	5,97%	
OTHER	Count	26	7	14	14	6	26	16	4	19	17	11	20	12	5	15	212
	%	12,26%	3,30%	6,60%	6,60%	2,83%	12,26%	7,55%	1,89%	8,96%	8,02%	5,19%	9,43%	5,66%	2,36%	7,08%	

Brazilian respondents have elected incentives for public-private partnerships towards environmental friendly technology projects as the most important instrument to stimulate a green economy. This option accounts for more than 12% of answers, followed by taxes and market-based instruments to price externalities and enhance incentives for green innovation, with nearly 10%. Market development for green innovations comes next, representing 9% of total answers.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

Swedish and French respondents' opinions favor significantly taxes and market-based instruments to price externalities and enhance incentives for green innovation as the main instrument to stimulate green economy. In special for Swedish ones, this option accounts for a much higher share than any other, 22%. For French and Brazilian respondents, it accounts for 16% and 10% of total answers, respectively.

As Brazilian ones, French respondents believe incentives for public-private partnerships towards environmental friendly technology projects are a pivotal instrument to foster green economy, as this alternative corresponds to the second highest in French respondents' results, with 10%, and the first one for Brazil's, with 12%.

While Swedish respondents have elected incentives or subsidies to overcome bias to incumbent technology as the second most important tool to stimulate green economy, with 9% of total answers, Brazilian ones have favored market development for green innovations and French ones reward or penalty systems to induce replacement of older polluting products by high efficient ones, both with the same share.

It is noteworthy that the alternative "Cap-and-trade system to meet environmental obligations" has been given significant relevance by Swedish respondents, more than 8% of answers, but not by Brazilian ones, for which it accounts for less than 3%.

C – Brazil compared to other Annex I and other Non-Annex I

Results for both other Annex I countries' and other non-Annex I countries' respondents resemble those of France's, only with small changes in ranking. For both, taxes and market-

based instruments to price externalities and enhance incentives for green innovation were considered the main instrument to stimulate green economy, accounting for 19% of total answers for respondents from other Annex I countries, 13% for respondents from other non-Annex I countries and 16% for French ones.

Reward and penalty systems to induce replacement of older polluting products by high efficient ones came in second for other Annex I countries' respondents with 10% and in third for France's with 9%, while the opposite occurred to the alternative "Incentives for public-private partnerships towards environmental friendly technology projects".

Brazilian respondents were the only ones that didn't elect taxes and market-based instruments to price externalities and enhance incentives for green innovation as the main instrument to foster green economy. For them, this option comes in second, with nearly 10%, following incentives for public-private partnerships towards environmental friendly technology projects, with more than 12% of answers.

Other non-Annex I countries' respondents consider incentives for public-private partnerships towards environmental friendly technology projects the second most important alternative, with 12% of total answers. While Brazilian respondents elected market development for green innovations one of the most important tools, with 9% of answers, other non-Annex I countries' respondents favored trade and investment policies for international green technology transfer, with more than 11%.

QUESTION 16

“What are the main instruments to stimulate a green economy?”

Regulatory: (Select up to 4)

A – Public procurement, standards and regulations, in specific markets and circumstances to foster the demand for green innovation

B – Regulatory reform to introduce new green firms in the market

C – Reducing regulatory burdens for SMEs to adopt green innovation

D – Set social and environmental certification for companies

E – Develop and set environmental management models for companies and organizations

F – City and transport planning to support green solutions

G – Local government law specifying greenhouse gas emission reduction targets

H – Establishment of energy efficiency standards for guiding manufacturers’ production and consumers’ choice

I – Mandatory green building code requirements tailored to residential and non-residential buildings

J – Creation of a scheme of payment for ecosystem services

K – Creation of conservation units

Question 16													
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	Total
BRAZIL	Count	520	314	379	385	319	618	171	450	272	340	102	3870
	%	13,44%	8,11%	9,79%	9,95%	8,24%	15,97%	4,42%	11,63%	7,03%	8,79%	2,64%	
SWEDEN	Count	37	3	6	6	6	34	9	20	20	23	2	166
	%	22,29%	1,81%	3,61%	3,61%	3,61%	20,48%	5,42%	12,05%	12,05%	13,86%	1,20%	
FRANCE	Count	66	17	31	43	32	67	30	51	50	55	15	457
	%	14,44%	3,72%	6,78%	9,41%	7,00%	14,66%	6,56%	11,16%	10,94%	12,04%	3,28%	
OTHER ANNEX I	Count	37	12	9	17	14	26	15	28	17	28	5	208
	%	17,79%	5,77%	4,33%	8,17%	6,73%	12,50%	7,21%	13,46%	8,17%	13,46%	2,40%	
OTHER NON ANNEX I	Count	24	15	12	16	14	24	14	17	10	14	2	162
	%	14,81%	9,26%	7,41%	9,88%	8,64%	14,81%	8,64%	10,49%	6,17%	8,64%	1,23%	

A – Brazil

Question 16													
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	107	55	60	62	60	108	21	84	39	64	16	676
	%	15,83%	8,14%	8,88%	9,17%	8,88%	15,98%	3,11%	12,43%	5,77%	9,47%	2,37%	
BUSINESS	Count	44	29	36	23	24	39	12	33	16	24	5	285
	%	15,44%	10,18%	12,63%	8,07%	8,42%	13,68%	4,21%	11,58%	5,61%	8,42%	1,75%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	315	205	256	272	207	425	123	296	188	221	76	2584
	%	12,19%	7,93%	9,91%	10,53%	8,01%	16,45%	4,76%	11,46%	7,28%	8,55%	2,94%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	27	16	15	12	13	23	6	15	13	19	2	161
	%	16,77%	9,94%	9,32%	7,45%	8,07%	14,29%	3,73%	9,32%	8,07%	11,80%	1,24%	
OTHER	Count	27	9	12	16	15	23	9	22	16	12	3	164
	%	16,46%	5,49%	7,32%	9,76%	9,15%	14,02%	5,49%	13,41%	9,76%	7,32%	1,83%	

Brazilian respondents perceive city and transport planning to support green solutions as the main regulatory instrument to stimulate green economy. This option accounts for 16% of their total answers, followed by public procurement, standards and regulations, in specific markets and circumstances to foster the demand for green innovation, with 13%, and the establishment of energy efficiency standards for guiding manufacturers' production and consumers' choice with nearly 12%.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

French respondents, as Brazilian ones, consider city and transport planning to support green solutions the most important tool in regulatory scope to promote green economy. Public procurement, standards and regulations, in specific markets and circumstances to foster the demand for green innovation was ranked the second most important one. Each of these options accounts for 16% and 13% for Brazilian respondents and 15% and 14% for French ones, respectively. For Swedish respondents, though, this ranking changes, as the first option represents nearly 20% of total answers and the second one 22%.

Both Swedish and French respondents considered the creation of a scheme of payment for ecosystem services the third most relevant instrument to foster green economy, with 14% and 12% of total answers, an option that has not been given much relevance by Brazilian respondents. These, on the other hand, elected the establishment of energy efficiency

standards for guiding manufacturers' production and consumers' choice as fundamental, accounting for almost 12% of answers.

C – Brazil compared to other Annex I and other Non-Annex I

Results for other non-Annex I countries' respondents appear to be similar to those for Brazil's. While Brazilian respondents believe city and transport planning to support green solutions is the most important regulatory instrument to stimulate green economy, with 16% of total answers and public procurement, standards and regulations, in specific markets and circumstances to foster the demand for green innovation the second one, with 13%, other non-Annex I countries' respondents admit they have the same degree of relevance, accounting for nearly 15% each. Other Annex I countries' respondents don't give the same relevance to city and transport planning, but they present the largest relative share on public procurement, standards and regulations, nearly 18%.

Other non-Annex I countries' respondents also agree with Brazilian ones that the establishment of energy efficiency standards for guiding manufacturers' production and consumers' choice would be the third most important tool to foster green economy, with 10% and 12% of total answers, respectively. For other Annex I countries' respondents, this option comes in second with 13%, together with the creation of a scheme of payment for ecosystem services, an alternative also acknowledged by French and Swedish respondents.

QUESTION 16

“What are the main instruments to stimulate a green economy?”

Knowledge: (Select up to 5)

- A – Promotion of environmental education devoted to green economy
- B – Broad-based policies to strengthen innovation capabilities
- C – Investment in relevant R&D to overcome technological roadblocks and stimulate radical innovation
- D – International co-operation to overcome technological roadblocks and instigate radical innovation
- E – R&D support and tax incentives to overcome bias to incumbent technology
- F – Technology prizes to overcome bias to incumbent technology
- G – Front-runner approaches to introduce new green firms in the market
- H – Skills development for SMEs to adopt green innovation
- I – Linking SMEs to knowledge networks to adopt green innovation
- J – Improving information supply for SMEs to adopt green innovation
- K – Development of capabilities to foster international green technology transfer
- L – Intellectual property rights protection and enforcement to foster green technology development
- M – Intellectual property rights system adjustment to foster international green technology transfer
- N – Voluntary patent pools and collaborative mechanisms to foster green technology adoption

Question 16																
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	Total
BRAZIL	Count	674	469	591	402	478	168	245	264	185	151	421	123	298	191	4660
	%	14,46%	10,06%	12,68%	8,63%	10,26%	3,61%	5,26%	5,67%	3,97%	3,24%	9,03%	2,64%	6,39%	4,10%	
SWEDEN	Count	35	19	31	21	20	4	13	3	9	3	14	5	8	5	190
	%	18,42%	10,00%	16,32%	11,05%	10,53%	2,11%	6,84%	1,58%	4,74%	1,58%	7,37%	2,63%	4,21%	2,63%	
FRANCE	Count	74	36	64	64	47	9	12	35	37	16	40	12	17	40	503
	%	14,71%	7,16%	12,72%	12,72%	9,34%	1,79%	2,39%	6,96%	7,36%	3,18%	7,95%	2,39%	3,38%	7,95%	
OTHER ANNEX I	Count	37	23	31	31	18	5	14	16	10	8	16	7	7	9	232
	%	15,95%	9,91%	13,36%	13,36%	7,76%	2,16%	6,03%	6,90%	4,31%	3,45%	6,90%	3,02%	3,02%	3,88%	
OTHER NON ANNEX I	Count	29	20	25	21	13	6	4	13	10	8	19	6	12	7	193
	%	15,03%	10,36%	12,95%	10,88%	6,74%	3,11%	2,07%	6,74%	5,18%	4,15%	9,84%	3,11%	6,22%	3,63%	

A – Brazil

Question 16																
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	105	89	100	56	87	27	32	53	48	32	64	19	52	35	799
	%	13,14%	11,14%	12,52%	7,01%	10,89%	3,38%	4,01%	6,63%	6,01%	4,01%	8,01%	2,38%	6,51%	4,38%	
BUSINESS	Count	49	31	43	27	30	9	25	25	12	15	28	12	18	15	339
	%	14,45%	9,14%	12,68%	7,96%	8,85%	2,65%	7,37%	7,37%	3,54%	4,42%	8,26%	3,54%	5,31%	4,42%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	466	318	400	286	320	118	160	154	107	89	293	85	203	123	3122
	%	14,93%	10,19%	12,81%	9,16%	10,25%	3,78%	5,12%	4,93%	3,43%	2,85%	9,39%	2,72%	6,50%	3,94%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	25	17	26	15	21	8	12	20	8	7	15	2	12	8	196
	%	12,76%	8,67%	13,27%	7,65%	10,71%	4,08%	6,12%	10,20%	4,08%	3,57%	7,65%	1,02%	6,12%	4,08%	
OTHER	Count	29	14	22	18	20	6	16	12	10	8	21	5	13	10	204
	%	14,22%	6,86%	10,78%	8,82%	9,80%	2,94%	7,84%	5,88%	4,90%	3,92%	10,29%	2,45%	6,37%	4,90%	

Brazilian respondents believe the most important instrument to stimulate green economy in the knowledge scope is the promotion of environmental education devoted to green economy. This option accounts for more than 14% of total answers, followed by investment in relevant R&D to overcome technological roadblocks and stimulate radical innovation, with almost 13%. They have also considered relevant the R&D support and tax incentives to overcome bias to incumbent technology and broad-based policies to strengthen innovation capabilities, both accounting for 10% of answers.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

Comparing results for respondents from the three countries concerning main knowledge instruments to foster green economy, it is clear they converge. Brazilian, Swedish and French respondents consider the promotion of environmental education devoted to green economy the most important tool, with about 14%, 18% and 14% of total answers, respectively. The second most relevant instrument to stimulate green economy would be investment in relevant R&D to overcome technological roadblocks and stimulate radical innovation, accounting for 13%, 16% e 13%.

Nonetheless, Brazilian respondents favor R&D-related issues while Swedish and French ones favor international co-operation-related issues. For Brazilian respondents, the third most important option is R&D support and tax incentives to overcome bias to incumbent technology, with nearly 10% of total answers, and for Swedish and French respondents it is the international co-operation to overcome technological roadblocks and instigate radical innovation, with 11% and 13%, respectively.

C – Brazil compared to other Annex I and other Non-Annex I

Results comparing answers from other Annex I and other non-Annex I countries' respondents with Brazilians' show that perception among them don't differ much. The promotion of environmental education devoted to green economy is considered the most important tool by all respondents, accounting for 14% of total Brazilian respondents' answers, 16% of other Annex I countries' and 15% of other non-Annex I countries'. The second most relevant instrument to promote green economy in knowledge scope elected by respondents is

investment in relevant R&D to overcome technological roadblocks and stimulate radical innovation. This option accounts for 13% of answers of all of them. As France's and Sweden's respondents, other Annex I countries' and other non-Annex I countries' elected international co-operation to overcome technological roadblocks and instigate radical innovation as the third most relevant knowledge tool to promote green economy, with 13% and 11% of total answers, respectively. Brazilian respondents, on the other hand, don't believe it is as important as R&D support and tax incentives to overcome bias to incumbent technology or broad-based policies to strengthen innovation capabilities, which account for 10% of their answers each.

QUESTION 17

“Which indicators should be used to monitor green innovation efforts? (Select up to 2)”

A – Academic production in environmental friendly technologies

B – Pilot projects in environmental friendly technologies

C – Amount of R&D investment on green technologies

D – Patents on green technologies

E – Percentage of renewables sources of energy in the energy matrix

F – Intensity of greenhouse gases (GHG) emission in the economy (CO₂eq/GDP)

G – Energy intensity of the economy (TOE/GDP)

Question 17									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
BRAZIL	Count	238	301	482	245	309	293	146	2014
	%	11,82%	14,95%	23,93%	12,16%	15,34%	14,55%	7,25%	
SWEDEN	Count	1	12	16	12	17	24	15	97
	%	1,03%	12,37%	16,49%	12,37%	17,53%	24,74%	15,46%	
FRANCE	Count	15	29	60	23	33	49	43	252
	%	5,95%	11,51%	23,81%	9,13%	13,10%	19,44%	17,06%	
OTHER ANNEX I	Count	5	11	17	11	18	27	18	107
	%	4,67%	10,28%	15,89%	10,28%	16,82%	25,23%	16,82%	
OTHER NON ANNEX I	Count	9	14	15	7	18	16	5	84
	%	10,71%	16,67%	17,86%	8,33%	21,43%	19,05%	5,95%	

A – Brazil

Question 17									
		A	B	C	D	E	F	G	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	29	52	91	47	48	52	26	345
	%	8,41%	15,07%	26,38%	13,62%	13,91%	15,07%	7,54%	
BUSINESS	Count	12	19	40	21	23	17	16	148
	%	8,11%	12,84%	27,03%	14,19%	15,54%	11,49%	10,81%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	188	207	309	164	200	191	88	1347
	%	13,96%	15,37%	22,94%	12,18%	14,85%	14,18%	6,53%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	5	14	17	6	18	12	6	78
	%	6,41%	17,95%	21,79%	7,69%	23,08%	15,38%	7,69%	
OTHER	Count	4	9	25	7	20	21	10	96
	%	4,17%	9,38%	26,04%	7,29%	20,83%	21,88%	10,42%	

As seen in question 16, in the knowledge scope, Brazilian respondents appear to relate deeply the green economy to R&D. They consider the amount of R&D investment on green technologies the main indicator that should be used to monitor green innovation efforts, accounting for nearly 24% of total answers. They also favor clean energy and climate change mitigation issues: the intensity of greenhouse gases (GHG) emission in the economy (CO₂eq/GDP) and the percentage of renewable sources of energy in the energy matrix come in second with about 15% of total answers each. This alternative has been given some significant relevance by NGO-related respondents. Pilot projects in environmental friendly technologies accounts for nearly this same share, corroborating perception on the importance of R&D.

B – Brazil compared to Sweden and France

While Brazilian and French respondents consider the amount of R&D investment on green technologies the main indicator to monitor efforts related to green innovation, accounting for nearly 24% of total answers for each, for Swedish ones it lies in third, with about 16%. For them, the intensity of greenhouse gases (GHG) emission in the economy is the most important indicator, with 25% of answers. It is considered the second most important by French respondents France with 19% and the fourth most important by Brazilian ones, with 15%.

The percentage of renewable sources of energy in the energy matrix is not considered as important by French respondents as it is by Brazilian and Swedish ones, for which it represents 15% and 13% of total answers, respectively. They highlight, on the other hand, the relevance of the energy intensity of the economy (TOE/GDP) for monitoring green innovation efforts, with 17% of their answers.

C – Brazil compared to other Annex I and other Non-Annex I

Brazilian respondents' results compare to other non-Annex I countries', except with a different ranking among alternatives. The amount of R&D investment on green technologies is considered by Brazilian respondents the main indicator that should be used to monitor green innovation efforts, accounting for 24% of total answers, but it comes in third for other non-Annex I countries' ones, with 18%. The percentage of renewable sources of energy in the

energy matrix is considered the most important one for them, with 21% and second most important for Brazilian respondents, with 15%. Next comes the intensity of greenhouse gases (GHG) emission in the economy, representing 19%, an option that comes in fourth in Brazilians' results, after pilot projects in environmental friendly technologies, with little less than 15% of total answers.

As Swedish respondents, those from other Annex I countries believe the main indicator to monitor green innovation efforts should be the intensity of greenhouse gases (GHG) emission in the economy. Even though these respondents share the same opinion on the importance of the percentage of renewable sources of energy in the energy matrix, which accounts for 17% for other Annex I countries' results and 18% for Swedish ones, they disagree on the energy intensity of the economy. This option has been given the same degree of relevance as the percentage of renewable sources of energy by other Annex I countries respondents, which was not observed for Swedish ones (15%). French respondents also consider the energy intensity of the economy an important indicator, as it account for 17% of their total answers.

9. CONFERENCE TOPICS

QUESTION 23

“Which main topics should be emphasized in Rio+20? (Select up to 3)”

A – Implementation of sustainable practices by the productive sector

B – Advancing social and environmental issues on the public agenda

C – Improvement in science, technology and innovation for sustainable development

D – Political coalition between governments that drive to more consistent commitments

E – Adoption of mechanisms to raise transparency, social participation, human rights respect, and to avoid corruption

F – Other

Question 23								
		A	B	C	D	E	F	Total
BRAZIL	Count	705	478	765	472	458	49	2927
	%	24,09%	16,33%	26,14%	16,13%	15,65%	1,67%	
SWEDEN	Count	27	21	28	32	18	3	129
	%	20,93%	16,28%	21,71%	24,81%	13,95%	2,33%	
FRANCE	Count	68	69	61	75	66	5	344
	%	19,77%	20,06%	17,73%	21,80%	19,19%	1,45%	
OTHER ANNEX I	Count	34	33	24	30	27	9	157
	%	21,66%	21,02%	15,29%	19,11%	17,20%	5,73%	
OTHER NON-ANNEX I	Count	30	21	24	21	19	2	117
	%	25,64%	17,95%	20,51%	17,95%	16,24%	1,71%	

A – Brazil

Question 23								
		A	B	C	D	E	F	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	117	77	133	86	77	9	499
	%	23,45%	15,43%	26,65%	17,23%	15,43%	1,80%	
BUSINESS	Count	55	32	52	36	39	5	219
	%	25,11%	14,61%	23,74%	16,44%	17,81%	2,28%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	474	322	525	301	306	28	1956
	%	24,23%	16,46%	26,84%	15,39%	15,64%	1,43%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	30	17	26	22	18	3	116
	%	25,86%	14,66%	22,41%	18,97%	15,52%	2,59%	
OTHER	Count	29	30	29	27	18	4	137
	%	21,17%	21,90%	21,17%	19,71%	13,14%	2,92%	

Brazilian respondents emphasize technological issues to promote green economy, as seen in question 13. In this one, they have elected improving science, technology and innovation for sustainable development as the main topic that should be emphasized in Rio+20, with 26% of total answers. As highlighted before, though, this result can be related to the universe of Brazilian respondents, as they are deeply involved in issues related to technology and innovation.

Next comes the implementation of sustainable practices by the productive sector, accounting for 24% of answers. In a smaller degree, respondents have favored government and politic related topic as priorities in Rio+20: advancing social and environmental issues on the public agenda and political coalition between governments that drive to more consistent commitments accounted for nearly 16% each.

There were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

B – Brazil compared to Sweden and France

Swedish and French respondents have given more relevance to political coalition between governments that drive to more consistent commitments as a topic to be emphasized in Rio+20 than Brazilian ones, accounting for 25%, 22% and 16% of answers, respectively.

Respondents from Sweden, like those from Brazil, favor the improvement in science, technology and innovation for sustainable development. This option represents about 26% of total answers for Brazil's and 22% for Sweden's respondents' results. French respondents, on the other hand, emphasized advancing social and environmental issues on the public agenda coming second in their ranking with 20%. For Brazilian ones, this item accounts for nearly 16%, as does the political coalitions between governments that drive to more consistent commitments.

Respondents from all three countries share the perception that implementing sustainable practices by the productive sector should be a priority in the Conference. This alternative represents 24%, 21% and 20% for Brazil's, Sweden's and France's respondents, respectively.

C – Brazil compared to other Annex I countries and other Non-Annex I countries

The main topics that should be emphasized in Rio+20 according to other non-Annex I countries' respondents are the same of Brazil's, only with a slight change in ranking. While for Brazilian respondents the main topic should be improvement in science, technology and innovation for sustainable development, with 26% of total answers, for other non-Annex I countries' respondents this option is less important than the implementation of sustainable practices by the productive sector, representing 21% against 26% for the former. The alternatives "Advancing social and environmental issues on the public agenda" and "Political coalition between governments that drive to more consistent commitments" have also been given relevance by both Brazilian and other non-Annex I countries' respondents, accounting for 16% and 18% of total answers, respectively.

Other Annex I countries' respondents, on the other hand, don't perceive the improvement in science, technology and innovation for sustainable development as important as Brazil's and other non-Annex I countries', as this alternative is the fifth of their priority to Rio+20, with only about 15% of answers. Relative to other options that were considered important to Brazil, though, they share the same opinion: the implementation of sustainable practices by the productive sector account for 22% of total answers, advancing social and environmental issues on the public agenda for 21% and political coalition between governments that drive to more consistent commitments for 19%.

10. BRAZIL

QUESTION 28

“Para a exploração do petróleo do pré-sal brasileiro, qual dentre as seguintes condições você acha que deveria ser imposta?”

A – Direcionar os ganhos da exploração para financiar o “esverdeamento” da economia

B – Direcionar os ganhos da exploração para financiar as inovações voltadas para a redução dos impactos ambientais locais e globais

C – Aumentar os recursos dedicados à redução das desigualdades sociais e regionais

D – Favorecer o aumento da participação dos produtos petrolíferos não energéticos

E – Outra

F – Nenhuma

Question 28								
		A	B	C	D	E	F	Total
BRAZIL	Count	186	363	317	22	71	21	980
	%	18,98%	37,04%	32,35%	2,24%	7,24%	2,14%	

Question 28								
		A	B	C	D	E	F	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	39	59	55	1	9	2	165
	%	23,64%	35,76%	33,33%	0,61%	5,45%	1,21%	
BUSINESS	Count	12	33	15	1	8	3	72
	%	16,67%	45,83%	20,83%	1,39%	11,11%	4,17%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	120	233	224	19	46	16	658
	%	18,24%	35,41%	34,04%	2,89%	6,99%	2,43%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	5	21	9	0	5	0	40
	%	12,50%	52,50%	22,50%	0,00%	12,50%	0,00%	
OTHER	Count	10	17	14	1	3	0	45
	%	22,22%	37,78%	31,11%	2,22%	6,67%	0,00%	

About 37% of Brazilian respondents believe that revenues from pre-salt exploitation should be applied in financing innovation to reduce local and global environmental impacts.

Almost 53% of respondents related to NGOs and about 46% of respondents related to business are in favor of this alternative.

Nearly 33% of respondents believe it should be used to increase resources dedicated to reducing social and regional inequalities and about 19% of them it should be directed to financing the process of economy “greening”.

QUESTION 29

“Dentre os assuntos seguintes, constantes do documento brasileiro para a Rio+20, quais são em sua opinião os mais importantes? (selecione até 3)”

- A – Programa de proteção socioambiental global
- B – Objetivos do desenvolvimento sustentável
- C – Pacto global para produção e consumo sustentável
- D – Repositório de iniciativas para disseminação de boas práticas
- E – Protocolo internacional para o setor financeiro, que contemple a sustentabilidade socioambiental nas análises de risco e avaliações de projetos
- F – Novos indicadores para mensuração do desenvolvimento
- G – Pacto para uma economia verde inclusiva
- H – Obrigatoriedade de divulgação de relatórios de sustentabilidade por grandes empresas
- I – Índices de sustentabilidade comparáveis para referência de investimentos em bolsas de valores
- J – Coordenação de alto nível entre instituições internacionais envolvidas com o desenvolvimento sustentável
- K – Reforma e fortalecimento do conselho econômico e social da ONU
- L – Fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com contribuições obrigatórias
- M – Convenção global sobre acesso à informação, participação pública na tomada de decisões e acesso à justiça, em temas ambientais
- N – Ampliação da participação dos atores não-governamentais nos processos multilaterais

Question 29																
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	Total
BRAZIL	Count	221	263	490	87	320	374	285	101	88	123	71	146	163	114	2846
	%	7,77%	9,24%	17,22%	3,06%	11,24%	13,14%	10,01%	3,55%	3,09%	4,32%	2,49%	5,13%	5,73%	4,01%	

A – Brazil

Question 29																
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	Total
GOVERNMENT AND PARLIAMENT	Count	32	51	91	16	49	60	56	15	18	19	11	16	33	13	480
	%	6,67%	10,63%	18,96%	3,33%	10,21%	12,50%	11,67%	3,13%	3,75%	3,96%	2,29%	3,33%	6,88%	2,71%	
BUSINESS	Count	12	24	39	5	20	27	21	8	5	10	6	13	7	10	207
	%	5,80%	11,59%	18,84%	2,42%	9,66%	13,04%	10,14%	3,86%	2,42%	4,83%	2,90%	6,28%	3,38%	4,83%	
ACADEMIA AND RESEARCH	Count	160	169	318	62	215	252	179	72	60	84	49	104	110	85	1919
	%	8,34%	8,81%	16,57%	3,23%	11,20%	13,13%	9,33%	3,75%	3,13%	4,38%	2,55%	5,42%	5,73%	4,43%	
NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION	Count	6	9	18	1	13	18	20	3	4	5	4	3	8	4	116
	%	5,17%	7,76%	15,52%	0,86%	11,21%	15,52%	17,24%	2,59%	3,45%	4,31%	3,45%	2,59%	6,90%	3,45%	
OTHER	Count	11	10	24	3	23	17	9	3	1	5	1	10	5	2	124
	%	8,87%	8,06%	19,35%	2,42%	18,55%	13,71%	7,26%	2,42%	0,81%	4,03%	0,81%	8,06%	4,03%	1,61%	

A global agreement for sustainable production and consumption is considered by Brazilian respondents the most important topic in the Brazilian document for Rio+20. This alternative accounts for nearly 17% of total answers, followed by new indicators to measure development and an international protocol for the financial sector, covering social and environmental sustainability in the risk analysis and project evaluations, which represent 13% and 11% of answers, respectively.

Results analysis shows that there were no major discrepancies between answers by type of activity sector.

SURVEY

I. CONCEPTUAL ASPECTS

QUESTION 01

“The concept of green economy involves (Select up to 3):”

- A – Economy greening
- B – Low carbon economy (reduction of greenhouse gases emissions)
- C – Knowledge economy
- D – Reduction in the intensity of natural resources’ consumption
- E – Sustainable use of biodiversity
- F – Emphasis on ecosystem services
- G – Strengthening of regulation in market relations
- H – Establishment of commercial barriers to non-green products
- I – Reduction of inequalities
- J – Other issue

QUESTION 02

“Green economy related to the concept of sustainable development:”

- A – Is a synonym
- B – Is limited to the economic dimension of sustainable development
- C – Deals with a restricted concept of sustainable development
- D – Replaces the concept of sustainable development
- E – Is a tool to promote sustainable development

F – Other relation

G – Is not related at all

QUESTION 03

“Green growth related to the concept of green economy:”

A – Is a synonym

B – Is limited to the growth dimension of green economy

C – Deals with a restricted concept of green economy, with less emphasis on social dimensions

D – Replaces the concept of green economy

E – Other relation

F – Is not related at all

QUESTION 05

“Is the concept of green economy restricted to environmental performance?”

A – Yes

B – No, it includes additional factors such as social welfare, equity etc.

II. COUNTRIES' FEATURES

QUESTION 08

“Is the current economy sustainable or unsustainable?”

A – Sustainable

B – Unsustainable, but moving to the right direction

C – Unsustainable, and moving to the wrong direction

QUESTION 24

“What is your view concerning the following statements about your country? (A = strongly disagree; B = disagree; C = agree; D = strongly agree)”

Statements	1	2	3	4
It is economically sustainable				
It is environmentally sustainable				
It is socially sustainable				
Its economy is a green economy				
Its economy is greener than the average world's economy				

QUESTION 25

“Does a shift towards a green economy require major transformative changes in your country's economy and lifestyle or could small adjustments turn the current economy into a green economy?”

A – Major transformative changes are necessary

B – Small adjustments are enough

III. TRANSITION ISSUES

QUESTION 12

“Is it possible for a country to become entirely green on its own, i.e. can there be a green island in a brown ocean?”

A – Yes

B – No

QUESTION 06

“Is a green economy compatible with continued economic growth in terms of GDP?”

A – Yes, I believe a green economy will perform better in terms of GDP growth than the current economy

B – Yes, I believe a green economy will perform on similar growth rates in terms of GDP as the current economy

C – Yes, I believe a green economy is compatible with continued economic growth in terms of GDP but at a slower pace than the current economy

D – No, I believe a green economy can only be achieved with negative growth rates in terms of GDP for some time

QUESTION 07

“Which indicator should be used to measure green economy performance?”

A – GDP is not a perfect indicator but the best available proxy we have

B – “Green GDP”, in which social and ecological performance are incorporated

C – A welfare index – a weighted single indicator which combines a number of others

D – Several indicators – it is not possible to create a single one

E – Other

QUESTION 04

“How does the green economy differ from the current economy? (Select up to 3)”

- A – Promoting sustainable development
- B – Taking into account environmental externalities
- C – Reducing environmental impacts of human activities
- D – Emphasizing rational use of natural resources
- E – Promoting biodiversity sustainability
- F – Establishing critical view of consumption patterns
- G – Promoting poverty eradication
- H – Reducing inequalities
- I – Improving quality of life
- J – Accelerating economy’s growth
- K – Other issue

IV. DEVELOPING COUNTRIES

QUESTION 13

“In the context of the green economy debate, which are the main topics for developing countries among the following ones? (Select up to 2)”

- A – Poverty eradication
- B – Inequalities reduction
- C – Increase of decent jobs
- D – Innovation
- E – Easy access to green technologies
- F – Preference for technologies that avoid job loss
- G – The right to a slower transition to green economy

V. RISKS AND BARRIERS

QUESTION 10

“Indicate the main risks of adopting a green economy (Select up to 2)”

- A – Nourishment of tendency to worldwide economy stagnation
- B – Maintenance of the disparities between developed and developing countries
- C – Restriction of the growth perspectives of developing countries
- D – Establishment of barriers to the international trade
- E – Expansion of developed countries’ control over technology market
- F – Transformation of social inclusion and poverty eradication objectives in second order ones
- G – Other
- H – No risks at all

QUESTION 11

“Indicate the main risks of NOT adopting a green economy (Select up to 2)”

- A – Nourishment of tendency to worldwide economy stagnation
- B – Maintenance of the disparities between developed and developing countries
- C – Restriction of the growth perspectives of developing countries
- D – Acceleration of climate change and its impacts
- E – Irreversible loss of biological diversity and of potential use of the ecosystems
- F – Delay on meeting the millennium goals
- G – Other
- H – No risks at all

QUESTION 15

“What are the main barriers to the introduction of a green economy? (Select up to 3)”

- A – Prices distortion
- B – Inadequate tax structure
- C – Inadequate mechanism of incentive and credit
- D – Insufficient public investment
- E – Insufficient private investment
- F – Environmental friendly technologies not yet economically viable
- G – Inappropriate incentives to environmental friendly innovation
- H – Inadequate current system of intellectual property rights
- I – Inadequate legal and regulatory apparatus
- J – Lack of payment for ecosystem services

IMPLEMENTATION ISSUES

VI. GOVERNANCE

QUESTION 21

“Concerning institutional framework requirements to promote a green economy, how would you rank the different institutional levels? (A – Low; B – Medium; C – High; D – Essential; E – Not Applied)”

Levels	1	2	3	4	N/A
International					
National					
Regional					
Local					

QUESTION 22

“Is it necessary to reform the institutions at these different levels?” (A – Yes; B – No)

Levels	Yes	No
International		
National		
Regional		
Local		

QUESTION 20

“What are the most important national institutions necessary to raise a green economy?” (Select up to 2)

- A – Regulatory and supervisory agencies
- B – Funding institutions
- C – Business confederations
- D – Workers’ unions

E – Broadcast organizations

F – Education institutions

G – Centers and networks of research and information dissemination

QUESTION 14

“What major changes in the international order would be required to make feasible a transition to a greener economy worldwide? (Select up to 2)”

A – Progress in the implementation of the UN conventions risen at Rio-92 (biodiversity, climate change and desertification)

B – Strengthening of UN environmental institutions

C – Increasing role of other global governance mechanisms and institutions

D – Taking into account environmental and social concerns in issues dealt with by the World Trade Organization

E – Impose taxes on international financial transactions to raise funds for green economy initiatives

F – Establishment of a special pricing system for global commons

G – Establishing targets and a compliance system for meeting sustainable development goals

VII. AGENDA

QUESTION 09

“Which are the most important ways to make the current economy greener? (Select up to 3)”

- A – Increasing the share of renewable sources of energy
- B – Increasing the share of low carbon sources of energy
- C – Reducing the discharge of pollutants to nature
- D – Appropriately defining and pricing environmental externalities
- E – Applying taxes and penalties to non-green products, technologies, industries and services
- F – Applying tax benefits and subsidies to green products, technologies, industries and services
- G – Other

QUESTION 26

“What are the most relevant sectors for the implementation of a green economy in your country? (Select up to 5)”

- A – Agriculture, cattle, fishing
- B – Forestry
- C – Mining
- D – Industry
- E – Construction, buildings
- F – Water, waste, sanitation
- G – Services

H – Tourism

I – Transport

J – Energy

K – Cities

L – Rural

QUESTION 18

“Concerning the promotion of a green economy, what sources of energy should be privileged? (Select up to 3)”

A – Coal

B – Oil

C – Gas

D – Nuclear

E – Hydro

F – Biomass

G – Wind

H – Solar

I – Geothermal

J – Ocean

QUESTION 19

“Concerning the promotion of a green economy, what key energy technologies should be privileged? (Select up to 5)”

- A – Energy efficiency
- B – Smart grids
- C – Carbon capture and storage (CCS)
- D – Photovoltaic
- E – Heliothermic
- F – Fuel cells
- G – Hydrogen
- H – Tidal power
- I – Wave power
- J – Thermal conversion of biomass and waste
- K – Bioethanol
- L – Biodiesel
- M – Aviation biofuel
- N – Advanced cooking stoves to replace traditional use of firewood and charcoal
- O – Other

VIII. INSTRUMENTS AND INDICATORS

QUESTION 16

“What are the main instruments to stimulate a green economy?”

Economic: (Select up to 5)

A – Taxes and market-based instruments to price externalities and enhance incentives for green innovation

B – Cap-and-trade system to meet environmental obligations

C – Subsidies and tax exemptions for green jobs

D – Incentives/subsidies to overcome bias to incumbent technology

E – Co-investment funds for market transformation

F – Incentives for public-private partnerships towards environmental friendly technology projects

G – Financing environmentally friendly solutions and companies

H – Competition policy to introduce new green firms in the market

I – Trade and investment policies for international green technology transfer

J – Market development for green innovations

K – Financial access for SMEs to adopt green innovation

L – Reward/Penalty system to induce replacement of older polluting products by high efficient ones

M – Encourage equipment and vehicles manufacturers to develop high efficient products

N – Daily congestion charge for central cities to reduce traffic and vehicle emissions

O – Public investment in commuter systems and infrastructure (i.e. shared bicycles and cars)

Regulatory: (Select up to 4)

- A – Public procurement, standards and regulations, in specific markets and circumstances to foster the demand for green innovation
- B – Regulatory reform to introduce new green firms in the market
- C – Reducing regulatory burdens for SMEs to adopt green innovation
- D – Set social and environmental certification for companies
- E – Develop and set environmental management models for companies and organizations
- F – City and transport planning to support green solutions
- G – Local government law specifying greenhouse gas emission reduction targets
- H – Establishment of energy efficiency standards for guiding manufacturers' production and consumers' choice
- I – Mandatory green building code requirements tailored to residential and non-residential buildings
- J – Creation of a scheme of payment for ecosystem services
- K – Creation of conservation units

Knowledge: (Select up to 5)

- A – Promotion of environmental education devoted to green economy
- B – Broad-based policies to strengthen innovation capabilities
- C – Investment in relevant R&D to overcome technological roadblocks and stimulate radical innovation
- D – International co-operation to overcome technological roadblocks and instigate radical innovation
- E – R&D support and tax incentives to overcome bias to incumbent technology
- F – Technology prizes to overcome bias to incumbent technology
- G – Front-runner approaches to introduce new green firms in the market
- H – Skills development for SMEs to adopt green innovation

- I – Linking SMEs to knowledge networks to adopt green innovation
- J – Improving information supply for SMEs to adopt green innovation
- K – Development of capabilities to foster international green technology transfer
- L – Intellectual property rights protection and enforcement to foster green technology development
- M – Intellectual property rights system adjustment to foster international green technology transfer
- N – Voluntary patent pools and collaborative mechanisms to foster green technology adoption

QUESTION 17

“Which indicators should be used to monitor green innovation efforts? (Select up to 2)”

- A – Academic production in environmental friendly technologies
- B – Pilot projects in environmental friendly technologies
- C – Amount of R&D investment on green technologies
- D – Patents on green technologies
- E – Percentage of renewables sources of energy in the energy matrix
- F – Intensity of greenhouse gases (GHG) emission in the economy (CO₂eq/GDP)
- G – Energy intensity of the economy (TOE/GDP)

IX. CONFERENCE TOPICS

QUESTION 23

“Which main topics should be emphasized in Rio+20? (Select up to 3)”

A – Implementation of sustainable practices by the productive sector

B – Advancing social and environmental issues on the public agenda

C – Improvement in science, technology and innovation for sustainable development

D – Political coalition between governments that drive to more consistent commitments

E – Adoption of mechanisms to raise transparency, social participation, human rights respect, and to avoid corruption

F – Other

X. BRAZIL

QUESTION 28

“Para a exploração do petróleo do pré-sal brasileiro, qual dentre as seguintes condições você acha que deveria ser imposta?”

A – Direcionar os ganhos da exploração para financiar o “esverdeamento” da economia

B – Direcionar os ganhos da exploração para financiar as inovações voltadas para a redução dos impactos ambientais locais e globais

C – Aumentar os recursos dedicados à redução das desigualdades sociais e regionais

D – Favorecer o aumento da participação dos produtos petrolíferos não energéticos

E – Outra

F – Nenhuma

QUESTION 29

“Dentre os assuntos seguintes, constantes do documento brasileiro para a Rio+20, quais são em sua opinião os mais importantes? (selecione até 3)”

A – Programa de proteção socioambiental global

B – Objetivos do desenvolvimento sustentável

C – Pacto global para produção e consumo sustentável

D – Repositório de iniciativas para disseminação de boas práticas

E – Protocolo internacional para o setor financeiro, que contemple a sustentabilidade socioambiental nas análises de risco e avaliações de projetos

F – Novos indicadores para mensuração do desenvolvimento

G – Pacto para uma economia verde inclusiva

H – Obrigatoriedade de divulgação de relatórios de sustentabilidade por grandes empresas

I – Índices de sustentabilidade comparáveis para referência de investimentos em bolsas de valores

J – Coordenação de alto nível entre instituições internacionais envolvidas com o desenvolvimento sustentável

K – Reforma e fortalecimento do conselho econômico e social da ONU

L – Fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com contribuições obrigatórias

M – Convenção global sobre acesso à informação, participação pública na tomada de decisões e acesso à justiça, em temas ambientais

N – Ampliação da participação dos atores não-governamentais nos processos multilaterais



General Assembly

Distr.: Limited
24 July 2012

Original: English

Sixty-sixth session
Agenda item 19
Sustainable development

Draft resolution submitted by the President of the General Assembly

The future we want

The General Assembly,

Recalling its resolution 64/236 of 24 December 2009, in which it decided to organize the United Nations Conference on Sustainable Development at the highest possible level in 2012, as well as its resolution 66/197 of 22 December 2011,

1. *Expresses its profound gratitude* to the Government and the people of Brazil for hosting the United Nations Conference on Sustainable Development in Rio de Janeiro from 20 to 22 June 2012, and for providing all the necessary support;
2. *Endorses* the outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development, entitled “The future we want”, annexed to the present resolution.



Annex

The future we want

I. Our common vision

1. We, the Heads of State and Government and high-level representatives, having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20 to 22 June 2012, with the full participation of civil society, renew our commitment to sustainable development and to ensuring the promotion of an economically, socially and environmentally sustainable future for our planet and for present and future generations.

2. Eradicating poverty is the greatest global challenge facing the world today and an indispensable requirement for sustainable development. In this regard we are committed to freeing humanity from poverty and hunger as a matter of urgency.

3. We therefore acknowledge the need to further mainstream sustainable development at all levels, integrating economic, social and environmental aspects and recognizing their interlinkages, so as to achieve sustainable development in all its dimensions.

4. We recognize that poverty eradication, changing unsustainable and promoting sustainable patterns of consumption and production and protecting and managing the natural resource base of economic and social development are the overarching objectives of and essential requirements for sustainable development. We also reaffirm the need to achieve sustainable development by promoting sustained, inclusive and equitable economic growth, creating greater opportunities for all, reducing inequalities, raising basic standards of living, fostering equitable social development and inclusion, and promoting integrated and sustainable management of natural resources and ecosystems that supports, inter alia, economic, social and human development while facilitating ecosystem conservation, regeneration and restoration and resilience in the face of new and emerging challenges.

5. We reaffirm our commitment to make every effort to accelerate the achievement of the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals by 2015.

6. We recognize that people are at the centre of sustainable development and in this regard we strive for a world that is just, equitable and inclusive, and we commit to work together to promote sustained and inclusive economic growth, social development and environmental protection and thereby to benefit all.

7. We reaffirm that we continue to be guided by the purposes and principles of the Charter of the United Nations, with full respect for international law and its principles.

8. We also reaffirm the importance of freedom, peace and security, respect for all human rights, including the right to development and the right to an adequate standard of living, including the right to food, the rule of law, gender equality, women's empowerment and the overall commitment to just and democratic societies for development.

9. We reaffirm the importance of the Universal Declaration of Human Rights, as well as other international instruments relating to human rights and international

law. We emphasize the responsibilities of all States, in conformity with the Charter of the United Nations, to respect, protect and promote human rights and fundamental freedoms for all, without distinction of any kind as to race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth, disability or other status.

10. We acknowledge that democracy, good governance and the rule of law, at the national and international levels, as well as an enabling environment, are essential for sustainable development, including sustained and inclusive economic growth, social development, environmental protection and the eradication of poverty and hunger. We reaffirm that to achieve our sustainable development goals we need institutions at all levels that are effective, transparent, accountable and democratic.

11. We reaffirm our commitment to strengthen international cooperation to address the persistent challenges related to sustainable development for all, in particular in developing countries. In this regard, we reaffirm the need to achieve economic stability, sustained economic growth, promotion of social equity and protection of the environment, while enhancing gender equality, women's empowerment and equal opportunities for all, and the protection, survival and development of children to their full potential, including through education.

12. We resolve to take urgent action to achieve sustainable development. We therefore renew our commitment to sustainable development, assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges. We express our determination to address the themes of the United Nations Conference on Sustainable Development, namely, a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and the institutional framework for sustainable development.

13. We recognize that opportunities for people to influence their lives and future, participate in decision-making and voice their concerns are fundamental for sustainable development. We underscore that sustainable development requires concrete and urgent action. It can only be achieved with a broad alliance of people, governments, civil society and the private sector, all working together to secure the future we want for present and future generations.

II. Renewing political commitment

A. Reaffirming the Rio Principles and past action plans

14. We recall the Stockholm Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment adopted at Stockholm on 16 June 1972.

15. We reaffirm all the principles of the Rio Declaration on Environment and Development, including, inter alia, the principle of common but differentiated responsibilities, as set out in principle 7 of the Rio Declaration.

16. We reaffirm our commitment to fully implement the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (Johannesburg Plan of Implementation) and the

Johannesburg Declaration on Sustainable Development of the World Summit on Sustainable Development, the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States (Barbados Programme of Action) and the Mauritius Strategy for the Further Implementation of the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States. We also reaffirm our commitment to the full implementation of the Programme of Action for the Least Developed Countries for the Decade 2011-2020 (Istanbul Programme of Action), the Almaty Programme of Action: Addressing the Needs of Landlocked Developing Countries within a New Global Framework for Transit Transport Cooperation for Landlocked and Transit Developing Countries, the political declaration on Africa's development needs, and the New Partnership for Africa's Development. We recall as well our commitments in the outcomes of all the major United Nations conferences and summits in the economic, social and environmental fields, including the United Nations Millennium Declaration, the 2005 World Summit Outcome, the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, the Doha Declaration on Financing for Development, the outcome document of the High-level Plenary Meeting of the General Assembly on the Millennium Development Goals, the Programme of Action of the International Conference on Population and Development, the key actions for the further implementation of the Programme of Action of the International Conference on Population and Development and the Beijing Declaration and Platform for Action.

17. We recognize the importance of the three Rio conventions for advancing sustainable development and in this regard we urge all parties to fully implement their commitments under the United Nations Framework Convention on Climate Change, the Convention on Biological Diversity and the United Nations Convention to Combat Desertification in Those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa, in accordance with their respective principles and provisions, as well as to take effective and concrete actions and measures at all levels and to enhance international cooperation.

18. We are determined to reinvigorate political will and to raise the level of commitment by the international community to move the sustainable development agenda forward, through the achievement of the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals. We further reaffirm our respective commitments to other relevant internationally agreed goals in the economic, social and environmental fields since 1992. We therefore resolve to take concrete measures that accelerate implementation of sustainable development commitments.

B. Advancing integration, implementation and coherence: assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges

19. We recognize that the 20 years since the United Nations Conference on Environment and Development in 1992 have seen uneven progress, including in sustainable development and poverty eradication. We emphasize the need to make progress in implementing previous commitments. We also recognize the need to

accelerate progress in closing development gaps between developed and developing countries, and to seize and create opportunities to achieve sustainable development through economic growth and diversification, social development and environmental protection. To this end, we underscore the continued need for an enabling environment at the national and international levels, as well as continued and strengthened international cooperation, particularly in the areas of finance, debt, trade and technology transfer, as mutually agreed, and innovation, entrepreneurship, capacity-building, transparency and accountability. We recognize the diversification of actors and stakeholders engaged in the pursuit of sustainable development. In this context, we affirm the continued need for the full and effective participation of all countries, in particular developing countries, in global decision-making.

20. We acknowledge that since 1992 there have been areas of insufficient progress and setbacks in the integration of the three dimensions of sustainable development, aggravated by multiple financial, economic, food and energy crises, which have threatened the ability of all countries, in particular developing countries, to achieve sustainable development. In this regard, it is critical that we do not backtrack from our commitment to the outcome of the United Nations Conference on Environment and Development. We also recognize that one of the current major challenges for all countries, particularly for developing countries, is the impact from the multiple crises affecting the world today.

21. We are deeply concerned that one in five people on this planet, or over 1 billion people, still live in extreme poverty, and that one in seven — or 14 per cent — is undernourished, while public health challenges, including pandemics and epidemics, remain omnipresent threats. In this context, we note the ongoing discussions on human security in the General Assembly. We acknowledge that with the world's population projected to exceed 9 billion by 2050 with an estimated two thirds living in cities, we need to increase our efforts to achieve sustainable development and, in particular, the eradication of poverty, hunger and preventable diseases.

22. We recognize examples of progress in sustainable development at the regional, national, subnational and local levels. We note that efforts to achieve sustainable development have been reflected in regional, national and subnational policies and plans, and that Governments have strengthened their commitment to sustainable development since the adoption of Agenda 21 through legislation and institutions, and the development and implementation of international, regional and subregional agreements and commitments.

23. We reaffirm the importance of supporting developing countries in their efforts to eradicate poverty and promote empowerment of the poor and people in vulnerable situations, including removing barriers to opportunity, enhancing productive capacity, developing sustainable agriculture and promoting full and productive employment and decent work for all, complemented by effective social policies, including social protection floors, with a view to achieving the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals.

24. We express deep concern about the continuing high levels of unemployment and underemployment, particularly among young people, and note the need for sustainable development strategies to proactively address youth employment at all levels. In this regard, we recognize the need for a global strategy on youth and employment building on the work of the International Labour Organization (ILO).

25. We acknowledge that climate change is a cross-cutting and persistent crisis and express our concern that the scale and gravity of the negative impacts of climate change affect all countries and undermine the ability of all countries, in particular, developing countries, to achieve sustainable development and the Millennium Development Goals and threaten the viability and survival of nations. Therefore we underscore that combating climate change requires urgent and ambitious action, in accordance with the principles and provisions of the United Nations Framework Convention on Climate Change.

26. States are strongly urged to refrain from promulgating and applying any unilateral economic, financial or trade measures not in accordance with international law and the Charter of the United Nations that impede the full achievement of economic and social development, particularly in developing countries.

27. We reiterate our commitment, expressed in the Johannesburg Plan of Implementation, the 2005 World Summit Outcome and the outcome document of the High-level Plenary Meeting of the General Assembly on the Millennium Development Goals of 2010, to take further effective measures and actions, in conformity with international law, to remove the obstacles to the full realization of the right of self-determination of peoples living under colonial and foreign occupation, which continue to adversely affect their economic and social development as well as their environment, are incompatible with the dignity and worth of the human person and must be combated and eliminated.

28. We reaffirm that, in accordance with the Charter of the United Nations, this shall not be construed as authorizing or encouraging any action against the territorial integrity or political independence of any State.

29. We resolve to take further effective measures and actions, in conformity with international law, to remove obstacles and constraints, strengthen support and meet the special needs of people living in areas affected by complex humanitarian emergencies and in areas affected by terrorism.

30. We recognize that many people, especially the poor, depend directly on ecosystems for their livelihoods, their economic, social and physical well-being, and their cultural heritage. For this reason, it is essential to generate decent jobs and incomes that decrease disparities in standards of living in order to better meet people's needs and promote sustainable livelihoods and practices and the sustainable use of natural resources and ecosystems.

31. We emphasize that sustainable development must be inclusive and people-centred, benefiting and involving all people, including youth and children. We recognize that gender equality and women's empowerment are important for sustainable development and our common future. We reaffirm our commitments to ensure women's equal rights, access and opportunities for participation and leadership in the economy, society and political decision-making.

32. We recognize that each country faces specific challenges to achieve sustainable development and we underscore the special challenges facing the most vulnerable countries and in particular African countries, least developed countries, landlocked developing countries and small island developing States, as well as the specific challenges facing the middle-income countries. Countries in situations of conflict also need special attention.

33. We reaffirm our commitment to take urgent and concrete action to address the vulnerability of small island developing States, including through the sustained implementation of the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy, and underscore the urgency of finding additional solutions to the major challenges facing small island developing States in a concerted manner so as to support them in sustaining momentum realized in implementing the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy and achieving sustainable development.

34. We reaffirm that the Istanbul Programme of Action outlines the priorities of least developed countries for sustainable development and defines a framework for renewed and strengthened global partnership to implement them. We commit to assist the least developed countries with the implementation of the Istanbul Programme of Action as well as in their efforts to achieve sustainable development.

35. We recognize that more attention should be given to Africa and the implementation of previously agreed commitments related to its development needs that were made at major United Nations summits and conferences. We note that aid to Africa has increased in recent years. However, it still lags behind commitments that were previously made. We underscore the key priority for the international community of supporting Africa's sustainable development efforts. In this regard, we recommit to fully implement the internationally agreed commitments related to Africa's development needs, particularly those contained in the United Nations Millennium Declaration, the United Nations Declaration on the New Partnership for Africa's Development, the Monterrey Consensus, the Johannesburg Plan of Implementation and the 2005 World Summit Outcome, as well as the 2008 political declaration on Africa's development needs.

36. We recognize the serious constraints to achieving sustainable development in all its three dimensions in landlocked developing countries. In this regard, we reaffirm our commitment to address the special development needs and the challenges faced by landlocked developing countries through the full, timely and effective implementation of the Almaty Programme of Action as contained in the declaration on the midterm review of the Almaty Programme of Action.

37. We recognize the progress made by middle-income countries in improving the well-being of their people, as well as the specific development challenges they face in their efforts to eradicate poverty, reduce inequalities and achieve their development goals, including the Millennium Development Goals, and to achieve sustainable development in a comprehensive manner integrating the economic, social and environmental dimensions. We reiterate that these efforts should be adequately supported by the international community, in various forms, taking into account the needs and the capacity to mobilize domestic resources of these countries.

38. We recognize the need for broader measures of progress to complement gross domestic product in order to better inform policy decisions, and in this regard we request the United Nations Statistical Commission, in consultation with relevant United Nations system entities and other relevant organizations, to launch a programme of work in this area building on existing initiatives.

39. We recognize that planet Earth and its ecosystems are our home and that "Mother Earth" is a common expression in a number of countries and regions, and we note that some countries recognize the rights of nature in the context of the

promotion of sustainable development. We are convinced that in order to achieve a just balance among the economic, social and environmental needs of present and future generations, it is necessary to promote harmony with nature.

40. We call for holistic and integrated approaches to sustainable development that will guide humanity to live in harmony with nature and lead to efforts to restore the health and integrity of the Earth's ecosystem.

41. We acknowledge the natural and cultural diversity of the world and recognize that all cultures and civilizations can contribute to sustainable development.

C. Engaging major groups and other stakeholders

42. We reaffirm the key role of all levels of government and legislative bodies in promoting sustainable development. We further acknowledge efforts and progress made at the local and subnational levels, and recognize the important role that such authorities and communities can play in implementing sustainable development, including by engaging citizens and stakeholders and providing them with relevant information, as appropriate, on the three dimensions of sustainable development. We further acknowledge the importance of involving all relevant decision makers in the planning and implementation of sustainable development policies.

43. We underscore that broad public participation and access to information and judicial and administrative proceedings are essential to the promotion of sustainable development. Sustainable development requires the meaningful involvement and active participation of regional, national and subnational legislatures and judiciaries, and all major groups: women, children and youth, indigenous peoples, non-governmental organizations, local authorities, workers and trade unions, business and industry, the scientific and technological community, and farmers, as well as other stakeholders, including local communities, volunteer groups and foundations, migrants and families as well as older persons and persons with disabilities. In this regard, we agree to work more closely with the major groups and other stakeholders and encourage their active participation, as appropriate, in processes that contribute to decision-making, planning and implementation of policies and programmes for sustainable development at all levels.

44. We acknowledge the role of civil society and the importance of enabling all members of civil society to be actively engaged in sustainable development. We recognize that improved participation of civil society depends upon, inter alia, strengthening access to information and building civil society capacity and an enabling environment. We recognize that information and communications technology is facilitating the flow of information between governments and the public. In this regard, it is essential to work towards improved access to information and communications technology, especially broadband networks and services, and bridge the digital divide, recognizing the contribution of international cooperation in this regard.

45. We underscore that women have a vital role to play in achieving sustainable development. We recognize the leadership role of women and we resolve to promote gender equality and women's empowerment and to ensure their full and effective participation in sustainable development policies, programmes and decision-making at all levels.

46. We acknowledge that the implementation of sustainable development will depend on the active engagement of both the public and the private sectors. We recognize that the active participation of the private sector can contribute to the achievement of sustainable development, including through the important tool of public-private partnerships. We support national regulatory and policy frameworks that enable business and industry to advance sustainable development initiatives, taking into account the importance of corporate social responsibility. We call on the private sector to engage in responsible business practices, such as those promoted by the United Nations Global Compact.

47. We acknowledge the importance of corporate sustainability reporting and encourage companies, where appropriate, especially publicly listed and large companies, to consider integrating sustainability information into their reporting cycle. We encourage industry, interested governments and relevant stakeholders with the support of the United Nations system, as appropriate, to develop models for best practice and facilitate action for the integration of sustainability reporting, taking into account experiences from already existing frameworks and paying particular attention to the needs of developing countries, including for capacity-building.

48. We recognize the important contribution of the scientific and technological community to sustainable development. We are committed to working with and fostering collaboration among the academic, scientific and technological community, in particular in developing countries, to close the technological gap between developing and developed countries and strengthen the science-policy interface as well as to foster international research collaboration on sustainable development.

49. We stress the importance of the participation of indigenous peoples in the achievement of sustainable development. We also recognize the importance of the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples in the context of global, regional, national and subnational implementation of sustainable development strategies.

50. We stress the importance of the active participation of young people in decision-making processes, as the issues we are addressing have a deep impact on present and future generations, and as the contribution of children and youth is vital to the achievement of sustainable development. We also recognize the need to promote intergenerational dialogue and solidarity by recognizing their views.

51. We stress the importance of the participation of workers and trade unions in the promotion of sustainable development. As the representatives of working people, trade unions are important partners in facilitating the achievement of sustainable development, in particular the social dimension. Information, education and training on sustainability at all levels, including in the workplace, are key to strengthening the capacity of workers and trade unions to support sustainable development.

52. We recognize that farmers, including small-scale farmers and fisherfolk, pastoralists and foresters, can make important contributions to sustainable development through production activities that are environmentally sound, enhance food security and the livelihood of the poor, and invigorate production and sustained economic growth.

53. We note the valuable contributions that non-governmental organizations could and do make in promoting sustainable development through their well-established and diverse experience, expertise and capacity, especially in the area of analysis, sharing of information and knowledge, promotion of dialogue and support of implementation of sustainable development.

54. We recognize the central role of the United Nations in advancing the sustainable development agenda. We acknowledge as well, in this regard, the contributions of other relevant international organizations, including international financial institutions and multilateral development banks, and stress the importance of cooperation among them and with the United Nations, within their respective mandates, recognizing their role in mobilizing resources for sustainable development.

55. We commit ourselves to reinvigorating the global partnership for sustainable development that we launched in Rio de Janeiro in 1992. We recognize the need to impart new momentum to our cooperative pursuit of sustainable development, and commit to work together with major groups and other stakeholders in addressing implementation gaps.

III. Green economy in the context of sustainable development and poverty eradication

56. We affirm that there are different approaches, visions, models and tools available to each country, in accordance with its national circumstances and priorities, to achieve sustainable development in its three dimensions which is our overarching goal. In this regard, we consider green economy in the context of sustainable development and poverty eradication as one of the important tools available for achieving sustainable development and that it could provide options for policymaking but should not be a rigid set of rules. We emphasize that it should contribute to eradicating poverty as well as sustained economic growth, enhancing social inclusion, improving human welfare and creating opportunities for employment and decent work for all, while maintaining the healthy functioning of the Earth's ecosystems.

57. We affirm that policies for green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should be guided by and in accordance with all the Rio Principles, Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation and contribute towards achieving relevant internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals.

58. We affirm that green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should:

- (a) Be consistent with international law;
- (b) Respect each country's national sovereignty over their natural resources taking into account its national circumstances, objectives, responsibilities, priorities and policy space with regard to the three dimensions of sustainable development;
- (c) Be supported by an enabling environment and well-functioning institutions at all levels with a leading role for governments and with the participation of all relevant stakeholders, including civil society;

(d) Promote sustained and inclusive economic growth, foster innovation and provide opportunities, benefits and empowerment for all and respect of all human rights;

(e) Take into account the needs of developing countries, particularly those in special situations;

(f) Strengthen international cooperation, including the provision of financial resources, capacity-building and technology transfer to developing countries;

(g) Effectively avoid unwarranted conditionalities on official development assistance (ODA) and finance;

(h) Not constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international trade, avoid unilateral actions to deal with environmental challenges outside the jurisdiction of the importing country, and ensure that environmental measures addressing transboundary or global environmental problems, as far as possible, are based on an international consensus;

(i) Contribute to closing technology gaps between developed and developing countries and reduce the technological dependence of developing countries using all appropriate measures;

(j) Enhance the welfare of indigenous peoples and their communities, other local and traditional communities and ethnic minorities, recognizing and supporting their identity, culture and interests, and avoid endangering their cultural heritage, practices and traditional knowledge, preserving and respecting non-market approaches that contribute to the eradication of poverty;

(k) Enhance the welfare of women, children, youth, persons with disabilities, smallholder and subsistence farmers, fisherfolk and those working in small and medium-sized enterprises, and improve the livelihoods and empowerment of the poor and vulnerable groups in particular in developing countries;

(l) Mobilize the full potential and ensure the equal contribution of both women and men;

(m) Promote productive activities in developing countries that contribute to the eradication of poverty;

(n) Address the concern about inequalities and promote social inclusion, including social protection floors;

(o) Promote sustainable consumption and production patterns;

(p) Continue efforts to strive for inclusive, equitable development approaches to overcome poverty and inequality.

59. We view the implementation of green economy policies by countries that seek to apply them for the transition towards sustainable development as a common undertaking, and we recognize that each country can choose an appropriate approach in accordance with national sustainable development plans, strategies and priorities.

60. We acknowledge that green economy in the context of sustainable development and poverty eradication will enhance our ability to manage natural

resources sustainably and with lower negative environmental impacts, increase resource efficiency and reduce waste.

61. We recognize that urgent action on unsustainable patterns of production and consumption where they occur remains fundamental in addressing environmental sustainability and promoting conservation and sustainable use of biodiversity and ecosystems, regeneration of natural resources and the promotion of sustained, inclusive and equitable global growth.

62. We encourage each country to consider the implementation of green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication, in a manner that endeavours to drive sustained, inclusive and equitable economic growth and job creation, particularly for women, youth and the poor. In this respect, we note the importance of ensuring that workers are equipped with the necessary skills, including through education and capacity-building, and are provided with the necessary social and health protections. In this regard, we encourage all stakeholders, including business and industry, to contribute, as appropriate. We invite governments to improve knowledge and statistical capacity on job trends, developments and constraints and integrate relevant data into national statistics, with the support of relevant United Nations agencies within their mandates.

63. We recognize the importance of the evaluation of the range of social, environmental and economic factors and encourage, where national circumstances and conditions allow, their integration into decision-making. We acknowledge that it will be important to take into account the opportunities and challenges, as well as the costs and benefits, of green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication, using the best available scientific data and analysis. We acknowledge that a mix of measures, including regulatory, voluntary and others applied at the national level and consistent with obligations under international agreements, could promote green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. We reaffirm that social policies are vital to promoting sustainable development.

64. We acknowledge that involvement of all stakeholders and their partnerships, networking and experience-sharing at all levels could help countries to learn from one another in identifying appropriate sustainable development policies, including green economy policies. We note the positive experiences in some countries, including in developing countries, in adopting green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication through an inclusive approach and welcome the voluntary exchange of experiences as well as capacity-building in the different areas of sustainable development.

65. We recognize the power of communications technologies, including connection technologies and innovative applications, to promote knowledge exchange, technical cooperation and capacity-building for sustainable development. These technologies and applications can build capacity and enable the sharing of experiences and knowledge in the different areas of sustainable development in an open and transparent manner.

66. Recognizing the importance of linking financing, technology, capacity-building and national needs for sustainable development policies, including green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, we

invite the United Nations system, in cooperation with relevant donors and international organizations, to coordinate and provide information upon request on:

- (a) Matching interested countries with the partners that are best suited to provide requested support;
- (b) Toolboxes and/or best practices in applying policies on green economy in the context of sustainable development and poverty eradication at all levels;
- (c) Models or good examples of policies on green economy in the context of sustainable development and poverty eradication;
- (d) Methodologies for evaluation of policies on green economy in the context of sustainable development and poverty eradication;
- (e) Existing and emerging platforms that contribute in this regard.

67. We underscore the importance of governments taking a leadership role in developing policies and strategies through an inclusive and transparent process. We also take note of the efforts of those countries, including developing countries, that have already initiated processes to prepare national green economy strategies and policies in support of sustainable development.

68. We invite relevant stakeholders, including the United Nations regional commissions, United Nations organizations and bodies, other relevant intergovernmental and regional organizations, international financial institutions and major groups involved in sustainable development, according to their respective mandates, to support developing countries upon request to achieve sustainable development, including through, inter alia, green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication, in particular in least developed countries.

69. We also invite business and industry as appropriate and in accordance with national legislation to contribute to sustainable development and to develop sustainability strategies that integrate, inter alia, green economy policies.

70. We acknowledge the role of cooperatives and microenterprises in contributing to social inclusion and poverty reduction in particular in developing countries.

71. We encourage existing and new partnerships, including public-private partnerships, to mobilize public financing complemented by the private sector, taking into account the interests of local and indigenous communities when appropriate. In this regard, governments should support initiatives for sustainable development, including promoting the contribution of the private sector to support green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication.

72. We recognize the critical role of technology as well as the importance of promoting innovation, in particular in developing countries. We invite governments, as appropriate, to create enabling frameworks that foster environmentally sound technology, research and development, and innovation, including in support of green economy in the context of sustainable development and poverty eradication.

73. We emphasize the importance of technology transfer to developing countries and recall the provisions on technology transfer, finance, access to information, and intellectual property rights as agreed in the Johannesburg Plan of Implementation, in

particular its call to promote, facilitate and finance, as appropriate, access to and the development, transfer and diffusion of environmentally sound technologies and corresponding know-how, in particular to developing countries, on favourable terms, including on concessional and preferential terms, as mutually agreed. We also take note of the further evolution of discussions and agreements on these issues since the adoption of the Johannesburg Plan of Implementation.

74. We recognize that the efforts of developing countries that choose to implement green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should be supported through technical and technological assistance.

IV. Institutional framework for sustainable development

A. Strengthening the three dimensions of sustainable development

75. We underscore the importance of a strengthened institutional framework for sustainable development which responds coherently and effectively to current and future challenges and efficiently bridges gaps in the implementation of the sustainable development agenda. The institutional framework for sustainable development should integrate the three dimensions of sustainable development in a balanced manner and enhance implementation by, inter alia, strengthening coherence, coordination, avoiding duplication of efforts and reviewing progress in implementing sustainable development. We also reaffirm that the framework should be inclusive, transparent and effective and that it should find common solutions related to global challenges to sustainable development.

76. We recognize that effective governance at the local, subnational, national, regional and global levels representing the voices and interests of all is critical for advancing sustainable development. The strengthening and reform of the institutional framework should not be an end in itself, but a means to achieve sustainable development. We recognize that an improved and more effective institutional framework for sustainable development at the international level should be consistent with the Rio Principles, build on Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation and its objectives on the institutional framework for sustainable development, contribute to the implementation of our commitments in the outcomes of United Nations conferences and summits in the economic, social, environmental and related fields and take into account national priorities and the development strategies and priorities of developing countries. We therefore resolve to strengthen the institutional framework for sustainable development, which will, inter alia:

- (a) Promote the balanced integration of the three dimensions of sustainable development;
- (b) Be based on an action- and result-oriented approach giving due regard to all relevant cross-cutting issues with the aim to contribute to the implementation of sustainable development;
- (c) Underscore the importance of interlinkages among key issues and challenges and the need for a systematic approach to them at all relevant levels;

(d) Enhance coherence, reduce fragmentation and overlap and increase effectiveness, efficiency and transparency, while reinforcing coordination and cooperation;

(e) Promote full and effective participation of all countries in decision-making processes;

(f) Engage high-level political leaders, provide policy guidance and identify specific actions to promote effective implementation of sustainable development, including through voluntary sharing of experiences and lessons learned;

(g) Promote the science-policy interface through inclusive, evidence-based and transparent scientific assessments, as well as access to reliable, relevant and timely data in areas related to the three dimensions of sustainable development, building on existing mechanisms, as appropriate; in this regard, strengthen participation of all countries in international sustainable development processes and capacity-building especially for developing countries, including in conducting their own monitoring and assessments;

(h) Enhance the participation and effective engagement of civil society and other relevant stakeholders in the relevant international forums and in this regard promote transparency and broad public participation and partnerships to implement sustainable development;

(i) Promote the review and stocktaking of progress in the implementation of all sustainable development commitments, including commitments related to means of implementation.

B. Strengthening intergovernmental arrangements for sustainable development

77. We acknowledge the vital importance of an inclusive, transparent, reformed, strengthened and effective multilateral system in order to better address the urgent global challenges of sustainable development today, recognizing the universality and central role of the United Nations and reaffirming our commitment to promote and strengthen the effectiveness and efficiency of the United Nations system.

78. We underscore the need to strengthen United Nations system-wide coherence and coordination, while ensuring appropriate accountability to Member States, by, inter alia, enhancing coherence in reporting and reinforcing cooperative efforts under existing inter-agency mechanisms and strategies to advance the integration of the three dimensions of sustainable development within the United Nations system, including through exchange of information among its agencies, funds and programmes, and also with the international financial institutions and other relevant organizations such as the World Trade Organization (WTO), within their respective mandates.

79. We emphasize the need for an improved and more effective institutional framework for sustainable development which should be guided by the specific functions required and mandates involved; address the shortcomings of the current system; take into account all relevant implications; promote synergies and coherence; seek to avoid duplication and eliminate unnecessary overlaps within the

United Nations system; and reduce administrative burdens and build on existing arrangements.

General Assembly

80. We reaffirm the role and authority of the General Assembly on global matters of concern to the international community, as set out in the Charter.

81. We further reaffirm the central position of the General Assembly as the chief deliberative, policymaking and representative organ of the United Nations. In this regard, we call for the Assembly to further integrate sustainable development as a key element of the overarching framework for United Nations activities and adequately address sustainable development in its agenda setting, including through periodic high-level dialogues.

Economic and Social Council

82. We reaffirm that the Economic and Social Council is a principal body for policy review, policy dialogue and recommendations on issues of economic and social development and for the follow-up to the Millennium Development Goals and is a central mechanism for the coordination of the United Nations system and supervision of the subsidiary bodies of the Council, in particular its functional commissions, and for promoting the implementation of Agenda 21 by strengthening system-wide coherence and coordination. We also reaffirm the major role the Council plays in the overall coordination of funds, programmes and specialized agencies, ensuring coherence among them and avoiding duplication of mandates and activities.

83. We commit to strengthen the Economic and Social Council within its mandate under the Charter, as a principal organ in the integrated and coordinated follow-up of the outcomes of all major United Nations conferences and summits in the economic, social, environmental and related fields, and recognize its key role in achieving a balanced integration of the three dimensions of sustainable development. We look forward to the review of the implementation of General Assembly resolution 61/16 on the strengthening of the Economic and Social Council.

High-level political forum

84. We decide to establish a universal intergovernmental high-level political forum, building on the strengths, experiences, resources and inclusive participation modalities of the Commission on Sustainable Development, and subsequently replacing the Commission. The high-level political forum shall follow up on the implementation of sustainable development and should avoid overlap with existing structures, bodies and entities in a cost-effective manner.

85. The high-level forum could:

(a) Provide political leadership, guidance and recommendations for sustainable development;

(b) Enhance integration of the three dimensions of sustainable development in a holistic and cross-sectoral manner at all levels;

(c) Provide a dynamic platform for regular dialogue, and for stocktaking and agenda setting to advance sustainable development;

(d) Have a focused, dynamic and action-oriented agenda, ensuring the appropriate consideration of new and emerging sustainable development challenges;

(e) Follow up and review progress in the implementation of sustainable development commitments contained in Agenda 21, the Johannesburg Plan of Implementation, the Barbados Programme of Action, the Mauritius Strategy and the outcome of the present Conference and, as appropriate, relevant outcomes of other United Nations summits and conferences, including the outcome of the Fourth United Nations Conference on the Least Developed Countries, as well as their respective means of implementation;

(f) Encourage high-level system-wide participation of United Nations agencies, funds and programmes and invite to participate, as appropriate, other relevant multilateral financial and trade institutions and treaty bodies, within their respective mandates and in accordance with United Nations rules and provisions;

(g) Improve cooperation and coordination within the United Nations system on sustainable development programmes and policies;

(h) Promote transparency and implementation through further enhancing the consultative role and participation of major groups and other relevant stakeholders at the international level in order to better make use of their expertise, while retaining the intergovernmental nature of discussions;

(i) Promote the sharing of best practices and experiences relating to the implementation of sustainable development and, on a voluntary basis, facilitate sharing of experiences, including successes, challenges and lessons learned;

(j) Promote system-wide coherence and coordination of sustainable development policies;

(k) Strengthen the science-policy interface through review of documentation bringing together dispersed information and assessments, including in the form of a global sustainable development report, building on existing assessments;

(l) Enhance evidence-based decision-making at all levels and contribute to strengthening ongoing efforts of capacity-building for data collection and analysis in developing countries.

86. We decide to launch an intergovernmental and open, transparent and inclusive negotiation process under the General Assembly to define the format and organizational aspects of the high-level forum with the aim of convening the first high-level forum at the beginning of the sixty-eighth session of the Assembly. We will also consider the need for promoting intergenerational solidarity for the achievement of sustainable development, taking into account the needs of future generations, including by inviting the Secretary-General to present a report on this issue.

C. Environmental pillar in the context of sustainable development

87. We reaffirm the need to strengthen international environmental governance within the context of the institutional framework for sustainable development, in

order to promote a balanced integration of the economic, social and environmental dimensions of sustainable development as well as coordination within the United Nations system.

88. We are committed to strengthening the role of the United Nations Environment Programme (UNEP) as the leading global environmental authority that sets the global environmental agenda, promotes the coherent implementation of the environmental dimension of sustainable development within the United Nations system and serves as an authoritative advocate for the global environment. We reaffirm resolution 2997 (XXVII) of 15 December 1972 which established UNEP and other relevant resolutions that reinforce its mandate, as well as the 1997 Nairobi Declaration on the Role and Mandate of UNEP and the 2000 Malmö Ministerial Declaration. In this regard, we invite the General Assembly, at its sixty-seventh session, to adopt a resolution strengthening and upgrading UNEP in the following manner:

(a) Establish universal membership in the Governing Council of UNEP, as well as other measures to strengthen its governance as well its responsiveness and accountability to Member States;

(b) Have secure, stable, adequate and increased financial resources from the regular budget of the United Nations and voluntary contributions to fulfil its mandate;

(c) Enhance the voice of UNEP and its ability to fulfil its coordination mandate within the United Nations system by strengthening UNEP engagement in key United Nations coordination bodies and empowering UNEP to lead efforts to formulate United Nations system-wide strategies on the environment;

(d) Promote a strong science-policy interface, building on existing international instruments, assessments, panels and information networks, including the Global Environment Outlook, as one of the processes aimed at bringing together information and assessment to support informed decision-making;

(e) Disseminate and share evidence-based environmental information and raise public awareness on critical as well as emerging environmental issues;

(f) Provide capacity-building to countries, as well as support and facilitate access to technology;

(g) Progressively consolidate headquarters functions in Nairobi, as well as strengthen its regional presence, in order to assist countries, upon request, in the implementation of their national environmental policies, collaborating closely with other relevant entities of the United Nations system;

(h) Ensure the active participation of all relevant stakeholders drawing on best practices and models from relevant multilateral institutions and exploring new mechanisms to promote transparency and the effective engagement of civil society.

89. We recognize the significant contributions to sustainable development made by the multilateral environmental agreements. We acknowledge the work already undertaken to enhance synergies among the three conventions in the chemicals and waste cluster (the Basel Convention on the Control of Transboundary Movements of Hazardous Wastes and their Disposal, the Rotterdam Convention on the Prior Informed Consent Procedure for Certain Hazardous Chemicals and Pesticides in

International Trade and the Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants). We encourage parties to multilateral environmental agreements to consider further measures, in these and other clusters, as appropriate, to promote policy coherence at all relevant levels, improve efficiency, reduce unnecessary overlap and duplication, and enhance coordination and cooperation among the multilateral environmental agreements, including the three Rio conventions, as well as with the United Nations system in the field.

90. We stress the need for the continuation of a regular review of the state of the Earth's changing environment and its impact on human well-being and, in this regard, we welcome such initiatives as the Global Environment Outlook process aimed at bringing together environmental information and assessments and building national and regional capacity to support informed decision-making.

D. International financial institutions and United Nations operational activities

91. We recognize that sustainable development should be given due consideration by the programmes, funds and specialized agencies of the United Nations system and other relevant entities such as international financial institutions and the United Nations Conference on Trade and Development, in accordance with their respective existing mandates. In this regard, we invite them to further enhance mainstreaming of sustainable development in their respective mandates, programmes, strategies and decision-making processes, in support of the efforts of all countries, in particular developing countries, in the achievement of sustainable development.

92. We reaffirm the importance of broadening and strengthening the participation of developing countries in international economic decision-making and norm-setting, and in this regard, take note of recent important decisions on reform of the governance structures, quotas and voting rights of the Bretton Woods institutions, better reflecting current realities and enhancing the voice and participation of developing countries, and reiterate the importance of the reform of the governance of those institutions in order to deliver more effective, credible, accountable and legitimate institutions.

93. We call for the further mainstreaming of the three dimensions of sustainable development throughout the United Nations system, and request the Secretary-General to report to the General Assembly, through the Economic and Social Council, on the progress made in this regard. We also call for and recognize the importance of the strengthening of policy coordination within key structures of the Secretariat of the United Nations so as to ensure system-wide coherence in support of sustainable development, while ensuring accountability to Member States.

94. We invite the governing bodies of the funds, programmes and specialized agencies of the United Nations development system to consider appropriate measures for integrating the social, economic and environmental dimensions across the operational activities of the United Nations system. We also emphasize that increasing the financial contributions to the United Nations development system is key to achieving the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals, and in this regard we recognize the mutually reinforcing links among increased effectiveness, efficiency and coherence of the United Nations development system, achieving concrete results in assisting

developing countries in eradicating poverty and achieving sustained economic growth and sustainable development.

95. We emphasize the need to strengthen operational activities for development of the United Nations system in the field that are well aligned with national sustainable development priorities of developing countries. In this regard, we emphasize that the fundamental characteristics and principles of United Nations operational activities set forth in the relevant General Assembly resolutions provide the overarching framework for all matters pertaining to the United Nations development assistance operations in the field. We recognize the importance of strengthening United Nations system coordination. We look forward to receiving the outcome of the independent evaluation of the Delivering as one initiative.

96. We call on the United Nations system to improve the management of facilities and operations, by taking into account sustainable development practices, building on existing efforts and promoting cost effectiveness, and in accordance with legislative frameworks, including financial rules and regulations, while maintaining accountability to Member States.

E. Regional, national, subnational and local levels

97. We acknowledge the importance of the regional dimension of sustainable development. Regional frameworks can complement and facilitate effective translation of sustainable development policies into concrete action at the national level.

98. We encourage regional, national, subnational and local authorities as appropriate to develop and utilize sustainable development strategies as key instruments for guiding decision-making and implementation of sustainable development at all levels, and in this regard we recognize that integrated social, economic and environmental data and information, as well as effective analysis and assessment of implementation, is important in decision-making processes.

99. We encourage action at the regional, national, subnational and local levels to promote access to information, public participation and access to justice in environmental matters, as appropriate.

100. We emphasize that regional and subregional organizations, including the United Nations regional commissions and their subregional offices, have a significant role to play in promoting a balanced integration of the economic, social and environmental dimensions of sustainable development in their respective regions. We underscore the need to support these institutions, including through the United Nations system, in the effective operationalization and implementation of sustainable development, and to facilitate institutional coherence and harmonization of relevant development policies, plans and programmes. In this regard, we urge these institutions to prioritize sustainable development through, inter alia, more efficient and effective capacity-building, development and implementation of regional agreements and arrangements as appropriate, and exchange of information, best practices and lessons learned. We also welcome regional and cross-regional initiatives for sustainable development. We furthermore recognize the need to ensure effective linkage among global, regional, subregional and national processes to advance sustainable development. We encourage the enhancement of the United

Nations regional commissions and their subregional offices in their respective capacities to support Member States in implementing sustainable development.

101. We underline the need for more coherent and integrated planning and decision-making at the national, subnational and local levels as appropriate and, to this end, we call on countries to strengthen national, subnational and/or local institutions or relevant multi-stakeholder bodies and processes, as appropriate, dealing with sustainable development, including to coordinate on matters of sustainable development and to enable effective integration of the three dimensions of sustainable development.

102. We welcome regional and cross-regional initiatives for sustainable development, such as the Green Bridge Partnership Programme, which is voluntary and open for participation by all partners.

103. We underscore the need to ensure long-term political commitment to sustainable development taking into account national circumstances and priorities and, in this regard, we encourage all countries to undertake the necessary actions and measures to achieve sustainable development.

V. Framework for action and follow-up

A. Thematic areas and cross-sectoral issues

104. We recognize that in order to achieve the objective of the Conference, namely to secure renewed political commitment for sustainable development, as well as to address the themes of a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication and the institutional framework for sustainable development, we commit to address remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development, to address new and emerging challenges and to seize new opportunities through the actions enumerated below in this framework for action, supported as appropriate through provision of means of implementation. We recognize that goals, targets and indicators, including where appropriate gender-sensitive indicators, are valuable in measuring and accelerating progress. We further note that progress in the implementation of the actions stipulated below can be enhanced by voluntarily sharing information, knowledge and experience.

Poverty eradication

105. We recognize that, three years from the 2015 target date of the Millennium Development Goals, while there has been progress in reducing poverty in some regions, this progress has been uneven and the number of people living in poverty in some countries continues to increase, with women and children constituting the majority of the most affected groups, especially in the least developed countries and particularly in Africa.

106. We recognize that sustained, inclusive and equitable economic growth in developing countries is a key requirement for eradicating poverty and hunger and achieving the Millennium Development Goals. In this regard, we emphasize that national efforts of developing countries should be complemented by an enabling environment aimed at expanding the development opportunities of developing

countries. We also emphasize the need to accord the highest priority to poverty eradication within the United Nations development agenda, addressing the root causes and challenges of poverty through integrated, coordinated and coherent strategies at all levels.

107. We recognize that promoting universal access to social services can make an important contribution to consolidating and achieving development gains. Social protection systems that address and reduce inequality and social exclusion are essential for eradicating poverty and advancing the achievement of the Millennium Development Goals. In this regard, we strongly encourage initiatives aimed at enhancing social protection for all people.

Food security and nutrition and sustainable agriculture

108. We reaffirm our commitments regarding the right of everyone to have access to safe, sufficient and nutritious food, consistent with the right to adequate food and the fundamental right of everyone to be free from hunger. We acknowledge that food security and nutrition has become a pressing global challenge and, in this regard, we further reaffirm our commitment to enhancing food security and access to adequate, safe and nutritious food for present and future generations in line with the Five Rome Principles for Sustainable Global Food Security adopted in 2009, including for children under two, and through, as appropriate, national, regional and global food security and nutrition strategies.

109. We recognize that a significant portion of the world's poor live in rural areas, and that rural communities play an important role in the economic development of many countries. We emphasize the need to revitalize the agricultural and rural development sectors, notably in developing countries, in an economically, socially and environmentally sustainable manner. We recognize the importance of taking the necessary actions to better address the needs of rural communities through, inter alia, enhancing access by agricultural producers, in particular small producers, women, indigenous peoples and people living in vulnerable situations, to credit and other financial services, markets, secure land tenure, health care, social services, education, training, knowledge and appropriate and affordable technologies, including for efficient irrigation, reuse of treated wastewater and water harvesting and storage. We reiterate the importance of empowering rural women as critical agents for enhancing agricultural and rural development and food security and nutrition. We also recognize the importance of traditional sustainable agricultural practices, including traditional seed supply systems, including for many indigenous peoples and local communities.

110. Noting the diversity of agricultural conditions and systems, we resolve to increase sustainable agricultural production and productivity globally, including through improving the functioning of markets and trading systems and strengthening international cooperation, particularly for developing countries, by increasing public and private investment in sustainable agriculture, land management and rural development. Key areas for investment and support include sustainable agricultural practices; rural infrastructure, storage capacities and related technologies; research and development on sustainable agricultural technologies; developing strong agricultural cooperatives and value chains; and strengthening urban-rural linkages. We also recognize the need to significantly reduce post-harvest and other food losses and waste throughout the food supply chain.

111. We reaffirm the necessity to promote, enhance and support more sustainable agriculture, including crops, livestock, forestry, fisheries and aquaculture, that improves food security, eradicates hunger and is economically viable, while conserving land, water, plant and animal genetic resources, biodiversity and ecosystems and enhancing resilience to climate change and natural disasters. We also recognize the need to maintain natural ecological processes that support food production systems.

112. We stress the need to enhance sustainable livestock production systems, including through improving pasture land and irrigation schemes in line with national policies, legislation, rules and regulations, enhanced sustainable water management systems, and efforts to eradicate and prevent the spread of animal diseases, recognizing that the livelihoods of farmers, including pastoralists, and the health of livestock are intertwined.

113. We also stress the crucial role of healthy marine ecosystems, sustainable fisheries and sustainable aquaculture for food security and nutrition and in providing for the livelihoods of millions of people.

114. We resolve to take action to enhance agricultural research, extension services, training and education to improve agricultural productivity and sustainability through the voluntary sharing of knowledge and good practices. We further resolve to improve access to information, technical knowledge and know-how, including through new information and communications technologies that empower farmers, fisherfolk and foresters to choose among diverse methods of achieving sustainable agricultural production. We call for the strengthening of international cooperation on agricultural research for development.

115. We reaffirm the important work and inclusive nature of the Committee on World Food Security, including through its role in facilitating country-initiated assessments on sustainable food production and food security, and we encourage countries to give due consideration to implementing the Committee on World Food Security Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security. We take note of the ongoing discussions on responsible agricultural investment in the framework of the Committee on World Food Security, as well as the principles for responsible agricultural investment.

116. We stress the need to address the root causes of excessive food price volatility, including its structural causes, at all levels, and the need to manage the risks linked to high and excessively volatile prices in agricultural commodities and their consequences for global food security and nutrition, as well as for smallholder farmers and poor urban dwellers.

117. We underline the importance of timely, accurate and transparent information in helping to address excessive food price volatility, and in this regard take note of the Agricultural Market Information System hosted by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and urge the participating international organizations, private sector actors and Governments to ensure the public dissemination of timely and quality food market information products.

118. We reaffirm that a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system will promote agricultural and rural development in developing countries and contribute to world food security. We urge

national, regional and international strategies to promote the participation of farmers, especially smallholder farmers, including women, in community, domestic, regional and international markets.

Water and sanitation

119. We recognize that water is at the core of sustainable development as it is closely linked to a number of key global challenges. We therefore reiterate the importance of integrating water in sustainable development and underline the critical importance of water and sanitation within the three dimensions of sustainable development.

120. We reaffirm the commitments made in the Johannesburg Plan of Implementation and the Millennium Declaration regarding halving by 2015 the proportion of people without access to safe drinking water and basic sanitation and the development of integrated water resource management and water efficiency plans, ensuring sustainable water use. We commit to the progressive realization of access to safe and affordable drinking water and basic sanitation for all, as necessary for poverty eradication, women's empowerment and to protect human health, and to significantly improve the implementation of integrated water resource management at all levels as appropriate. In this regard, we reiterate the commitments to support these efforts, in particular for developing countries, through the mobilization of resources from all sources, capacity-building and technology transfer.

121. We reaffirm our commitments regarding the human right to safe drinking water and sanitation, to be progressively realized for our populations with full respect for national sovereignty. We also highlight our commitment to the 2005-2015 International Decade for Action, "Water for Life".

122. We recognize the key role that ecosystems play in maintaining water quantity and quality and support actions within respective national boundaries to protect and sustainably manage these ecosystems.

123. We underline the need to adopt measures to address floods, droughts and water scarcity, addressing the balance between water supply and demand, including, where appropriate, non-conventional water resources, and to mobilize financial resources and investment in infrastructure for water and sanitation services, in accordance with national priorities.

124. We stress the need to adopt measures to significantly reduce water pollution and increase water quality, significantly improve wastewater treatment and water efficiency and reduce water losses. In order to achieve this, we stress the need for international assistance and cooperation.

Energy

125. We recognize the critical role that energy plays in the development process, as access to sustainable modern energy services contributes to poverty eradication, saves lives, improves health and helps provide for basic human needs. We stress that these services are essential to social inclusion and gender equality, and that energy is also a key input to production. We commit to facilitate support for access to these services by 1.4 billion people worldwide who are currently without them. We

recognize that access to these services is critical for achieving sustainable development.

126. We emphasize the need to address the challenge of access to sustainable modern energy services for all, in particular for the poor, who are unable to afford these services even when they are available. We emphasize the need to take further action to improve this situation, including by mobilizing adequate financial resources, so as to provide these services in a reliable, affordable, economically viable and socially and environmentally acceptable manner in developing countries.

127. We reaffirm support for the implementation of national and subnational policies and strategies, based on individual national circumstances and development aspirations, using an appropriate energy mix to meet developmental needs, including through increased use of renewable energy sources and other low-emission technologies, the more efficient use of energy, greater reliance on advanced energy technologies, including cleaner fossil fuel technologies, and the sustainable use of traditional energy resources. We commit to promoting sustainable modern energy services for all through national and subnational efforts, inter alia, on electrification and dissemination of sustainable cooking and heating solutions, including through collaborative actions to share best practices and adopt policies, as appropriate. We urge governments to create enabling environments that facilitate public and private sector investment in relevant and needed cleaner energy technologies.

128. We recognize that improving energy efficiency, increasing the share of renewable energy and cleaner and energy-efficient technologies are important for sustainable development, including in addressing climate change. We also recognize the need for energy efficiency measures in urban planning, buildings and transportation, and in the production of goods and services and the design of products. We also recognize the importance of promoting incentives in favour of, and removing disincentives to, energy efficiency and the diversification of the energy mix, including promoting research and development in all countries, including developing countries.

129. We note the launching of the initiative by the Secretary-General on Sustainable Energy for All, which focuses on access to energy, energy efficiency and renewable energies. We are all determined to act to make sustainable energy for all a reality and, through this, help to eradicate poverty and lead to sustainable development and global prosperity. We recognize that the activities of countries in broader energy-related matters are of great importance and are prioritized according to their specific challenges, capacities and circumstances, including their energy mix.

Sustainable tourism

130. We emphasize that well-designed and managed tourism can make a significant contribution to the three dimensions of sustainable development, has close linkages to other sectors, and can create decent jobs and generate trade opportunities. We recognize the need to support sustainable tourism activities and relevant capacity-building that promote environmental awareness, conserve and protect the environment, respect wildlife, flora, biodiversity, ecosystems and cultural diversity, and improve the welfare and livelihoods of local communities by supporting their local economies and the human and natural environment as a whole. We call for enhanced support for sustainable tourism activities and relevant capacity-building in

developing countries in order to contribute to the achievement of sustainable development.

131. We encourage the promotion of investment in sustainable tourism, including eco-tourism and cultural tourism, which may include creating small and medium-sized enterprises and facilitating access to finance, including through microcredit initiatives for the poor, indigenous peoples and local communities in areas with high eco-tourism potential. In this regard, we underline the importance of establishing, where necessary, appropriate guidelines and regulations in accordance with national priorities and legislation for promoting and supporting sustainable tourism.

Sustainable transport

132. We note that transportation and mobility are central to sustainable development. Sustainable transportation can enhance economic growth and improve accessibility. Sustainable transport achieves better integration of the economy while respecting the environment. We recognize the importance of the efficient movement of people and goods, and access to environmentally sound, safe and affordable transportation as a means to improve social equity, health, resilience of cities, urban-rural linkages and productivity of rural areas. In this regard, we take into account road safety as part of our efforts to achieve sustainable development.

133. We support the development of sustainable transport systems, including energy efficient multi-modal transport systems, notably public mass transportation systems, clean fuels and vehicles, as well as improved transportation systems in rural areas. We recognize the need to promote an integrated approach to policymaking at the national, regional and local levels for transport services and systems to promote sustainable development. We also recognize that the special development needs of landlocked and transit developing countries need to be taken into account while establishing sustainable transit transport systems. We acknowledge the need for international support to developing countries in this regard.

Sustainable cities and human settlements

134. We recognize that, if they are well planned and developed, including through integrated planning and management approaches, cities can promote economically, socially and environmentally sustainable societies. In this regard, we recognize the need for a holistic approach to urban development and human settlements that provides for affordable housing and infrastructure and prioritizes slum upgrading and urban regeneration. We commit to work towards improving the quality of human settlements, including the living and working conditions of both urban and rural dwellers in the context of poverty eradication so that all people have access to basic services, housing and mobility. We also recognize the need for conservation, as appropriate, of the natural and cultural heritage of human settlements, the revitalization of historic districts and the rehabilitation of city centres.

135. We commit to promote an integrated approach to planning and building sustainable cities and urban settlements, including through supporting local authorities, increasing public awareness and enhancing participation of urban residents, including the poor, in decision-making. We also commit to promote sustainable development policies that support inclusive housing and social services; a safe and healthy living environment for all, particularly children, youth, women and the elderly and disabled; affordable and sustainable transport and energy;

promotion, protection and restoration of safe and green urban spaces; safe and clean drinking water and sanitation; healthy air quality; generation of decent jobs; and improved urban planning and slum upgrading. We further support sustainable management of waste through the application of the 3Rs (reduce, reuse and recycle). We underline the importance of considering disaster risk reduction, resilience and climate risks in urban planning. We recognize the efforts of cities to balance development with rural regions.

136. We emphasize the importance of increasing the number of metropolitan regions, cities and towns that are implementing policies for sustainable urban planning and design in order to respond effectively to the expected growth of urban populations in the coming decades. We note that sustainable urban planning benefits from the involvement of multiple stakeholders as well as from full use of information and sex-disaggregated data, including on demographic trends, income distribution and informal settlements. We recognize the important role of municipal governments in setting a vision for sustainable cities, from the initiation of city planning through to revitalization of older cities and neighbourhoods, including by adopting energy efficiency programmes in building management and developing sustainable, locally appropriate transport systems. We further recognize the importance of mixed-use planning and of encouraging non-motorized mobility, including by promoting pedestrian and cycling infrastructures.

137. We recognize that partnerships among cities and communities play an important role in promoting sustainable development. In this regard, we stress the need to strengthen existing cooperation mechanisms and platforms, partnership arrangements and other implementation tools to advance the coordinated implementation of the Habitat Agenda with the active involvement of all relevant United Nations entities and with the overall aim of achieving sustainable urban development. We further recognize the continuing need for adequate and predictable financial contributions to the United Nations Habitat and Human Settlements Foundation so as to ensure timely, effective and concrete global implementation of the Habitat Agenda.

Health and population

138. We recognize that health is a precondition for and an outcome and indicator of all three dimensions of sustainable development. We understand the goals of sustainable development can only be achieved in the absence of a high prevalence of debilitating communicable and non-communicable diseases, and where populations can reach a state of physical, mental and social well-being. We are convinced that action on the social and environmental determinants of health, both for the poor and the vulnerable and for the entire population, is important to create inclusive, equitable, economically productive and healthy societies. We call for the full realization of the right to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health.

139. We also recognize the importance of universal health coverage to enhancing health, social cohesion and sustainable human and economic development. We pledge to strengthen health systems towards the provision of equitable universal coverage. We call for the involvement of all relevant actors for coordinated multi-sectoral action to address urgently the health needs of the world's population.

140. We emphasize that HIV and AIDS, malaria, tuberculosis, influenza, polio and other communicable diseases remain serious global concerns, and we commit to redouble efforts to achieve universal access to HIV prevention, treatment, care and support, and to eliminate mother-to-child transmission of HIV, as well as to renewing and strengthening the fight against malaria, tuberculosis and neglected tropical diseases.

141. We acknowledge that the global burden and threat of non-communicable diseases constitutes one of the major challenges for sustainable development in the twenty-first century. We commit to strengthen health systems towards the provision of equitable, universal coverage and promote affordable access to prevention, treatment, care and support related to non-communicable diseases, especially cancer, cardiovascular diseases, chronic respiratory diseases and diabetes. We also commit to establish or strengthen multi-sectoral national policies for the prevention and control of non-communicable diseases. We recognize that reducing, inter alia, air, water and chemical pollution leads to positive effects on health.

142. We reaffirm the right to use, to the full, the provisions contained in the agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS), the Doha Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health, the decision of the WTO General Council of 30 August 2003 on the implementation of paragraph 6 of the Doha Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health, and, when formal acceptance procedures are completed, the amendment to article 31 of the Agreement, which provides flexibilities for the protection of public health, and, in particular, to promote access to medicines for all, and encourage the provision of assistance to developing countries in this regard.

143. We call for further collaboration and cooperation at the national and international levels to strengthen health systems through increased health financing, recruitment, development and training and retention of the health workforce, through improved distribution and access to safe, affordable, effective and quality medicines, vaccines and medical technologies, and through improving health infrastructure. We support the leadership role of the World Health Organization as the directing and coordinating authority on international health work.

144. We commit to systematically consider population trends and projections in our national, rural and urban development strategies and policies. Through forward-looking planning, we can seize the opportunities and address the challenges associated with demographic change, including migration.

145. We call for the full and effective implementation of the Beijing Platform for Action and the Programme of Action of the International Conference on Population and Development, and the outcomes of their review conferences, including the commitments leading to sexual and reproductive health and the promotion and protection of all human rights in this context. We emphasize the need for the provision of universal access to reproductive health, including family planning and sexual health, and the integration of reproductive health in national strategies and programmes.

146. We commit to reduce maternal and child mortality and to improve the health of women, youth and children. We reaffirm our commitment to gender equality and to protect the rights of women, men and youth to have control over and decide freely and responsibly on matters related to their sexuality, including access to sexual and

reproductive health, free from coercion, discrimination and violence. We will work actively to ensure that health systems provide the necessary information and health services addressing the sexual and reproductive health of women, including working towards universal access to safe, effective, affordable and acceptable modern methods of family planning, as this is essential for women's health and advancing gender equality.

Promoting full and productive employment, decent work for all and social protection

147. We recognize that poverty eradication, full and productive employment and decent work for all, and social integration and protection are interrelated and mutually reinforcing, and that enabling environments to promote these need to be created at all levels.

148. We are concerned about labour market conditions and widespread deficits of available decent work opportunities, especially for young women and men. We urge all governments to address the global challenge of youth employment by developing and implementing strategies and policies that provide young people everywhere access to decent and productive work, as over the coming decades decent jobs will need to be created to be able to ensure sustainable and inclusive development and reduce poverty.

149. We recognize the importance of job creation by investing in and developing sound, effective and efficient economic and social infrastructure and productive capacities for sustainable development and sustained, inclusive and equitable economic growth. We call on countries to enhance infrastructure investment for sustainable development and we agree to support United Nations funds, programmes and agencies to help assist and promote the efforts of developing countries, particularly the least developed countries, in this regard.

150. We recognize the importance of job creation by adopting forward-looking macroeconomic policies that promote sustainable development and lead to sustained, inclusive and equitable economic growth, increase productive employment opportunities and promote agricultural and industrial development.

151. We emphasize the need to enhance employment and income opportunities for all, especially for women and men living in poverty and, in this regard, we support national efforts to provide new job opportunities to the poor in both rural and urban areas, including support to small and medium-sized enterprises.

152. We recognize that workers should have access to education, skills, health care, social security, fundamental rights at work, social and legal protections, including occupational safety and health, and decent work opportunities. Governments, trade unions, workers and employers all have a role to play in promoting decent work for all, and all should help young people to gain access to needed skills and employment opportunities, including in new and emerging sectors. Women and men should have equal access to opportunities to acquire job skills as well as to worker protections. We recognize the importance of a just transition, including programmes to help workers adjust to changing labour market conditions.

153. We also recognize that informal unpaid work, performed mostly by women, contributes substantially to human well-being and sustainable development. In this

regard, we commit to work towards safe and decent working conditions and access to social protection and education.

154. We recognize that opportunities for decent work for all and job creation can be generated through, inter alia, public and private investments in scientific and technological innovation, public works in restoring, regenerating and conserving natural resources and ecosystems, and social and community services. We are encouraged by government initiatives to create jobs for poor people in restoring and managing natural resources and ecosystems, and we encourage the private sector to contribute to decent work for all and job creation for both women and men, and particularly for young people, including through partnerships with small and medium-sized enterprises and cooperatives. In this regard, we acknowledge the importance of efforts to promote the exchange of information and knowledge on decent work for all and job creation, including green jobs initiatives and related skills, and to facilitate the integration of relevant data into national economic and employment policies.

155. We encourage the sharing of experiences and best practices on ways to address the high levels of unemployment and underemployment, in particular among young people.

156. We stress the need to provide social protection to all members of society, fostering growth, resilience, social justice and cohesion, including those who are not employed in the formal economy. In this regard, we strongly encourage national and local initiatives aimed at providing social protection floors for all citizens. We support global dialogue on best practices for social protection programmes that takes into account the three dimensions of sustainable development and, in this regard, we note ILO Recommendation 202 concerning national floors of social protection.

157. We call upon States to promote and protect effectively the human rights and fundamental freedom of all migrants regardless of migration status, especially those of women and children, and to address international migration through international, regional or bilateral cooperation and dialogue and a comprehensive and balanced approach, recognizing the roles and responsibilities of countries of origin, transit and destination in promoting and protecting the human rights of all migrants, and avoiding approaches that might aggravate their vulnerability.

Oceans and seas

158. We recognize that oceans, seas and coastal areas form an integrated and essential component of the Earth's ecosystem and are critical to sustaining it, and that international law, as reflected in the United Nations Convention on the Law of the Sea, provides the legal framework for the conservation and sustainable use of the oceans and their resources. We stress the importance of the conservation and sustainable use of the oceans and seas and of their resources for sustainable development, including through their contributions to poverty eradication, sustained economic growth, food security and creation of sustainable livelihoods and decent work, while at the same time protecting biodiversity and the marine environment and addressing the impacts of climate change. We therefore commit to protect, and restore, the health, productivity and resilience of oceans and marine ecosystems, and to maintain their biodiversity, enabling their conservation and sustainable use for present and future generations, and to effectively apply an ecosystem approach and

the precautionary approach in the management, in accordance with international law, of activities having an impact on the marine environment, to deliver on all three dimensions of sustainable development.

159. We recognize the importance of the United Nations Convention on the Law of the Sea to advancing sustainable development and its near universal adoption by States, and in this regard we urge all its parties to fully implement their obligations under the Convention.

160. We recognize the importance of building the capacity of developing countries to be able to benefit from the conservation and sustainable use of the oceans and seas and their resources and, in this regard, we emphasize the need for cooperation in marine scientific research to implement the provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea and the outcomes of the major summits on sustainable development, as well as for the transfer of technology, taking into account the Intergovernmental Oceanographic Commission Criteria and Guidelines on the Transfer of Marine Technology.

161. We support the Regular Process for Global Reporting and Assessment of the State of the Marine Environment, including Socioeconomic Aspects, established under the General Assembly, and look forward to the completion of its first global integrated assessment of the state of the marine environment by 2014 and its subsequent consideration by the Assembly. We encourage consideration by States of the assessment findings at appropriate levels.

162. We recognize the importance of the conservation and sustainable use of marine biodiversity beyond areas of national jurisdiction. We note the ongoing work under the General Assembly of an ad hoc open-ended informal working group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction. Building on the work of the ad hoc working group and before the end of the sixty-ninth session of the General Assembly we commit to address, on an urgent basis, the issue of the conservation and sustainable use of marine biological diversity of areas beyond national jurisdiction, including by taking a decision on the development of an international instrument under the United Nations Convention on the Law of the Sea.

163. We note with concern that the health of oceans and marine biodiversity are negatively affected by marine pollution, including marine debris, especially plastic, persistent organic pollutants, heavy metals and nitrogen-based compounds, from a number of marine and land-based sources, including shipping and land run-off. We commit to take action to reduce the incidence and impacts of such pollution on marine ecosystems, including through the effective implementation of relevant conventions adopted in the framework of the International Maritime Organization (IMO), and the follow-up of the relevant initiatives such as the Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-based Activities, as well as the adoption of coordinated strategies to this end. We further commit to take action to, by 2025, based on collected scientific data, achieve significant reductions in marine debris to prevent harm to the coastal and marine environment.

164. We note the significant threat that alien invasive species pose to marine ecosystems and resources and commit to implement measures to prevent the introduction, and manage the adverse environmental impacts, of alien invasive species, including, as appropriate, those adopted in the framework of IMO.

165. We note that sea-level rise and coastal erosion are serious threats for many coastal regions and islands, particularly in developing countries, and in this regard we call on the international community to enhance its efforts to address these challenges.

166. We call for support to initiatives that address ocean acidification and the impacts of climate change on marine and coastal ecosystems and resources. In this regard, we reiterate the need to work collectively to prevent further ocean acidification, as well as enhance the resilience of marine ecosystems and of the communities whose livelihoods depend on them, and to support marine scientific research, monitoring and observation of ocean acidification and particularly vulnerable ecosystems, including through enhanced international cooperation in this regard.

167. We stress our concern about the potential environmental impacts of ocean fertilization. In this regard, we recall the decisions related to ocean fertilization adopted by the relevant intergovernmental bodies, and resolve to continue addressing with utmost caution ocean fertilization, consistent with the precautionary approach.

168. We commit to intensify our efforts to meet the 2015 target as agreed to in the Johannesburg Plan of Implementation to maintain or restore stocks to levels that can produce maximum sustainable yield on an urgent basis. In this regard we further commit to urgently take the measures necessary to maintain or restore all stocks at least to levels that can produce the maximum sustainable yield, with the aim of achieving these goals in the shortest time feasible, as determined by their biological characteristics. To achieve this we commit to urgently develop and implement science-based management plans, including by reducing or suspending fishing catch and effort commensurate with the status of the stock. We further commit to enhance action to manage bycatch, discards and other adverse ecosystem impacts from fisheries, including by eliminating destructive fishing practices. We also commit to enhance actions to protect vulnerable marine ecosystems from significant adverse impacts, including through the effective use of impact assessments. Such actions, including those through competent organizations, should be undertaken consistent with international law, the applicable international instruments and relevant General Assembly resolutions and FAO guidelines.

169. We urge States parties to the 1995 Agreement for the Implementation of the Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea relating to the Conservation and Management of Straddling Fish Stocks and Highly Migratory Fish Stocks to fully implement that Agreement and to give, in accordance with part VII of the Agreement, full recognition to the special requirements of developing States. Furthermore, we call upon all States to implement the Code of Conduct for Responsible Fisheries and the FAO international plans of action and technical guidelines.

170. We acknowledge that illegal, unreported and unregulated fishing deprive many countries of a crucial natural resource and remain a persistent threat to their sustainable development. We recommit to eliminate illegal, unreported and unregulated fishing as advanced in the Johannesburg Plan of Implementation, and to prevent and combat these practices, including through the following: developing and implementing national and regional action plans in accordance with the FAO International Plan of Action to Prevent, Deter and Eliminate Illegal, Unreported and

Unregulated Fishing; implementing, in accordance with international law, effective and coordinated measures by coastal States, flag States, port States, chartering nations and the States of nationality of the beneficial owners and others who support or engage in illegal, unreported and unregulated fishing by identifying vessels engaged in such fishing and by depriving offenders of the benefits accruing from it; as well as cooperating with developing countries to systematically identify needs and build capacity, including support for monitoring, control, surveillance, compliance and enforcement systems.

171. We call upon States that have signed the FAO Agreement on Port State Measures to Prevent, Deter and Eliminate Illegal, Unreported and Unregulated Fishing to expedite procedures for its ratification with a view to its early entry into force.

172. We recognize the need for transparency and accountability in fisheries management by regional fisheries management organizations. We recognize the efforts already made by those regional fisheries management organizations that have undertaken independent performance reviews, and call on all regional fisheries management organizations to regularly undertake such reviews and make the results publicly available. We encourage implementation of the recommendations of such reviews and recommend that the comprehensiveness of those reviews be strengthened over time, as necessary.

173. We reaffirm our commitment in the Johannesburg Plan of Implementation to eliminate subsidies that contribute to illegal, unreported and unregulated fishing and overcapacity, taking into account the importance of this sector to developing countries, and we reiterate our commitment to conclude multilateral disciplines on fisheries subsidies that will give effect to the WTO Doha Development Agenda and the Hong Kong Ministerial Declaration mandates to strengthen disciplines on subsidies in the fisheries sector, including through the prohibition of certain forms of fisheries subsidies that contribute to overcapacity and overfishing, recognizing that appropriate and effective special and differential treatment for developing and least developed countries should be an integral part of the WTO fisheries subsidies negotiation, taking into account the importance of the sector to development priorities, poverty reduction and livelihood and food-security concerns. We encourage States to further improve the transparency and reporting of existing fisheries subsidies programmes through WTO. Given the state of fisheries resources, and without prejudicing the WTO Doha and Hong Kong ministerial mandates on fisheries subsidies or the need to conclude these negotiations, we encourage States to eliminate subsidies that contribute to overcapacity and overfishing, and to refrain from introducing new such subsidies or from extending or enhancing existing ones.

174. We urge the identification and mainstreaming of strategies by 2014 that further assist developing countries, in particular the least developed countries and small island developing States, in developing their national capacity to conserve, sustainably manage and realize the benefits of sustainable fisheries, including through improved market access for fish products from developing countries.

175. We commit to observe the need to ensure access to fisheries and the importance of access to markets, by subsistence, small-scale and artisanal fisherfolk and women fish workers, as well as indigenous peoples and their communities, particularly in developing countries, especially small island developing States.

176. We also recognize the significant economic, social and environmental contributions of coral reefs, in particular to islands and other coastal States, as well as the significant vulnerability of coral reefs and mangroves to impacts, including from climate change, ocean acidification, overfishing, destructive fishing practices and pollution. We support international cooperation with a view to conserving coral reef and mangrove ecosystems and realizing their social, economic and environmental benefits as well as facilitating technical collaboration and voluntary information-sharing.

177. We reaffirm the importance of area-based conservation measures, including marine protected areas, consistent with international law and based on best available scientific information, as a tool for conservation of biological diversity and sustainable use of its components. We note decision X/2 of the tenth Meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity, that by 2020 10 per cent of coastal and marine areas, especially areas of particular importance for biodiversity and ecosystem services, are to be conserved through effectively and equitably managed, ecologically representative and well-connected systems of protected areas and other effective area-based conservation measures.

Small island developing States

178. We reaffirm that small island developing States remain a special case for sustainable development in view of their unique and particular vulnerabilities, including their small size, remoteness, narrow resource and export base, and exposure to global environmental challenges and external economic shocks, including to a large range of impacts from climate change and potentially more frequent and intense natural disasters. We note with concern that the outcome of the five-year review of the Mauritius Strategy concluded that small island developing States have made less progress than most other groupings, or even regressed, in economic terms, especially in terms of poverty reduction and debt sustainability. Sea-level rise and other adverse impacts of climate change continue to pose a significant risk to small island developing States and their efforts to achieve sustainable development, and for many represent the gravest of threats to their survival and viability, including for some through the loss of territory. We also remain concerned that, while small island developing States have progressed in the areas of gender, health, education and the environment, their overall progress towards achieving the Millennium Development Goals has been uneven.

179. We call for continued and enhanced efforts to assist small island developing States in implementing the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy. We also call for a strengthening of United Nations System support to small island developing States in keeping with the multiple ongoing and emerging challenges faced by these States in achieving sustainable development.

180. Building on the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy, we call for the convening in 2014 of a third international conference on small island developing States, recognizing the importance of coordinated, balanced and integrated actions to address the sustainable development challenges facing small island developing States, and we invite the General Assembly at its sixty-seventh session to determine the modalities of the conference.

Least developed countries

181. We agree to effectively implement the Istanbul Programme of Action and to fully integrate its priority areas into the present framework for action, the broader implementation of which will contribute to the overarching goal of the Istanbul Programme of Action of enabling half of the least developed countries to meet the criteria of graduation by 2020.

Landlocked developing countries

182. We invite Member States, including development partners, organizations of the United Nations system and other relevant international, regional and subregional organizations, to speed up further the implementation of the specific actions in the five priorities agreed upon in the Almaty Programme of Action and those contained in the declaration on the midterm review of the Almaty Programme of Action, in a better coordinated manner, in particular for the construction, maintenance and improvement of their transport, storage and other transit-related facilities, including alternative routes, completion of missing links and improved communications and energy infrastructure, so as to support the sustainable development of landlocked developing countries.

Africa

183. While we acknowledge that some progress has been made towards the fulfilment of international commitments related to Africa's development needs, we emphasize that significant challenges remain in achieving sustainable development on the continent.

184. We call on the international community to enhance support and fulfil commitments to advance action in areas critical to Africa's sustainable development and welcome the efforts by development partners to strengthen cooperation with the New Partnership for Africa's Development. We also welcome the progress made by African countries in deepening democracy, human rights, good governance and sound economic management, and encourage African countries to continue their efforts in this regard. We invite all Africa's development partners, in particular developed countries, to support African countries in strengthening human capacities and democratic institutions, consistent with their priorities and objectives, with a view to furthering Africa's development at all levels, including through facilitating the transfer of technology needed by African countries as mutually agreed. We recognize the continued efforts by African countries to create enabling environments for inclusive growth in support of sustainable development and for the international community to make continued efforts to increase the flow of new and additional resources for financing for development from all sources, public and private, domestic and foreign, to support these development efforts by African countries, and welcome the various important initiatives established between African countries and their development partners in this regard.

Regional efforts

185. We encourage coordinated regional actions to promote sustainable development. We recognize, in this regard, that important steps have been taken to promote sustainable development, in particular in the Arab region, Latin America and the Caribbean and the Asia-Pacific region, through relevant forums, including

within the United Nations regional commissions. While noting that challenges remain in several areas, the international community welcomes these efforts, and the results already achieved, and calls for actions at all levels for their further development and implementation.

Disaster risk reduction

186. We reaffirm our commitment to the Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters and call for States, the United Nations system, the international financial institutions, subregional, regional and international organizations and civil society to accelerate implementation of the Framework and the achievement of its goals. We call for disaster risk reduction and the building of resilience to disasters to be addressed with a renewed sense of urgency in the context of sustainable development and poverty eradication, and, as appropriate, to be integrated into policies, plans, programmes and budgets at all levels and considered within relevant future frameworks. We invite governments at all levels as well as relevant subregional, regional and international organizations to commit to adequate, timely and predictable resources for disaster risk reduction in order to enhance the resilience of cities and communities to disasters, according to their own circumstances and capacities.

187. We recognize the importance of early warning systems as part of effective disaster risk reduction at all levels in order to reduce economic and social damages, including the loss of human life, and in this regard encourage States to integrate such systems into their national disaster risk reduction strategies and plans. We encourage donors and the international community to enhance international cooperation in support of disaster risk reduction in developing countries, as appropriate, through technical assistance, technology transfer as mutually agreed, capacity-building and training programmes. We further recognize the importance of comprehensive hazard and risk assessments, and knowledge- and information-sharing, including reliable geospatial information. We commit to undertake and strengthen in a timely manner risk assessment and disaster risk reduction instruments.

188. We stress the importance of stronger interlinkages among disaster risk reduction, recovery and long-term development planning, and call for more coordinated and comprehensive strategies that integrate disaster risk reduction and climate change adaptation considerations into public and private investment, decision-making and the planning of humanitarian and development actions, in order to reduce risk, increase resilience and provide a smoother transition between relief, recovery and development. In this regard, we recognize the need to integrate a gender perspective into the design and implementation of all phases of disaster risk management.

189. We call for all relevant stakeholders, including Governments, international, regional and subregional organizations, the private sector and civil society, to take appropriate and effective measures, taking into account the three dimensions of sustainable development, including through strengthening coordination and cooperation to reduce exposure to risk for the protection of people, and infrastructure and other national assets, from the impact of disasters, in line with the

Hyogo Framework for Action and any post-2015 framework for disaster risk reduction.

Climate change

190. We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time, and we express profound alarm that emissions of greenhouse gases continue to rise globally. We are deeply concerned that all countries, particularly developing countries, are vulnerable to the adverse impacts of climate change, and are already experiencing increased impacts, including persistent drought and extreme weather events, sea-level rise, coastal erosion and ocean acidification, further threatening food security and efforts to eradicate poverty and achieve sustainable development. In this regard we emphasize that adaptation to climate change represents an immediate and urgent global priority.

191. We underscore that the global nature of climate change calls for the widest possible cooperation by all countries and their participation in an effective and appropriate international response, with a view to accelerating the reduction of global greenhouse gas emissions. We recall that the United Nations Framework Convention on Climate Change provides that parties should protect the climate system for the benefit of present and future generations of humankind on the basis of equity and in accordance with their common but differentiated responsibilities and respective capabilities. We note with grave concern the significant gap between the aggregate effect of mitigation pledges by parties in terms of global annual emissions of greenhouse gases by 2020 and aggregate emission pathways consistent with having a likely chance of holding the increase in global average temperature below 2° C, or 1.5° C above pre-industrial levels. We recognize the importance of mobilizing funding from a variety of sources, public and private, bilateral and multilateral, including innovative sources of finance, to support nationally appropriate mitigation actions, adaptation measures, technology development and transfer and capacity-building in developing countries. In this regard, we welcome the launching of the Green Climate Fund and call for its prompt operationalization so as to have an early and adequate replenishment process.

192. We urge parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change and parties to the Kyoto Protocol to fully implement their commitments, as well as decisions adopted under those agreements. In this regard, we will build upon the progress achieved, including at the seventeenth session of the Conference of the Parties to the Convention and the seventh session of the Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol, held in Durban, South Africa, from 28 November to 9 December 2011.

Forests

193. We highlight the social, economic and environmental benefits of forests to people and the contributions of sustainable forest management to the themes and objective of the Conference. We support cross-sectoral and cross-institutional policies promoting sustainable forest management. We reaffirm that the wide range of products and services that forests provide creates opportunities to address many of the most pressing sustainable development challenges. We call for enhanced efforts to achieve the sustainable management of forests, reforestation, restoration and afforestation, and we support all efforts that effectively slow, halt and reverse

deforestation and forest degradation, including, inter alia, promoting trade in legally harvested forest products. We note the importance of such ongoing initiatives as reducing emissions from deforestation and forest degradation in developing countries, and the role of conservation, sustainable management of forests and enhancement of forest carbon stocks in developing countries. We call for increased efforts to strengthen forest governance frameworks and means of implementation, in accordance with the non-legally binding instrument on all types of forests, in order to achieve sustainable forest management. To this end, we commit to improving the livelihoods of people and communities by creating the conditions needed for them to sustainably manage forests, including through strengthening cooperation arrangements in the areas of finance, trade, transfer of environmentally sound technologies, capacity-building and governance, as well as by promoting secure land tenure, particularly decision-making and benefit-sharing, in accordance with national legislation and priorities.

194. We call for urgent implementation of the non-legally binding instrument on all types of forests and the Ministerial Declaration of the high-level segment of the ninth session of the United Nations Forum on Forests on the occasion of the launch of the International Year of Forests.

195. We recognize that the United Nations Forum on Forests, with its universal membership and comprehensive mandate, plays a vital role in addressing forest-related issues in a holistic and integrated manner and promoting international policy coordination and cooperation to achieve sustainable forest management. We invite the Collaborative Partnership on Forests to continue its support to the Forum and encourage stakeholders to remain actively engaged in the work of the Forum.

196. We stress the importance of integrating sustainable forest management objectives and practices into the mainstream of economic policy and decision-making, and to that end we commit to working through the governing bodies of member organizations of the Collaborative Partnership on Forests to integrate, as appropriate, the sustainable management of all types of forests into their strategies and programmes.

Biodiversity

197. We reaffirm the intrinsic value of biological diversity, as well as the ecological, genetic, social, economic, scientific, educational, cultural, recreational and aesthetic values of biological diversity and its critical role in maintaining ecosystems that provide essential services, which are critical foundations for sustainable development and human well-being. We recognize the severity of the global loss of biodiversity and the degradation of ecosystems and emphasize that these undermine global development, affecting food security and nutrition, the provision of and access to water and the health of the rural poor and of people worldwide, including present and future generations. This highlights the importance of the conservation of biodiversity, enhancing habitat connectivity and building ecosystem resilience. We recognize that the traditional knowledge, innovations and practices of indigenous peoples and local communities make an important contribution to the conservation and sustainable use of biodiversity, and their wider application can support social well-being and sustainable livelihoods. We further recognize that indigenous peoples and local communities are often the most directly

dependent on biodiversity and ecosystems and thus are often the most immediately affected by their loss and degradation.

198. We reiterate our commitment to the achievement of the three objectives of the Convention on Biological Diversity and call for urgent actions that effectively reduce the rate of, halt and reverse the loss of biodiversity. In this context, we affirm the importance of implementing the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and achieving the Aichi Biodiversity Targets adopted by the Conference of the Parties to the Convention at its tenth meeting.

199. We note the adoption of the Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from Their Utilization to the Convention on Biological Diversity, and we invite parties to the Convention on Biological Diversity to ratify or accede to the Protocol, so as to ensure its entry into force at the earliest possible opportunity. We acknowledge the role of access and benefit-sharing arising from the utilization of genetic resources in contributing to the conservation and sustainable use of biological diversity, poverty eradication and environmental sustainability.

200. We welcome the strategy for resource mobilization in support of the achievement of the three objectives of the Convention on Biological Diversity, including the commitment to substantially increasing resources from all sources in support of biodiversity, in accordance with decisions taken at the Conference of the Parties at its tenth meeting.

201. We support mainstreaming the consideration of the socioeconomic impacts and benefits of the conservation and sustainable use of biodiversity and its components, as well as ecosystems that provide essential services, into relevant programmes and policies at all levels, in accordance with national legislation, circumstances and priorities. We encourage investments, through appropriate incentives and policies, which support the conservation and sustainable use of biological diversity and restoration of degraded ecosystems, consistent and in harmony with the Convention on Biological Diversity and other relevant international obligations.

202. We agree to promote international cooperation and partnerships, as appropriate, and information exchange, and in this context we welcome the United Nations Decade on Biodiversity, 2011-2020, for the purpose of encouraging active involvement of all stakeholders in the conservation and sustainable use of biodiversity, as well as access to and the fair and equitable sharing of benefits arising from the utilization of genetic resources, with the vision of living in harmony with nature.

203. We recognize the important role of the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora, an international agreement that stands at the intersection between trade, the environment and development, promotes the conservation and sustainable use of biodiversity, should contribute to tangible benefits for local people, and ensures that no species entering into international trade is threatened with extinction. We recognize the economic, social and environmental impacts of illicit trafficking in wildlife, where firm and strengthened action needs to be taken on both the supply and demand sides. In this regard, we emphasize the importance of effective international cooperation among relevant multilateral environmental agreements and international organizations. We further stress the importance of basing the listing of species on agreed criteria.

204. We take note of the establishment of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services, and invite an early commencement of its work, in order to provide the best available policy-relevant information on biodiversity to assist decision makers.

Desertification, land degradation and drought

205. We recognize the economic and social significance of good land management, including soil, particularly its contribution to economic growth, biodiversity, sustainable agriculture and food security, eradicating poverty, women's empowerment, addressing climate change and improving water availability. We stress that desertification, land degradation and drought are challenges of a global dimension and continue to pose serious challenges to the sustainable development of all countries, in particular developing countries. We also stress the particular challenges this poses for Africa, the least developed countries and the landlocked developing countries. In this regard, we express deep concern for the devastating consequences of cyclical drought and famine in Africa, in particular in the Horn of Africa and the Sahel region, and call for urgent action through short-, medium- and long-term measures at all levels.

206. We recognize the need for urgent action to reverse land degradation. In view of this, we will strive to achieve a land-degradation neutral world in the context of sustainable development. This should act to catalyse financial resources from a range of public and private sources.

207. We reaffirm our resolve in accordance with the United Nations Convention to Combat Desertification to take coordinated action nationally, regionally and internationally, to monitor, globally, land degradation and restore degraded lands in arid, semi-arid and dry sub-humid areas. We resolve to support and strengthen the implementation of the Convention and the 10-year strategic plan and framework to enhance its implementation (2008-2018), including through mobilizing adequate, predictable and timely financial resources. We note the importance of mitigating the effects of desertification, land degradation and drought, including by preserving and developing oases, restoring degraded lands, improving soil quality and improving water management, in order to contribute to sustainable development and poverty eradication. In this regard, we encourage and recognize the importance of partnerships and initiatives for the safeguarding of land resources. We also encourage capacity-building, extension training programmes and scientific studies and initiatives aimed at deepening understanding and raising awareness of the economic, social and environmental benefits of sustainable land management policies and practices.

208. We stress the importance of the further development and implementation of scientifically based, sound and socially inclusive methods and indicators for monitoring and assessing the extent of desertification, land degradation and drought, as well as the importance of efforts under way to promote scientific research and strengthen the scientific base of activities to address desertification and drought in accordance with the United Nations Convention to Combat Desertification. In this respect, we take note of the decision of the Conference of the Parties to the Convention, at its tenth meeting, to establish an ad hoc working group, taking into account regional balance, to discuss specific options for the provision of scientific advice to its parties.

209. We reiterate the need for cooperation through the sharing of climate and weather information and forecasting and early warning systems related to desertification, land degradation and drought, as well as to dust storms and sandstorms, at the global, regional and subregional levels. In this regard, we invite States and relevant organizations to cooperate in the sharing of related information, forecasting and early warning systems.

Mountains

210. We recognize that the benefits derived from mountain regions are essential for sustainable development. Mountain ecosystems play a crucial role in providing water resources to a large portion of the world's population; fragile mountain ecosystems are particularly vulnerable to the adverse impacts of climate change, deforestation and forest degradation, land use change, land degradation and natural disasters; and mountain glaciers around the world are retreating and getting thinner, with increasing impacts on the environment and human well-being.

211. We further recognize that mountains are often home to communities, including indigenous peoples and local communities, who have developed sustainable uses of mountain resources. These communities are, however, often marginalized, and we therefore stress that continued effort will be required to address poverty, food security and nutrition, social exclusion and environmental degradation in these areas. We invite States to strengthen cooperative action with effective involvement and sharing of experience of all relevant stakeholders, by strengthening existing arrangements, agreements and centres of excellence for sustainable mountain development, as well as exploring new arrangements and agreements, as appropriate.

212. We call for greater efforts towards the conservation of mountain ecosystems, including their biodiversity. We encourage States to adopt a long-term vision and holistic approaches, including through incorporating mountain-specific policies into national sustainable development strategies, which could include, inter alia, poverty reduction plans and programmes for mountain areas, particularly in developing countries. In this regard, we call for international support for sustainable mountain development in developing countries.

Chemicals and waste

213. We recognize that the sound management of chemicals is crucial for the protection of human health and the environment. We further recognize that growing global production and use of chemicals and their prevalence in the environment calls for increased international cooperation. We reaffirm our aim to achieve, by 2020, the sound management of chemicals throughout their life cycle and of hazardous waste in ways that lead to minimization of significant adverse effects on human health and the environment, as set out in the Johannesburg Plan of Implementation. We also reaffirm our commitment to an approach for the sound management of chemicals and waste, at all levels, that responds in an effective, efficient, coherent and coordinated manner to new and emerging issues and challenges, and encourage further progress across countries and regions in order to fill the gaps in the implementation of commitments.

214. We call for the effective implementation and strengthening of the Strategic Approach to International Chemicals Management as part of a robust, coherent,

effective and efficient system for the sound management of chemicals throughout their life cycle, including to respond to emerging challenges.

215. We are deeply concerned that many countries, in particular the least developed countries, lack the capacity for sound management of chemicals and waste throughout their life cycles. Additional efforts are needed to enhance work towards strengthening capacities, including through partnerships, technical assistance and improved governance structures. We encourage countries and organizations, which have made progress towards achieving the goal of sound management of chemicals by 2020 to assist other countries by sharing knowledge, experience and best practices.

216. We commend the increased coordination and cooperation among chemical and waste conventions, namely the Basel Convention, the Rotterdam Convention and the Stockholm Convention, and encourage continued enhanced coordination and cooperation among them and with the Strategic Approach to International Chemicals Management. We take note of the important role regional and coordinating centres of the Basel Convention and those of the Stockholm Convention.

217. We commend existing public-private partnerships and call for continued, new and innovative public-private partnerships among industry, governments, academia and other non-governmental stakeholders aiming to enhance capacity and technology for environmentally sound chemicals and waste management, including for waste prevention.

218. We recognize the importance of adopting a life cycle approach and of further development and implementation of policies for resource efficiency and environmentally sound waste management. We therefore commit to further reduce, reuse and recycle waste (3Rs), and to increase energy recovery from waste, with a view to managing the majority of global waste in an environmentally sound manner and, where possible, as a resource. Solid wastes, such as electronic waste and plastics, pose particular challenges, which should be addressed. We call for the development and enforcement of comprehensive national and local waste management policies, strategies, laws and regulations.

219. We urge countries and other stakeholders to take all possible measures to prevent the unsound management of hazardous wastes and their illegal dumping, particularly in countries where the capacity to deal with these wastes is limited, in a manner consistent with the obligations of countries under relevant international instruments. In this context, we welcome the relevant decisions taken at the tenth meeting of the Conference of the Parties to the Basel Convention.

220. We recognize the importance of science-based assessments of the risks posed by chemicals to human beings and the environment, and of reducing human and environmental exposure to hazardous chemicals. We encourage the development of environmentally sound and safer alternatives to hazardous chemicals in products and processes. To this end, we encourage, inter alia, life cycle assessment, public information, extended producer responsibility, research and development, sustainable design and knowledge-sharing, as appropriate.

221. We welcome the ongoing negotiating process on a global legally binding instrument on mercury to address the risks to human health and the environment and call for a successful outcome to the negotiations.

222. We recognize that the phase-out of ozone-depleting substances is resulting in a rapid increase in the use and release of high global-warming potential hydrofluorocarbons to the environment. We support a gradual phase-down in the consumption and production of hydrofluorocarbons.

223. We acknowledge that sustainable and adequate long-term funding is a key element for the sound management of chemicals and waste, in particular in developing countries. In this regard, we welcome the consultative process on financing options for chemicals and waste, initiated to consider the need for heightened efforts to increase the political priority accorded to sound management of chemicals and waste, and the increased need for sustainable, predictable, adequate and accessible financing for the chemicals and waste agenda. We look forward to the forthcoming proposals by the Executive Director of UNEP, which will be considered by the International Conference on Chemicals Management and at the twenty-seventh session of the Governing Council of UNEP.

Sustainable consumption and production

224. We recall the commitments made in the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation on sustainable consumption and production and, in particular, the request in chapter 3 of the Plan of Implementation to encourage and promote the development of a 10-year framework of programmes. We recognize that fundamental changes in the way societies consume and produce are indispensable for achieving global sustainable development.

225. Countries reaffirm the commitments they have made to phase out harmful and inefficient fossil fuel subsidies that encourage wasteful consumption and undermine sustainable development. We invite others to consider rationalizing inefficient fossil fuel subsidies by removing market distortions, including restructuring taxation and phasing out harmful subsidies, where they exist, to reflect their environmental impacts, with such policies taking fully into account the specific needs and conditions of developing countries, with the aim of minimizing the possible adverse impacts on their development and in a manner that protects the poor and the affected communities.

226. We adopt the 10-year framework of programmes on sustainable consumption and production patterns, as contained in document A/CONF.216/5, and highlight that the programmes included in the 10-year framework are voluntary. We invite the General Assembly, at its sixty-seventh session, to designate a Member State body to take any necessary steps to fully operationalize the framework.

Mining

227. We acknowledge that minerals and metals make a major contribution to the world economy and modern societies. We note that mining industries are important to all countries with mineral resources, in particular developing countries. We also note that mining offers the opportunity to catalyse broad-based economic development, reduce poverty and assist countries in meeting internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals, when managed effectively and properly. We acknowledge that countries have the sovereign right to develop their mineral resources according to their national priorities and responsibility regarding the exploitation of resources described in the Rio

Principles. We further acknowledge that mining activities should maximize social and economic benefits, as well as effectively address negative environmental and social impacts. In this regard, we recognize that Governments need strong capacities to develop, manage and regulate their mining industries, in the interest of sustainable development.

228. We recognize the importance of strong and effective legal and regulatory frameworks, policies and practices for the mining sector that deliver economic and social benefits and include effective safeguards that reduce social and environmental impacts, as well as conserve biodiversity and ecosystems, including during post-mining closure. We call on governments and businesses to promote the continuous improvement of accountability and transparency, as well as the effectiveness of the relevant existing mechanisms to prevent the illicit financial flows from mining activities.

Education

229. We reaffirm our commitments to the right to education and in this regard, we commit to strengthen international cooperation to achieve universal access to primary education, particularly for developing countries. We further reaffirm that full access to quality education at all levels is an essential condition for achieving sustainable development, poverty eradication, gender equality and women's empowerment, as well as human development, for the attainment of the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals, and for the full participation of both women and men, in particular young people. In this regard, we stress the need for ensuring equal access to education for persons with disabilities, indigenous peoples, local communities, ethnic minorities and people living in rural areas.

230. We recognize that the younger generations are the custodians of the future and the need for better quality and access to education beyond the primary level. We therefore resolve to improve the capacity of our education systems to prepare people to pursue sustainable development, including through enhanced teacher training, the development of sustainability curricula, the development of training programmes that prepare students for careers in fields related to sustainability, and more effective use of information and communications technologies to enhance learning outcomes. We call for enhanced cooperation among schools, communities and authorities in efforts to promote access to quality education at all levels.

231. We encourage Member States to promote sustainable development awareness among youth, inter alia by promoting programmes for non-formal education in accordance with the goals of the United Nations Decade of Education for Sustainable Development, 2005-2014.

232. We emphasize the importance of greater international cooperation to improve access to education, including through building and strengthening education infrastructure and increasing investment in education, particularly investment to improve the quality of education for all in developing countries. We encourage international educational exchanges and partnerships, including the creation of fellowships and scholarships to help achieve global education goals.

233. We resolve to promote education for sustainable development and to integrate sustainable development more actively into education beyond the United Nations Decade of Education for Sustainable Development.

234. We strongly encourage educational institutions to consider adopting good practices in sustainability management on their campuses and in their communities with the active participation of, inter alia, students, teachers and local partners, and teaching sustainable development as an integrated component across disciplines.

235. We underscore the importance of supporting educational institutions, especially higher educational institutions in developing countries, to carry out research and innovation for sustainable development, including in the field of education, to develop quality and innovative programmes, including entrepreneurship and business skills training, professional, technical and vocational training and lifelong learning, geared to bridging skills gaps for advancing national sustainable development objectives.

Gender equality and women's empowerment

236. We reaffirm the vital role of women and the need for their full and equal participation and leadership in all areas of sustainable development, and decide to accelerate the implementation of our respective commitments in this regard as contained in the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, as well as Agenda 21, the Beijing Declaration and Platform for Action and the United Nations Millennium Declaration.

237. We recognize that, although progress on gender equality has been made in some areas, the potential of women to engage in, contribute to and benefit from sustainable development as leaders, participants and agents of change has not been fully realized, owing to, inter alia, persistent social, economic and political inequalities. We support prioritizing measures to promote gender equality and women's empowerment in all spheres of our societies, including the removal of barriers to their full and equal participation in decision-making and management at all levels, and we emphasize the impact of setting specific targets and implementing temporary measures, as appropriate, for substantially increasing the number of women in leadership positions, with the aim of achieving gender parity.

238. We resolve to unlock the potential of women as drivers of sustainable development, including through the repeal of discriminatory laws and the removal of formal barriers, ensuring equal access to justice and legal support, the reform of institutions to ensure competence and capacity for gender mainstreaming and the development and adoption of innovative and special approaches to address informal, harmful practices that act as barriers to gender equality. In this regard, we commit to creating an enabling environment for improving the situation of women and girls everywhere, particularly in rural areas and local communities and among indigenous peoples and ethnic minorities.

239. We commit to actively promote the collection, analysis and use of gender-sensitive indicators and sex-disaggregated data in policy, programme design and monitoring frameworks, in accordance with national circumstances and capacities, in order to deliver on the promise of sustainable development for all.

240. We are committed to equal rights and opportunities for women in political and economic decision-making and resource allocation and to removing any barriers that

prevent women from being full participants in the economy. We resolve to undertake legislative and administrative reforms to give women equal rights with men to economic resources, including access to ownership and control over land and other forms of property, credit, inheritance, natural resources and appropriate new technology.

241. We are committed to promote the equal access of women and girls to education, basic services, economic opportunities and health-care services, including addressing women's sexual and reproductive health, and ensuring universal access to safe, effective, affordable and acceptable modern methods of family planning. In this regard, we reaffirm our commitment to implement the Programme of Action of the International Conference on Population and Development and the key actions for the further implementation of that Programme of Action.

242. We recognize that gender equality and the effective participation of women are important for effective action on all aspects of sustainable development.

243. We support the work of the United Nations system, including the United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN-Women), in promoting and achieving gender equality and women's empowerment in all aspects of life, including with respect to the linkages between gender equality and women's empowerment and the promotion of sustainable development. We support the work of UN-Women in leading, coordinating and promoting the accountability of the United Nations system in this regard.

244. We invite donors and international organizations, including the United Nations system organizations, as well as the international financial institutions, regional banks and major groups, including the private sector, to integrate fully commitments and considerations on gender equality and women's empowerment and to ensure the participation of women and effective gender mainstreaming in their decision-making and full programming cycle. We invite them to play a supportive role in the efforts of developing countries to integrate fully commitments and considerations on gender equality and women's empowerment and ensure the participation of women and effective gender mainstreaming in their decision-making, programme planning, budgeting and implementation, in accordance with national legislation, priorities and capacities.

B. Sustainable development goals

245. We underscore that the Millennium Development Goals are a useful tool in focusing achievement of specific development gains as part of a broad development vision and framework for the development activities of the United Nations, for national priority-setting and for mobilization of stakeholders and resources towards common goals. We therefore remain firmly committed to their full and timely achievement.

246. We recognize that the development of goals could also be useful for pursuing focused and coherent action on sustainable development. We further recognize the importance and utility of a set of sustainable development goals, based on Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation, which fully respect all the Rio Principles, taking into account different national circumstances, capacities and

priorities, are consistent with international law, build upon commitments already made, and contribute to the full implementation of the outcomes of all major summits in the economic, social and environmental fields, including the present outcome document. The goals should address and incorporate in a balanced way all three dimensions of sustainable development and their interlinkages. They should be coherent with and integrated into the United Nations development agenda beyond 2015, thus contributing to the achievement of sustainable development and serving as a driver for implementation and mainstreaming of sustainable development in the United Nations system as a whole. The development of these goals should not divert focus or effort from the achievement of the Millennium Development Goals.

247. We also underscore that sustainable development goals should be action-oriented, concise and easy to communicate, limited in number, aspirational, global in nature and universally applicable to all countries while taking into account different national realities, capacities and levels of development and respecting national policies and priorities. We also recognize that the goals should address and be focused on priority areas for the achievement of sustainable development, being guided by the present outcome document. Governments should drive implementation with the active involvement of all relevant stakeholders, as appropriate.

248. We resolve to establish an inclusive and transparent intergovernmental process on sustainable development goals that is open to all stakeholders, with a view to developing global sustainable development goals to be agreed by the General Assembly. An open working group shall be constituted no later than at the opening of the sixty-seventh session of the Assembly and shall comprise 30 representatives, nominated by Member States from the five United Nations regional groups, with the aim of achieving fair, equitable and balanced geographic representation. At the outset, this open working group will decide on its methods of work, including developing modalities to ensure the full involvement of relevant stakeholders and expertise from civil society, the scientific community and the United Nations system in its work, in order to provide a diversity of perspectives and experience. It will submit a report, to the sixty-eighth session of the Assembly, containing a proposal for sustainable development goals for consideration and appropriate action.

249. The process needs to be coordinated and coherent with the processes to consider the post-2015 development agenda. The initial input to the work of the working group will be provided by the Secretary-General, in consultation with national Governments. In order to provide technical support to the process and to the work of the working group, we request the Secretary-General to ensure all necessary input and support to this work from the United Nations system, including through establishing an inter-agency technical support team and expert panels, as needed, drawing on all relevant expert advice. Reports on the progress of work will be made regularly to the General Assembly.

250. We recognize that progress towards the achievement of the goals needs to be assessed and accompanied by targets and indicators, while taking into account different national circumstances, capacities and levels of development.

251. We recognize that there is a need for global, integrated and scientifically based information on sustainable development. In this regard, we request the relevant bodies of the United Nations system, within their respective mandates, to support the regional economic commissions in collecting and compiling national inputs in

order to inform this global effort. We further commit to mobilizing financial resources and capacity-building, particularly for developing countries, to achieve this endeavour.

VI. Means of implementation

252. We reaffirm that the means of implementation identified in Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Johannesburg Plan of Implementation, the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development and the Doha Declaration on Financing for Development are indispensable for achieving the full and effective translation of sustainable development commitments into tangible sustainable development outcomes. We reiterate that each country has primary responsibility for its own economic and social development and that the role of national policies, domestic resources and development strategies cannot be overemphasized. We reaffirm that developing countries need additional resources for sustainable development. We recognize the need for significant mobilization of resources from a variety of sources and the effective use of financing, in order to promote sustainable development. We acknowledge that good governance and the rule of law at the national and international levels are essential for sustained, inclusive and equitable economic growth, sustainable development and the eradication of poverty and hunger.

A. Finance

253. We call on all countries to prioritize sustainable development in the allocation of resources in accordance with national priorities and needs, and we recognize the crucial importance of enhancing financial support from all sources for sustainable development for all countries, in particular developing countries. We recognize the importance of international, regional and national financial mechanisms, including those accessible to subnational and local authorities, to the implementation of sustainable development programmes, and call for their strengthening and implementation. New partnerships and innovative sources of financing can play a role in complementing sources of financing for sustainable development. We encourage their further exploration and use, alongside the traditional means of implementation.

254. We recognize the need for significant mobilization of resources from a variety of sources and the effective use of financing, in order to give strong support to developing countries in their efforts to promote sustainable development, including through actions undertaken in accordance with the outcome of the United Nations Conference on Sustainable Development and for achieving sustainable development goals.

255. We agree to establish an intergovernmental process under the auspices of the General Assembly, with technical support from the United Nations system and in open and broad consultation with relevant international and regional financial institutions and other relevant stakeholders. The process will assess financing needs, consider the effectiveness, consistency and synergies of existing instruments and frameworks, and evaluate additional initiatives, with a view to preparing a report

proposing options on an effective sustainable development financing strategy to facilitate the mobilization of resources and their effective use in achieving sustainable development objectives.

256. An intergovernmental committee, comprising 30 experts nominated by regional groups, with equitable geographical representation, will implement this process, concluding its work by 2014.

257. We request the General Assembly to consider the report of the intergovernmental committee and take appropriate action.

258. We recognize that the fulfilment of all commitments related to ODA is crucial, including the commitments by many developed countries to achieve the target of 0.7 per cent of gross national product (GNP) for ODA to developing countries by 2015, as well as a target of 0.15 to 0.20 per cent of GNP for ODA to the least developed countries. To reach their agreed timetables, donor countries should take all necessary and appropriate measures to raise the rate of aid disbursements in order to meet their existing commitments. We urge those developed countries that have not yet done so to make additional concrete efforts towards the target of 0.7 per cent of GNP for ODA to developing countries, including the specific target of 0.15 to 0.20 per cent of GNP for ODA to the least developed countries, in accordance with their commitments. To build on progress achieved in ensuring that ODA is used effectively, we stress the importance of democratic governance, improved transparency and accountability, and managing for results. We strongly encourage all donors to establish, as soon as possible, rolling indicative timetables that illustrate how they aim to reach their goals, in accordance with their respective budget allocation process. We stress the importance of mobilizing greater domestic support in developed countries towards the fulfilment of their commitments, including through raising public awareness, providing data on the development impact of aid provided and demonstrating tangible results.

259. We welcome increasing efforts to improve the quality of ODA and to increase its development impact. We also recognize the need to improve development effectiveness, increase programme-based approaches, use country systems for activities managed by the public sector, reduce transaction costs and improve mutual accountability and transparency and, in this regard, we call upon all donors to untie aid to the maximum extent. We will further make development more effective and predictable by providing developing countries with regular and timely indicative information on planned support in the medium term. We recognize the importance of efforts by developing countries to strengthen leadership of their own development, national institutions, systems and capacity to ensure the best results for effective development by engaging with parliaments and citizens in shaping those policies and deepening engagement with civil society organizations. We should also bear in mind that there is no one-size-fits-all formula that will guarantee development effectiveness. The specific situation of each country needs to be fully considered.

260. We note that the aid architecture has significantly changed in the current decade. New aid providers and novel partnership approaches, which utilize new modalities of cooperation, have contributed to increasing the flow of resources. Further, the interplay of development assistance with private investment, trade and new development actors provides new opportunities for aid to leverage private resource flows. We reiterate our support for South-South cooperation, as well as

triangular cooperation, which provide much needed additional resources to the implementation of development programmes. We recognize the importance and different history and particularities of South-South cooperation and stress that South-South cooperation should be seen as an expression of solidarity and cooperation between countries, based on their shared experiences and objectives. Both forms of cooperation support a development agenda that addresses the particular needs and expectations of developing countries. We also recognize that South-South cooperation complements rather than substitutes for North-South cooperation. We acknowledge the role played by middle-income developing countries as providers and recipients of development cooperation.

261. We invite the international financial institutions, within their respective mandates, to continue providing financial resources, including through specific mechanisms for the promotion of sustainable development and poverty eradication in developing countries.

262. We recognize that greater coherence and coordination among the various funding mechanisms and initiatives related to sustainable development are crucial. We reiterate the importance of ensuring that developing countries have steady and predictable access to adequate financing from all sources to promote sustainable development.

263. We recognize that ongoing serious global financial and economic challenges carry the possibility of undoing years of hard work and gains made in relation to the debt of developing countries. We further recognize the need to assist developing countries in ensuring long-term debt sustainability through coordinated policies aimed at fostering debt financing, debt relief and debt restructuring, as appropriate.

264. We stress the need for adequate funding for the operational activities of the United Nations development system, as well as the need to make funding more predictable, effective and efficient as part of wider efforts to mobilize new, additional and predictable resources to achieve the objectives that we have set forth in the present outcome document.

265. We recognize the important achievements of the Global Environment Facility (GEF) over the past 20 years in funding environmental projects and welcome important reform processes that GEF has carried out during recent years, and we call for its further improvement and encourage GEF to take additional steps, within its mandate, to make resources more accessible to meet country needs for the national implementation of their international environmental commitments. We support further simplification of procedures and assistance to developing countries, in particular in assisting the least developed countries, Africa and small island developing States in accessing resources from GEF, and enhanced coordination with other instruments and programmes focusing on environmentally sustainable development.

266. We stress that fighting corruption and illicit financial flows at both the national and international levels is a priority and that corruption is a serious barrier to effective resource mobilization and allocation and diverts resources away from activities that are vital for poverty eradication, the fight against hunger and sustainable development. We are determined to take urgent and decisive steps to continue to combat corruption in all its manifestations, which requires strong institutions at all levels, and urge all States that have not yet done so to consider

ratifying or acceding to the United Nations Convention against Corruption and begin its implementation.

267. We consider that innovative financing mechanisms can make a positive contribution in assisting developing countries to mobilize additional resources for financing for development on a voluntary basis. Such financing should supplement and not be a substitute for traditional sources of financing. While recognizing the considerable progress in innovative sources of financing for development, we call for a scaling-up of present initiatives, where appropriate.

268. We recognize that a dynamic, inclusive, well-functioning, socially and environmentally responsible private sector is a valuable instrument that can offer a crucial contribution to economic growth and reducing poverty and promoting sustainable development. In order to foster private sector development, we shall continue to pursue appropriate national policy and regulatory frameworks in a manner consistent with national laws to encourage public and private initiatives, including at the local level, to foster a dynamic and well-functioning business sector, and to facilitate entrepreneurship and innovation, including among women, the poor and the vulnerable. We will work to improve income growth and distribution, inter alia through raising productivity, empowering women, protecting labour rights, and taxation. We recognize that the appropriate role of government in relation to the promotion and regulation of the private sector will vary from country to country depending on national circumstances.

B. Technology

269. We emphasize the importance of technology transfer to developing countries and recall the provisions on technology transfer, finance, access to information and intellectual property rights as agreed in the Johannesburg Plan of Implementation, in particular its call to promote, facilitate and finance, as appropriate, access to and the development, transfer and diffusion of environmentally sound technologies and corresponding know-how, in particular to developing countries, on favourable terms, including on concessional and preferential terms, as mutually agreed. We also take note of the further evolution of discussions and agreements on these issues since the adoption of the Plan of Implementation.

270. We stress the importance of access by all countries to environmentally sound technologies, new knowledge, know-how and expertise. We further stress the importance of cooperative action on technology innovation, research and development. We agree to explore modalities in the relevant forums for enhanced access to environmentally sound technologies by developing countries.

271. We underline the need for enabling environments for the development, adaptation, dissemination and transfer of environmentally sound technologies. In this context, we note the role of foreign direct investment, international trade and international cooperation in the transfer of environmentally sound technologies. We engage in our countries as well as through international cooperation to promote investment in science, innovation and technology for sustainable development.

272. We recognize the importance of strengthened national, scientific and technological capacities for sustainable development. This can help countries, especially developing countries, to develop their own innovative solutions, scientific

research and new, environmentally sound technologies, with the support of the international community. To this end, we support building science and technology capacity, with both women and men as contributors and beneficiaries, including through collaboration among research institutions, universities, the private sector, governments, non-governmental organizations and scientists.

273. We request relevant United Nations agencies to identify options for a facilitation mechanism that promotes the development, transfer and dissemination of clean and environmentally sound technologies by, inter alia, assessing the technology needs of developing countries, options to address those needs and capacity-building. We request the Secretary-General, on the basis of the options identified and taking into account existing models, to make recommendations regarding the facilitation mechanism to the sixty-seventh session of the General Assembly.

274. We recognize the importance of space-technology-based data, in situ monitoring and reliable geospatial information for sustainable development policymaking, programming and project operations. In this context, we note the relevance of global mapping and recognize the efforts in developing global environmental observing systems, including by the Eye on Earth Network and through the Global Earth Observation System of Systems. We recognize the need to support developing countries in their efforts to collect environmental data.

275. We recognize the importance of strengthening international, regional and national capacities in research and technology assessment, especially in view of the rapid development and possible deployment of new technologies that may also have unintended negative impacts, in particular on biodiversity and health, or other unforeseen consequences.

276. We recognize the need to facilitate informed policy decision-making on sustainable development issues and, in this regard, to strengthen the science-policy interface.

C. Capacity-building

277. We emphasize the need for enhanced capacity-building for sustainable development and, in this regard, we call for the strengthening of technical and scientific cooperation, including North-South, South-South and triangular cooperation. We reiterate the importance of human resource development, including training, the exchange of experiences and expertise, knowledge transfer and technical assistance for capacity-building, which involves strengthening institutional capacity, including planning, management and monitoring capacities.

278. We call for the continued and focused implementation of the Bali Strategic Plan for Technology Support and Capacity-building, adopted by UNEP.

279. We encourage the participation and representation of men and women scientists and researchers from developing and developed countries in processes related to global environmental and sustainable development assessment and monitoring, with the purpose of enhancing national capabilities and the quality of research for policy- and decision-making processes.

280. We invite all relevant agencies of the United Nations system and other relevant international organizations to support developing countries and, in particular, the least developed countries in capacity-building for developing resource-efficient and inclusive economies, including through:

- (a) Sharing sustainable practices in various economic sectors;
- (b) Enhancing knowledge and capacity to integrate disaster risk reduction and resilience into development plans;
- (c) Supporting North-South, South-South and triangular cooperation for the transition to a resource-efficient economy;
- (d) Promoting public-private partnerships.

D. Trade

281. We reaffirm that international trade is an engine for development and sustained economic growth, and also reaffirm the critical role that a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system, as well as meaningful trade liberalization, can play in stimulating economic growth and development worldwide, thereby benefiting all countries at all stages of development, as they advance towards sustainable development. In this context, we remain focused on achieving progress in addressing a set of important issues, such as, *inter alia*, trade-distorting subsidies and trade in environmental goods and services.

282. We urge the members of WTO to redouble their efforts to achieve an ambitious, balanced and development-oriented conclusion to the Doha Development Agenda, while respecting the principles of transparency, inclusiveness and consensual decision-making, with a view to strengthening the multilateral trading system. In order to effectively participate in the work programme of WTO and fully realize trade opportunities, developing countries need the assistance and enhanced cooperation of all relevant stakeholders.

E. Registry of commitments

283. We welcome the commitments voluntarily entered into at the United Nations Conference on Sustainable Development and throughout 2012 by all stakeholders and their networks to implement concrete policies, plans, programmes, projects and actions to promote sustainable development and poverty eradication. We invite the Secretary-General to compile these commitments and facilitate access to other registries that have compiled commitments, in an Internet-based registry. The registry should make information about the commitments fully transparent and accessible to the public, and it should be periodically updated.



PESQUISA CNI-IBOPE

RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA: MEIO AMBIENTE

MAIO/2012



PESQUISA CNI-IBOPE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Presidente: Robson Braga de Andrade

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor de Políticas e Estratégia

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor de Desenvolvimento Industrial

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Mônica Messenberg Guimarães

Diretora de Relações Institucionais

PESQUISA CNI-IBOPE

RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA:
MEIO AMBIENTE

Maio / 2012



Confederação Nacional da Indústria

© 2012. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade – GPC

FICHA CATALOGRÁFICA

P474

Pesquisa CNI-IBOPE : retratos da sociedade brasileira : meio ambiente : maio 2012. – Brasília: CNI, 2012.
51 p. : il.

1. Meio ambiente 2. Mudanças climáticas 3. Aquecimento global
4. Reciclagem I. Confederação Nacional da Indústria

CDU 502/504

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317- 9001

Fax: (61) 3317- 9994

<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br

SUMÁRIO

Principais resultados 7

1 Preocupação com o meio ambiente 9

2 Aquecimento global e mudanças climáticas 17

3 Coleta seletiva de lixo e reciclagem 27

4 Tabelas 32

5 Especificações técnicas da pesquisa 50

Principais resultados

Preocupação com o meio ambiente

- População brasileira está mais preocupada com o meio ambiente. Percentual dos entrevistados com alguma preocupação aumentou de 80%, em setembro de 2010, para 94%, em dezembro de 2011
- Desmatamento e abastecimento e poluição das águas são as questões que mais preocupam os brasileiros
- 53% dos entrevistados defendem que o desmatamento da Amazônia seja a prioridade do Brasil dentre as questões relativas ao meio ambiente
- Não há consenso da população sobre o maior responsável pela poluição ambiental.
- População tende a priorizar a proteção ao meio ambiente quando esta conflita com o crescimento econômico
- 52% da população se mostra disposta a pagar mais por um produto cuja produção seja ambientalmente correta
- Não obstante, apenas 18% efetivamente modificam seu consumo em prol do meio ambiente
- 68% dos entrevistados consideram que o Governo Dilma dá importância à questão ambiental
- População não percebe grandes alterações, nos últimos anos, nas ações de empresas, Governo e da população em geral em prol da preservação ambiental

Mudanças climáticas

- População brasileira (93%) acredita que a temperatura da terra está aumentando
- A maioria dos brasileiros (65%) considera o problema do aquecimento global urgente

- Brasileiro está mais preocupado com o aquecimento global. Percentual da população que considera o problema muito grave passou de 47% em setembro de 2009 para 65% em dezembro de 2011
- Quase metade da população (46%) defende que os custos produtivos devido à adoção de tecnologias limpas devem ser assumidos pelos governos por meio da redução de impostos das empresas
- Maioria da população (51%) afirma preferir incentivos ou ações educacionais à adoção de uma legislação mais dura na proteção ao meio ambiente
- Não há consenso ao que priorizar se houver conflito entre a redução de emissões de gases efeito estufa e a competitividade da indústria brasileira
- População atribui maior responsabilidade pelo aquecimento da Terra aos países ricos, mas a maioria (55%) afirma que todos os países – ricos e pobres – deve contribuir igualmente para a redução do aquecimento global

Coleta seletiva de lixo e reciclagem

- Brasileiros consideram a reciclagem uma atividade importante para o meio ambiente e para o desenvolvimento econômico do País
- 45% dos entrevistados dizem se preocupar muito com a questão da reciclagem
- 48% da população brasileira não possuem acesso à coleta seletiva de lixo
- 59% dos brasileiros separam algum tipo de lixo para reciclagem
- Os materiais mais reciclados são as garrafas PET (por 46% da população), papéis (31%) e alumínio (31%)
- 61% dos entrevistados reaproveitam materiais eletrônicos e eletrodomésticos velhos ou danificados

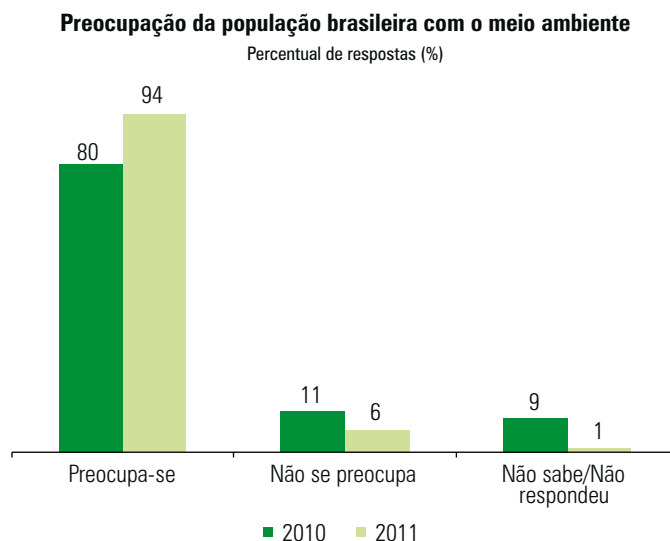
1 Preocupação com o meio ambiente

População brasileira está mais preocupada com o meio ambiente

Em pesquisa realizada em setembro de 2010, 80% da população brasileira afirmou que tinha alguma preocupação relacionada com o meio ambiente. Em dezembro de 2011, o percentual de entrevistados que afirmaram preocupar-se com o tema alcançou 94%.

A preocupação com o meio ambiente é maior quanto mais elevado é o nível educacional do entrevistado. Entre os entrevistados com nível superior, o percentual dos que responderam ter alguma preocupação com o meio ambiente chega a 99%. No caso dos entrevistados com até a quarta série do ensino fundamental, esse percentual cai para 88%.

A preocupação também é maior à medida que se aumenta o nível de renda familiar do entrevistado. Entre aqueles com renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos, o percentual é de 97% e cai para 88% entre os que possuem renda familiar de até 1 salário mínimo. A preocupação com o meio ambiente é maior entre as mulheres e a população mais jovem.



Desmatamento e abastecimento/poluição das águas são as questões que mais preocupam o brasileiro

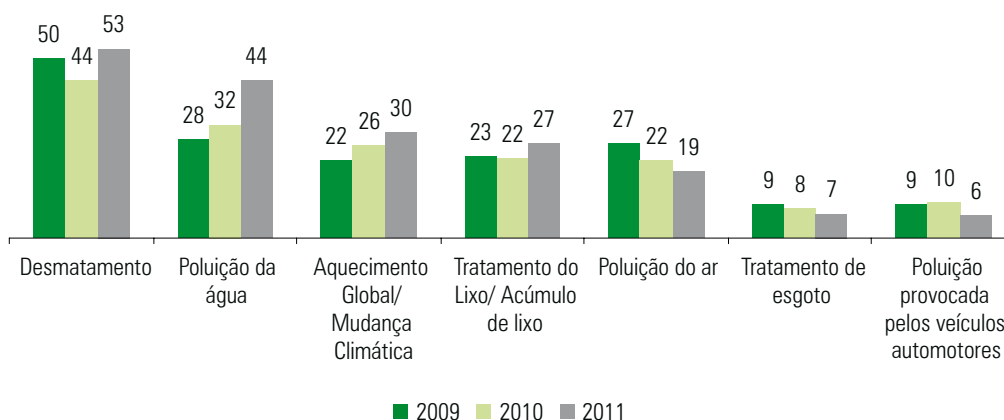
Dentre as questões ambientais que preocupam o brasileiro, o desmatamento é a mais lembrada. Essa questão foi citada por 53% dos entrevistados no levantamento espontâneo onde o entrevistado poderia citar mais de uma opção. O problema da derrubada e corte de árvores também apareceu como principal preocupação nas pesquisas realizadas em 2009 (50%) e 2010 (44%).

Em segundo lugar, ficou o abastecimento/poluição das águas, citado por 44% das opções dos entrevistados. Na sequência, aparecem aquecimento global/mudança climática (30%), tratamento/acúmulo do lixo (27%) e a poluição do ar (19%).

O desmatamento aparece como maior preocupação entre os residentes no conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste (64%). Para a Região Nordeste, a maior preocupação é a questão do abastecimento/poluição das águas (51%). O desmatamento, para essa Região, aparece como segunda opção mais citada (46%).

Maior preocupação em relação ao meio ambiente

Percentual de respostas (%)



Prioridade deve ser o desmatamento da Amazônia

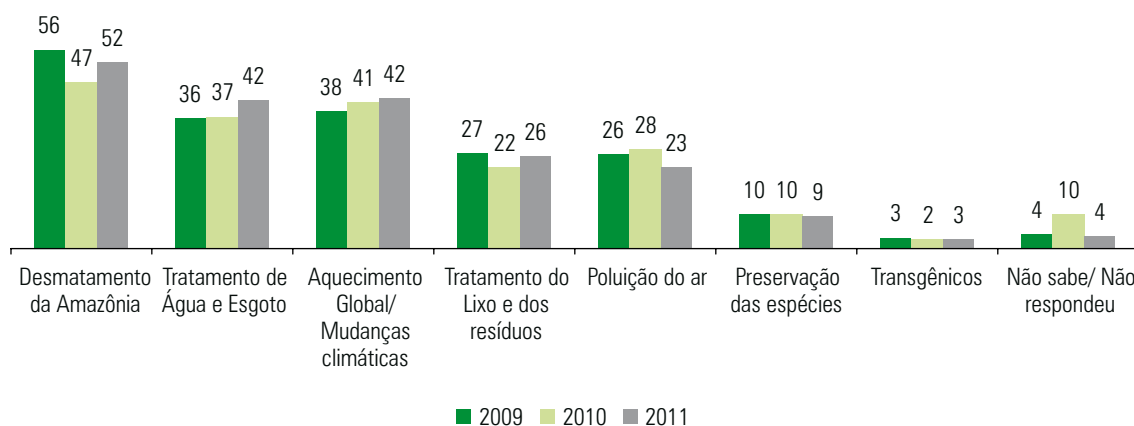
Alinhados às suas preocupações, a maioria dos brasileiros defende que o País priorize o tema desmatamento da Amazônia nas políticas e ações em favor do meio ambiente. Dentre os sete temas listados como possíveis prioridades para o Brasil, o desmatamento da Amazônia foi escolhido por 52%. Esse tema também apareceu como prioridade nas pesquisas realizadas em 2010 (47%) e em 2009 (56%).

O tratamento de água e esgoto e a questão do aquecimento global/mudanças climáticas estão empatados em segundo lugar (42%) entre as questões a ser consideradas prioritárias no País. Em seguida aparecem tratamento do lixo e dos resíduos (26%) e a poluição do ar (23%). Os percentuais corroboraram os resultados sobre a questão que mais preocupa o brasileiro em relação ao meio ambiente.

O foco prioritário o desmatamento da Amazônia é mais elevado no conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste, com 63% das respostas assinaladas. Entre os residentes na Região Nordeste, esse percentual cai para 48%.

Áreas prioritárias ao meio ambiente e à qualidade de vida

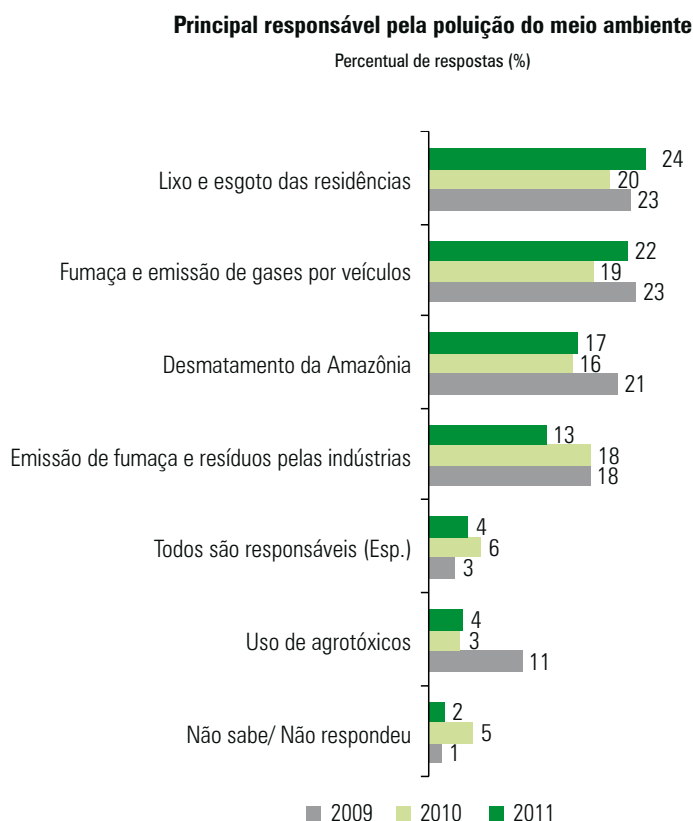
Percentual de respostas (%)



Não há consenso da população sobre o maior responsável pela poluição ambiental

Em uma lista de seis itens, em que o entrevistado foi instado a escolher o maior responsável pela poluição do meio ambiente no Brasil, as duas opções mais citadas – lixo e o esgoto produzido nas residências (24%) e fumaça e emissão de gases dos veículos automotores (22%) – não alcançam 50%.

Na comparação com a pesquisa de setembro de 2010, verifica-se um aumento no percentual de assinalações em lixo e esgoto das residências (+ 4 pontos percentuais) e em fumaça e emissão de gases por veículos (+ 3 pontos percentuais) e uma queda em emissão de fumaça e resíduos pelas indústrias (- 5 pontos percentuais).



População prioriza a proteção ambiental sobre o crescimento econômico

A opinião do brasileiro em relação ao que priorizar quando há conflito entre a proteção ambiental e o crescimento econômico variou consideravelmente entre as pesquisas realizadas em 2010 e 2011.

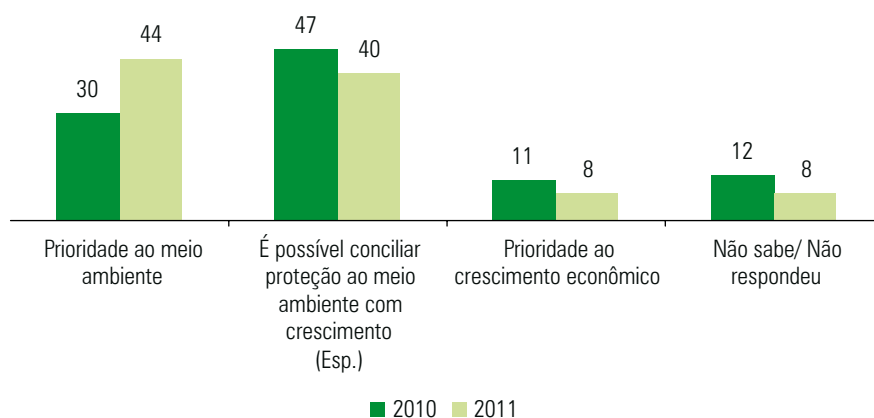
Na pesquisa realizada em setembro de 2010, o percentual de entrevistados que considerava a questão ambiental prioritária frente ao crescimento econômico era de 30%. Em 2011, houve um expressivo crescimento da preocupação do brasileiro em relação ao meio ambiente: 44% das respostas marcadas.

Houve, ainda, uma redução no percentual de entrevistados que acreditam ser possível conciliar crescimento econômico com proteção ao meio ambiente: de 47% em 2010 para 40% em 2011. Apenas 8% dos entrevistados, em 2011, afirmam aceitar uma proteção ambiental menos rigorosa em favor de maior crescimento.

A prioridade ao meio ambiente é maior entre os mais jovens e entre os entrevistados de renda familiar mais baixa. Em termos regionais, o Sul foi a Região onde a população se mostrou mais favorável a afirmação que “O meio ambiente deve ser protegido, mesmo que isso dificulte o crescimento econômico” (52%).

O que priorizar quando houver conflito entre a proteção do meio ambiente e o crescimento econômico

Percentual de respostas (%)

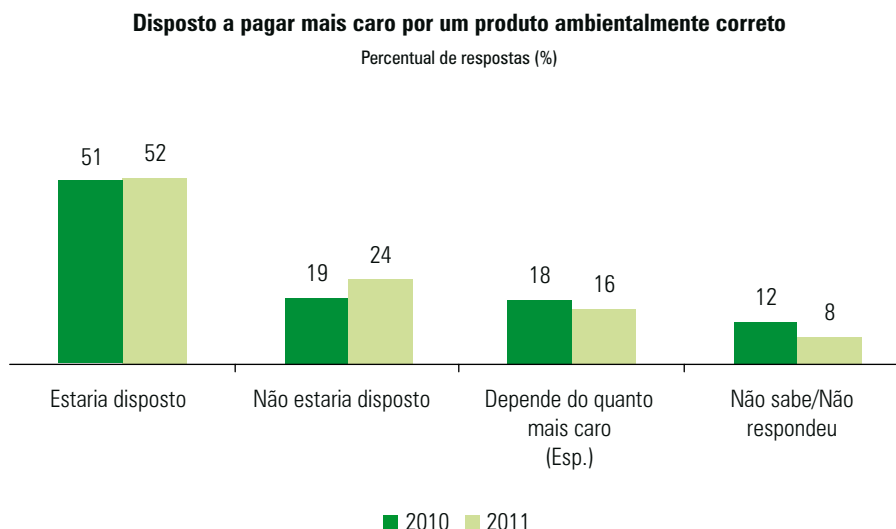


Metade da população se diz disposta a pagar mais caro por produtos ambientalmente corretos

Pouco mais da metade dos entrevistados (52%) diz estar disposto a pagar mais por um produto cuja produção seja ambientalmente correta. A disposição a pagar mais é tão maior quanto mais elevado é o nível educacional e de renda familiar do entrevistado. Entre aqueles com nível superior de educação, o percentual alcança 62% e chega a 72% entre aqueles com renda familiar superior a 10 salários mínimos.

Ainda que a preocupação ambiental tenha aumentado, um quarto da população ainda mostra resistência em ter mais gastos em prol da preservação ambiental. Outros 16% estariam dispostos a pagar – resposta espontânea – a depender do quanto mais caro o produto se tornasse.

O resultado foi bastante semelhante ao observado em 2010. Destaque apenas ao percentual de entrevistados que não estariam dispostos a pagar, que subiu de 19% em 2010 para 24% das opções de resposta em 2011.

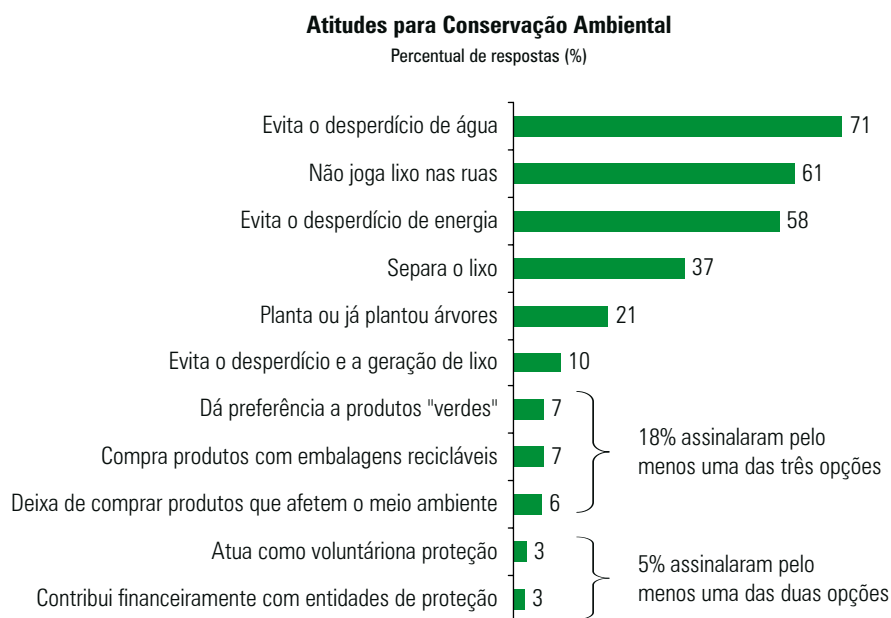


Economia de água lidera ações para conservação/proteção do meio ambiente

O brasileiro continua restringindo suas ações de preservação do meio ambiente a tarefas cotidianas. As ações são, na sua maioria, relacionadas à contenção de custos pessoais. Dentre os entrevistados, 71% evita o desperdício de água e 58% procuram economizar na energia elétrica. Não jogar lixo nas ruas é uma atitude adotada por 61% da população.

Apesar de 52% se dizerem dispostos a pagar mais caro por produtos ambientalmente corretos, apenas 18% efetivamente modificam seu consumo em prol do meio ambiente (dá preferência a produtos e serviços de empresas com preocupação e ações de conservação ambiental; deixa de comprar produtos que afetem o meio ambiente; ou compra produtos com embalagens recicláveis, biodegradáveis ou retornáveis).

As ações de voluntariado ou de apoio financeiro a entidades de proteção do meio ambiente são realizadas por apenas 5% da população.

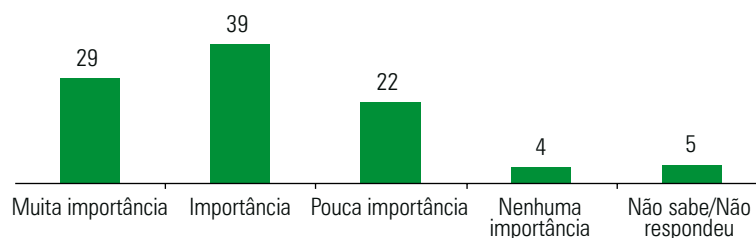


Para a maioria dos brasileiros, o Governo Dilma se importa com a questão ambiental

A maioria da população (68%) tem a percepção de que o Governo Dilma atribui “muita importância” ou “importância” à questão da proteção ambiental. Essa percepção é maior entre os entrevistados com menor renda familiar e com menor nível educacional.

Importância dado ao tema do meio ambiente pelo Governo Dilma

Percentual de respostas (%)

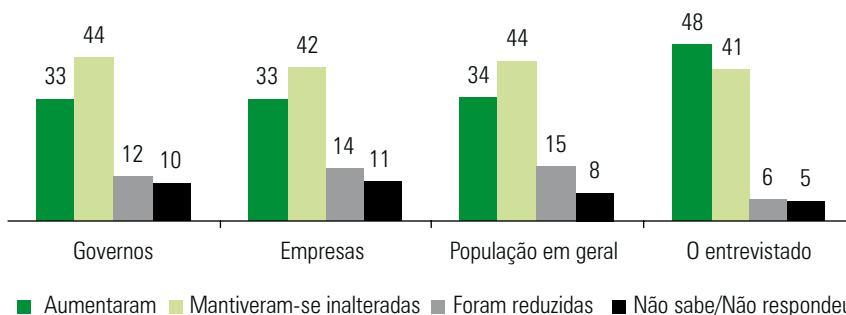


Iniciativas em prol da preservação ambiental mantiveram-se inalteradas

Os brasileiros acreditam que, nos últimos anos, as iniciativas em prol da preservação do meio ambiente mantiveram-se inalteradas tanto pelos governos, quanto pelas empresas e pela população em geral. Não obstante, ao considerar suas próprias ações, 48% respondem que aumentaram as iniciativas realizadas em prol da preservação do meio ambiente.

Iniciativas realizadas em prol da preservação do meio ambiente nos últimos anos

Percentual de respostas (%)



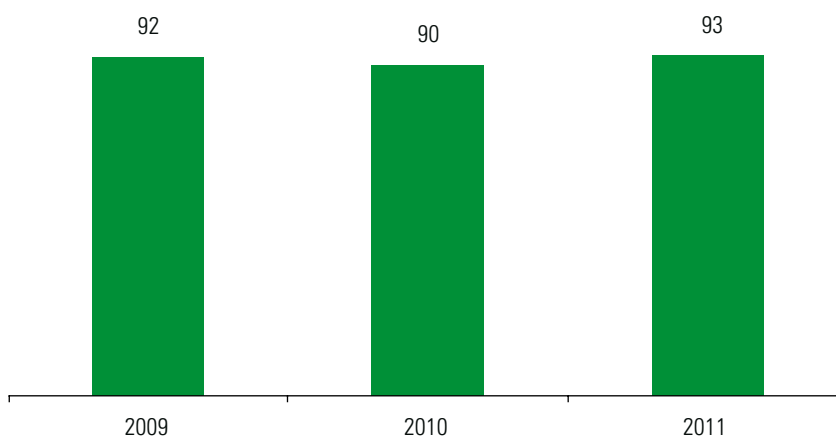
2 Aquecimento global e mudanças climáticas

Brasileiros acreditam que a temperatura da terra está aumentando

A população brasileira acredita que a temperatura da terra está aumentando. É o que afirmou 93% dos entrevistados. Apenas 3% não acreditam nessa afirmativa. Essa percepção é maior entre os mais jovens e entre aqueles com níveis mais altos de renda. No conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste, 95% dos entrevistados concordam que a temperatura da terra está aumentando, enquanto na Região Nordeste esse percentual é de 94%.

Percentual da população brasileira que concorda que a temperatura da terra está aumentando

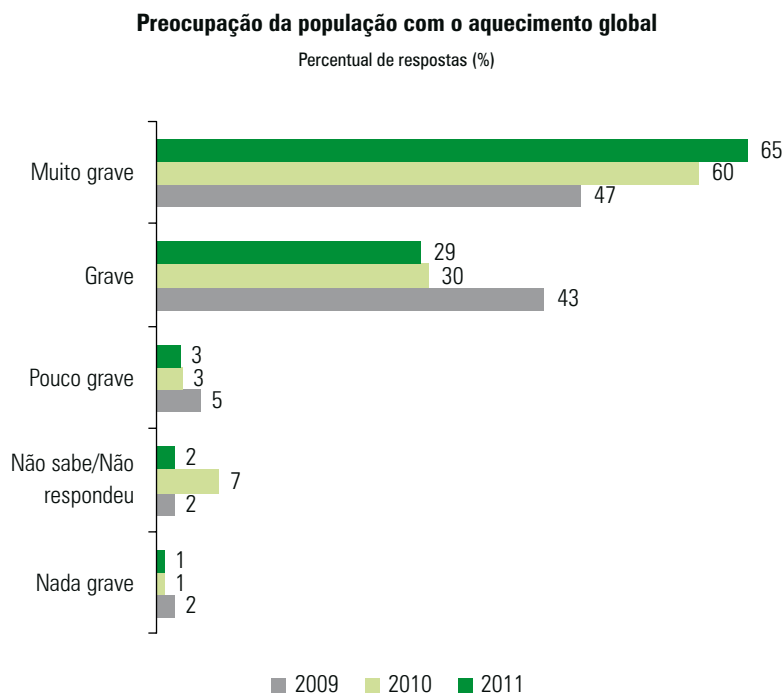
Percentual de respostas (%)



Aumenta preocupação com o aquecimento global

Ao se comparar as pesquisas de 2009, 2010 e 2011, é possível identificar uma crescente preocupação da população sobre o quão sério é o aquecimento global. Em 2011, 65% avaliam o problema como “muito grave”, contra 60% em setembro de 2010 e 47% em setembro de 2009.

O percentual dos que consideram a questão “muito grave” é maior para os entrevistados com nível superior (76%). Para aqueles com até 4ª série do ensino fundamental, o percentual cai para 55% das opções de resposta.



Brasileiros consideram o aquecimento global um problema urgente

Para a maioria dos entrevistados (90%), o aquecimento global é um problema que deve ser enfrentado urgentemente. Para 66% dos entrevistados o aquecimento global é um “problema imediato, que deve ser combatido urgentemente”, para 22% é um “problema que ocorrerá daqui a alguns anos, mas é preciso ser enfrentado agora” e para outros 2% um problema que ocorrerá no futuro distante, mas ainda assim é preciso enfrentá-lo agora.

Apenas 3% acham que o aquecimento global é um problema que ocorrerá daqui a alguns anos e que não é preciso pressa para resolvê-lo.

Percepção de urgência em relação ao aquecimento global

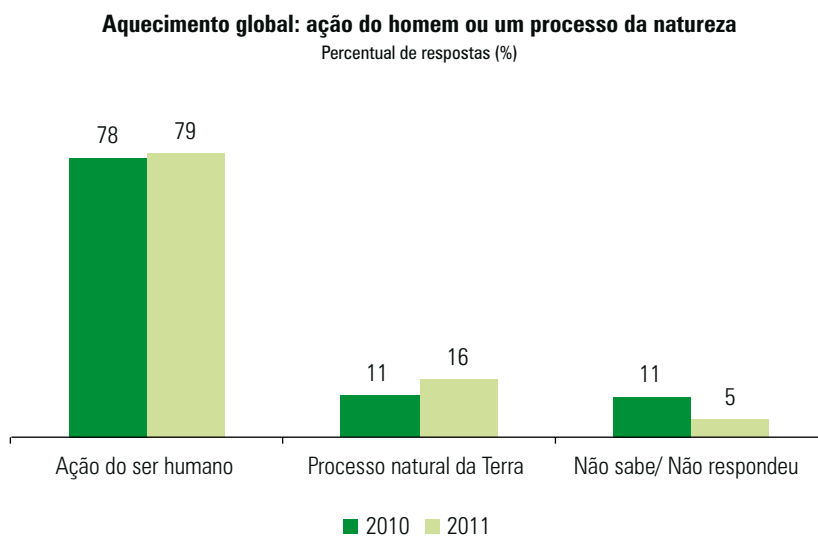
Percentual de respostas (%)



Na opinião dos brasileiros, o maior responsável pelo aquecimento global é a ação do ser humano

Segundo 79% dos brasileiros, o aquecimento do planeta está associado às ações realizadas pelo homem. O resultado ficou bastante próximo ao observado na pesquisa realizada em 2010 (78%). Outros 16% consideram o aquecimento como um processo natural da Terra.

O percentual dos que associam aquecimento à ação do homem também é maior entre os entrevistados com mais instrução e maior nível de renda familiar.



Parcela significativa da população acredita que as indústrias são as maiores responsáveis pelo aquecimento global

Diferentemente do resultado da pesquisa realizada em 2010, onde brasileiros se mostravam divididos quanto à indicação dos principais responsáveis pelas mudanças climáticas, em 2011, parcela maior dos entrevistados atribuem a maior responsabilidade às indústrias.

Para 38% da população, as indústrias são responsáveis pelo aquecimento global. O cidadão é o responsável pelo problema para 22% dos respondentes, enquanto 18% acreditam que os responsáveis são os governos. Para 16% dos entrevistados todos devem ser responsabilizados (resposta espontânea). Para 3% das empresas agropecuárias e 3% dos que não sabem ou não responderam.



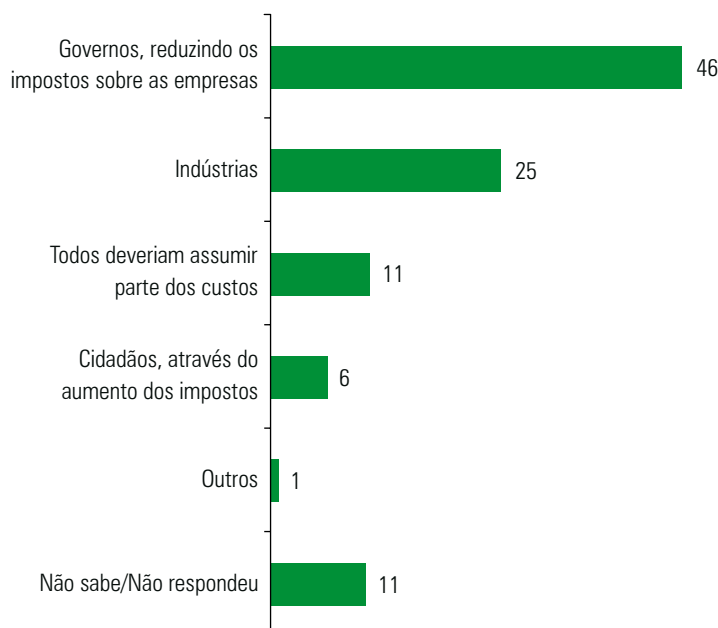
Quase metade da população defende que os custos pela redução de emissões devem ser assumidos pelos governos

Para 46% da população um eventual aumento dos custos de produção devido à adoção de tecnologias limpas deve ser assumido pelos governos via redução dos impostos sobre as empresas. Esse percentual sobe para 65% para a maior faixa de renda – de mais de 10 salários mínimos – e cai para 33% para aqueles com renda familiar de até 1 salário mínimo.

Um quarto da população acha que os custos devem ser assumidos pelas indústrias e 11% afirmam que todos (governos, indústrias e cidadãos) deveriam assumir parte dos custos. Apenas 6% dos entrevistados dizem que o custo deveria ser assumido pelos cidadãos por meio do aumento dos impostos.

A quem cabe o ônus do custo de redução das emissões de carbono

Percentual de repostas (%)



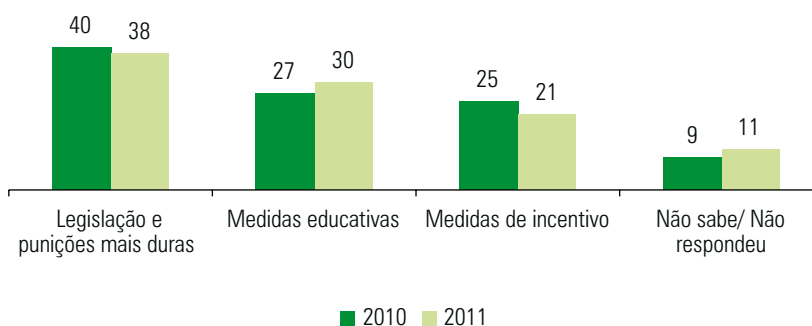
População prefere o uso de incentivos e ações educacionais à adoção de punições mais duras

Parte significativa dos brasileiros (38%) afirma que a adoção de uma legislação e punições mais duras seria a melhor forma de proteger o meio ambiente. Por outro lado, somados os que preferem optar por incentivos e ações educacionais, o percentual alcança 51%.

Assim como em 2010, o percentual da população que defende uma legislação e punições mais rigorosas, em 2011, é maior no conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste. Nas regiões Sul e Nordeste, o percentual cai para 44% e 46%, respectivamente.

Melhor política para que as ações de proteção do meio ambiente sejam efetivas

Percentual de respostas (%)



Não há consenso quanto à priorização entre a redução das emissões de gases efeito estufa e a competitividade da Indústria Nacional

A despeito da opinião dos brasileiros em relação à priorização da proteção ambiental frente ao crescimento econômico, não houve consenso da população em relação à priorização entre a redução das emissões de gases efeito estufa e a competitividade da empresas nacionais.

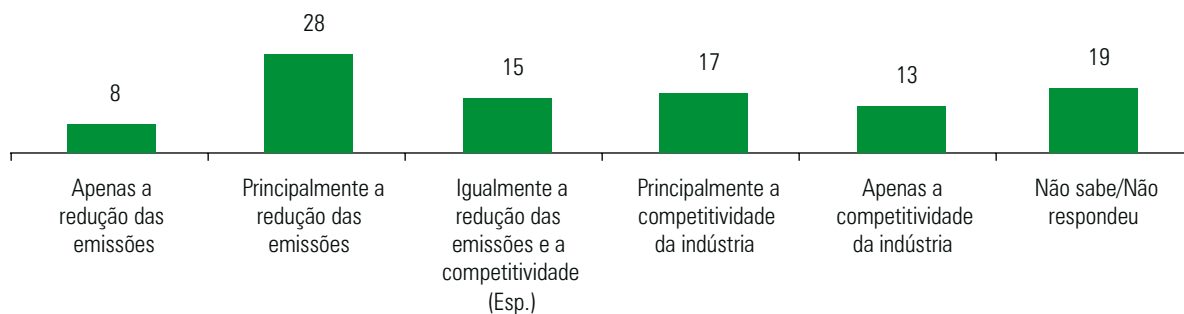
Dentre os entrevistados, 36% afirmam considerar apenas ou principalmente a redução dos gases como uma prioridade mesmo se ao assumir tais custos as empresas se tornem menos competitivas no mercado internacional. Para 30%, deve-se considerar apenas ou principalmente a competitividade das empresas.

Outros 15% afirmam considerar as duas questões igualmente relevantes. Note-se que o percentual dos entrevistados que não souberam ou não quiseram responder é elevado: 19%.

O percentual de brasileiros que prioriza apenas ou principalmente a redução das emissões de gases é maior para os entrevistados com mais elevado grau de instrução: 48% dos entrevistados que possuem ensino superior contra 26% daqueles com até 4ª série do ensino fundamental.

O que priorizar quando houver conflito entre a competitividade da indústria e a redução da emissão de gases de efeito estufa

Percentual de respostas (%)



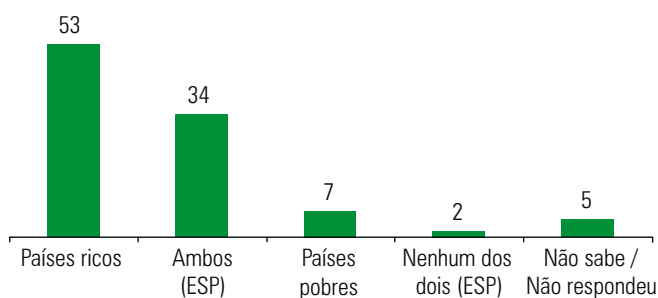
População atribui maior responsabilidade pelo aquecimento global a países ricos

A maioria dos brasileiros (53%) acredita que os países ricos são os maiores responsáveis pelo aquecimento da Terra. Apenas 7% responsabilizam os países pobres pelo problema.

Muitos afirmam, em resposta espontânea, acreditar que a responsabilidade é tanto dos países ricos, quanto dos países pobres (34%).

Países responsáveis pelo aquecimento global

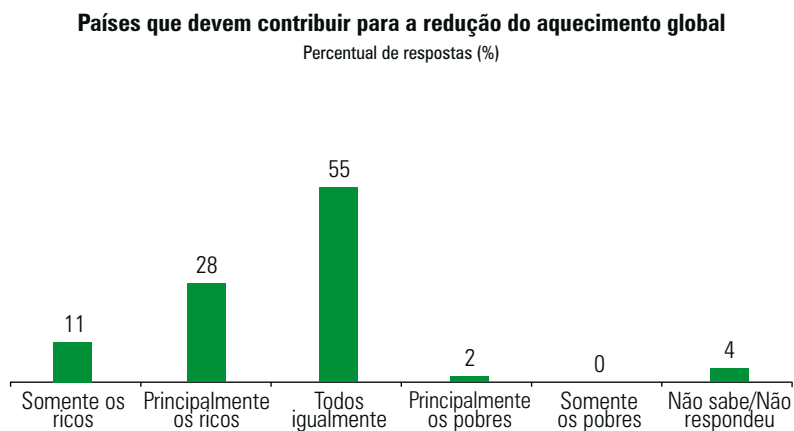
Percentual de respostas (%)



Brasileiros consideram que todos os países devam contribuir igualmente para reduzir o aquecimento global

Apesar de a população brasileira atribuir maior responsabilidade pelo aquecimento da Terra aos países ricos, a maioria (55%) afirma que todos os países, ricos e pobres, devam contribuir igualmente para a redução do aquecimento global.

Parte da população (28%) entende que “todos os países devam contribuir para a redução do aquecimento, mas principalmente os ricos”. Apenas 11% defendem que somente os países ricos devam ter uma maior contribuição.

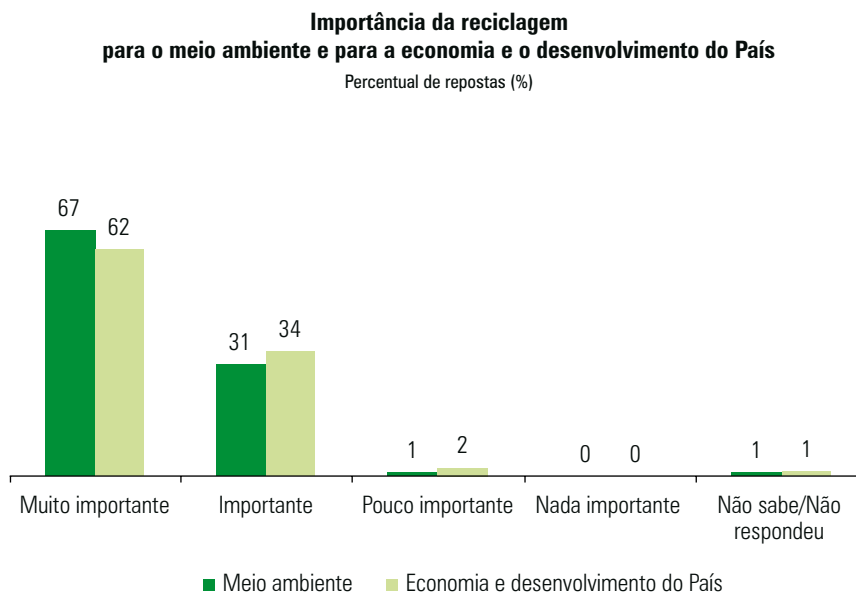


3 Coleta seletiva de lixo e reciclagem

Brasileiros consideram a reciclagem uma atividade importante para o meio ambiente e para o desenvolvimento econômico do País

Praticamente toda a população brasileira considera a atividade de reciclagem “muito importante” ou “importante” para o meio ambiente e para o desenvolvimento econômico do País. Juntas, as opções “muito importante” e “importante” somam 98% para o caso do meio ambiente e 96% para a economia e desenvolvimento do país.

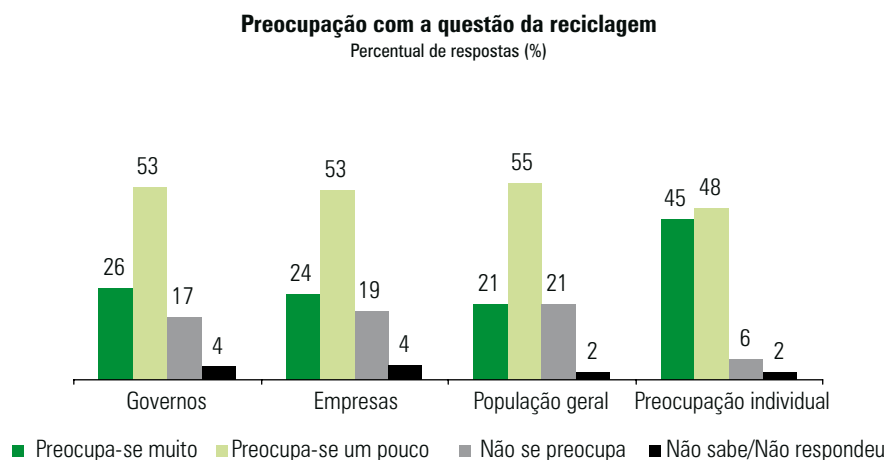
Apenas 1% atribui pouca importância à questão para o meio ambiente e 2% para a economia do país. Nenhum entrevistado considerou o tema “nada importante” para quaisquer dos temas relacionados.



Brasileiro demonstra preocupação com a questão da reciclagem de materiais

Parcela significativa da população acredita que se preocupa mais com a reciclagem do que o restante da população, os governos ou as empresas. Enquanto 45% dos entrevistados afirmam que se preocupam muito com a questão da reciclagem de materiais, 21% acreditam que a população como um todo se preocupa muito, 26% que os governos se preocupam muito e 24% que as empresas se preocupam muito.

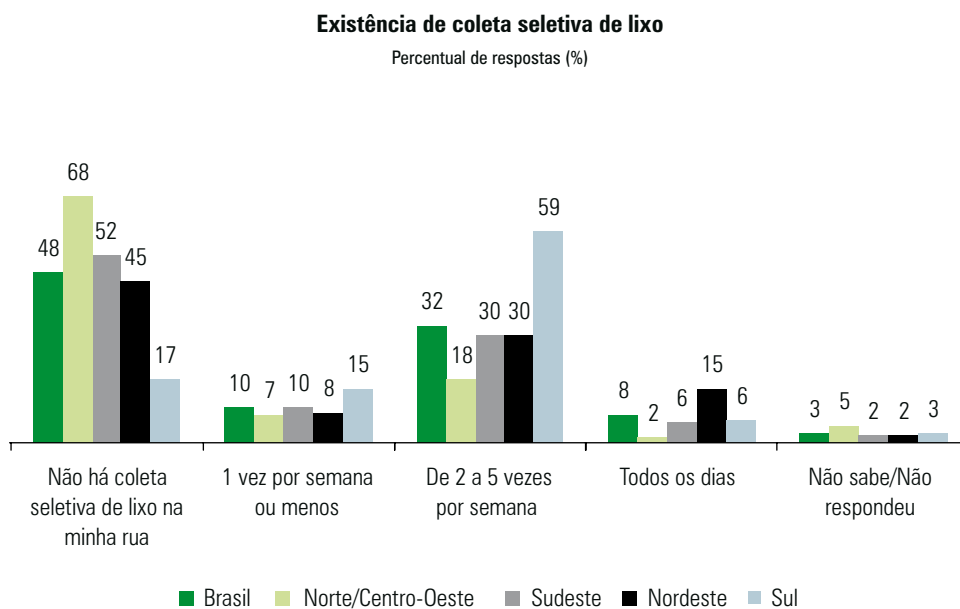
Para 21% dos entrevistados a população como um todo não se preocupa com a reciclagem, embora apenas 6% dos entrevistados responderam que não se preocupam.



Metade dos brasileiros não tem acesso à coleta seletiva de lixo

Cerca de metade da população brasileira (48%) afirma não haver coleta seletiva de lixo em sua rua. Daqueles que afirmaram possuir coleta seletiva, 16% tem acesso à coleta diária, 64% de 2 a 5 dias por semana e 20% apenas uma vez por semana.

O percentual da população sem acesso à coleta seletiva de lixo é maior nas regiões Norte e Centro-Oeste: 68% da população dessas regiões afirmam que sua rua não possui a coleta seletiva de lixo. Na Região Sul esse percentual cai para 17% dos entrevistados.



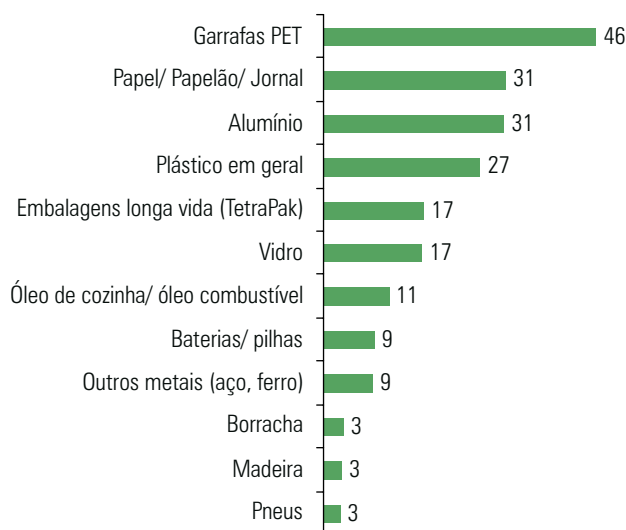
Maioria da população separa pelo menos parte do lixo para reciclagem

Dentre os entrevistados, 59% separam algum tipo de lixo para reciclagem. Esse percentual sobe para 72% entre os residentes da Região Sul e caem para 44% entre os residentes das Regiões Norte e Centro-Oeste.

O material mais reciclado são as garrafas PET, separadas por 46% da população. Em seguida tem-se “papel e papelão” com 31% e alumínio, também com 31%. Os plásticos são separados para reciclagem por 27% da população e 17% separam vidro, mesmo percentual que separa embalagens tetra pak.

Materiais separados para reciclagem em residências

Percentual de respostas (%)



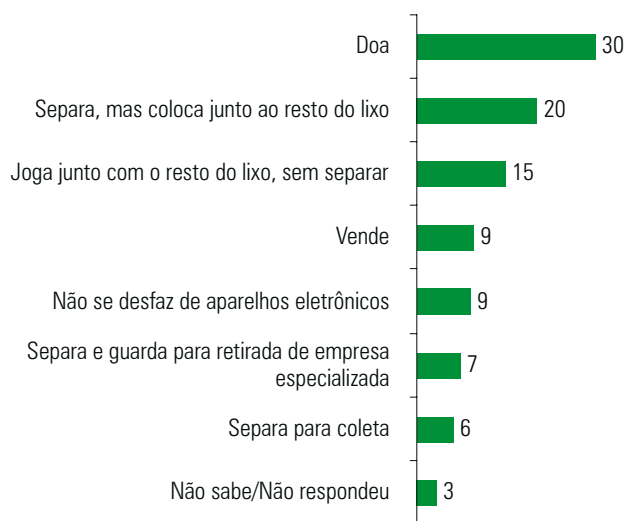
Brasileiros afirmam aproveitar a maior parte dos materiais eletrônicos velhos e eletrodomésticos velhos ou danificados

A maior parte da população (61%) afirma separar e aproveitar os aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos velhos para doação ou venda para empresas especializadas ou de coleta seletiva.

Entretanto, o percentual de desperdício ainda é elevado: 20% dizem separar, mas colocar junto ao resto do lixo e outros 15% afirmam que jogam junto com o resto do lixo, sem separação. O desperdício é maior na Região Nordeste onde 42% dos entrevistados descartam eletrônicos e eletrodomésticos junto com o lixo comum. Na Região Sudeste, esse percentual é de 28%.

Destino de materiais eletrônicos velhos e eletrodomésticos velhos ou danificados

Percentual de respostas (%)



4 Tabelas

4.1 Segmentação por sexo, idade e grau de instrução

	TOTAL	SEXO		IDADE					GRAU DE INSTRUÇÃO			
		Masc	Fem	16 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 e mais	Até 4ª série do fund.	5ª a 8ª série do fund.	Ensino médio	Superior
PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE												
Preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente												
Percentual de respostas (%)												
Preocupa-se muito	64	64	64	64	64	67	64	62	58	61	67	73
Preocupa-se um pouco	29	28	31	31	34	29	29	27	30	32	29	26
Não se preocupa	6	7	4	5	2	4	6	9	10	6	3	1
Não sabe/Não respondeu	1	1	1	1	0	0	1	2	2	0	0	0
Maior preocupação com relação ao meio ambiente												
Percentual de respostas (%)												
Aquecimento Global / Mudança Climática	30	30	30	33	32	27	33	26	23	28	32	37
Desmatamento da Amazônia	53	57	50	50	54	53	55	55	49	58	52	58
Poluição da água	44	43	45	44	43	46	46	43	42	44	46	46
Tratamento do Lixo / Acúmulo de lixo	27	24	29	25	29	28	26	26	27	23	27	32
Proteção e cuidado com os animais	6	6	5	7	3	8	4	6	6	7	5	7
Transgênicos	3	3	3	4	3	3	3	1	2	2	3	4
Poluição do ar	19	20	17	23	19	20	17	16	15	19	21	22
Produção de energia nuclear	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	3
Tratamento de esgoto	7	6	7	7	5	7	6	7	7	9	6	6
Poluição provocada pelos veículos automotores	6	7	6	6	5	7	7	6	6	7	6	6
Outras	1	1	1	0	0	1	2	1	1	1	0	3
Não sabe/Não respondeu	4	3	4	3	4	4	4	5	8	4	2	1
Áreas prioritárias ao meio ambiente e à qualidade de vida												
Percentual de respostas (%)												
Aquecimento Global/ Mudanças climáticas	42	42	42	46	47	46	41	35	36	36	48	48
Desmatamento da Amazônia	52	56	48	51	54	53	52	51	49	55	51	54
Tratamento de Água e Esgoto	42	40	43	41	38	40	44	44	45	43	39	41
Tratamento do Lixo e dos resíduos	26	24	27	25	26	27	24	26	27	24	26	25
Preservação das espécies/ Animais	9	10	8	10	8	7	10	9	9	9	8	10
Transgênicos	3	2	3	2	2	5	3	2	2	2	3	4
Poluição do ar	23	21	24	23	24	21	21	24	22	27	23	16
Nenhuma destas	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	4	3	4	2	1	1	3	9	9	2	1	1
Principal responsável pela poluição do meio ambiente												
Percentual de respostas (%)												
Lixo e esgoto das residências	24	23	26	24	27	27	20	26	26	24	25	23
Fumaça e emissão de gases por veículos	22	24	21	23	26	22	23	21	18	21	24	30
Emissão de fumaça e resíduos pelas indústrias	13	13	13	15	13	16	12	11	11	13	15	15
Uso de agrotóxicos	4	4	4	2	2	3	8	3	5	5	3	3
Desmatamento da Amazônia	17	18	16	17	12	17	18	19	18	18	15	18
Queimadas	13	11	14	14	14	11	13	13	14	13	14	7
Todos são responsáveis (Esp.)	4	4	5	5	5	4	4	4	4	4	4	5
Outros/ Nenhum destes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	2	2	1	1	1	2	2	3	4	2	1	0

	TOTAL	SEXO		IDADE					GRAU DE INSTRUÇÃO			
		Masc	Fem	16 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 e mais	Até 4ª série do fund.	5ª a 8ª série do fund.	Ensino médio	Superior
Meio ambiente vesus Crescimento econômico												
Percentual de respostas (%)												
Prioridade ao meio ambiente	44	44	45	47	49	42	44	42	43	50	45	38
Prioridade ao crescimento econômico	8	8	8	7	9	7	8	7	9	8	7	5
É possível conciliar proteção ao meio ambiente com crescimento (Esp.)	40	41	40	41	37	45	39	38	32	34	44	55
Não sabe/Não respondeu	8	7	8	5	4	5	9	13	16	7	4	2
Disposto a pagar mais caro por um produto ambientalmente correto												
Percentual de respostas (%)												
Estaria disposto	52	51	54	55	58	56	52	46	42	51	57	62
Não estaria disposto	24	26	23	21	20	22	26	28	29	24	21	22
Depende do quanto mais caro (Esp.)	16	16	15	17	16	16	15	15	17	16	16	12
Não sabe/Não respondeu	8	7	8	8	6	6	7	11	12	8	6	4
Atitudes para conservação ambiental												
Percentual de respostas (%)												
Evita o desperdício de água	71	68	75	68	73	71	71	74	71	72	69	75
Evita o desperdício de energia	58	56	59	53	58	59	59	59	58	57	56	61
Separa o lixo	37	36	38	36	34	36	39	39	34	33	38	45
Dá preferência a produtos "verdes"	7	7	7	6	6	8	6	6	3	8	8	9
Não joga lixo nas ruas	61	57	65	60	61	65	59	61	60	61	59	69
Planta ou já plantou árvores	21	23	19	18	16	20	22	25	20	21	19	26
Contribui financeiramente com entidades de proteção	3	3	2	3	2	4	2	2	2	3	3	3
Atua como voluntário na proteção	3	4	2	3	4	4	3	2	3	4	3	3
Evita o desperdício e a geração de lixo	10	9	11	12	9	12	9	9	5	10	11	18
Comprando produtos com embalagens recicláveis	7	7	7	7	8	8	7	5	4	5	8	10
Deixando de comprar produtos que afetem o meio ambiente	6	6	6	6	8	6	8	4	4	6	7	9
Não contribui de forma alguma	2	2	1	2	1	2	2	1	3	2	1	0
Nenhuma destas/ Outras	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0
Não sabe/Não respondeu	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0
Grau de importância do Governo ao meio ambiente												
Percentual de respostas (%)												
Muita importância	29	31	27	28	32	29	26	31	30	33	29	23
Importância	39	37	40	37	38	39	41	39	42	38	37	36
Pouca importância	22	22	23	27	25	24	20	19	18	20	23	34
Nenhuma importância	4	5	4	4	3	5	6	4	3	4	6	5
Não sabe/Não respondeu	5	5	6	4	3	4	7	7	7	5	5	3
Iniciativas realizadas em prol da preservação do meio ambiente												
Percentual de respostas (%)												
GOVERNOS												
Aumentaram	33	33	33	29	34	35	34	34	35	33	32	31
Mantiveram-se inalteradas	44	44	44	49	47	46	41	39	39	42	48	50
Foram reduzidas	12	13	11	12	13	12	14	12	9	14	12	16
Não sabe/Não respondeu	11	9	12	10	6	7	11	15	18	11	8	3

	TOTAL	SEXO		IDADE					GRAU DE INSTRUÇÃO			
		Masc	Fem	16 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 e mais	Até 4ª série do fund.	5ª a 8ª série do fund.	Ensino médio	Superior
EMPRESAS												
Aumentaram	33	33	33	32	38	36	33	29	31	30	35	36
Mantiveram-se inalteradas	42	43	41	45	37	42	45	39	36	46	43	44
Foram reduzidas	14	15	14	14	19	15	11	15	14	13	14	17
Não sabe/Não respondeu	11	10	12	9	7	7	11	17	19	10	7	3
POPULAÇÃO EM GERAL												
Aumentaram	34	35	33	32	35	34	37	32	34	35	34	31
Mantiveram-se inalteradas	44	42	45	47	45	43	44	41	38	43	46	50
Foram reduzidas	15	16	14	14	16	18	11	15	14	15	15	17
Não sabe/Não respondeu	8	7	8	6	4	6	9	12	14	7	5	2
O ENTREVISTADO												
Aumentaram	48	47	49	46	49	48	47	49	47	47	48	50
Mantiveram-se inalteradas	41	42	41	45	39	44	41	37	38	41	42	45
Foram reduzidas	6	6	5	5	9	5	5	5	5	7	5	5
Não sabe/Não respondeu	5	5	6	5	3	3	6	8	10	4	4	1
MUDANÇAS CLIMÁTICAS												
Percepção do aumento da temperatura média da Terra nas últimas décadas												
Percentual de respostas (%)												
Está aumentando	93	93	93	93	95	95	94	90	88	95	94	98
Não está aumentando	3	3	3	4	3	2	4	3	4	3	4	2
Não sabe/Não respondeu	3	3	4	3	2	2	2	7	7	2	2	1
Seriedade do aquecimento global												
Percentual de respostas (%)												
Muito grave	65	66	65	67	70	70	63	60	55	63	70	76
Grave	29	28	30	29	25	25	32	32	35	32	25	22
Pouco grave	3	3	2	2	4	3	3	3	4	2	3	1
Nada grave	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0
Não sabe/Não respondeu	2	2	2	1	1	2	2	4	4	2	1	1
Percepção de urgencia em relação ao aquecimento global												
Percentual de respostas (%)												
Um problema imediato, que deve ser combatido urgentemente	66	65	67	66	71	66	65	64	58	65	69	73
Um problema que ocorrerá daqui a alguns anos, mas é preciso ser enfrentado agora	22	23	21	21	19	24	26	19	22	22	22	21
Um problema que ocorrerá daqui a alguns anos, e não é preciso ter pressa para resolvê-lo	3	4	3	4	3	3	4	3	4	3	3	2
Um problema que ocorrerá em um futuro muito distante, mas é preciso ser enfrentado agora	2	3	2	4	4	1	2	1	2	3	2	2
Um problema que ocorrerá em um futuro muito distante, e não é preciso ter pressa para resolvê-lo	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1
O aquecimento global não é um problema	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	5	5	6	4	2	5	3	11	13	4	3	0

	TOTAL	SEXO		IDADE					GRAU DE INSTRUÇÃO			
		Masc	Fem	16 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 e mais	Até 4ª série do fund.	5ª a 8ª série do fund.	Ensino médio	Superior
Opinião dos brasileiros sobre as causas do aquecimento global												
Percentual de respostas (%)												
Por um processo natural da Terra	16	16	16	17	18	13	15	17	20	16	15	10
Pela ação do ser humano	79	80	78	80	78	84	80	74	69	79	83	88
Não sabe/Não respondeu	5	4	6	3	4	3	4	9	10	4	2	2
Responsabilidade pelo aquecimento global												
Percentual de respostas (%)												
O cidadão	22	20	23	27	23	21	22	17	20	21	25	19
As indústrias	38	37	39	36	36	39	38	40	35	42	39	35
As empresas agropecuárias	3	3	3	4	3	3	3	2	3	3	3	2
Os Governos	18	21	14	15	17	17	20	18	18	15	17	23
Outros/ Nenhum destes	1	1	0	1	0	0	1	1	2	1	0	0
Todos são responsáveis (Esp.)	16	14	17	16	18	15	15	16	16	15	14	21
Não sabe/Não respondeu	3	3	3	1	2	4	2	5	7	3	1	1
Custos da adoção de tecnologias menos poluentes												
Percentual de respostas (%)												
Pelos cidadãos, através do aumento dos impostos	6	7	6	6	6	7	6	6	8	6	5	6
Pelas indústrias	25	25	26	24	29	23	30	23	24	27	28	20
Pelos Governos, reduzindo os impostos sobre as empresas	46	47	44	48	43	49	45	43	36	47	47	58
Outros/ Nenhum destes	1	1	1	2	1	1	1	1	1	2	1	0
Todos deveriam assumir parte dos custos	11	10	12	11	14	11	9	11	11	9	11	14
Não sabe/Não respondeu	11	10	12	9	8	9	9	16	20	10	8	2
Melhorar ação para proteção ambiental												
Percentual de respostas (%)												
Adotar uma legislação e punições mais duras	38	39	37	40	41	38	40	34	32	37	42	43
Adotar medidas de incentivo	21	21	21	20	22	23	20	21	18	21	22	25
Adotar medidas educativas	30	30	30	32	29	30	30	28	28	32	29	31
Não sabe/Não respondeu	11	10	12	9	8	9	9	17	21	10	7	2
Competitividade versus Tecnologias menos poluentes												
Percentual de respostas (%)												
Apenas a competitividade das indústrias brasileiras	13	15	13	11	13	16	15	13	13	14	13	14
Principalmente a competitividade das indústrias brasileiras	17	17	17	20	17	15	20	14	14	19	18	16
Principalmente a redução das emissões de gases de efeito estufa	28	29	27	32	29	27	28	26	20	24	31	40
Apenas a redução das emissões de gases de efeito estufa	8	8	8	8	11	9	6	7	6	8	9	8
Igualmente as duas, a competitividade das indústrias brasileiras e a redução das emissões de gases (Esp.)	15	15	15	14	17	17	14	15	14	16	15	17
Não sabe/Não respondeu	19	16	20	16	13	15	17	27	33	18	13	5

CONTINUA

	TOTAL	SEXO		IDADE					GRAU DE INSTRUÇÃO			
		Masc	Fem	16 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 e mais	Até 4ª série do fund.	5ª a 8ª série do fund.	Ensino médio	Superior
Responsabilidade dos países para redução do aquecimento global												
Percentual de respostas (%)												
Os países ricos	53	56	50	53	53	56	53	50	48	53	57	52
Os países pobres	7	6	8	7	8	5	8	7	8	8	6	6
Ambos (Esp.)	34	31	36	35	34	33	33	33	32	32	33	40
Nenhum dos dois (Esp.)	2	2	2	1	1	2	1	2	2	1	2	1
Não sabe/Não respondeu	5	5	5	4	4	3	5	8	10	5	2	1
Contribuição dos países para redução do aquecimento global												
Percentual de respostas (%)												
Somente os ricos	11	12	11	12	11	9	12	13	13	11	12	7
Todos, mas principalmente os ricos	28	30	26	28	32	31	26	24	24	25	30	34
Todos igualmente	55	53	56	54	52	55	57	55	53	58	54	57
Todos, mas principalmente os pobres	2	2	2	3	2	2	1	1	2	1	2	1
Somente os pobres	0	0	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	4	3	4	2	2	3	4	7	7	4	2	1
COLETA SELETIVA DE LIXO E RECICLAGEM												
Importância da reciclagem para o meio ambiente												
Percentual de respostas (%)												
Muito importante	67	66	68	70	71	70	66	63	56	65	73	78
Importante	31	32	30	28	27	28	33	35	40	33	26	21
Pouco importante	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	0
Nada importante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	1	1	1	1	1	1	1	1	2	0	0	0
Importância da reciclagem para o desenvolvimento do país												
Percentual de respostas (%)												
Muito importante	62	60	64	63	68	65	57	59	53	57	68	73
Importante	34	36	33	33	30	32	39	36	41	39	30	25
Pouco importante	2	3	1	2	1	2	3	2	3	3	2	2
Nada importante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	1	1	1	1	0	0	1	3	3	1	0	0
Existe de coleta seletiva do lixo												
Percentual de respostas (%)												
Todos os dias	8	9	7	8	6	8	9	7	8	8	8	7
De 4 a 5 vezes por semana	3	3	4	4	3	3	3	4	4	3	3	3
De 2 a 3 vezes por semana	29	28	29	26	26	29	27	34	30	30	29	25
1 vez por semana ou menos	10	9	10	11	12	9	10	9	10	7	10	12
Não há coleta seletiva de lixo na minha rua	48	48	47	51	49	49	48	43	45	49	48	50
Não sabe/Não respondeu	3	3	3	1	3	2	4	3	3	3	2	3
Materiais separados para reciclagem em residências												
Percentual de respostas (%)												
Alumínio	31	33	29	25	28	32	36	31	28	31	30	39
Outros metais (aço, ferro)	9	9	8	7	8	9	9	9	7	9	7	14
Baterias/ pilhas	9	9	8	8	7	11	9	9	7	6	8	16
Borracha	3	4	3	2	3	4	4	4	2	4	4	6
Embalagens longa vida (TetraPak)	17	17	17	15	17	17	19	17	15	13	18	25
Garrafas PET	46	44	49	38	42	45	52	52	46	46	44	53

	TOTAL	SEXO		IDADE					GRAU DE INSTRUÇÃO			
		Masc	Fem	16 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 e mais	Até 4ª série do fund.	5ª a 8ª série do fund.	Ensino médio	Superior
Madeira	3	4	3	3	3	4	2	4	4	2	4	4
Papel/ Papelão/ Jornal	31	28	33	26	22	30	38	35	30	31	28	39
Plástico em geral	27	26	27	22	23	27	31	30	25	26	26	32
Pneus	3	3	2	3	2	3	3	2	2	3	2	5
Óleo de cozinha/ óleo combustível	11	10	13	9	10	13	11	12	8	9	12	19
Vidro	17	16	18	12	15	18	24	15	16	18	16	20
Outros	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0
Não separa lixo para reciclagem	40	41	38	46	43	41	33	37	43	40	40	33
Não sabe/Não respondeu	1	1	1	1	2	0	1	0	1	0	1	0
Destino de materiais eletrônicos e eletrodomésticos velhos ou danificados												
Percentual de respostas (%)												
Separa, mas coloca junto ao resto do lixo	20	20	21	17	21	20	21	22	20	19	21	23
Joga junto com o resto do lixo, sem separar	15	16	14	18	17	14	14	13	16	18	15	10
Separa e guarda para retirada de empresa especializada	7	7	7	6	8	9	5	8	6	6	7	11
Separa para coleta	6	6	6	6	5	6	9	5	4	4	7	11
Faz doação/ Doa	30	30	30	28	27	32	32	30	27	30	31	35
Vende	9	10	9	11	8	10	10	8	11	12	9	4
Não se desfaz de aparelhos eletrônicos	9	8	10	8	10	7	8	11	13	8	7	6
Não sabe/Não respondeu	3	3	4	5	4	2	3	3	4	3	3	2
Preocupação com a questão da reciclagem												
Percentual de respostas (%)												
GOVERNOS												
Preocupa-se muito	26	26	25	22	25	24	28	28	29	29	23	20
Preocupa-se um pouco	53	52	55	58	58	55	53	47	44	53	58	61
Não se preocupa	17	18	17	17	15	18	16	19	20	14	17	17
Não sabe/Não respondeu	4	4	4	3	2	3	3	6	7	4	2	1
EMPRESAS												
Preocupa-se muito	24	24	24	24	21	24	25	25	25	26	24	20
Preocupa-se um pouco	53	54	52	54	59	54	54	47	45	51	55	63
Não se preocupa	19	19	19	19	18	18	18	22	21	19	19	15
Não sabe/Não respondeu	4	3	5	3	2	4	3	7	8	4	2	2
POPULAÇÃO EM GERAL												
Preocupa-se muito	21	21	21	19	19	20	25	21	25	24	19	12
Preocupa-se um pouco	55	55	55	54	57	55	55	54	52	49	58	61
Não se preocupa	21	21	21	24	21	22	18	20	18	23	21	26
Não sabe/Não respondeu	3	3	3	3	3	3	2	5	6	4	2	1
PREOCUPAÇÃO INDIVIDUAL												
Preocupa-se muito	45	44	45	40	39	45	47	50	45	45	44	46
Preocupa-se um pouco	48	49	47	52	55	47	48	41	44	48	50	49
Não se preocupa	6	5	6	6	6	6	5	5	7	5	5	4
Não sabe/Não respondeu	2	2	2	2	0	2	1	4	3	2	1	1

4.2 Segmentação por região e renda familiar

	TOTAL	REGIÕES				RENDA FAMILIAR (EM SAL. MÍNIMOS)				
		Norte/ Centro- Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	mais de 10	mais de 5 a 10	mais de 2 a 5	mais de 1 a 2	até 1
PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE										
Preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente										
Percentual de respostas (%)										
Preocupa-se muito	64	65	60	66	66	67	69	67	64	56
Preocupa-se um pouco	29	32	29	28	30	30	28	29	28	32
Não se preocupa	6	2	9	5	3	4	3	4	6	10
Não sabe/Não respondeu	1	1	2	0	0	0	0	0	1	2
Maior preocupação com relação ao meio ambiente										
Percentual de respostas (%)										
Aquecimento Global / Mudança Climática	30	26	31	31	27	25	34	29	31	24
Desmatamento da Amazônia	53	64	46	56	49	63	52	56	53	45
Poluição da água	44	39	51	42	45	48	45	43	45	45
Tratamento do Lixo / Acúmulo de lixo	27	21	29	26	29	25	31	27	24	30
Proteção e cuidado com os animais	6	7	6	6	4	6	7	6	6	5
Transgênicos	3	3	2	4	1	6	3	4	3	1
Poluição do ar	19	12	19	20	23	31	31	19	17	15
Produção de energia nuclear	2	2	1	3	0	6	3	3	1	1
Tratamento de esgoto	7	7	7	6	7	8	9	7	6	7
Poluição provocada pelos veículos automotores	6	8	5	7	5	8	5	7	7	5
Outras	1	1	0	1	2	12	1	1	1	0
Não sabe/Não respondeu	4	2	6	3	3	2	1	2	5	7
Áreas prioritárias ao meio ambiente e à qualidade de vida										
Percentual de respostas (%)										
Aquecimento Global/ Mudanças climáticas	42	37	43	43	44	44	44	45	41	35
Desmatamento da Amazônia	52	63	48	50	54	52	47	54	52	48
Tratamento de Água e Esgoto	42	40	45	39	44	39	40	39	43	47
Tratamento do Lixo e dos resíduos	26	20	30	24	28	26	30	23	25	33
Preservação das espécies/ Animais	9	11	8	9	7	19	9	10	8	8
Transgênicos	3	1	3	3	2	6	4	3	2	1
Poluição do ar	23	25	16	28	18	13	26	24	24	20
Nenhuma destas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	4	3	5	3	4	2	1	2	5	7
Principal responsável pela poluição do meio ambiente										
Percentual de respostas (%)										
Lixo e esgoto das residências	24	22	28	22	28	20	24	24	26	23
Fumaça e emissão de gases por veículos	22	18	18	27	22	35	27	25	20	17
Emissão de fumaça e resíduos pelas indústrias	13	10	16	13	13	13	16	13	12	14
Uso de agrotóxicos	4	2	3	4	6	6	5	4	4	3
Desmatamento da Amazônia	17	21	13	18	17	7	18	18	16	16
Queimadas	13	21	14	12	5	15	6	12	13	18
Todos são responsáveis (Esp.)	4	5	5	3	6	4	4	4	6	3
Outros/ Nenhum destes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Não sabe/Não respondeu	2	1	3	1	2	0	0	0	3	5

	TOTAL	REGIÕES				RENDA FAMILIAR (EM SAL. MÍNIMOS)				
		Norte/ Centro- Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	mais de 10	mais de 5 a 10	mais de 2 a 5	mais de 1 a 2	até 1
Meio ambiente vesus Crescimento econômico										
Percentual de respostas (%)										
Prioridade ao meio ambiente	44	45	47	40	52	31	33	43	49	47
Prioridade ao crescimento econômico	8	6	10	6	10	11	5	8	6	10
É possível conciliar proteção ao meio ambiente com crescimento (Esp.)	40	41	35	47	31	56	59	43	36	30
Não sabe/Não respondeu	8	8	8	7	7	2	3	5	9	13
Disposto a pagar mais caro por um produto ambientalmente correto										
Percentual de respostas (%)										
Estaria disposto	52	58	51	48	63	72	60	57	51	42
Não estaria disposto	24	24	19	28	23	13	24	22	25	26
Depende do quanto mais caro (Esp.)	16	12	19	16	12	15	13	16	14	17
Não sabe/Não respondeu	8	6	11	8	2	0	4	4	9	15
Atitudes para conservação ambiental										
Percentual de respostas (%)										
Evita o desperdício de água	71	67	74	72	71	72	74	74	69	69
Evita o desperdício de energia	58	60	62	57	50	63	64	57	55	59
Separa o lixo	37	28	27	43	45	61	45	39	33	29
Dá preferência a produtos "verdes"	7	10	3	8	5	4	12	7	6	3
Não joga lixo nas ruas	61	60	57	64	61	61	66	65	58	58
Planta ou já plantou árvores	21	29	15	20	23	44	18	22	18	18
Contribui financeiramente com entidades de proteção	3	3	1	4	2	6	4	3	2	1
Atua como voluntário na proteção	3	2	3	4	1	13	4	3	2	3
Evita o desperdício e a geração de lixo	10	15	8	11	9	13	15	14	7	6
Comprando produtos com embalagens recicláveis	7	6	3	9	7	9	15	9	4	3
Deixando de comprar produtos que afetem o meio ambiente	6	10	3	7	4	9	9	7	5	4
Não contribui de forma alguma	2	3	2	1	1	2	1	1	3	1
Nenhuma destas/ Outras	1	1	1	1	1	0	2	0	1	0
Não sabe/Não respondeu	1	0	2	1	1	0	1	1	2	1
Grau de importância do Governo ao meio ambiente										
Percentual de respostas (%)										
Muita importância	29	32	36	27	19	22	21	28	33	32
Importância	39	39	38	34	52	35	36	39	38	44
Pouca importância	22	20	19	25	23	28	34	23	19	16
Nenhuma importância	4	2	2	8	2	9	4	6	4	2
Não sabe/Não respondeu	5	8	5	5	4	6	5	5	5	6
Iniciativas realizadas em prol da preservação do meio ambiente										
Percentual de respostas (%)										
GOVERNOS										
Aumentaram	33	44	35	28	34	37	27	33	36	32
Mantiveram-se inalteradas	44	39	39	48	47	46	51	48	42	36
Foram reduzidas	12	8	12	15	9	17	17	12	10	12
Não sabe/Não respondeu	11	9	14	9	10	0	5	7	12	20

	TOTAL	REGIÕES				RENDA FAMILIAR (EM SAL. MÍNIMOS)				
		Norte/ Centro- Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	mais de 10	mais de 5 a 10	mais de 2 a 5	mais de 1 a 2	até 1
EMPRESAS										
Aumentaram	33	42	31	31	35	35	35	33	33	32
Mantiveram-se inalteradas	42	39	36	45	46	50	46	45	41	33
Foram reduzidas	14	9	18	16	9	13	15	14	13	17
Não sabe/Não respondeu	11	9	15	8	11	2	4	8	13	18
POPULAÇÃO EM GERAL										
Aumentaram	34	34	32	34	36	33	33	34	35	33
Mantiveram-se inalteradas	44	48	37	45	47	44	50	45	43	37
Foram reduzidas	15	11	19	15	11	22	15	16	13	14
Não sabe/Não respondeu	8	8	12	6	7	0	2	5	9	15
O ENTREVISTADO										
Aumentaram	48	51	42	49	54	67	55	50	47	38
Mantiveram-se inalteradas	41	39	42	42	39	31	40	41	40	45
Foram reduzidas	6	4	8	5	5	2	4	5	6	7
Não sabe/Não respondeu	5	5	8	4	2	0	1	3	7	10
MUDANÇAS CLIMÁTICAS										
Percepção do aumento da temperatura média da Terra nas últimas décadas										
Percentual de respostas (%)										
Está aumentando	93	95	94	92	93	89	97	94	94	88
Não está aumentando	3	2	2	5	3	7	2	5	3	4
Não sabe/Não respondeu	3	4	4	3	4	4	2	2	3	8
Seriedade do aquecimento global										
Percentual de respostas (%)										
Muito grave	65	66	68	65	62	69	67	66	64	62
Grave	29	30	26	29	36	26	31	28	31	29
Pouco grave	3	3	2	3	1	2	2	3	3	3
Nada grave	1	1	1	1	0	2	0	1	1	1
Não sabe/Não respondeu	2	1	4	2	1	2	1	2	2	5
Percepção de urgencia em relação ao aquecimento global										
Percentual de respostas (%)										
Um problema imediato, que deve ser combatido urgentemente	66	68	63	68	63	65	74	65	65	60
Um problema que ocorrerá daqui a alguns anos, mas é preciso ser enfrentado agora	22	20	19	22	29	24	20	26	22	18
Um problema que ocorrerá daqui a alguns anos, e não é preciso ter pressa para resolvê-lo	3	3	3	4	2	9	3	3	3	5
Um problema que ocorrerá em um futuro muito distante, mas é preciso ser enfrentado agora	2	3	2	3	1	2	4	3	2	3
Um problema que ocorrerá em um futuro muito distante, e não é preciso ter pressa para resolvê-lo	1	1	1	0	1	0	0	1	0	2
O aquecimento global não é um problema	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Não sabe/Não respondeu	5	4	10	3	4	0	0	2	8	12

CONTINUA

	TOTAL	REGIÕES				RENDA FAMILIAR (EM SAL. MÍNIMOS)				
		Norte/ Centro- Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	mais de 10	mais de 5 a 10	mais de 2 a 5	mais de 1 a 2	até 1
Opinião dos brasileiros sobre as causas do aquecimento global										
Percentual de respostas (%)										
Por um processo natural da Terra	16	14	27	10	15	13	10	13	18	21
Pela ação do ser humano	79	82	64	87	81	87	88	85	76	69
Não sabe/Não respondeu	5	4	9	3	4	0	2	2	7	10
Responsabilidade pelo aquecimento global										
Percentual de respostas (%)										
O cidadão	22	22	24	19	25	19	20	23	21	23
As indústrias	38	39	34	41	35	44	31	40	40	32
As empresas agropecuárias	3	2	3	3	3	0	3	3	4	2
Os Governos	18	15	18	18	19	24	27	17	15	17
Outros/ Nenhum destes	1	1	1	1	0	0	1	1	1	2
Todos são responsáveis (Esp.)	16	20	13	15	17	13	18	16	16	16
Não sabe/Não respondeu	3	1	6	2	1	0	0	1	4	8
Custos da adoção de tecnologias menos poluentes										
Percentual de respostas (%)										
Pelos cidadãos, através do aumento dos impostos	6	6	8	6	5	2	3	8	6	5
Pelas indústrias	25	24	25	26	26	20	21	25	26	27
Pelos Governos, reduzindo os impostos sobre as empresas	46	43	39	49	51	65	58	50	43	33
Outros/ Nenhum destes	1	2	1	1		0	1	1	2	1
Todos deveriam assumir parte dos custos	11	16	12	9	9	13	13	10	10	14
Não sabe/Não respondeu	11	9	15	9	9	0	4	7	13	19
Melhorar ação para proteção ambiental										
Percentual de respostas (%)										
Adotar uma legislação e punições mais duras	38	34	37	38	44	41	42	40	37	31
Adotar medidas de incentivo	21	22	22	19	24	30	27	23	19	17
Adotar medidas educativas	30	33	24	35	20	30	28	32	29	28
Não sabe/Não respondeu	11	10	17	7	11	0	2	4	15	23
Competitividade versus Tecnologias menos poluentes										
Percentual de respostas (%)										
Apenas a competitividade das indústrias brasileiras	13	10	12	14	19	20	15	14	14	11
Principalmente a competitividade das indústrias brasileiras	17	18	18	14	22	26	12	19	17	15
Principalmente a redução das emissões de gases de efeito estufa	28	27	25	32	21	35	41	30	23	25
Apenas a redução das emissões de gases de efeito estufa	8	7	7	9	7	6	5	9	9	4
Igualmente as duas, a competitividade das indústrias brasileiras e a redução das emissões de gases (Esp.)	15	18	16	15	13	9	18	16	15	13
Não sabe/Não respondeu	19	20	23	15	18	4	8	12	23	32

	TOTAL	REGIÕES				RENDA FAMILIAR (EM SAL. MÍNIMOS)				
		Norte/ Centro- Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	mais de 10	mais de 5 a 10	mais de 2 a 5	mais de 1 a 2	até 1
Responsabilidade dos países para redução do aquecimento global										
Percentual de respostas (%)										
Os países ricos	53	56	56	50	53	61	54	56	53	49
Os países pobres	7	7	8	8	3	6	5	7	8	7
Ambos (Esp.)	34	31	26	37	39	30	39	33	31	31
Nenhum dos dois (Esp.)	2	1	2	2	0	2	1	2	2	2
Não sabe/Não respondeu	5	4	8	3	4	2	1	3	6	11
Contribuição dos países para redução do aquecimento global										
Percentual de respostas (%)										
Somente os ricos	11	10	16	9	11	6	6	12	10	17
Todos, mas principalmente os ricos	28	36	26	24	32	33	30	31	25	24
Todos igualmente	55	50	47	63	51	59	63	54	56	47
Todos, mas principalmente os pobres	2	2	3	1	0	2	0	1	2	3
Somente os pobres	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1
Não sabe/Não respondeu	4	2	7	2	5	0	1	2	5	8
COLETA SELETIVA DE LIXO E RECICLAGEM										
Importância da reciclagem para o meio ambiente										
Percentual de respostas (%)										
Muito importante	67	68	68	69	63	80	78	70	63	62
Importante	31	31	29	30	36	20	22	29	35	35
Pouco importante	1	1	2	0	1	0	0	1	2	2
Nada importante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	1	0	1	1	0	0	0	1	1	2
Importância da reciclagem para o desenvolvimento do país										
Percentual de respostas (%)										
Muito importante	62	64	61	65	54	81	70	65	58	54
Importante	34	33	35	32	43	19	27	32	39	41
Pouco importante	2	2	2	2	1	0	2	2	2	2
Nada importante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	1	1	2	1	1	0	0	0	1	3
Existe de coleta seletiva do lixo										
Percentual de respostas (%)										
Todos os dias	8	2	15	6	6	9	11	6	9	9
De 4 a 5 vezes por semana	3	4	3	3	5	6	3	3	4	5
De 2 a 3 vezes por semana	29	13	27	27	54	26	25	31	30	25
1 vez por semana ou menos	10	7	8	10	15	15	6	12	8	10
Não há coleta seletiva de lixo na minha rua	48	68	45	52	17	39	54	46	46	47
Não sabe/Não respondeu	3	5	2	2	3	6	2	2	3	4
Materiais separados para reciclagem em residências										
Percentual de respostas (%)										
Alumínio	31	20	20	39	37	46	33	34	28	21
Outros metais (aço, ferro)	9	3	4	9	20	17	14	11	6	3
Baterias/ pilhas	9	2	3	12	17	26	18	11	4	3
Borracha	3	1	1	5	5	7	5	5	2	1
Embalagens longa vida (TetraPak)	17	4	9	20	39	35	28	21	13	9
Garrafas PET	46	31	36	56	53	56	49	50	43	39

CONTINUA

	TOTAL	REGIÕES				RENDIA FAMILIAR (EM SAL. MÍNIMOS)				
		Norte/ Centro- Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	mais de 10	mais de 5 a 10	mais de 2 a 5	mais de 1 a 2	até 1
Madeira	3	3	2	4	3	7	6	4	2	2
Papel/ Papelão/ Jornal	31	18	19	36	51	43	38	35	26	24
Plástico em geral	27	15	20	27	51	43	32	31	22	22
Pneus	3	3	2	3	3	11	4	3	2	2
Óleo de cozinha/ óleo combustível	11	4	3	18	15	26	24	12	8	3
Vidro	17	7	16	18	26	33	23	19	15	12
Outros	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0
Não separa lixo para reciclagem	40	56	52	31	27	24	37	35	44	48
Não sabe/Não respondeu	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1
Destino de materiais eletrônicos e eletrodomésticos velhos ou danificados										
Percentual de respostas (%)										
Separa, mas coloca junto ao resto do lixo	20	18	19	18	33	15	22	19	24	18
Joga junto com o resto do lixo, sem separar	15	23	23	10	7	11	9	13	16	23
Separa e guarda para retirada de empresa especializada	7	3	4	10	9	11	7	9	6	5
Separa para coleta	6	2	5	8	6	11	11	7	5	2
Faz doação/ Doa	30	32	21	36	26	43	38	34	23	22
Vende	9	10	10	9	8	7	7	10	11	10
Não se desfaz de aparelhos eletrônicos	9	9	10	8	9	0	4	6	10	15
Não sabe/Não respondeu	3	3	6	2	2	2	2	2	5	5
Preocupação com a questão da reciclagem										
Percentual de respostas (%)										
GOVERNOS										
Preocupa-se muito	26	26	32	21	28	22	20	24	29	30
Preocupa-se um pouco	53	52	49	55	59	54	54	55	54	47
Não se preocupa	17	19	13	22	9	19	25	19	13	15
Não sabe/Não respondeu	4	2	6	3	4	6	1	2	4	8
EMPRESAS										
Preocupa-se muito	24	22	27	21	29	20	18	24	28	26
Preocupa-se um pouco	53	57	50	51	56	54	66	53	51	47
Não se preocupa	19	17	16	25	10	22	15	21	17	18
Não sabe/Não respondeu	4	3	6	3	5	4	1	2	5	9
POPULAÇÃO EM GERAL										
Preocupa-se muito	21	17	23	19	25	13	16	19	25	22
Preocupa-se um pouco	55	53	52	55	59	65	58	58	50	53
Não se preocupa	21	28	19	24	11	20	26	22	20	17
Não sabe/Não respondeu	3	2	5	2	5	2	1	1	4	7
PREOCUPAÇÃO INDIVIDUAL										
Preocupa-se muito	45	44	43	44	52	57	47	45	47	38
Preocupa-se um pouco	48	48	48	49	43	37	48	49	44	51
Não se preocupa	6	7	6	6	2	6	5	5	6	6
Não sabe/Não respondeu	2	1	3	1	2	0	0	1	3	4

4.3 Segmentação por condição e porte do município

	TOTAL	CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO			PORTE DO MUNICÍPIO (EM NÚMERO DE HABITANTES)		
		Capital	Periferia	Interior	Até 20 mil	Mais de 20 a 100 mil	Mais de 100 mil
PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE							
Preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente							
Percentual de respostas (%)							
Preocupa-se muito	64	64	64	64	65	65	64
Preocupa-se um pouco	29	29	30	29	29	29	30
Não se preocupa	6	6	6	5	5	5	6
Não sabe/Não respondeu	1	1	0	1	2	0	1
Maior preocupação com relação ao meio ambiente							
Percentual de respostas (%)							
Aquecimento Global / Mudança Climática	30	39	28	26	30	25	32
Desmatamento da Amazônia	53	57	45	53	54	59	51
Poluição da água	44	43	41	46	41	47	44
Tratamento do Lixo / Acúmulo de lixo	27	27	28	26	23	29	27
Proteção e cuidado com os animais	6	6	6	6	5	9	5
Transgênicos	3	2	2	3	4	4	2
Poluição do ar	19	16	21	20	19	22	18
Produção de energia nuclear	2	1	1	2	3	3	1
Tratamento de esgoto	7	5	7	7	7	8	6
Poluição provocada pelos veículos automotores	6	6	11	6	6	6	6
Outras	1	1	1	1	1	0	1
Não sabe/Não respondeu	4	0	4	5	7	5	2
Áreas prioritárias ao meio ambiente e à qualidade de vida							
Percentual de respostas (%)							
Aquecimento Global/ Mudanças climáticas	42	44	44	41	42	40	43
Desmatamento da Amazônia	52	54	49	52	53	49	53
Tratamento de Água e Esgoto	42	40	44	42	46	37	42
Tratamento do Lixo e dos resíduos	26	24	28	26	21	28	26
Preservação das espécies/ Animais	9	8	9	9	9	11	8
Transgênicos	3	4	2	2	2	3	3
Poluição do ar	23	24	21	22	20	27	22
Nenhuma destas	0	0	0	0	1	0	0
Não sabe/Não respondeu	4	2	2	5	5	5	3
Principal responsável pela poluição do meio ambiente							
Percentual de respostas (%)							
Lixo e esgoto das residências	24	28	27	22	22	20	27
Fumaça e emissão de gases por veículos	22	29	29	18	14	19	27
Emissão de fumaça e resíduos pelas indústrias	13	14	11	14	16	11	13
Uso de agrotóxicos	4	3	2	5	6	4	3
Desmatamento da Amazônia	17	15	18	17	19	16	17
Queimadas	13	9	5	16	16	20	8
Todos são responsáveis (Esp.)	4	2	7	5	3	7	4
Outros/ Nenhum destes	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	2	1	1	2	4	2	1

	TOTAL	CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO			PORTE DO MUNICÍPIO (EM NÚMERO DE HABITANTES)		
		Capital	Periferia	Interior	Até 20 mil	Mais de 20 a 100 mil	Mais de 100 mil
Meio ambiente vesus Crescimento econômico							
Percentual de respostas (%)							
Prioridade ao meio ambiente	44	39	47	46	47	47	42
Prioridade ao crescimento econômico	8	9	7	7	11	5	8
É possível conciliar proteção ao meio ambiente com crescimento (Esp.)	40	48	38	38	32	40	44
Não sabe/Não respondeu	8	5	8	9	11	7	7
Disposto a pagar mais caro por um produto ambientalmente correto							
Percentual de respostas (%)							
Estaria disposto	52	56	49	52	61	47	52
Não estaria disposto	24	26	23	24	20	27	24
Depende do quanto mais caro (Esp.)	16	14	22	16	10	19	17
Não sabe/Não respondeu	8	5	7	9	9	7	7
Atitudes para conservação ambiental							
Percentual de respostas (%)							
Evita o desperdício de água	71	78	68	69	66	74	72
Evita o desperdício de energia	58	63	50	57	51	66	56
Separa o lixo	37	32	33	40	34	41	36
Dá preferência a produtos "verdes"	7	7	8	6	3	9	7
Não joga lixo nas ruas	61	61	62	61	59	65	60
Planta ou já plantou árvores	21	17	19	22	25	27	17
Contribui financeiramente com entidades de proteção	3	2	2	3	3	5	2
Atua como voluntário na proteção	3	2	2	4	5	4	2
Evita o desperdício e a geração de lixo	10	12	11	9	11	12	9
Comprando produtos com embalagens recicláveis	7	8	6	6	6	7	7
Deixando de comprar produtos que afetem o meio ambiente	6	4	7	7	8	9	4
Não contribui de forma alguma	2	2	2	2	2	1	2
Nenhuma destas/ Outras	1	0	1	1	0	1	1
Não sabe/Não respondeu	1	1	0	1	3	0	1
Grau de importância do Governo ao meio ambiente							
Percentual de respostas (%)							
Muita importância	29	24	31	31	30	35	27
Importância	39	39	37	39	40	38	38
Pouca importância	22	25	24	21	21	18	25
Nenhuma importância	4	6	3	4	3	4	5
Não sabe/Não respondeu	5	6	6	5	6	5	5
Iniciativas realizadas em prol da preservação do meio ambiente							
Percentual de respostas (%)							
GOVERNOS							
Aumentaram	33	29	31	35	45	29	30
Mantiveram-se inalteradas	44	49	49	41	35	43	48
Foram reduzidas	12	13	12	12	9	16	12
Não sabe/Não respondeu	11	8	9	12	12	12	10

	TOTAL	CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO			PORTE DO MUNICÍPIO (EM NÚMERO DE HABITANTES)		
		Capital	Periferia	Interior	Até 20 mil	Mais de 20 a 100 mil	Mais de 100 mil
EMPRESAS							
Aumentaram	33	33	28	34	40	29	32
Mantiveram-se inalteradas	42	44	46	40	35	41	45
Foram reduzidas	14	17	17	13	12	17	14
Não sabe/Não respondeu	11	6	9	13	13	13	9
POPULAÇÃO EM GERAL							
Aumentaram	34	30	34	35	38	35	32
Mantiveram-se inalteradas	44	47	45	42	40	40	47
Foram reduzidas	15	18	15	13	13	16	15
Não sabe/Não respondeu	8	5	6	10	10	10	6
O ENTREVISTADO							
Aumentaram	48	42	44	51	51	53	45
Mantiveram-se inalteradas	41	45	45	38	36	38	44
Foram reduzidas	6	10	5	4	6	4	6
Não sabe/Não respondeu	5	3	5	6	7	6	4
MUDANÇAS CLIMÁTICAS							
Percepção do aumento da temperatura média da Terra nas últimas décadas							
Percentual de respostas (%)							
Está aumentando	93	95	93	93	90	96	93
Não está aumentando	3	3	4	3	6	1	3
Não sabe/Não respondeu	3	2	3	4	4	3	3
Seriedade do aquecimento global							
Percentual de respostas (%)							
Muito grave	65	68	62	65	61	64	68
Grave	29	28	32	29	32	30	28
Pouco grave	3	3	3	2	4	2	2
Nada grave	1	1	2	1	1	1	1
Não sabe/Não respondeu	2	1	2	3	2	3	2
Percepção de urgencia em relação ao aquecimento global							
Percentual de respostas (%)							
Um problema imediato, que deve ser combatido urgentemente	66	68	71	64	62	67	66
Um problema que ocorrerá daqui a alguns anos, mas é preciso ser enfrentado agora	22	23	19	22	24	20	22
Um problema que ocorrerá daqui a alguns anos, e não é preciso ter pressa para resolvê-lo	3	1	3	4	5	2	3
Um problema que ocorrerá em um futuro muito distante, mas é preciso ser enfrentado agora	2	3	1	2	2	2	3
Um problema que ocorrerá em um futuro muito distante, e não é preciso ter pressa para resolvê-lo	1	1	0	1	0	0	1
O aquecimento global não é um problema	0	0	0	0	0	1	0
Não sabe/Não respondeu	5	3	5	7	7	7	4

	TOTAL	CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO			PORTE DO MUNICÍPIO (EM NÚMERO DE HABITANTES)		
		Capital	Periferia	Interior	Até 20 mil	Mais de 20 a 100 mil	Mais de 100 mil
Opinião dos brasileiros sobre as causas do aquecimento global							
Percentual de respostas (%)							
Por um processo natural da Terra	16	17	9	17	15	19	15
Pela ação do ser humano	79	81	84	77	76	76	81
Não sabe/Não respondeu	5	2	7	6	9	5	4
Responsabilidade pelo aquecimento global							
Percentual de respostas (%)							
O cidadão	22	20	25	22	28	21	20
As indústrias	38	40	36	38	31	38	40
As empresas agropecuárias	3	4	2	3	3	4	3
Os Governos	18	20	19	16	17	14	19
Outros/ Nenhum destes	1	1	0	1	0	1	1
Todos são responsáveis (Esp.)	16	15	15	16	15	18	15
Não sabe/Não respondeu	3	1	3	4	5	4	2
Custos da adoção de tecnologias menos poluentes							
Percentual de respostas (%)							
Pelos cidadãos, através do aumento dos impostos	6	7	7	6	6	5	7
Pelas indústrias	25	28	25	25	22	25	27
Pelos Governos, reduzindo os impostos sobre as empresas	46	46	48	45	48	39	47
Outros/ Nenhum destes	1	1	1	1	2	1	1
Todos deveriam assumir parte dos custos	11	11	8	12	7	17	10
Não sabe/Não respondeu	11	7	11	12	16	13	8
Melhorar ação para proteção ambiental							
Percentual de respostas (%)							
Adotar uma legislação e punições mais duras	38	36	40	39	37	39	38
Adotar medidas de incentivo	21	24	22	20	19	19	23
Adotar medidas educativas	30	32	29	29	25	33	30
Não sabe/Não respondeu	11	8	9	13	19	10	9
Competitividade versus Tecnologias menos poluentes							
Percentual de respostas (%)							
Apenas a competitividade das indústrias brasileiras	13	11	12	15	16	14	13
Principalmente a competitividade das indústrias brasileiras	17	18	14	17	20	14	17
Principalmente a redução das emissões de gases de efeito estufa	28	30	29	27	22	28	30
Apenas a redução das emissões de gases de efeito estufa	8	9	10	7	6	8	8
Igualmente as duas, a competitividade das indústrias brasileiras e a redução das emissões de gases (Esp.)	15	19	15	14	10	16	17
Não sabe/Não respondeu	19	14	20	21	26	20	15

CONTINUA

	TOTAL	CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO			PORTE DO MUNICÍPIO (EM NÚMERO DE HABITANTES)		
		Capital	Periferia	Interior	Até 20 mil	Mais de 20 a 100 mil	Mais de 100 mil
Responsabilidade dos países para redução do aquecimento global							
Percentual de respostas (%)							
Os países ricos	53	53	56	52	52	55	52
Os países pobres	7	8	7	7	6	7	7
Ambos (Esp.)	34	35	30	34	32	32	35
Nenhum dos dois (Esp.)	2	1	1	2	2	1	2
Não sabe/Não respondeu	5	3	7	5	8	4	4
Contribuição dos países para redução do aquecimento global							
Percentual de respostas (%)							
Somente os ricos	11	14	10	10	12	12	11
Todos, mas principalmente os ricos	28	30	31	26	25	30	28
Todos igualmente	55	52	53	56	55	51	57
Todos, mas principalmente os pobres	2	1	1	2	1	3	1
Somente os pobres	0	1	0	0	1	0	1
Não sabe/Não respondeu	4	2	5	4	7	4	3
COLETA SELETIVA DE LIXO E RECICLAGEM							
Importância da reciclagem para o meio ambiente							
Percentual de respostas (%)							
Muito importante	67	67	71	67	64	66	69
Importante	31	31	27	31	35	32	29
Pouco importante	1	1	1	1	1	1	1
Nada importante	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	1	1	1	1	1	0	1
Importância da reciclagem para o desenvolvimento do país							
Percentual de respostas (%)							
Muito importante	62	64	65	61	56	56	67
Importante	34	33	31	36	39	41	30
Pouco importante	2	3	3	2	3	2	2
Nada importante	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	1	0	1	2	2	1	1
Existe de coleta seletiva do lixo							
Percentual de respostas (%)							
Todos os dias	8	6	2	10	16	3	7
De 4 a 5 vezes por semana	3	3	0	4	10	1	2
De 2 a 3 vezes por semana	29	33	21	29	25	22	33
1 vez por semana ou menos	10	3	15	12	13	15	7
Não há coleta seletiva de lixo na minha rua	48	52	59	43	33	57	49
Não sabe/Não respondeu	3	3	3	2	3	2	3
Materiais separados para reciclagem em residências							
Percentual de respostas (%)							
Alumínio	31	33	34	29	32	27	32
Outros metais (aço, ferro)	9	6	15	9	11	6	9
Baterias/ pilhas	9	8	14	8	10	4	10
Borracha	3	4	5	3	4	4	3
Embalagens longa vida (TetraPak)	17	12	21	19	22	12	18
Garrafas PET	46	43	53	47	43	41	50

	TOTAL	CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO			PORTE DO MUNICÍPIO (EM NÚMERO DE HABITANTES)		
		Capital	Periferia	Interior	Até 20 mil	Mais de 20 a 100 mil	Mais de 100 mil
Madeira	3	4	4	3	4	2	3
Papel/ Papelão/ Jornal	31	27	26	34	33	30	31
Plástico em geral	27	19	32	29	29	26	26
Pneus	3	4	4	2	3	2	3
Óleo de cozinha/ óleo combustível	11	13	14	10	9	8	14
Vidro	17	12	14	20	22	17	15
Outros	0	0	1	0	1	0	0
Não separa lixo para reciclagem	40	40	32	41	39	49	36
Não sabe/Não respondeu	1	0	1	1	1	1	1
Destino de materiais eletrônicos e eletrodomésticos velhos ou danificados							
Percentual de respostas (%)							
Separa, mas coloca junto ao resto do lixo	20	20	25	19	23	15	22
Joga junto com o resto do lixo, sem separar	15	15	12	15	13	21	13
Separa e guarda para retirada de empresa especializada	7	6	5	8	6	7	7
Separa para coleta	6	7	5	6	5	6	7
Faz doação/ Doa	30	32	35	28	28	26	32
Vende	9	8	8	10	9	14	7
Não se desfaz de aparelhos eletrônicos	9	8	7	10	9	9	9
Não sabe/Não respondeu	3	3	3	4	7	2	3
Preocupação com a questão da reciclagem							
Percentual de respostas (%)							
GOVERNOS							
Preocupa-se muito	26	17	18	31	34	28	22
Preocupa-se um pouco	53	60	54	50	48	53	56
Não se preocupa	17	20	26	14	13	16	20
Não sabe/Não respondeu	4	2	2	5	6	4	3
EMPRESAS							
Preocupa-se muito	24	20	22	26	28	25	22
Preocupa-se um pouco	53	55	53	52	49	53	54
Não se preocupa	19	23	23	17	16	18	21
Não sabe/Não respondeu	4	3	2	5	7	4	3
POPULAÇÃO EM GERAL							
Preocupa-se muito	21	12	20	25	28	23	17
Preocupa-se um pouco	55	59	51	54	52	54	56
Não se preocupa	21	27	25	17	15	20	23
Não sabe/Não respondeu	3	1	4	4	5	2	3
PREOCUPAÇÃO INDIVIDUAL							
Preocupa-se muito	45	40	39	48	50	48	41
Preocupa-se um pouco	48	54	53	44	40	46	52
Não se preocupa	6	6	7	5	8	5	5
Não sabe/Não respondeu	2	1	2	2	3	1	2

CONTINUA

5 Especificações técnicas da pesquisa

Período de campo

De 02 a 05 de dezembro de 2011.

Universo

A pesquisa é realizada com eleitores de 16 anos ou mais da área em estudo. O universo de eleitores é estratificado. Com exceção dos estados do Acre, Amapá e Roraima que juntos constituem apenas um estrato, cada um dos demais estratos é composto por apenas um estado brasileiro. Uma vez que o Estado possua Região Metropolitana, o seu universo é estratificado em Região Metropolitana e Interior.

Amostra

O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados em 3 estágios.

No primeiro estágio os municípios são selecionados probabilisticamente através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população de 16 anos ou mais de cada município.

No segundo estágio são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho) sistemático. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores.

Finalmente, no terceiro estágio é selecionado em cada conglomerado um número fixo de eleitores segundo cotas de variáveis descritas abaixo.

Variáveis para cotas amostrais

- SEXO: Masculino e Feminino.
- GRUPOS DE IDADE: 16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69 e 70 anos e mais.
- INSTRUÇÃO: Até 4ª série do fund.; 5ª a 8ª série do fund.; Ens. Médio; Superior.
- ATIVIDADE: Setor de dependência - agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.
- FONTES DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DA AMOSTRA: Censo 2000, PNAD 2008 e TSE 2010.

- **NÚMERO DE ENTREVISTAS:** 2.002 entrevistas em 141 municípios.
- **MARGEM DE ERRO:** O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.
- **COLETA DE DADOS:** Entrevistas pessoais com utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas são realizadas por uma equipe de entrevistadores do IBOPE, devidamente treinada para abordagem deste tipo de público.
- **CONTROLE DE QUALIDADE:** Há filtragem em todos os questionários após a realização das entrevistas. Fiscalização em aproximadamente 20% dos questionários.

Perfil da amostra	%
Sexo	
Masculino	48
Feminino	52
Idade	
16 a 24	20
25 a 29	13
30 a 39	22
40 a 49	19
50 e mais	26
Grau de instrução	
Até 4ª série do fundamental	29
5ª a 8ª do fundamental	22
Ensino Médio	35
Superior	15
Região	
Norte/Centro-Oeste	15
Nordeste	27
Sudeste	43
Sul	15

Perfil da amostra	%
Renda familiar (em salários mínimos)	
Mais de 10	3
Mais de 5 a 10	9
Mais de 2 a 5	32
Mais de 1 a 2	31
Até 1	16
Não respondeu	5
Condição do município	
Capital	27
Periferia	13
Interior	60
Porte do município (em número de habitantes)	
Até 20 mil	20
Mais de 20 a 100 mil	24
Mais de 100 mil	56

OBSERVAÇÃO: As perguntas cujas somas das porcentagens não totalizam 100% são decorrentes de arredondamentos ou de múltiplas respostas.

CNI

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade - GPC

Renato da Fonseca

Gerente-Executivo

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade - GEMAS

Shelley de Souza Carneiro

Gerente-Executivo

Equipe técnica

Isabel Mendes de Faria Marques

Edson Velloso

Mário Cardoso

Thiago Santos da Silva

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DIRCOM

Carlos Alberto Barreiros

Diretor de Comunicação

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda - GEXPP

Carla Cristine Gonçalves de Souza

Gerente-Executiva

Alisson Costa

Carla Regina P. Gadêlha

Produção Editorial

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Marcos Tadeu

Gerente-Executivo

Gerência de Documentação e Informação – GEDIN

Fabíola de Luca Coimbra Bomtempo

Gerente de Documentação e Informação



Anexo 8: Revista Veja

Rio+20: o jeito é esperar por 2015

Se o "futuro que queremos" não ficou claramente estabelecido, aposta de ambientalistas e cientistas é tentar evitar que, daqui a três anos, compromissos de 2012 saiam do papel. Risco de "não implementação", no entanto, ainda existe.

A crise econômica mundial, as eleições nos Estados Unidos, os conflitos na Síria e até mesmo uma crise política de última hora na América Latina impediram que a atenção do mundo fosse voltada completamente para o Rio de Janeiro, como queriam os organizadores da Rio+20, planejada para ser a maior conferência da história. Baixada a poeira da semana de intensas negociações — seguidos pelos três dias reservados para os mais de 190 discursos —, conclui-se que 2012 e o Rio não entrarão pela história exatamente por representarem o tempo e o local de uma mudança histórica para o desenvolvimento sustentável. Apesar da alardeada reunião de “mais de 100 líderes”, só 79 chefes de estado discursaram na cúpula.

A saída encontrada para salvar a conferência e tentar driblar o contexto desfavorável foi adiar as ações. O verdadeiro tribunal da Rio+20, quando os reais efeitos da conferência serão conhecidos e poderão ser julgados, está marcado para daqui a três anos.

No calendário da ONU, dois eventos importantes culminarão em 2015: fecham-se os Objetivos do Milênio, estabelecidos em 2000, e serão determinadas novas metas para as reduções de emissões de gases, no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas. Impossibilitada de conseguir acordos para implementação imediatos, a Rio+20 acertou a agenda para que suas ações entrem em vigor nesse ano chave.

A principal das ‘heranças’ de 2012 para 2015 é o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Apesar de não determinar as metas — o que seria esperado de uma conferência “ambiciosa”, como pedia a ONU —, o documento da Rio+20 determina a criação de um grupo para trabalhar no processo de criação dos objetivos a serem adotados a partir de 2015. Ainda que tenha destravado o processo de negociação, a fórmula de adiamento das decisões também dá margem para que, no final, nada saia do papel.

O embaixador André Aranha Corrêa do Lago, que foi negociador chefe do Brasil e também atuou como facilitador durante as negociações, admite que o documento do Rio deixa espaço para a “não implementação”. “As nações Unidas só conseguem fazer as coisas na medida em que os países membros desejem fazê-las. Não se pode acusar o processo da ONU de paralisia se quem paralisa ou movimenta (a ONU) são os próprios países. O multilateralismo sai reforçado da conferência e a intenção de todos é que os acordos sejam implementados”, diz.

Corrêa do Lago destaca que a ação dos países dependerá da mobilização da sociedade em torno do tema, que, de acordo com ele, foi um dos principais aspectos da Rio+20. “É um evento diplomático que invoca um impacto inestimável na sociedade.

Não se pode mensurar o nível de informação e de ideias que se propagaram com a conferência e com os debates paralelos", afirma. Para o embaixador, a sociedade terá um papel preponderante, que será refletido tanto na forma com que as pessoas passarão a agir quanto no modo em que vão influenciar as políticas de seus governos. "É isso o que determinará o sucesso da conferência no futuro", considera.

As boas intenções — Vinte anos depois da primeira conferência do Rio, o compromisso retórico com o desenvolvimento sustentável foi renovado. Os países se comprometeram a combater a pobreza, reafirmaram os princípios de 92, da Agenda 21, das responsabilidades diferenciadas e tantos outros. "Dois objetivos importantes foram alcançados. Despertar uma geração para o que foi feito em 1992 (Rio) e 2002 (Johannesburgo) e voltar a utilizar os instrumentos do desenvolvimento sustentável", considera Corrêa do Lago. No entanto, a crítica apresentada pelos veteranos da última conferência, como Maurice Strong e Gro Harlem Brundtland, de que muito foi dito e pouco foi de fato colocado em prática, permanece. Se a Rio+20 efetivamente representará um avanço inédito, não se sabe. Mas no momento a saída é apostar fichas em 2015.

Anexo 9: O Estado de São Paulo

Rio+20 estabelece 'o futuro que nós queremos'

Conferência retoma debate sobre sustentabilidade duas décadas após Rio-92, mas termina com documento considerado 'pouco ambicioso'

Vinte anos depois da Eco-92, representantes de ONGs, empresas, de setores da sociedade civil chefes de Estado e de governo voltaram a se reunir para debater quais os rumos o planeta deve tomar para manter um crescimento sustentável e reduzir as agressões ao meio ambiente, na tentativa de reverter uma situação quase limite no que diz respeito à natureza. Chegava a hora da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - a Rio+20 - que aconteceu dos dias 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro.

O resultado é o documento O Futuro Que Queremos, documento considerado pela presidente Dilma Rousseff como um avanço em relação aos elaborados em outras convenções da ONU e como um fracasso por ser pouco ambicioso por delegações e ONGs ambientais.

Tendo a crise financeira como pano de fundo, o desafio foi, essencialmente, estabelecer diretrizes para que crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental caminhem juntos. Em outras palavras, definir como todos os países, juntos, podem promover o chamado desenvolvimento sustentável, "que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades", segundo a definição oficial, de 1987.

Apesar das divergências, as autoridades brasileiras comemoraram o consenso geral entre as delegações, que aprovaram o documento no último dia do encontro. Fica agora a esperança de que os termos acordados serão implementados e que os compromissos assumidos pelos governos não ficarão apenas no papel. O tempo passa para o planeta e os únicos que podem mudar essa situação somos nós mesmo.

Anexo 10: O Globo

Presidentes latinos criticam países ricos no segundo dia da Rio+20

Presidente boliviano disse que ambientalismo é usado como arma. Equatoriano criticou ausência de líderes de países ricos.

Os presidentes da Bolívia, Evo Morales, e do Equador, Rafael Corrêa, criticaram os países desenvolvidos no segundo dia de encontro de alto nível da Conferência de Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, nesta quinta-feira (21).

Muito aplaudido, o boliviano abriu seu discurso falando das tradições indígenas e defendeu a nacionalização dos recursos naturais pelo desenvolvimento sustentável. Corrêa, por sua vez, criticou a ausência dos líderes dos países ricos.

Bolívia

Morales criticou os países desenvolvidos e o capitalismo. "Capitalismo é uma forma de colonialismo. Mercantilizarmos os recursos naturais é uma forma de colonialismo dos países do sul, que sobre seus ombros carregam a responsabilidade de proteger o meio ambiente, que foi destruído no norte", disse.

Para Evo, o ambientalismo é usado como arma do sistema capitalista. "O ambientalismo capitalista é uma forma de compromisso predatório, porque o compromisso de países de preservar a natureza para o futuro é algo imposto aos países pobres, enquanto os ricos se esforçam na destruição comercial do meio ambiente."

"Nos querem criar um mecanismo de investimento para monopolizar e julgar nossos recursos. Acreditam que estão punindo o uso desses recursos com argumentos ambientalistas e as instituições são submissas, de modo que abrimos mão dos nossos recursos naturais para eles. Como o capitalismo promove o mercantilismo, o capitalismo da biodiversidade a torna em negócio. A vida não é um direito, é apenas mais um negócio para o capitalismo," afirmou.

Para ele, os países precisam "se defender", nacionalizando seus recursos. O presidente boliviano citou o ex-presidente de Cuba Fidel Castro, a quem chamou de "um homem muito sábio". Morales esteve no Riocentro também na quarta-feira (20), onde foi visto andando pelos corredores e almoçando na praça de alimentação comum do centro de convenções.

Equador

O presidente do Equador também criticou o capitalismo. "A raiz da crise na Europa e EUA, em parte, tem a ver com uma mudança do sistema. O problema são os mercados que administram o sistema, precisamos ter a sociedade governando", disse.

"Ontem uma jovem disse 'tomara que não venhamos aqui para salvarmos nossa cara, mas sim nosso planeta'. Bom, o grupo dos 20 mais ricos no mundo se reuniu no México e 80% não vieram a esta conferência. Para eles não é importante e continuará sendo pouco importante enquanto não mudar essa relação de poder."

Corrêa também pediu mais comprometimento com a sustentabilidade. "Temos que ir além para que possamos reduzir as emissões e preservar nosso capital natural", disse. "É imprescindível uma mudança no que entendemos por desenvolvimento. O que nós buscamos: um modelo de consumo de um nova-iorquino? Assim vamos precisar de cinco planetas para dar conta do consumo. Temos mudar a noção de desenvolvimento."

Colômbia

O presidente da Colômbia pediu que as metas para a sustentabilidades sejam adaptadas para a realidade de cada país. "Os compromissos da arena internacional precisam ser traduzidos para nosso país," disse Juan Manuel Santos Calderon.

"Passou da hora de diagnósticos e espero que tenha chegado a hora de alcançarmos metas específicas. Os ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) mostram que não estamos aqui em vão. O legado do Rio continua vivo para o benefício dessa geração e das futuras."

Anexo 11: Valor Econômico

Juntos por um futuro sustentável

As declarações finais da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972 e a ECO-92 puseram o ser humano no centro do desenvolvimento sustentável. No entanto, até hoje, mais de 900 milhões de pessoas ainda passam fome. Populações pobres pelo mundo afora, especialmente nas áreas rurais, são as mais atingidas pela crise de comida, climática, financeira, econômica, social e energética que o mundo enfrenta hoje.

Não podemos falar em desenvolvimento sustentável enquanto aproximadamente uma em cada sete pessoas – crianças, mulheres e homens – ficam para trás, vítimas de desnutrição. Seria uma contradição em termos.

A Fome e a pobreza extrema também excluem a possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento sustentável porque os miseráveis precisam usar os recursos naturais disponíveis para conseguir comida. Para eles, suprir suas necessidades básicas é a principal primordial de cada dia – planejar para o futuro é um luxo que eles não têm. Paradoxalmente, mais de 70 por cento das pessoas que passam fome no mundo dependem diretamente da agricultura, caça e pesca para sobreviver. Portanto, suas escolhas diárias ajudam a determinar como os recursos naturais do mundo são administrados.

Não podemos esperar que o agricultor pobre não corte uma árvore se essa é sua única fonte de energia; não podemos pedir para o pescador artesanal deixar de pescar durante o período do defeso se essa é a única maneira de alimentar sua família.

A fome coloca em movimento um ciclo vicioso que reduz a produtividade, aprofunda a pobreza, desacelera o desenvolvimento econômico, promove a degradação dos recursos e a violência.

A fome e a disputa por recursos naturais são fatores de conflitos que, mesmo quando são internos, tem impactos que frequentemente ultrapassam as fronteiras dos países. Então, há também uma ligação direta entre a segurança alimentar e segurança nacional e regional.

A busca da segurança alimentar pode ser o fio condutor que liga os diferentes desafios que o mundo enfrenta e ajudar a construir um futuro mais sustentável.

Na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, temos uma oportunidade de ouro para explorar a convergência entre as agendas da segurança alimentar e a sustentabilidade para assegurar que isso aconteça.

Ambos requerem mudanças para modelos de produção e consumo mais sustentáveis.

Para alimentar uma população mundial que superará a marca de nove bilhões de pessoas em 2050, a FAO prevê a necessidade de aumentar a produção agrícola em pelo menos 60 por cento. Para isso, precisamos produzir mais alimentos ao mesmo tempo em que conservamos o meio ambiente.

Mas mesmo com práticas mais sustentáveis, a pressão sobre nossos recursos naturais será extrema. Então, também temos que mudar a maneira que nos alimentamos, adotando dietas mais saudáveis e reduzindo o desperdício e perda de alimentos: todo ano, entre a colheita e o consumo, jogamos fora 1,3 bilhão de toneladas de alimentos.

No entanto, mesmo se aumentarmos a produção agrícola em 60 por cento até 2050, o mundo ainda terá 300 milhões de pessoas com fome daqui a quatro décadas porque, como as centenas de milhões de subnutridos hoje, eles continuarão sem os meios para ter acesso à comida que necessitam.

Para eles, a segurança alimentar não é um problema de produção insuficiente, é uma questão de acesso inadequado.

Para tirar esses milhões de pessoas da insegurança alimentar precisamos investir na criação de melhores empregos, pagar melhores salários, dar-lhes maior acesso a ativos produtivos – especialmente terra e água - e distribuindo renda de forma mais justa e equitativa.

Precisamos trazê-los para dentro da sociedade, complementando o apoio aos pequenos agricultores com oportunidades de geração de renda, com o fortalecimento das redes de proteção social, mutirões de trabalho e programas de transferência de renda, que contribuam ao fortalecimento de circuitos locais de produção e consumo para dinamizar as economias locais.

A transição para um futuro sustentável também exige mudanças fundamentais no sistema de governança de alimentos e agricultura e uma partilha equitativa dos custos de transição e benefícios.

No passado, os mais pobres pagaram uma parcela maior dos custos de transição e receberam uma cota menor de benefícios. Este é um equilíbrio inaceitável e que precisa mudar.

Erradicar a fome e melhorar a nutrição humana, criando sistemas sustentáveis de produção e consumo de alimentos, e construir uma governança mais inclusiva e eficaz dos sistemas agrícolas e alimentares são cruciais para alcançar um mundo sustentável.

Na Rio+20, estamos numa encruzilhada. De um lado está o caminho para a degradação ambiental e o sofrimento humano; do outro está o futuro que todos queremos. A Rio +20 oferece uma oportunidade histórica que não podemos dar ao luxo de perder.

Nós sabemos como acabar com a fome e gerenciar os recursos do planeta de uma forma mais sustentável. Mas precisamos de uma vontade política mais forte para fazê-lo.

Devemos olhar para Rio +20 como o início de um caminho e não como o ponto de chegada. E essa é uma caminhada que não podemos fazer sozinhos.

Como a luta contra a fome, o desenvolvimento sustentável é uma meta a que cada um de nós deve contribuir – cidadãos, empresas, governos, movimentos sociais, ONGs e organismos regionais e internacionais. Juntos, trabalhando a partir do nível local ao nível global, podemos construir o futuro que queremos. E esse futuro precisa começar hoje. (IPS/TerraViva)

Anexo 12: The Washington Post

Rio Earth summit nears as scientists warn planet faces grave threats

As thousands of people prepare to convene in Brazil this month for the Rio+20 Earth Summit, scientists and environmentalists alike are sending a sharp message: The planet is in dire straits.

On Wednesday, the United Nations Environment Program issued a report showing that the world has made significant progress on only four of the 90 most important environmental objectives agreed on through the U.N. process. Gains have come in eliminating ozone-depleting substances, phasing out lead in gasoline, increasing access to water supplies and encouraging research into marine pollutants. In most other categories — including protecting plant and animal species, curbing marine pollution and conserving water supplies — humanity is falling short.

“If current trends continue, if current patterns of production and consumption of natural resources prevail and cannot be reversed and ‘decoupled,’ then governments will preside over unprecedented levels of damage and degradation,” UNEP Executive Director Achim Steiner said in a statement.

The journal *Nature* published a series of articles Wednesday on the precarious state of the planet, including a study that warns that the world could be approaching a

tipping point at which human activities cause a “planetary-scale critical transition” to a different environment.

Twenty years ago, the Rio Earth Summit produced three major treaties intended to head off these kinds of dire outcomes, including the U.N. Framework Convention on Climate Change and the U.N. Convention on Biodiversity. Although the global community has failed to achieve the goals set out by those accords, the meeting was seen as a critical moment at which environmental concerns took center stage in global policymaking.

But even the most prominent proponents of the U.N. Conference on Sustainable Development, which will take place June 20-22 in Rio de Janeiro, do not expect this gathering to produce a significant global agreement.

“As things currently stand, we are facing two likely scenarios — an agreement so weak it is meaningless, or complete collapse,” Jim Leape, director general of the World Wildlife Fund, said in a statement Tuesday. “Neither of these options would give the world what it needs.”

“When they gather in Rio, governments must restrain the flow of weasel words that is threatening to emasculate any agreement,” Leape added.

“We do need these moments to sit back and reflect on where we are, and where we’re going,” said Frances Beinecke, president of the Natural Resources Defense Council, adding that pledges by world leaders at these meetings often fail to materialize later on. “They don’t translate into action in the way that we would hope.”

‘Cloud of commitments’

The global economic crisis has made this year’s summit especially difficult. “The fact that we have an economic recession [in Europe] and economic problems everywhere is not helping very much,” said Jos Delbeke, the European Commission’s director general for climate action, adding that “the exact nature of what is going to be agreed to [in Rio] is hard to tell.”

At this point, many of the groups most invested in environmental action are working on what Beinecke refers to as “a cloud of commitments” — concrete pledges by businesses, governments and civil society groups that could help shift the environmental trajectory, and can be monitored in real time on the Internet.

Last month, for example, 10 African leaders vowed at a summit organized by Conservation International in Botswana to pursue a more sustainable path of development that would preserve what they called “natural capital,” the environmental resources their countries possess.

On Tuesday, the World Bank issued a report outlining how it will work to foster economic development that conserves natural resources and limits pollution even as it provides transportation, energy and food to a growing population. U.N. Secretary General Ban Ki-moon has unveiled an initiative called “Sustainable Energy for All,” which is likely to become a focus of discussions at Rio along with a push to eliminate fossil-fuel subsidies. Ban’s proposal aims to double energy efficiency and double renewable sources in the global energy mix by 2030 while providing reliable lighting and heating to the more than 1.3 billion who still lack it.

“I think everyone will know where we need to go coming out of Rio. Our job is to show, ‘Here’s one way to do it,’ ” said Rachel Kyte, World Bank vice president for sustainable development. “We don’t have to have global agreements. It would be nice. . . . It would be a whole lot easier if we had them, but we can move forward without them.”

Many are looking to the business community to take the lead at this point, by integrating environmental concerns into their everyday operations. Ceres, a group of investors, companies and nonprofit groups, recently conducted a survey of 600 major U.S. companies and found that just a quarter of them had incorporated sustainability into the way their firms were governed, and only a third had targets with a specific date for reducing their greenhouse gas emissions. At the same time, it noted that Coca-Cola was on track to improve its water efficiency this year by 20 percent compared with 2004, and Intel has cut its greenhouse gas emissions 8 percent two years after tying employee and executive compensation to meeting the firm’s environmental targets.

“Companies are getting it, that climate, water depletion and natural resource scarcity are business risks, not off-balance-sheet risks,” said Ceres President Mindy Lubber. Still, she added, “we’ve got an awfully long way to go.”

In the meantime, however, researchers continue to publish sobering findings. The UNEP report noted that indoor air pollution from fine particles — emitted from cookstoves and other sources — causes nearly 2 million premature deaths a year, including 900,000 deaths in children younger than 5.

The world missed its U.N. target for achieving a significant cut in the loss of species by 2010, it added.

In some ways, global connectivity and rising incomes are helping fuel these problems. One paper *Nature* published Wednesday, authored by six researchers from Australia, Japan and Italy, found that 30 percent of the threats facing species worldwide stem from international trade, whether it is palm oil production or mining.

The most daunting assessment may have come from a team of 22 scientists from five nations that warned that humans have radically changed 43 percent of the Earth's surface from its natural state, far outpacing the 30 percent change that helped trigger the last planetary-scale environmental shift roughly 11,000 years ago, when glaciers advanced and then retreated.

The paper's lead author, Anthony Barnosky, a professor of integrative biology at the University of California at Berkeley, said that although it is impossible to predict an exact moment when this change could occur, "what we're trying to convey is that these planetary tipping points actually do happen."

If development keeps up at its current pace, he added, humans will have transformed 50 percent of the world's land by 2025, and the consequences could be dramatic.

"People don't do so well with rapid change because we base our whole economic system and food production and way of life expecting what is natural now is going to be natural going into the future," he said, adding that many policymakers have not grasped how interconnected their communities now are. "People tend to think on a very local scale, and that's what we actually need to get away from, both scientifically and politically. We have to realize in some sense, there is no local scale anymore."

Anexo 13: The Guardian

Rio+20 conference's search for green solutions hampered by deep divisions

Expectations for action are low despite UN assessment that the world's environment is declining rapidly.

Twenty years after trying and failing to halt humanity's destruction of our planet, the governments of the world will gather again in Rio this month for a "once-in-a-generation" Earth Summit that will open with great fanfare but low expectations of success.

With a new United Nations study warning that the deterioration of the environment is accelerating, more than 130 national leaders will attend the Rio+20 conference from 20-22 June to try to thrash out a new blueprint for a "green economy" and a stronger system of global governance.

Despite the urgency of the task, negotiators have been hamstrung even before the event starts by the European financial crisis, US election campaign and longstanding differences between rich and poor countries. David Cameron, the British prime minister, and German chancellor Angela Merkel will send deputies. US President Barack Obama has yet to confirm. In their likely absence, the political weight will be tilted towards the emerging economies of Brazil, Russia, India and China, all of which will be represented by national leaders.

The Rio+20 United Nations Conference on Sustainable Development is much bigger than its two predecessors — Stockholm in 1972 and Rio in 1992 — but it has also been criticised for being vaguer and less ambitious. The last Earth summit resulted in the landmark conventions on climate change and biodiversity, as well as a host of other influential documents.

This time, however, organisers do not expect any legally binding treaties. Instead the central aim is to start a process so that by 2015, the international community can agree on a set of global sustainable development goals — with targets for consumption and production, a mechanism for periodic follow-up and reports, and specific actions for key areas such as water, food and energy.

The need for change was underscored by the latest Global Environment Outlook, which showed the world's environment is declining rapidly. In the past two decades, carbon emissions have increased 40% and biodiversity loss has risen 30%. The world community has missed all but four of its 90 most important environmental goals, with prominent failures on climate change, fish stocks and desertification, said the grim assessment, published by the UN Environment Programme. Without a new path of development and a change in consumption patterns, the pressure on ecosystems and poor communities is set to intensify as the global population is projected to rise from the current 7 billion to 9 billion by 2050.

UNEP executive director Achim Steiner warned time was running short: "If current trends continue, if current patterns of production and consumption of natural resources prevail and cannot be reversed and 'decoupled', then governments will preside over unprecedented levels of damage and degradation."

To tackle these problems at Rio+20, draft texts have included proposals to strengthen protection of the world's oceans, to upgrade the UN Environment Programme, to create an ombudsman for future generations, to conduct annual "state-of-the-planet" reports, to promote alternatives to GDP as a measure of wellbeing, to reduce subsidies for fossil fuels, to support consideration of "ecosystem services" (the public good provided by forests, rivers, mountains and wetlands) in policy planning, to boost investment in natural capital, and to provide financial support for poorer nations to adopt a sustainable track.

As at the climate talks in Copenhagen and Durban, and the earlier Rio conference, there are divisions — particularly between developed and developing countries — about burden sharing, monitoring of commitments, and whether to stress environmental protection or poverty alleviation.

During the drafting process, the G77 group of developing nations has opposed a phasing out of fossil fuel subsidies, while the US and Europe have tried to delete passages calling on rich nations to move towards "sustainable consumption and production". As a result, preparations have been slow. Sha Zukang, the Chinese diplomat who is head of the UN Department of Economic and Social Affairs and will chair the Rio+20 summit, acknowledged crucial issues are unresolved.

Compromise is possible, but the risk is it will come at the expense of delayed commitments and open-ended, unenforceable promises.

The UN secretary general, Ban Ki-moon, acknowledged that a deal was not likely until the last minute. The important thing, he said, was to begin a new thread of discussion. Ahead of the formal UN meeting, Rio is hosting a "People's Summit" of an estimated 50,000 representatives from civil society and business. At these side events, they will share best practices and make commitments to action.

If it does end up as just another empty document, Rio+20's main historical significance may be as a landmark in the shift in global power to emerging economies like China, India and Brazil and the shrinking role of state institutions compared with corporations and civil society.

Anexo 14: Forbes

Will Rio+20 Advance Sustainable Development?

Expectations are high for Rio+20, but the outcomes are likely to be very different from the first Rio conference twenty years ago.

Back in 1992 at the Rio Earth Summit, the governments agreed to a comprehensive plan of action on sustainable development called Agenda 21. They also launched three important multilateral environmental agreements on biodiversity, climate change and desertification. For veterans like Philippe Roch, the former director of Switzerland's Federal Environment Office:

“It was a big adventure, an important first step. For the first time at such a high political level issues were being integrated that until then had been tackled separately. Ways had to be found to preserve our planet's ecosystems and resources, because otherwise there couldn't be fair and social development for everybody in the long-term.” (swissinfo.ch)

Today the many challenges of sustainable development are still with us and in Rio this week and next, governments and many other stakeholders will try to figure out how we can move forward. The two major themes are “a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication” and “the institutional framework for sustainable development.” (UN Rio+20 website) Both of these have been extensively discussed over the last months and will be subject to further intensive negotiations in Rio over the coming days.

Green Economy

Regarding the green economy, the aim has been to better articulate the economic dimensions of sustainable development and, with this understanding, to agree on what all the economic actors should be doing –governments, private companies, investors,

consumers, and so on. However, there is not yet a shared vision among governments about the meaning of a green economy, let alone the core elements of a green economy strategy. This might change over the coming days and we are likely to see agreement on a few specific issues such as greening government procurement.

Institutional Framework

Regarding the institutional framework for sustainable development, one element of the discussions has been whether to establish a 'World Environment Organisation' which could sit alongside the World Trade Organisation, the World Intellectual Property Rights Organisation, the World Health Organisation, the International Labour Organisation, and the World Bank. This could involve upgrading the current UN Environment Programme. It could include the UN Commission on Sustainable Development and the secretariats of the various multilateral environmental conventions covering biodiversity, chemicals, climate, desertification, ozone, and so on. Though there is general dissatisfaction with the current institutional framework, there is no joined up thinking (at least not yet) on how to harmonise and rationalise it. One possible outcome is a high level panel to work on this further.

Sustainable Development Goals & Finance

The so-called 'zero draft' of the Rio+20 outcome document covers a host of other issues of which sustainable development goals and finance are key. With the Millennium Development Goals expiring in 2015, we may see a commitment to establishing a process to draft a new set of 'Sustainable Development Goals' which would aim to bring together the many issues on the table. The elephant in the room, of course, is finance. With the Europeans less willing and able to transfer new and additional resources to developing countries, where is money for any new Rio+20 commitments to come from? Public funding for sustainable development will need to be complemented somehow by increased engagement of the private sector.

Beyond the Multilateral Negotiations

The private sector, including many large companies such as PwC and Unilever and not-for-profit organisations such as the ICTSD and IUCN, will be in Rio interacting and discussing in hundreds of side events. This is where much of the substantive action is likely to take place. The multilateral negotiations may be necessary, but they are clearly not sufficient to advance sustainable development. With many companies now fully aware of the business case for sustainability and with many non-profits now connecting the dots between environmental responsibility, social equity and poverty alleviation, one of the likely outcomes of Rio will be an increased commitment by the private sector to get on with the job of developing the global economy sustainably. Let's see how all this unfolds over the coming days.

Anexo 15: Financial Times

Call to governments to prepare for Rio+20

The world has changed dramatically since the first Rio Earth Summit in 1992. Back then investors simply did not have a seat at the table, and corporate performance on environmental, social and governance (ESG) issues was seen as either a compliance or ethical issue, and certainly not material to investors.

Twenty years on, we have come a long way. Corporate sustainability has moved well beyond compliance, and is now seen by leading chief executives and policy makers as a normal part of running a good business. Investors too are increasingly taking these issues into account as part of their assessment of risk and quality of management, and integrating ESG issues into their stewardship processes.

So what is driving this growth? There is no doubt that ESG issues can be, and have been, material. There are numerous examples of where poor management of ESG issues has harmed companies and their investors financially, destroying billions of dollars of value. Recent examples include the BP explosion in the Gulf of Mexico, safety failings at Massey Energy, scandals at News Corp and Olympus, and mis-selling of mortgages and poor risk management at investment banks. Recent academic evidence has shown that with some sectors and issues, better ESG performance can result in lower risk and higher returns. While it cannot predict anything going forward, ESG performance can certainly add to the depth of analysis and provide a different lens through which to evaluate quality of management, which, can affect the future value of companies. In addition, pension funds globally expect responsible approaches to investment by their fund managers, and the industry is responding.

However, there is a long way to go before investors have sufficient data on ESG issues across their portfolios to implement best practice responsible investment. Despite 10 years of increasing corporate disclosure, and excellent work by initiatives such as the Global Reporting Initiative and more recently the International Integrated Reporting Committee, corporations are still not providing sufficient information. Less than 25 per cent of the nearly 20,000 companies that Bloomberg covers for these issues have published any ESG data at all.

Investors have recognised the need to push for greater corporate ESG disclosure for some time. The issue forms one of the six key principles of the UN-backed Principles of Responsible Investment, committing signatories to seek appropriate disclosure on ESG issues by the entities in which they invest. Investors have formed coalitions to engage with companies on the Carbon Disclosure Project, CEO Water Mandate, UN Global Compact's Communications on Progress, Extractive Industries Transparency Initiative, Emerging Markets Disclosure Project, Global Reporting Initiative and more. Stock exchanges in markets such as Brazil, South Africa and Malaysia are now promoting ESG disclosure as a way to build investor confidence.

But these efforts will not get us to where we need to go fast enough. Effective dialogue with companies is time consuming and resource intensive for investors. It is not practical to engage directly with the thousands of companies all over the world that need encouragement to monitor and disclose.

Which brings us back to Rio+20 and the role of regulators. Investors, for the first time, have recognised the importance of regulatory support for ESG disclosure and are asking governments to act, ideally in unison. The Corporate Sustainability Reporting Coalition, representing 70 institutions with more than \$2tn in assets under management, is calling on governments gathering at Rio+20 to start discussions on an agreement, or convention, to require better and more systematic corporate disclosure on ESG issues in companies' annual reports on a "report-or-explain" basis. This non-prescriptive approach will send strong signals to companies that investors and regulators expect better disclosure, while retaining flexibility for companies to report what is appropriate for them.

This transition is inevitable, but it needs to occur sooner rather than later, and government support for corporate ESG disclosure is vital to making this happen.

Anexo 16 : The New York Times

Rio Isn't All Lost

IN June 1992, world leaders, including President George Bush, agreed to combat climate change at the Earth Summit meeting in Rio de Janeiro. This week, at "Rio+20," leaders, experts and activists will once more gather to ponder the fate of the planet.

Related in Opinion

Optimism will be in short supply. Since the first conference, global carbon emissions have increased by some 50 percent — an outcome that those who were present 20 years ago would surely have seen as disastrous. And we are continuing this sorry trend: As the Arctic becomes ice-free, we can expect that it will be drilled for oil.

But below most radars, and despite the alarming news, the seeds of an energy revolution are being sown. Given some luck and the right policies, that revolution could yet help us resolve the climate crisis.

Solar and wind energy are developing faster than predicted — indeed, faster than most people realize. Europe is showing the way. Denmark gets about 20 percent of its electricity from wind. On a nice day, Germany, which no one thinks of as a sunny place, gets from the sun over 40 percent of the electricity it uses.

Worldwide, solar and wind capacity now tops 300 gigawatts, three times as much as the total capacity in Britain, or roughly as much electricity as 50 nuclear reactors, nearly half the number now operating in the United States. Most of this renewable capacity has been installed in just the last five years. In fact, over that period, solar capacity has been growing by over 50 percent a year, wind by 25 percent.

As these markets grow, costs are plunging. The cost of photovoltaic cells has fallen by two-thirds in three years. Today, solar energy costs around 15 cents a kilowatt-

hour in the United States. In some regions, like Southern California, the cost of solar power is nearly on par with what consumers pay for electricity now.

To be sure, this sunny picture does not diminish the magnitude of the challenge. In absolute terms, fossil fuels are growing faster than renewables, and global greenhouse gas emissions are still rising. In addition, governments continue to provide hundreds of billions of dollars in subsidies to the fossil fuel industry.

It won't be easy for the world to kick its addiction to fossil fuels, but it is doable. First and foremost, we need to put a price or cap on carbon emissions. Every ton of coal, every barrel of oil does more in socialized damage to economies, health and ecosystems than it adds in value to overall economic output. That cost in simple fairness ought to be reflected in the price of the fuels themselves. Otherwise, the oil and coal and power companies are simply leaving the tab for adverse consequences — from bad health to coastal flooding — to be picked up by everyone else.

Second, we need direct support for research, development and deployment of renewable technologies. Installing the first solar panel is more expensive than the one-millionth. That cries out for a temporary subsidy. Governments will not always back the right horses, but we know what direction the horses need to run in. We need to jump-start the race.

On top of that, we ought to make government rules a catalyst — rather than an obstacle — for private investment. That goes for everything from zoning to home mortgages. Putting a solar panel on your roof ought to allow you to sell electricity to the grid.

This two-pronged policy approach is not some pie-in-the-sky idea. The European Union already has a cap on carbon pollution and is directly supporting the deployment of solar and wind technologies. China, which has aggressively supported its renewable-energy industries, is also implementing cap-and-trade systems in seven regions and cities, including Beijing. India is pursuing utility-scale solar installations and has a coal tax raising \$500 million a year. Australia's government has put a price on carbon. South Korea has instituted a direct carbon cap. And California is readying America's first comprehensive cap-and-trade system to reduce greenhouse gas emissions, combined with direct subsidies like its successful Solar Initiative.

None of these policies are sufficient by themselves. But all are pointing in the right direction. As Thomas Edison said almost a century ago: "I'd put my money on the sun and solar energy. What a source of power! I hope we don't have to wait until oil and coal run out before we tackle that."

The solar and wind revolution is just beginning. But with determination and the right policies, by the time Rio+30 rolls around, optimism might be the order of the day.